



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1844

Quinta-feira - 08 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Gaspar	139	Passos Maia	228
Alto Bela Vista.....	6	Governador Celso Ramos	140	Penha.....	230
Anchieta	7	Grão Pará	141	Peritiba.....	232
Arabutã	23	Guaramirim	143	Pinheiro Preto	233
Ascurra.....	24	Herval d'Oeste	144	Pomerode.....	236
Balneário Rincão	26	Ilhota	146	Porto Belo.....	238
Barra Velha.....	28	Imbituba	149	Pouso Redondo	239
Bela Vista do Toldo.....	29	Indaial.....	153	Rio do Sul.....	241
Biguaçu	30	Ipumirim	154	Salto Veloso.....	249
Blumenau	36	Irineópolis	156	Santa Cecília	251
Bom Retiro	40	Itá	160	Santa Rosa do Sul	252
Botuvera.....	42	Itaiópolis	164	Santa Terezinha do Progresso	253
Braço do Trombudo	43	Itapiranga.....	165	Santiago do Sul.....	254
Brusque.....	47	Itapoá	169	São Bento do Sul.....	255
Caçador.....	49	Jacinto Machado	179	São Domingos.....	261
Campo Alegre	72	Joaçaba	187	São João do Oeste	263
Campos Novos.....	82	Lages	189	São João do Sul	266
Canelinha	84	Lauro Muller	191	São José.....	267
Canoinhas.....	85	Lebon Regis	193	São Lourenço do Oeste.....	272
Capinzal	87	Leoberto Leal.....	196	São Miguel do Oeste.....	274
Catanduvas.....	90	Lindóia do Sul	201	São Pedro de Alcântara.....	275
Chapadão do Lageado	91	Luzerna	202	Schroeder.....	277
Cocal do Sul.....	93	Macieira.....	203	Serra Alta	287
Concórdia	102	Mafra	206	Sombrio.....	291
Cordilheira Alta	105	Massaranduba.....	207	Tigrinhos	292
Coronel Freitas.....	106	Meleiro	209	Timbé do Sul	294
Coronel Martins.....	107	Monte Carlo	210	Timbó	295
Corupá	108	Navegantes.....	211	Três Barras	297
Curitibanos	111	Nova Trento	214	Treze Tilias	298
Dionísio Cerqueira	112	Novo Horizonte	215	Trombudo Central.....	300
Eral Velho	113	Ouro	216	Tunápolis.....	302
Forquilha.....	114	Ouro Verde	217	União do Oeste	313
Fraiburgo.....	120	Palhoça	221	Vidal Ramos.....	314
Frei Rogério	130	Palmitos	222	Videira.....	315
Garopaba.....	131	Papanduva.....	223	Xanxerê.....	320
Garuva	137	Passo de Torres.....	226	Xaxim.....	322

Consórcios

ARIS	323
CIMCATARINA.....	325
CIS Nordeste	326
CIS/AMARP.....	481
CIS/AMUREL.....	482
CISAM	482
CPIMMOC	483

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 109/2015

DECRETO Nº 109/2015 - DE 22 DE SETEMBRO DE 2015
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante no orçamento vigente:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
01 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS
23.695.0021.1.014 ESTRUTURAÇÃO DE PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO
4.4.90.00.00.0679/100 Aplicações Diretas.....R\$ 2.000,00
TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
01 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS
23.695.0021.1.014 ESTRUTURAÇÃO DE PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO
3.3.90.00.00.0679/99 Aplicações Diretas.....R\$ 2.000,00
TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de setembro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 110/2015

DECRETO Nº 110/2015 - DE 23 DE SETEMBRO DE 2015
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante no orçamento vigente:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.00.00.0086/80 Aplicações Diretas.....R\$ 2.050,00
TOTAL R\$ 2.050,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será

utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.00.00.0086/82 Aplicações Diretas.....R\$ 2.050,00
TOTAL R\$ 2.050,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de setembro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 111/2015

DECRETO Nº 111/2015 – DE 23 DE SETEMBRO DE 2015
"CRIA ELEMENTO DE DESPESA ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste serão para manutenção do Departamento de Educação.

Art. 2º. Fica criado o elemento de despesa 3.1.91.00.00.0086/203 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.1.91.00.00.0086/203 Aplicações Diretas.....R\$ 18.000,00
TOTAL R\$ 18.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado o seguinte elemento despesa:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.1.90.00.00.0086/60 Aplicações Diretas.....R\$ 18.000,00
TOTAL R\$ 18.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de setembro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 112/2015

DECRETO Nº 112/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.378, de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para compra de veículos para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE
4.4.90.00.0.1.0088.0/5 Aplicações Diretas R\$ 43.800,00
TOTALR\$ 43.800,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0088 - Recursos de Alienação de Veículos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 113/2015

DECRETO Nº 113/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.379, de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.0.1.0000.0/4 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.00.0.1.000.0/4 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
TOTALR\$ 7.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo

1º deste Decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL – IGD/PETTI e Outros
3.1.90.00.0.1.0000.0/31 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 114/2015

DECRETO Nº 114/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.380, de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 201.832,25 (duzentos e um mil e oitocentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para pagamento: parte folha de pagamento PSF- Programa Saúde da Família, material consumo, serviços, equipamentos, adequações e compra de veículos para o Fundo Municipal de Saúde de Água Doce e Vigilância Sanitária.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas: Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – SAÚDE
4.4.90.00.0.3.0066.0/63 Aplicações Diretas R\$ 56.245,63
4.4.90.00.0.3.0673.0/64 Aplicações Diretas R\$ 67.000,00

10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.0.3.000.0/65 Aplicações Diretas R\$ 1,81

10.302.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS
3.1.90.00.0.3.0673.0/66 Aplicações Diretas R\$ 19.000,00
3.3.90.00.0.3.0665.0/62 Aplicações Diretas R\$ 34.561,16

10.303.0042.2.065 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL CAPS/SC
4.4.90.00.0.3.0023.0/67 Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

10.305.0042.2.055 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.3.90.00.0.3.0066.0/58 Aplicações Diretas R\$ 3.023,65
TOTALR\$ 201.832,25

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2014 verificado nas rubricas: 0.1.0064-Recursos PMAQ,

0.1.0000-Recursos Ordinários, 0.1.0066 - Recurso Projeto Paz no Trânsito, 0.1.0043 Recursos C0-Financiamento, 0.1.0023 – CAPS Federal e 0.1.0066 Recursos Vigilância em Saúde e Visa.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 115/2015

DECRETO Nº 115/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.381, de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial no valor de R\$ 3.100,80 (três mil e cem reais e oitenta centavos) para o Fundo Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária).

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para compra de parte de equipamentos para o Fundo Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária).

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: 4.4.90.00.0.1.0678.0/68 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	
10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
4.4.90.00.0.1.0678.0/68 Aplicações Diretas	R\$ 3.100,80
TOTAL	R\$ 3.100,80

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	
10.305.0042.2.055 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
3.3.90.00.0.1.0678.0/43 Aplicações Diretas	R\$ 3.100,80
TOTAL	R\$ 3.100,80

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 116/2015

DECRETO Nº 116/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.382, de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 20.395,32 (vinte mil e trezentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O recurso a que se refere o “caput” deste artigo serão para pagamento parte de veículos e equipamentos, para o Fundo Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – SAÚDE	
4.4.90.00.0.1.0636.0/69 Aplicações Diretas	R\$ 7.254,37
10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
4.4.90.00.0.1.0637.0/70 Aplicações Diretas	R\$ 13.140,95
TOTAL	R\$ 20.395,32

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado do excesso de arrecadação verificado nas rubricas: 0.1.0636 - Recursos de Vigilância Sanitária e 0.1.0637 – Piso Fixo Vigilância e Promoção da Saúde.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 117/2015

DECRETO Nº 117/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicação Direta com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE
3.3.90.00.0.1.0002.0/11 Aplicações Diretas R\$ 17.000,00
TOTALR\$ 17.000,00

Art.3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo
1º deste Decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte
dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE
3.1.90.00.0.1.0002.0/9 Aplicações Diretas R\$17.000,00
TOTALR\$17.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 277/2015

PORTARIA Nº 277/2015 de 07 de outubro de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária VALDERLEA AP PRESTES PEREIRA, inscrita sob CPF nº 494.802.869-04, funcionária no cargo efetivo de Assistente Administrativo, a partir de 05/10/2015 a 11/10/2015, um dia referente ao período 14/15, devido convocação e os demais dias período 15/16

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de outubro de 2015

Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

HABILITAÇÕES TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia elétrica e/ou construção civil para execução de obra de Adequação do Centro de Eventos – Etapa 2.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase habilitação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: as licitantes DIMO CONSTRUÇÕES LTDA, ANTONIO LUIS TOBIAS ME, RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; SOBERANA CONSTRUTORA LTDA, CONSTRULACER COMERCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS EIRELI ME, CEPENGE ENGENHARIA LTDA, CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA, DECC CONSTRUÇÕES LTDA, SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA e ALF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA atenderam adequadamente os requisitos de Habilitação, sendo assim julgadas HABILITADAS. Já a licitante ESTRUTURAL COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, deixou de apresentar o documento estipulado no subitem 5.1, alínea "j" (Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional competente), e a licitante CHAVE CERTA E CONSTRUÇÕES EIRELE – ME, apresentou o documento exigido no subitem 5.1, alínea "i" (Balanço Patrimonial relativo ao último exercício encerrado, apresentado na forma da Lei), sem a assinatura de seu contador e seu representante legal, bem como, o mesmo não foi registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, motivos pelo qual, com fulcro no item 7.4 do edital, ambas foram julgadas INABILITADAS. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sintam prejudicadas, para interposição de recurso. Em não havendo interposição de recursos, ficam as proponentes habilitadas desde já convocadas a comparecer neste mesmo local às 9h do próximo dia 19 de outubro de 2015, para participar da sessão de abertura e julgamento das propostas de preço.

Alto Bela Vista, SC, 07 de outubro de 2015.

CASSIANO MARTINAZZO

Presidente da C.P.L

Anchieta

PREFEITURA

Decreto 141/2015

DECRETO Nº 141/2015, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.
HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo n. 001/2015 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
107615	Andreia Milani De Souza	DEFERIDA
105670	Barbara Regina Pressotto Lolato	DEFERIDA
111580	Cleusa Perondi Hanauer	DEFERIDA
109629	Dalila Aparecida Izoton	DEFERIDA
112259	Ivani Maria Pauletti Cavalli	DEFERIDA
107405	Jessica Andreia Presotto	DEFERIDA
110594	Margarete Lourdes Garlet Bertolin	DEFERIDA
107688	Mari Facin Rodrigues De Freitas	DEFERIDA
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
114439	Andreia Bagnara Lucian	DEFERIDA
113171	Andreia Paula Fernandes	DEFERIDA
110591	Edineia Aparecida Carneiro	DEFERIDA
113015	Elisangela Contini	DEFERIDA
111132	Fatima Maria Ambrozi Cervinski	DEFERIDA
109950	Ida Dall'agnol	DEFERIDA
108133	Jacinta Lago Dalmoro	DEFERIDA
112106	Luciane Langhini	DEFERIDA
110746	Marcia Back	DEFERIDA
108248	Marinice Machado Da Silva	DEFERIDA
106758	Neli Da Costa Thums	DEFERIDA
114053	Sidiane Becker	DEFERIDA
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
114415	Liane Salete Scopel Zilio	DEFERIDA
109377	Raquel Meurer	DEFERIDA

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
109182	Bruna Santos Araujo	DEFERIDA
109186	Diacomo Antonio Cavalheiro	DEFERIDA
**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
108820	Caroline Gorczveski	DEFERIDA
110034	Jaqueline Aparecida Perondi	DEFERIDA
111243	Luciana Do Amaral Crestani	DEFERIDA
111318	Rafael Schenkel	DEFERIDA
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
109506	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	DEFERIDA
PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - HABILITADO (MAGISTÉRIO - ENSINO MÉDIO ESPECÍFICO) Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
105475	Luana Catarina Back	DEFERIDA

110592	Selma Antonia Giongo	DEFERIDA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
107913	Ana Paola Sevald	DEFERIDA
115665	Carla Claudia Dos Santos	DEFERIDA
104840	Elizandra Junges Chenet	DEFERIDA
112477	Rosane Fatima Fleck Gandolfi	DEFERIDA
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
107043	Ana Paula Bagnara	DEFERIDA
115313	Marivone Santa Catarina	DEFERIDA
113354	Valdionara Alves De Moraes Putton	DEFERIDA
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
105079	Fabio Junior Parisotto	DEFERIDA
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO Modalidade C		

Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
MONITOR DE CRECHE Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
105047	Andressa Patricia Grotto	DEFERIDA
113793	Carolina Schatz	DEFERIDA
112946	Cledir Fatima Dos Santos Moraes	DEFERIDA
113509	Daiane Chini	DEFERIDA
111069	Denise Kolschinski	DEFERIDA
105361	Fabiane Somera	DEFERIDA
105204	Fernanda Alves Da Silva Teles	DEFERIDA
109261	Ilva Ana Basso	DEFERIDA
104747	Jackline Appio	DEFERIDA
115220	Jucelaine Lagni	DEFERIDA
114471	Sidiane Lagni	DEFERIDA
111736	Vera Lucia Dos Santos Moraes De Bortli	DEFERIDA
MONITOR DE MUSICA Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
106590	Andreo Luiz Radavelli	DEFERIDA
111795	Claudinei Augusto Gheno	DEFERIDA
108583	Geovani Fernando Klauck	DEFERIDA
113798	Lays Eduarda Tremarin	DEFERIDA
113374	Loacir Severo	DEFERIDA
MONITOR DE TEATRO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
MONITOR DE DANÇA Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
111011	Fabiele Pedretti Delai	DEFERIDA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
104698	Adrejane De Souza Machado	DEFERIDA
114948	Catiane Goncalves De Azevedo	DEFERIDA
108407	Catiane Orlandini	DEFERIDA
104537	Clarice De Fatima Ribeiro	DEFERIDA
111086	Clarisse Ana Foschiera	DEFERIDA
115411	Cleidiane Gomes Mariano	DEFERIDA

115238	Eloa Aparecida Roth Perin	DEFERIDA
105172	Jussara Wanzing Lima	DEFERIDA
115063	Luciane Arno	DEFERIDA
113654	Maria Dias	DEFERIDA
105212	Patricia Diniz Batista	DEFERIDA
110021	Pierina Da Conceicao Scwirke	DEFERIDA
108460	Rosenilda Assis De Almeida	DEFERIDA
112880	Sandra Valera	DEFERIDA
MOTORISTA CAT. "D" Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
107656	Ivanor De Moura	DEFERIDA

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo n. 001/2015, do Município de Anchieta - SC, as seguintes inscrições:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
115604	Idianara Cavagnoli	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
105483	Marisane Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
105638	Dieli Francisca De Matos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
106746	Gabriela Heinen	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO

110424	Alvaro Cezar	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
111156	Hailson Jian Braun Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
112913	Vanusa Pauletti	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
109797	Vanderleia Aparecida Konflanz	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
106022	Clara Maria De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - HABILITADO (MAGISTÉRIO - ENSINO MÉDIO ESPECÍFICO) Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
106336	Daniele Peixoto Padilha	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
113456	Ivone Aparecida Mayer Vogt	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
108130	Elisa Fatima De Aguiar	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
111619	Vanessa Cristina Teles Guerini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
113579	Mayara Regina Gomes Goncalves	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
109951	Silvane De Gois Snigura	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
106495	Taiana De Oliveira De Paoli	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO Modalidade C		

Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
108406	Christofer Seara	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
114959	Camila Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
106402	Angela Maria Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
MONITOR DE CRECHE Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
MONITOR DE MUSICA Modalidade C		

Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
MONITOR DE TEATRO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.		
MONITOR DE DANÇA Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
111134	Priscila Cristina Duarte	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
104626	Adaleia Felipe	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
105016	Gabriel Rodrigo Desbesell	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
MOTORISTA CAT. "D" Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
104608	Cristiano Graff	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão do dia 22 a 24 de setembro de 2015 para realizarem recurso, pela internet no site: www.ameosc.org.br

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 21 de setembro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 21 de setembro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Decreto 142/2015

DECRETO Nº. 142/2015, de 22 de setembro de 2015

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 1.534/07, de 11 de abril de 2007 e Lei Municipal nº. 1.807/2010, de 10 de setembro de 2010;

CONSIDERANDO a alterações dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, que a partir desta data passa a vigorar com a seguinte constituição, com mandato de 22 de setembro de 2015 a 22 de setembro de 2017:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: Sandra Barbosa dos Santos Scholtze
Suplente: Lúcia Anita Foresti Cocco
Titular: Aline Giacometti
Suplente: Eduardo Scholtze

II – REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Dario E. Signor
Suplente: Márcia Câmara

III – REPRESENTANTES DOS DIRETORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Cleusa Prior Didomênico
Suplente: Airton Feldkircher

IV – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Ana Paula Milan
Suplente: Cerlei Maria Prevedello

V - REPRESENTANTES DOS PAIS E ALUNOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Ana Paula Sikorski
Suplente: Luciana Crestani
Titular: Selma Giongo
Suplente: Edinéia Carneiro

VI – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Rosane Sissgler
Suplente: Noemi Carvalho
Titular: Louise Tremarim Livinalli
Suplente: Eliziane Buganti

VII – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Marisane dos Santos
Suplente: Sheila Dornelles

VIII – REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

Titular: Rosmari Duarte
Suplente: Marlete Todescatto

Art. 2º. – Por tratar-se de serviços de relevância comunitária os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº. 181/2013, de 02 de dezembro de 2013.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 22 de setembro de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 22 de setembro de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 143/2015

DECRETO Nº 143/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.
HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo n. 001/2015 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
107615	Andreia Milani De Souza	HOMOLOGADA
105670	Barbara Regina Pressotto Lolato	HOMOLOGADA
111580	Cleusa Perondi Hanauer	HOMOLOGADA
109629	Dalila Aparecida Izoton	HOMOLOGADA
112259	Ivani Maria Pauletti Cavalli	HOMOLOGADA
107405	Jessica Andreia Presotto	HOMOLOGADA
110594	Margarete Lourdes Garlet Bertolin	HOMOLOGADA
107688	Mari Facin Rodrigues De Freitas	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
114439	Andreia Bagnara Lucian	HOMOLOGADA
113171	Andreia Paula Fernandes	HOMOLOGADA
110591	Edineia Aparecida Carneiro	HOMOLOGADA
113015	Elisangela Contini	HOMOLOGADA
111132	Fatima Maria Ambrozi Cervinski	HOMOLOGADA
109950	Ida Dall'agnol	HOMOLOGADA
108133	Jacinta Lago Dalmoro	HOMOLOGADA
112106	Luciane Langhini	HOMOLOGADA
110746	Marcia Back	HOMOLOGADA
108248	Marinice Machado Da Silva	HOMOLOGADA
106758	Neli Da Costa Thums	HOMOLOGADA
114053	Sidiane Becker	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
114415	Liane Salete Scopel Zilio	HOMOLOGADA
109377	Raquel Meurer	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	

Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
109182	Bruna Santos Araujo	HOMOLOGADA
109186	Diacomo Antonio Cavalheiro	HOMOLOGADA
**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
108820	Caroline Gorcveski	HOMOLOGADA
110034	Jaqueline Aparecida Perondi	HOMOLOGADA
111243	Luciana Do Amaral Crestani	HOMOLOGADA
111318	Rafael Schenkel	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
109506	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - HABILITADO (MAGISTÉRIO - ENSINO MÉDIO ESPECÍFICO) Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
105475	Luana Catarina Back	HOMOLOGADA
110592	Selma Antonia Giongo	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
107913	Ana Paola Sevald	HOMOLOGADA
115665	Carla Claudia Dos Santos	HOMOLOGADA
104840	Elizandra Junges Chenet	HOMOLOGADA

112477	Rosane Fatima Fleck Gandolfi	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
107043	Ana Paula Bagnara	HOMOLOGADA
115313	Marivone Santa Catarina	HOMOLOGADA
113354	Valdionara Alves De Moraes Putton	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
105079	Fabio Junior Parisotto	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
MONITOR DE CRECHE Modalidade C		

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
105047	Andressa Patricia Grotto	HOMOLOGADA
113793	Carolina Schatz	HOMOLOGADA
112946	Cledir Fatima Dos Santos Moraes	HOMOLOGADA
113509	Daiane Chini	HOMOLOGADA
111069	Denise Kolschinski	HOMOLOGADA
105361	Fabiane Somera	HOMOLOGADA
105204	Fernanda Alves Da Silva Teles	HOMOLOGADA
109261	Ilva Ana Basso	HOMOLOGADA
104747	Jackline Appio	HOMOLOGADA
115220	Jucelaine Lagni	HOMOLOGADA
114471	Sidiane Lagni	HOMOLOGADA
111736	Vera Lucia Dos Santos Moraes De Bortli	HOMOLOGADA
MONITOR DE MUSICA Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
106590	Andreo Luiz Radavelli	HOMOLOGADA
111795	Claudinei Augusto Gheno	HOMOLOGADA
108583	Geovani Fernando Klauck	HOMOLOGADA
113798	Lays Eduarda Tremarin	HOMOLOGADA
113374	Loacir Severo	HOMOLOGADA
MONITOR DE TEATRO Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.
MONITOR DE DANÇA Modalidade C		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
111011	Fabiele Pedretti Delai	HOMOLOGADA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
104698	Adrejane De Souza Machado	HOMOLOGADA
114948	Catiane Goncalves De Azevedo	HOMOLOGADA
108407	Catiane Orlandini	HOMOLOGADA
104537	Clarice De Fatima Ribeiro	HOMOLOGADA
111086	Clarisse Ana Foschiera	HOMOLOGADA
115411	Cleidiane Gomes Mariano	HOMOLOGADA
115238	Eloa Aparecida Roth Perin	HOMOLOGADA
105172	Jussara Wanzing Lima	HOMOLOGADA
115063	Luciane Arno	HOMOLOGADA
113654	Maria Dias	HOMOLOGADA
105212	Patricia Diniz Batista	HOMOLOGADA
110021	Pierina Da Conceicao Swirke	HOMOLOGADA
108460	Rosenilda Assis De Almeida	HOMOLOGADA

112880	Sandra Valera	HOMOLOGADA
MOTORISTA CAT. "D" Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
107656	Ivanor De Moura	HOMOLOGADA

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 28 de setembro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 28 de setembro de 2015.

Decreto 144/2015

DECRETO Nº 144/2015, de 28 de Setembro de 2015

HOMOLOGA O RESULTADO DA PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS E DO TEMPO DE EXPERIÊNCIA DOS CANDIDATOS INSCRITOS, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologados os resultados da pontuação da Prova de Títulos e do Tempo de Experiência dos candidatos para os cargos do Processo Seletivo nº 001/2015 da Prefeitura Municipal:

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO – HABILITADO				
INSC.	CANDIDATO	TÍTULO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL
114439	Andreia Bagnara Lucian	0,55	0,35	0,90
113171	Andreia Paula Fernandes	1,10	0,37	1,47
110591	Edinéia Aparecida Carneiro	1,10	0,38	1,48
113015	Elisangela Contini	1,10	0,37	1,47
111132	Fátima Maria Ambrozi Cervinski	1,70	1,00	2,70
108133	Jacinta Lago Dalmoro	1,65	1,00	2,65
112106	Luciane Langhini	1,30	0,35	1,65
110746	Marcia Back	1,50	1,00	2,50
108248	Marinice Machado da Silva	1,45	0,16	1,61
106758	Neli da Costa Thums	1,45	0,31	1,76
110592	Selma Antonia Giongo	0,40	0,16	0,56
114053	Sidiane Becker	0,75	0,27	1,02
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO – NÃO HABILITADO				
INSC.	CANDIDATO	TÍTULO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL
107043	Ana Paula Bagnara	0,65	0,62	1,27
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – HABILITADO				

INSC.	CANDIDATO	TÍTULO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL
107615	Andréia Miliani de Souza	1,20	0,01	1,21
105670	Bárbara Regina Pressotto Lolato	1,50	0,60	2,10
111580	Cleusa Perondi Hanauer	1,45	0,78	2,23
109629	Dalila Aparecida Izoton	1,55	0,62	2,17
112259	Ivani Maria Pauletti Cavalli	1,70	1,00	2,70
107405	Jéssica Andreia Presotto	1,45	0,21	1,66
110594	Margarete Lourdes Garlet Bertolin	1,65	1,00	2,65
107688	Mari Facin Rodrigues de Freitas	1,00	0,00	1,00
105483	Marisane dos Santos	1,50	0,72	2,22

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÃO HABILITADO

INSC.	CANDIDATO	TÍTULO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL
107913	Ana Paula Sevald	0,45	0,00	0,45
104840	Elizandra Junges Chenet	0,40	0,04	0,44
112477	Rosane Fatima Fleck Gandolfi	0,45	0,04	0,49

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO

INSC.	CANDIDATO	TÍTULO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL
108820	Caroline Gorcveski	0,65	0,14	0,79
111243	Luciana do Amaral Crestani	1,65	1,00	2,65
111318	Rafael Schenkel	1,30	1,00	2,30

PROFESSOR DE PORTUGUÊS – HABILITADO

INSC.	CANDIDATO	TÍTULO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL
114415	Liane Saletto Scopel Zilio	1,20	0,58	1,78
109377	Raquel Meurer	0,60	0,31	0,91

PROFESSOR DE CIÊNCIAS – HABILITADO

INSC.	CANDIDATO	TÍTULO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL
109506	Viviane do Carmo Kinsel Juver	0,50	0,06	0,56

MONITOR DE DANÇA

INSC.	CANDIDATO	TÍTULO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL
111011	Fabiele Pedretti Delai	0,00	0,12	0,12

MONITOR DE MÚSICA

INSC.	CANDIDATO	TÍTULO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL
111795	Claudinei Augusto Gheno	0,00	0,18	0,18
113374	Loacir Severo	0,00	0,12	0,12

Art. 2º Foram homologados os Resultados de Pontos de Títulos e do Tempo de Experiência dos candidatos, os quais preenchem os requisitos constantes no Edital do Processo Seletivo nº 001/2015.
 Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
 Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 28 de setembro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 28 de setembro de 2015.

Decreto 145/2015

DECRETO Nº. 145/2015, de 28 de setembro de 2015.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 13.242,00 (treze mil, duzentos e quarenta e dois reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 13.242,00 (treze mil, duzentos e quarenta e dois reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 13.242,00 (treze mil, duzentos e quarenta e dois reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0427.2.016 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Programa de Alimentação

Escolar- Ensino Fundamental

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00.0117 -Aplicações Diretas
..... R\$ 5.022,00

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0427.2.022 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Programa de Alimentação

Escolar- Ensino Infantil

(62) 3.3.90.00.00.00.00.00.0117 -Aplicações Diretas
..... R\$ 4.420,00

12.365.0427.2.022 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Programa de Alimentação

Escolar - CRECHE

(65) 3.3.90.00.00.00.00.00.0117 -Aplicações Diretas
..... R\$ 3.800,00

TotalR\$ 13.242,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0117 (00.01.0117) intitulada de Transferência Direta do FNDE – PNAE

Art. 3º Para o atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato fica utilizado o produto do provável Excesso de Arrecadação

no exercício financeiro de 2015, no valor de até R\$ 13.242,00 (treze mil, duzentos e quarenta e dois reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, concernente a nova fonte receitaria sob código 4.1.7.21.35.03 – Transferência Direta do FNDE – PNAE, no valor de até R\$ 9.442,00 (nove mil, quatrocentos e quarenta e dois reais), e na fonte receitaria sob código 4.1.7.21.35.05 Transferência Direta do FNDE – PNAEC – Creche, no valor de até R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), Recurso sob nº. 0117 (00.01.0117), Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 10.921 - 5, em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
28 de setembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 28/09/2015

Andreia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 146/2015

DECRETO Nº. 146/2015, de 29 de setembro de 2015.

Autoriza a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.200, de 29 de setembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 09.01.10.301.0428.2.127 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Farmácia Básica, na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica na Unidade de Saúde.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.2.127 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Farmácia Básica
(.....) 3.3.90.00.00.00.00.1136-Aplicações Diretas R\$ 23.000,00
Total R\$ 23.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução da seguinte dotação orçamentárias abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.304.0434.2106 – Administração Geral Dos Bens E Serviços Da Vigilância em Saúde / Epidemiológica
(47) 3.3.90.00.00.00.00.1136-Aplicações Diretas R\$ 23.000,00
Total R\$ 23.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,
Em 29 de setembro de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 29 de setembro de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 147/2015

DECRETO Nº. 147/2015, de 29 de setembro de 2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.850,00 (um mil e oitocentos e cinquenta reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.201, de 29 de setembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA: TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na

importância de até R\$ 1.850,00 (um mil e oitocentos e cinquenta reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 09.01.10.301.0428.1.079 – Aquisição de Equipamentos Material Permanente - Central Telefônica, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a aquisição de 01 (uma) Central Telefônica para ser utilizada na Unidade de Saúde.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.850,00 (um mil e oitocentos e cinquenta reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.1.079 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
Central Telefonica
(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.2275-Aplicações Diretas R\$ 1.850,00
Total R\$ 1.850,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.2101 – Administração Geral Dos Bens E Serviços Da Atenção Básica
(48) 3.3.90.00.00.00.00.00.2275-Aplicações Diretas R\$ 1.850,00
Total R\$ 1.850,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4 Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,
Em 29 de setembro de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 29 de setembro de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 148/2015

DECRETO Nº. 148/2015, de 29 de setembro de 2015.

Autoriza a Alteração o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.202, de 29 de setembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento despesas com pagamento de despesas de taxas ambiental de liberação FATMA referente ao Saneamento Básico de responsabilidade deste ente Federado.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL
04.122.0021.2.050 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Desenvolvimento Local
(170) 3.3.90.00.00.00.00.00.0279 -Aplicações Diretas
..... R\$ 7.000,00
Total R\$ 7.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
01 - PLANEJAMENTO S E SERVIÇOS URBANOS
15.451.0575.1.068 - Obras e Instalações e Equipamentos Material Permanente
Infraestrutura do Município
(129) 4.4.90.00.00.00.00.00.0279 - Aplicações Diretas. R\$ 7.000,00
Total R\$ 7.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5. Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,
Em 29 de setembro de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 29 de setembro de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 149/2015

DECRETO Nº. 149/2015, de 29 de setembro de 2015
Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:
TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.2.101 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Atenção Básica (11) 3.3.90.00.00.00.00.0108 -Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00
Total R\$ 3.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.2.101 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Atenção Básica (17) 4.4.90.00.00.00.00.0108 -Aplicações Diretas

..... R\$ 3.000,00
Total R\$ 3.000,00

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
29 de setembro de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 29/09/2015.

Andreia Marafão
Secretário de Administração e Gestão

Decreto 150/2015

DECRETO Nº. 150/2015, de 29 de setembro de 2015.
ALTERA O INCISO I DO DECRETO Nº 053/2015, O QUAL NOMEIA OS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC – ORTRAMAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art.84, inciso III da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei nº 1.246, de 18 de Junho de 2001;

CONSIDERANDO o Concurso Público nº. 001/2015 para a contratação de Advogado do Município de Anchieta/SC;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 248/2015, de 16 de junho de 2015, a qual nomeou a Advogada do Município, Sra. Janeska Madalosso de Souza;

DECRETA:
Art. 1º. – Fica alterado o inciso I do Decreto nº. 053/2015, o qual ficará assim disposto:

I – Assessor Jurídico Municipal: Janeska Madalosso de Souza

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,
Em 29 de setembro de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 29 de setembro de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 151/2015

DECRETO Nº. 151/2015, de 01 de outubro de 2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 621.930,00 (seiscentos e vinte e um mil, novecentos e trinta reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.203, de 01 de outubro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 621.930,00 (seiscentos e vinte e um mil, novecentos e trinta reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento despesas com pessoal e encargos sociais da Administração Municipal de responsabilidade deste ente Federado.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 621.930,00 (seiscentos e vinte e um mil, novecentos e trinta reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

PARTE PREFEITURA MUNICIPAL**02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL****04 – DEFESA CIVIL**

06.122.0201.2.007 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Defesa Civil
(12) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**01 – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

04.122.0021.2.008 - Administração Geral dos Bens e Serviços De Administração e Gestão
(14) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 11.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**02 - ENSINO FUNDAMENTAL**

12.361.0239.2.015 - Administração Geral dos Bens e Serviços Transporte Escolar – Ens. Fundamental
(10) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas
..... R\$ 24.000,00

12.361.0188.2.014 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

(36) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas
..... R\$ 216.430,00

3 – ENSINO INFANTIL

12.365.0185.2.019 - Administração Geral dos Bens e Serviços Do Ensino Infantil

(50) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas
..... R\$ 130.000,00

06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA**01 – AGRICULTURA**

20.122.0021.2.031 - Administração Geral dos Bens e Serviços Agricultura

(74) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00

Sub – totalR\$ 429.930,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL****01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

08.122.0021.2.200 – Administração Geral dos Bens e Serviços Da Secretaria da Assistência Social

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 22.000,00
Sub – totalR\$ 22.000,00

PARTE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA**09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA****01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.122.0021.2.100 - Administração Geral dos Bens e Serviços Da Unidade Administrativa da Secretária de Saúde

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas
..... R\$ 145.000,00

Sub – totalR\$ 145.000,00

PARTE HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE**12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE****02 – SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL**

10.302.0428.2.401- Administração Geral dos Bens e Serviços De Assistência Médico Sanitária

(05) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

Sub – totalR\$ 25.000,00

TOTAL GERAL R\$ 621.930,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL**02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL****01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

04.122.0021.2.003 – Publicação e Divulgação dos Atos Oficiais do Município

(01) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**02 – CONTROLE INTERNO**

04.124.0032.2.005 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Controle Interno

(08) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

04 – SECRETARIA DA FAZENDA**01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

04.129.0030.2.011 – Administração Geral dos Bens e Serviços Pre-miação

Campanha da Nota Fiscal

(24) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

02 - CONTADORIA GERAL

04.124.0032.2.012 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Contadoria Geral

(25) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
 12.122.0021.2.013 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Administração da Educação Municipal
 (30) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas
 R\$ 8.700,00

02 – ENSINO FUNDAMENTAL
 12.361.0427.2.016 - Administração Geral dos Bens e Serviços Do Programa de Alimentação Escolar – Ens. Fundamental
 (44) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas
 R\$ 25.000,00

12.365.0190.2.020 - Administração Geral dos Bens e Serviços De Creche
 (55) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas
 R\$ 5.700,00

03 – ENSINO INFANTIL
 12.365.0427.2.022 - Administração Geral dos Bens e Serviços De Creche
 (61) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

04 – ENSINO MEDIO
 12.362.0197.2.017 - Administração Geral dos Bens e Serviços Ens. Médio
 (67) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 12.000,00
 70) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

05 – ENSINO SUPERIOR
 12.364.0031.2.018 - Administração Geral dos Bens e Serviços Ens. Superior
 (71) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

06 - ENSINO ESPECIAL
 12.367.0031.2.024 – Contribuição Financeira a Entidades – APAE
 (72) 3.3.50.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas
 R\$ 3.000,00

07 - CULTURA
 13.392.0247.2.123 – Administração Geral dos Bens e Serviços Culturais,
 Biblioteca e Festividades do Município
 (119) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 25.500,00

13.392.0248.1.073 – Aquisição Equipamentos Musicais para Banda
 (161) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 880,00

08 – ESPORTE E LAZER
 27.812.0224.2.124- – Administração Geral dos Bens e Serviços Desporto Amador
 (125) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 4.300,00

06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
 01 – AGRICULTURA
 20.602.088.1.016 - Aquisição Equip e Mat. Perm. p/ Extensão Rural
 (78)4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 3.500,00

20.606.0145.2034- Administração Geral dos Bens e Serviços Progr. Extensao Rural
 (81)3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 18.000,00

(82)4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 10.150,00

20.602.0088.2052- Administração Geral dos Bens e Serviços Produção Animal
 (79)3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANSO
 15.122.0021.2.035- Administração Geral dos Bens e Serviços Planej e Serv. Urbanos
 (84)3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 43.000,00

15.452.0325.2036- Administração Geral dos Bens e Serviços Limpeza Publica
 (92)3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

15.452.0575.2040- Conservação e Manutenção das vias publicas
 (93)3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 42.000,00

15.451.0575.1.067 – Obras Instalações e Equipamentos e Material Permanente
 p/ Infraestrutura do Município
 (89)4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 61.700,00

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMETNO LOCAL
 01 - DESENVOLVIMETNO LOCAL
 04.122.0021.2.050 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Desenvolvimento Local
 (114) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

18.541.0538.1.212 – Aquisição de Terras para Instalação do Cemitério Municipal
 (126) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00
 Sub – totalR\$ 429.930,00

04 – SECRETARIA DA FAZENDA
 01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
 04.129.0030.2.011 – Administração Geral dos Bens e Serviços Pre-miação
 Campanha da Nota Fiscal
 (24) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

02 - HABITAÇÃO
 16.482.0316.1.030 – Aquisição de Terras para Habitação Popular
 (118) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 Sub – totalR\$ 22.000,00

PARTE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA
 09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0428.1.120 - Investimento Na Área Dos Serviços Da Saúde
 (03) 4.4.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

02 - HABITAÇÃO
 16.482.0316.1.030 – Aquisição de Terras para Habitação Popular
 (118) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 135.000,00

Sub – totalR\$ 145.000,00

PARTE HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

02 – SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL

10.122.0021.2.400 - Administração Geral dos Bens e Serviços

Administração do Hospital Municipal

(01) 3.1.90.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas

..... R\$ 25.000,00

Sub – totalR\$ 25.000,00

TOTAL GERAL R\$ 621,930,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,

Em 01 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 01 de outubro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Decreto 152/2015

DECRETO Nº. 152 /2015, de 05 de outubro de 2015

FIXA TURNO ÚNICO PARA O EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas;

Considerando a necessidade de contenção de despesas da Administração Municipal, para adequação aos recursos orçamentários;

Considerando os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da economicidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído turno único de expediente a ser cumprido no âmbito da Administração Municipal de Anchieta e Autarquias, no horário das 07h00min. às 13h00min., de segunda à sexta feira.

Parágrafo Único: As Secretarias de Saúde e Educação, Cultura e Esportes, funcionarão em horário normal.

Art. 2º Fica assegurado intervalo de 15 minutos durante o horário de expediente de turno único, o que deve ser registrado no

respectivo controle de horário.

Art. 3º Fica vedada a realização de horas extras durante o período de turno único, ressalvados os casos excepcionais, autorizados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Fica revogado na íntegra o Decreto nº. 125/2015, de 31 de agosto de 2015.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor em 07 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 05 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 05 de outubro de 2015.

Andréia Marafão - Secretária de Administração e Gestão

Decreto 153/2015

DECRETO Nº. 153/2015, de 05 de outubro de 2015.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Atenção Básica

(04) 3.1.90.00.00.00.00.0105 -Aplicações Diretas R\$ 39.500,00

(73) 3.1.90.00.00.00.00.0275 -Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TotalR\$ 59.500,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato fica utilizado o produto do provável Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2015, no valor de até R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais), atinente a execução

orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, concernente a fonte receitária sob código 4.1.7.21.33.01– Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – ESF, Recurso sob nº. 0105 (00.01.0105), Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 58.044-9, no valor de até 39.500,00(trinta e nove mil e quinhentos reais), e, concernente a fonte receitária sob código 4.1.7.22.33.02– Transferência de Recursos do Estado – CO-FINANCIAMENTO, Atenção Básica – Estado, Recurso sob nº. 0275 (00.01.0275), Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº.205.0007-5, no valor de até 20.000,00(vinte mil reais), em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
05 de outubro de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 05/10/2015

Andreia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 154/2015

DECRETO Nº. 154/2015, de 06 de outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO N.º 149, DE PROPRIEDADE DE ADELINO SANTIN E ELIDE SANTIN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando o projeto de desmembramento do lote urbano n.º 149, com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município e pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do lote urbano n.º 149, com área de 1.000,00 m² (mil metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade de ADELINO SANTIN, CPF nº. 132.997.609-63 e ELIDE SANTIN, CPF nº. 853.983.149-04, situado na Travessa Ipiranga, Centro, Anchieta, Estado de Santa Catarina, conforme MATRÍCULA nº. 4.177.

§1º Esta área será dividida em duas novas áreas, uma com 425,00 m² (quatrocentos e vinte e cinco metros quadrados), ficando uma área remanescente de 575,00 m² (quinhentos e setenta e cinco metros quadrados).

§2º. A situação do lote urbano n.º 149, tendo em vista o disposto no caput deste artigo, é consolidada da seguinte forma:

I – ANTES DO DESMEMBRAMENTO:

a) MATRÍCULA 4.177: Área total de 1.000,00m² (um mil metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Travessa Ipiranga, nesta cidade e comarca de Anchieta – SC, de propriedade de Adelino Santin e sua mulher Elide Santin. O imóvel possui as seguintes confrontações, constantes na matrícula:

Ao Noroeste: Com o lote urbano nº 150, por linha seca de 50,00 metros.

Ao Nordeste: Com parte do lote urbano nº 151, por linha seca de 20,00 metros.

Ao Sudoeste: Em 20,00 metros, com a Travessa Ipiranga.

Ao Sudeste: Com o lote urbano nº 148, por linha seca, de 50,00 metros.

II – APÓS O DESMEMBRAMENTO:

a) Área desmembrada

Parte do Lote Urbano nº 149, com a área de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Travessa Ipiranga, nesta cidade e comarca de Anchieta – SC. De propriedade de Adelino Santin e sua mulher Elide Santin. O imóvel com as seguintes confrontações:

Ao Noroeste: Com parte do lote urbano nº 150, por linha seca de 25,00 metros.

Ao Nordeste: Com parte do lote urbano nº 149, por linha seca de 17,00 metros.

Ao Sudeste: Com parte do lote urbano nº 149, por linha seca de 25,00 metros.

Ao Sudoeste: Com a Travessa Ipiranga, numa extensão de 17,00 metros.

b) Área Remanescente

Parte do Lote Urbano nº 149, com a área de 575,00m² (quinhentos e setenta e cinco metros quadrados), destes, 75,00m² ocupado por uma servidão de acesso medido 3,00 metros de largura e 25,00 metros de comprimento, sem benfeitorias, situado na Travessa Ipiranga, nesta cidade e comarca de Anchieta – SC. De propriedade de Adelino Santin e sua mulher Elide Santin. O imóvel com as seguintes confrontações:

Ao Noroeste: Com parte do lote urbano nº 150, por linha seca de 25,00 metros. Com parte do lote urbano nº 149 por linha seca de 25,00 metros.

Ao Nordeste: Com parte do lote urbano nº 151, por linha seca de 20,00 metros.

Ao Sudeste: Com o lote urbano nº 148, por linha seca de 50,00 metros.

Ao Sudoeste: Com parte do lote urbano nº 149, de por linha seca de 17,00 metros. Com a Travessa Ipiranga, numa extensão de 3,00 metros.

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 06 de outubro de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei
em 06 de outubro de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 015_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 015/2015

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de material de expediente para uso na APAE, de acordo com repasse da Assistência Social, pago com recursos do EADE. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:00 horas do dia 26/10/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 07 de outubro de 2015.

Rozane Maria Provin

Gestora FMAS

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 016_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 016/2015

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de 52 uniformes que serão utilizados pelos beneficiários do programa bolsa família, participantes do projeto de Dança da Assistência Social no curso de Capoeira, pago com recursos do IGD/PBF. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 11:00 horas do dia 26/10/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 08 de outubro de 2015.

Rozane Maria Provin

Gestora FMAS

EXTRATO AVISO PREGÃO HOSPITAL 011_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 011/2015

A Diretora do Hospital Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Registro de Preço para contratação de empresa para o fornecimento de marmita nº.8 (feijão, arroz, carne, massas etc) para a alimentação de pacientes em observação por 24hrs e funcionários que trabalham mais de 12hrs em regime de plantão aos finais de semana, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 26/10/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 07 de outubro de 2015.

Rita Bressan de Lima

Diretora Administrativa

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 69/2015

ATA 001

Processo Licitatório nº. 69/2015 – Chamada Pública nº 006/2015

Objeto: Chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes do anexo I.

A Comissão Permanente de Licitações promoveu a abertura dos envelopes de habilitação, sendo que não houve participação de representantes legais/credenciados.

Protocolaram os envelopes de habilitação e de propostas comerciais, no período aprazado no Edital, as seguintes cooperativas: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL SABOR DO SUL E COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE ARABUTÃ – COOPERABUTÃ.

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 – Habilitação e após conferência e rubrica dos mesmos, constatou-se que as licitantes apresentaram a documentação em conformidade com as exigências do Edital.

Diante disso, as empresas licitantes estão habilitadas e, por conseguinte, aptas às fases de classificação das propostas – projeto de venda, que será feita de forma imediata.

Aberto os envelopes de propostas, constatou-se que as licitantes, igualmente, apresentaram a documentação em conformidade com as exigências do Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Arabutã e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://gpm.fecam.org.br/arabuta/adm/licitacoes/index/cadastro/codMapaItem/27067/codLicitacao/63138>.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Arabutã, 07 de outubro de 2015.

Presidente da Comissão de Licitações - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Presidente da Comissão de Licitações Suplente: DAIANE ALBIERO DEUNER

Membros: DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

Ascurra

PREFEITURA

ERRATA CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 95/2015 E 96/2015

Prefeitura Municipal de Ascurra

Errata dos contratos administrativos contrato nº 95/2015 e 96/2015 (extratos publicados dia 28/9/2015)

O Município de Ascurra informa que as publicações de extratos administrativos referente aos contratos administrativos 95/2015 e 96/2015 foram feitas de forma equivocada, tendo em vista que a numeração correta dos contratos são respectivamente 47/2015 (Modelo Pneus Ltda) e 48/2015 (Cantu Comércio de Pneumáticos)

Ascurra, 7 de outubro de 2015.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

LEI Nº 1422, de 02/10/2015

LEI Nº 1422, de 02 de Outubro de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Transposição de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares por transposição de dotação, no valor de R\$ 78.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Receitas de Impostos - Saúde
	Valor: (78.000,00)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
07.001.0015.0452.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0452.0030.2016	MANUT. DEPTO. DE OBRAS E ESTRADAS DE RODAGEM

3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (78.000,00)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 02 de Outubro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar, Município de Ascurra em, 02 de Outubro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1423, de 02/10/2015

LEI Nº 1423, de 02 de Outubro de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 90.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
04.001.0012.0361.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0361.0040.2009	MAN. ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAGISTERIO
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Receitas de Impostos - Educação
	Valor: (26.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
04.001.0012.0361.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0361.0040.2011	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR (NUCLEACAO)
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Receitas de Impostos - Educação
	Valor: (64.000,00)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
04.001.0012.0361.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0361.0040.2062	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Receitas de Impostos - Educação
	Valor: (90.000,00)

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 02 de Outubro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 02 de Outubro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 321/2015

DECRETO Nº. 321/2015

ANULA PARCIALMENTE POR ESTIMATIVA EMPENHOS DO SAMAE DO BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Balneário Rincão, OLÍRIO JOSÉ LINO, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 176/2014:

DECRETA:

Artigo 1º - Anulação parcial por estimativa de empenhos do exercício de 2015 do Samae de Balneário Rincão no valor global de R\$432.471,68 (Quatrocentos e trinta dois mil quatrocentos e setenta um reais e sessenta oito centavos) conforme abaixo discriminado:

EMPENHO	CONTRATO	CREDOR	VALOR
9	003/SAMAE/2015	HIDROLUX IND. E COM. DE MAT. HIDRÁULICOS.	R\$173.121,00
7	005/SAMAE/2015	MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS COMERCIAL HIDRAULICA.	R\$34.583,30
1	002/SAMAE/2015	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP	R\$75.167,38
11	006/SAMAE/2015	SANTOS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	R\$82.600,00
14	043/SAMAE/2014	SENATRAM SANEAMENTO AMBIENTAL S/A	R\$10.000,00
16	008/SAMAE/2015	PAZZETO COMERCIO DE VEICULOS E SERVIÇOS EIRELLI ME	R\$10.000,00
92	013/SAMAE/2015	HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	R\$32.000,00
96	012/SAMAE/2015	MCA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	R\$15.000,00
		TOTAL GERAL	R\$ 432.471,68

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 05 de Outubro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de Outubro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

ADITIVO CONTRATO037/SAMAE/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SAMAE BALNEÁRIO RINCÃO

TERMO ADITIVO Nº. 01

ao Contrato Nº. 037/SAMAE/2015

Termo Aditivo ao Contrato Nº. 001/SAMAE/2013, firmado em 02 de Janeiro de 2015, que entre si celebram o SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, com sede na Rua Paraná, 389, Centro do Município de Balneário Rincão - SC, inscrito no CNPJ sob o Nº. 17.509.587/0001-61, neste ato representado pelo Diretor Presidente, Sr. JOÃO IRIS RAUPP JUNIOR, Cédula de Identidade Nº. 6/R 123.174, e inscrito no CPF sob o Nº. 185.212.829-15 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado à empresa CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, estabelecida na Av. dos Imigrantes, 1800 – Rio Maina, CEP: 88817-615, Criciúma – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 02.463.994/0001-08, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Pedro Antônio Medeiros, representante legal, inscrito no CPF sob o Nº. 179.398.959-15, já qualificados no Contrato Original, tem justo e acordado O ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO, do presente termo contratual, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de execução do Contrato Nº. 037/SAMAE/2015, que prevê o termino em 10/08/2015, por mais 90 (noventa) dias, ou seja, até 10/11/2015, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pelo engenheiro responsável e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93.



CLÁUSULA SEGUNDA
Do Documento Anexo

Constitui documentos anexo a este Termo Aditivo, o Memorando, datado de 24/07/2015 do Departamento de engenharia, devidamente justificado, motivando o termo aditivo e o Parecer Jurídico favorável.

CLAUSULA TERCEIRA
Das Demais Cláusula

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original Nº. 037/SAMAE/2015, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Balneário Rincão - SC, 03 de Agosto de 2015.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	CONSTRUTORA VITORIA LTDA PEDRO ANTÔNIO MEDEIROS
JOÃO IRIS RAUPP JUNIOR	CONTRATADA
CONTRATANTE	

Testemunhas:

1ª TESTEMUNHA	2ª TESTEMUNHA
RENATA DAROS TORRES	TAMARA MAGAGNIN
CPF n. 065.414.859-76	CPF nº 078.739.519-60

Barra Velha

PREFEITURA

CONTRATO 088/2014 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: CCT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA ME

Licitação: Proc. Administrativo 073/2014 - TP 008/2014

Objeto: Serviços de pavimentação em lajota da Rua Ravache, incluindo fornecimento de material e mão de obra, incluindo fornecimento de material e mão de obra, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo

Valor do Contrato: R\$ 219.206,87 (duzentos e dezenove mil duzentos e seis reais e oitenta e sete centavos)

Data da assinatura: 16/10/2014

Data do vencimento: 16/03/2015

Barra Velha, 16 de outubro de 2014

ROSÉLIO PEREIRA JUNIOR –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

RESULTADO TP 008/2014 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO E LICITAÇÃO

Licitação: Proc. Administrativo 073/2014 - TP 008/2014

Objeto: Serviços de pavimentação em lajota da Rua Ravache, incluindo fornecimento de material e mão de obra, incluindo fornecimento de material e mão de obra, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo.

Empresas Participantes CCT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - ME; POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA; C.R. ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA; CRESTANI CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Empresa Inabilitada: C.R. ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.; CRESTANI CONSTRUÇÕES LTDA - ME Empresa Habilitada e Vencedora: CCT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - ME

Valor da Proposta: R\$ 219.206,87 (duzentos e dezenove mil duzentos e seis reais e oitenta e sete centavos).

Barra Velha, 16 de outubro de 2014.

Comissão Permanente de Licitação.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

LEI Nº 1.128

LEI Nº 1.128/2015, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

“AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante Leilão, os veículos e bens abaixo relacionados, de propriedade do Município de Bela Vista do Toldo – SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: 01(um) Automóvel VW/GOL 1.0 GIV, ano 2009, modelo 2010, Placas MFX 2137, RENAVAL 173406076, cor branca, Álcool/Gasolina, chassi 9BWAA05W4AP064328. LANCE INICIAL R\$ 5.500,00.

LOTE 02: 01(uma) MOTONIVELADORA KOMATSU 523 A, ano 1996, série 1203, cor amarela, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00.

LOTE 03: 01 (uma) PÁ CARREGADEIRA VOLVO L 70 C 700 80, ano 1998, Diesel, cor amarela. LANCE INICIAL R\$ 45.000,00.

LOTE 04: 01 (um) ÔNIBUS VW/COMIL PIA O, ano/modelo 2001, Placas MCH 3191, RENAVAL 775810444, cor azul, Diesel, chassi 9BWTD52RX1R117288. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00.

LOTE 05: 01 (uma) SUCATA MICRÔNIBUS IMP/ASIA HI TOPIC, ano/modelo 1996, Placas MAD 0019, RENAVAL 663752744, cor branca, Diesel, chassi KN2FAD2A1TC062592. LANCE INICIAL R\$ 100,00.

LOTE 06: 01 (uma) GRADE ARADORA, 14 discos. LANCE INICIAL R\$ 100,00.

LOTE 07: SUCATA DE INFORMÁTICA, contendo: 04 Estabilizadores, 02 Impressoras, 05 CPU's, 06 Monitores, 06 Teclados, 05 Mouses e 03 Caixas de som. LANCE INICIAL R\$ 90,00.

LOTE 08: SUCATAS DE ELETRÔNICOS, contendo: 36 Lâmpadas, 02 Ventilador de teto, 01 Aparelho de som, 01 Bebedouro, 02 Máquinas fotográficas, 01 Filmadora e 01 Microondas. LANCE INICIAL R\$ 80,00.

LOTE 09: MATERIAL ESCOLAR, contendo: 170 Cadeiras, 20 Carteiras, 01 Mimeógrafo, 03 Porta, 01 Armário, 03 Vasos sanitários, 02 Pias de banheiro, 02 Janelas de ferro, 01 Multiprocessador, 01 Fogão industrial, 01 Estante e 01 Balcão. LANCE INICIAL R\$ 70,00.

LOTE 10: APROXIMADAMENTE 60 PNEUS: 20 Unidades de Micro, 20 Unidades de Carro, 20 Unidades de Caminhão. LANCE INICIAL R\$ 500,00.

Art. 2º. Os preços mínimos de venda de cada lote relacionado no art. 1º. foram fixados pela Comissão de Verificação e Avaliação, nomeada pela Portaria nº 370/2015.

Art. 3º. A alienação prevista no art. 1º desta Lei está em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e, os valores obtidos com a venda serão depositados em conta específica e serão utilizados na aquisição de veículos novos ou outra autorização legalmente permitida.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 07 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 07 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 172/2015

DECRETO Nº 172/2015 DE: 02 DE OUTUBRO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

8. SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

0801.15.452.0009.2082	Melhoria e Manutenção do Cemitério Público	4.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	115.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.2.28.000015	Pessoal e Encargos Sociais	115.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.28.000015	Outras Despesas Correntes	115.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 02 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 173/2015

DECRETO Nº 173/2015 DE: 05 DE OUTUBRO DE 2015.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO DECRETO Nº 193, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUIU A UNIDADE EXECUTORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º - O Decreto nº 193, de 04 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído a UEM - Unidade Executora Municipal, para

fins de implantação do Convênio Habitar-Brasil/BID, a qual ficará responsável pela elaboração e implantação do projeto e ações dos subprogramas de DI e de UAS.

§ 1º - Para coordenar a referida unidade, fica nomeado a Superintendente de Engenharia, Genivalda Ronconi de Amorim.

§ 3º - O subprograma de UAS (Urbanização de Assentamentos Subnormais), é destinado à elaboração, desenvolvimento e implantação de projetos integrados de assentamentos subnormais, aí compreendidos a regularização fundiária/dominial, a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e ações de recuperação ambiental, assegurada a plena participação da comunidade. Esse programa será chefiado pela Arquiteta Luana Schmitt Montero, ficando responsável pelas ações sociais/comunitárias a Assistente Social Giselle Silva Virtuoso, enquanto que a parte compreendida pela regularização fundiária/dominial ficará a cargo do Senhor Mateus Hoffmann Machado.

§ 4º - As contas a serem prestadas, no que diz respeito ao projeto, ficarão sob a responsabilidade da Sílvia Cristina Weiss de Mello."

"Art. 2º - A UEM ficará subordinada a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão."

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Biguaçu, 05 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

LEI Nº 3574/2015

Lei nº 3574/2015 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

INSTITUI LOGOMARCA COMO SÍMBOLO PERMANENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º. Nos termos do art. 2º da Lei Orgânica do Município, fica instituída como um dos símbolos oficiais do Município de Biguaçu, a logomarca constante no Anexo I desta Lei.

Art. 2º. O Símbolo deverá ser adotado obrigatoriamente por todas as gestões de governo do Município, de forma contínua e permanente.

Parágrafo Único: Fica autorizado o uso de todo o material que tenha até então sido produzido com símbolo anterior a vigência desta Lei.

Art. 3º. O Símbolo poderá ser acompanhado.

Art. 4º. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei

nº 2.817, de 23 de setembro de 2009.

Biguaçu, 16 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3574/2015, de 16/09/2015

Sancionada em 16/09/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

LEI Nº 3575/2015

Lei nº 3575/2015 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2821, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1 – O artigo 1º da Lei Municipal nº 2821, de 23 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado o "Conselho Municipal de Cultura" do Município de Biguaçu, como órgão formulador e fiscalizador da política cultural do Município de Biguaçu, vinculado a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer – Secetul.”

Art. 2 - O inciso XIII do artigo 2º da Lei Municipal nº 2821, de 23 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - [...]

XIII - Elaborar o seu regulamento interno e submetê-lo à aprovação do Executivo Municipal, através da Secetul.”

Art. 3 - O artigo 3º da Lei Municipal nº 2821, de 23 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Conselho Municipal de Cultura será constituído pelos seguintes membros e seus respectivos suplentes:

- a) Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;
- b) Gerente Municipal de Cultura;
- c) 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 01 (um) Representante do Gabinete do Prefeito;
- e) 01 (um) Representante da Câmara Municipal;
- f) 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica;
- g) 01 (um) Representante da APAE;
- h) 01 (um) Representante dos Blocos Carnavalescos;
- i) 01 (um) Representante do Grupo Arcos;
- j) 01 (um) Representante da Academia de Letras do Município;
- k) 01 (um) Representante dos Estabelecimentos de Ensino Superior das Instituições instaladas no Município;
- l) 01 (um) Representante da Liga de Gincaneiros;
- m) 01 (um) Representante das Centrais de Tradições Gaúchas – CTG com sede no município de Biguaçu; e
- n) 01 (um) Diretor Municipal de Cultura.

Art. 4 - Os parágrafos 1º e 5º do artigo 3º da Lei Municipal nº 2821, de 23 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º A designação dos conselheiros efetivos e suplentes de que trata o "caput" deste artigo, deverá considerar nomes e representatividade reconhecida culturalmente, indicados pelos órgãos

representados e nomeados através de decreto pelo Executivo Municipal.

§ 5º O conselho elegerá dentre os membros que compõem, pela maioria, seu presidente, vice-presidente, secretário, e definirá a data de posse dos seus conselheiros”.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3575/2015, de 21/09/2015

Sancionada em 21/09/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

LEI Nº 3576/2015

Lei nº 3576/2015 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3366, DE 29 DE MAIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1 – O artigo 2º e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 3366, de 29 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Conselho Municipal de Esporte é composto por 12 (doze) membros e seus respectivos suplentes, com a seguinte representação:

- a) 01 (um) Secretário da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer – Secetul;
- b) 01 (um) Gerente de Esporte;
- c) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde;
- d) 01 (um) representante da Secretaria de Administração;
- e) 01 (um) representante da Secretaria de Educação;
- f) 01 (um) representante da Câmara de Vereadores;
- g) 01 (um) representante da Liga de Futebol de Biguaçu – LICOB;
- h) 01 (um) representante de uma Instituição Municipal de Ensino Superior (UNIVALI);
- i) 01 (um) representante de entidades de grupos de idosos e/ou do Conselho Municipal do Idoso;
- j) 01 (um) representante das entidades de atendimento à pessoa com deficiência (APAE);
- k) 01 (um) representante da ASCLUBIG;
- l) 01 (um) representante de Associação Esportivas.

§ 1º O conselho elegerá dentre os membros que compõem, pela maioria, seu presidente, vice-presidente, secretário, e definirá a data da posse de seus Conselheiros.

§ 2º Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de dois anos, admitindo-se a recondução consecutiva apenas uma vez;

§ 3º Na hipótese de ausência do Conselheiro Titular em 03 (três) reuniões ordinárias e/ou extraordinária seguidas, ou 05 (cinco) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias intercaladas, sem comunicação prévia e justificativa aceita pela presidência o suplente completará o tempo de mandato do titular, na forma do Regimento Interno.

§ 4º A função do conselheiro é considerada de interesse público relevante e não será remunerada”.

Art. 2 - O artigo 3º da Lei Municipal nº 3366, de 29 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Esporte:

- I. Estabelecer a política nas atividades do esporte e lazer municipal;
- II. Avaliar e aprovar os planos de trabalho, referentes às políticas públicas para o esporte e lazer, principalmente, as que tiverem cunho de captação externa de recursos;
- III. Homologar o calendário municipal de atividades esportivas e lazer apresentado pela Secetul;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a aplicação de recursos materiais e financeiros do Município destinados às atividades e de lazer;
- V. Apreciar, deliberar convênios, contratos, acordos e concessão de auxílios e recursos à entidades esportivas do pela Secetul
- VI. Zelar pela memória do esporte;
- VII. Elaborar e aprovar, em reunião plenária, o Regimento Interno do conselho”;
- VIII. Fiscalizar o funcionamento de instituições esportivas, praças e quadras de esportes em geral.

Art. 3 - Acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 4º da Lei Municipal nº 3366, de 29 de maio de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º [...]

§ 1º O presidente é a autoridade administrativa superior ao Conselho, cabendo-lhe dirigir as reuniões do plenário e exercer a representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação pertinente e as resoluções expedidas pelo órgão;

§ 2º Nos casos de faltas e impedimentos, o presidente será automaticamente substituído pelo vice-presidente”.

Art. 4 - O artigo 6º da Lei Municipal nº 3366, de 29 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º O Conselho Municipal de Esportes, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta lei, elaborará o seu Regimento Interno, que será homologado pelo Chefe do Poder Executivo”.

Art. 5 - O artigo 7º da Lei Municipal nº 3366, de 29 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado à no prazo de 30 (trinta) dias, baixar decreto, aprovando o regulamento do Conselho Municipal de Esportes”.

Art. 6 - Acrescenta o artigo 8º na Lei Municipal nº 3366, de 29 de maio de 2013, com a seguinte redação:

“Art. 8º O Conselho Municipal de Esporte pode constituir comissões integradas por, no mínimo, um de seus membros e por profissionais de notório saber ou representantes de órgãos e entidades diretamente relacionados com o tema, na mesma forma do regimento interno”.

Art. 7 - Acrescenta o artigo 9º na Lei Municipal nº 3366, de 29 de maio de 2013, com a seguinte redação:

“Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e ficam revogadas a Lei nº 161-A/77, de 12 de agosto de 1977 e a Lei 562/89, de 03 de março de 1989”.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3576/2015, de 21/09/2015

Sancionada em 21/09/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3577/2015

Lei nº 3577/2015 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESTINAR ÁREAS PÚBLICAS PARA IMPLANTAÇÃO DE ECOPONTOS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a destinar áreas públicas para a implantação de Ecopontos no Município de Biguaçu/SC.

Parágrafo Único – Ecopontos são locais de entrega voluntária de pequenos volumes de entulho (até 1m³), grandes objetos (poda de árvores, sofás, armários, cadeiras, camas, colchões, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, equipamentos de informática, som e telefonia usados) e resíduos recicláveis, tal como óleo de cozinha.

Art. 2º – A utilização exclusiva da área pública destinada para a implantação do Ecoponto poderá ser atribuída a particular, mediante licitação e por tempo determinado, para que este a explore segundo sua destinação específica.

Parágrafo Único – Ao licitante vencedor do certame caberá dar o destino final aos materiais constantes no parágrafo único do art. 1.º desta Lei.

Art. 3.º – Nos Ecopontos, o munícipe poderá dispor o material gratuitamente em recipientes distintos para cada tipo de resíduo.

Art. 4º – A implantação dos Ecopontos, bem como a fiscalização de suas atividades, ficará a cargo da Secretaria de Obras e Infraestrutura, desenvolvendo estas atribuições conjuntamente com a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAMABI.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3577/2015, de 21/09/2015

Sancionada em 21/09/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3578/2015

Lei nº 3578/2015 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DENOMINA GINÁSIO DE ESPORTES "AURÉLIO CESCONETO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º - Fica denominado de "Aurélio Cesconeto", o Ginásio de Esportes da Escola Básica Municipal Donato Alípio de Campos, localizada no bairro Prado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 07 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3578/2015, de 07/10/2015

Sancionada em 07/10/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

LEI Nº 3579/2015

Lei nº 3579/2015 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA RUA GERCINO MACHADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Gercino Machado a via pública que possui extensão de 721m (setecentos e vinte e um metros) localizada no Loteamento Cicob, aprovado em 06/04/2011 sob o nº 11862/2009. Rua esta que até o presente data tem a denominação de Rua "C", pretende passar a ser Rua Gercino Machado, com seu início em frente ao lote 24 da quadra C e coordenada 27º 29'08.04" S – 48º 41'06.08"O e termino em frente ao lote "01" da quadra "C" com coordenada 27º 28'53.88" S – 48º 40'45.04" O.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 07 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3579/2015, de 07/10/2015

Sancionada em 07/10/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

PORTARIA Nº 2504/2015

PORTARIA nº 2504 de 07 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CHARLES ALTINO DE SIMAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 25/09/2015 a 28/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/09/2015.

Biguaçu, 07 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2505/2015

PORTARIA nº 2505 de 07 de outubro de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Charles Altino de Simas, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 29/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/09/2015.

Biguaçu, 07 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2506/2015

PORTARIA nº 2506 de 07 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NYA DOS SANTOS LHULLIER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/09/2015 a 23/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/09/2015.

Biguaçu, 07 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2507/2015

PORTARIA nº 2507 de 07 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARLENE GONÇALVES NUNES DE MELLO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/09/2015 a 24/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/09/2015.

Biguaçu, 07 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2508/2015

PORTARIA nº 2508 de 07 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCO ANTONIO LINDOSO GOUVEIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2015 a 01/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2015.

Biguaçu, 07 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2509/2015

PORTARIA nº 2509 de 07 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VANESSA DE ALMEIDA CABRAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ALMOXARIFE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 21/09/2015 a 20/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/09/2015.

Biguaçu, 07 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2510/2015

PORTARIA nº 2510 de 07 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARLOS ZULMAR ALBINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 01/09/2015 a 01/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2015.

Biguaçu, 07 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2511/2015

PORTARIA nº 2511 de 07 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ERNANI VASCONCELOS DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/10/2015 a 05/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/10/2015.

Biguaçu, 07 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO PP 218-2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 218/2015 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 218/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES.", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 29/10/2015, até 13:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 28/10/2015, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8022.

Biguaçu, 8 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 188/2015-PMB

O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP188/2015-PMB, destinada a contratação de empresa prestadora de serviços para pavimentação em concreto, drenagem e sinalização da Rua Olívio Rafael Shula e pavimentação com lajotas sextavadas, drenagem e sinalização das ruas Maria Moisés, José do nascimento dos reis e Feliciano Francisco Gonçalves, todas localizadas no bairro Areias de Cima, no município de Biguaçu/sc, bem como o julgamento efetuado pela Comissão de Licitação, adjudicando o objeto licitado a empresa classificada e seu respectivo valor: RSI Empreiteira de Mão de Obra Ltda. – R\$ 1.085.402,68

Biguaçu 8 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 189/2015-PMB

O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP189/2015-PMB, destinada a contratação de empresa prestadora de serviço para pavimentação em concreto, drenagem e sinalização e pavimentação com lajotas sextavadas, drenagem e sinalização das Ruas Cipriane Simão, Caramuru Garcia, José Manoel, Georgino Fermio Machado e Gustavo Justino Reis localizadas no bairro Cachoeiras, no município de Biguaçu/SC, bem como o julgamento efetuado pela Comissão de Licitação, adjudicando o objeto licitado a empresa classificada e seu respectivo valor: Lote 01- WA Comércio Ltda. – 944.207,90; Lote 02 – RSI Empreiteira de Mão de Obra Ltda. – 958.264,52.

Biguaçu 8 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.164/2015

LEI Nº 8.164, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

DENOMINA DE "ADEMAR JOÃO MAIOCHI", PONTE LOCALIZADA NO BAIRRO DA VELHA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Ademar João Maiochi, a ponte de concreto, em construção sobre o Ribeirão da Velha, na Rua Humberto de Campos, localizada no Bairro da Velha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-028/15

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-028-15 – Contratação de empresa especializada para serviços de Pirotecnia (show piromusical) para o evento Reveillon 2016 e 2017 e para o natal nos bairros 2015 e 2016, conforme especificações constantes neste edital – PROEB.

Contratada: TECNOFOGOS COMERCIAL LTDA. EPP.
CNPJ: 02.543.496/0002-56.

Item 01: R\$ 552.186,35 (quinhentos e cinquenta e dois mil cento e oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos);

Item 02: R\$ 87.794,48 (oitenta e sete mil setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e oito centavos);

Total: R\$ 639.980,83 (seiscentos e trinta e nove mil novecentos e oitenta reais e oitenta e três centavos).

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015 - SEDEAD

Homologação do pregão presencial nº. 044/2015 – Data da Homologação: 28 de setembro de 2015

OBJETO: Aquisição de materiais médico hospitalares (fisioterápicos, saúde bucal e veterinário) - SEMUS/FMS.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Valor total de R\$ 12.906,32

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.106/12, Lei Complementar 123/06 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e alterações.

EXTRATO TERMO DE REPASSE 2015/118

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/118

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A OBRA KOLPING ESTADUAL DE SANTA CATARINA – COMUNIDADE KOLPING GARCIA

OBJETO: Despesas com o Projeto de Revitalização do Prédio.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Cinco mil e quinhentos reais (R\$ 5.500,00) repassados em parcela única.

DATA: 07 de outubro de 2015.

RESOLUÇÃO COPE Nº 005/2015

RESOLUÇÃO COPE Nº. 005/2015

APROVA A INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE, A ALTERAÇÃO DE MATERIAL DE MURO DIVISÓRIO E A CONCEPÇÃO E VOLUMETRIA DE PROJETO EM IMÓVEIS CLASSIFICADOS COMO P3.

O CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis Complementares ns. 793 e 794, ambas de 19 de abril de 2011, e considerando a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 30 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar:

I – a instalação de peça de publicidade em imóvel situado na Rua Johanna Hering, nº. 80, no Bairro da Velha, cadastro de IPTU nº. 3036, classificado como P3, nos termos do Processo Administrativo n. 2015/8103;

II - a alteração do material construtivo do muro divisório a ser edificado no imóvel situado na Rua Gustavo Zimmermann, nº. 5747 – Bairro Itoupava Central, cadastro de IPTU nº. 6103, classificado como P3, nos termos constantes do Processo Administrativo nº. 2015/19083, ficando a mudança condicionada à aplicação de material translúcido na totalidade do muro frontal e, a partir deste, em 2,00 metros no muro lateral que confronta com a divisa do terreno onde encontra-se edificado o imóvel de interesse cultural;

III - a concepção e volumetria do projeto arquitetônico de edificação de uso multifamiliar no imóvel situado na Rua 7 de Setembro, n. 1567, no Bairro Victor Konder, cadastro de IPTU nº. 24521, classificado como P3, conforme Processo Administrativo nº. 2015/21494.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

Blumenau, 01 de outubro de 2015.

JULIANO GONÇALVES
Presidente

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 36/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 36/2015

INDICA REPRESENTANTES DO FÓRUM MUNICIPAL DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DE DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BLUMENAU- FORUM DCA, PARA A COMISSÃO ORGANIZADORA DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS DO CMDCA – BIÊNIO 2015 – 2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, e conforme o art. 7º da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e

CONSIDERANDO:

- o artigo 9º da Lei Complementar 411/2003 e alterações, que define que os representantes titulares e suplentes das organizações não governamentais serão escolhidos bienalmente em Fórum Próprio, convocado especialmente pelo Prefeito Municipal para tal finalidade, cabendo ao Fórum DCA a coordenação do Processo de Escolha;

- o ofício CMDCA nº99/2015 que solicitou ao Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente de Blumenau – Fórum DCA, a indicação de 04 (quatro) representantes para composição da Comissão que coordenará o Processo de Escolha dos Conselheiros Não Governamentais para a Gestão 2015/2017 do CMDCA;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em Plenária ordinária realizada em 10 de setembro de 2015, aprovando o referido ofício conforme consta na Ata CMDCA nº14/2015;

- o ofício do Fórum Municipal das Entidades Não Governamentais de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente datado em 16/09/2015, que indica seus representantes para compor a referida Comissão.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os seguintes representantes do Fórum DCA para compor a Comissão Organizadora do Processo de Escolha dos Conselheiros Não Governamentais para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, Biênio 2015-2017;

- Orli Anderle - Grupo Escoteiro Curt Hering,
- Orlando Mattos Junior - Associação Assistencial Lar Betânia,
- Maria de Lourdes Sabel - Associação Puro Amor;
- Améris Eva M. Jorge - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo,

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 07 de outubro de 2015.

IVONE SERPA

Coordenadora do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

PROCESSOS INEXIGIBILIDADE E DISPENSA/2015 - SEDEAD

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA - Processo de Inexigibilidade nº. 09-087/2015 - Aos interessados na licitação, comunicamos a seguinte alteração: no aviso de licitação, publicado no Diário Oficial Eletrônico de 29/07/2015 onde se lê: "[...] R\$ 533.460,00 [...]"; leia-se: "[...] R\$ 88.640,00". BASE LEGAL: Lei nº. 8.666/93 e alterações e legislação complementar.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-138/2015 – Contratação de formador para a formação no dia 05/08/2015 com o tema "fonoaudiologia e psicopedagogia: um encontro possível e 20/08/2015 e 21/08/2015 com o tema" elaboração conceitual: flexibilização e adaptação das práticas pedagógicas – SEMED. CONTRATADO: Rodrigo Marcellino De Franca (CPF: 730.301.559-00). VALOR: R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais) Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-137/2015 – Contratação de formadora para a formação nos dias 25, 26 e 27/08/2015 com o tema a literatura como agente na formação de leitores competentes para as professoras de língua portuguesa - SEMED. CONTRATADO: Sueli de Souza Cagneti (CPF: 066.542.079-04). VALOR: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-136/2015 – Contratação de formador para a formação no dia 20/08/2015 com o tema "a pedagogia lúdica para os anos iniciais do ensino fundamental." - SEMED. CONTRATADO: João Batista Freire da Silva (CPF: 282.726.098-00). VALOR: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-122/2015 – Contratação dos personagens e cessão temporária dos direitos autorais da marca vovô e vovó chopão, na abertura e no encerramento da XXXII Oktoberfest – PROEB. CONTRATADO: Luiz Alberto Ce (CNPJ: 17.231.976/0001-78). VALOR: R\$ 31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais) Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-099/2015 – Serviço de monitoria do projeto ressignificação da vigilância sanitária no município de Blumenau – SEMUS. CONTRATADO: Carlos Alberto Severo Garcia Junior (CPF: 003.310.480.86). VALOR: R\$ 5.920,00 (cinco mil e novecentos e vinte reais) Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Dispensa nº. 08-135/2015 – Contratação de empresa especializada em elaborar aplicar e corrigir provas de concurso público - ISSBLU. EMPRESA CONTRATADA: Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB (CNPJ: 82.662.958/0001-02). VALOR: R\$ 26.940,00 (vinte e seis mil e novecentos e quarenta reais) Base Legal: Art. 24, Inciso VIII, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Dispensa nº. 08-122/2015 – Contratação de empresa para prestação de serviços ambulatoriais para a 32ª Oktoberfest que será realizada entre os dias 07 a 25 de outubro de 2015 e para o KINDERPLATZ a se realizar entre os dias 5 a 25 de outubro de 2015 - PROEB. EMPRESA CONTRATADA: Fundação Hospitalar de Blumenau – Hospital Santo Antônio (CNPJ: 82.654.088/0001-20). VALOR: R\$ 172.800,00 (cento e setenta e dois mil e oitocentos reais) Base Legal: Art. 24, Inciso VIII, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

PORTARIA Nº 0032015 - PROCON

PORTARIA NORMATIVA PROCON Nº 003, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre cláusulas abusivas nos contratos de prestação de serviços educacionais e dá outras providências.

O PROCON DE BLUMENAU, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da Lei Complementar nº 721, de 21 de agosto de 2009, e:

Considerando, nos termos dos artigos 5º, XXXII, e 170, V, da Constituição Federal de 1988, que a defesa do consumidor é garantia constitucional e princípio basilar da ordem econômica, sendo-lhe reconhecida a natureza de direito fundamental;

Considerando, por disposição do artigo 4º, caput, da Lei Federal 8.078/1990, que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, bem assim a proteção de seus interesses econômicos e a transparência e harmonia das relações de consumo;

Considerando, com escólio no art. 5º do Decreto 2.181/1997, a competência comum para fiscalizar, receber denúncias, apurar irregularidades, garantir e promover a defesa dos interesses e dos direitos dos consumidores;

Considerando a chegada do período em que as escolas e estabelecimentos de ensino entregam aos pais de alunos listas de materiais escolares a serem adquiridos, muitas vezes sem observar a legislação pertinente;

Considerando ser atribuição deste órgão, a proteção e defesa dos direitos dos consumidores, bem como a devida orientação dos fornecedores sobre providências necessárias para a relação de consumo que se estabelece entre as escolas e os pais dos alunos quanto ao fornecimento do material escolar que lhes é exigido;

Considerando, o regramento trazido pela Lei 12.886/2013 ao artigo 1º, § 7º, da Lei 9.870/1999, o qual estatui ser nula cláusula contratual que obrigue o contratante ao pagamento adicional ou ao fornecimento de qualquer material escolar de uso coletivo dos estudantes ou da instituição de ensino;

Considerando, que o elenco de cláusulas consideradas abusivas (art. 51 da Lei 8.078/90) tem natureza meramente exemplificativa, não impedindo que outras, também, possam vir a ser assim consideradas pelos órgãos da Administração Pública incumbidos da defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor e legislação correlata,

RESOLVE:

Art. 1º. Firmar entendimento que material escolar passível de solicitação pelas escolas é somente aquele de uso exclusivo e restrito ao processo didático-pedagógico e que tenha por finalidade única o atendimento das necessidades individuais do educando durante a aprendizagem.

Art. 2º. Determinar que os estabelecimentos de ensino da rede particular deverão disponibilizar, no período de matrícula, a lista de material escolar necessário ao aluno, acompanhada do respectivo plano de utilização dos materiais estabelecidos na referida relação.

§ 1º. No plano de utilização dos materiais, deverá constar, de forma detalhada e no que tange a cada item do material escolar, a descrição da atividade didática para a qual se destina, com seus respectivos objetivos e metodologia, observando-se, ainda, o seguinte:

I - A escola deverá apresentar o plano de utilização especificamente planejado para cada série/turma, no ato da matrícula ou, preferencialmente, em reunião de pais, para discussão.

II - A anuência do responsável legal do aluno aos termos do plano de utilização apresentado pela escola deverá ser explícita e por escrito, mediante a assinatura de termo de concordância, devendo constar no mesmo, ainda, o cronograma de execução.

III - O plano de utilização elaborado pela entidade escolar deverá ficar afixado nos dois primeiros meses de sua vigência em local público e de fácil acesso no âmbito da instituição de ensino, devendo ser posteriormente arquivado na secretaria para eventuais consultas e esclarecimentos dos alunos, pais ou responsáveis, bem como comprovação de sua execução.

§2º. O material escolar cuja utilização não importe o consumo do bem deverá ser devolvido ao aluno quando do fim do período letivo.

§3º. O disposto no parágrafo anterior aplica-se também ao material que, embora consumível, não tenha sido utilizado.

Art. 3º. Considerar abusiva, nos contratos de fornecimento de produtos e serviços educacionais, a cláusula que:

I – Permita a perda total do valor pago a título de matrícula, em casos de desistência da vaga anteriormente ao início das aulas;

II – Permita a cobrança de Histórico Escolar ao final do curso e de Certificado de Conclusão de Curso ou Diploma;

III – Permita a cobrança de valores integrais para aproveitamento de serviços de cunho educacional prestados por outros estabelecimentos;

IV – Permita a cobrança de valores para reconhecimento de atividades de cunho educacional prestadas dentro do próprio âmbito contratado;

V – Negue a efetivação de matrícula ou imponha qualquer outra sanção em razão da recusa de entrega de material escolar considerado abusivo por este Órgão, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, e no anexo I (Materiais de Insumo) desta Portaria;

VI - Exija do consumidor marcas específicas para a compra do material ou determine que a compra seja feita no próprio estabelecimento educacional;

VII - Obrigue o contratante ao fornecimento de qualquer material escolar de uso coletivo dos estudantes ou da instituição;

VIII – Institua a cobrança de qualquer “valor/taxa”, assim intitulada pela instituição, de material escolar;

§ 1º. O material de uso coletivo necessário à prestação dos serviços educacionais contratados é considerado insumo à atividade desenvolvida, devendo os custos correspondentes compor os cálculos do valor das anuidades ou das semestralidades escolares.

§ 2º. Nos termos do inciso VIII do presente artigo, consta do anexo I desta Portaria rol exemplificativo de materiais escolares que não podem ser solicitados pelas escolas.

§ 3º. Ainda que de uso individual, entende-se por coletivo o material cuja quantidade solicitada extrapole a capacidade de utilização exclusiva.

Art. 4º. Estabelecer que, no ato de apresentação e justificação do plano de utilização dos materiais aos pais ou responsáveis, haverá de ser demonstrada a necessidade de solicitação de papel ofício para sua execução, devendo ser facultada, ainda, a entrega gradual de seu quantitativo, conforme planejamento da escola.

§ 1º. Considerando-se o período letivo anual, reputa-se abusiva a

exigência de papel ofício em quantidade superior a uma resma por aluno, salvo quando devidamente demonstrado no plano de utilização previsto no artigo 2º desta Portaria.

§ 2º. Atendidas as prescrições do caput e do parágrafo anterior, a solicitação de papel ofício pelas escolas deve observar, outrossim, o que se segue:

I - O plano de utilização de materiais deverá discriminar a quantidade de folhas a serem utilizadas;

II - O termo de concordância a que se refere o art. 2º, § 1º, II, desta Portaria, abrangerá a anuência ao quantitativo de papel ofício solicitado;

III - Deverá ser demonstrada a pertinência entre a quantidade de folhas exigidas e a proposta contida no plano de utilização, sendo vedado, em qualquer caso, exigi-las para fins que não seja o uso individual do aluno em atividades diretamente relacionadas a sua aprendizagem;

IV - As atividades em que será utilizado o papel ofício deverão de ser compatíveis com a respectiva série cursada pelo aluno, devendo ser explicitadas as razões de natureza educacional de sua utilização;

Art. 5º. Considerar abusivas eventuais práticas contrárias ao disposto na presente Portaria.

Art. 6º. Em caso de descumprimento da presente Portaria, bem como qualquer infração ao Código de Defesa do Consumidor, sujeita o infrator as sanções previstas na Lei consumerista c/c o Decreto 2181/97, sem prejuízo das demais sanções;

PROCON DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2015.

Alexandre Pereira Caminha
Coordenador do Procon de Blumenau

PORTARIA NORMATIVA PROCON Nº 003, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

ANEXO I

LISTA EXEMPLIFICATIVA DE MATERIAIS ESCOLARES QUE, CONSOANTE O DISPOSTO NO ART. 3º, VII, E § 1º, DESTA PORTARIA, NÃO PODEM SER SOLICITADOS PELAS ESCOLAS

1. Álcool
2. Algodão
3. Argila
4. Balde de praia
5. Balões
6. Bastão de cola-quente
7. Bolas de sopro
8. Caneta para lousa
9. Canudinho
10. Carimbo
11. Cartolina em geral
12. Copos descartáveis
13. Cordão
14. Disquetes e CD's ou produtos de mídia
15. Elastex
16. Envelopes
17. Esponja para pratos
18. Estêncil a álcool e óleo
19. Fantoche
20. Feltro
21. Fita dupla face
22. Fita durex em geral
23. Fita ou cartucho para impressora
24. Fita decorativa
25. Fítilhos
26. Flanela
27. Giz branco e colorido
28. Glitter
29. Grampeador e grampos
30. Isopor
31. Jogo pedagógico
32. Jogos em geral
33. Lã
34. Lixa em geral
35. Maquiagem
36. Marcador para retroprojektor
37. Material de escritório sem uso individual
38. Material de limpeza em geral
39. Medicamentos
40. Palitos de churrasco
41. Palito de dente
42. Palito de picolé
43. Papel em geral, exceto papel ofício quando solicitado em quantidade não superior a uma resma por aluno
44. Papel higiênico
45. Papel ofício colorido
46. Piloto para quadro branco
47. Pincel Atômico
48. Pratos descartáveis
49. Pregador de roupas
50. Tintas em geral
51. TNT
52. EVA

Bom Retiro

PREFEITURA

74.15 - DECRETO AMEMBRAMENTO ANTONIO

DECRETO Nº 74/15 de 05.10.15

Aprova amembramento de área urbana para unificação de imóvel.

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Artigo 1º - Certifico conforme requerimento nº 335/2015, que esta Prefeitura aprova através de Decreto o "Amembramento" do imóvel de propriedade de ANTONIO ARISTEU DE BRITTO, CPF nº 537.220.609-82, da Quadra 21, do Loteamento Bairro do Rincão, formado pelo Lote nº 223, Inscrição Imobiliária nº 01.01.157.0121.001, com uma área de 372,00m², matriculado no Registro de Imóveis sob nº R-1-5.054 Livro n 76 Fls. 77/78, e pelo Lote nº 224, Inscrição Imobiliária nº 01.01.157.0109.001, com uma área de 396,00m², matriculado no Registro de Imóveis sob nº 2.528 Livro n 2 – Q, ficando a área total unificada do imóvel com 768,00m². Os imóveis ficam situados com frente para a Rua João Timóteo Arseno, Bairro São José, Bom Retiro, Santa Catarina.

Artigo 2º - O imóvel possui a infra-estrutura exigida pela legislação vigente como água, energia elétrica, iluminação pública, canalização que recolhe a água pluvial e o esgoto das residências, meio fio e calçamento.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 62/15 de 04 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 05 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

817.10.15 - P. FÉRIAS VANDERLEI CARDOSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 817/15 de 06.10.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) ao funcionário Vanderlei Cardoso, Ocupante do cargo de Calceteiro – Nível 04, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 05 de outubro com término no dia 04 de novembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

818.10.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELI AP B. ALTHOFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 818/15 de 06.10.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 29 de setembro com término no dia 13 de outubro de 2015, a funcionária Eli Aparecida Borba Althoff, Ocupante do cargo de Chefe de Serviço - Padrão I – Nível 30, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

819.10.15 - P. FÉRIAS GERVAZIO M. KULL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 819/15 de 06.10.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) ao funcionário Gervazio Marcelino Kull, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 02 de outubro com término no dia 01 de novembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de outubro de 015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

820.10.15 - P. DES. PROF. MICHELLI P. POLMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 820/15 de 06.10.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Michelli Paula Polmann, para atuar como Professora Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, período de 02 de outubro com término no dia 01 de novembro de 2015, em virtude de sua classificação em 2º lugar no Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT – Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Gervazio Marcelino Kull que encontra-se em Férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de outubro de 015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

821.10.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ROSEMELIA G. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 821/15 de 07.10.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 05 de outubro com término no dia 09 de outubro de 2015, a funcionária Rosemélia Gamba da Rosa, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de outubro de 015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Botuvera

PREFEITURA

PL48-PP24/2015-HORAS MÁQUINAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº48/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2015-SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, para a Prefeitura de Botuverá. Recebimento da documentação Até 22/10/2015, as 15:00hrs. Abertura das propostas dia 22/10/2015, 15:30hrs. Local na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170. Site: www.botuvera.sc.gov.br - e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 08 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 44/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 44/2015

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 44/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 54/2015. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foram declaradas vencedoras do certame as empresas a seguir: LEA LOUREIRO – HIDROVALVULAS CNPJ:04.338.351/0001-68 , LOTES: 1, 2, 3, 4,5, 6, 7, 12 E 14, no valor total de R\$ 135.113,10, WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME , CNPJ: 06.311.234/0001-36, LOTES: 8, 9, 13, 15,16 E 17 no valor total de R\$ 32.025,00, HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO, CNPJ: 82.977.109/0001-48, LOTES 10 e 18 no valor total de R\$ 4.227,60 e GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME CNPJ: 05.567.019/0001-38, LOTE: 11 no valor total de R\$ 10.600,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura.

Alair Franz Hein

Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 08/10/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015 FMAS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 08/07/2015 Válido até: 08/07/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática para manutenção do Programa Bolsa Família.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
3	PROJETOR: Resolução Máxima 1400 x 1050, Luminosidade 2700 ANSI Lumens (em cores); 2700 ANSI Lumens (em branco) Lâmpada Tipo: 200W UHE (E-TORL), Vida útil: 5000 Horas (modo normal); 6000 Horas (modo Eco); Lente - Índice de Projeção: Throw Ratio: 1,30 - 1,56; Distância de Projeção: 0,7 - 7,62 metros (100" a 3m de distância); Tamanho da Imagem: 30" - 300"; Foco: Manual; Zoom: 1 - 1,2 (ótico); Tipo: Foco manual; Zoom óptico; Requisitos do Sistema Compatível com Computadores, notebooks, TVs, Vídeo Games e outros equipamentos que suportam Projetor. Conexões Entradas: HDMI x 1; Computador - VGA RGB (D-sub 15-pinos) x 2; S-Vídeo: Mini DIN x 1; Vídeo Composto: RCA (amarelo) x1; USB Tipo A x 1 (Memória USB, Wi-Fi); USB Tipo B x 1; (USB Display, Mouse, Controle); Audio: RCA x2 (vermelho/branco); Mini Jack stereo x2; Controle: RS-232 x1 / Saídas: VGA (Mini D-sub 15 pin) x 1 - Monitor Out; Audio (Stereo Mini Jack) x1 / HDTV READY / Conexão para PC / Conexão para DVD / Conexão Hdmi / Conexão USB / Conexão Vídeo / Conexão Vídeo Componente / Conexão Vídeo Composto Conteúdo da Embalagem: Projetor, Controle remoto com 2 pilhas AA; Cabo de Alimentação; Cabo RGB VGA (computador); Cabo USB, CD-ROM com documentação do projetor, Voltagem Bivolt, Dimensões aproximadas do produto (cm) - AxLxP16,5x36,1x36,3cm (1646)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6212)	EPSON PL S1	0	1.900,0000
4	NOBREAK POTÊNCIA 1800 VA - Saída padrão USB e RS-232 para comunicação inteligente (acompanha cabo USB tipo A-B). Modelos bivolt automático: entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V~. Estabilizador interno com 4 estágios de regulação. Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM). DC Start: permite que o nobreak seja ligado na ausência de rede elétrica. Autodiagnóstico de bateria: informa quando a bateria precisa ser substituída. Recarga automática da bateria em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado. Conector do tipo encaixe rápido para conexão do módulo de bateria externo ao nobreak. Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade: aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno. Autoteste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal. Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL). Circuito desmagnetizador: garante o valor de tensão adequado para equipamentos de informática, áudio e vídeo (cargas não lineares). Led colorido no painel frontal, indica as condições de funcionamento do nobreak - modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, entre outras informações. Alarme audiovisual: sinalização de eventos como queda de rede, subtensão e sobretensão, fim do tempo de autonomia e final de vida útil da bateria, entre outras informações. Botão liga/desliga temporizado com função Mute: evita o acionamento ou desacionamento acidental, além de desabilitar o alarme sonoro após a sinalização de algum evento. Gabinete plástico antichama. Fusível rearmável. (1648)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6212)	ESN	0	1.615,0000
5	TECLADO COM FIO - teclado do tipo chocolate, com teclas extra macias ao toque e silenciosas. Padrão ABNT - Português BR, quantidade de teclas 119 teclas, interface USB, compatíveis com os seguintes equipamentos: PC e Notebook, cor preta. (1649)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6212)	KOLKE	0	40,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 08/07/2015		Válido até: 08/07/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática para manutenção do Programa Bolsa Família.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	MOUSE OPTICO USB - Roda de rolagem (scroll), Plug & Play, Interface USB, compatível com os seguintes equipamentos PC e Notebook, Dimensões mínimas: 3x5,5x9,5cm, cor preta, (1680)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6212)	KOLKE	0	26,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 08/07/2015		Válido até: 08/07/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática para manutenção do Programa Bolsa Família.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015
PROCESSO Nº 6/2015

(6212) - RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Braço do Trombudo, 8 de Julho de 2015.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.666, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO nº 7.666, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.
(republicação)

Dispõe sobre o descaucionamento dos lotes de terra do "Loteamento Parque Residencial Florence", de propriedade de Administradora de Bens Schumacher Ltda..

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Decreto 6.662/2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam descaucionados todos os lotes de terra do "Loteamento Parque Residencial Florence", de propriedade de Administradora de Bens Schumacher Ltda., constantes do Decreto nº 6.662/2011, registrado no livro 2-A, matrícula nº 10352, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, posto que o loteador atendeu as condições estabelecidas pelo Poder Público, conforme informações prestadas pelo Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN e pela autarquia Samae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, anexa a este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de setembro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

JULIANO MONTIBELLER
Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN

DANILO VISCONTI
Procurador Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de agosto de 2015.

1. EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2496/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2496/2015

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a MARIA IVONE CRESPI NOLDIN

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, e, 36, 38 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §1º, III, a, e §5º, da CF/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41, de 19/12/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 20/2015, por força de decisão judicial proferida nos autos do processo judicial

nº 0304906-59.2015.8.24.0011, da Vara da Fazenda Pública e dos Registros Públicos de Brusque-SC, benefício de Aposentadoria Voluntária a MARIA IVONE CRESPI NOLDIN, CPF 480.700.769-68

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de outubro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 10.326, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.326, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 145/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Genésio Furtado Filho do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de outubro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.327, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.327, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Genésio Furtado Filho para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, a partir de 08 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de outubro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de outubro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.673 , DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO nº 7.673 , DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera o art. 9º, caput, do Decreto nº 7.541, de 26 de novembro de 2014, para estender o prazo permitido para parcelamento de empréstimos consignados em folha de pagamento dos servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 82, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO justificativa apresentada pelo Secretário de Orçamento e Gestão, no sentido de que a ampliação do prazo para empréstimos consignado em folha de pagamento dos servidores públicos lhes favorecem na organização do orçamento pessoal e na renegociação de dívidas,

CONSIDERANDO que a medida não implica em permitir o aumento das taxas de juros já praticadas, mas tão somente um maior fracionamento dos créditos tomados em empréstimo pelos servidores públicos ou das dívidas a serem por estes renegociadas junto às instituições financeiras,

DECRETA:

Art. 1º O art. 9º, caput, do Decreto nº 7.541, de 26 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º. A consignação dos empréstimos observará o prazo máximo de 96 (noventa e seis) prestações mensais para sua amortização, cuja taxa de juros não poderá ultrapassar a média praticada pelas instituições financeiras, para a modalidade - Pessoa Física - Crédito Pessoal Consignado Público - Encargo Pré-Fixado, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sob pena de descredenciamento.” (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de outubro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRODÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2495/2015

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

1 Portaria nº 2495/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar em parte a Portaria nº 2095/2015, publicada no DOM/SC em 28/08/2015, que concedeu benefício de Aposentadoria Voluntária a NEUSA SAPELLI TEIXEIRA.

ONDE SE LÊ: “... com efeitos a partir de 01/08/2015... ”
LEIA-SE: “ com efeitos a partir de 03/08/2015 ”

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de outubro de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 43, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015 - LEGISLATIVO

Portaria Nº 43, de 7 de outubro de 2015.

Altera horário de expediente da Câmara Municipal de Brusque.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o horário de expediente dos Servidores da Câmara Municipal no dia 08 de outubro de 2015, passando a ser prestado das 11 às 17 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 07 de outubro de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
André Rezini
1º Secretário

Caçador

PREFEITURA

13º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115 - 2012 – PREFEITURA

13º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115 - 2012 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2012 – CONCORRÊNCIA Nº 07/2012, PRORROGA PRAZO POR 60 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE NA RUA CANÁRIA, LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA, BAIRRO MARTELO, PELO PROGRAMA FEDERAL PRÓ INFÂNCIA, CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 73.461.196/0001-95, com sede na cidade de Videira, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 115/2012 datado de 30 de outubro de 2012 e demais aditivos, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 60 (sessenta) dias, iniciando em 27 de setembro de 2015 e findando em 27 de novembro de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80 – 2014 – PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80 – 2014 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2014 – CONVITE Nº 03/2014M, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DAR SUPORTE TÉCNICO E APOIO ADMINISTRATIVO, ASSESSORIA CONTÁBIL NAS ÁREAS ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL, CONTRATADA: EXPRESSO APOIO A GESTÃO PÚBLICA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.346.252/0001-19, com sede na cidade de Presidente Getúlio, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 80/2014, O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo, pelo período de 01 (um) mês, conforme solicitação e justificativa emitida pelo Sr. Secretário da Fazenda e mediante parecer jurídico favorável nº 396/2015, documentos estes anexos ao presente, para todos fins e efeitos legais. O preço certo e ajustado para o presente aditivo é de R\$ 5.500,00 (cinco mil, quinhentos reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 01 (um) mês, contados do dia 30 de setembro de 2015 e findando no dia 30 de outubro de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28 – 2015 – PREFEITURA

2ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015, RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS, AQUISIÇÃO DE TANQUES ESTACIONÁRIOS DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEO DIESEL TIPO S10 E ÓLEO DIESEL COMUM, DESTINADOS AOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, empresa SAFRA DIESEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.578.202/0001-87, com sede na cidade de Chapecó/SC, O preço certo e ajustado para o item 1 - ÓLEO DIESEL BS500 COMUM, passa a ser R\$ 2,52 (dois reais e cinquenta e dois centavos) por litro, correspondente à recomposição de 1,62%, com relação aos preços iniciais e será aplicado sobre o saldo remanescente. A vigência dos valores será contada a partir da publicação da presente ata. As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 – 2014 – FMAS

2º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 – 2014 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014, READEQUAÇÃO DE VALOR, AQUISIÇÃO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, FORNECEDOR: REUNIDAS TURISMO S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.176.082/0001-80, com sede na cidade de Caçador, SC, O presente Aditivo tem por objeto a repactuação do valor registrado para o item nº 39 da Ata de Registro de Preço que originou o presente termo aditivo, mediante solicitação e justificativa emitida pela Contratada e Parecer Jurídico Favorável nº 391/O valor para o item nº 39 – FOZ DO IGUAÇU - PR, passará a ser de R\$ 88,98 (oitenta e oito reais e noventa e oito centavos). A vigência dos valores será contada a partir da publicação da presente ata. Os preços dos demais itens constantes da Ata Principal nº 30/2014 permanecem inalterados. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45 – 2014 – PREFEITURA

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45 – 2014 – PREFEITURA -PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014, ACRÉSCIMO E A SUPRESSÃO DE ITENS, CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, Este aditivo contratual fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 45/2014 de 20 de junho de 2014, O presente aditivo tem por objeto o acréscimo e a supressão, em razão da compra e venda de veículos, conforme solicitação emitida pela Coordenadoria de Patrimônio e mediante Parecer Jurídico Favorável nº 355/2015, Ficam acrescidos ao Contrato Principal acima descrito os seguintes veículos em um novo lote nº 13: placa MKX-1716; MCW-9029; MCE-4708, e suprimidos os seguintes veículos placa MET-0466 referente ao lote nº 04; MCT-4309 e MCT-4219 referente ao lote nº 05; MCR-4143 referente ao lote nº 01 do Contrato Principal. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade, inclusive o valor, pois essa alteração não gera acréscimos financeiros.

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 119 – 2011 – PREFEITURA

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 119 – 2011 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2011, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, CONTRATADA: ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.523.142/0001-21, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 60, casa, Centro, na cidade de Caçador/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 119/2011 e seus aditamentos, O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses contados de 30 de setembro de 2015 e findando dia 30 de setembro de 2016, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 2.023,00 (dois mil, vinte e três reais), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade, inclusive os valores referentes às coberturas mínimas.

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79 – 2014 – PREFEITURA

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79 – 2014 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2014 – TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014, PRORROGA PRAZO POR 60 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ULISSES GUIMARÃES, CONTRATADA: OTTIMIZZARE ENGENHARIA INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.295.741/0001-59, com sede na cidade de CAÇADOR, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 79/2014, datado de 22 de setembro de 2014, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 60 (sessenta) dias, iniciando em 21 de setembro de 2015 e findando em 21 de novembro de 2015, podendo ser prorrogado ainda no caso de interesse público devidamente justificado nos termos da Lei. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83 – 2013 – PREFEITURA

7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83 – 2013 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2013 – TOMADA DE PREÇOS Nº 03/201, PRORROGA PRAZO POR 60 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DO CRAS NOSSA SENHORA SALETE COM ÁREA DE 191,28M2. CONTRATADA: ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 03.637.604/0001-31, Inscrição Estadual nº 253.720.893, com sede na Rua Cabo João Maria T. Palhano, nº 722, no Centro na cidade de Sana Cecília/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 83/2013 datado de 07 de outubro de 2013, O prazo de vigência do presente aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 60 (sessenta) dias, ou seja, do dia 02 de setembro de 2015 e findando dia 02 de novembro de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002 – 2015 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002 – 2015 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO 10/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015, AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E KITS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Chapecó, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	R\$ UNT.	R\$ TOTAL
01	1.500	Material para compor uma cesta básica: Açúcar Refinado 05Kg, Farinha de trigo Especial 05Kg, Arroz parboilizado tipo (1) 05Kg, Feijão preto tipo (1) 01Kg, Farinha de milho tipo fubá 01Kg, Sal refinado iodado 01Kg, 02Kg Macarrão massa sêmola c/ ovos tipo talharim pacote com 01Kg, 1 lata óleo de soja 900 ml, leite em pó integral sem glúten e sem adição de açúcar 800 gr, 1 creme dental embalagem 90 gramas, 1 barra de sabão de 400 gr, 1 Und café torrado e moído 500 gramas tipo exportação embalado á vácuo extra forte sem glúten fabricação de no máximo 30 dias, 1 Und biscoito doce sortido com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico gordura vegetal hidrogenada, aromatizante sintético idêntico ao natural com 800 gramas.	69,55	104.325,00
02	1.000	Material para compor um kit alimentação: 02 Kg açúcar refinado, 1 Und sabonete com 90 gr, 02 kg arroz parboilizado tipo 1, 01 Kg feijão preto tipo 1, 01 Kg farinha de milho tipo fubá, 01 Kg sal refinado, 01 Kg massa sêmola c/ ovos tipo talharim, 1 lata óleo de soja 900 ml, 400 gr leite em pó integral, 1 und creme dental c/ 90 gramas, 1 barra sabão em pedaço de 400 gramas, 1 und café embalado a vácuo com 250 gramas, 1 und bolacha doce sortida com 800 gramas.	36,60	36.600,00
TOTAL				140.925,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104 - 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104 - 2015 – PREFEITURA - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39-2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES E DE EXPEDIENTE PARA DISTRIBUIÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, empresa BOZZANO E BOZZANO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.323.392/0001-82, com sede na cidade de Blumenau, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VLR UNI-TÁRIO	VLR TOTAL
15	60	UNIDADE	Caneta para Retroprojektor cores - 20 azul -20 preto-20 vermelho	1,03	61,80
35	4000	UNIDADE	EVA liso tamanho 40 X 60 cm –cores : 250 pele -250 vermelho – 250 preto – 250 verde claro – 250 azul claro – 250 azul escuro – 250 rosa claro – 250 pink – 250 marrom – 250 branco – 250 violeta – 250 vinho – 250 lilás claro – 250 laranja – 250 amarelo – 250 cinza –	0,93	3.720,00
45	150	UNIDADE	Grampeadores 26/6 em metal com 20 cm de comprimento e 9 cm de altura	15,99	2.398,50
70	10	UNIDADE	Perfurador Grande	25,84	258,40
VALOR TOTAL					6.438,70

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105 - 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105 - 2015 – PREFEITURA - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39-2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES E DE EXPEDIENTE PARA DISTRIBUIÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, empresa DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.803.230/0001-53, com sede na cidade de Campos Novos, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VLR UNIT.	VLR TOTAL
5	250	ROLO	Bobina papel Kraft de 15 kg com 1,20 altura e 80 gramatura	72,00	18.000,00
34	1000	UNIDADE	EVA natureza - várias estampas 40 x 60 sendo 100 unidades de cada modelo,es-tampas e cores diferentes	4,80	4.800,00
41	1.000	UNIDADE	Fita adesiva transparente - Tipo Durex -Larga 50X50	1,95	1.950,00
44	150	Pacote	Glitter escolar potes com (c/6 cores sortidas) 3g de cada	2,76	414,00
64	100	PACOTE	Papel Vergê 120 g/m com 50 folhas -A4 210 mm X 297 mm, 50 na cor branca, 20rosa, 20 azul,10amarelo	6,11	611,00
79	7.000	UNIDADE	Tesoura sem ponta infantil lâminas de aço inox cabo polipropileno	1,40	9.800,00
84	10.000	UNIDADE	Tubo de cola branca escolar lavável não tóxica 40g	0,62	6.200,00
88	100	PACOTE	Palito de picolé com 100 unidades	2,05	205,00
VALOR TOTAL					41.980,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106 - 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106 - 2015 – PREFEITURA - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39-2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES E DE EXPEDIENTE PARA DISTRIBUIÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, ELMO PAPELARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.999.762/0001-31, com sede na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VLR UNIT.	VRL TOTAL
1	50	UNIDADE	Apagador com depósito para quadro de giz com estojo de madeira	2,39	119,50
2	500	UNIDADE	Apagador de quadro branco com porta marcador	2,98	1.490,00
4	250	ROLO	Barbante com 50 metros nº 08 tipo cru	1,35	337,50
6	18.000	UNIDADE	Borracha escolar branca nº 40	0,12	2.160,00
9	42.000	UNIDADE	Caderno linguagem pequeno com 60 folhas - brochura	0,65	27.300,00
10	6.700	UNIDADE	Caderno Universitário espiral com 10 matérias, 200 folhas capa dura	5,37	35.979,00
18	5.000	UNIDADE	Cartolina várias cores 150gm sendo:2000 unidades branca, 1000 amarela, 1000 verde, 1.000azul	0,28	1.400,00
27	1100	UNIDADE	Destaca Texto - cores -100 amarelo-100 verde – 100 rosa – 100 laranja	0,61	671,00
29	800	UNIDADE	Envelope 25 x 18 cm branco	0,12	96,00
30	500	UNIDADE	Envelope 114 mm X229mm coloridos	0,23	115,00
31	800	UNIDADE	Envelope 24 x 34 cm branco	0,16	128,00
32	150	UNIDADE	Estilete lamina larga	0,74	111,00
33	1000	UNIDADE	EVA estampado – várias estampas 40 x 60 sendo 100 unidades de cada modelo,estampas e cores diferentes	2,82	2.820,00
36	1000	UNIDADE	EVA com glitter Tamanho: 40 x 60 cm – varias cores sendo 100 unidades de cada cor	3,54	3.540,00
37	1000	UNIDADE	EVA 40x60 premium Listrado espessura 2mm – varias estampas 100 de cada cor	2,82	2.820,00
38	1.000	UNIDADE	EVA Plush 40 X 60 cm sendo 100 unidades de cada cor	3,12	3.120,00
40	1.000	UNIDADE	Fita adesiva transparente - Tipo Durex 12X50M	0,74	740,00
46	200	CAIXA	Grampo para grampeador 26/6 metal galvanizado caixa com 5.000 unidades	2,03	406,00
52	30	UNIDADE	Organizador porta correspondência tripla acrílica	25,11	753,30
58	100	ROLO	Papel Contact Rolo 45 cm X 25 mm, 70 Micras	28,35	2.835,00
60	6.000	UNIDADE	Papel Dobradura 48 X66cm, 63G cores -1.000 preto- 500 vermelho - 500 verde claro – 500 azul claro- 500 lilás - 500 rosa -500 marrom - 500 uva -500 violeta - 500 amarelo claro - 500 laranja	0,15	900,00
67	2000	UNIDADE	Pasta plástica ofício com elástico em 500 unidades azul, 500 unidades preto, 500 vermelho 500 amarelo	1,04	2.080,00
71	2.000	UNIDADE	Pincel Atômico cores 500 azul - 500 preto - 500 verde- 500 vermelho	0,74	1.480,00
75	30	UNIDADE	Pistola de cola quente grande 80 Watts	39,83	1.194,90
80	100	UNIDADE	Cola Dimensional Metálica - 35 ml cores variadas	2,14	214,00
89	200	CAIXA	Percevejo de ferro niquelado com caixa 100 unidades	1,08	216,00

90	240	PACOTE	Balão nº9 pacote com 50 unidades nas cores preto- azul escuro – azul claro- vermelho – verde escuro – verde claro – rosa – lilás – amarelo – branco – roxo – laranja – marrom (20 pacotes de cada cor)	5,49	1.317,60
93	100	UNIDADE	Livro de protocolo	3,17	317,00
95	500	UNIDADE	Fita adesiva marrom 45 mm x 45 m -	1,74	870,00
VALOR TOTAL					95.530,80

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107 - 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107 - 2015 – PREFEITURA - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39-2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES E DE EXPEDIENTE PARA DISTRIBUIÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, empresa LA CN INFORMÁTICA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.924.851/0001-47, com sede na cidade de .Campos Novos, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VLR UNIT.	VRL TOTAL
22	800	UNIDADE	Cola em bastão 9 g sem solvente (Não Tóxico)	0,71	568,00
28	300	UNIDADE	DVD - Gravável	0,71	213,00
82	50	ROLO	TNT rolo com 50 metros, 1,40M X 50M 02 unidade Dourado- 10 unidades prata – 10 unidades dourado mesclado - 30 unidades estampado (diversas estampas)	66,00	3.300,00
86	50	CAIXA	Prendedor de Papel tipo "Binder Clip" com 51 mm - embalado em caixa cartão com 12 unidades.	8,80	440,00
VALOR TOTAL					4.521,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108 - 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108 - 2015 – PREFEITURA - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39-2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES E DE EXPEDIENTE PARA DISTRIBUIÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, empresa LA CN INFORMÁTICA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.924.851/0001-47, com sede na cidade de .Campos Novos, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VLR UNIT.	VRL TOTAL
22	800	UNIDADE	Cola em bastão 9 g sem solvente (Não Tóxico)	0,71	568,00
28	300	UNIDADE	DVD - Gravável	0,71	213,00
82	50	ROLO	TNT rolo com 50 metros, 1,40M X 50M 02 unidade Dourado- 10 unidades prata – 10 unidades dourado mesclado - 30 unidades estampado (diversas estampas)	66,00	3.300,00
86	50	CAIXA	Prendedor de Papel tipo "Binder Clip" com 51 mm - embalado em caixa cartão com 12 unidades.	8,80	440,00
VALOR TOTAL					4.521,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109 - 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109 - 2015 – PREFEITURA - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39-2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES E DE EXPEDIENTE PARA DISTRIBUIÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, empresa NELSON TOMASI – EPP pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.949.623/0001-30, com sede nesta cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VLR UNIT.	VRL TOTAL
20	200	CAIXA	Clips 8/0 niquelado com 500 G	4,39	878,00
21	200	CAIXA	Clips Niquelado 2/0 com 500 G	4,39	878,00
50	3000	UNIDADE	Marcador para quadro branco, recarregável com carga adaptável, com ponta média-1500 unidades pretas, 1500 unidades azul	7,80	23.400,00
85	50	CAIXA	Visor para Pasta Suspensa com 50 visores e 50 etiquetas	4,90	245,00
VALOR TOTAL					25.401,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110 - 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110 - 2015 – PREFEITURA - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39-2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES E DE EXPEDIENTE PARA DISTRIBUIÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, empresa RICARL DISTRIBUIDORA EIREL ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.304.312/0001-69, com sede na cidade de Blumenau, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VLR UNIT.	VRL TOTAL
3	10.000	UNIDADE	Apontador com reserva tubo retangular medindo 6cm de comprimento, 4,5 cm de largura	0,60	6.000,00
7	5.000	UNIDADE	Caderno Caligrafia com 40 folhas brochura	0,56	2.800,00
8	12.500	UNIDADE	Caderno desenho Grande com 48 folhas	1,49	18.625,00
11	30	UNIDADE	Calculadora 12 dígitos Big Display, Porcentagem, Teclas plásticas, Raiz quadrada, Dupla alimentação, dimensões, altura: 30,7, Largura: 10,3cm	12,80	384,00
12	14.700	UNIDADE	Caneta esferográfica na cor azul com tampa e com furinho a 6 cm da base final, ponta de tungstênio	0,45	6.615,00
13	6.500	UNIDADE	Caneta esferográfica na cor preta com tampa e com furinho a 6 cm da base final, ponta de tungstênio	0,45	2.925,00
14	2500	UNIDADE	Caneta esferográfica na cor vermelha com tampa e com furinho a 6 cm da base final, ponta de tungstênio	0,45	1.125,00
23	100	CAIXA	Cola Colorida caixa com 06 unidades (23gr cada unidade)	4,39	439,00
24	150	UNIDADE	Cola Gliter - 35 gr cores variadas	2,00	300,00
39	2.000	UNIDADE	Fita adesiva 50mmx50m (Crepe) Branca	5,81	11.620,00
43	5.500	UNIDADE	GIZ DE CERA GIZAO TRIANGULAR 12 CORES	1,78	9.790,00
47	8.000	CAIXA	Lápis de cor caixa grande com 12 unidades hexagonal - cores vivas e com 1 cor metálica	11,90	95.200,00
48	200	UNIDADE	Livro Ata com 100 folhas capa dura 21,5 cm x 3cm	5,32	1.064,00
49	150	CAIXA	Lápis preto tipo evolution nº 02 caixa com 72 unidades	16,50	2.475,00
51	5000	CAIXA	Massa de modelar com 06 unidades com 85gr cores diversas - com base de amido	1,25	6.250,00
55	4.000	UNIDADE	Papel Cartão 50 X 70 cm, 240G, cores - 400 preto - 400 vermelho - 400 verde claro - 400 azul claro - 400 lilás - 400 rosa - 400 marrom - 400 violeta - 400 amarelo claro - 400 laranja	0,53	2.120,00
57	100	ROLO	Papel contact Estampado rolo com 10 metros diversas estampas	49,50	4.950,00
61	6.000	UNIDADE	Papel Dupla face cores - 1000 preto - 500 vermelho - 500 verde claro - 500 azul claro - 500 lilás - 500 rosa - 500 pink - 500 marrom - 500 violeta - 500 amarelo claro - 500 laranja	0,50	3.000,00
65	100	UNIDADE	Pasta A/Z OFÍCIO com ferragem e visor lateral cor preta, tamanho : 285 X 344 X 73mm	5,84	584,00
66	1000	UNIDADE	Pasta Arquivo Morto	1,52	1.520,00
68	10000	UNIDADE	Pasta Polionda 25 X 32X 3 mm, 2000 unidades azul, 2000 unidades preto, 2000 vermelho 2000 verde	1,49	14.900,00
72	1000	UNIDADE	Pincel para pintura (pelo) em guache nº08	1,20	1.200,00
73	1000	UNIDADE	Pincel para pintura (pelo) em guache nº10	1,33	1.330,00
74	1000	UNIDADE	Pincel para pintura (pelo) em guache nº12	1,54	1.540,00
76	30	UNIDADE	Prancheta em Eucatex	2,64	79,20
78	100	UNIDADE	Tesoura grande, aproximadamente 21 cm, lâmina aço inox, cabo polipropileno.	3,35	335,00
81	3.000	CAIXA	Tinta guache caixa com 06 potes com 06 cores com 30 ml cada	3,95	11.850,00
91	10	PACOTE	Papel Almaço com pauta embalagem com 400 folhas	18,00	180,00
92	10	PACOTE	Papel Almaço sem pauta embalagem com 400 folhas	18,00	180,00
94	200	UNIDADE	Bloco autoadesivo 76x76 amarelo - Embalagem com 4 blocos, 100 folhas dimensões : 76 X 76 cm	1,25	250,00
TOTAL DO LOTE					209.630,20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111 – 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111 – 2015 – PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO 92/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2015 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS AO 15º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE CAÇADOR, empresa LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.924.851/0001-47, com sede na cidade de Campos Novos, SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	25	UNIDADE	CAIXA DE PAPEL A4 COM 10 RESMAS	Nobily	160,00	4.000,00
2	10	CAIXA	CLIPS TAMANHO 01 - 500G	Brw	8,00	80,00
3	10	CAIXA	CLIPS TAMANHO 02 - 500G	Brw	8,00	80,00
4	10	CAIXA	CLIPS TAMANHO 03 - 500G	Brw	8,00	80,00
5	10	CAIXA	CLIPS TAMANHO 04 - 500G	Brw	8,00	80,00
6	10	CAIXA	CLIPS TAMANHO 06 - 500G	Brw	8,00	80,00
8	30	CAIXA	GRAMPO 26/6 – 5000 UND	Frama	4,71	22,18
9	2.500	UNIDADE	ENVELOPE 11X23 PARDO	Foroni	0,15	375,00
10	2.000	UNIDADE	ENVELOPE 17X25 PARDO	Foroni	0,20	400,00
11	2.000	UNIDADE	ENVELOPE 21X29 PARDO	Foroni	0,24	480,00



12	2.000	UNIDADE	ENVELOPE 23X33 PARDO	Foroni	0,40	800,00
13	2.000	UNIDADE	ENVELOPE 23X36 PARDO	Foroni	0,45	900,00
14	2.000	UNIDADE	ENVELOPE 31X41 PARDO	Foroni	0,54	1.080,00
15	2.500	UNIDADE	ENVELOPE 17X25 BRANCO	Foroni	0,20	500,00
16	15	UNIDADE	BOBINA PARA FAX	Silfer	7,00	105,00
17	30	UNIDADE	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MMX50M	Embalando	2,10	63,00
18	30	UNIDADE	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 19MMX50M	Embalando	2,80	84,00
21	30	UNIDADE	FITA CREPE 50MMX50M- BRANCA	Adelbras	12,00	360,00
22	10	CAIXA	COLCHETE Nº 03	Bacchi	4,00	40,00
23	10	CAIXA	COLCHETE Nº 04	Bacchi	4,00	40,00
24	10	CAIXA	COLCHETE Nº 05	Bacchi	4,50	45,00
25	10	CAIXA	COLCHETE Nº 06	Raffa	5,00	50,00
26	10	CAIXA	COLCHETE Nº 07	Raffa	7,00	70,00
27	10	CAIXA	COLCHETE Nº 08	Mr9	7,00	70,00
28	10	CAIXA	COLCHETE Nº 15	Mr9	14,00	140,00
29	40	UNIDADE	COLA BASTÃO 10G	Frama	3,50	140,00
30	5	CAIXA	CANETA AZUL – CAIXA COM 50 UNIDADES	Masterprint	45,00	225,00
31	20	UNIDADE	CORRETIVO LÍQUIDO 18ML	Frama	2,00	40,00
32	30	UNIDADE	CANETA MARCA TEXTO	Masterprint	2,35	70,50
33	20	UNIDADE	PASTA DE PAPELÃO COM ELÁSTICO	Frama	2,50	50,00
34	20	UNIDADE	COLA BRANCA 90G	Frama	2,50	50,00
35	100	UNIDADE	CAIXA DE ARQUIVO MORTO	Papelmais	3,00	300,00
36	5	UNIDADE	LIVRO ATA – 200 FLS	São Domin- gos	18,00	90,00
37	15	UNIDADE	PINCEL MARCADOR (VÁRIAS CORES)	Masterprint	3,20	48,00
38	15	UNIDADE	PINCEL PARA QUADRO BRANCO (VÁRIAS CORES)	Masterprint	7,50	112,50
39	5	CAIXA	PAPEL CARBONO – 1000 UNIDADES	Cis	80,00	400,00
40	500	UNIDADE	PAPEL VERGÊ	Offpaper	0,50	250,00

TOTAL	11.800,18
-------	-----------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112-2015-PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112-2015-PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, empresa UNIDAS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.055.020/0001-97, com sede na cidade de Caçador/SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

LOTE 01

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL	
01	20	Kg	Arame galvanizado BWG 16	BWG	11,37	227,40	
02	100	Kg	Arame recozido – Liso comercial, bitola 18	BWG	9,63	963,00	
03	500	Barra	Ferro 4,3 mm de diâmetro	GERDAU	6,00	3.000,00	
04	200	Barra	Ferro 5,0mm de diâmetro	GERDAU	8,49	1.698,00	
05	1000	Barra	Ferro 6,0mm de diâmetro	GERDAU	13,53	13.530,00	
06	50	Barra	Ferro 8mm de diâmetro	GERDAU	21,81	1.090,50	
07	50	Barra	Ferro 10,0mm de diâmetro	GERDAU	33,21	1.660,50	
08	150	Barra	Ferro 12,00mm de diâmetro	GERDAU	49,38	7.407,00	
09	100	Barra	Ferro 6mm de diâmetro	GERDAU	80,91	8.091,00	
10	100	Barra	Ferro 20mm de diâmetro	GERDAU	126,45	12.645,00	
VALOR TOTAL							50.312,40

LOTE 02

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL	
11	50	Kg	Prego 8x8 em aço, com cabeça	GERDAU	17,9218	896,09	
12	50	Kg	Prego 10x12 em aço, com cabeça	GERDAU	14,0039	700,20	
13	50	Kg	Prego 12x12 em aço, com cabeça	GERDAU	10,217	510,85	
14	50	Kg	Prego 12x15 em aço, com cabeça	GERDAU	7,6768	383,84	
15	50	Kg	Prego 13x15 em aço, com cabeça	GERDAU	9,2141	460,71	
16	50	Kg	Prego 15x18 em aço, com cabeça	GERDAU	8,1361	406,81	

17	50	Kg	Prego 15x21 em aço, com cabeça	GERDAU	8,961	448,05	
18	100	Kg	Prego 16x24 em aço, com cabeça	GERDAU	9,7671	976,71	
19	100	Kg	Prego 17x27 em aço, com cabeça	GERDAU	8,811	881,10	
20	100	Kg	Prego 18x30 em aço, com cabeça	GERDAU	8,9038	890,38	
21	100	Kg	Prego 19x39 em aço, com cabeça	GERDAU	8,811	881,10	
22	100	Kg	Prego 20x42 em aço, com cabeça	GERDAU	9,0828	908,28	
23	100	Kg	Prego 22x48 em aço, com cabeça	GERDAU	9,0828	908,28	
24	100	Kg	Prego 25x72 em aço, com cabeça	GERDAU	12,476	1.247,60	
VALOR TOTAL							10.500,00

LOTE 03

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL	
25	50	Unidade	Argamassa 20 kg. Uso externo e interno ACII	COLAFIX	23,6294	1.181,47	
26	50	Unidade	Argamassa Flexível ACIII – 20 kg	COLAFIX	23,629	1.181,45	
27	50	Unidade	Argamassa Interna ACI– 20 kg	COLAFIX	7,761	388,05	
28	50	Unidade	Argamassa Porcelanato Interna Cinza 20 kg	COLAFIX	24,7956	1.239,78	
29	400	Unidade	Cal hidratada em sacos de 20 Kg	CEM	8,107	3.242,80	
30	400	Unidade	Cal virgem comum 20 kg	CEM	8,107	3.242,80	
31	40	Milheiro	Tijolo 9 x 14 x 24 06 furos (tijolo comum)	MARCHI	573,4233	22.936,93	
32	20	Milheiro	Tijolo maciço vermelho 05 x 09 x 19	BANDEIRANTE	637,6862	12.753,72	
VALOR TOTAL							46.167,00

LOTE 04

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL	
33	100	Unidade	Adesivo plástico 17 gramas	AMANCO	1,73	173,00	
34	100	Unidade	Adesivo plástico 175 gramas	AMANCO	10,44	1.044,00	
35	100	Unidade	Adesivo plástico 75 gramas	AMANCO	3,86	386,00	
36	100	Unidade	Anel vedação vaso sanitário	CENSI	7,50	750,00	
37	100	Unidade	Anel vedante esgoto 100 MM	TIGRE	1,68	168,00	
38	100	Unidade	Anel vedante esgoto 40 MM	TIGRE	0,79	79,00	
39	100	Unidade	Anel vedante esgoto 50 MM	TIGRE	0,92	92,00	
40	100	Unidade	Anel vedante esgoto 75 MM	TIGRE	1,35	135,00	
VALOR TOTAL							2.827,00

LOTE 05

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL	
41	100	Unidade	Bucha de redução sold. curta 50 X 40 MM	TIGRE	2,20	220,00	
42	100	Unidade	Bucha de redução sold. longa 50 X 20 MM	TIGRE	2,44	244,00	
43	100	Unidade	Bucha de redução sold. longa 50 X 25 MM	TIGRE	2,80	280,00	
VALOR TOTAL							744,00

LOTE 06

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL	
44	50	Unidade	Curva (joelho) longa 90° 100 MM classe A esgoto	TIGRE	30,17	1.508,50	
45	50	Unidade	Curva (joelho) longa 90° 150 MM classe A esgoto	TIGRE	84,41	4.220,50	
46	50	Unidade	Curva (joelho) longa 45° 100 MM classe A esgoto	TIGRE	28,16	1.408,00	
47	50	Unidade	Curva (joelho) longa 90° 50 MM soldável	TIGRE	9,07	453,50	
48	50	Unidade	Curva (joelho) longa 90° 40 MM soldável	TIGRE	7,35	367,50	
49	50	Unidade	Curva (joelho) longa 90° 32 MM soldável	TIGRE	4,18	209,00	
50	50	Unidade	Curva (joelho) longa 90° 25 MM soldável	TIGRE	2,17	108,50	
51	50	Unidade	Emenda para mangueira ½"	CIPLA	0,58	29,00	
52	50	Unidade	Emenda para mangueira ¾"	CIPLA	0,65	32,50	

53	50	Unidade	Engate flexível plástico ½"X 40	TIGRE	4,20	210,00	
VALOR TOTAL							8.547,00

LOTE 07

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL	
54	80	Unidade	Cap esgoto 100 MM	TIGRE	5,7014	456,11	
55	80	Unidade	Cap esgoto 75 MM	TIGRE	4,4106	352,85	
56	80	Unidade	Cap esgoto 50 MM	TIGRE	2,3492	187,94	
57	80	Unidade	Cap esgoto 40 MM	TIGRE	1,6064	128,51	
58	80	Unidade	Cap soldável 20 MM	TIGRE	0,8078	64,62	
59	80	Unidade	Cap soldável 25 MM	TIGRE	0,9193	73,54	
60	80	Unidade	Cap soldável 40 MM	TIGRE	2,3307	186,46	
61	80	Unidade	Cap soldável 50 MM	TIGRE	4,5499	363,99	
62	80	Unidade	Cap soldável 60 MM	TIGRE	6,8248	545,98	
VALOR TOTAL							2.360,00

LOTE 08

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL	
63	50	Unidade	Junção de redução 100 X 50 MM	TIGRE	10,4986	524,93	
64	50	Unidade	Junção de redução 100 X 75 MM	TIGRE	13,9423	697,12	
65	50	Unidade	Junção de redução 75 X 50 MM	TIGRE	7,8156	390,78	
66	50	Unidade	Junção esgoto 50 X 50 MM	TIGRE	6,2769	313,85	
67	50	Unidade	Junção esgoto 75 X 75 MM	TIGRE	10,2832	514,16	
68	50	Unidade	Junção de 45º 100 X 100	TIGRE	15,9032	795,16	
69	50	Unidade	Junção de 45º 40 X 40	TIGRE	2,2799	114,00	
VALOR TOTAL							3.350,00

LOTE 09

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL	
70	5000	Sacos com 50 kg	Cimento Portland CP II 32 acondicionados em sacos de 50 kg, os sacos devem conter 50 kg líquidos de cimento e devem estar íntegros na ocasião da inspeção e do recebimento obedecendo a NBR 11578.	VOTORAN	31,2837	156.418,60	
71	2000	M3	Areia média/fina	HOBBI	89,9407	179.881,40	
VALOR TOTAL							336.300,00

LOTE 10

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL	
72	400	Unidade	Disco de corte 12"	BOSCH	12,9122	5.164,87	
73	100	Unidade	Disco de corte 7"	BOSCH	9,7504	975,04	
74	100	Unidade	Disco de corte 4.1/2	BOSCH	4,2517	425,17	
75	100	Unidade	Disco de desbaste 7"	BOSCH	5,3318	533,18	
76	100	Unidade	Disco de desbaste 4.1/2	BOSCH	3,368	336,80	
77	10	Caixa	Eletrodo 46x3.25 caixa com 20 kg	ESAB	512,5596	5.125,60	
78	10	Caixa	Eletrodo 46x2.5 caixa com 18 kg	ESAB	513,9343	5.139,34	
VALOR TOTAL							17.700,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113-2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113-2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LAVAGEM DE VEÍCULOS, empresa AMAURY EDILTON BARBOSA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.833.665/0001-74, com sede nesta cidade de Caçador/SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	100	UNID	LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULOS MÉDIOS TIPO MICRO-ÔNIBUS	109,00	10.900,00



2	4.000	UNID	LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO PEQUENO TIPO AUTOMÓVEIS DE PASSEIO	31,00	124.000,00
3	200	UNID	LAVAGEM COMPLETA DE MOTO	20,00	4.000,00
4	360	UNID	LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO KOMBI, CAMIONETE, S-10, RANGER, VAM E DUCATO.	54,00	19.440,00
VALOR TOTAL					158.340,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34 – 2015 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34 – 2015 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET VIA RÁDIO E FIBRA ÓPTICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR, empresa CONECT INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 82.889.882/0001-52, com sede na cidade de Caçador/SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	MÊS	Mensalidade de 1 link de 10000/5000 kbps para a sede da Secretaria Municipal de Saúde com IP fixo real.	R\$ 2318,00	R\$ 27.816
2	12	MÊS	Mensalidade de 2 links de 5000/1000 kbps para o prédio do Jonas Ramos e Posto de Saúde Central/Materno Infantil com IP fixo real.	R\$ 568,10	R\$ 6.817,20
3	12	MÊS	Mensalidade de 25 links de 2000/1000 kbps para as unidades pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde com IP fixo real.	R\$ 6.531,25	R\$ 78.375,00
4	12	MÊS	Mensalidade de 5 links de 1000/500 kbps para pontos a serem definidos.	R\$ 1.083,00	R\$ 12.996,00
VALOR TOTAL					R\$ 126.004,20

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 – 2015 – FUNDEMA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 – 2015 – FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015, A AQUISIÇÃO DE RAÇÃO DESTINADA AO SETOR DE ZOONOSSES, PARA ALIMENTAÇÃO DOS CÃES ABANDONADOS E VÍTIMAS DE MAUS TRATOS QUE SÃO ATENDIDOS PELA FUNDEMA, CONTRATADA: NUTRIGERO NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.051.762/0001-91, com sede na Rua Alberto Warmeling, nº 360, Bairro Reunidas, na cidade de São Ludgero, SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 06 (seis) meses, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	3800	KG	RAÇÃO SECA PARA CÃES ADULTOS, CUJA COMPOSIÇÃO ATINJA OS SEGUINTE NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX): 120G/KG (12%); PROTEÍNA BRUTA (MIN): 190G/KG (19%); EXTRATO ETÉREO (MIN): 70G/KG (7%) CÁLCIO (MÁX): 22G/KG (2,2%); FÓSFORO (MIN): 7000MG/KG (0,7%); MATÉRIA FIBROSA (MÁX): 50 MG/KG (5%); MATÉRIA MINERAL (MÁX): 90MG/KG (9%).	5,00	19.000,00
2	1200	KG	RAÇÃO SECA PARA CÃES FILHOTES, CUJA COMPOSIÇÃO ATINJA OS SEGUINTE NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX): 120G/KG (12%); PROTEÍNA BRUTA (MIN): 250G/KG (25%); EXTRATO ETÉREO (MIN): 90G/KG (9%) CÁLCIO (MÁX): 20G/KG (2%); FÓSFORO (MIN): 8000MG/KG (0,8%); MATÉRIA FIBROSA (MÁX): 40 MG/KG (4%); MATÉRIA MINERAL (MÁX): 90MG/KG (9%).	6,00	7.200,00

3	120	LATAS	RAÇÃO ÚMIDA EM LATA, TIPO PATÊ, PARA CÃES ADULTOS, CUJA COMPOSIÇÃO ATINJA OS SE- GUINTE NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX): 820G/KG (82%); PROTEÍNA BRUTA (MIN): 80G/KG (8%); EXTRATO ETÉREO (MIN): 50G/KG (5%) CÁLCIO (MÁX): 20G/KG (2%); FÓSFORO (MIN): 5000MG/KG (0,5%); MATÉRIA FIBROSA (MÁX): 1.300 MG/KG (0,13%); MATÉRIA MINERAL (MÁX): 25MG/KG (2,5%).	4,89	586,80
TOTAL					R\$ 26.786,80

DECRETO Nº 6.577

DECRETO Nº 6.577, de 07 de outubro de 2015.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente do Município de Caçador, na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 – Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Em atendimento ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do remanejamento entre despesas, na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 – Manutenção da Segurança Pública

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.622

PORTARIA Nº 25.622, de 23 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 64 e 65, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público, RESOLVE:

Art. 1º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais, contratados em caráter temporário, nos cargos de Professor do Ensino Fundamental I e Professor do Ensino Fundamental II, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas municipais, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, Cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento, conforme segue:

CÓDI- GO	NOME	CARGO ANTERIOR	NÍVEL/REFERENCIA ANTERIOR	CARGO ENQUADRAMENTO	NÍVEL/REFERÊNCIA ENQUADRAMENTO
13186	ANDREIA PATRICIA SCHWARTZ	PROFESSOR 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13777	ARLETE DE FÁTIMA BARIVIEIRA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13856	CARLA TATIANE MARTINS	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13660	CECILIA BERTOTTO PALOSCHI	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13125	CLAUDIA APARECIDA RAMOS	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13663	CLAUDIA GISLAINE CAPELETTI	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A

13133	CLÓRIS DE FATIMA CASAGRAN-DE	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13742	DANIELA DOS SANTOS PIRES	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13666	DANIELE JOCIANE FORTUNATO	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13735	DEBORA JANE ZARUR	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13151	DÍLMA BUENO DE OLIVEIRA GOMES	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13131	DIOLANDA TERESINHA LENAR-DT	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13816	DIRCE FALABRETTI	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13424	EDIA APARECIDA PACZTUCH	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13677	EDINA MARA FERREIRA DA SILVA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13740	EDINEIA DIAS DE SOUZA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13667	ELAY ELISANE PALOSCHI	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13739	ELIANE APARECIDA RAMOS BATISTA PADILHA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13702	ELIANE APARECIDA FERREIRA DRUN	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13654	ELIANE DE SOUZA LUZ DOS SANTOS	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13653	ELIZ MICHELI GONÇALVES PADILHA WEGNER	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13662	ELISABETE DE FATIMA TABOR-DA SOMENZI	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13670	ERMELINDA TEREZINHA GAR-CIA CARNEIRO	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13171	ERONILDES OLIVENICK PINTO	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13651	EUNICE ALVES DE OLIVEIRA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13649	FILOMENA MAIBERG DA ROSA BELLI	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13359	FRANCIELE ELISABETE CARDO-SO CORREA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13146	GIOVANA FIGUEROA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13162	GISELE CRISTIANE GALVÃO PEREIRA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13669	IEDA MARA FERNANDES	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13627	IVANICE NIENDICHER	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13671	JANE APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13624	JOICE DA SILVA CORDUVA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13784	JOSE CRISTIANO PERETTI	PROFESSOR 1 A 4	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13174	JUCIANA MARIA GAVAZZO	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13467	JUSSARA FONSECA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13126	KEILA VERGINIA MALESKE DOS SANTOS	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13631	LAURICI TEREZINHA DE PAULO	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13632	LAYDE SEBASTIANA DE SOUZA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13633	LEILA LUCIMAR GONÇALVES	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13635	LIGIANE SCOLARO RIBEIRO DOS SANTOS	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13634	LIGIANE SCOLARO RIBEIRO DOS SANTOS	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
12464	LISETE GRANEMANN	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13786	LUANA CRISTINA RAMOS	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13190	LUCIANE DO CARMO PADILHA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13501	MARCIA ANTONIA RICETTI	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13638	MARGARA CASSOL DE ALMEIDA AIMI	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13182	MARIA CELIA BADLHUK	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13163	MARICI MENEGAT FRANCO	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13133	MARILENE CORADIN ROSO	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13184	MARILIA NEIS GODINHO	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13181	MARISTELA CORDEIRO DA SILVA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A

13788	MARIVETE APARECIDA BOF PEREIRA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13643	MELLINA PEREIRA SCALABRIN	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13678	NATALINA DOS SANTOS	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13642	NELCI APARECIDA DOS SANTOS CRESPO	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13641	NILVA CEDRON CZERNIAK	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13745	NILVA MARIA FERNANDES	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13737	PATRICIA VILLWOCK FERREIRA DE ANDRADE	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13673	RAQUEL TAVARES DA SILVA	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13135	REGIANE APARECIDA MACHADO DO PRADO	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13898	RENATA PADILHA DE ANDRADE	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13268	RODINEIA CLARA CARLIM PRIGOL	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13343	ROSANGELA APARECIDA RIBAS DE MELLO	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13157	ROSICLEIA SPADER	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13854	ROSELI MARIA BASEGGIO	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13167	ROSELI SALETE FERENC	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13675	rozangela preto vivan	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13644	rubia marluza gomes	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13143	sandra mara moschetta da silva	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13170	schirley schimitt	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13177	solange aparecida pivotto	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13920	vanessa zotto costa	PROFESSORA 1 A 4	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A
13017	adenilson rodrigues	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13691	ADRIANA APARECIDA VEIN-GANTNER	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12946	ALEXANDRA BALBINOT	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13693	ALINE BALBINOTO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13840	ALINE FURLAN	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13072	AMAURI JOEL SCAPIN	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12967	AMUR OTAVIO SOARES	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13019	ANA MARIA PROENÇA NEGRET-TI	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13041	ANA PAULA SPULDARO PERET-TO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13870	ANDERSON CLAYTON COPINI	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13694	ANDRIELLI DAS GRAÇAS BUENO DE FREITAS	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13695	ANNA PAULA LUZ	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12993	ANTONIO DONIZETE HORBACH	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12982	ANZERO GIOVANI DE OLIVEIRA	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13047	AUREA ADRIANA DE MELLO CORDEIRO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12989	BRASILTON NEVES DO NASCI-MENTO JUNIOR	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12999	CARMEN FATIMA BERTOTTO CASTILHO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13110	CATIA MARIA DOS SANTOS	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13801	CIBELE ROSSI PRADO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12903	CIDNEI ALVES MORAIS	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13088	CLAUCIA COMERLATO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12539	CLAUDENI BEZERRA DE OLI-VEIRA	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13067	CLAUDIO FERNANDO COSTA	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13007	CRISTIANE APARECIDA TRIN-DADE DA SILVA	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13697	DAIANE XUMADELO DE SOUZA LEAL	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13698	DANIEL PEREIRA RAFAELI FILHO	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12968	DANIELE CARLOS DA SILVA	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A

13000	DAYANE DA SILVA QUEIROZ MARTINS	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13079	DINAMAR BEFFART BASEGGIO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12995	EDERTON SANTIN	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13089	EDSON DOMINGOS APPI	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13752	EDSON LUIZ PAGNUSSAT	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13703	ELISANGELA CRISTINA KVIA-TKOVSKI	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13075	ELISETE TEREZINHA DIEL	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13404	ELIZ REGINA DE LIMA	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13090	ENEMIR COROZZOLA	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13035	EVA KATLIN ZARUR	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12895	EVELYN DE ALMEIDA PICOLOTTO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13751	FABIANA ALVES DE MORAES	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13799	FABIANA APARECIDA VOLSKI	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12952	FERNANDA COELHO E SOUZA	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13497	FRANSOIZE FREITAS PEREIRA	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12950	GERSON LUIZ FRIGIERI	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12900	GERUSA BASSANI	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13040	GLECI APARECIDA DE MOURA	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12971	HELBER PABLO BASEGGIO	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13026	IONE MARIA CHIARELLO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13024	IVANIA APARECIDA PEREIRA	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13749	JACQUELINE ZANELATO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13708	JAIR RIBEIRO PEDROSO	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13456	JEANA ZAGO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12964	JOEL CAETANO	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12975	JOSE MARCOS GODOI	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13382	JOSIANE CARNEIRO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13820	KELLY GONÇALVES DO AMARAL	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13682	LIGIA MARIA WEINGARTNER	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13271	LUCELIA APARECIDA CORDEIRO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12970	LUCIANA APARECIDA DA SILVA BALDICERA	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13052	LUCIANA APARECIDA WEBER	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13748	LUCILAINE APARECIDA MARTINS KACZMARECK	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13683	MAIKE AMANCIO ZEIGLER	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13714	MARCOS SCHAPHAUSER	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13715	MARIA FABIOLA RIBEIRO DOS SANTOS	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13717	maria odete padilha	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13685	marianne navroski	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12944	mario luiz cachinski	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13103	marisa martins	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13722	MAURO RODRIGUES	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13686	MICHELE MUSSKOPP SANTOS	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12954	MINELI FRIGOTTO SCOLARO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13100	NALGIS DE FATIMA WAGNER	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12987	NARCISO LUIZ ANDRADE	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13106	NELCI CLARICE SEIDEL PAULINO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13093	NILSON ADELINO ZART JUNIOR	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13723	RAQUEL BENJAMINI	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13037	REGIANE MEIRA	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12977	RENI DE JESUS DA CRUZ RIBAS	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12956	RICARDO KINAL	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13789	ROSILEIA APARECIDA LANIESKI	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13810	ROSANGELA BRUSTOLIN	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12965	SIDNEIA ALVES PEREIRA	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13725	SIDNEI MORAIS DE LUCENA	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13077	SILMARA ZOTTO	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13097	SONIA MARA VEBER	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A

13265	SULAMITA REIS DOS SANTOS	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12948	SUZANA CRISTINA VOLTOLINI	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13727	TAIANA KETLY INSBERGER	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12997	TATHIANA DOS SANTOS	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13823	TATIANE DA SILVA PESSOLE	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13009	VERA APARECIDA DE BIASI LENHANI	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13566	VERA REGINA KRELING	PROFESSORA 5 A 8	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
12973	WAGNER SEVERGNINI	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13466	ALINE COLLA HAHN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13847	ALVANI MELANIA DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13848	ANA PAULA PEREIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13246	ANDERSON LISSENKO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13696	CAMILA CRISTINE WITTMANN CORDOVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13778	CICERO ANTONIO CARDOSO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13855	CRISTIANO SEBEN ROSSA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13700	DIEGO ANDRE BRIDI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13851	DIEGO JUNGES DE LARA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13883	EDEVAN PEREGO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13806	ELIANE APARECIDA ALVES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13705	FELIPE ALOISIO CRUZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13885	gerson josé teles de souza junior	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13750	jackson fernando ferreira de araujo	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13710	jorge roberto alves dos santos	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13385	josé carlos chaves	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13405	karina rodrigues de frança	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13636	mara celis iesbek andrade pagnussat	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13733	miguel gustavo reibinitz	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13724	ROBERTO PINHEIRO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13553	RODRIGO COSTA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13262	TIAGO BRESSAN COSTA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13729	VANESSA DE FATIMA ROCHA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A
13918	VITOR THOME CECHETTO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A

Art. 2º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais, contratados em caráter temporário, nos cargos de Especialistas em Assuntos Educacionais, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas municipais, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, Cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	CARGO ANTE- RIOR	NÍVEL/REFE- RENCIA ANTERIOR	CARGO ENQUADRAMENTO	NÍVEL/REFERÊNCIA ENQUADRAMENTO
13762	ARACI LUCIA PEREIRA DIAS	SUPERVISORA ESCOLAR	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13031	CLACIR MARIA SANTIN FONSECA	SUPERVISORA ESCOLAR	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13664	CLAUDIA APARECIDA MAURILIO	SUPERVISORA ESCOLAR	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13036	CLAUDIA APARECIDA SOARES BROMER	SUPERVISORA ESCOLAR	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13455	CRISTIANE MOREIRA CAMARGO DOBNER	SUPERVISORA ESCOLAR	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13665	DAIANE MARIA BENTO DE ANDRADE	SUPERVISORA ESCOLAR	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13032	DIRCE STIEGLER	SUPERVISORA ESCOLAR	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13674	ROSANGELA FATIMA DE PAULA	SUPERVISORA ESCOLAR	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13826	SILMARA APARECIDA ALVES DO PRADO PORFI- RIO	SUPERVISORA ESCOLAR	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13728	TEREZINHA DA SILVA MELLO	SUPERVISORA ESCOLAR	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13881	ALINE APARECIDA FRAGA	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13841	AMANDA APARECIDA DA SILVA LOVATO	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13842	AMARILDA APARECIDA LIPKA	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13028	ANA LUCIA MACENO	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13051	ANA PAULA ANTUNES DA COSTA FEIX	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13857	CRISTINA APARECIDA BECKERT	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13063	DANIELI MIRANDA	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13061	DENISE REGINA LOPES	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13859	FRANCIELI FERRASSO	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13819	JULIANA PADILHA MAZZOTTI	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
12302	KARINA GONÇALVES BERTO	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13045	LOURDES DE MATIAS ALVES	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13046	MARIA CRISTINA MAFFEISSONI	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13048	mariana susin frigotto	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
12193	maristela ceolla	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13866	noemi braz da silva	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13825	patricia gonçalves	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13830	rafaela andreia lopes	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13044	rosangela da cunha	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13039	saete de matos pereira	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13066	sandy oliveira de corduva	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A

13437	silvana granemann	orientadora educacional	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13057	deisiane aparecida de paulo	administrador escolar	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A
13055	jessica fonseca da silva	administrador escolar	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A

Art. 3º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais, contratados em caráter temporário, nos cargos de Professor de Educação Infantil, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas municipais, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/Referências de enquadramento, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	CARGO	NÍVEL/REFERENCIA ANTERIOR	NÍVEL/REFERÊNCIA ATUAL
13068	ADRIANA ANTUNES DA SILVA	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13243	ADRIANA KABEL MEZOMO	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13069	ADRIANA LUCIA KLAUS	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13070	ADRIANA RAQUEL DIAS	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13893	ALESSANDRA DE OLIVEIRA MATOS	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13780	ANA PAULA DE LIMA PIRES	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13658	ANDREIA TELES TESSER	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13734	ARACI LUCIA PEREIRA DIAS	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13849	ARIELLI PACZTUCH	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13884	BEatriz macedo olsen	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13078	beatriz machado	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13540	carine araujo da silva	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13657	cici josiane bueno nunes	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13080	clenir aparecida nurilles rosario	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13082	deise terezinha pacevicz	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13083	deisy roberta polli	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13541	DERLI FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13084	ELIANA MARIA TELES DE SOUZA	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13754	eliana de almeida	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13085	eliane salete peretti	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13155	eliane scotti alvarenga	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13668	elisabete de fatima taborda	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13650	fatima aparecida de castilho	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13091	gisele de almeida	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13094	graziele cristina drehmer	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13095	iodete aparecida antunes nunes	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13096	iolanda aparecida de Moraes	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13760	ivanilde alves de gois dallariva	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13098	ivete aparecida galon	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13628	joice porth	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13154	josely terezinha dos santos	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13102	jucelaine terezinha pereira	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13104	juliana gonçalves	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13105	juliana velasques ferreira	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13896	juliana vogues ribeiro	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13897	karina padilha	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13108	kautterine broch	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13711	laisa tatiane martins	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13111	lucelia aparecida carlim	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13114	luciana das graças teles de souza	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13787	luciane faganello	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13118	luciane maria fernandes strauss	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13121	luiza aparecida zago meira	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13637	marcia urupuckua rumpel	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13123	mardiori boscari	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13598	maria rosangela chagas faro	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13738	maria terezinha antunes	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13124	mariana ribeiro da cruz branco	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13127	marines do amaral	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13128	marinez ozorio	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13130	marlei tomasi	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A

13719	marluci dalpías	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13120	nilse pontes fernandes	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13640	olivia dos santos moreira	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
12310	patricia cristina lemos	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13757	patrcia gonçalves	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13753	regina aparecida daneluz	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13156	rita de cassia grobe	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13134	rita salete daneluz	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13882	romy cristiane schneider	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13141	sandra aparecida peretti	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13876	shirlei bigarela sabini	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13144	shirley aparecida wurges massaro	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13791	sibele baldicera	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13899	simara castilho	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13147	silvana emidio	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13645	silvia cristina eichele	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13266	simone fogaça vieira balzan	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13149	solange cristina godoy pontes	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13679	taciele cristina batista costa	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13730	vanessa ribeiro de freitas	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A
13150	vania aparecida bertotto	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	1/A

Art. 4º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais contratados em caráter temporário, para o cargo de Auxiliar de Creche e Berçário, declarado em extinção, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas e Centros de Educação Infantil municipais, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	CARGO	NÍVEL/REFERENCIA ANTERIOR	NÍVEL/REFERÊNCIA ATUAL (cargo extinção)
12931	ADELINE APARECIDA FERRASSO	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
13327	ADRIANA BATISTA GOMES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
13661	ALECSANDRA BACKSCHAT ANDREOLLA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
12934	ANGELITA MILEK ALANO DE SOUZA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
11409	ARLETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
13761	BERNADETE CHIESA CARLIN DO PRADO	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
12929	CRICIELE DA SILVA RIBEIRO LEVINSKI	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
13805	DANIELA KOVALSKI	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
12914	ELAINE DE BRITO	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
12907	ELAINE HELLER	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	11/A	1/A
13852	ELINEIA DIAS	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
13886	JANI MARTA PETRIKOWSKI COLLA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
12924	LUCI LUCIO	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
13575	MARIA APARECIDA SALDANHA OLIVEIRA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
13528	MARIA JUVINDE HIRSCH	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
12916	MARIA TERESINHA MILAN DA SILVA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
12912	MARISA SALETE RIBEIRO BORGES ZOTTO	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
13721	MARTA APARECIDA GOES	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
12936	ROSELI KINAK GOLIN	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A
13790	SANDRIANE FOGAÇA FERNANDES	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	1/A

Art. 5º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais contratados em caráter temporário para o cargo de Secretário Escolar, declarado em extinção, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas e Centros de Educação Infantil municipais, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	CARGO	NÍVEL/REFERENCIA ANTERIOR	NÍVEL/REFERÊNCIA ATUAL (cargo extinção)
129450	ana caroline coelho da silva	secretário escolar	34/a	1/a
12955	CAMILA MABONI	secretário escolar	34/a	1/a
12940	CAROLINE MUSSKOPF	secretário escolar	34/a	1/a
13850	DENIANE ALVES CARDOSO BELAVER	secretário escolar	34/a	1/a
12926	ERICA BRUSTOLIN	secretário escolar	34/a	1/a
13744	FABIO CARLESSO	secretário escolar	34/a	1/a
13648	FRANCINE DE MATIAS	secretário escolar	34/a	1/a
12930	JANE PAULA PELEPE	secretário escolar	34/a	1/a

12935	JANICE MAGUEROSKI STEFAN	secretário escolar	34/a	1/a
12941	JESSICA ALINE GELINSKI	secretário escolar	34/a	1/a
12928	MICHELLEN AZEREDO DE MORAIS	secretário escolar	34/a	1/a
12947	NEOLI APARECIDA RIBEIRO DE ANDRADE	secretário escolar	34/a	1/a
12937	PATRICIA CAROLINE DUARTE	secretário escolar	34/a	1/a
12927	SIRLEI TEREZINHA TOFOLLI	secretário escolar	34/a	1/a
12938	ULIANA ILONA LISZKIEVICH	secretário escolar	34/a	1/a

Art. 6º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais contratados em caráter temporário para o cargo de Auxiliar de Biblioteca, declarado em extinção, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas municipais, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	CARGO	NÍVEL/REFERENCIA ANTERIOR	NÍVEL/REFERÊNCIA ATUAL (cargo extinção)
12913	AMANDA KURACZ	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	1/a
13782	ana celia caetano	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	1/a
12917	diego clemente cavalet	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	1/a
12919	edneia carla correa	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	1/a
12921	jaqueline dos santos gonçalves	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	1/a
12910	jessica luana da silva lopes	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	1/a
13630	jucelia aparecida pereira valter	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	1/a
13713	leila aparecida schmidt de souza	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	1/a
12923	lindamar terezinha kuracz	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	1/a
13639	maria viviane de quadra	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	1/a
13334	rosa maria bitencourt	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	1/a
12906	silvana mittanck lopes de souza	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	1/a

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.018

PORTARIA nº 26.018, de 23 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento da Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/08/2015 a 31/08/2015, especificando: código, nome da servidora e quantidade de horas ou dias, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Dias/Horas
10932	Amanda Roberta Pereira de Camargo Bilibio	30 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 26.019

PORTARIA nº 26.019, de 23 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/08/2015 a 31/08/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas	Cargo
11728	Alessandra Heberle	01hs52min	Auxiliar Saúde Bucal
620	Ana Lucia Abdalla Ricardo	00hs20min	Psicóloga
10251	Ariane de Quadros Garcia	01hs18min	Técnico em Enfermagem
1771	Aurélio Luiz Arrabar	28hs04min	Odontólogo
12038	Camila Domingues da Silva	01hs42min	Auxiliar Saúde Bucal ESF
1992	Catarina Stankevicz	11hs30min	Auxiliar Serv. Gerais
7743	Dilva Rejane Niewinski Figueiredo	03hs	Auxiliar Saúde Bucal
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	06hs	Auxiliar Serviços Gerais
12592	Elizabeth Mary Kinceller	09hs07min	Médica
1047	Ermozila Terezinha Silveira	16hs	Aux. Serviços Gerais
769	Geni Aparecida dos Santos	14hs52min	Aux. Serviços Gerais
12873	Giuliano Metelski	03hs50min	Psicólogo ESF
4116	Graziella Debarba	04hs45min	Odontólogo
1023	Iraci Salete Sebem	06hs	Aux. Serviços Gerais
8075	Jane Schneider	02hs10min	Assistente Social
12856	Jocelene Nogueira	05hs55min	Terapeuta Ocupacional
13776	Johny Maicon Damiao da Silva	03hs27min	Bioquímico
12017	Josiane Domingos Camargo	03hs53min	ACS
865	Jussara Aparecida Hirsch Pereira	08hs	Aux. Serviços Gerais
11850	Larissa Strapasson Binder	03hs31min	Enfermeira
12112	Loriana Lopes	04hs30min	Agente Combate às End.
5635	Luciano Caregnato	00hs56min	Odontólogo
1140	Luiz Fernando dos Santos	03hs50min	Odontólogo
7784	Mara Rubia Cordeiro	29hs47min	Auxiliar Serv. Gerais
11812	Marcia de Oliveira Guedes	03hs50min	Auxiliar Enfermagem ESF
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	08hs	Auxiliar Serv. Gerais
3	Maurício Zini	02hs	Bioquímico
10461	Mirian Ficagna	11hs02min	Auxiliar Consult. Dent.
11033	Nelci Aparecida Cordeiro Bauerle	07hs	Auxiliar Enfermagem
11951	Silvana Maria Cristaldo	31hs53min	ACS
11871	Tatiana Moraes	10hs34min	ACS
12795	Thiago Muniz de Lima	20hs18min	Médico
3265	Valdiléia Aparecida Ferreira	10hs29min	Psicóloga
13833	Vanessa Petrykowski	02hs45min	Enfermeiro ESF
10476	Veroni Terezinha Correa Zambonin	01hs42min	Auxiliar Saúde Bucal
12588	Willian Schroder	02hs53min	Enfermeiro

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.Luzia Michelina dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 26.033

PORTARIA Nº 26.033, de 30 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, nos Setores de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestado durante o mês de setembro de 2015, especificando: códigos, nomes, cargos, setores e número de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Setor	Nº de Horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista	Vigilância Sanitária	240hs
10463	Alice Regina Sturmer Blank	Bioquímico	Vigilância Sanitária	58hs
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnólogo em Alimentos	Vigilância Sanitária	52hs
3361	Janete Lisboa Velasques	Fiscal Sanitarista	Vigilância Sanitária	67hs
6301	Nilo Sergio Luz Amorin	Engenheiro Civil	Vigilância Sanitária	55hs
10961	Renata Cristina Silva Favarão	Assistente Administrativo	Vigilância Sanitária	177hs
7683	Nara Tescke	Técnico em Enfermagem	Vigilância Epidemiológica	151hs
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar de Enfermagem	Vigilância Epidemiológica	216hs

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.Luzia Michelina dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**PORTARIA Nº 26.034**

PORTARIA nº 26.034, de 30 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento do Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/09/2015 a 30/09/2015, especificando: código, nome do servidor e quantidade de horas ou dias, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Dias/Horas
13370	Raphael Salgado Pedroso	30 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.Luzia Michelina dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.**PORTARIA Nº 26.045**

PORTARIA Nº 26.045, de 01 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONVOCAR as Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para comporem ESCALA para prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, durante o mês de outubro de 2015, especificando: data, dia da semana correspondente, período, número de horas da escala e nomes das Servidoras, conforme segue:

Data	Dia da semana	Período	Nº Horas	Servidora em Sobreaviso
01	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Adriane Cruz
02	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
03	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
04	Domingo	17h00-08h00	15hs	Cleony Figur
05	Segunda-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
06	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
07	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
08	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Adriane Cruz
09	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
10	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
11	Domingo	17h00-17h00	24hs	Cleony Figur
12	Feriado	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
13	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
14	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
15	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Adriane Cruz
16	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
17	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
18	Domingo	17h00-08h00	15hs	Cleony Figur
19	Segunda-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
20	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
21	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
22	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Adriane Cruz
23	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
24	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
25	Domingo	17h00-08h00	15hs	Cleony Figur
26	Segunda-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
27	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
28	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
29	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Adriane Cruz
30	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
31	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de outubro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35- 2015 – PR – 23-2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35- 2015 – PR – 23-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EM COMODATO DE ANALISADOR HEMATOLOGICO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/10/2015 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 29/10/2015 às 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 06 de outubro de 2015.
LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
Secretaria de Saúde

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 103 - 2015, PR – Nº 72-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 103 - 2015, PR – Nº 72-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2015 TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PREFEITURA DE CAÇADOR COMO ORGÃO GERENCIADOR E DE MAIS FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS MUNICIPAIS
ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/11/2015 às 14h00min.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 04/11/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@caçador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 05 de outubro de 2015
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 18 CMDCA

Resolução 18/2015 de 05 de outubro de 2015

Dispõe sobre a contratação de empresa para propaganda em movimento da "Campanha pelo fim da violência e Exploração Sexual Infante Juvenil 2015" com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214, de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO deliberação da Comissão pelo fim da violência infante-juvenil do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente em reunião realizada dia dezesseis dias do mês de setembro de 2015, Ata nº 03.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia cinco de outubro de 2015, Ata nº 322.

Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento com recursos do FIA para propaganda em movimento da "Campanha pelo fim da violência e Exploração Sexual Infante Juvenil 2015" à Empresa PROBUS Propaganda em Movimento. CNPJ: 20.089.700/0001-01. Conforme orçamento de publicidade: Pacote 03. Valor R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por mês, por um período de 03 (três meses). Totalizando: R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 05 de outubro de 2015.
MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 19 CMDCA

Resolução 19/2015 de 05 de outubro de 2015

Dispõe sobre o repasse de recursos do FIA para confecção de cartazes da "Campanha pelo fim da violência e Exploração Sexual Infante Juvenil 2015".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214, de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO deliberação da Comissão pelo fim da violência infante-juvenil do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente em reunião realizada dia dezesseis dias do mês de setembro de 2015, Ata nº 03.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia cinco de outubro de 2015, Ata nº 322.

Resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos para a confecção de 100 (cem) cartazes da "Campanha pelo fim da violência e Exploração Sexual Infante Juvenil 2015" à Empresa Cristian Cartuchos. Valor: R\$ 190,00 (cento e noventa reais)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 05 de outubro de 2015.
MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 20 CMDCA

Resolução 20/2015 de 05 de outubro de 2015

Dispõe sobre a aprovação dos projetos voltados à área da infância e adolescência para organizações governamentais e não governamentais registradas no CMDCA inscritas através do Edital 01/2015 do CMDCA- Edital de seleção pública de Projetos para financiamento do ano de 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214, de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO a Resolução 14/2015 que estabelece critérios para a análise e aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA- 2015.

CONSIDERANDO as Atas nº 01, 02, 03, 04 e 05 da comissão especial para elaboração do edital de Chamamento Público para utilização dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia cinco de outubro de 2015, Ata nº 322.

Resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos das entidades/serviços abaixo para celebração de convênio:

- 1) Associação Esporte Clube Flamengo- AFHAGO: valor R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais);
- 2) Associação Brasileira de Educação e Cultura- ABEC (Centro Social Marista Caçador- CESMAR): VALOR R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais);
- 3) Associação dos pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador- APAE: valor R\$ 5.492,00 (cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais);
- 4) Associação de pais e Amigos dos Surdos de Caçador- APAS: valor R\$ 5.748,08 (cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e oito centavos);
- 5) Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador "Bombeiros Voluntários"- Projeto Bombeiro Mirim: valor R\$ 4.708,00 (quatro mil setecentos e oito reais);

6) Associação Maria Rosa- AMAR: valor R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais);

7) Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social- ACEIAS: valor R\$ 5.125,90 (cinco mil, cento e vinte e cinco reais e noventa centavos);

8) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida –LA e Prestação de Serviços a Comunidade - PSC (CREAS): valor R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 05 de outubro de 2015.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2015 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos sete dias do mês de outubro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de até 400 m³ (quatrocentos metros cúbicos) de madeira de eucalipto (em peças serradas, tipo vigas, vigotes, pranchão corrido, pilar, travessas, etc.), conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS A. SELL LTDA, CNPJ: 80.985.625/0001-99, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 87/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01	400	M ³	Madeira de eucalipto (em peças serradas, tipo vigas, vigotes, pranchão corrido, pilar, travessas, etc.)	R\$ 350,00
VALOR TOTAL MÁXIMO FIXADO				R\$ 140.000,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ

Pregoeira

DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS A. SELL LTDA

Representante legal

DECRETO Nº 9.341 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.341 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.361 de 07 de Outubro de 2015; DECRETA:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 70.800,95 (setenta mil e oitocentos reais e noventa e cinco centavos), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos			
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública			
300000.00.168 -	Despesas Correntes			
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.168 -	Aplicações Diretas			
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 70.800,95		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação – Recurso COSIP do Orçamento vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.342 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.342 DE 07 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.362 de 07 de Outubro de 2015; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.010 -	Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 8.364,00	
339339.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 184,00	
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração		
03.01 -	Serviço de Administração		
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.896 -	Aplicações Diretas		
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 7.452,00	
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.011 -	Contribuição para a Formação do PASEP		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 60.000,00	
	TOTAL	R\$ 76.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulações Parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica		
10.303.0056.2.028 -	Realização de Diagnósticos dos Pacientes		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.119 -	Aplicações Diretas		
339036.00.119 -	Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Física	R\$ 10.000,00	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 66.000,00	R\$ 76.000,00
	TOTAL		

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.343 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.344 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.364 de 07 de Outubro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elementos de Despesa e suplementa-os no valor de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais), nas seguintes Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
310000.00.132 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.132 -	Aplicações Diretas	
319011.00.132 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 8.000,00
319016.00.132 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 1.000,00
319094.00.132 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 1.000,00
319113.00.132 -	Obrigações Patronais – Op. Intra Orçamentárias	R\$ 2.000,00
339046.00.132 -	Auxílio Alimentação	R\$ 500,00
339049.00.132 -	Auxílio Transporte	R\$ 100,00
	TOTAL	R\$ 12.600,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, proveniente do Recurso da Vigilância Epidemiológica do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.344 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.344 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.364 de 07 de Outubro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elementos de Despesa e suplementa-os no valor de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais), nas seguintes Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
310000.00.132 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.132 -	Aplicações Diretas	
319011.00.132 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 8.000,00
319016.00.132 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 1.000,00
319094.00.132 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 1.000,00
319113.00.132 -	Obrigações Patronais – Op. Intra Orçamentárias	R\$ 2.000,00
339046.00.132 -	Auxílio Alimentação	R\$ 500,00
339049.00.132 -	Auxílio Transporte	R\$ 100,00
	TOTAL	R\$ 12.600,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, proveniente do Recurso da Vigilância Epidemiológica do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.345 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.345 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.365 de 07 de Outubro de 2015; DECRETA:

Art.1º) Abrir Crédito Especial, Criar Elementos de Despesa e suplementa-los no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.106 -	Despesas Correntes	
310000.00.106 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.106 -	Aplicações Diretas	
319011.00.106 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 23.000,00
319016.00.106 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 1.600,00
319094.00.106 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 100,00
319113.00.106 -	Obrigações Patronais – Op. Intra Orçamentárias	R\$ 4.000,00
339046.00.106 -	Auxílio Alimentação	R\$ 1.200,00
339049.00.106 -	Auxílio Transporte	R\$ 100,00
	TOTAL	R\$ 30.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.07 -	Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde	
10.304.0058.2.119 -	Manutenção e Coordenação das Ativ. De Vigilância em Saúde	
300000.00.106 -	Despesas Correntes	
330000.00.106 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.106 -	Aplicações Diretas	
339030.00.106 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
339039.00.106 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 6.000,00
400000.00.106 -	Despesas de Capital	
440000.00.106 -	Investimentos	
449000.00.106 -	Aplicações Diretas	
449052.00.106 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 18.000,00
	TOTAL	R\$ 30.000,00

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.346 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.346 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 7.535 DE 07 DE JANEIRO DE 2013.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto nº 7.535 de 07 de Janeiro de 2013, com efeitos a partir de 07 de Outubro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.361 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.361 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 70.800,95 (setenta mil e oitocentos reais e noventa e cinco centavos), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos			
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública			
300000.00.168 -	Despesas Correntes			
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.168 -	Aplicações Diretas			
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 70.800,95		

Art.2º) O crédito a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação - Recurso COSIP do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br.

sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.362 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.362 DE 07 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.010 -	Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 8.364,00	
339339.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 184,00	
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração		
03.01 -	Serviço de Administração		
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.896 -	Aplicações Diretas		
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 7.452,00	
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.011 -	Contribuição para a Formação do PASEP		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 60.000,00	
	TOTAL	R\$ 76.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulações Parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica		
10.303.0056.2.028 -	Realização de Diagnósticos dos Pacientes		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.119 -	Aplicações Diretas		
339036.00.119 -	Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Física	R\$ 10.000,00	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 66.000,00 R\$	
	TOTAL	76.000,00	

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.363 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.363 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 47.871,47 (quarenta e sete mil oitocentos e setenta e um reais e quarenta e sete centavos), nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica			
10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia			
300000.00.119 -	Despesas Correntes			
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.119 -	Aplicações Diretas			
339014.00.119 -	Diárias – Civil	R\$ 5.000,00		
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 20.000,00		
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 7.871,47		
91.05 -	Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares			
10.302.0055.2.118 -	Manutenção Dos Atendimentos Básicos Hospitalares			
300000.00.119 -	Despesas Correntes			
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.119 -	Aplicações Diretas			
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 15.000,00		
	TOTAL	R\$ 47.871,47		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica			
10.303.0056.2.028 -	Realização de Diagnósticos em Pacientes			
300000.00.119 -	Despesas Correntes			
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.119 -	Aplicações Diretas			
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 47.871,47		

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.364 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.364 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre Crédito Especial, cria Elementos de Despesa e suplementa-os no valor de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais), nas

seguintes Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
310000.00.132 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.132 -	Aplicações Diretas	
319011.00.132 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 8.000,00
319016.00.132 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 1.000,00
319094.00.132 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 1.000,00
319113.00.132 -	Obrigações Patronais – Op. Intra Orçamentárias	R\$ 2.000,00
339046.00.132 -	Auxílio Alimentação	R\$ 500,00
339049.00.132 -	Auxílio Transporte	R\$ 100,00
	TOTAL	R\$ 12.600,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, proveniente do Recurso da Vigilância Epidemiológica do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.365 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.365 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre Crédito Especial, cria Elementos de Despesa e suplementa-os no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS	
300000.00.106 -	Despesas Correntes	
310000.00.106 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.106 -	Aplicações Diretas	
319011.00.106 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 23.000,00
319016.00.106 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 1.600,00
319094.00.106 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 100,00
319113.00.106 -	Obrigações Patronais – Op. Intra Orçamentárias	R\$ 4.000,00
339046.00.106 -	Auxílio Alimentação	R\$ 1.200,00
339049.00.106 -	Auxílio Transporte	R\$ 100,00
	TOTAL	R\$ 30.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.07 -	Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde	
10.304.0058.2.119 -	Manutenção e Coordenação das Ativ. De Vigilância em Saúde	
300000.00.106 -	Despesas Correntes	
330000.00.106 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.106 -	Aplicações Diretas		
339030.00.106 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00	
339039.00.106 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 6.000,00	
400000.00.106 -	Despesas de Capital		
440000.00.106 -	Investimentos		
449000.00.106 -	Aplicações Diretas		
449052.00.106 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 18.000,00	
	TOTAL	R\$ 30.000,00	

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.232 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.232 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO A SAÚDE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública, ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, Matrícula Funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº 788900, ocupante do Cargo Público de Auxiliar de Enfermagem, exercendo a Função de Gratificada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo à Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo: 11 de Novembro de 2014 a 10 de Novembro de 2015.

Parágrafo único – O Pagamento de um Terço de Férias o qual se refere o caput deste artigo, referente ao período aquisitivo 11 de Novembro de 2014 á 10 de Novembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de Outubro de 2015 á 17 de Outubro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de Outubro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.233 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.233 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder a prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ANGELA MARIA GSCHWENDTNER, Matrícula Funcional nº 000557, Registro no Sistema sob nº 954678, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença por motivo de doença, pelo período 01 de Outubro de 2015 a 07 de Outubro de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres do IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 01 de Outubro de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.234 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.234 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal em Exercício, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA TREML, Matrícula Funcional nº 000729, Registro no Sistema sob nº 955243, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, Licença por motivo de doença, pelo período 28 de Agosto de 2015 a 26 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 28 de Setembro de 2015 a 12 de Outubro de 2015; já o período de 13 de Outubro de 2015 a 26 de Dezembro de 2015 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 28 de Setembro de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 07 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

EDITAL 02/2015 - ABRE PRAZO PARA REQUERER PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO.

EDITAL Nº 02/2015 – SMEC

ABRE PRAZO PARA REQUERER PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Senhor Prefeito Municipal NELSON CRUZ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do Art. 100, da Lei Orgânica do Município de Campos Novos/SC, e considerando o disposto na Seção II, Art.23 da Lei Complementar nº07/11 de 23/09/2011,

RESOLVE:

Abrir inscrições e baixar normas para progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação dos profissionais efetivos do Magistério Público Municipal;

Tornar público para conhecimento dos membros do Quadro Efetivo dos Profissionais da Educação do Município, que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, estará recebendo no período de 26 e 27 de outubro de 2015, requerimento para a concessão Horizontal de Progressão por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação, nos termos da Lei Complementar 07/11 e normas deste Edital.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1- Período e Horário:

As inscrições estarão abertas aos servidores públicos municipais que integram o quadro dos Profissionais da Educação do Município de Campos Novos- SC, nos dias 26/10/2015 e 27/10/2015 , no horário das 8h e 30min. às 11h e das 13h e 30min. às 17h.

1.2- Local de Inscrição:

Os interessados deverão se inscrever na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizada a Rua Assis Camargo Costa, nº 1.100, Bairro Boa Vista, Campos Novos/SC.

2. DOS REQUISITOS

1.1 - Ser membro do quadro efetivo dos Profissionais da Educação do Município.

2.2- Para fazer jus à progressão o profissional da Educação deverá comprovar que efetuou curso de aperfeiçoamento ou capacitação numa carga horária mínima de 80 (oitenta) horas.

2.3- Para a progressão prevista neste Edital, poderão ser apresentados os certificados dos cursos frequentados, com data de expedição de 01 de outubro de 2013 até 30 de setembro de 2015.

2.4- A carga horária de cursos excedentes da progressão não poderá ser utilizada para novas progressões.

2.5- Somente serão aceitos os cursos que atenderem as exigências dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, e aos interesses da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

2.6- Para validade dos certificados de cursos de aperfeiçoamento apresentados deverá ser observado:

- Os cursos devem ser relacionados à área de atuação ou formação profissional (conforme art.24-LC 07/2011);

- Os cursos devem ser promovidos pela Secretaria de Educação dos Estados ou Instituições por ela autorizadas, Instituição de

Ensino Superior, Órgãos vinculados ao Ministério da Educação e Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;

- Nos certificados deverão constar:

- a) Título do curso;
- b) Agência executora;
- c) Período de execução;
- d) Carga horária;
- e) Conteúdo programático;
- f) Registro do órgão competente;
- g) Data de expedição dos certificados dos cursos frequentados e aceitos, deverão compreender o período entre 01/10/2013 a 30/09/2015.

3. DO REQUERIMENTO E DOCUMENTOS

No ato de realização da inscrição, o interessado deverá entregar os seguintes documentos, sendo que não poderão ser juntados outros documentos após a inscrição:

- a) Requerimento (Anexo I) devidamente preenchido e assinado pelo requerente;
- b) Fotocópia dos certificados de curso (que poderão ser autenticadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura), juntamente com os originais;

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1- Até 30/11/15 a Secretaria Municipal de Educação e Cultura publicará Edital de homologação ou indeferimento dos requerimentos apresentados na forma prevista no item 2.1.

4.2- A contar da data prevista no item 4.1, o profissional terá 3 (três) dias úteis para encaminhar eventual pedido de reconsideração.

4.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

4.4- Maiores informações pelo telefone 3541-2737 ou 3541-2738 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

4.5 - O Edital encontra-se no site: www.camposnovos.sc.gov.br.

Campos Novos, 07 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Campos Novos-SC

ANEXO I

EDITAL 02/2015 – SMEC

REQUERIMENTO

O professor efetivo do quadro dos profissionais da Educação do Município requer junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a sua inscrição com vistas a obter Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, prestando as seguintes informações:

1. Dados do servidor

- Nome completo: _____
- Endereço _____

- Telefone _____
- Unidade de Lotação: _____
- Carga Horária Efetiva _____
- Local de Atuação: _____
- Carga Horária de Atuação: _____
- Habilitação: _____
- Especialização: _____
- Data da admissão no Serviço Público Munic. _____

2. Cursos Apresentados:

*Título Curso: _____
Carga Horária: _____
Data de Realização: _____
Data da Expedição do Certificado _____
Instituição que promoveu: _____

*Título Curso: _____
Carga Horária: _____
Data de Realização: _____
Data da Expedição do Certificado _____
Instituição que promoveu: _____

*Título Curso: _____
Carga Horária: _____
Data de Realização: _____
Data da Expedição do Certificado _____
Instituição que promoveu: _____

*Título Curso: _____
Carga Horária: _____
Data de Realização: _____
Data da Expedição do Certificado _____
Instituição que promoveu: _____

Declaro conhecer as disposições contidas no Edital 02/2015 – SMEC.

Campos Novos, _____ de outubro de 2015.

Assinatura do Requerente _____

Responsável pelo Recebimento do Requerimento _____

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 77/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 77/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 58/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de lanches prontos para operacionalização dos programas e projetos realizados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família CRAS, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 21 de outubro 2015, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 07 de outubro de 2015. ELOIR JOÃO REIS – Prefeito em exercício.

EXTRATO EDITAL 78/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 78/2015

MODALIDADE: Tomada de Preço 10/2015

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para reforma do Ginásio de Esportes Nivaldo Luiz Laus, com área construída de 1.202,12m², situado à Av. Prefeito Silvestre Nunes Júnior, nº 901, Bairro Areão, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. DATA DE ABERTURA: 23 de outubro de 2015, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 07 de outubro de 2015. ELOIR JOÃO REIS - Prefeito em exercício

Canoinhas

PREFEITURA

PROCESSO Nº: 0023/2015 – RECURSO VOLUNTÁRIO.

Processo nº: 0023/2015 – Recurso Voluntário.

Recorrente: MAZZARO SAÚDE S/S LTDA.

Recorrida: Fazenda Pública Municipal de Canoinhas.

Assunto: Base de Cálculo ISS.

Relator: Luís Gustavo Vieira de Brito.

E M E N T A

DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA. BASE DE CÁLCULO ISSQN. FORMA FIXA. POSSIBILIDADE. BASE DE CÁLCULO DO ISSQN SOBRE VALOR FIXO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA AFASTADA. RECURSO PROVIDO.

1. A Recorrente sustenta que deve efetuar o pagamento do ISSQN sobre o faturamento mensal da empresa, pois todos os seus profissionais devidamente habilitados estão enquadrados na Lei Complementar nº 116/2003 e de acordo com o Decreto Lei nº 406/68, no art. 9º, § 3º.
2. Aduz, ainda, que o serviço médico foi incluso na lista de serviços, no item 4 da Lei Complementar nº 116/2003, tendo sua redação alterada pelo Decreto Lei 43.793/2004.
3. Ressalta que os profissionais da empresa prestam atividade de forma autônoma e que o exercício médico é diretamente ligado à saúde humana, sendo atividade privativa do médico executar métodos e técnicas fisioterápicas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente, serviço este, incluso em um dos itens do § 3º, art. 9º do Decreto Lei nº 406/68.
4. Requereu, ao final, o deferimento do recurso para que o pagamento do ISSQN se dê na base fixa em relação a cada profissional habilitado, com o consequente cancelamento da Notificação de Lançamento nº 03/BG/2015.

É o Relatório.

Após análise da documentação, verificou-se que os 02 (dois) profissionais da sociedade estão inseridos na lista de serviços a que se refere à Lei Complementar nº 116/2003, atuando somente na prestação de serviços médicos, caracterizando assim, sociedade uniprofissional, cabendo observar que esta classificação não implica em efeitos de estabelecer uma regra única para o enquadramento sob a forma de ISS fixo.

Analisando o contrato social da constituição recorrente, tem-se a sociedade simples como limitada, sendo o capital de responsabilidade dos sócios, o qual é distribuído em quotas como se visualiza à cláusula 5º do mesmo, esta, divergente da doutrina, a qual afirma que para a descaracterização empresarial, a responsabilidade de cada sócio deve ser pessoal e ilimitada.

Nesse sentido, entendo que, sob análise do contrato social, o qual se refere sobre a distribuição de lucros, resta evidenciado o elemento de empresa, ou seja, a Recorrente desempenha serviços de caráter empresarial, ainda, na cláusula 6ª, define-se que a repartição dos lucros e perdas será na proporção das respectivas cotas, reforçando o elemento de empresa e não fazendo jus, por esse motivo, a tributação privilegiada prevista no art. 9º, § 1º e 3º do Decreto Lei nº 406/68.

Desta feita, o imposto sobre os serviços prestados pela Recorrente, deve ser pago sobre sua receita bruta mensal, ou seja, sobre o faturamento, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o qual se posicionou para o fim de afirmar que o

benefício da alíquota fixa do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza somente é devido às sociedades unipessoais integradas por profissionais que atuam com responsabilidade pessoal, não alcançando as sociedades empresariais, como as sociedades por quotas, como é o caso da Recorrente.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso voluntário interposto pelo Recorrente a fim de manter a Notificação de Lançamento nº 03/BG/2015.

É o Voto.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em que é Recorrente MAZZARO SAÚDE S/S LTDA e Recorrida Fazenda Pública do Município de Canoinhas, acordam os senhores integrantes do Egrégio Conselho de Contribuintes de Canoinhas, por maioria de votos, em conhecer do recurso por estarem presentes os requisitos de admissibilidade e, no mérito, dar-lhe provimento, afastando-se a exigência tributária exarada na primeira instância administrativa, através da Notificação de Lançamento nº 03/BG/2015. Votaram em sentido contrário ao Relator os senhores Conselheiros Alfredo Lang Scultetus, Hilário Dornelis Bosse Junior e Roberto Ivan Ludka, para o fim de dar provimento ao recurso interposto pelo Recorrente.

Publique-se.

Intimem-se.

CMC/Canoinhas, 30 de setembro de 2015.

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITO DIOGO CARLOS SEIDEL
RELATOR PRESIDENTE

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº FME 01/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º FME 01/2015

ALTERAÇÃO DO EDITAL

A Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 03.914.543/0001-02, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a alteração do Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE ENTIDADE(S) SEM FINS LUCRATIVOS PARA AUTORIZAÇÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇOS O BAR DO ESTÁDIO MUNICIPAL BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO JUNIOR E O BAR DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES MAGNO VICTOR FUCK, PARA VENDA DE LANCHES E BEBIDAS DURANTE A REALIZAÇÃO DOS 55º JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA – FASE REGIONAL, NOS DIAS 16, 17, 18, 19, 20 E 21 DE OUTUBRO DE 2.015. DAS ALTERAÇÕES: ONDE LIA-SE: Início de recebimento dos documentos para credenciamento 08/10/2015 a partir das 09h00min, LEIA-SE: Os interessados deverão apresentar os documentos abaixo para credenciamento até às 14h00min do dia 14/10/2015, ONDE LIA-SE: Valor conforme edital, LEIA-SE: Por ser entidade sem fins lucrativos, não será cobrado pelo ocupação, ONDE LIA-SE: Classificação por ordem de protocolo, LEIA-SE: Classificação por sorteio. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 15h30min, através do telefone n.º (47) 3621-7705, ou ainda diretamente no Departamento de Licitações. Cópia do edital poderá ser obtida no

site www.pmc.sc.gov.br link licitações.
Ricardo Pereira Martin
Presidente da Fundação de Esportes e Lazer

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 97/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/15
HOMOLOGAÇÃO: 07/10/15
CONTRATADO: TRATOR BIG PÉCASA PARATRATORES LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PARCELADA DE LÂMINAS, DENTES PARA CONCHAS DE RETROE ESCAVADEIRAS, PARA FUSO E OUTROS MATERIAIS AFINS PARA REPOSIÇÃO NA MÁQUINA DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.712,58 (dois mil setecentos e doze reais e cinquenta e oito centavos)
DATA: 07/10/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/15
HOMOLOGAÇÃO: 07/10/15
CONTRATADO: G. MAIOCHI & CIA. LTDA.
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PARCELADA DE LÂMINAS, DENTES PARA CONCHAS DE RETROE ESCAVADEIRAS, PARA FUSO E OUTROS MATERIAIS AFINS PARA REPOSIÇÃO NA MÁQUINA DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.980,76 (cinco mil novecentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos)
DATA: 07/10/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/15
HOMOLOGAÇÃO: 07/10/15
CONTRATADO: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PARCELADA DE LÂMINAS, DENTES PARA CONCHAS DE RETROE ESCAVADEIRAS, PARA FUSO E OUTROS MATERIAIS AFINS PARA REPOSIÇÃO NA MÁQUINA DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 330,40 (trezentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos)
DATA: 07/10/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/15
HOMOLOGAÇÃO: 07/10/15
CONTRATADO: GAPSKI & CIA. LTDA.
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PARCELADA DE LÂMINAS, DENTES PARA CONCHAS DE RETROE ESCAVADEIRAS, PARA FUSO E OUTROS MATERIAIS AFINS PARA REPOSIÇÃO NA MÁQUINA DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.936,60 (onze mil novecentos e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos)
DATA: 07/10/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/15
HOMOLOGAÇÃO: 07/10/15
CONTRATADO: JÚLIO SILVESTRI FILHO

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PARCELADA DE LÂMINAS, DENTES PARA CONCHAS DE RETROE ESCAVADEIRAS, PARA FUSO E OUTROS MATERIAIS AFINS PARA REPOSIÇÃO NA MÁQUINA DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.341,50 (doze mil trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos)
DATA: 07/10/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

REVOGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 18/2015 (ELETRÔNICO)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 30/2015
PREGÃO Nº FMS 18/2015 (ELETRÔNICO)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO Nº FMS 18/2015 (ELETRÔNICO) que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KILOMETRO, TIPO VAN, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2015, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Motivo: ADEQUAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

TERMO DO CONVÊNIO Nº 03/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO
Termo do Convênio nº 03/2015 PARTÍCIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas, por meio do Fundo Municipal de Saúde e a Rede Feminina de Combate ao Câncer. OBJETO: O objeto do presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar nas despesas com os serviços de assistência que visam a prevenção de doenças de atendimentos básicos de saúde. VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 23.760,00 (vinte e três mil setecentos e sessenta reais). VIGÊNCIA: Um ano, contado da data de assinatura, dia 09/09/2015. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e a Sra. Vera Lucia Bueno Bechel, pela Rede Feminina de Combate ao Câncer.

TERMO DO CONVÊNIO Nº 18/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO
Termo do Convênio nº 18/2015 PARTÍCIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Canoinhas-APAE. OBJETO: visar o aporte financeiro para auxiliar na aquisição de um veículo adaptado aos portadores de necessidades especiais. VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), podendo ser repassados pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas VIGÊNCIA: contados da data desta publicação no Diário Oficial. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Prefeitura do Município de Canoinhas, e a Sra. Joana Raquel Seleme Miotto, pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Canoinhas - APAE.

Capinzal

PREFEITURA

EDITAL 031/2015 - ANULA CHAMADA PÚBLICA

EDITAL Nº 031, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

Anula a chamada pública de Professores, destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino

Prefeito do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no disposto na Lei nº 2.178, de 23 de setembro de 1999 e 3.149, de 30 de outubro de 2014,

Considerando que houve equívoco da Diretoria de Recursos Humanos e há candidatos aguardando vaga para o cargo de Professor de Língua Portuguesa no processo seletivo originado pelo Edital 029/2014,

Anula os procedimentos para a chamada pública de Professores, destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2015 na rede municipal de ensino;

Capinzal, em 07 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

PARECER 002/2015 - COMED

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação/ Escolas Municipais		UF: SC
ASSUNTO: Análise sobre a regulamentação das horas-atividades dos professores de educação infantil e séries iniciais e o direito de cumprirem parcialmente esta jornada fora do ambiente escolar.		
RELATORA: Izoete dos Santos Riqueti		
PROTOCOLO: 002		
PARECER COMED Nº: 002/2015	COLEGIADO: CP	APROVADO EM: 24/09/2015

I – RELATÓRIO

O presente parecer é resultado de análise da Constituição Federal, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 11.738/2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica, Resolução CNE/CEB 02/2009, Parecer do CNE/CEB n.º 9/2012 e Parecer do CNE/CEB n.º 18/2012, Lei Complementar 45/2000, que trata do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Capinzal.

Considerações

A Constituição Federal em seu artigo 206 estabelece como primordial a estipulação do piso salarial para uma efetiva valorização do profissional da educação e consequentemente melhora nas redes

de ensino:

"Art. 206º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006); [...]"

Assim, é princípio constitucional a valorização dos profissionais da educação escolar. A análise das leis brasileiras acerca do assunto nos remete à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu artigo 67 que diz:

"Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; [...]"

Dessa forma, a Lei n.º 9394/96, anteriormente à Lei Lei nº 11.738/2008, já afirmava que os profissionais da educação deveriam ter aperfeiçoamento profissional, período reservado para estudos, planejamento e avaliação incluídos dentro da carga de trabalho.

A Lei Federal 11.738/2008 de 16 de Julho de 2008, que ficou conhecida nacionalmente como "Lei do Piso", não aborda a necessidade dos profissionais da educação ter um período reservado a estudos e planejamento. Contudo, quando aborda a jornada de trabalho no Parágrafo 4º do artigo 2º, fixa no limite máximo de 2/3 da carga horária para interação com os educandos: "§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos."

O Conselho Nacional de Educação apresentou a Resolução CNE/CEB 02/2009 que regulamentou essa lacuna criada pela Lei. Essa resolução fixa diretrizes para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública e determina, em seu Artigo 4º, inciso VII:

"[...] VII- jornada de trabalho preferencialmente em tempo integral de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais, tendo sempre presente a ampliação paulatina da parte da jornada destinada às atividades, de preparação de aulas, avaliação da produção dos alunos, reuniões escolares, contatos com a comunidade e formação continuada, assegurando-se, no mínimo, os percentuais da jornada que já vem sendo destinados para estas finalidades, pelos diferentes sistemas de ensino, de acordo com os respectivos projetos políticos pedagógicos."

Nessa perspectiva a resolução citada é muito clara ao afirmar para que servem e como devem ser utilizados os períodos em que o professor não está em sala de aula, e sim cumprindo seu 1/3 de hora atividade, planejamento ou formação. Além disso, essa resolução chama atenção para que se respeitem os projetos político pedagógicos das escolas.

A mesma resolução aborda ainda, no mesmo artigo, em seu inciso XIII: "[...] utilizar as horas de trabalho pedagógicas coletivas como momento de formação do profissional da educação; [...]"

O Parecer n.º18/2012 do Conselho Nacional de Educação que foi homologado em 31 de julho de 2013, avalia que as horas de atividade extraclasse são essenciais para que o trabalho do professor tenha a qualidade necessária e produza resultados benéficos para a aprendizagem dos estudantes, considerando ainda que estes momentos incluem o trabalho que o professor realiza fora da escola,

normalmente em sua própria residência, incluindo leituras e atualização; pesquisas sobre temas de sua disciplina e temas transversais; elaboração e correção de provas e trabalhos e outras tarefas pedagógicas. A composição da jornada de trabalho que considera e remunera este trabalho, reconhece um fato concreto e, com a Lei nº 11.738/2008, melhora o tempo e as condições para que este trabalho seja feito.

A análise do Parecer n.º18/2012, ainda, registra que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi alterada pela Lei nº 12.551/2011, sancionada em 15 de dezembro de 2011, que equipara o trabalho realizado no local de trabalho e o realizado na residência do trabalhador, desde que comprovável, inclusive por meios eletrônicos. E o trabalho que o professor realiza em sua casa pode ser facilmente comprovado.

Além dos ordenamentos jurídicos já citados, cabe analisar como o município de Capinzal organizou seu Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério, aprovado através de Lei Complementar 45/2000:

Art. 17.º § 1.º - A jornada de trabalho do professor em função docente inclui uma parte de horas de aula e uma parte de horas de atividades, destinadas, de acordo com a proposta pedagógica da escola, a preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, a reuniões pedagógicas, a articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica da escola.

Analisando as legislações citadas e situações similares vivenciadas por secretarias municipais da educação da AMMOC (Associação de Municípios do Meio Oeste Catarinense) e recomendações da UNDI-ME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), cumpre ao Conselho Municipal de Educação de Capinzal, considerar e recomendar:

a) Considerando que o professor municipal que atua nas séries finais tem estabelecido na Lei Complementar 45/2000 a proporção de horas-aulas e horas-atividades a serem cumpridas na escola, mas que esta lei não se refere, nesse quesito, ao professor de educação infantil e séries iniciais, em regência de classe, este Parecer n.º2/2015, reconhece a necessidade desta regulamentação;

b) Considerando a diferença entre a carga horária semanal e o total de horas de aula ministradas pelo professor de educação infantil e séries iniciais, constituem-se em horas-atividades, sendo numa carga de 40(quarenta) horas - 800 (oitocentos) minutos e 20(vinte) horas - 400 (quatrocentos) minutos;

c) Recomenda-se para o professor que atua na educação infantil e/ou séries iniciais com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais - 480 (quatrocentos e oitenta) minutos poderão ser cumpridos fora do ambiente escolar e 320 (trezentos e vinte) minutos deverão ser cumpridos na escola e, para aqueles com jornada de 20 (vinte) horas semanais - 240 (duzentos e quarenta) minutos poderão ser cumpridos fora do ambiente escolar e 160 (cento e sessenta) minutos deverão ser cumpridos na escola;

d) Recomenda-se que período a ser cumprido na unidade escolar de horas-atividades será destinado à preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade, atendimento aos pais ou atividades afins;

e) Recomenda-se que as horas-atividade que o professor cumprir fora do ambiente escolar, não o excluam do dever de participar de reuniões, atividades/eventos da escola e/ou secretaria da educação, mesmo quando estas atividades coincidirem com o período em que ele se encontra fora do ambiente escolar;

f) Recomenda-se que o tempo destinado ao recreio, para ser

computado na carga horária de trabalho do professor, deverá constar na Proposta Pedagógica tendo a frequência controlada e orientado pelo corpo docente, quando o professor não estiver orientando o recreio este tempo será computado como hora-atividade;

g) Recomenda-se incluir no Plano de Carreira do Magistério Municipal a regulamentação das horas-atividades dos professores de educação infantil e séries iniciais, incluído o direito de cumprirem parcialmente esta jornada, fora do ambiente escolar e responsabilizando-os a participarem das atividades desenvolvidas pela escola e/ou secretaria municipal da educação, cultura e esportes.

II VOTO DA PLENÁRIA

Diante do exposto, é preciso considerar que todo o processo, desde a regulamentação da Lei nº 11.738/2008, ocorreu de forma paulatina, então, recomenda-se neste Parecer n.º2/2015 do COMED de Capinzal, que a regulamentação para que as horas-atividades para os professores de educação infantil e séries iniciais, sejam parcialmente cumpridas fora do ambiente escolar, também ocorra de maneira paulatina, ainda, considerando que esta possa ser implementada a partir de fevereiro de 2016.

Assim, destaca-se que o professor sempre trabalhou, e muito, em sua própria residência. Portanto, recomenda-se incluir no Plano de Carreira do Magistério Municipal a regulamentação das horas-atividades dos professores de educação infantil e séries iniciais, incluindo o direito de cumprirem parcialmente esta jornada, fora do ambiente escolar e responsabilizando-os a participarem das atividades desenvolvidas pela escola e/ou secretaria municipal da educação, cultura e esportes, conforme já regulamentado na Lei nº 9.394/96 e Lei nº 11.738/2008.

Conselheira Valquíria Maria da Silva Moresco

Conselheira Noemia Maria Bonamigo Pizzamiglio

Conselheira Edite Drey _____

Conselheiro Carlos Antônio Tobaldini _____

Conselheira Rosilene de Souza Haus _____

Conselheiro Juliano Kloss _____

Conselheira Wanessa Moraes Trzcinski _____

Conselheira Márcia Regina Melloto _____

Conselheira Maria Aparecida Senna Soares

Conselheira Josi Mary Côas/ Presidente _____

Conselheira Izoete dos Santos Riqueti/Vice-presidente

Capinzal, 24 de setembro de 2015.

PORTARIA 1155/2015

PORTARIA Nº 1155, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, RESOLVE:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Andréa Aparecida da Rosa Dalamaria, matrícula nº 321605/11, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, no

Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 a 14 de agosto de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de agosto de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1156/2015

PORTARIA Nº 1156, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, RESOLVE:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jessica Duarte, matrícula nº 407482/02, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante dois dias no mês de agosto de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de agosto de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1157/2015

PORTARIA Nº 1157, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, RESOLVE:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Solange Maristela Jordão, matrícula nº 410047/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante um dia no mês de agosto de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de agosto de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1158/2015

PORTARIA Nº 1158, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, RESOLVE:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, do servidor Celito Pereira, matrícula nº 407459/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante três dias no mês de agosto de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de agosto de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1159/2015

PORTARIA Nº 1159, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, RESOLVE:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Taina Aparecida Costa, matrícula nº 402249/03, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, para substituir Simone Salete Zapalalio de Oliveira Luz que atuará na Coordenação da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais pelo período de 03 de agosto a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de agosto de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Catanduvás

PREFEITURA

ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 0002/2015

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0002/2015

A Prefeita do Município de Catanduvás, Estado de Santa Catarina, Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que a sessão pública de abertura e julgamento do referido processo licitatório terá início a partir às 13h30min do dia 14/10/2015.

Catanduvás/SC, 07 de outubro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 2.048, DE 12 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 2.048, de 12 de janeiro de 2015.

"PRORROGA A VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMINI, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal; e item 12.1 cc 1.3 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO que, estando a ultimar o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2014, constata-se significativo aumento da demanda de servidores, por parte da Administração Municipal, em todas as áreas de abrangência do Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, que esta demanda é derivada, dentre outros, pelo aumento da população do município, traduzindo em incremento nos serviços públicos municipais prestados à população, principalmente com a construção de ESF, Creches, e outros serviços de interesse público de Catanduvás-SC;

CONSIDERANDO, que o quadro acima apresentado atende à possibilidade de prorrogação do prazo de validade do processo seletivo, que teve início na data de 25 de março de 2014, através do Decreto Municipal nº 1.971, de 25 de março de 2014, que homologou o resultado final do Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, que o Processo Seletivo em comento apresenta um CR – Cadastro de Reserva de candidatos aprovados e que ainda na foram chamados;

CONSIDERANDO, que a realização de novo processo seletivo para contratação de servidores para ocupar cargo na Administração Municipal importa em elevados custos para a Administração, além curial demora para sua realização; e

CONSIDERANDO, que o Processo Seletivo 001/2014, se encontra em plena validade, sendo que sua prorrogação para preenchimento de vagas existentes, nos termos acima, atende suficientemente os princípios norteadores da Administração Pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, e eficiência,

DECRETA:

Art. 1º Fica PRORROGADO para mais um (1) ano, o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2014, a partir do dia 25 de março de 2014, data da publicação do Decreto Municipal nº 1.971, em conformidade com o disposto no item 11.1 do referido Edital. Portanto, a validade do Processo Seletivo nº 001/2014, se estenderá até 25 de março de 2016.

Parágrafo único. Ficam mantidos os demais termos constantes do Edital do Processo Seletivo que não conflitem com a prorrogação de que trata este artigo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvás-SC, 12 de janeiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

DECRETO Nº 2.099, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.099, de 28 de setembro de 2015.

"DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA REDUÇÃO DE DESPESAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GISA APARECIDA GIACOMINI, Prefeita do Município de Catanduvás/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII do art. 103, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da Supremacia do Interesse Público e da Economicidade;

CONSIDERANDO, os limites com despesa de pessoal estabelecidos no artigo 22, parágrafo único da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO, a queda significativa das principais receitas estadual e federal com repercussão negativa no Município;

CONSIDERANDO, necessidade de redução da folha de pagamento para adequação ao índice de despesa com pessoal e preservação do emprego;

CONSIDERANDO, finalmente que as medidas, mesmo que de pequeno impacto, serão de fundamental importância para adequação à nova realidade financeira e orçamentária do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a redução de 20% (vinte por cento) do subsídio da Prefeita Municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2015, com vigência até 31 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 103, DE 06.10.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 103, DE 06.10.2015

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência em todo território deste Município, atingida por chuvas intensas.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50, inciso XVIII da Lei Orgânica do Município, pelo art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil, e

CONSIDERANDO:

- as chuvas intensas e concentradas, ocorridas nos dias 25, 26, 27 e 28 de setembro de 2015, atingindo todo o Município;
- como conseqüências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Informações do Desastre – FIDE, anexo a este Decreto;
- o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência;
- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como: Chuvas Intensas – 13214.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

- I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no inciso IV, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 06 de outubro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Edit. 01/2015 - DIVULGAÇÃO FINAL DO RESULTADO DA VOTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

DIVULGAÇÃO FINAL DO RESULTADO DA VOTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão de Escolha do processo de seleção dos membros do Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado- SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo o disposto no Item 3.1 do Edital nº 01/2015, TORNA PÚBLICO:

I - O resultado final da votação do Processo de Seleção e Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado – Santa Catarina, ocorrido no dia 04/10/2015:

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Número de Votos	Classificação
011	GORETI FRANÇA CLEMENTE	116	1ª
012	MARILÉIA MICHELS KEMPNER	95	2ª
003	CLEIDE LOPES PADILHA	82	3ª
002	LUCIMARA DA SILVA DE OLIVEIRA	66	4ª
007	LUZIA MOREIRA DA SILVA MONTEIRO DOS SANTOS	50	5ª
014	DIEGO RENGEL	47	6ª
008	ROSMERI PAUL DE OLIVEIRA	44	7ª
004	VALI VAIS	44	8ª
016	EDELVIRA DE FREITAS ANACLETO	23	9ª
005	MÁRCIA SCHROEDER HITTEMANN	16	10ª
017	ATOS ALAN BORGES DOS SANTOS	2	11ª

II - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 08 de outubro de 2015.

ELOÍNA PORTES DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DEIZE DOS SANTOS CRUZ

Presidente da Comissão de Escolha

Cocal do Sul

PREFEITURA

CONVÊNIO N. 05/15

CONVÊNIO Nº. 05/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA COCAL DO SUL, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº. 519, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Senhor ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA COCAL DO SUL, associação privada sem fins lucrativos, com sede na Rua Dr. Polidoro Santiago, s/n, Centro, Cocal do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.676/0001-17, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor JOSÉ LÉDIO PIAN, portador do CPF nº. 289.329.439-15, doravante denominado simplesmente ENTIDADE, têm entre si, como justo e acertado, o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

Cláusula Primeira. O termo de repasse do recurso financeiro, aqui formalizado é autorizado pela Lei Municipal nº. 1.171, de 02 de outubro de 2013.

Cláusula Segunda. Este convênio tem por objeto proporcionar a ENTIDADE, o repasse de valores financeiros por parte do MUNICÍPIO, para a formação e manutenção da equipe de futebol, em todas as categorias, em virtude de sua participação em diversos campeonatos promovidos em toda região sul do estado, conforme Cronograma de Atividades 2015 apresentado.

Cláusula Terceira. São obrigações do MUNICÍPIO:

I - transferir o recurso financeiro consignado na cláusula quinta à ENTIDADE;

II - examinar e aprovar se regulares, as prestações de contas do recurso financeiro repassado à ENTIDADE;

III - fixar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste termo de repasse, sempre que verificada alguma irregularidade.

Cláusula Quarta. São obrigações da ENTIDADE:

I - empregar os valores financeiros recebidos, exclusivamente para formação e manutenção da equipe de futebol;

II - prestar contas dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura deste convênio, mediante a apresentação de balancete de prestação de contas devidamente assinado pelo contador e/ou pelo representante legal da entidade composta de:

- Originais as Notas Fiscais de compras e serviços que comprovem as despesas realizadas. (Para compras e serviços não serão aceitos recibos – A Prefeitura dispõe de setor para emissão de Nota Fiscal Avulsa de Serviço e a Superintendência da Fazenda Estadual fornece Nota Fiscal Avulsa para compras de produtos; Também não serão aceitas quaisquer cópias em papel fax.)

- Nas prestações de contas não serão aceitas notas fiscais de compras ou serviços ou qualquer outro documento de comprovação de despesa com data de emissão anterior à data de publicação da Lei que autorizou o repasse da verba. Para despesas com compras ou serviços com valor superior à três salários mínimos, será exigida a apresentação de, pelo menos, três orçamentos prévios.

- Guias de recolhimento de impostos retidos na fonte relativos aos

serviços contratados: ISSQN, IR, INSS (apresentar originais e cópias xerox para autenticação).

- Certidão de execução do objeto. (Os membros da Diretoria ou Conselho Fiscal atestarão em documento que a obra foi executada e a verba utilizada conforme previsto no projeto e no convênio).

- Comprovante bancário de devolução ao Município do saldo remanescente – valor do recurso não utilizado (As Prestações de Contas da Contribuição Financeira serão realizadas de acordo com o disposto na Lei específica que os conceder e/ou no convênio firmado).

III - manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos atualizados e em boa ordem, colocando-os à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização do recurso financeiro recebido;

IV - assegurar ao MUNICÍPIO as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação do objeto deste termo de repasse.

Cláusula Quinta. O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a partir de abril de 2015.

Parágrafo único. Este Convênio tem a vigência até 31 de dezembro de 2015.

Cláusula Sexta. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da dotação: 2.018 – Apoio ao Esporte Amador Comunitário: 3.3.50.00.00.00.00.0110 – Transferência à Instituições privadas sem fins lucrativos.

Cláusula Sétima. O controle e a fiscalização da execução do presente convênio ficarão a encargo do MUNICÍPIO.

Cláusula Oitava. Este instrumento pode ser rescindido a qualquer tempo, desde que tal vontade seja manifestada por uma das partes com 30 (trinta) dias de antecedência

Cláusula Nona. As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga como competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste convênio, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e acertadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de março de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

JOSÉ LÉDIO PIAN

Presidente da Associação Atlética Cocal do Sul

Testemunhas:

1. _____;

2. _____.

CONVÊNIO N. 06.15

CONVENIO N.º 06/2015, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

CONVENIO DE COLABORAÇÃO EDUCACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E O CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE - UNIBAVE, NOS TERMOS DO DECRETO SAF/Nº. 253/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015, QUE REGULAMENTA A LEI Nº. 1.248, DE 08 DE ABRIL DE 2015, QUE FIXA PERCENTUAL À ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DA UNIBAVE - UNIDADE COCAL DO SUL, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO, CANDIDATOS A BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, entidade de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Polidoro Santiago, n.º 519, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. Ademir Magagnin, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Cocal do Sul/SC, portador do RG n.º.425.947 e CPF n.º 343.081.649-15, doravante denominado de CONCEDENTE, e o CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE - UNIBAVE, fundação privada, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.975.236/0001-08, com sede na Rua Miguel Couto, n. 313, bairro Centro, município de Orleans – SC, devidamente representada pelo reitor Elcio Willemann, brasileiro, casado, presidente/reitor, inscrito no CPF sob o n. 506.818.269-91, residente e domiciliado na Rua Anibal Brighenti, bairro Conde D'eu, município de Orleans – SC, doravante denominado UNIBAVE, firmam o presente convênio nos termos que segue:

Cláusula Primeira – Do Objeto: O presente Convênio tem como objeto a conjugação de esforços no sentido de promover, em cooperação, o desenvolvimento da educação no Município de COCAL DO SUL, mediante assistência financeira à alunos residentes em Cocal do Sul, matriculados nos cursos de graduação de ensino superior do Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, conforme os termos da Lei Municipal nº . 1.248, de 08 de abril de 2015 e Decreto SAF/Nº. 253/15, de 08 de abril de 2015.

Cláusula Segunda – Do valor a ser repassado:

1. Será repassado para o UNIBAVE em forma de bolsa de estudo conforme os termos deste convênio e somente para os alunos da Unidade Cocal do Sul o valor de R\$ 50.000,00(cinqüenta mil reais) a serem pagos em 02(duas) parcelas de R\$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais) cada, no mês de maio e outubro de 2015.
2. A CONCEDENTE deverá incluir em seu Plano Plurianual e Orçamento Anual, os valores a serem transferidos a CONVENIENTE, referentes ao presente Convênio.
3. Ocorrendo atraso no repasse por parte do CONCEDENTE, de 1 (uma) parcela, poderá a UNIBAVE suspender o repasse dos recursos aos acadêmicos contemplados

4. As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Manutenção do Ensino Superior N.º Órgão: 07

Unidade: 01

Projeto/Atividade: 2017 – Manutenção de outros níveis de ensino
Dotação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0114 – Transferência a Instituição Privadas sem fins lucrativos.

Cláusula terceira - Dos programas de bolsas:

1. Serão concedidas bolsas de estudos para acadêmicos carentes, cujo benefício não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da mensalidade, limitado a 50% (cinqüenta por cento) dos recursos transferidos.
2. Bolsa de estudos para alunos carentes portadores de deficiências, cujo benefício não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da mensalidade, na proporção de 25% (vinte e cinco

por cento) dos recursos transferidos.

3. Bolsa de trabalho no valor de R\$ 545,00 à acadêmicos que desenvolverem trabalho na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor dos recursos transferidos.

4. Entende-se por carentes os alunos que possuam renda individual média no grupo familiar inferior a dois salários mínimos.

5. Caso não ocorra inscrições para as modalidades de bolsa previstas nos itens 2 e 3, o recurso será remanejado para o item 1.

Cláusula quarta – Condições para inscrição: Para inscrever-se no processo de seleção o acadêmico interessado deverá atender aos seguintes requisitos:

- I) estar matriculado em um curso de Graduação mantido pela UNIBAVE – Unidade de Cocal do Sul;
- II) comprovar de que reside há no mínimo 03 anos em Cocal do Sul;
- III) cópia do comprovante de matrícula referente o semestre corrente, quitado.

Cláusula quinta – condições econômicas: Vencida as exigências para inscrição faz-se necessário a comprovação das condições econômicas, sendo admitidos os seguintes comprovantes:

I) Renda:

- a) se, empregado: a última folha de pagamento, bem como cópia da carteira de trabalho;
- b) se, aposentados, pensionistas ou beneficiários de auxílio doença do INSS, ou qualquer outro instituto de previdência pública ou privada: extrato de pagamento constando o valor bruto de benefício;
- c) Produtor Rural: declaração do rendimento total bruto e líquido mensal, que deverá ser preenchida e assinada pelo sindicato ao qual a produção está vinculada;
- d) do auxílio e da pensão alimentícia recebida de pessoa (s) não declarada (s) como integrante (s) do grupo familiar: considera-se como auxílio ou pensão alimentícia qualquer forma de contribuição regular ou eventualmente fornecida em dinheiro ou em pagamento de mensalidades, material escolar, alimentação, aluguel, plano de saúde, etc. Comprovação por declaração da qual conste valor mensal e tipo de auxílio. A declaração deverá conter nome, CPF e endereço da pessoa que auxilia, com assinatura desta reconhecida em cartório, (quando o pagamento é feito via depósito bancário, anexar o comprovante);
- e) desempregado a mais de 180 dias deverão apresentar declaração com data atual, assinada por duas testemunhas, de que não exerce atividade remunerada e cópia da carteira de trabalho;
- f) desempregado a menos de 180 dias: cópia do termo de rescisão contratual, cópia da carteira de trabalho e previdência social, comprovante de recebimento de seguro desemprego, comprovante do saque do FGTS.

II) Dos bens patrimoniais

- a) declaração de inexistência de bens móveis expedida pelo DETRAN;
- b) declaração de inexistência de bens imóveis expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

III) Da comprovação das despesas

- a) aluguel: cópia do contrato de locação ou recibo de pagamento do aluguel, com assinatura do locatário reconhecida em cartório;
- b) financiamento: cópia do contrato de financiamento e do recibo da última parcela paga. Se o recibo for emitido em papel timbrado da imobiliária ou instituição financiadora, dispensa-se a apresentação do contrato;
- c) se a moradia for cedida: o proprietário do imóvel deverá fornecer uma declaração com as assinaturas reconhecidas em cartório, esclarecendo que não cobra aluguel pela moradia: cópia de faturas de água, energia ou telefone;
- d) declaração de pagamento de aluguel;
- e) no caso de outras pessoas da família estudar em Instituição de Ensino Superior Particular, apresentar fotocópia do último boleto.

Cláusula sexta – Da comissão técnica de avaliação: A seleção dos candidatos, a avaliação do grau de carência e do desempenho acadêmico dos alunos, a escolha dos beneficiários das bolsas e a fiscalização do cumprimento dos critérios para a sua obtenção e manutenção ficará a cargo da Comissão Técnica, na qual fica assegurada a participação do Município, em conjunto com o UNIBAVE, composta pelos seguintes integrantes:

- a) Um representante da Reitoria
- b) Dois representantes indicados pelo Município
- c) Um representante dos Professores indicados pelos coordenadores
- d) Um representante do corpo discente
- e) Um assistente social do UNIBAVE

Cláusula sétima – dos critérios de concessão:

1. Para cada modalidade de bolsa, serão considerados critérios diferenciados. Os mesmos estarão presentes em edital.
2. A Comissão Técnica poderá promover, a qualquer tempo, visitas domiciliares aos beneficiados para verificar a veracidade das informações prestadas quando da inscrição.
3. O UNIBAVE fará a publicação de edital para chamamento dos interessados contendo as regras previstas na Lei nº. 1.248, de 08 de abril de 2015.
4. Eventuais omissões deverão ser decididas pela Comissão técnica.

Cláusula oitava – Das Obrigações:

I – Das Obrigações Do Concedente:

- a) Assegurar, os recursos financeiros necessários para o programa de bolsa, no valor total de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais).
- b) Efetuar o lançamento dos valores das parcelas nos orçamentos anuais do período de vigência do Convenio, bem como no Plano Plurianual.
- c) Efetuar o depósito regular, dos recursos conforme estabelecido no Decreto Municipal SAF/Nº. 253/15, de 08 de abril de 2015.
- d) Cientifica sobre a celebração deste Convenio à Câmara Municipal, conforme determina o § 2º do Art. 116 da Lei Federal n.º 8.666/1993.
- e) Prorrogar “de ofício” a vigência deste instrumento, quando houver atraso na liberação das parcelas do convenio, limitada a prorrogação pelo exato período do atraso verificado.
- f) Publicar o extrato do presente instrumento na Imprensa Oficial.
- g) Proceder ao registro do presente Convênio junto ao Tribunal de contas.
- h) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente convênio, observando se os recursos estão sendo aplicados na execução do objeto conveniado e de conformidade com o plano de trabalho aprovado.
- i) Encaminhar, após a sua análise, as prestações de contas parciais e final ao Tribunal de Contas.
- j) Promover a divulgação das ações objeto deste Convenio citado, obrigatoriamente, a participação dos Convenientes.

II – Das obrigações da conveniente:

- a) Planejar, acompanhar, gerenciar, avaliar e controlar, as ações a serem desenvolvidas, referente a execução pedagógica, administrativa, e financeira dos cursos ofertados.
- b) Assegurar o reconhecimento legal do Curso através dos seus organismos internos e externos, bem como a emissão dos diplomas aos alunos concluintes do curso.
- c) Acompanhar a vida acadêmica dos alunos, procedendo a formas de registro e controles necessários conforme legislação pertinente.
- d) Manter um corpo docente capacitado, com equipe de ensino e pesquisa para atuar nos cursos.
- e) Promover a divulgação das ações objeto deste Convenio citado, obrigatoriamente, a participação dos Convenientes.
- f) Permitir o livre acesso, de servidores devidamente autorizado pelo CONCEDENTE, a atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente instrumento, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

- g) Responsabilizar-se pela administração financeira do Convenio.
- h) Aplicar os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto pactuado.
- i) Apresentar mensalmente a lista de alunos beneficiados com as bolsas;
- j) Efetuar a restituição de eventual saldo de recursos, para o CONCEDENTE, no caso de extinção ou conclusão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do encerramento do Convenio.
- k) Restituir ao CONCEDENTE do valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, nos seguintes casos:
 - 1 – quando não for executado o objeto da avença;
 - 2 – quando não for apresentada no prazo ou justificada a não apresentação, da prestação de contas final;
 - 3 – quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convenio.

Cláusula nona – Da prestação de contas: A Prestação de Contas parcial deverá ser apresentada mensalmente, através da lista dos acadêmicos beneficiados com as bolsas de estudo e de acordo com cada programa.

Cláusula décima – Da divulgação: Em qualquer ação promocional, em função do presente instrumento, deverá ser obrigatoriamente, destacada a participação dos convenientes. Fica vedado, em qualquer empreendimento originário deste Convenio, a utilização pelos Partícipes de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

Parágrafo único. Todo material de divulgação das ações do presente Convenio deve conter a logomarca dos signatários, nas cores e formatação fornecidos pelos Convenientes.

Cláusula décima primeira – Da legislação pertinente: Aplica-se ao presente instrumento, especialmente nos casos omissos, os dispositivos da Lei Federal n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e as alterações posteriores.

Cláusula décima segunda – Das alterações: Este instrumento de convenio poderá ser modificado e/ou aditado através de Termos Aditivos, desde que, mantido o seu objeto, tendo em vista a conveniência das partes de acordos com as normas pertinentes em vigor.

Cláusula décima terceira – Eleição de foro: Elegem as partes deste Convenio o Foro de Urussanga/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Convenio, na esfera judicial, sugeridas do presente instrumento e que não puderem ser resolvidas via administrativa, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiada que seja.

Para firmeza e como prova de assim ajustados, lavra-se o presente instrumento de Convenio em 3 (três) vias de igual teor, que passam a ser assinados por todos, na presença de testemunhas abaixo subscritas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

ELCIO WILLEMANN

Reitor

TESTEMUNHAS:

1. _____;

2. _____.

CONVÊNIO N. 07/15

CONVÊNIO Nº. 07/2015, de 09 de abril de 2015.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E O LIONS CLUBE DE COCAL DO SUL, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº. 519, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Senhor ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado o LIONS CLUBE DE COCAL DO SUL, associação de defesa de direitos sociais, com sede na Av. Dr. Polidoro Santiago, Centro, Cocal do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 80.165.251/0001-65, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor SÉRGIO PEREIRA RUZZA, portador do CPF nº. 432.992.109-04, doravante denominado simplesmente ENTIDADE, têm entre si, como justo e acertado, o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

Cláusula Primeira. O termo de repasse do recurso financeiro, aqui formalizado é autorizado pela Lei Municipal nº. 1.171, de 02 de outubro de 2013.

Cláusula Segunda. Este convênio tem por objeto proporcionar a ENTIDADE, o repasse de valores financeiros por parte do MUNICÍPIO, na compra de material para confecção de fraldas geriátricas, que serão entregues aos necessitados de Cocal do Sul.

Cláusula Terceira. São obrigações do MUNICÍPIO:

I - transferir o recurso financeiro consignado na cláusula quinta à ENTIDADE;

II - examinar e aprovar se regulares, as prestações de contas do recurso financeiro repassado à ENTIDADE;

III - fixar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste termo de repasse, sempre que verificada alguma irregularidade.

Cláusula Quarta. São obrigações da ENTIDADE:

I - empregar os valores financeiros recebidos, exclusivamente compra de material para confecção de fraldas geriátricas;

II - prestar contas dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura deste convênio, mediante a apresentação de balancete de prestação de contas devidamente assinado pelo contador e/ou pelo representante legal da entidade composta de:

- Originais as Notas Fiscais de compras e serviços que comprovem as despesas realizadas. (Para compras e serviços não serão aceitos recibos – A Prefeitura dispõe de setor para emissão de Nota Fiscal Avulsa de Serviço e a Superintendência da Fazenda Estadual fornece Nota Fiscal Avulsa para compras de produtos; Também não serão aceitas quaisquer cópias em papel fax.)

- Nas prestações de contas não serão aceitas notas fiscais de compras ou serviços ou qualquer outro documento de comprovação de despesa com data de emissão anterior à data de publicação da Lei que autorizou o repasse da verba. Para despesas com compras ou serviços com valor superior à três salários mínimos, será exigida a apresentação de, pelo menos, três orçamentos prévios.

- Guias de recolhimento de impostos retidos na fonte relativos aos serviços contratados: ISSQN, IR, INSS (apresentar originais e cópias xerox para autenticação).

- Certidão de execução do objeto. (Os membros da Diretoria ou Conselho Fiscal atestarão em documento que a obra foi executada e a verba utilizada conforme previsto no projeto e no convênio).

- Comprovante bancário de devolução ao Município do saldo remanescente – valor do recurso não utilizado (As Prestações de Contas da Contribuição Financeira serão realizadas de acordo com o disposto na Lei específica que os conceder e/ou no convênio firmado).

III - manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos atualizados e em boa ordem, colocando-os à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização do recurso financeiro recebido;

IV - assegurar ao MUNICÍPIO as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação do objeto deste termo de repasse.

Cláusula Quinta. O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE, o valor de R\$ 10.000,00(dez mil reais), pagos no mês de abril de 2015.

Parágrafo único. Este Convênio tem a vigência até 31 de dezembro de 2015.

Cláusula Sexta. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da dotação: 02 – Gabinete do Prefeito – 2.004 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessoria – 3.3.50.00.00.00.00.0110 – Transferência à Instituições privadas sem fins lucrativos.

Cláusula Sétima. O controle e a fiscalização da execução do presente convênio ficarão a encargo do MUNICÍPIO.

Cláusula Oitava. Este instrumento pode ser rescindido a qualquer tempo, desde que tal vontade seja manifestada por uma das partes com 30(trinta) dias de antecedência

Cláusula Nona. As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga como competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste convênio, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e acertadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

SÉRGIO PEREIRA RUZZA

Presidente do Lions Clube de Cocal do Sul

Testemunhas:

1. _____;

2. _____.

DECRETO SAF/ N. 383/15

DECRETO SAF/Nº. 383/15, de 16 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

EXONERAR:

THAIS ALBINO OLIVIER, portadora do CPF nº. 031.724.029-32, Diretor de Unidade Escolar, nomeada pelo Decreto SAF/N. 111/13, de 29 de janeiro de 2013, a partir de 16 de setembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de setembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 380/15

DECRETO SAF/Nº. 380/15, de 03 de setembro de 2015.
FIXA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE OBRAS VIÁRIAS E EDIFICAÇÕES, SANEAMENTO BÁSICO, REFORMA URBANA, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS(SERVIÇO OPERACIONAL).

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º. De 16 de setembro de 2015 a 28 de fevereiro de 2016, o horário de expediente da Secretaria de Obras Viárias, Edificações, Saneamento Básico, Reforma Urbana, Transportes e Serviços Públicos (Serviço Operacional), será das 06:00h as 12:00 horas.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de setembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 381/15

DECRETO SAF/Nº. 381/15, de 03 de setembro de 2015.
FIXA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SERVIÇO OPERACIONAL).

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º. De 01 de outubro de 2015 a 28 de fevereiro de 2016, o horário de expediente da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Serviço Operacional), será das 06:00h as 12:00 horas.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de setembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 382/15

DECRETO SAF/Nº. 382/15, de 14 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 71, da Lei Complementar nº. 06, de 14 de outubro de 2003, resolve

CONCEDER a

LOURIVAL MOREIRA DE SOUZA, Operador de Máquina I, Licença sem vencimentos, por um período de 08(oito) meses, a partir de 14 de setembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de setembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 384/15

DECRETO SAF/Nº. 384/15, de 16 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

FAZER CESSAR

os efeitos do Decreto SAF/N. 135/11, de 01 de outubro de 2010, que concede mais 20 horas semanais a NILTON GONÇALVES, portador do CPF nº. 461.547.019-34, Engenheiro Agrônomo, nomeado pelo Decreto SAF/Nº. 356/10, a partir de 15 de setembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de setembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 385/15

DECRETO SAF/Nº. 385/15, de 29 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

NOMEAR:

EMANUEL HERNANDES MARCINEIRO PEREIRA, portador do CPF nº. 049.636.059-02, Técnico em Segurança do Trabalho, a partir de 05 de outubro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de setembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 386/15

DECRETO SAF/Nº. 386/15, de 30 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 35, de 12 de setembro de 2011, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2014, de 10 de dezembro de 2014, homologado através do Decreto SAF/N. 194/15, de 04 de março de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2014, de 10 de dezembro de 2014, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;

- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital (item 4.4);
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital (item 4.4);
- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de setembro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLÉDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

Médico Veterinário

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
123	MARI HELEN PAGANI POSSAMAI	4º

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de setembro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 387/15

DECRETO SAF/Nº. 387/15, de 30 de setembro de 2015.
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº. 1.168, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PPA 2014/2017, E DA LEI MUNICIPAL Nº. 1.227, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.278, de 30 de setembro de 2015, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Autorizada a adicionar a ação 2.064 – Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano no órgão 09.00 – Sec Obras Viárias Edif. San. Ref. Transp. Ser. Públicos, unidade 04 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, no orçamento do exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, não incluído na Lei nº. 1.168/2013 que dispõe sobre o PPA 2014/2017 e Lei nº. 1.227/2014 que dispõe sobre a LDO 2015.

Art. 2º Abre crédito especial adicional ao orçamento de 2015, em decorrência do excesso de arrecadação no exercício, na fonte de recursos 230 – Recursos ordinários do Fundo Municipal da Cidade, disponíveis na c/c nº 15164-5, no banco do Brasil, conforme descrito abaixo:

- Órgão: 09.00 – Sec. Obras Viárias Edif. San. Ref. Transp. Serv. Públicos

- Unidade: 09.04 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

- 2.064 – Manutenção do FMDU

- 3.3.90.00.00.00.00.00.0230 – Aplicações Diretas 39.000,00.

Art. 3º Autoriza os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.168, de 02 de outubro de 2013, e Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 – Lei Municipal nº. 1.227, de 15 de outubro de 2014 que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de setembro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 110/2015
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: COMPANHIA ULTRAGAZ S. A.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de água mineral, cargas de gás (GLP P-13 e P-45)

Assinatura: 16/09/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

LEI N. 1.274

LEI N. 1.274, de 30 de setembro de 2015.

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul, com o objetivo de sistematizar as ações que tenham por fim a segurança do cidadão e de seu patrimônio.

Art. 2º O Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul funcionará de forma articulada com todos os órgãos de segurança pública e privada, com supervisão e apoio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas.

Art. 3º Ao Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul compete:

- I - representar o Município junto aos órgãos responsáveis pela segurança pública Estadual e Federal;
- II - atuar na formação da estratégia e execução da política municipal de segurança;
- III - acompanhar a atuação dos órgãos da área de segurança e propor às autoridades de segurança pública, bem como ao Governo Municipal, medidas que objetivem a prevenção e a repressão dos delitos praticados em Cocal do Sul;
- IV - receber e encaminhar às autoridades competentes denúncias de violação dos direitos humanos no município;
- V - promover campanhas de conscientização comunitárias, relacionadas a segurança.

Art. 4º O Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul será composto por 12 membros, com respectivos suplentes, com a seguinte representatividade:

- I – 01(um) representante da Polícia Militar;
- II - 01(um) representante da Polícia Civil;
- III – 01(um) representante do Corpo de Bombeiros;
- IV – 01(um) representante do Poder Legislativo Municipal;
- V – 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;
- VI – 01(um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VII – 01(um) representante da Casa da Cidadania do Município;
- VIII – 01(um) representante da UNIBAVE;
- IX – 01(um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cocal do Sul;
- X – 01(um) representante das Associações de Bairros de Cocal do Sul;
- XI – 01(um) representante do Lions Clube Cocal do Sul;
- XII – 01(um) representante do CONSEG.

§ 1º Os membros do Conselho Municipal de Segurança Pública serão nomeados pelo Prefeito mediante indicações, dos representantes legais de cada órgão ou entidade representada.

§ 2º Os órgãos e entidades referidas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição dos seus respectivos representantes.

§ 3º Será substituído, compulsoriamente, o membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas no período de um ano.

§ 4º As funções dos membros do Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul não serão remuneradas, sendo seus exercícios considerados como relevantes serviços prestados.

§ 5º O mandato dos Conselheiros é de dois anos, podendo ser

reconduzido a critério das respectivas representações.

§ 6º O representante do Poder Legislativo Municipal será obrigatoriamente um dos Vereadores.

§ 7º Na primeira reunião do Conselho, após a publicação do Decreto de nomeação, os membros escolherão entre si o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário.

Art. 5º O Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul é composto de:

- I - um Presidente;
- II - um Vice-Presidente;
- II - um Secretário.

Parágrafo único. É atribuição do Presidente, convocar e presidir as reuniões do Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul; do Vice-Presidente substituí-lo em sua ausência ou impedimento e, do Secretário, a elaboração das atas e demais documentos do Conselho.

Art. 6º O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou a requerimento de um terço de seus membros.

Art. 7º O Conselho reunir-se-á semestralmente com o Prefeito Municipal para avaliação da área de segurança.

§ 1º As sessões plenárias do Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros ou, 15 minutos após, com qualquer quorum.

§ 2º Cada membro terá direito a um voto.

§ 3º As decisões do Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul serão consubstanciadas em resoluções.

§ 4º A política de segurança a ser implementada pelo Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul deverá ser referendada pelo Chefe do Executivo.

Art. 8º O Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul poderá convidar entidades, autoridades e técnicos para colaborar em estudos ou participarem de comissões instituídas no âmbito do próprio Conselho Municipal de Segurança, sob a coordenação de um de seus membros.

Parágrafo único. As comissões terão a finalidade de promover estudos com vistas a subsidiar decisões do Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de setembro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.275

LEI N. 1.275, de 30 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL NA FORMA DO ARTIGO 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Executivo e as Autarquias e Fundações Públicas Municipais poderão efetuar a contratação por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. Os contratados serão regidos pelo regime jurídico-administrativo especial disposto nesta Lei, vinculados ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público o atendimento de necessidades urgentes, emergenciais e específicas, nos casos de:

I - assistência às situações de calamidade pública ou aquelas declaradas emergenciais;

II - combate a surtos endêmicos;

III - atendimento a serviços de natureza excepcional com duração determinada;

IV - substituição de servidor efetivo que se encontre afastado temporariamente de suas funções decorrente de férias e licenças previstas no Estatuto dos Servidores, inclusive o afastamento por auxílio-doença, ou decorrente de nomeação para exercício de cargo em comissão, função de coordenação ou direção, função de confiança ou gratificada;

V - aumento transitório da demanda dos serviços públicos, enquanto não seja realizado concurso público;

VI - vacância de cargos públicos decorrente de exoneração, demissão, morte ou aposentadoria, enquanto não seja realizado concurso público;

VII - cumprimento de obrigações estabelecidas em convênios, acordos, programas e demais ajustes firmados pelo município, com as diversas esferas governamentais da União, Estados e Municípios, bem como, de outros órgãos de administração direta, indireta e filantrópica, visando o desenvolvimento de serviços de assistência social, saúde, educação, esporte e lazer, por prazo determinado;

VIII - contratação de professores substitutos para a rede municipal de ensino, quando a demanda de alunos matriculados assim o exigir.

§ 1º. As contratações previstas nos incisos I, II e III terão a vigência restrita ao prazo de duração da situação transitória, observado o prazo máximo de 2 (dois) anos.

§ 2º. As contratações previstas nos incisos IV terão a vigência restrita ao prazo de afastamento do servidor titular do cargo, observado o prazo máximo de 2 (dois) anos.

§ 3º. As contratações previstas nos incisos V, VI, VII e VIII serão realizadas pelo prazo de até 1 (um) ano, possibilitada a sua prorrogação devidamente justificada, observado o prazo máximo de 2 (dois) anos.

§ 4º. É vedada a contratação de pessoal na hipótese de vacância de que trata o inciso VI enquanto existir candidato aprovado remanescente durante o prazo de validade do concurso.

Art. 3º O recrutamento do pessoal será realizado mediante processo seletivo público simplificado, sujeito a ampla divulgação, com prazo de validade de até 2 (dois) anos, contados a partir da data de homologação do seu resultado.

Parágrafo único. A contratação de pessoal para atender ao disposto nos incisos I, II e IV do art. 2º dispensará a realização do processo seletivo público simplificado, observadas a qualificação e a competência técnica do contratado para a realização das funções.

Art. 4º A remuneração do pessoal contratado na forma desta Lei será idêntica à remuneração inicial percebida pelo servidor efetivo em início de carreira de mesma categoria ou, inexistindo, de

categoria equivalente.

§ 1º. Na contratação de professor substituto, a remuneração será de acordo com o nível de habilitação.

§ 2º. A contratação de pessoal para jornada semanal inferior à fixada em lei para o cargo efetivo do servidor substituído dar-se-á com a redução proporcional da respectiva remuneração, observada a conveniência da Administração.

§ 3º. Para os efeitos deste artigo, não serão consideradas as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 5º São direitos dos contratados:

I - Remuneração correspondente às horas efetivamente trabalhadas;

II - Remuneração do trabalho extraordinário acrescido de 50% (cinquenta por cento) e domingos e feriados, acrescido de 100% (cem por cento);

III - Férias correspondentes a 1/12 por mês trabalhado (ou fração de 15 dias), acrescidos de 1/3 do seu valor;

IV - Décimo terceiro salário correspondente a 1/12 por mês trabalhado (ou fração de 15 dias), calculados com base na última remuneração;

V - Repouso semanal remunerado;

VI - Proteção previdenciária nos termos da Lei 8213/91;

VII - Anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, da sua condição de temporário.

Art. 6º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - ser novamente contratado com base no mesmo processo seletivo que originou a sua contratação, salvo nos casos de prorrogação de contrato já existente.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 7º O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão;

IV - pela cessação da necessidade e o excepcional interesse público que justificaram a contratação temporária;

V - por interesse da Administração, decorrente de conveniência administrativa.

§ 1º. A extinção do contrato não implicará no pagamento de indenização.

§ 2º. A extinção do contrato fundada no inciso II deverá ser comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando a critério da Administração a dispensa do referido prazo.

§ 3º. A inobservância do disposto no § 2º implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público simplificado pelo período de 2 (dois) anos, contado da data do encerramento do contrato.

Art. 8º A contratação por tempo determinado deverá ser formalizada por meio de contrato administrativo, regidos pelo regime jurídico-administrativo especial disposto nesta Lei, devendo ser anotada na CTPS a sua condição de temporário somente para fins previdenciários.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de setembro de 2015

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.276

LEI Nº. 1.276, de 30 de setembro de 2015.

ALTERA A DENOMINAÇÃO DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR, NO BAIRRO CRISTO REI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O estabelecimento escolar municipal denominado Escola de Ensino Fundamental Cristo Rei, edificado entre as Avenidas José Slovinski e Valentin Fachin, no bairro Cristo Rei, neste município, passa a denominar-se ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CRISTO REI.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Lei n. 802, de 21 de junho de 2007.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de setembro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.277

LEI Nº. 1.277, de 30 de setembro de 2015.

ALTERA A DENOMINAÇÃO DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR, NO BAIRRO BRASÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O estabelecimento escolar municipal denominado Escola de Ensino Fundamental Demétrio Bettiol, edificado na Rua Frederico Zanette, no bairro Brasília, neste município, passa a denominar-se ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DEMÉTRIO BETTIOL.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de setembro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.278

LEI Nº. 1.278, de 30 de setembro de 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº. 1.168, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PPA 2014/2017, E DA LEI MUNICIPAL Nº. 1.227, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado a adicionar a ação 2.064 – Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano no órgão 09.00 – Sec Obras Viárias Edif. San. Ref. Transp. Ser. Públicos, unidade 04 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, no orçamento do exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, não incluído na Lei nº. 1.168/2013 que dispõe sobre o PPA 2014/2017 e Lei nº. 1.227/2014 que dispõe sobre a LDO 2015.

Art. 2º Fica autoriza a abertura de crédito especial adicional ao orçamento de 2015, em decorrência do excesso de arrecadação no exercício, na fonte de recursos 230 – Recursos ordinários do Fundo Municipal da Cidade, disponíveis na c/c nº 15164-5, no banco do Brasil, conforme descrito abaixo:

- Órgão: 09.00 – Sec. Obras Viárias Edif. San. Ref. Transp. Serv. Públicos

- Unidade: 09.04 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

- 2.064 – Manutenção do FMDU

- 3.3.90.00.00.00.00.0230 – Aplicações Diretas 39.000,00.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.168, de 02 de outubro de 2013, e Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 – Lei Municipal nº. 1.227, de 15 de outubro de 2014 que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de setembro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015 – PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de cobertura fotográfica e revelação digital, do evento em homenagem aos servidores, por tempo de serviço (20, 25, 30 e 35 anos), a ser realizado no dia 28 de outubro de 2015, no Espaço Multiuso do Parque de Exposições, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 22/10/2015.

Abertura: dia 22/10/2015 às 15h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 07 de outubro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2015 – PMC

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço (material, mão de obra) de desinstalação e instalação de climatizadores em diversas dependências do Centro Administrativo Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 23/10/2015.

Abertura: dia 26/10/2015 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 07 de outubro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 302/2013 -PMC

Contrato Nº : 302/2013

Aditivo Nº : 2TA Ctr 302/2013/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Compras e Serviços 2/2013

Objeto : Contratação de empresa no ramo de informática para implantação, locação, treinamento, atualização e manutenção com acompanhamento e suporte técnico de Sistema de Gerenciamento Escolar.

Vigência : Início: 29/09/2015 Término: 30/09/2016

Assinatura : 29/09/2015

Valor R\$: 61.123,80 (Sessenta e Um Mil, Cento e Vinte e Três Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 46 - 06.002.2013.333903911000000.01010000

Dotação : 397 - 06.002.2013.333903911000000.03010000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 123/2015 -PMC

Contrato Nº : 123/2015

Aditivo Nº : 3TA Ctr 123/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : L B COMERCIO E SERVICOS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2015

Objeto : Contratação de empresa, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de drenagem pluvial, a ser realizada nas Ruas 29 de Julho, Charruas, Tapes e Carajás, localizadas no Bairro Itaíba, com recursos oriundos do Convênio nº 789301/2013, através do Processo nº 2623.1007674-17/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal/ Ministério das Cidades e contrapartida municipal.

Vigência : Início: 29/09/2015 Término: 06/02/2016

Assinatura : 29/09/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 125 - 08.001.1009.344905198000000.01340000

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 5/2015 -FMC

Contrato Nº : 05/2015

Aditivo Nº : 4 TA Ctr 05/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : MUNDIAL SERIGRAF - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 3/2015

Objeto : Contratação de empresa para fabricação e instalação de móveis e contratação de serviços de plotagem de acordo com o projeto/layout e especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 30/09/2015 Término: 10/12/2015

Assinatura : 30/09/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 359 - 16.001.2403.333903044000000.03000001

Dotação : 360 - 16.001.1401.344905242000000.03000001

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 6/2015 -FMC

Contrato Nº : 6/2015

Aditivo Nº : 5TA Ctr 06/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 3/2015

Objeto : Contratação de empresa para fabricação e instalação de móveis e contratação de serviços de plotagem de acordo com o projeto/layout e especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 30/09/2015 Término: 30/10/2017

Assinatura : 30/09/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 359 - 16.001.2403.333903044000000.03000001

Dotação : 360 - 16.001.1401.344905242000000.03000001

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 304/2014 -PMC

Contrato Nº : 304/2014

Aditivo Nº : 7TA Ctr 304/2014/2015

Tipo Aditivo : Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 7/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica na Estrada de acesso ao Distrito de Presidente Kennedy, Bairro Flamengo, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo ?D? deste Edital.

Vigência : Início: 29/09/2015 Término: 22/01/2016

Assinatura : 29/09/2015

Valor Acrescido R\$: 9.852,50 (Nove Mil, Oitocentos e Cinquenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos)

Valor Suprimido R\$: R\$19.947,85(dezenove mil e novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos)

Dotação : 126 - 08.001.1009.344905198000000.01390001

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

Dotação : 403 - 08.001.1009.344905198000000.03390001

EXTRATO 8º TA CONTRATO Nº 8/2015 -FMC

Contrato Nº : 8/2015

Aditivo Nº : 4 TA Ctr 08/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : MUNDIAL SERIGRAF - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2015

Objeto : aquisição de equipamentos de som e iluminação cênica e placas e equipamentos de Comunicação Visual, para o Centro Cultural Concórdia, com recursos provenientes do convênio com o Ministério da Cultura (MINC), Incentivo Fiscal PRONAC nº 145.465.

Vigência : Início: 30/09/2015 Término: 30/12/2017

Assinatura : 30/09/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 327 - 16.001.2403.333903044000000.01340000

Dotação : 357 - 16.001.2403.344905233000000.01340000

Dotação : 357 - 16.001.2403.344905299000000.01340000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2015-FMC

Contrato Nº : 15/2015

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : NEON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 9/2015

Objeto : Contratação de empresa para prestação dos serviços de vigilância orgânica, com seguranças uniformizados e treinados, para a Feira do Livro de Concórdia - FELIC, a ser realizada no período de 30 de setembro a 03 de outubro de 2015, no espaço da Rua Coberta (Rua Leonel Mosele), neste município.

Vigência : Início: 23/09/2015 Término: 22/11/2015

Assinatura : 23/09/2015

Valor R\$: 2.390,00 (Dois Mil e Trezentos e Noventa Reais)

Dotação : 287 - 16.001.2403.333903401000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2015-FMC

Contrato Nº : 16/2015

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : JAIR CARLOS MALTAURO

Licitação : Pregão Presencial 10/2015

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização, iluminação, locação e montagem de palco, visando à realização da Feira do Livro de Concórdia - FELIC, a ocorrer de 1º a 03 de outubro de 2015, neste município.

Vigência : Início: 24/09/2015 Término: 23/11/2015

Assinatura : 24/09/2015

Valor R\$: 3.990,00 (Três Mil e Novecentos e Noventa Reais)

Dotação : 287 - 16.001.2403.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2015-FMC

Contrato Nº : 17/2015

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2015

Objeto : Aquisição, fabricação e instalação de móveis sob medida, conforme layout/projeto Museográfico para as áreas expositivas do Museu Histórico Hermano Zanon, localizado no Centro Cultural Concórdia, neste município, com recursos oriundos do convênio PRONAC/MINC 145465, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 30/09/2015 Término: 30/03/2018

Assinatura : 30/09/2015

Valor R\$: 68.995,00 (Sessenta e Oito Mil e Novecentos e Noventa e Cinco Reais)

Dotação : 357 - 16.001.2403.344905242000000.01340000

Dotação : 429 - 16.001.2403.344905242000000.01000001

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 21/2015-FMEC

Termo nº 15/2015

Processo nº 8583/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 21/2015

Aos 07 dias do mês de outubro de 2015, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, instituída através da Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, neste ato representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ, doravante denominada FUNDAÇÃO, e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA LINHA OURO, inscrita no CNPJ sob nº 07.020.223/0001-60, com sede nesta cidade, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor, DORNELES MAZZUTTI, inscrito no CPF sob nº 250.212.069-15, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 21/2015, firmado em 02 de junho de 2015, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica prorrogado, até 05 de dezembro de 2015, o prazo para a entidade prestar contas, constante na Cláusula Quarta – Das Obrigações da Conveniente, Inciso IX.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 07 de outubro de 2015.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia	DORNELES MAZZUTTI Presidente da Sociedade Esportiva e recreativa de Linha Ouro
--	---

Testemunhas: 1.Nome: Andressa Fuchina CPF: 010.315.749-21	2.Nome: Vanessa de Oliveira Gasperini CPF: 092. 079.509-95
---	---

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 486/2015

DECRETO N. 486/2015 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

“INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE LEILÃO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, atendendo o disposto no Art. 70 ,

DECRETA

Art. 1º - Fica instituída e nomeada a Leiloeira Oficial do Município e a Comissão de acompanhamento para atuarem sem prejuízo de suas atribuições funcionais, no Processo Licitatório – Leilão de bens inservíveis nº 01/2015 da Administração Municipal da seguinte forma:

I – LEILOEIRA – Michele Endler

II – MEMBROS:

a) Valdinei Garbozza

b) Kátia Ana Di Domênico

c) Adriana De Cézaro Moresco

Art. 2º - Ficam designados os servidores Valdir Perin e Afrânio Elso Campagnollo para acompanhar os interessados que desejarem avaliar presencialmente a condição dos bens inservíveis à serem alienados.

Art. 3º - Os trabalhos da comissão serão considerados como serviços relevantes prestados ao Município, sem remuneração.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 507/2014

Cordilheira Alta, SC, 07 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

LEILÃO N. 01/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando LEILÃO PÚBLICO ON-LINE E PRESENCIAL, de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 98/2015.

LEILÃO 001/2015.

Tipo: Maior Lance.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a alienação de ativos considerados inservíveis.

Data e horário do Leilão : 23/10/2015 a partir das 10 horas.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 06 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial Nº 11/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICO CLINICO GERAL
Tipo: Menor Preço por Item
Entrega dos envelopes: até as 09:00 hrs do dia 23/10/2015
Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 23/10/2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:00 horas ou pelo fone 3347.3400.
Coronel Freitas (SC) 08 de outubro de 2015
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Xanxerê à Chapecó R\$ 13,66.
Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 58/2015 AO CONTRATO Nº 46/2015
Contratado: TRANSPORTES SÃO MARCOS LTDA ME
Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA do Contrato nº 46/2015, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/11/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.
Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL – Aditivando o valor de R\$ 20.801,09 (vinte mil oitocentos e um reais e nove centavos), totalizando R\$ 230.790,17 (duzentos e trinta mil setecentos e noventa reais e dezessete centavos) o valor da obra, conforme demonstrado no orçamento em anexo referente a reprogramação.
Vigência: 30/11/2015

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 44/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 44/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
Tipo: menor preço por item.
Entrega dos envelopes: até as 08h00min do dia 21/10/2015
Abertura dos envelopes: na sequência às 08h00min do dia 21/10/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:00 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 08 de Outubro de 2015
Mauri J. Zucco
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

3º TERMO ADITIVO Nº 59/2015 AO CONTRATO Nº 83/2014
Contratado: PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato nº 83/2014, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/12/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.
Vigência: 31/12/2015

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 56 E 59/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 56/2015 AO CONTRATO Nº 53/2015
Contratado: TRANSPORTES SÃO MARCOS LTDA ME
Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA do Contrato nº 53/2015, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/11/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações
Vigência: 30/11/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 57/2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 08/2015

Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A.Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL passa a ter a seguinte redação: Os preços das passagens, já incluídas todas as despesas acessórias como taxa de embarque e seguro obrigatório, são as seguintes: Chapecó à Florianópolis R\$ 178,04; Florianópolis à Chapecó R\$ 178,39; Chapecó à Joinville R\$ 165,48; Joinville à Chapecó R\$ 166,43; Chapecó à Joaçaba R\$ 51,93; Joaçaba à Chapecó R\$ 51,18; Chapecó à Xanxerê R\$ 14,67;

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 159 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 159 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA MUNICIPAL N. 032, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, deferidas pelo Artigo 94, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, resolve;

CESSAR:

Art. 1º Os efeitos da Portaria nº 032, de 01 de Fevereiro de 2013, que designa a Servidora Pública Municipal Senhora Maria Nilce Marmentini Somavila, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora área IV, como Técnica em Planejamento Educacional.

Parágrafo único: A partir da presente data, a servidora acima mencionada retorna ao seu cargo de Professora – Área IV, exercendo suas atividades junto ao Grupo Escolar Municipal Monteiro Lobato.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 06 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 935/15

DECRETO Nº 935/15

DESIGNA OS MEMBROS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua o Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Saúde - CMS, de acordo com o Art. 3º à 5º da Lei Municipal nº 2087/13:

REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS:

Das APP's:

Titular: Rosane Martini Berti

Suplente: Ingrid Gobi

Do Grupo União da Terceira Idade:

Titular: Norma Denk Lange

Suplente: Renita Kühn

Da Associação Recreativa dos Servidores Municipais de Corupá:

Titular: Moacir de Oliveira

Suplente: Fábio Bertoldi

Da Associação Corupaense dos Artesões – ACART:

Titular: Hildeberto Jankowski

Suplente: Scheila Minel

Do Conselho Pastoral Paroquial

Titular: Loacir Campregher

Suplente: Eliana Machado

Do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Denilson Luiz Pedrelli

Suplente: Edinei Mokwa

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM SAÚDE MUNICIPAL:

Da classe Médica

Titular: Dra. Nágia Fernanda Signoretti Rufas

Suplente: Dr. César Augusto Zarzana Lopes

Dos técnicos em Saúde

Titular: Emelly Priscilla Fontana Dalcastagne

Suplente: Isolete Steciuk Ratico

REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO:

Do Hospital e Maternidade Jaraguá (P.A)

Titular: Franciesca Morgana Gasparetto Farias

Suplente: Taís Fernanda Dalmolin Gregol

Dos Bombeiros Voluntários de Corupá

Titular: Cláudio Sidnei Siqueira

Suplente: Kamila Rainiak

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Titular: Fernando Gean Lunelli

Suplente: Mauri Edgar Padilha de Lima

Da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Anita Aparecida Krisanski
Suplente: Mônica Wajand Siqueira

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3489/15.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 06 de outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 937/15

DECRETO Nº 937/15

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CORUPAENSE DOS ARTESÃOS - ACART, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da PRAÇA ARTUR MÜLLER, nas proximidades do Palco Cultural ADEMIR FRANCISCO JUDACHEWSKY, no dia 10 de outubro de 2015, das 08 às 17 horas, para a realização de feira, tendo como responsável a Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI Nº 2193/15

LEI Nº 2193/15

ALTERA O ART.1º, § 2º DA LEI Nº2176/2015 DE 03 DE MARÇO DE 2015 QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORUPÁ E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - O artigo 1º e § 2º da Lei nº2176/2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a contratar, nos termos do inciso IX, do Art.37 da Constituição Federal e da Cláusula Única do Segundo Termo Aditivo ao TAC firmado no ICP nº06.2011.002723-6, em caráter temporário por prazo determinado de, 1 (um) profissional Contador com devido registro e regularidade junto ao Conselho Regional de Contabilidade e 1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais, para atenderem necessidade de excepcional interesse público na Câmara de Vereadores.

§ 1º -

§ 2º - As contratações serão pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), podendo, entretanto, serem interrompidas a qualquer tempo, através da efetivação de aprovados em Concurso Público para os cargos de Contador e Auxiliar de Serviços Gerais.

Art.2º - Os demais artigos, §§ e Incisos permanecem inalterados.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 07 de outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos sete dias do mês de outubro de 2015.
Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 006/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 006/15

Processo Licitatório nº 014/15

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 009/15

Chamamento Público nº 001/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: Sr. Renato Marquardt, inscrito no CPF sob nº 780.620.129-72, portador da carteira de Identidade nº 2.760.371 SSP/SC e a senhora Marli Starosky Marquardt, inscrita no CPF: 059.971.809-99 portadora da carteira de identidade nº 3.310.634 SSP/SC.

OBJETO: Aquisição de gêneros e produtos alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

CLÁUSULA PRIMEIRA – QUANTITATIVO

Conforme disposto na Clausula Sexta do Contrato original, adita-se a presente podendo ampliar a quantidade dos itens em:

Aipim 350Kg, banana branca 2000Kg e banana Caturra 1000Kg, podendo o valor final da contratualização chegar em até R\$ 14.466,50 (quatorze mil e quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 18/09/2015

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 015/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 015/15

Processo Licitatório nº 037/15

Carta Convite nº 002/15

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.539.684/0001-21, com sede na rua Padre Vicente Schmitz, 45 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: JULIEN JOSÉ NUNES DA SILVA MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.387.755/0001-56 e NIRE nº 42-8-0116367-1, estabelecida na Rua Frederico Severien, nº 55, bairro João Tozini, município de Corupá (SC)

OBJETO: contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais e mão de obra para a recuperação e manutenção, inclusive, telhado, alvenaria, cobertura, revestimento, pintura e serviços complementares do prédio da Câmara Municipal de Corupá (SC) conforme quantitativos, características e condições estabelecidas no Edital Carta Convite n.º 002/2015 e seus Anexos

VALOR: R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)

Data da Assinatura: 06/10/2015

Data da Vigência: 19/11/2015

EDDY EDGAR EIPPER
PRESIDENTE

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de tiras para testes de glicemia capilar e bloqueador solar para uso na secretaria municipal de saúde. Conforme anexo I deste edital.. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 28/10/2015, às 08H30, e início da sessão do Pregão no dia 28/10/2015, às 09h00 no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376. Curitibanos, 30 de setembro de 2015.

Gabriela Q. de Almeida Martarello Altamir Carvalho Goetten
Pregoeira Secretário Municipal de Saúde

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2015

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais informativos/educativos para campanhas de promoção à saúde desenvolvidas pelo Dpto. de Vigilância Epidemiológica, e jalecos e toalhas para uso dos profissionais de saúde. Conforme anexo 1 deste edital. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 27/10/2015, às 08H30, e início da sessão do Pregão no dia 27/10/2015, às 14h00 no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376. Curitibanos, 30 de setembro de 2015.

Gabriela Q. de Almeida Martarello Altamir Carvalho Goetten
Pregoeira Secretário Municipal de Saúde

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS E ADITIVOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

ERRATA

CONTRATO 018/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : -Epagri S/A

Objeto Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural - Por esse instrumento fica cancelado onde se lê Valor de R\$ R\$ 13.184,00 o correto é R\$ 9.888,00 do empenho realizado para a empresa acima citado em virtude interesse público.

Dionísio Cerqueira 07/10/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO 067/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : - TCA Transformações Veiculares Ltda.

Objeto Transformação e adaptação do veículo placas OKF 1889 do Funrebom, tipo furgão, marca Mercedes-Benz, modelo Sprinter 415 CDI, ano/modelo 2014/2015, em auto socorro de urgência (ASU-412) destinado ao uso pelo Corpo de Bombeiros Militar de Dionísio Cerqueira - Valor R\$ 36.899,00 Origem: Pregão 093/2015 PMDC

Vigência: 07/10/2015 `a 07/12/2015 - Dionísio Cerqueira 07/10/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público a todos os interessados que se encontra aberto o PREGÃO 034/2015 – Objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 22/10/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 07/10/2015.

Luciana Gomes Pires – Gestora do HMDC

RESULTADO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão Nº 096/2015 PMDC Objeto

Locação de brinquedos e aquisição de doces para atividades do dia da criança para a Secretaria da Educação e Programas Sociais.. Origem: Pregão 096/2015 PMDC. Vencedores Fernanda Faria de Melo -EI Valor R\$ 4.255,00 - Enderson Paulo Dresch –EI -Valor R\$ 2.050,00 Dionísio Cerqueira 07/10/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão Nº 098/2015 PMDC Objeto Aquisição de peças e serviços mecânicos para conserto e manutenção do veículo van placa MJT 2749 da Secretaria da Educação.. Origem: Pregão 098/2015 PMDC. Vencedor: GL Bombas injetoras Beltrão -EPP Valor R\$ 7.650,00 - Dionísio Cerqueira 07/10/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão Nº 099/2015 PMDC Objeto Prestação de serviços de imunização, desratização e limpeza de cisternas nas Escolas Municipais.. Origem: Pregão 099/2015 PMDC. Vencedor: Claiton Eberhardt - EI Valor R\$ 7.520,00 .

Dionísio Cerqueira 07/10/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão Nº 093/2015 PMDC Objeto Transformação e adaptação do veículo placas OKF 1889 do Funrebom, tipo furgão, marca Mercedes-Benz, modelo Sprinter 415 CDI, ano/modelo 2014/2015, em auto socorro de urgência (ASU-412) destinado ao uso pelo Corpo de Bombeiros Militar de Dionísio Cerqueira.. Origem: Pregão 093/2015 PMDC. Vencedor: TCA. Transformação Veiculares Ltda - Valor R\$ 36.899,00

Dionísio Cerqueira 07/10/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 026/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 045/2015

Edital de Pregão nº 026/2015

Objeto: Contratação de serviços de recapagem.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 21/10/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 53/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 151/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 53/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 151/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1, e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. PAZETTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS EIRELI ME, CNPJ/MF n.º 04.963.556/0001-34, estabelecida na Rodovia SC 445, 3131, Içara/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Roberto Fabio Pazetto, brasileiro, CI 2158694, CPF 710.079.549-49;
2. ADEMIR RAMPINELLI ME, CNPJ/MF n.º 81.596.801/0001-63, estabelecida na Rua Bonifácio Back, 39, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Delciomir Savi Rampinelli, CI 4714412, CPF 040.284.549-80,
3. ZILEZIO OLAVO MACHADO ME, CNPJ/MF n.º 81.803.793/0001-89, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, 1658, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Zilezio Olavo Machado, CI 968110, CPF 398.524.319-00,

Doravante denominadas DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 151/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo:

LOTE	MARCA/MODELO	ANO	QUANT	M.O R\$	P.O	P.R	VENCEDOR
1	I/RENAULT FLUENCE DYN20A	2015/2015	1	R\$ 62,30	11%	26%	ZILEZIO
2	I/RELY PICK-UP CDCOMFORT	2014/2015	1	R\$ 63,00	11%	26%	PAZZETO
3	VW/GOL 1.6 POWER	2005/2006	1	R\$ 61,60	12%	27%	ADEMIR
4	FIAT/PALIO FIRE	2014/2015	4	R\$ 61,60	12%	27%	ADEMIR
5	FIAT/DUCATO MULT JAED T	2008/2009	1	R\$80,00	11%	30%	ZILEZIO
6	GM/VERANEIO	1992/1992	1	R\$ 62,30	11%	26%	ZILEZIO
7	I/RENAULT CLIO EXP1016VH	2013 À 2015	4	R\$ 62,30	11%	27%	ADEMIR
8	I/JINGBEI SHINERAY TRUCKS	2014/2015	2	R\$ 63,00	11%	26%	PAZZETTO
9	NISSAN/LIVINA 16S	2013/2014	1	R\$ 62,30	11%	27%	ZILEZIO
10	FIAT/UNO VIVACE 1.0	2014/2014	1	R\$ 62,30	11%	27%	ADEMIR
11	FIAT/UNO MILLE ECONOMY	2013/2013	2	R\$ 62,30	11%	27%	ZILEZIO
12	I/FORD TRANSIT TCA AMB	2011/2011	1	R\$ 90,00	11%	26%	PAZZETTO
13	FIAT/DOBLO ATTRACTIV 1.4	2013/2013	1	R\$ 62,30	11%	27%	ADEMIR
14	I/JINGBEI SHINERAY DTRUCKS	2013/2014	1	R\$ 63,00	11%	26%	PAZZETTO
15	FIAT/PALIO FIRE ECONOMY	2013/2014	2	R\$ 62,30	11%	27%	ADEMIR
16	VW/SAVEIRO 1.6	2009/2010	2	R\$ 62,30	11%	27%	ZILEZIO
17	VW/GOL 1.6	2009/2010	1	R\$ 62,30	11%	28%	ADEMIR

18	FIAT/PALIO ESSENCE 1.6	2013/2014	2	R\$ 61,60	11%	27%	ZILEZIO
19	RENAULT/SANDERO EXP 16HP	2013/2013	2	R\$ 62,30	11%	28%	ADEMIR
20	I/RENAULT CLIO CAM1016VH	2010/2011	3	R\$ 61,60	11%	26%	ZILEZIO
21	VW/GOL 16V PLUS	2001/2001	1	R\$ 62,30	11%	28%	ADEMIR
22	GM/VECTRA GLS	1998/1998	1	R\$ 61,60	11%	26%	ZILEZIO
23	GM/BLAZER DLX 4.3	1999/2000	1	R\$ 62,30	11%	26%	ZILEZIO
24	FIAT/DUCATO MC TCA MIC	2014/2014	1	R\$ 50,00	11%	35%	ZILEZIO
25	VW/GOL 1.0	2001 À 2007	3	R\$ 62,30	11%	28%	ADEMIR
26	FIAT/DUCATO MC RONTANAMB	2009/2010	1	R\$ 30,00	13%	30%	ZILEZIO
27	FIAT/DUCATO TH AMB	2005/2006	1	R\$ 30,00	11%	30%	ZILEZIO
28	FIAT/STRADA FIRE FLEX	2011/2012	2	R\$ 62,30	11%	27%	ADEMIR
29	FIAT/STRADA FIRE	2005/2005	1	R\$ 62,30	11%	27%	ADEMIR
30	FIAT/UNO MILLE FIRE	2005/2005	2	R\$ 61,60	11%	27%	ZILEZIO
31	V/W GOL 1.0 GIV	2008/2009	1	R\$ 62,30	11%	28%	ADEMIR
32	RENAULT/MEGANEGT DYN 16	2010/2011	1	R\$ 62,30	11%	26%	ZILEZIO
33	FIAT/STRADA WORKING	2015/2015	1	R\$ 62,30	11%	28%	ADEMIR
34	RENAULT/MASTERAMB RONTAN	2012/2013	1	R\$ 21,00	11%	30%	ZILEZIO
35	VW/KOMBI LOTAÇÃO	2009 À 2012	2	R\$ 21,00	12%	30%	ZILEZIO
36	RENAULT/SCENIC AUT 1616V	2009/2010	1	R\$ 63,00	11%	28%	ADEMIR

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os produtos/serviços de forma parcelada, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da CONTRATADA no pátio de máquinas da Prefeitura Municipal de Forquilha, localizado na Avenida 25 de Julho, Centro, Forquilha/SC, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do Departamento de Compras.

2. Os produtos/serviços serão solicitados de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

2.1. O prazo de entrega dos produtos/serviços será de até 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.
 - 1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável pela oficina, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.
 - 1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.
 - 1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.
5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da contratante.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição dos produtos e ou serviços, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.
 - 1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.
 - 1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:
 - 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
 - 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
 - 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
 - 1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
 - 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.
2. Da Detentora da Ata:
 - 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
 - 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
 - 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
 - 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
 - 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.
2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
 - I - advertência;
 - II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):
 - a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.
 - b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
 - c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
 - d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato,

no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos índices de percentual de desconto registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 151/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 01 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

PAZETTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS EIRELI ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Roberto Fabio Pazetto

CPF: 710.079.549-49

ADEMIR RAMPINELLI ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Delciomir Savi Rampinelli
CPF: 040.284.549-80

ZILEZIO OLAVO MACHADO ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Zilezio Olavo Machado Me
CPF: 398.524.319-00

ATA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 157/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 157/PMF/2015

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 157/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS, VOLTADAS A ATIVIDADES ASSISTENCIAIS, EDUCACIONAIS OU CULTURAIS, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, QUE ESTIVEREM INTERESSADAS NA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS, DURANTE A REALIZAÇÃO DA HEIMATFEST 2015.

Às onze horas do dia seis do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 157/PMF/2015. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sr. Érika de Luca Tiscoski, a mesma informou que a empresa ASSOC. DE AMIGOS DO CEN. CULT. E TEUTO BRASILEIRO protocolou tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes a comissão analisou os documentos de habilitação. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, a comissão certificou-se que a proposta apresentada também estava de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora a empresa ASSOC. DE AMIGOS DO CEN. CULT. E TEUTO BRASILEIRO. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 06 de outubro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

KEND BERNARDO
Membro da Comissão

RENATA PEREIRA
Membro da Comissão

EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 167/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CENTRO CULTURAL TEUTO BRASILEIRO

OBJETO – contratação ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, VOLTADAS A ATIVIDADES ASSISTENCIAIS, EDUCACIONAIS OU CULTURAIS, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS, DURANTE A REALIZAÇÃO DA HEIMATFEST 2015.

VALOR – R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA – 31/10/2015

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Chamamento nº. 157/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 02 de outubro de 2015
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 56/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – METROMED COM. DE MAT. MED. HOSP. LTDA

OBJETO – contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Materiais médicos cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR – R\$ 1.006,20 (hum mil seis reais e vinte centavos)

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO – 1701.2052.3390 (81), 1701.2058.3390 (54), 1701.2062.3390 (65), 1701.2057.3390 (51).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 19/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA – 06 de julho de 2015.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em exercício

LEI Nº 2.126, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 2.126, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DENOMINA RUA JOSÉ SALVADOR DA ROSA A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA NO BAIRRO SANTA LIBERA E, DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE Prefeito Municipal faz saber aos habitantes do Município de Forquilha, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Passa a denominar-se RUA JOSÉ SALVADOR DA ROSA a atual Rua nº 322 paralela a Rodovia Municipal Vante Rovaris, iniciando na Rua nº 320 e segue até a Rua nº 321 do Loteamento Jardim Eldorado, no Bairro Santa Libera.

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 08 de outubro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023_2015 RP 0016-FMS

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

Pregão Presencial nº 0023/2015 – FMS

Registro de Preços nº 0016/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de consumo para uso no aparelho ABX Pen-tra 60, para realização de exames laboratoriais (Hemograma) para uso no Laboratório de Análises Clínicas da Secretaria de Saúde. Prazo de validade/vigência da Ata de Registro de Preços: outubro de 2015 a janeiro de 2016. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:00 horas do dia 22.10.2015. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 07 de outubro de 2015.

Nilce Pinz

Secretária Municipal de Saúde

CONTRATO.568.2015

CONTRATO N.º: 568/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁ-RIO SAÚDE

CONTRATADO: NEIDE APARECIDA TIEQUIM

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2015 até 14 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações poste-riores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.569.2015

CONTRATO N.º: 569/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁ-RIO SAÚDE

CONTRATADO: CLARICE MARIA ANGOLERI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2015 até 14 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações poste-riores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.570.2015

CONTRATO N.º: 570/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ANGELICA PINHEIRO POLAQUINI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2015 até 14 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações poste-riores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.571.2015

CONTRATO N.º: 571/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO: ADIR PONCIANO RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações poste-riores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e no-venta centavos).

CONTRATO.572.2015

CONTRATO N.º: 572/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO: CLOVIS BATISTA DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações poste-riores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e no-venta centavos).

CONTRATO.573.2015

CONTRATO N.º: 573/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CONTRATADO: MARILDE MARCIA DOS SANTOS TONIAL

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2015 até 11 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações poste-riores.

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS- ACT

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 507,39 (quinhentos e sete reais e trinta e nove centavos).

CONTRATO.574.2015

CONTRATO N.º: 574/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO: ORLI NOTTAR

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

CONTRATO.575.2015

CONTRATO N.º: 575/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: SOLANGE TERESINHA DUARTE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de julho de 2015 até 02 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.576.2015

CONTRATO N.º: 576/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

CONTRATADO: IVONE MOREIRA DE SOUZA SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.577.2015

CONTRATO N.º: 577/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: IVANIR FERREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de julho de 2015 até 02 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.578.2015

CONTRATO N.º: 578/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ELIANE APARECIDA DOMINGUES RODRIGUES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de julho de 2015 até 02 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.579.2015

CONTRATO N.º: 579/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JUCIMARA WEBER

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 07 de julho de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

CONTRATO.580.2015

CONTRATO N.º: 580/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: SANDRA RIBEIRO STAGE ALVES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de julho de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.581.2015

CONTRATO N.º: 581/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: NILZA APARECIDA GONCALVES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 14 de julho de 2015 até 01 de outubro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.582.2015

CONTRATO N.º: 582/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: GLEISEN KELIN OZORIO DE OLIVEIRA PONTE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 14 de julho de 2015 até 11 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.583.2015

CONTRATO N.º: 583/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: MARTA RIBEIRO STAGE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de julho de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.584.2015

CONTRATO N.º: 584/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: DELYRIA BENTO DE ANDRADE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 23 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.585.2015

CONTRATO N.º: 585/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: CLEONICE FRANZIONE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 27 de julho de 2015 até 26 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.586.2015

CONTRATO N.º: 586/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: IRMA MORAES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de agosto de 2015 até 02 de outubro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.587.2015

CONTRATO N.º: 587/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ROSIMERI DOS SANTOS FERNEDA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de agosto de 2015 até 03 de outubro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.623,66 (um mil seiscentos e vinte e três reais e sessenta e seis centavos).

CONTRATO.588.2015

CONTRATO N.º: 588/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: ROSANGELA APARECIDA SILVANO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de agosto de 2015 até 02 de outubro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.589.2015

CONTRATO N.º: 589/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: CLAUDETE FERNANDES DE OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.590.2015

CONTRATO N.º: 590/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL-MANUT.ATIV.ESPORT-SUP. PEDAG.

CONTRATADO: JOSUE MACHADO DE SOUZA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.922,00 (um mil novecentos e vinte e dois reais).

CONTRATO.591.2015

CONTRATO N.º: 591/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ANA DE LARA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.592.2015

CONTRATO N.º: 592/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ROSELI DE FATIMA BERNARDINO DA SILVA COL-DEBELLA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.593.2015

CONTRATO N.º: 593/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ANA PAULA DE OLIVEIRA ALVES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

CONTRATO.594.2015

CONTRATO N.º: 594/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: ANTONIO LAERCIO CARVALHO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 18 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 864,90 (oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos).

CONTRATO.595.2015

CONTRATO N.º: 595/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: VERONICA APARECIDA PEREIRA RODRIGUES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.596.2015

CONTRATO N.º: 596/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.DE SAÚDE - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

CONTRATADO: SALIM RESK CARONI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 11 de agosto de 2015 até 10 de outubro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 14.095,63 (quatorze mil noventa e cinco reais e sessenta e tres centavos).

CONTRATO.597.2015

CONTRATO N.º: 597/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: MONICA ZENEI BERTÉ

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 12 de agosto de 2015 até 11 de outubro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.598.2015

CONTRATO N.º: 598/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: SILVANA TERESINHA VAZ

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 12 de agosto de 2015 até 18 de outubro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.599.2015

CONTRATO N.º: 599/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: PATRICIA ANTUNES DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 12 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.600.2015

CONTRATO N.º: 600/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: LUCIA MAINARD DE OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 14 de agosto de 2015 até 14 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais).

CONTRATO.601.2015

CONTRATO N.º: 601/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: LUCIANA DOMINGUES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 18 de agosto de 2015 até 18 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

CONTRATO.602.2015

CONTRATO N.º: 602/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JENIFFER THAIS SEMAM TELLES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 18 de agosto de 2015 até 18 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

CONTRATO.603.2015

CONTRATO N.º: 603/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ANDREA APARECIDA ALVES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

CONTRATO.604.2015

CONTRATO N.º: 604/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: ANGELITA APARECIDA MOREIRA DOS SANTOS POSSANSKE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2015 até 30 de outubro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.605.2015

CONTRATO N.º: 605/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ANTONIO IRINEU VICENTIN

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.623,66 (um mil seiscentos e vinte e três reais e sessenta e seis centavos).

CONTRATO.606.2015

CONTRATO N.º: 606/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: DAIANA CAMARGO DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 08 de setembro de 2015 até 06 de novembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.607.2015

CONTRATO N.º: 607/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JESSICA FERNANDA VICENTE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 09 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

CONTRATO.608.2015

CONTRATO N.º: 608/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: JUCILENI MONTANARI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de setembro de 2015 até 08 de março de 2016.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.623,66 (um mil seiscentos e vinte e tres reais e sessenta e seis centavos).

CONTRATO.609.2015

CONTRATO N.º: 609/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: BRUNA CASSIA VOCKES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 12 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 576,60 (quinhentos e setenta e seis reais e sessenta centavos).

CONTRATO.610.2015

CONTRATO N.º: 610/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: DAZULDIA REGNER TEIXEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

CONTRATO.611.2015

CONTRATO N.º: 611/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: GREICE MARTINS GONCALVES KLEINUBING

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

CONTRATO.612.2015

CONTRATO N.º: 612/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: ANA LUCIA DE SOUZA VARELA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 11 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais).

CONTRATO.613.2015

CONTRATO N.º: 613/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: LETICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 14 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

CONTRATO.614.2015

CONTRATO N.º: 614/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: MARLENE PEREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais).

CONTRATO.615.2015

CONTRATO N.º: 615/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: MARCIA HELENA HERMES RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais).

CONTRATO.616.2015

CONTRATO N.º: 616/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: NOELI DE ANGELICA RODRIGUES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de setembro de 2015 até 14 de novembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

CONTRATO.617.2015

CONTRATO N.º: 617/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: DEISE FERREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de setembro de 2015 até 14 de novembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.618.2015

CONTRATO N.º: 618/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: SONIA MARIA ALVES PEREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 16 de setembro de 2015 até 13 de novembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais).

CONTRATO.619.2015

CONTRATO N.º: 619/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JAQUELINE MARQUES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 18 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e nove centavos).

CONTRATO.620.2015

CONTRATO N.º: 620/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: IVETE APARECIDA CORDEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

CONTRATO.621.2015

CONTRATO N.º: 621/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.922,00 (um mil novecentos e vinte e dois reais).

CONTRATO.622.2015

CONTRATO N.º: 622/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JOSIANE RAMOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

CONTRATO.623.2015

CONTRATO N.º: 623/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: RICARDO ANTUNES DE OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de outubro de 2015 até 06 de novembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

EXTRATO CONTRATO 014/2015

CONTRATO N.º : 014/2015.

PORTARIA N.º : 0821/2015.

CONTRATANTE : AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO- SANEFRAI

CONTRATADO : MARCIO ANTONIO ANTUNES

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 17 de março de 2015 até 16 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL.....: Lei Municipal nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AGENTE OPERACIONAL

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

VENCIMENTO : 838,90 (Oitocentos e trinta e oito reais, noventa centavos).

EXTRATO CONTRATO 015/2015

CONTRATO N.º : 015/2015.

PORTARIA N.º : 1082/2015.

CONTRATANTE : AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO- SANEFRAI

CONTRATADO : LEANDRO CAMPOLIM DOS SANTOS

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 04 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL.....: Lei Municipal nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AGENTE OPERACIONAL

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

VENCIMENTO : 838,90 (Oitocentos e trinta e oito reais, noventa centavos).

EXTRATO CONTRATO 016/2015

CONTRATO N.º : 016/2015.

PORTARIA N.º : 1860/2015.

CONTRATANTE : AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO- SANEFRAI

CONTRATADO : THATIANY DA SILVA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL.....: Lei Municipal nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO

CARGA HORÁRIA.: 20 HORAS SEMANAIS

VENCIMENTO : 1.894,27 (Um mil, oitocentos e noventa e quatro reais, vinte e sete centavos)

EXTRATO CONTRATO 017/2015

CONTRATO N.º : 017/2015.

PORTARIA N.º : 1408/2015.

CONTRATANTE : AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO- SANEFRAI

CONTRATADO : ADEMIR ALEXANDRE KUHN

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 13 de julho de 2015 até 12 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL.....: Lei Municipal nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AGENTE OPERACIONAL

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

VENCIMENTO : 838,90 (Oitocentos e trinta e oito reais, noventa centavos).

EXTRATO CONTRATO 018/2015

CONTRATO N.º : 018/2015.

PORTARIA N.º : 2022/2015.

CONTRATANTE : AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO- SANEFRAI

CONTRATADO : JOÃO ALVES

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 17 de setembro de 2015 até 16 de outubro de 2015.

AMPARO LEGAL.....: Lei Municipal nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : OPERADOR DE ETA/ETE

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

VENCIMENTO : 1.488,36 (Um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais, trinta e seis centavos)

EXTRATO EDITAL DE ACT Nº 0020-2015

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0020 DE 05 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, na função pública de Agente de Serviços Gerais (feminino) e Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para preenchimento no ano de 2016, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220, de 04 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 13 de outubro a 13 de novembro de 2015, das 12:30 às 17:30

horas, no Prédio da Secretaria Municipal de, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 05 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO EDITAL DE ACT Nº 0021-2015

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0021 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do município, na função pública de Psicólogo, Fonoaudiólogo e Coordenador Pedagógico, para preenchimento de vaga para o ano de 2016, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220, de 04 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 13 de outubro a 13 de novembro de 2015, das 12:30 às 17:30 horas, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 05 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO EDITAL DE ACT Nº 0022-2015

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0022 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para as função pública de Guarda de Patrimônio. O preenchimento de vagas será para o ano de 2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 13 de outubro a 13 de novembro de 2015, das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 05 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

LISTA PRESEÇA CMDCA 2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FRAIBURGO/SC

LISTA DE PRESEÇA DAS ENTIDADES E DELEGADOS VOTANTES NO FORUM PARA ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Nº.	Entidade	Delegado	Suplente	Assinatura
01	ASSOCIAÇÃO HAYASHI -HA VITAL – FRAIBURGO DE KARATÊ-DO	Sebastião Machado dos Santos	Luiz A. L. Coelho	
02	CENTRO CULTURAL EGON FREY	Lia Frey	Mara Caldart	
03	PEAL – PROGRAMA ESPAÇO ALTERNATIVO	Claudio Reichardt	Bruna I. Bacaro	
04	ESCOLA ESPECIAL MARIA FREY – APAE	Caroline da C. Manfredi	Carolina F. T. Hoffman	
05	GRUPO VOLUNTÁRIO VIDA E CIDADANIA - GVC	Lindolfo Gerlach	Roseli D. T. dos Santos	
06	ASSOCIAÇÃO PAULO FREIRE DE EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR	Jilson C. Souza	Mariza Ap. F. R. Rodrigues	
07	ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA MIRIAM VIECELLI ZAGO	Rafael B. Porto	Antônio G. Becker	
08	PASTORAL DA CRIANÇA	Maria Inês Conchi da Rosa	Roseni Ap. m. Ferreira	

Fraiburgo, SC, 07 de outubro de 2015

LIA FREY
PRESIDENTE
CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FRAIBURGO/SC

LISTA DAS ENTIDADES CREDENCIADAS NÃO GOVERNAMENTAIS INTERESSADAS A FAZER PARTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA

Nº.	Entidade	Delegado	Suplente	Assinatura
01	ASSOCIAÇÃO HAYASHI -HA VITAL – FRAIBURGO DE KARATÊ-DO	Sebastião Machado dos Santos	Luiz A. L. Coelho	
02	CENTRO CULTURAL EGON FREY	Lia Frey	Mara Caldart	
03	PEAL – PROGRAMA ESPAÇO ALTERNATIVO	Claudio Reichardt	Bruna I. Bacaro	
04	ESCOLA ESPECIAL MARIA FREY – APAE	Caroline da C. Manfredi	Carolina F. T. Hoffman	
05	GRUPO VOLUNTÁRIO VIDA E CIDADANIA - GVC	Lindolfo Gerlach	Roseli D. T. dos Santos	
06	ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA MIRIAM VIECELLI ZAGO	Rafael B. Porto	Antônio G. Becker	
07	PASTORAL DA CRIANÇA	Maria Inês Conchi da Rosa	Roseni Ap. m. Ferreira	

Fraiburgo, SC, 07 de outubro de 2015
LIA FREY
PRESIDENTE
CMDCA

PORTARIA Nº 2082/2015

PORTARIA Nº 2082, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0001 de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 059/2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SILVIO ROQUE NARDI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 023.942.060-80, na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI; com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de outubro de 2015 até 07 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2083/2015

PORTARIA Nº 2083, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0018 de 12 de agosto de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0135/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TERESINHA RAIMUNDA BALDISSERA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 560.608.239-04, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de outubro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2084/2015

PORTARIA Nº 2084, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0018 de 12 de agosto de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0136/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JACIRA MENDES DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.624.669-04, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de outubro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 754/2015 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 754/2015, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério, art.12, inciso IV, e art.13, § 3, da lei nº 806/2014 de 27 de novembro 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito no orçamento do Fundo Municipal Agropecuário de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	
Proj./Ativ.	2.017	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PNAE	
	3.3.90.00.00.00.00.0.627	Aplicações Diretas	
	146	Aplicações Diretas	

Art. 2º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.213,00 (quatro mil e duzentos e Treze reais), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	
Proj./Ativ.	2.017	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PNAE	
	3.3.90.00.00.00.00.0.627	Aplicações Diretas	
	146	Aplicações Diretas	
	TOTAL		R\$ 4.213,00

Art. 3º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014, do Recurso vinculado do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no valor R\$ 4.213,00 (quatro mil e duzentos e treze reais) da fonte de recursos vinculados de convenio, para a dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 06 de outubro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

LEI Nº 1.918 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1.918, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O REPASSE DE RECURSOS A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Garopaba, CNPJ n.º 79.679.940/0001-09 para repasse de recursos oriundos de doação do Grupo Eletrosul Centrais Elétricas S.A. através do Projeto Horta Agro-Ecológica, por depósito em conta em favor do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Art. 2º. Os recursos para atenderem a presente Lei, tem o valor inicial de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), com futuros repasse a critério da entidade mantenedora, Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Art. 3º. Os valores repassados serão destinados as atividades do Projeto Horta Agro-Ecológica desenvolvidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Garopaba.

Art. 4º. O repasse de recursos será disciplinado através de Convênio a ser firmado entre o Município de Garopaba e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Garopaba, na forma de legislação vigente.

Parágrafo Único. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos e a vigência serão tratados no respectivo convenio.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 08/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 1.919 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1.919, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Garopaba, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento do Município de Garopaba, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – As metas fiscais;

II – As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2016;

III – A estrutura dos orçamentos;

IV – As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – As disposições sobre dívida pública municipal;

VI – As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – As disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, e que contera ainda:

I - Demonstrativo II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício 2014;

II - Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;

III - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;

IV - Memória de Cálculo das Metas Fiscais das Despesas;

V - Memória de Cálculo das metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Memória de Cálculo das Metas fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

IX - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

X - Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

XI - Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XII - Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesa Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIII - Demonstrativo IX – Prioridades e Metas;

XIV - Demonstrativo X – Demonstrativo dos Riscos fiscais;

XV - Demonstrativo XI – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e conservação do Patrimônio Público.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e apresentadas nos Demonstrativos de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo IX, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o

objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Legislação Federal vigente.

§ 2º. A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Município.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções,

Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016. (Art. 5º, III)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

§ 1º. O Orçamento da Autarquia e dos Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º. O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,001% da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPREGOBA será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11. Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas

execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo X desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º. Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18. Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,001% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo X. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (ART.

4º, I, “f” e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade ou em arquivo próprio. Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF) Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo XI desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, “e” da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, “e” da LRF)

Art. 31. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão

desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, “e” e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – Eliminação das despesas com horas extras.

III – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Garopaba, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos,

não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015 § 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º. Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 47. O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e extrajudiciais..

Art. 48. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Garopaba, 07 de outubro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 08/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1.920 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1.920, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 54.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	54.000,00
10301251.073 - Aquisição de Veículos	54.000,00
4.4.90.0.2.14.000070 - Aplicações Diretas	35.018,00
4.4.90.0.6.14.000071 - Aplicações Diretas	18.982,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	54.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	54.000,00
3.1.90.0.6.14.000071 - Aplicações Diretas	18.982,00
4.4.90.0.2.14.000070 - Aplicações Diretas	35.018,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de outubro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 08/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 16 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

"Aprova as Contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de setembro de 2015 e dá outras providências".

LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de setembro de 2015 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 07 de outubro de 2015.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos sete dias do mês de outubro de 2015.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 08 /10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 150/2015

DECRETO Nº 150 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

“REVOGA O DECRETO Nº 138/2015, QUE DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado, em todos os seus termos, o Decreto nº 138, de 08 de setembro de 2015.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor com efeito retroativo a 09 de setembro de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 151/2015

DECRETO Nº 151 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 1861, de 23/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 79.212,87 (setenta e nove mil duzentos e doze reais e oitenta e sete centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.12.361.1028.1009 Constr, ampl e ref de ens.fund/desapr terrenos	4490	03.37.04	R\$	9.899,05
07.001.12.365.1030.1011 Constr., ampl. e reforma de imóveis da educ. infantil	4490	03.37.04	R\$	40.919,56
07.001.12.361.1043.2030 Man. de repasses de convênios (educ)	3390	03.37.04	R\$	931,79
10.003.06.181.1033.2063 Man. de convênios com a segurança pública	3390	03.64.19	R\$	28.394,26

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

Art. 3º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

19.001.06.182.1033.2088 Man. do Fundo Mun. de Reeq.do Bombeiros	3390	03.00.00	R\$	18.000,00
---	------	----------	-----	-----------

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

19.001.06.182.1033.2088 Man. do Fundo Mun. de Reeq.do Bombeiros	4490	03.00.00	R\$	18.000,00
---	------	----------	-----	-----------

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 153/2015

DECRETO Nº 153 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

“Nomeia Comitê de coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do Município de Garuva e dá outras providências”.

JOSÉ CHAVES, PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM BASE NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL e em conformidade com o Termo de Referência elaborado pela FUNASA, faz saber que,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros abaixo nomeados para comporem o Comitê de Coordenação para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Garuva – SC:

I - Secretaria de Saneamento Ambiental

Titular – Marcelo Eduardo Person

Suplente – Cesar Cassius Mocker
II - Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo
Titular – Leticia de Freitas Souza
Suplente – Iolando de Assis
III - Secretaria de Saúde
Titular – Vanessa Marilyng Backes Nagel
Suplente – Ariane Leandro
IV – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação
Titular – Clausse Cidrea Davet
Suplente - Ana Cláudia Pionhievicz
V - Associação Empresarial de Garuva – ACIG
Titular – Heinrich Hosang
Suplente – Celio Pedrinho Catapan
VI - Associação dos Produtores Rurais de Garuva
Titular – Ana Paula Kruger
Suplente – Mayra Roberta de Araujo Bueno
Parágrafo Único - Os trabalhos serão coordenados pelo Secretario Municipal de Saneamento Ambiental, Marcelo Eduardo Person.

Art. 2º - A FUNASA através do NICT participará exclusivamente de forma orientativa no presente Comitê.

Art. 3º - Os membros deste Comitê terão as seguintes funções:

I – discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Garuva – SC
II – criticar e sugerir alternativas buscando promover a integração das ações de saneamento, inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 120 de 10 de agosto de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 154/2015

DECRETO Nº 154 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

“Nomeia Comitê executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do Município de Garuva e dá outras providências”.

JOSÉ CHAVES, PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM BASE NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL e em conformidade com o Termo de Referência elaborado pela FUNASA, faz saber que,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros abaixo nomeados para comporem o Comitê Executivo para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Garuva – SC:

I. Engº Civil e Agrimensor Wilson Paganini Bellettini – FUCRI
II. Engº Civil Tiago Rosso Urbano – FUCRI
III. Engª Ambiental MSc. Morgana Levati Valvassori – FUCRI
IV. Engº Ambiental MSc. Sérgio Luciano Galatto – FUCRI
V. Engº Químico José Alfredo Dallarmi da Costa – FUCRI
VI. Economista MSc Amauri de Souza Porto Junior – FUCRI
VII. Assistente Social Lutiele da Silva Ghelere – FUCRI
VIII. Arquiteta Raquel Stoltz Back – FUCRI
IX. Assistente Ambiental Adrielli da Silva Oenning – FUCRI
X. Assistente Ambiental Nicole Chini Colonetti – FUCRI
XI. Assistente Ambiental Joana Gomes Meller – FUCRI
XII. Engenheiro Sanitarista – Thobias Lemke

Parágrafo Único - Os trabalhos serão coordenados pelo Engenheiro Sanitarista Thobias Lemke.

Art. 2º - Os membros deste Comitê terão funções de executar todas as atividades previstas no Termo de Referência apreciando as atividades de cada fase da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e cada produto a ser entregue à FUNASA, submetendo-os à avaliação do comitê de coordenação

Art. 3º - A equipe da FUCRI apoiará o Município na elaboração dos produtos que compõem o Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme determina o Termo de Referência estabelecido pela Fundação Nacional de Saúde.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 120 de 10 de agosto de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.590, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.590, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA SONIA MARIA ZIMMERMANN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 05/10/2015, a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora, da servidora SONIA MARIA ZIMMERMANN, a qual foi nomeada pelo Decreto 068/90, em decorrência de aposentadoria por idade.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando seus efeitos para 05/10/2015.

Gaspar, 06 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.817, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.817, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 14/2015 e 11/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
FABIO KOVALSKI	03/10/2015	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA
GLAICE SILVA LIMA	05/10/2015	AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PREGÃO PRESENCIAL Nº 207/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 207/2015

OBJETO: Aquisição de cerca móvel e portão deslizante, com montagem e instalação inclusa. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9:00h do dia 23/10/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 9h30min. Íntegra do Edital está disponível no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 07/10/2015

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO 51/2015

Errata do Extrato de Contrato Nº 051/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2015

PROCESSO Nº 073/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: SIGMAFONE TELEINFORMÁTICA LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE FORAM DANIFICADOS POR UMA DESCARGA ELÉTRICA PROVOCADA POR UM RAI NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2015.

ONDE SE LÊ SIGMAFONE TELEINFORMÁTICA LTDA EPP

LEIA-SE

SIGMAFONE COMUNICAÇÕES UNIFICADAS LTDA EPP

Valor do contrato: R\$ 25.034,66 (vinte e cinco mil e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Governador Celso Ramos, 05 de setembro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2015

Constitui Comissão Permanente de Licitação.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º – Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do município de Governador Celso Ramos composta dos seguintes membros:

Presidente

LEONARDO OSNI QUINTINO – ocupante de cargo efetivo

Membros titulares

ZELIO MAURICIO KOERICH – ocupante de cargo efetivo do Município

HUGO ALVES FILHO – ocupante de cargo efetivo do Município

RAFAEL VANDO COSTA – ocupante de cargo em comissão

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 04/2015 de 04.05.2015.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 06 de Outubro 2015.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS

1º Secretário

PORTARIA Nº 15/2015

PORTARIA Nº 15/2015

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do regimento interno, e considerando os termos da Lei Municipal nº 816 de 01 abril de 2013 e demais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora LIDIANE COSTA, brasileira, CPF 727.807.709/53, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR-RA DE GABINETE DO PODER LEGISLATIVO, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo.

Art. 2º - Fica o cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Poder Legislativo a perceber os vencimentos correspondentes ao nível CC4 definido pela lei Municipal nº 816 de 01.04.2013.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 06 de Outubro 2015.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS

1º Secretário

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 058/2015 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000058/15 de 7 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(070)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0001 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(075)3.3.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(084)3.3.90.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
Total Suplementação:	5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(072)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(078)4.4.90.00.00.00.00.2.014-0001 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(079)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
Total Anulação:	5.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Outubro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 7 de Outubro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 059/2015 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000059/15 de 7 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(031)3.3.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	3.675,00
Total Suplementação:	3.675,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(033)4.4.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	3.675,00
Total Anulação:	3.675,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Outubro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 7 de Outubro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 595/2015

PORTARIA Nº. 595/2015

Transfere Rafaela Mafra.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Transferir a servidora Rafaela Mafra, na função de Psicóloga, da Secretaria de Saúde à Secretaria de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 3116/2015

LEI Nº 3116/2015.

“RECONHECE E APROVA CONVÊNIO Nº 2015TR001232 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOAÇABA E O MUNICÍPIO DE HERVAL D’ OESTE”.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d’ Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica reconhecido e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal o CONVÊNIO Nº 2015TR001232 celebrado entre a Secretaria de Estado do desenvolvimento Regional de Joaçaba, inscrita do CNPJ sob o nº 05.612.349/0001-06, com sede à av. Rio Branco, nº 169, Centro de Joaçaba, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representada pelo seu Secretário de Estado Sr. Ricardo Euclides Grando, CPF nº 493.844.229-91, Carteira de Identidade nº 857.570, residente e domiciliado em Joaçaba (SC) e o MUNICÍPIO DE HERVAL D’ OESTE (SC), Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, 389, Centro, na cidade de Herval d’Oeste (SC), inscrita no CNPJ/MF sob nº. 82.939.430/0001-38, doravante denominado CONVENENTE, neste ato representado pelo Prefeito Senhor NELSON GUINDANI, CPF nº. 501.589.459-72, Carteira de Identidade nº 1.511.562, residente e domiciliado em Herval d’ Oeste (SC).

Art. 2º Constitui objeto do presente Convênio, a transferência de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica – recapeamento em CAUQ na Rua Independência.

Art. 3º O referido Convênio terá início de vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e fim da vigência em 28 de fevereiro de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d’Oeste (SC), 07 de outubro 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

LEI Nº 3117/2015

LEI Nº 3117/2015.

“RECONHECE E APROVA CONVÊNIO Nº 2015TR001242 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOAÇABA E O MUNICÍPIO DE HERVAL D’ OESTE”.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d’ Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica reconhecido e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal o CONVÊNIO Nº 2015TR001242 celebrado entre a Secretaria de Estado do desenvolvimento Regional de Joaçaba, inscrita do CNPJ sob o nº 05.612.349/0001-06, com sede à av. Rio Branco, nº 169, Centro de Joaçaba, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representada pelo seu Secretário de Estado Sr. Ricardo Euclides Grando, CPF nº 493.844.229-91, Carteira de Identidade

nº 857.570, residente e domiciliado em Joaçaba (SC) e o MUNICÍPIO DE HERVAL D’ OESTE (SC), Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, 389, Centro, na cidade de Herval d’Oeste (SC), inscrita no CNPJ/MF sob nº. 82.939.430/0001-38, doravante denominado CONVENENTE, neste ato representado pelo Prefeito Senhor NELSON GUINDANI, CPF nº. 501.589.459-72, Carteira de Identidade nº 1.511.562, residente e domiciliado em Herval d’ Oeste (SC).

Art. 2º Constitui objeto do presente Convênio, a transferência de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica – recapeamento em CAUQ em parte da Rua Santa Catarina.

Art. 3º O referido Convênio terá início de vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e fim da vigência em 28 de fevereiro de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d’Oeste (SC), 07 de outubro 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 1136/2015

PORTARIA Nº 1136/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d’Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº. 469/2015, por mais 01 (um) ano, a contar de 01 de outubro de 2015, em que é concedida Licença Sem Remuneração ao Servidor RICARDO VILLELA ARMÊNIO (Matr. 666), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível/Referência - 13/1/D, 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o art. 105, inciso IV da LC Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d’Oeste (SC), em 06 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1137/2015

PORTARIA Nº 1137/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d’ Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora BRUNA TONET (Matr. 4177), a partir de 07 de outubro de 2015, aprovada e classificada em 156º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de

Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1138/2015

PORTARIA Nº 1138/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INTERROMPER o Atestado Médico, a contar de 30 de setembro de 2015, da Servidora LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO (Matr. 2575), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

E, CONCEDER Licença Maternidade, à servidora supracitada, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 30 de setembro de 2015 até 27 de março de 2016, conforme preceitua o Artigo 107, da Lei Complementar Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1139/2015

PORTARIA Nº 1139/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora LUCINÉIA REGINA MACHADO (Matr. 423), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 7, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 05 de outubro de 2015 a 16 de outubro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1140/2015

PORTARIA Nº 1140/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1070/2015, da Servidora FRANCIELE DE OLIVEIRA (Matr. 4172), a qual exerce a função de Professor, Nível – 1, Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição à servidora Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho que se encontra em Licença Maternidade, a contar de 30 de setembro de 2015, enquanto perdurar seu afastamento, limitado ao término do ano letivo de 2015, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 039/2015/SMECE, de 17 de setembro de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

AVISO PRG 047 - 2015 MULTIENTIDADES - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS (DESERTA)

AVISO

PREGÃO 047/2015

O PREGOEIRO OFICIAL DECLARA DESERTO O(A) PREGÃO 047/2015, PELA AUSÊNCIA DE LICITANTES PRESENTES NO CERTAME, DE ACORDO COM A LEI 10.520/02, LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

Ilhota, 07 de outubro de 2015.

ALEX MIRANDA

Pregoeiro Oficial

LEI COMPLEMENTAR 64 2015

Lei Complementar nº 64, de 07 de outubro de 2015.

Dispõe Sobre a o Programa de Recuperação Fiscal 2015, no Município de Ilhota e dá outras providências.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Ilhota, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS – 2015, com o intuito de promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, relativos a tributos municipais, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, em fase de execução fiscal ou a executar, com exigibilidade suspensa ou não, desde que façam a opção pelo plano em até noventa dias após o início da vigência dessa Lei Complementar.

Art. 2º - O REFIS tem por objetivo a redução da multa e dos juros incidentes sobre os débitos fiscais, consolidados nos termos da legislação, desde que quitados nos prazos previstos na presente Lei.

Art. 3º - A vigência do presente programa será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de vigência desta Lei.

Art. 4º - Os débitos incluídos neste programa poderão ser pagos a vista, ou em parcelas, mensais e sucessivas, com os percentuais de dedução de juros e multa conforme descritos abaixo:

I – 100% da multa e dos juros - A vista ou até 12 (doze) parcelas, com o primeiro pagamento no ato da homologação do parcelamento;

II – 100% da multa e 60% dos juros - 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) parcelas, com o primeiro pagamento no ato da homologação do parcelamento;

III – 100% da multa e 30% dos juros – 25 (vinte e cinco) a 60 (sessenta) parcelas, com o primeiro pagamento no ato da homologação do parcelamento.

§ 1º - A parcela mínima do presente programa será de R\$ 80,00 (oitenta reais).

§ 2º - As parcelas vincendas dentro do exercício serão acrescidas

de juros de 1% (um por cento) ao mês a título de juros, como prevê a legislação vigente.

§ 3º - Aos eventuais pagamentos em atraso de parcelas do programa, serão cominados juros, multa e correção monetária previstos na legislação municipal.

§ 4º - Os débitos inscritos em dívida ativa, parcelados ou não, que o contribuinte deixou de efetuar o pagamento poderão, a juízo da autoridade administrativa, ser encaminhados a cobrança extrajudicial, através de Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca.

§ 5º - É permitido ao contribuinte solicitar o pagamento de valor diferenciado na primeira parcela, desde que este valor seja superior as demais parcelas, quando se procederá da seguinte forma: apurado o valor devido, deduzidos os benefícios da presente lei, será descontado o valor da parcela inicial maior, e o saldo parcelado na forma prevista neste diploma legal.

Art. 5º - A adesão ao programa se dará mediante:

I – Requerimento firmado pelo contribuinte ou seu representante, desde que munido de poderes para tal, mediante apresentação de documentação pessoal;

II – Relatório do débito total e os descontos concedidos;

III – Confissão irrevogável e irretratável do débito, no seu valor original, ou seja, sem os benefícios concedidos pela presente Lei.

Art. 6º - A inclusão de débitos objeto de qualquer discussão, judicial ou administrativa, fica condicionada a desistência, formal, irrevogável e irretratável de eventuais contestações, recursos ou qualquer outra medida em direito admitidas, ficando, portanto, a eficácia da inclusão no programa sujeita ao deferimento ou homologação da desistência aqui previstas.

§ 1º - As custas administrativas ou judiciais incidentes sobre o processo, administrativo, judicial ou extrajudicial (Tabelionato), até a data da desistência, serão de responsabilidade do contribuinte, bem como, aquelas custas, incidentes ao final do pagamento ou parcelamento (custas finais) bem como os honorários de sucumbência devidos nos casos de execuções fiscais já protocoladas.

§ 2º - A não quitação das custas judiciais poderá ensejar o prosseguimento do processo, por parte do Poder Judiciário, para cobrá-las, não cabendo qualquer responsabilidade à municipalidade, além de peticionar ao juízo, comunicando a quitação do parcelamento.

§ 3º - Poderão ser incluídos débitos já parcelados, com pagamentos em dia ou não, cujo parcelamento deverá ser cancelado e os débitos terem seus valores originais restabelecidos.

Art. 7º - A exclusão do contribuinte, do presente programa se dará nas seguintes hipóteses:

I – inadimplência de qualquer das parcelas por prazo superior a 90 (noventa) dias;

II – falência, extinção ou liquidação da pessoa jurídica;

III – inobservância de qualquer dispositivo da presente lei;

IV – Constatação ou levantamento de diferença de débitos posteriormente efetuados pela administração, correspondente ao tributo beneficiado pela presente lei, considerando o direito de Município rever seus lançamentos.

Art. 8º - A exclusão do contribuinte, do presente programa,

acarretará a exigibilidade do total do débito confessado, no valor original, restabelecendo-se a multa e juros, então reduzidos em função da adesão ao REFIS.

Parágrafo único – Os valores eventualmente pagos dentro do programa serão deduzidos da dívida original na proporção da opção prevista pelo contribuinte na adesão ao programa.

Art. 9º - A instituição do presente programa não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já pagas a qualquer tipo de débitos, parcelados ou não que eventualmente tenha havido cobrança de encargos.

Art. 10 – O prazo para formalização da opção ao programa poderá ser prorrogado por decreto do Poder Executivo, a seu critério, observadas as condições aqui estabelecidas.

Art. 11 – Eventuais gravames ou garantias de débitos fiscais, incluídos no presente programa, serão mantidos até a quitação total do débito.

§ 1º - A Procuradoria Geral do Município se encarregará de peticionar solicitando a suspensão de eventuais processos judiciais que tramitem cobrando os valores incluídos no presente REFIS.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Finanças se encarregará de todos os procedimentos necessários à execução do presente programa.

Art. 12 – Fica o poder executivo autorizado a baixar atos visando regulamentar, disciplinar procedimentos ou dirimir dúvidas que visem à execução e consolidação do presente programa.

Art. 13 – Os valores referentes aos honorários de sucumbência dos débitos aqui tratados, objeto de ações judiciais, serão lançados em separado e pagos, em caso de parcelamento, iniciando-se juntamente com a primeira parcela e assim sucessivamente, mensalmente, e em no máximo 6 (seis) parcelas.

Art. 14 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 15 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 07 de outubro de 2015.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 484/2015

PORTARIA Nº 484/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. JENIFFER KAROLINE DE LIMA CASTRO, do cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 02 de outubro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de outubro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 485/2015

PORTARIA Nº 485/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, o Sr. VALMOR BERTELI JÚNIOR, do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 02 de outubro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 02 de outubro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 486/2015

PORTARIA Nº 486/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. ESOLÉNÍ BERTOTTI ADÃO, no cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 08 de outubro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 08 de outubro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

RESOLUÇÃO N. 019/2015 - CMDCA - CONSELHEIROS ELEITOS

RESOLUÇÃO N. 19/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO: que é atribuição do Conselho Municipal de cumprir e fazer cumprir, em âmbito Municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a presente lei e toda legislação atinente a direitos e interesses da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO: promover a Política dos Direitos da criança e do Adolescente, o Conselho Municipal de Direitos da criança e do Adolescente delibera, normatiza, controla e articula a POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE para a efetiva garantia de sua promoção, defesa e orientação, visando a proteção integral da criança e do adolescente;

CONSEDERANDO: que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regular os assuntos de sua competência por meio de Resolução aprovados por seu membros;

CONSEDERANDO: é responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente coordenar o processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município;

CONSEDERANDO: que é atribuição do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente dar posse aos membros do Conselho Tutelar, os quais serão nomeados por ato do Prefeito Municipal;

RESOLVE: Apresentar os Conselheiros eleitos como titulares e suplentes, para o mandato de 2016 á 2020, ficando assim dispostos:

Solange Regina de Souza 190 votos 1ª colocada – TITULAR

Gilmara Schmitt 95 votos 2ª colocada – TITULAR

Viviane Cardoso Pereira 46 votos 3ª colocada – TITULAR

Vera Lucia Franco Godoy 37 votos 4ª colocada – TITULAR

Claudio Lamim 13 votos 5º colocado – TITULAR

Renato Cesar Baptista 6 votos 6º colocado – SUPLENTE

Alex Luís Mengarda

Presidente do CMDCA

Ilhota, 06 de outubro de 2015.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 208, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 208, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.03 63 (0021)	Aplicações Diretas	20.000,00
Total		20.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.03 63 (0021)	Aplicações Diretas	20.000,00
Total		20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 6 de Outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

EDITAL SEAGP Nº 150/2015

EDITAL SEAGP Nº 150/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso

Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 08 de Outubro a 07 de Novembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de outubro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 150/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Engenheiro Agrônomo

Diego Mendes

EDITAL SEAGP Nº 151/2015

EDITAL SEAGP Nº 151/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração

e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 08 de Outubro a 07 de Novembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de outubro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 151/2015

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista
Rudinei de Campos Tim

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/40 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2015/40 A02
Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA -EPP.

CNPJ 10.975.264/001-14
Objeto Prorrogação do prazo do contrato para 29 de Outubro de 2015
Prazo: 29/10/2015
Fundamento: Processo nº. 22/2014 Carta Convite:02/2014

Imbituba, 29 de Setembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de
Agricultura, Pesca e
Infraestrutura-seapi
Contratante

Imbimolde Pre Moldados
& construções ltda epp
Representante legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2015/154 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2015/154 A00
Contratada: ESQUADRITEMPER INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS
CNPJ 11.042.039/001-98
Objeto: AQUISIÇÃO DE JANELAS DE ALUMÍNIO COM INTALAÇÃO, PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MOACIR ORIGE
Valor; 7.678,3382 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 94/2015 Dispensa: 17/2015

Imbituba, 02 de Outubro de 2015.
Michela da Silva Freitas
Secretário municipal de educação
Contratante

Esquadritemper Industria e
Comercio de Esquadrias
Representante legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2015/251 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2015/251 A02
Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA -EPP.
CNPJ 10.975.264/001-14
Objeto Prorrogação do prazo do contrato para 30 de Outubro de 2015
Prazo: 30/10/2015
Fundamento: Processo nº. 22/2014 Carta Convite:02/2014
Imbituba, 30 de Setembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de
Agricultura, Pesca e
Infraestrutura-seapi
Contratante

Imbimolde Pre Moldados
& construções ltda epp
Representante legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEMUSA 2015/38 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2015/154 A00
Contratada: ESQUADRITEMPER INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS
CNPJ 11.042.039/001-98
Objeto: AQUISIÇÃO DE JANELAS DE ALUMÍNIO COM INTALAÇÃO, PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MOACIR ORIGE
Valor; 7.678,3382 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 94/2015 Dispensa: 17/2015
Imbituba, 02 de Outubro de 2015.

Michela da Silva Freitas
Secretário municipal de educação
Contratante

Esquadritemper Industria e
Comercio de Esquadrias
Representante legal
Contratada

EXTRATO: SEFAZ 2015/153 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEFAZ 2015/153 A00

Contratada: FINTEL SISTEMA DE INFORMÁTICA EIRELI-ME

C.N.P.J: 07.987.863/0001-43

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, PARA AQUISIÇÃO (DIREITO DE USO PERPÉTUO), IMPLANTAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO EM SISTEMA (SOFTWARE) DE UMA SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES PARA A APURAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN.

Valor R\$ 353.500,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 79/2015 Tomada de preço 05/2015

Imbituba, 28 de Setembro de 2015.

Ivan Vitório

Secretário Municipal da Fazenda

Contratante

Fintel Sistemas de Informática

Eireli-me

Representante Legal

Contratada

LEI 4.618.2015

LEI Nº 4.618, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera a composição do Conselho Municipal de Turismo, inicialmente estabelecida no artigo 3º da Lei 1.383/1994, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 3º da Lei n.º 1.383, de 11 de abril de 1994, que define a Política Municipal de Turismo, cria o Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Conselho Municipal de Turismo, presidido por conselheiro eleito dentre os membros do Conselho, será constituído por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, com a seguinte composição:

I – 9 (nove) membros, titulares e respectivos suplentes, do Poder Público, oriundos dos seguintes órgãos:

a) 3 (três) representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, sendo:

1. 1 (um) da área do Turismo;

2. 1 (um) da área do Esporte;

3. 1 (um) da área da Cultura;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura;

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

e) 1 (um) representante da Companhia da Polícia Militar em Imbituba;

f) 1 (um) representante do Corpo de Bombeiros Militar em Imbituba;

g) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda.

II – 9 (nove) membros, titulares e respectivos suplentes, da Sociedade Civil, oriundos dos seguintes setores:

a) 1 (um) representante dos empresários de hotéis, restaurantes, pousadas e similares;

b) 1 (um) representante das agências de viagens, operadores e

receptivo turístico em funcionamento em Imbituba;

a) 1 (um) representante da Associação Empresarial de Imbituba – ACIM;

b) 1 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, de Imbituba;

c) 1 (um) representante da Associação de Surf Imbitubense – AS;

d) 1 (um) representante da Associação dos Guias de Turismo de Imbituba – AGTI;

e) 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Subseção de Imbituba;

f) 1 (um) representante das Entidades Ambientais de Imbituba;

g) 1 (um) representante da Instância de Governança Regional Encantos do Sul."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 7 de Outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.617.2015

LEI Nº 4.617, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015.

Institui o Prêmio Educação Municipal de Qualidade para gestores e professores das escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Imbituba, a serem concedidos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Prêmio Educação Municipal de Qualidade", para as Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Imbituba, em conformidade com o Art. 93, item XXIX da Lei Orgânica Municipal, a serem concedidos aos gestores e professores no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, observadas as condições previstas nesta Lei.

Art. 2º O "Prêmio Educação Municipal de Qualidade" é destinado aos docentes e gestores em exercício nas Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil, com a finalidade de estimular e valorizar as experiências de trabalhos com ações inovadoras, transformadoras e humanizadoras, que tenham contribuído para o aprimoramento da educação na Rede Municipal de Ensino de Imbituba. Parágrafo único. Anualmente, a critério da Administração Municipal, serão premiados até 4 (quatro) professores e 2 (dois) gestores, que receberão a premiação em solenidade oficial, a ser realizada no mês de outubro durante a Semana de Comemoração ao Dia do Professor.

Art. 3º Poderão concorrer à premiação instituída nos termos do artigo 2º desta Lei, os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I, do Ensino Fundamental II, da Educação Especial e os gestores das Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Imbituba.

Art. 4º Para fins de concessão do "Prêmio Educação Municipal de Qualidade" será promovida avaliação anual de projetos de gestão escolar, bem como de projetos e atividades pedagógicas dos

docentes, envolvendo experiências que possam ser comprovadas, relativos a qualquer disciplina ou área de conhecimento, que tenham sido iniciadas no primeiro semestre do ano letivo, devendo constar, dentre outros, data de sua implantação, recursos humanos e pedagógicos utilizados, atividades desenvolvidas, materiais ou instrumentos elaborados, mostra de produção de alunos e resultados obtidos, na forma disciplinada por regulamento específico, instituído pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Cada Escola da Rede Municipal de Ensino, bem como cada Centro Municipal de Educação Infantil, escolherá 1 (um) Projeto de Gestão Escolar e os professores das modalidades constantes no Art. 3º desta Lei, escolherão 1 (um) projeto de docência escolar, os quais serão encaminhados à Secretaria Municipal de Educação e analisados por comissão julgadora especialmente designada pela Secretária Municipal de Educação, constituída por Portaria e na forma prevista no regulamento.

Art. 6º A comissão julgadora selecionará 1 (um) projeto para cada categoria especificada no Art. 3º desta Lei, dentre os quais o trabalho vencedor deve estar de acordo com os seguintes critérios:

I – a identificação do protagonismo dos alunos na experiência relatada, em que estejam pontuados os indicadores de sua aprendizagem;

II – o processo de planejamento do trabalho pelo professor e seus objetivos concretos;

III – o enfrentamento de um problema oriundo da realidade local e a identificação das soluções propostas;

IV – a criação de um contexto propício ao desenvolvimento do projeto ou experiência, ampliando as condições bem sucedidas das aprendizagens;

V – a relevância do assunto e sua pertinência com a faixa etária dos alunos.

Parágrafo único. Para os projetos na categoria Gestão Escolar, os critérios acima deverão adequar-se ao trabalho do gestor e os sujeitos envolvidos no contexto do projeto, sejam estes: alunos, professores, comunidade escolar ou comunidade local.

Art. 7º Os 6 (seis) projetos selecionados serão premiados na seguinte conformidade:

I – Os primeiros colocados nas categorias: Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Fundamental I, Professor de Ensino Fundamental II e Professor de Educação Especial receberão prêmio no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e serão homenageados com Diploma ou Medalha de Honra ao Mérito “Prêmio Educação Municipal de Qualidade”;

II – Os demais professores finalistas serão agraciados com menção honrosa e receberão Diploma de Honra ao Mérito “Prêmio Educação Municipal de Qualidade”;

III – O primeiro colocado na categoria Gestão Escolar será premiado com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e será homenageado com Diploma ou Medalha de Honra ao Mérito “Prêmio Educação Municipal de Qualidade”.

Parágrafo único. Para a categoria Gestão Escolar, o valor do prêmio será repassado à APP – Associação de Pais e Professores da Escola ou Centro Municipal de Educação Infantil, para investimento na própria instituição.

Art. 8º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 7 de Outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 203/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 203/2015

CONTRATADA: WATARAI CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação das profissionais Cristina Fukumori Watarai e Sheila Maria Prado Soma, para a realização de formação profissional de técnicos do CREAS, para intervenção com agressores conjugais e famílias em situação de violência e risco pessoal e social, utilizando métodos científicos com o objetivo de extinguir os comportamentos violentos do relacionamento por meio de técnicas de autocontrole, manejo da raiva e diminuição da ansiedade. Carga horária de 16 (dezesesseis) horas/aula.

PRAZO: 22 de setembro de 2015 até 22 de outubro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22/09/2015.

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL SMECE Nº. 034/2015 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE INSCRIÇÃO PARA PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições, nos termos da subseção III da Lei Complementar nº 003/2002, de 27 de setembro de 2002 e a Lei Complementar nº. 41/2007 de dezembro de 2007 torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão a progressão por Nova Habilitação dos membros do Magistério Público Municipal.

Art. 1º - Fica aberto às inscrições para a Progressão por Nova Habilitação aos Membros do Magistério Público Municipal estável na forma Lei Complementar nº. 003/2002 e 41/2007, e concursados com estágio probatório concluído.

Art. 2º - O Membro do Magistério Público Municipal efetivo deverá requerer progressão por Nova Habilitação até dia 30 de outubro de 2014, junto a Secretaria Municipal de Educação, Rua Bento Gonçalves nº. 220, juntando os Seguintes documentos:

1 – Requerimento em formulário específico conforme anexo I do presente Edital.

2 – Comprovante autenticado de Nova Habilitação na área específica de atuação.

Art. 3º - Os requerentes para progressão por Nova Habilitação que se sentirem prejudicados com o resultado terão 03 (três) dias contados da data de publicação do Edital de Homologação, para interpirem recurso.

Art. 4º - Os casos omissos serão resolvidos pela assessoria jurídica do município.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, o presente edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, 07 de outubro de 2015.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

ANEXO I REQUERIMENTO DE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO

À
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Ipumirim-SC

Eu, _____
na função de: _____
lotado(a) no(a) _____
C.I. Nº: _____ e CPF Nº: _____

, através do presente solicito progressão por nova habilitação prevista no Edital SMECE Nº.008/2013 em razão da conclusão de nova habilitação na área específica de atuação, sendo:

- () Graduação
() Curso de pós-graduação – Especialização

- () Curso de pós-graduação – Mestrado
() Curso de pós-graduação – Doutorado

Ipumirim-SC, _____ de _____ de 2015.

Assinatura

PORTARIA Nº. 402/2015 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE PENSÃO POR MORTE A ESPOSA DE SERVIDOR EFETIVO APOSENTADO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONCEDE

Fica concedida pensão a viúva MARIA BERNARDI, brasileira, portadora da Carteira de Identidade sob o nº. 2.130.313 e CPF sob o nº.593.732.539-72, em função da morte do Servidor Público Municipal ALCEU BERNARDI, com vencimentos previstos no Anexo II, Classe A, do Grupo D, da Lei nº 001/2002, que dispõe sobre o novo Plano de Cargos e Salários do Município e da outras providências, com proventos previstos no RGPS que concedeu Aposentadoria por Tempo de Contribuição, e atendido o disposto no §2º do artigo 69 da Lei Complementar 001/2002 que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Ipumirim SC.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 01 de Outubro de 2015.

Ipumirim - SC, 01 de Setembro de 2015.
VALDIR ZANELLA
Prefeito.

PORTARIA Nº.403/2015 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A SILVANO SCHMIDT, matrículas 507-0, Licença Prêmio de 10 dias, relativa ao período aquisitivo de 2008 a 2013 e gozo nos dias 07/10/2015 a 17/10/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 07 de Outubro de 2015.

Ipumirim - SC, 07 de Outubro de 2015.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 404/2015 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A OSVALDO BONISSONI, matrícula 1670-5, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 a 2016 e gozo de 19/10/2015 a 17/11/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19/10/2015.

Ipumirim - SC, 07 de outubro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2015, MODALIDADE: PREGÃO Nº. 001/2015/CMV

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 001/2015

A Câmara Municipal de Vereadores de Ipumirim – SC, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto processo de licitação na Modalidade de Pregão, na forma presencial, cujo processamento e julgamento dar-se-á por menor preço global, objetivando a contratação de Sistemas e Serviços especializados na área de Informática para locação de Sistemas de Gestão Pública, compreendendo os seguintes sistemas: Sistema de Contabilidade Pública; Sistema de Controle do Processo Legislativo, Folha de Pagamento e Portal da Transparência, em consonância com a Lei Federal nº. 10.520 de 17 de Julho de 2.002 e 8666/93 de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas estabelecidas neste Edital. E que estará promovendo o credenciamento dos interessados e recebendo os envelopes até às 14:00 horas e abertura dos mesmos às 14.30 horas do dia 20 de outubro de 2.015, na Câmara de Vereadores, dirigida por Pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Câmara de Vereadores. Íntegra do Edital e informações pelo telefone 49 – 3438.1126.

Ipumirim-SC, 7 de outubro de 2.015.

Osmar José Simon

Presidente

RESOLUÇÃO 04/2015 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
IPUMIRIM-SC

RESOLUÇÃO Nº 004/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Ipumirim-SC após análise de recursos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ipumirim-SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as

Leis Municipais 1088/99, 1698/12 e 1595/09, RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II - Tornar público o resultado final

III - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Ipumirim- SC para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I - Total de eleitores: 961

II - Total de votos válidos: 959

III - Total de votos em branco: -

IV - Total de votos nulos: 02

Art. 2º: Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº. de Votos	Classificação
NADIA CANZI	148	1º
ISIDORO NAZAR	138	2º
SILVANA BRUNETTO RIGON	122	3º
DENAIR ZAT	104	4º
THOMAS MELLO	96	5º
ISANE SCHMIDT	86	6º
AMELIA COLPANI	77	7º
GENI DAL PIÁS	51	8º
LUCIANE PETRY	49	9º
CHARLEI MULLER ANGNES	41	10º
CAMILA BERNARDI	32	11º
LAIS FRANZON	13	12º
LUNAR CRISTINA NICODEN	02	13º

Art. 3º: Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- NADI CANZI

II- ISIDORO NASAR

III- SILVANA BRUNETTO RIGON

IV- DENAIR ZAT

V- THOMAS MELLO

Art. 4º: Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- ISANE SCHMIDT

II- AMELIA COLPANI

III- GENI DAL PIÁZ

IV- LUCIANE PETRY

V- CHARLIE MULLER ANGNES

VI- CAMILA BERNARDI

VII- LAIZ FRANZON

VIII- LUNAR CRISTINA NICODEN

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2015, às 8 horas, no Gabinete do Prefeito Municipal situada à Av. D. Pedro II, 230, nesta cidade de Ipumirim-SC

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 07 de outubro de 2015.

Marilei Salete Frigeri Carpinelli

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2870/2015

DECRETO Nº 2870/2015, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015
CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis, com a finalidade específica de proceder a avaliação, com base em valores de mercado, dos bens móveis de propriedade do Município, declarados inservíveis, para fins de Leilão pela Municipalidade nos Termos da Lei nº 8.666/93, conforme abaixo segue:

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

I – 01 MOTONIVELADORA HUBER WARCO MODELO 130M ANO 1977. (Cadastro do Patrimônio nº 2999);

II – 01 TRATOR INDUSTRIAL CASE MODELO W18 (Cadastro do Patrimônio nº 2275);

III – CAMINHAO MARCA M.BENZ/L 1113, PLACAS LZF-4628, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 1978, COR VERDE, CHASSI 34403212393932. PLACAS LZF 4628. (Cadastro do Patrimônio nº 123);

IV – 01 CAÇAMBA TRATOR 5M³;

V – 01 CARCAÇA 9025;

VI - 01 Balsa com capacidade para 40 ton, medindo total do casco 16 mt, comprimento com rampas 22,02mt, comprimento entre perpendiculares 15,36 mt, boca 6mts, pontal 1mt. (Cadastro no Patrimônio nº 6137);

VII – 01 CAMINHAO BASCULANTE MARCA M. BENZ/L 1618, PLACAS MAM-9757, COR BEGE, COMBUSTIVEL DIESEL CHASSI 9BM386014LB887036, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 1990, CAPACIDADE 15 TONELADAS, 184 CV, (Cadastro no Patrimônio nº 126);

VIII - 120 METROS DE CABO DE AÇO 1 POLEGADA;

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

IX - 01 AUTOMÓVEL PASSAGEIRO MARCA FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, COR VERMELHA, ANO DE FABRICAÇÃO 2005, MODELO 2006, COMBUSTIVEL ALCOOL/ GASOLINA, 05 PASSAGEIROS, 066 CV, CHASSI Nº 9BD15802764765604, PLACAS MEA-6538. (Cadastro no Patrimônio nº 4572);

X - 01 VEÍCULO MODELO TIGGO 2.0, MARCA CHERY, COR PRATA, ANO E MODELO 2011, A GASOLINA, 04 CILINDROS, 5 MARCHAS, CODIGO DO RENAVAM Nº 319299546, CHASSI Nº 9UJDB14B9BU005661, PLACAS MIS 6032. (Cadastro no Patrimônio nº 8492);

XI - 01 CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO CAVALETTI (Patrimônio nº 3059); 01 CADEIRA ESTOFADA COR PRETA (Patrimônio nº 1200); 01 CADEIRA ESTOFADA COR PRETA (Patrimônio nº 1202); 01 CADEIRA ESTOFADA TECIDO AZUL (Patrimônio nº 043); 01 CADEIRA CORVIM MARROM (Patrimônio nº 1094); 01 ESCRIVANINHA CEREJEIRA 3 GAVETAS (Patrimônio nº 2775); 01 ESCRIVANINHA IMBUÍ 5 GAVETAS, PINTADA NA COR BRANCA, MEDINDO 90CMX50CM (Patrimônio nº 1126); 01 MAQUINA DATILOGRAFIA ET 2500 (Patrimônio nº 1085); 01 MESA PARA DATILOGRAFIA METAL CINZA (Patrimônio nº 095); 01 CADEIRA GIRATORIA MARELLI 7201 EM TECIDO PRETO (Patrimônio nº 4026); 01 CADEIRA GIRATORIA MARELLI 707 COR PRETA (Patrimônio nº 4301); 01 CADEIRA ESTOFADA GIRATÓRIA PRETA (Patrimônio nº 1402); 01 CADEIRA TIPO SECRETÁRIA, MARCA LG, COM REGULAGEM A GÁS, COR AZUL (Patrimônio nº 8444);

XII - 01 MAQUINA DE DATILOGRAFIA OLIVETTI LINEA 98 (Patrimônio nº 4690); 01 NO BREAK SMS 600 VA BI FX COM BATERIA (Patrimônio nº 8444); 01 NO BREAK SMS 600 VA BI FX COM BATERIA (Patrimônio nº 6532); 01 NO BREAK TS SHARA NT 700/2BS/BA COM VOLTAGEM AUTOMÁTICA (Patrimônio nº 4439); 01 GABINETE ATX (Patrimônio nº 4252); IMPRESSORA HP 3920 (Patrimônio nº 4617); 01 IMPRESSORA HP 3920 (Patrimônio nº 4616); 01 TRANSFORMADOR BIVOLT 2.000VA, FREQUENCIA 50/60 HZ ADFTRONIK (Patrimônio nº 10952); 01 ESTABILIZADOR PLUS TS SHARA Nº11066926 (Patrimônio nº 4008); 01 IMPRESSORA DEMATECH DP20 SRS2T000 (Patrimônio nº 5048); 01 IMPRESSORA LASERJET HP L22 (Patrimônio nº 6013); 01 NOBREAK UPS PRO 1.700 TS SHARA BIVOLT, COR GRAFITE (Patrimônio nº 6044); 01 NOBREAK 600 VA, BIVOLT COM 4 SAÍDAS, 01 BATERIA INTERNA SELADA COM SAÍDA PARA COMUNICAÇÃO INTELIGENTE, MARCA TS SHARA COM CABO USB (Patrimônio nº 6021); 01 CALCULADORA MARCA SHARP (Patrimônio nº 7876); 01 CALCULADORA SHARP MODELO 2630 Nº 8110000878 (Patrimônio nº 3017); 02 APARELHO TELEFONICO INTELBRAS; 01 CPU ASUS USB 2,0 (Patrimônio nº 9775); 01 NO BREAK NET STATION SMS 600VA BIVOLT (Patrimônio nº 6019); 01 MODEM D-LINK COM ROTEADOR ADSL 2/2+ MODELO DSL 500B (Patrimônio nº 6557); 01 MODEM ADSL 2 COM ROTEADOR MODELO D-LINK 500G (Patrimônio nº 6749); 01 SWITCH 24 PORTAS 10/100 (Patrimônio nº 7540);

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

XIII – 01 MOTOCICLETA MARCA JTA/SUZUKI, MODELO EN 125 YES NACIONAL 125 CC 13HP RENAVAN 020704 ANO MODELO 2007/2008, CHASSI 8CDNF41LJ8MO94797, COR PRATA MOTOR F 466-BR 195914 A GASOLINA. (Cadastro no Patrimônio nº 6058);

XIV – 01 AUTOMÓVEL MARCA FIAT MODELO PALIO FIRE 4 PORTAS, PLACAS MEK-7292, COR VERMELHO ALPINE, GASOLINA, 4 CILINDROS, POTENCIA 65 HP, ANO/MODELO 2004, 5 MARCHAS, 5 PASSAGEIROS, 1000 CILINDRADAS, CHASSI NR. 9BD17146742438426, MOTOR NR. 5995361, (Cadastro no Patrimônio nº 4011);

XV – 01 ÔNIBUS PASSAGEIRO MARCA MERCEDES BENZ OF 1318, PLACAS LBB 4130, CHASSI 9BM384088SB072008, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 1995, COR PREDOMINANTE BRANCA, 38 PASSAGEIROS, 184 CV, COMBUSTIVEL DIESEL - (Cadastro no Patrimônio nº 3504);

XVI – 01 GABINETE ATX (Patrimônio nº 4130); 01 ESTABILIZADOR 500 VA MAG (Patrimônio nº 7666); 01 CPU POSITIVO POS AT SERIES (Patrimônio nº 9379); 01 ROTEADOR TP LINK N 300 (Patrimônio nº 9409); 01 HUB ENCORE 16 PORTAS (Patrimônio nº 6048); 01 ESTABILIZADOR ELETRONICO BST 1000 (Patrimônio nº 4688); 01 ROTEADOR NANO BRIDGE M - NBM5-22-5.8 UBIQUITI (Patrimônio nº 9740); 01 ROTEADOR NANO BRIDGE M - NBM5-22-5.8 UBIQUITI (Patrimônio nº 9741); 01 PONTO DE ACESSO TP LINK WR 841 4P 300MB (Patrimônio nº 7840); 01 PONTO DE ACESSO TP LINK WR 841 4P 300MB (Patrimônio nº 9126);

SECRETARIA DA AGRICULTURA

XVII – 01 RETROESCAVADEIRA MF 86RA/86030945. (Cadastro no Patrimônio nº 85);

SECRETARIA DA SAÚDE

XVIII – 01 ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM (Patrimônio nº 8977); 01 GABINETE (Patrimônio nº 8977); 01 ESTABILIZADOR ELETRONICO 1.0 KVA FAX NET (Patrimônio nº 2949); 01 ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM ETERNITY 300/600 VS BIVOLT (Patrimônio nº 6037); 01 CPU COM PROCESSADOR INTEL CELERON, PLACA MAE COM CHIP SET INTEL, MEMORIA 1 GB DDR2, HD 160 GB SATA II SAMSUNG, DVD RW, GABINETE (Patrimônio nº 4636); 01 NOTEBOOK, MARCA ACER, 4 GB, HD 500 GB, TELA LED 15,6"

(Patrimônio nº 8429); 01 ESTABILIZADOR TS SHARA 500 VA (Patrimônio nº 8520); 01 ESTABILIZADOR TS SHARA 500 VA (Patrimônio nº 8521); 01 NOBREAK 600VA (Patrimônio nº 8573); 01 MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SCX 4623F PRETA (Patrimônio nº 9653); 01 MONITOR SAMSUNG SYNCMASTER 794 MB (Patrimônio nº 9822); 01 IMPRESSORA HP DESKJET 2660 (Patrimônio nº 6955); 01 IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 2360 (Patrimônio nº 5687); 01 ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM (Patrimônio nº 5689); 01 IMPRESSORA DESKJET D1360 (Patrimônio nº 6399); 01 GABINETE (Patrimônio nº 9654); 01 GABINETE (Patrimônio nº 8561); 01 IMPRESSORA HP 2000 (Patrimônio nº 8568); 01 MONITOR ITAUTEC INFOWAY SC 100 240 (Patrimônio nº 9643); 01 MODEM ADSL, D-LINK 500B (Cadastrado no Patrimônio nº 8305);

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

XIX – 01 ESTABILIZADOR 300 VA (Patrimônio nº 6015); 01 MODEM ADSL, MARCA D-LINK 500B (Patrimônio nº 6809); 01 GABINETE (Patrimônio nº 6014); 01 ESTABILIZADOR BIVOLT 300 VA (Patrimônio nº 6580); 01 MODEM ADSL TP-LINK (Cadastrado NO Patrimônio nº 10089);

HOSPITAL MUNICIPAL “BOM JESUS”

XX - 01 CADEIRA EM FERRO, ESTOFADA EM NAPA NA COR PRETA (Patrimônio nº 0429); 01 CADEIRA GIRATÓRIA, ESTOFADA EM NAPA NA COR PRETA (Patrimônio nº 0436); 01 CADEIRA FIXA, ESTOFADA, NA COR AZUL (Patrimônio nº 0084); 01 CADEIRA FIXA, ESTOFADA NA COR AZUL (Patrimônio nº 0085); 01 CADEIRA FIXA, ESTOFADA NA COR AZUL (Patrimônio nº 0087);

XXI - 01 CENTRÍFUGA DE ROUPAS MARCA ARNO, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0261); 01 CENTRÍFUGA DE ROUPAS, MARCA WANKKE INOVA, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0399); 01 TANQUINHO DA MARCA WANKE, NA COR AMARELA (Patrimônio nº 0227);

XXII - 01 CADEIRA DE RODAS, NAS CORES PRETA E AZUL (Patrimônio nº 0171); 01 COMADRE EM INÓX, TAMANHO GRANDE (Patrimônio nº 0328); 01 ARMÁRIO ALTO EM MADEIRA, NA COR MARROM, COM DUAS PORTAS (Patrimônio nº 0249);

XXIII - 01 MESA EM MADEIRA COM UMA GAVETA, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0030); 01 PENTEADEIRA, CONTENDO ESPELHO E DUAS GAVETAS, NA COR MARROM (Patrimônio nº 0231); 01 MÁQUINA DE COSTURA, CONTENDO CAIXA EM MADEIRA (Patrimônio nº 0378);

XXIV - 01 BALCÃO PARA PIA, COM 02 PORTAS E UMA GAVETA, NA COR BRANCA; 01 TAMPO PARA PIA, CONTENDO UMA BACIA EM GRANITO; 01 ARMÁRIO BRANCO, COM PORTAS DE VIDRO E PERNAS EM FERRO, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0225);

XXV - 01 APARELHO DE INALAÇÃO (Patrimônio nº 0459); 01 MACA EM FERRO, ESTOFADA EM NAPA, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0166); 01 BERÇO COM GRADES, NA COR BRANCA, ACOMPANHA COLCHÃO, NA COR AMARELA (Patrimônio nº 0110); 01 LÂMPADA AMBULANTE, EM FERRO, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0409);

XXVI - 01 CADEIRA ESTOFADA, EM MADEIRA, NA COR MARROM, COM APOIO PARA BRAÇO (Patrimônio nº 0239); 01 CADEIRA ESTOFADA, EM MADEIRA, NA COR MARROM, COM APOIO PARA BRAÇO (Patrimônio nº 0242); 01 CADEIRA ESTOFADA, EM MADEIRA, NA COR MARROM, COM APOIO PARA BRAÇO (Patrimônio nº 0246); 01 CADEIRA ESTOFADA, EM MADEIRA, NA COR MARROM, COM APOIO PARA BRAÇO (Patrimônio nº 0244); 01 CADEIRA, EM MADEIRA, NA COR MARROM (Patrimônio nº 0007);

XXVII - 01 NEBULIZADOR MARCA NEBULAR PLUS, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0432); 01 MICRO ASPIRADOR, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0097); 01 LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0453); 01 OXÍMETRO DE DEDO, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0611); 01 APARELHO DE INALAÇÃO (Patrimônio nº 0459); 01 APARELHO DE INALAÇÃO (Patrimônio nº

0457).

XXIII - 01 APARELHO DE TELEFONE, SEM FIO, DA MARCA INTELBRÁS, NA COR PRETA (Patrimônio nº 0178); 01 TECLADO USB, NA COR PRETA (Patrimônio nº 0445); 01 ESTABILIZADOR TS SHARA, NA COR PRETA (Patrimônio nº 0181); 01 MICROCOMPUTADOR, CONTENDO HD DE 401 GB, CD ROOM, MONITOR, TECLADO E MOUSE (Patrimônio nº 0645).

XXIX - 01 EQUIPAMENTO RADIOLÓGICO, MARCA INTECAL, COM GERADOR DE ALTA TENSÃO E GABINETE DE COMANDO, INDICAÇÃO DIGITAL KVP (Patrimônio nº 0653).

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo 1º será composta pelos seguintes Membros:

I – Virlei da Silva, investido no Cargo de Provimento em Comissão de Secretário da Infraestrutura;

II – Lucio Flavio Lima, investido no Cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria da Administração;

III – Silvana Rodrigues da Silva, investido no Cargo de Auxiliar Administrativo, lotada no Hospital Municipal Bom Jesus;

IV – Cristiano Back, investido no Cargo de Coordenador de Informática, lotado na Secretaria da Administração;

V – Rodrigo Antonio Jurck, investido no Cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria da Administração;

Art. 3º - A Comissão instituída através deste Decreto, será presidida pelo Senhor Virlei da Silva, será secretariado pelo Senhor Rodrigo Antonio Jurck e terá como membros: Silvana Rodrigues da Silva, Cristiano Bach e Lucio Flavio Lima.

Art. 4º - O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão será de 08 (oito) dias, contados da publicação deste ato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Fica revogado o Decreto nº 2860/2015, de 24 de setembro de 2015 e demais disposições em contrário.

Irineópolis, 06 de Outubro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 108/2015

Lei Complementar n.º 108/2015.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Município de Irineópolis, e dá outras providências.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Irineópolis, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, relativos a tributos municipais, em razão dos débitos vencidos até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade, suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

Parágrafo único. O REFIS será administrado pela Secretaria Municipal da Fazenda, ouvida a Assessoria Jurídica do Município, observado o disposto em regulamento.

Art. 2º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, sejam os débitos decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opção.

Parágrafo único. O prazo para protocolo de requerimento para o Refis deverá ser feito até o dia limite de 18 de dezembro de 2015, com pagamento da cota única ou 1ª parcela até a mesma data.

Art. 3º Consolidada a dívida, a qual incluirá o principal, correção monetária, juros, multa e todas as demais incidências sobre o débito em atraso, terão as seguintes formas de pagamento, onde as parcelas serão fixas:

I. Redução de 100% (cem por cento) das multas e 90% (noventa por cento) dos juros consolidados com pagamento em cota única, vencível esta em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de confissão de dívida firmado junto ao Departamento de Tributação;

II. Redução de 100% (cem por cento) das multas e 80% (oitenta por cento) dos juros consolidados com pagamento em 02 (duas) parcelas iguais e fixas, vencível a primeira em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de confissão de dívida firmado junto ao Departamento de Tributação e a parcela subsequente 30 dias após o vencimento da primeira parcela;

III. Redução de 100% (cem por cento) das multas e 70% (setenta por cento) dos juros consolidados com pagamento em 03 (três) parcelas iguais e fixas, vencível a primeira em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de confissão de dívida firmado junto ao Departamento de Tributação e as demais parcelas a cada 30 dias, até o completo e integral pagamento do débito em referência;

IV. Redução de 100% (cem por cento) das multas e 60% (sessenta por cento) dos juros consolidados com pagamento em 04 (quatro) parcelas iguais e fixas, vencível a primeira em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de confissão de dívida firmado junto ao Departamento de Tributação e as demais parcelas a cada 30 dias, até o completo e integral pagamento do débito em referência;

V. Redução de 100% (cem por cento) das multas e 50% (cinquenta por cento) dos juros consolidados com pagamento em 05 (cinco) parcelas iguais e fixas, vencível a primeira em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de confissão de dívida firmado junto ao Departamento de Tributação e as demais parcelas a cada 30 dias, até o completo e integral pagamento do débito em referência.

Art. 4º A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos tributários nele inscritos, inclusive juros, correção monetária e multas apurados até a data da opção, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. A opção pelo REFIS sujeita, ainda, o contribuinte:

I. ao pagamento regular do débito consolidado;

II. ao pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior a 31 de dezembro de 2014;

III. nos casos em que os contribuintes figurem como corresponsáveis o pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior a 31 de dezembro de 2014, referem-se aos cadastros de sua responsabilidade.

Art. 5º A opção dar-se-á mediante requerimento do contribuinte, em formulário próprio.

Art. 6º O contribuinte poderá incluir no REFIS eventuais saldos de parcelamento em andamento.

Art. 7º O contribuinte será excluído do REFIS, mediante ato do Secretário Municipal da Fazenda, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I. inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II. constituição de crédito tributário, lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido pelo REFIS e não incluído na confissão a que se refere o artigo 4º desta Lei, salvo se integralmente pago

em 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial, que o tornou definitivo;

III. falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

IV. cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de Irineópolis e assumirem solidariamente com as obrigações do REFIS;

V. prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante;

VI. atraso de mais de 15 (quinze) dias no pagamento das parcelas, no caso da opção pelo parcelamento.

§ 1º A exclusão do contribuinte do REFIS acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido, os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, incluindo-se a correção monetária, bem como os juros e a multa remidos e anistiadas na forma desta Lei, executando-se, automaticamente, as garantias eventualmente prestadas.

§ 2º A exclusão será precedida de consulta à Assessoria Jurídica do Município, através do Secretário Municipal da Fazenda, a qual emitirá, em 05 (cinco) dias, o parecer.

§ 3º O contribuinte, uma vez excluído do REFIS não poderá participar novamente de qualquer outro refinanciamento efetuado pelo município, no que tange as dívidas então refinanciadas.

Art. 8º Havendo exclusão do contribuinte do REFIS, será executado o total do débito confessado e consolidado sem qualquer anistia, redução ou remissão, incluindo correção monetária, juros e multa.

Art. 9º Para a inclusão no REFIS, caberá ao optante/contribuinte, além de outras obrigações e direitos, os seguintes:

I. comprovação do pedido de desistência expressa e irrevogável de todos os procedimentos administrativos e/ou judiciais relativos aos tributos que pretender consolidar, bem como da renúncia do direito sobre os mesmos débitos;

II. nos casos de feito já ajuizado, a comprovação dos pagamentos das custas processuais e demais ônus sucumbenciais devidos ao patrono da ação, entendidos aqui, tanto para as execuções, embargos ou quaisquer medidas judiciais relacionadas aos tributos objeto do REFIS.

Art. 10. As obrigações dos contribuintes decorrentes da opção pelo REFIS, não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos para efeito de licitações públicas no âmbito municipal.

Art. 11. O contribuinte poderá compensar, do montante do débito consolidado, o valor de créditos líquidos, certos e exigíveis, oriundos de despesas correntes e de investimentos que possua contra o Município, permanecendo no REFIS o saldo do débito que eventualmente remanescer, para pagamento à vista, na data em que se der a compensação.

Parágrafo único. O contribuinte que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo apresentará no requerimento de opção, além da declaração do valor dos débitos objetos do REFIS, a declaração do valor de seu crédito líquido, indicando e comprovando a origem respectiva.

Art. 12. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 06 de Outubro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 1.860/2015

LEI Nº 1.860/2015, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR, ANUALMENTE, CONCURSO PARA PREMIAR AS MELHORES DECORAÇÕES DE NATAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PERREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar, anualmente, concurso para premiar as melhores decorações de Natal feitas no Município de Irineópolis (SC).

Parágrafo único. O concurso premiará 02 (duas) categorias: a fachada de residências e a vitrine de lojas e/ou empresas.

Art. 2º O concurso de fachadas e vitrines de Natal tem por objetivo integrar a população Irineopolitense com a temática de Natal, de modo a compor um visual bonito e original, buscando atrair a atenção dos visitantes e turistas, ampliando o volume de negócios em cada ponto comercial ou destacando as residências.

Parágrafo único. São também objetivos do concurso de decoração natalina:

I. - representar a tradição do Natal, mantendo o espírito natalino de fraternidade, respeito e de amor ao próximo;

II. - estimular a criatividade da comunidade;

III. - tornar nossa cidade mais bonita para as festividades natalinas alavancando o turismo, reforçando a importância da data do Natal como grande evento que é na história da humanidade.

Art. 3º Poderão participar do concurso de que trata a presente Lei todos os imóveis residenciais e os estabelecimentos comerciais localizados na zona urbana do Município de Irineópolis (SC), mediante inscrição prévia e gratuita junto ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A ornamentação dos imóveis residenciais poderá ser instalada na fachada e/ou no jardim do respectivo imóvel.

Art. 4º No ato da inscrição os interessados deverão preencher a ficha de inscrição e concordar com todos os termos e normas do regulamento, eximindo as entidades organizadoras de quaisquer responsabilidades quanto a eventuais danos e prejuízos que venham a ser causados a si ou a terceiros.

Art. 5º A premiação será realizada da seguinte forma:

I. Para os imóveis residenciais, divididos nas categorias "Centro" e "Bairros e Distrito de Poço Preto", serão premiados 03 (três) imóveis por categoria: (Redação dada pela Emenda Legislativa Modificativa nº 022/2015).

a) 1º lugar: gozará da isenção de 100% (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no exercício seguinte ao da realização do concurso;

b) 2º lugar: gozará da isenção de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no exercício seguinte ao da realização do concurso;

c) 3º lugar: gozará da isenção de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no exercício seguinte ao da realização do concurso.

II. Para os imóveis ou fachadas comerciais serão premiados 03 (três) estabelecimentos:

a) 1º lugar: gozará da isenção de 100% (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no exercício seguinte ao da realização do concurso;

b) 2º lugar: gozará da isenção de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no exercício seguinte ao da realização do concurso;

c) 3º lugar: gozará da isenção de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no exercício seguinte ao da realização do concurso.

Art. 6º Fica constituída Comissão de Julgamento responsável pela visitação, avaliação e julgamento das decorações inscritas, composta pelos secretários municipais, que deverá, dentre outros, levar em consideração os seguintes critérios:

a) espírito natalino;

b) beleza;

c) originalidade e criatividade;

d) harmonia e estética do conjunto;

e) iluminação, cores e formas;

f) impacto visual e

g) utilização de materiais ecologicamente corretos que tenham baixo impacto ambiental.

§ 2º Para efeito de julgamento será considerada a decoração na parte externa e interna, visíveis a partir da rua.

Art. 7º A decoração natalina deverá permanecer montada a partir de 06 de dezembro a 06 de janeiro do ano seguinte.

Art. 8º O Poder Executivo Municipal de Irineópolis não se responsabilizará pelos gastos auferidos pelos participantes, destinados à campanha de incentivo da decoração natalina ou despesas decorrentes da mesma.

Parágrafo único. Todos os participantes, no ato da inscrição do concurso, devem concordar, autorizar e ceder à Prefeitura Municipal de Irineópolis o uso da imagem das decorações, bem como da imagem do seu respectivo imóvel, para fins de publicidade do projeto, de forma não onerosa.

Art. 9º. Para viabilizar a realização deste concurso, poderão ser celebrados convênios entre a Administração Pública Municipal e entidades, associações, órgãos e demais setores interessados.

Art. 10. O Poder Público Municipal implementará campanhas informativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de divulgar e incentivar a participação no concurso de que trata a presente Lei.

Art. 11. Para a implantação do concurso para premiar as melhores decorações de Natal, o Poder Executivo Municipal expedirá Decreto regulamentando a presente Lei, estando autorizado a alterá-lo sempre que o interesse público demonstrar ser necessário.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), 06 de Outubro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 342/2015

PORTARIA Nº 342/2015.

DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE CONTROLE DE JORNADA ATRAVÉS DE MARCAÇÃO DE PONTO DE PROFISSIONAL ADVOGADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções,

CONSIDERANDO o direito do Advogado exercer com liberdade a profissão em todo o território nacional de acordo com o artigo 7º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/94);

CONSIDERANDO a incompatibilidade do controle de ponto com as atividades do Advogado Público, cuja atividade intelectual exige flexibilidade de horário conforme dispõe a Súmula nº 09 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

CONSIDERANDO as inúmeras decisões judiciais referente a tal incompatibilidade;

RESOLVE:

Art. 1º- Dispensar a servidora ANA MARIA ONEVETCH, advogada inscrita na OAB/PR nº 58.083, código nº 2.129 do quadro de servidores desta municipalidade, ocupante do cargo de provimento efetivo de advogada do controle de jornada através de marcação de ponto nos termos anteriormente expostos.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 07 de outubro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 22 de outubro de 2015, para a possível aquisição de materiais elétricos para manutenção das atividades das Secretarias Municipais. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 22 de outubro de 2015 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 07 de outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

DECRETO N. 082/2015

DECRETO Nº 082, de 02 de outubro de 2015.

Regulamenta forma de pagamento dos serviços decorrentes de concessão temporária ou perpétua no Cemitério Municipal e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e nos termos do artigo 41 de da Lei Municipal nº 2112 de 19 de Outubro de 2010, que dispõe sobre Cemitérios e Serviços Funerários no Município de Itá e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica disciplinada a forma de pagamento para concessão perpétua de lotes:

- a) A concessão perpetua de 01 (um) lote (sepultura) poderá ser quitada em 03 (três) parcelas sem juros ou acréscimos;
- b) A concessão perpetua de 02 (dois) lotes (jazigo) poderá ser quitada em 06 (seis) parcelas sem juros ou acréscimos;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 02 de Outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário de Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR 122

LEI COMPLEMENTAR Nº 122/2015 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015
Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar n. 067/2010, cria o Cargo de Fisioterapeuta e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o cargo abaixo especificado, o qual passa a integrar o Grupo "B" do Anexo I da Lei Complementar n. 067/2010:

Cargo:	Fisioterapeuta
Lotação:	Secretaria Municipal de Saúde
Nível:	230
Carga Horária:	40 hrs/semanais
Habilitação Mínima Exigida:	Portador de diploma de nível superior com registro no órgão competente
Recrutamento:	Concurso Público
Quantidade de Vagas:	01 (uma)

Art. 2º São atribuições do Cargo de Fisioterapeuta:

- I – Prestar assistência fisioterapêutica (anatomia, fisiologia, neurologia, ortopedia, fundamentos de fisioterapia, cinesioterapia, fisioterapia aplicada à neurologia (infantil e adulto), fisioterapia aplicada à ortopedia e traumatologia, fisioterapia aplicada à ginecologia e obstetrícia, fisioterapia aplicada a pneumologia);
- II – Atender consultas em ambulatorios, hospitais e unidades volantes;
- III – Examinar casos especiais e serviços especializados, preencher relatórios mensais relativos às atividades desenvolvidas;
- IV - Realizar diagnóstico, com levantamento dos problemas de saúde que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termo de reabilitação;
- V - Desenvolver ações de promoção e proteção á saúde em conjunto com a equipe de saúde, incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, alimentação com vistas ao autocuidado;
- VI - Desenvolver ações para subsidiar o trabalho da equipe no que diz respeito ao desenvolvimento infantil;
- VII - Desenvolver ações conjuntas com a equipe visando ao acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento;
- VIII - Realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos;
- IX - Acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada na unidade;
- X - Desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos;
- XI - Realizar fisioterapia domiciliar, com orientações, adaptações e acompanhamentos;
- XII - Capacitar, orientar e dar suporte às ações dos agentes comunitários de saúde;
- XIII - Realizar em conjunto com a equipe, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares;
- XIV - Desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência;

XV - Orientar e informar as pessoas com deficiência, cuidadores e agentes de saúde sobre manuseio, posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desenvolvimento funcional frente às características específicas de cada indivíduo;

XVI - Desenvolver ações de Reabilitação Baseada na Comunidade; RBC que pressuponham valorização do potencial da comunidade, concebendo todas as pessoas como agentes do processo de reabilitação e inclusão;

XVII - Acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnóstico, para o manejo das situações oriundas da deficiência de um dos seus componentes;

XVIII - Acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos quando necessário;

XIX - Realizar encaminhamento e acompanhamento das indicações e concessões de órtese, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde;

XX - Realizar grupos de mães de crianças com problemas neurológicos: práticas de cuidados com a transferência, postura, estímulos e cuidados para o desenvolvimento da criança e orientações a mãe;

XXI - Realizar grupos de mães de crianças com infecção respiratória aguda (IRA);

XXII - Estimular essencialmente crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor em creches, centros comunitários, treinamento das mães, acompanhamento domiciliar, diagnóstico precoce de alterações e ou disfunções neurofísico-funcionais e encaminhamento para referência;

XXIII - Atuar em creches: ergonomia, avaliação postural, orientações posturais, adaptação de ambientes, educação em saúde, cinesioterapia para desenvolvimento psicomotor, estímulo a prática de atividade física;

XXIV - Orientar sobre higiene e saúde em geral;

XXV - Realizar grupos de gestantes: orientações posturais, preparação para o parto fisiológico, cuidados, exercícios respiratórios, monitoramento da frequência cardíaca e pressão arterial, orientações de cuidados com o bebê e amamentação;

XXVI - Atuar no climatério: exercícios uroginecológicos na hipoes-trogenia, acompanhamento e minimização dos sintomas, orientações a prática de exercícios controlada;

XXVII - Realizar grupos de posturas: orientações em empresas, cooperativas, trabalhadores domésticos sobre postura, melhor alinhamento da coluna vertebral, ergonomia, prática de exercícios direcionados, orientação quanto ao uso de equipamento de proteção individual, educação em saúde;

XXVIII - Realizar grupos de pé em risco (Diabetes e Hanseníase): prevenção de incapacidades, avaliação, monitoramento, adaptação de calçados, orientação de cuidados, hidratação da pele e inspeção de úlceras de pressão, treinamento dos cuidadores, etc.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento municipal vigente e futuros.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itá, SC, 06 de Outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR 123

LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2015 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

Altera a Lei Complementar n. 072, de 26 de Outubro de 2010 e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 9º do artigo 27 da Lei Complementar n. 072, de 26 de outubro de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 9º A Administração Pública de Itá poderá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) anos, um projeto de desativação das atividades animais das ZEU 1 e ZEU 2.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itá, SC, 06 de outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI N. 2423

LEI Nº 2423, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.101 DE 09 DE SETEMBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz Saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal discutiu, votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º O artigo 6º da Lei Municipal nº 2.101, de 09 de setembro de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Os agricultores atendidos pelas Associações poderão habilitar-se perante a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para serem beneficiados com os seguintes subsídios:

I - 100% (cem por cento) do custo de até 06 (seis) horas prestadas em cada propriedade rural, sendo o valor máximo da hora o correspondente a 22 (vinte e duas) UMRF (Unidades Municipais de Referência), mediante apresentação da autorização fornecida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, podendo o agricultor optar em usufruir do valor equivalente a estas horas, em outro programa que achar mais conveniente, desde que desenvolvido e aprovado pela Secretaria.

II – O valor correspondente a 11 (onze) UMRF (Unidades Municipais de Referência) por hora de distribuição de adubo orgânico líquido, prestada aos seus associados, até o limite de 15 (quinze) horas/ano por propriedade rural, cabendo ao agricultor, o pagamento de no mínimo o mesmo valor por hora para a Associação.

III – O valor correspondente a 11 (onze) UMRF (Unidades Municipais de Referência) por hora de silagem, limitado a 08 (oito) horas/ano por propriedade rural, sendo que o restante do valor do custo/hora, será suportado pelo agricultor beneficiado pelo serviço.

§ 1º Entende-se como propriedade rural a área de terras contínuas, independente do número de produtores rurais que residam na mesma.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, em 06 de Outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI N. 2424

LEI Nº 2424 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

“Cria Plano de Renegociação de Dívidas e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o plano de renegociação de dívidas contratuais decorrentes de financiamento de habitação rural – unidade isolada (Programa Viva Casa 97), autorizado pela Lei Municipal n. 1.187/96.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Administração autorizada a atualizar os créditos e débitos dos contratos (parcelas vencidas e vincendas), utilizando como índice de correção o INPC-IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

Parágrafo Único. No cálculo dos créditos será considerado somente o valor pago a título de capital corrigido.

Art. 3º O Plano de Renegociação criado pela presente Lei, consiste em oportunizar aos mutuários que mantêm contratos de financiamentos habitacionais rurais – unidades isoladas do Programa Viva Casa/1997 com o Município, condições mais favoráveis para adimplemento de seus débitos, a fim de evitar o agravamento dos problemas sociais ligados ao setor habitacional, bem assim, o ajustamento de ações de rescisão de contratos e de execução fiscal, através das seguintes opções:

I – Para pagamento integral, em cota única, até 30 de dezembro de 2015, será concedido desconto de 30% (trinta por cento) do saldo devedor que for apurado;

II – Para pagamento integral em 02 (duas) parcelas fixas, vencíveis a primeira até o dia 30 de dezembro de 2015 e a segunda até o dia 31 de julho de 2016, será concedido desconto de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor que for apurado;

II – Para pagamento integral em 03 (três) parcelas fixas, vencíveis a primeira até o dia 30 de dezembro de 2015, a segunda até o dia 30 de abril de 2016, e a terceira até 31 de julho de 2016, será concedido desconto de 20% (vinte por cento) do saldo devedor que for apurado.

Art. 4º Fica a Secretaria Municipal de Administração autorizada a receber as propostas de renegociação e proceder a lavratura do Termo Aditivo Contratual de acordo com a opção feita por cada

mutuário.

Art. 5º Fica autorizado o cancelamento de saldos de créditos prescritos a receber, com exceção daqueles inscritos em dívida ativa, até o exercício de 2000.

Art. 6º Após o pagamento total do plano de renegociação, fica o Departamento de Tributação e Cadastro autorizado a proceder o cancelamento de eventuais saldos remanescentes de dívida ativa, relativos ao débito original.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, em 06 de Outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI N. 2425

LEI Nº 2425, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

“Autoriza o Município de Itá a firmar termo de compromisso com o Município de Federación – República Argentina e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e, ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Município de Itá a firmar termo de compromisso com o Município de Federación – República Argentina, nos termos do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, em 06 de Outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO

TERMO DE COMPROMISSO

Entre Prefeitura de Ita (Santa Catarina - República Federativa do Brasil) e o Município de Federación (Entre Rios - República Argentina), para estabelecer uma relação bilateral para compartilhar experiências e implementar ações conjuntas, o ponto de partida será a abordagem duas cidades ligadas não apenas pelo curso do rio Uruguai: o primeiro localizado quase no mesmo curso de água nascente e outra localizada no curso inferior de um rio que atinge os 1.700 quilômetros de extensão e inclui mais de 400 cidades num

trajeto irregular.

O acordo é entre duas comunidades que tem um passado de similaridades singulares, como ter enfrentado um processo de realocação de populações a partir da construção de um complexo hidrelétrico (represa de Salto Grande em Argentina – Itá-SC, no Brasil), que forçou o êxodo e ressurgimento em outro local.

A história é um fator de integração e o aproveitamento hidrelétrico atual, existente em ambas as cidades, dois processos foram realizados na década de 90, como uma saída para as suas economias (Federação desde 1994 - desde Ita 2000). Que acrescenta outro elemento de semelhança e favorece a parceria proposta.

Com este pano de fundo, ambas as cidades devem trabalhar para promover um relacionamento amigável, para viver de acordo com esses princípios de reciprocidade, que permitam a compreensão dos povos, cujo objetivo principal, para criar o primeiro comitê na cidade de Guadalajara, no México, em 1961 foi o de promover a paz no mundo, assumindo o compromisso de fortalecer o seguinte:

- Preservar o meio ambiente em um ecossistema semelhante, gestado pela construção de geração hidrelétrica por curso de água compartilhado, o rio Uruguai, e a conseqüente formação de reservatórios.
- Promover as contribuições da história como uma atração, para o desenvolvimento do turismo recíproco.
- Incentivar a valorização do patrimônio cultural de ambas as comunidades, construindo seus processos históricos semelhantes.
- Organizar atividades científicas e acadêmicas para abordar questões ambientais, antropológicas, sociais, psicossociais, estruturais e superestruturais, estudos comparativos de ambos os processos.
- Promover um intercâmbio através de eventos culturais, a fim de reforçar a transmissão mútua dos processos de identidade, através de delegações escolares, clubes de futebol, ONGs, grupos de artes.
- Para promover a produção, o comércio e o turismo.
- Elaborar estratégias para promoção mútua, amplificando os mercados brasileiro e argentino, para as duas comunidades.

Estas ações serão implementadas em uma estrutura sistemática de cooperação a realizar no âmbito do planejamento e coordenação entre os dois municípios, de acordo com os princípios das "Cidades Irmãs", que tem seu primeiro registro em 1959, quando o então presidente dos Estados Unidos da América, o general Dwight D. Eisenhower, que na época chamava-se de um programa massivo de comunicação entre os americanos e outras pessoas do hemisfério, para dar vida a uma iniciativa chamada Povo para Povo (pessoas para as pessoas). Essa proposta foi o entendimento entre os povos do mundo e a preservação da paz.

Para conseguir isso, o Município de Federação e o de Itá comprometem-se a definir um calendário de objetivos e um calendário anual de atividades culturais, esportivas e eventos acadêmicos.

Bem como criar um "comitê", que será presidido em cada cidade por ambos os líderes comunitários e terá um fundo pré-estabelecido na estrutura acima.

Sem mais, ambas as cidades, através das suas autoridades representativas, assinaram este acordo para iniciar uma abordagem que pretende ser a pedra angular de um estreitamento entre as cidades e vilas que compõem o Cone Sul para definir uma visão comum e dar uma contribuição para a grande nação que sonhava liberdade para as Américas.

_____, Setembro de 2015

LEI N. 2426

LEI Nº 2426, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

"Autoriza o repasse de valores às entidades que determina e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a repassar às entidades abaixo discriminadas o valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada entidade, a serem aplicados na manutenção das atividades das Escolas de Samba no que diz respeito ao XIII Carnaval Náutico de Itá-SC, edição 2016:

I – Associação Cultural e Recreativa Foliões do Lago, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Avenida Tancredo Neves, Centro, neste município de Itá-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.626.226/0001-41;

II – Associação Inocentes, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Avenida Tancredo Neves, Centro, neste município de Itá-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.718.370/0001-08;

III – Associação Cultural, Esportiva e Recreativa Kizomba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Avenida Tancredo Neves, Centro, neste município de Itá-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.573.061/0001-50;

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento dos exercícios de 2015 e 2016;

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, em 06 de Outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 38/2015

Processo Licitatório nº 53/2015 – Pregão Presencial nº 38/2015 – Objeto: registro de preços para contratação de empresas para prestarem serviços mecânicos e elétricos, para os veículos, ônibus, microônibus da Secretaria Municipal de Educação. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, no dia 21 de outubro de 2015, até as 09h10min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 21 de outubro de 2015, as 09h20min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 06 de outubro de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação Nº 33/2015. Pregão Presencial nº 33/2015. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Equipamento de Informática e equipamento de áudio para uso, e distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Secretaria Municipal da Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Empresa vencedora: CEK Informatica Eireli ME. Valor: R\$ 11.760,00 e Nano Empreendimentos Ltda - ME. Valor R\$ 645,00. Vigência: 06 de outubro de 2016. Itaiópolis, 07/10/2015. Eliseu Alexandre Gabardo – Secretário Municipal da Saúde.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado da Licitação Nº 32/2015. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais de escritório e expediente para uso e consumo nas Unidades Sanitárias e ESF's – Farmácia Básica da Secretaria Municipal da Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Empresas vencedoras: Máxima Papelaria Eireli Valor: R\$ 59.532,60; Papelaria São Bento Ltda - ME, Valor R\$ 44.048,45; Elmo Papelaria Ltda - ME, Valor R\$ 19.067,80; Dipar Distribuidora de Papeis e Revistas Ltda - EPP, Valor R\$ 54.000,00; Vigência: 05 de outubro de 2016. Itaiópolis, 07/10/2015. Eliseu Alexandre Gabardo – Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 193, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 193, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Designa servidora municipal como Administradora Interina do Fundo Municipal de Saúde/FMS, delega atribuições e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o constante no Decreto nº 190/97 de 04.12.1997;

Decreta:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto designada a Sra. CLAIR MARIA HECK HEINEN, matrícula nº 7709/01, Enfermeira e Responsável pelos Programas do ESF do Município de Itapiranga, com delegação de atribuições para exercer cumulativamente nos dias 05 a 19 de outubro de 2015, as funções de ADMINISTRADORA INTERINA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS, por motivo férias do Secretário e Administrador do Fundo Municipal de Saúde/FMS, Sr. Luis Carlos Steffenon, matrícula nº 6260/01.

Parágrafo único. Esta delegação não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga – SC, 30 de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 194 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 194 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta da Previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 085 – Convênio de Trânsito – Militar, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) Recurso 086 – Convênio de Trânsito – Civil, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) Recurso 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais):

03.01 – Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.181.0014.2007 - Convênio Transito

33.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas

..... R\$ 5.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0086 – Aplicações Diretas

..... R\$ 6.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

..... R\$ 4.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 30 de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 8/2015 LOA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 8/2015

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LOA/2016

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/2000, faz saber aos municípios que realizará audiência pública no dia 22 de outubro de 2015, às 13h30min, no auditório da Unidade Básica de Saúde da Fronteira, sito na Rua da Matriz, esquina com a Rua São José, cidade e município de Itapiranga SC, para a elaboração do Projeto da Lei do Orçamento Anual – LOA, para o exercício de 2016.

Itapiranga - SC., 6 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 188/2015

PORTARIA Nº 188 de 5 de outubro de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Afonsina Royer Scholz, matrícula nº 10432/01, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/10/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 189/2015

PORTARIA Nº 189 de 5 de outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ao servidor municipal Clécio Loewenstein, matrícula nº 11090/03, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/10/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 190/2015

PORTARIA Nº 190 de 5 de outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Bernadete Mueller Schnorrenberger, matrícula nº 10301/01, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/10/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 191/2015

PORTARIA Nº 191 de 5 de outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ao servidor municipal Márcio Pauli, matrícula nº 11304/03, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/10/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 192/2015

PORTARIA Nº 192 de 5 de outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ao servidor municipal Ricardo Schaefer, matrícula nº 1301/02, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/10/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 193/2015

PORTARIA Nº 193 de 5 de outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Michele Reis Welter, matrícula nº 13121/01, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/10/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 194/2015

PORTARIA Nº 194 de 5 de outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Roseli Schaefer Rauscher, matrícula nº 10097/01, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/10/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 195/2015

PORTARIA Nº 195 de 5 de outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Marilice Preuss Welter, matrícula nº 12518/02, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/10/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 196/2015

PORTARIA Nº 196 de 5 de outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Denise Mônica Fuchs Kessler, matrícula nº 1604/07, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/10/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 197/2015

PORTARIA Nº 197 de 5 de outubro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Liane Jaehn Buss, matrícula nº 10008/04, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/10/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 198/2015

Portaria nº 198 de 5 de outubro de 2015.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora municipal Kelli de Amarante, matrícula nº 14641/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 5/10/2015 até 4/1/2016, referente ao período aquisitivo de 2/8/2010 até 1º/08/15.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de outubro 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2554/2015 REGULAMENTA O TRÁFEGO E O ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CONTÊINER E DE VEÍCULOS COM PESO BRUTO TOTAL SUPERIORES A DEZESSEIS TONELADAS.

DECRETO MUNICIPAL nº 2554/2015

Data: 07 de Outubro de 2015.

REGULAMENTA O TRÁFEGO E O ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CONTÊINER E DE VEÍCULOS COM PESO BRUTO TOTAL SUPERIORES A DEZESSEIS TONELADAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, conforme Inciso V do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que, compete ao Município planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito em suas vias, bem como planejar e implantar medidas de redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, nos termos dos incisos II e XVI do artigo 24 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

CONSIDERANDO que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal, e inciso I do art. 13 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que compete ao Município disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelage máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive nas vicinais cuja manutenção seja de sua competência, conforme Inciso XXVI, do Art. 13 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO incumbir aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, conforme dispõe o art. 24 o inciso II, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar os fluxos de pedestres, transporte coletivo, cargas, serviços, informações e transporte individual na Cidade;

CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar a melhoria da qualidade de vida da população, quanto às condições de fluidez e segurança do trânsito, garantindo a continuidade das atividades essenciais da Cidade,

DECRETA

Art.1º O tráfego de veículos de transporte de contêiner (caminhão toco, caminhão truck, caminhão com reboque ou semirreboque, caminhão com carreta e caminhão com prancha), descarregado, passa a ser permitido exclusivamente pelas seguintes vias públicas:

I – Rua João Batista Velém;

II – Rua Ludovico Noé Zagonel;

III – Rua João Horácio Vieira;

IV – Av. Drª Zilda Arns Neumann;

V – Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas;

VI – Av. Pérola do Atlântico;

VII – Av. Celso Ramos;

VIII – Rua 560;

IX – Av. Mal. Floriano Peixoto;

X – Av. Paraná;

XI – Rua Ceará;

XII – Av. Sai Mirim;

Parágrafo Único - Havendo necessidade de tráfego dos veículos por outras vias do município além das ruas descritas neste artigo,

o interessado deverá apresentado requerimento prévio, por escrito, ao Departamento de Trânsito do Município, o qual analisará o pedido, deferindo-o ou indeferindo-o.

Art. 2º Fica proibido o tráfego de veículos de transporte de contêiner (caminhão toco, caminhão truck, caminhão com reboque ou semirreboque, caminhão com carreta e caminhão com prancha), carregado, em todas as vias urbanas do Município.

Art. 3º O tráfego de caminhão trator ou cavalo mecânico é permitido em todas as vias do Município.

Art. 4º Fica proibido o estacionamento dos seguintes veículos nas vias do Município, devendo o proprietário do veículo providenciar local apropriado para fazê-lo, arcando com os custos:

I- Veículos de transporte de contêiner (caminhão toco, caminhão truck, caminhão com reboque e semirreboque, caminhão com carreta e caminhão com prancha), carregado ou descarregado;

II - Veículos de transporte de qualquer tipo com peso bruto total superior a 16 toneladas;

III - Caminhão trator ou cavalo mecânico;

IV - Máquinas e Equipamentos.

Art. 5º Ficam excluídos deste decreto os veículos de entrega, durante o serviço de carga e descarga, com destino a endereço localizado no Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos legais a partir de 01 de dezembro de 2015.

Itapoá (SC), 07 de Outubro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº49/2015 PROCESSO Nº77/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº49/2015

PROCESSO Nº77/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 23 de outubro de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA USO NA ELETROTHERAPIA DA ESPECIALIDADE FISIOTERAPIA, NO CENTRO DE REABILITAÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 06 de outubro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 609/2015 APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 609/2015
Data: 22 de setembro de 2015

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, na forma do anexo, com duração de 10 (dez) anos.

§ 1º O Plano Municipal de Educação, apresentado conforme o inciso I do artigo 9º da lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado de Santa Catarina, como também as Leis Municipais existentes no município.

§ 2º O Plano Municipal de Educação contém os objetivos e prioridades para a educação do município assim como as diretrizes, objetivos e metas para os níveis de ensino conforme documento anexo.

§ 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias, de outros recursos captados no decorrer da execução do Plano.

Art. 2º A execução do Plano Municipal de Educação se pautará pelo regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município e a sociedade civil.

§ 1º O Poder Público Municipal exercerá papel indutor na implementação dos objetivos e metas estabelecidos neste Plano.

§ 2º A partir da vigência desta Lei, as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades de Educação para Jovens e Adultos e Educação Especial, integrantes da rede municipal de ensino, em articulação com a rede estadual e privada, que compõem o Sistema Municipal de Ensino, deverão organizar seus planejamentos e desenvolver suas ações educativas, com base no Plano Municipal de Educação.

§ 3º O Poder Legislativo por intermédio de seus integrantes acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º O Município, em articulação com a União, o Estado e a Sociedade Civil, procederá às avaliações periódicas de implementação do Plano Municipal de Educação, que serão realizadas a partir do segundo ano de vigência desta Lei e as posteriores, a cada 2 (dois anos).

Parágrafo único – A Conferência Municipal será organizada pela Secretaria Municipal de Educação e grupo de acompanhamento e Avaliação da Implementação do Plano municipal de Educação.

Art. 4º O Grupo de Acompanhamento e Avaliação da Implementação do Plano Municipal de Educação, será composto por representantes dos poderes Executivo e Legislativo, Conselho Municipal de Educação e Colegiados Escolares, Sociedade Civil Organizada, Conselho de Acompanhamento do FUNDEB e todos os demais Conselhos Municipais.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação deverá providenciar e disponibilizar a Comissão de Avaliação e Acompanhamento do PME, dados estatísticos para a realização de aferição quantitativa, de acompanhamento e monitoramento do processo educacional.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação deverá regulamentar as atividades da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Plano.

Art. 5º Os Planos Plurianuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 6º O Poder Público Municipal se empenhará na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua

implementação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de setembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ANEXO**METAS E ESTRATÉGIAS**

META 1: Universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de 6 (seis) meses até 3 (três) anos de forma integral até o final da vigência deste PME. Espaço físico adequado com números de crianças por metro quadrado correspondente ao referido em lei. Atendimento ao berçário a crianças a partir dos 6 meses de idade.

Estratégias

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2) Garantir que, ao final da vigência deste PME, o acesso e permanência seja para todos, sem distinção.

1.3) Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de 6 (seis) meses até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta, respeitando o número de criança por turma.

1.4) Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

1.5) Manter e ampliar, em regime de colaboração e garantindo as normas de acessibilidade, programa de construção e reestruturação de escolas através, se necessário, da desapropriação de terrenos, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.6) Implantar, até o segundo ano de vigência deste Plano, avaliação da educação infantil articulada e estendida a todos os segmentos da educação (escola, comunidade escolar, Secretaria de Educação), a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.7) Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação, priorizando a expansão e a oferta na rede escolar pública até o final da vigência deste PME;

1.8) Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior, oportunizando experiências fora de seu contexto escolar;

1.9) Promover a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 6 (seis) meses a 5 (cinco) anos;

1.10) Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica, oferecendo e garantindo a

infraestrutura específica para o atendimento dos alunos especiais, assim como capacitação dos educadores;

1.11) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de 6 (seis) meses até 5 (cinco) anos de idade;

1.12) Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 6 (seis) meses a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 (seis) anos de idade completados até 31/03 do ano que ingressará no ensino fundamental;

1.13) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.14) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.15) O Município, a cada ano realizará e publicará levantamento da demanda manifesta por educação infantil, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.16) Ofertar e ampliar o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 6 meses a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, até o último ano de vigência deste PME;

1.17) Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil, salas de artes e espaços de estimulação motora;

1.18) Construir escolas com salas de aula de tamanho adequado, respeitando a quantidade de alunos por turma, de acordo com a Resolução do CME.

1.19) Construção e adequação de sala de professores e espaço de atendimento adequado para a equipe pedagógica;

1.20) Garantir que as Unidades de Educação Infantil (creches e pré-escolas) a serem construídas tenham padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

a) Espaço interno, com iluminação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;

b) Instalações sanitárias e local adequado para a higiene pessoal das crianças e dos profissionais;

c) Instalações para preparo e/ou serviço de alimentação (refeitório);

d) Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo;

e) Mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos adequados;

f) Adequação às características das crianças especiais;

META 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME;

Estratégias

2.1) A Secretaria de Educação, e o Município, deverão, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PME elaborar e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação, precedida de consulta pública

municipal, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental;

2.2) Pactuar entre União e Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei 13005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.3) Criar e garantir mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental;

2.4) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso dos alunos, especialmente da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.6) Utilizar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial em execução na educação, a partir do segundo ano de vigência do PME;

2.7) Disciplinar, no âmbito do sistema de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local;

2.8) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.9) Incentivar e conscientizar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.10) Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.11) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

2.12) Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;

2.13) Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região;

2.14) Fomentar rede de atendimento prioritária para elaboração de laudos e diagnósticos do público-alvo da educação especial;

2.15) Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível, seguro, respeitando a capacidade de lotação, bem como a renovação da frota, respeitando legislação vigente;

2.16) Disponibilizar material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias, garantindo espaço físico adequado;

2.17) Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológica;

2.18) Assegurar e garantir a criação, renovação e manutenção das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem;

2.19) Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento

nas séries posteriores;

- 2.20) Definir e garantir padrões de qualidade, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental;
- 2.21) Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social;
- 2.22) Garantir revisão e regulamentação da Proposta Curricular do município de Itapoá até o final de 2017, de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação;

META 3: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados;

Estratégias

- 3.1) Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;
- 3.2) Implantar, garantir e fortalecer ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas do município;
- 3.3) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;
- 3.4) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtornos globais e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação;
- 3.5) Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 6 meses a 14 (quatorze) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;
- 3.6) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado de acordo com a Resolução nº 02/2014 do CME;
- 3.7) Fortalecer e garantir o acompanhamento e o monitoramento

do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

3.8) Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

3.9) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência, e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

3.10) Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues; o município deve dar condições para qualificar os educadores da rede na própria rede;

3.11) Definir, no quinto ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

3.12) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

3.13) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

3.14) Ampliar e consolidar parceria com a Saúde e Bem Estar Social a fim de priorizar o atendimento especializado para os alunos das escolas públicas;

3.15) Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas;

3.16) Garantir a inclusão de cursos de capacitação em educação especial a todos os profissionais da educação do município;

META 4: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias

4.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores, professores de disciplinas especiais e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

4.2) Criar política de alfabetização que incentive a permanência dos

professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental;

4.3) Fortalecer instrumentos de avaliação municipal periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

4.4) Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, de acordo com a proposta pedagógica municipal, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

4.5) Fomentar e garantir o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que possibilitem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

4.6) Apoiar a alfabetização de crianças do campo, populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos;

4.7) Promover, fortalecer e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;

4.8) Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. Capacitação anual dos professores que trabalham com alunos com necessidades especiais;

4.9) Implantar e fortalecer até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura;

4.10) Promover e efetivar, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura;

META 5: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica, em até 5 (cinco) anos após aprovação do Plano Municipal de Educação;

Estratégias

5.1) Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

5.2) Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

5.3) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas cobertas, laboratórios, inclusive de informática, (com um mínimo de 20 computadores) espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

5.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológicos;

5.5) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

5.6) Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

5.7) Fomentar a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

5.8) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais e ações de educação nutricional;

5.9) Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica;

5.10) Espaço para descanso, refeitórios, e entretenimento com o objetivo de manter a permanência e o bem estar do aluno;

META 6: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas

IDEB 2015 2017 2019 2021

Anos iniciais do ensino fundamental 5,2 5,5 5,7 6,0

Anos finais do ensino fundamental 4,7 5,0 5,2 5,5

Ensino médio 4,3 4,7 5,0 5,2

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas

IDEB 2015 2017 2019 2021

Anos iniciais do ensino fundamental 5,8 6,0 6,3 6,5

Anos finais do ensino fundamental 5,5 5,7 6,0 6,2

Ensino médio 4,7 5,2 5,4 5,6

Estratégias

6.1) Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do ensino fundamental, respeitada a diversidade local;

6.2) Trabalhar para que:

a) No quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) No último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

6.3) Instituir, em colaboração entre a União, o Estado e o Município, um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

6.4) Garantir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas,

destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

6.5) Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

6.6) Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

6.7) Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

6.8) Colaborar com as políticas da rede e sistema de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional;

6.9) Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas da rede municipal, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

6.10) Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA;

6.11) Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas; com a implantação da informatização em todas as salas de aula;

6.12) Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local, de acordo com legislação específica;

6.13) Colaborar no desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

6.14) Universalizar, até o final de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

6.15) Garantir e apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, propondo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

6.16) Fomentar e ampliar programa de assistência à saúde e educação com profissionais multidisciplinares (psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, dentista, oftalmologista, neurologista) assistindo as comunidades escolares;

6.17) Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, com parceria nas áreas de alimentação e assistência à saúde; garantindo condições físicas/estruturais de trabalho aos profissionais e de aprendizagem aos alunos;

6.18) Garantir a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

6.19) Manter, em regime de colaboração, programa de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

6.20) Garantir equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

6.21) Aderir e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e Município, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

6.22) Aprimorar a informatização da gestão das escolas públicas e da secretaria de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico;

6.23) Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

6.24) Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

6.25) Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

6.26) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

6.27) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

6.28) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

6.29) Garantir ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

6.30) Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema

municipal de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, da rede municipal de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

6.31) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem, promovendo estratégias diversificadas de incentivo à leitura;

6.32) Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB;

6.33) Orientar as políticas da rede e sistema de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano, as diferenças entre as médias dos índices do Município;

6.34) Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores;

6.35) Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar;

6.36) Garantir programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado;

6.37) Apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, promovendo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

META 7: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 90% (noventa por cento) até 2020 e, até o final da vigência deste PME, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias

7.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

7.2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

7.3) Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração em parceria com organizações da sociedade civil;

7.4) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

7.5) Aderir programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;

7.6) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

7.7) Executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte e alimentação.

7.8) Apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos;

7.9) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os

segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

7.10) Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal;

7.11) Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola;

7.12) Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;

7.13) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo;

7.14) Realizar levantamento de dados sobre a demanda por EJA, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência aos jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica;

META 8: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e na forma integrada à educação profissional.

Estratégias

8.1) Aderir e participar de programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

8.2) Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial de trabalhadores objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;

8.3) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

8.4) Implantar programa municipal de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

8.5) Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequados às características desses alunos;

8.6) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

8.7) Ampliar e garantir as ofertas de períodos (matutino, vespertino e noturno) na EJA;

8.8) Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada;

8.9) Ofertar cursos profissionalizantes dentro do próprio município, garantir alimentação saudável e adequada, transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional;

META 9: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica

de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;

Estratégias

9.1) Promover, em regime de cooperação entre União, Estado e o Município, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação;

9.2) Aderir a programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, licenciatura, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem na Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento;

9.3) Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;

9.4) Incentivar a participação em plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

9.5) Implementar e consolidar políticas e programas de formação de profissionais da educação para as escolas;

9.6) Aderir a programas de concessão de bolsas de estudos para que os professores das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento;

9.7) Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e o Município, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional;

9.8) Incentivar o acesso ao portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

META 10: Incentivar a formação em nível de pós-graduação, 90% (noventa por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.

Estratégias

10.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município;

10.2) Aderir política de formação nacional formação de professores da educação básica, que define diretrizes, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

10.3) Garantir e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação;

10.4) Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

10.5) Ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica;

10.6) Fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público;

10.7) Fomentar no Programa Nacional de Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas;

10.8) Mobilizar os estabelecimentos de educação infantil no conhecimento das referências nacionais, as evidências teóricas atuais, a realidade vivida e a legitimação de uma política para a Educação Infantil;

10.9) Executar programas de formação em serviço que promovam a reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, com base nos conhecimentos historicamente produzidos e nas atuações cotidianas com o objetivo de levar ao avanço na produção de conhecimentos teóricos na área, a partir da vigência deste plano;

META 11: Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do quinto ano de vigência deste PME.

Estratégias

11.1) Acompanhar e atualizar no âmbito municipal, o Plano de Carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

META 12: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica do município, assegurando até o final de 2015 a revisão e implantação do novo Plano de Carreira garantindo as devidas proporções em avanços/aumentos percentuais de acordo com o piso nacional definido em lei federal.

Estratégias

12.1) Estruturar a rede pública de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

12.2) Assegurar, na rede pública de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

12.3) Prever, no Plano de Carreira dos profissionais da educação do Município, incentivos para qualificação profissional, em nível de mestrado e doutorado reconhecidos pelo MEC;

12.4) Aderir a programa de repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para os Estados, o Distrito Federal e Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo Planos de Carreira para os profissionais da educação;

12.5) Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação nos vários segmentos do sistema de ensino para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação do Plano de Carreira;

12.6) Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes

do Estatuto Municipal dos servidores da rede municipal;

12.7) Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação;

12.8) Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

12.9) Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes;

12.10) Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação;

12.11) Garantir, no âmbito do Município, Plano de Carreira para os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

12.12) Garantir, nos Planos de Carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação;

12.13) Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública;

12.14) Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino;

12.15) Garantir que seja atualizado imediatamente e revisado a cada 5 (cinco) anos o Plano de Carreira do Magistério;

12.16) Garantir a valorização diferenciada para o professor regente da rede municipal;

12.17) Estimular a participação de professores, servidores, estudantes e comunidade escolar no processo de escolha de gestores das escolas públicas municipais;

META 13: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias

13.1) Aderir a programas de transferências voluntárias da União e do estado na área da educação para o município, desde que, tenha aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional e estadual, considerando, conjuntamente, para a nomeação dos gestores escolares, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

13.2) Aderir aos programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, Conselho Municipal de Educação, dos conselhos regionais e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

13.3) Incentivar a permanência e atuação do Fórum de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME;

13.4) Fortalecer os conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

13.5) Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos

político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares; possibilitando as condições necessárias à operacionalização desta participação;

13.6) Favorecer, estimular e aderir aos processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

13.7) Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas da rede municipal;

13.8) Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de três anos, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação;

13.9) Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de três anos após a publicação deste Plano;

13.10) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência;

13.11) Implantar avaliação institucional, nas unidades escolares e SME, com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão;

META 14: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do Município no 3º terceiro ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias

14.1) Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

14.2) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação; com mais transparência;

14.3) Destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

14.4) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e do Município e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Município;

14.5) Desenvolver com apoio do Departamento contábil da Secretaria de Administração e Finanças do município, estudo e acompanhamento regular dos investimentos e custo por estudante da educação em todos os níveis, etapas e modalidades;

14.6) Adotar o Custo Aluno Qualidade – CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular

dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

14.7) Acompanhar a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais promovendo a adequação da legislação municipal.

14.9) Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

14.10) Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º do plano nacional;

14.11) Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar;

14.12) Garantir que haja reposição, manutenção e novas aquisições do acervo de materiais pedagógicos permanentemente, de modo a consolidar a qualidade do espaço escolar em quantidade e especificidade suficientes.

PORTARIA SMS NO 016/2015

PORTARIA SMS NO 016/2015

Data: 05 de outubro de 2015.

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE SINDICÂNCIA DE RITO SUMÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CRISTIAN ANGELO GRASSI, Secretário Municipal de Saúde de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 018/2007, de 28 de dezembro de 2007.

RESOLVE,

Art.1º Instituir comissão para condução de Sindicância de rito sumário - Processo nº 02/2015, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 018/2007, de 28 de dezembro de 2007. A Comissão Sindicante, será constituída pelos seguintes servidores:

a) Sandra Regina Fernandes da Silva
..... Presidente

b) Priscila Araújo Carneiro...
Membro

c) Tania Mara Ferreira
..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar a conduta das servidoras DOMINIQUE APARECIDA DE MIRANDA, PRISCILA CRISTINA AMORIM e MARILIA DAL PONTE no desempenho das suas funções de Agente Comunitária – ACS.

§ 2º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.

§ 3º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 05 de outubro de 2015.

CRISTIAN ANGELO GRASSI

Secretário de Saúde

Jacinto Machado

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº 011/2015/PMJM PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 011/2015/PMJM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2015/PMJM

Homologação: 30/09/2015
Contratado: CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE CALÇAMENTO COM LAJOTA, POLIMENTO DE CONCRETO, TUBULAÇÃO TELEFÔNICA E DRENAGEM PLUVIAL NA RUA DONA HELENA CECHINEL NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Documentação Técnica em anexo.
Valor da Despesa: R\$ 12.506,10 (doze mil quinhentos e seis reais e dez centavos)
Fundamento: Art. 24, inciso I da Lei de Licitações.

Jacinto Machado – SC, 30 de Setembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2015/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: VIP CAR VEÍCULOS LTDA
Valor: R\$121.000,00 (cento e vinte e um mil reais).
Vigência: Início: 30/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Pregão Presencial Nº 004/2015
Dotação: 1.022.4490.00 - 80 - 1/2015 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (TIPO VAN), ANO/MODELO 2015/2016, PARA SER UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 30 de Setembro de 2015.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2015/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: GOLD COMPUTADORES LTDA
Valor: R\$ 2.394,00 (dois mil trezentos e noventa e quatro reais).
Vigência: Início: 14/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 004/2015 - DL
Dotação: 2.020.4490.00 - 94 - 12/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS PARA SEREM INSTALADAS/UTILIZADAS NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 14 de Setembro de 2015.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA - EPP
Valor Global: R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais).
Vigência: Início: 25/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015/PMJM
Dotação: 2.013.4490.00 - 94 - 119/2015 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES
2.013.4490.00 - 695 - 46/2015 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES
Objeto: AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS PARA SEREM INSTALADOS JUNTO ÀS CRECHES MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NO EDITAL.

Jacinto Machado – SC, 25 de Setembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2015/PMJM</p> <p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP Valor Global: R\$ 12.506,10 (doze mil quinhentos e seis reais e dez centavos). Vigência: Início: 30/09/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 011/2015/PMJM Dotação: 2.033.4490.00 - 80 - 83/2015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE CALÇAMENTO COM LAJOTA, POLIMENTO DE CONCRETO, TUBULAÇÃO TELEFÔNICA E DRENAGEM PLUVIAL NA RUA DONA HELENA CECHINEL NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Documentação Técnica em anexo.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 30 de Setembro de 2015. ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito Municipal</p>	

LEI Nº. 789 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº. 789 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016 DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2016, em conformidade com o Plano Plurianual - PPA 2014/2017, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;
- II – as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2016 extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III – a estrutura dos orçamentos da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, do SAMAE e dos Fundos Municipais;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa a arrecadação;
- VIII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016 e

nos três exercícios anteriores, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 estão identificadas no ANEXO I desta Lei, e que conterà ainda os seguintes demonstrativos:

I - Anexo I – Metas Fiscais Consolidadas

II - Anexo I.1 – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2014 (último exercício encerrado);

III - Anexo I.2 – Demonstrativo de Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV – Anexo I.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita (Anexo “I.3-a” exercícios de 2014, Anexo “I.3-b” exercício de 2015 e Anexo “I.3-c” exercício de 2016);

V – Anexo I.3.1 – Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receita;

VI – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Despesa (Anexo “1.4-a”);

VII – Anexo I.4.1 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

VIII – Anexo I.5 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

IX - Anexo I.6 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

X – Anexo I.7 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

XI – Anexo I.8 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

XII – Anexo I.9 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XIII - Anexo I.10 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIV - Anexo II.1 a II.14 – Planilhas das Prioridades e Metas;

XV - Anexo III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais;

XVI - Anexo IV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público;

XVII - Anexo V – Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação;

XVIII - Anexo VI – Demonstrativo da Compatibilização das Metas Físicas e Fiscais.

Parágrafo Único: O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicam, em função da adoção pelo Município do Regime Geral da Previdência Social;

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II e VI de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade: um instrumento de programação para alcançar o

objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
IV – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
V – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
VIII – execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XI – receita não financeira: receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos;

XII – despesa não financeira: despesa total do exercício, excluídas as provenientes de juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos Municipais e a Autarquia e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos

de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2016. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2016. (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os anexos de que trata este artigo poderão ser apresentados de forma individualizada, conjunta ou conjugada entre os diversos anexos, de forma a diminuir as informações repetidas e/ou irrelevantes.

§ 2º O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora o SAMAE e cada Fundo com orçamento e contabilidade próprios.

§ 4º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto/Atividade.

§ 5º O orçamento dos Fundos Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 6º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigir sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "1.00" – Ordinários, do orçamento fiscal.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, a Autarquia e seus Fundos. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

§ 1º - O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais dispositivos relacionados ao pagamento de precatórios.

§ 2º - O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento de estado de calamidade e situações de emergência, para atendimento dos dispositivos da Lei Federal nº 12.608/2012 e regulamentos pertinentes.

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Artigo 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais e o SAMAE serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a Agente Político ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Agente Político ou servidor Municipal.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único: O Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos interessados legalmente constituídos, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 - Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes

dotações: (Art. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito e alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas; III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e IV – Dotação para material de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para implementação, ou não, do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.10 do artigo 2º desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, proporcionalmente ao montante estabelecido no Plano Plurianual. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, podendo ser utilizados os saldos remanescentes para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para atendimento de despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e atendimento dos riscos fiscais demonstrados no ANEXO III desta Lei. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem utilizados na proporção de 1/12 do saldo, mediante autorização legislativa, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação; a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços

Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer, ou estiver garantido, o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000;

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual, os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada, cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF);

§ 3º - Os recursos provenientes de operação de crédito, recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito especial ou suplementar.

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Anexo I.9, do art. 2º desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá, em qualquer caso, de autorização em lei específica ou lei geral que a regule. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º - No que couber, serão aplicados os dispositivos da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas regulamentadoras que vierem a ser editadas.

§ 2º - Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

§ 3º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 20 de dezembro do exercício fiscal, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 23 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 farão parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio

público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados nos Anexos IV e V desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstos recursos na lei orçamentária e firmados por convênios, acordos ou ajustes previamente autorizados pelo Poder Legislativo. (Art. 62 da LRF).

Art. 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 27 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto/Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, com autorização expressa na Lei Orçamentária Anual. (Art. 167, VI da CF).

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 29 - Os controles de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – Anexo VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído

deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 - A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal e demais disposições pertinentes, na forma prescrita na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 34 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35 - O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação eleitoral. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

§ 1º - Quando as despesas com pessoal excederem ao limite prudencial estabelecido na LRF, poderão ser realizadas horas extras somente para os serviços de transporte escolar e transporte de enfermos, bem como para o atendimento de calamidade pública ou situação de emergência, devidamente homologada pela Defesa Civil Estadual.

§ 2º - Em qualquer circunstância, serão realizadas horas extras somente com prévia autorização da autoridade competente, justificado o interesse público e comprovada a excepcionalidade da despesa.

Art. 37 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
II - eliminação das despesas com horas extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
V - acordo para demissão voluntária, em conformidade com a legislação municipal.

Art. 38 - Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com

atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Jacinto Machado, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Art. 14 da LRF).

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF).

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

Art. 42 – Alteração de alíquotas, bases de cálculo e normas tributárias do Município não poderão ser realizadas pela Administração Municipal sem prévia autorização legislativa, verificados os princípios constitucionais vigentes.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, observados, no que couberem, os dispositivos da Constituição Federal, que a apreciará e a devolverá para sanção até ao final do exercício de 2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 – O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de recursos do retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 45 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros

pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 46 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 47 - Por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, em especial quando originárias de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 48 - No decorrer do exercício de 2016, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias, empresas públicas, secretarias e órgãos na administração direta e indireta, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos, secretarias e órgãos já existentes.

Art. 49 - O Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria N.º 828/2011 do Ministério da Fazenda e regulamentos internos que se fizerem necessários.

Art. 50 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 51º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 52º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 30 de setembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 040/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 040/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: EQUIPEL COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO
Vigência: Início: 12/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2014 - PR
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DO PRESENTE CONTRATO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 31/12/2015.

Jacinto Machado – SC, 12 de Janeiro de 2015.

Ana Maria Back Machado
Gestora do Fundo

TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 002/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 002/2015/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: POSTO GÁVEA LIMITADA
Valor Aditado: R\$ 3.412,50 (três mil quatrocentos e doze reais e cinqüenta centavos).
Vigência: Início: 14/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014 - PR
Objeto: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS CONTRATADOS; EM DE-CORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLO-BAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 65.950,00 (SESSENTA E CINCO MIL NOVECIENTOS E CINQUENTA REAIS) PARA R\$ 69.362,50 (SESSENTA E NOVE MIL TREZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 14 de Setembro de 2015.
Ana Maria Back Machado
Gestora do Fundo

TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 161/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 161/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
Vigência: Início: 28/09/2015 Término: 30/11/2015
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 003/2014 - CC
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/11/2015.

Jacinto Machado – SC, 23 de Setembro de 2015.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 128/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 128/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP
Valor Aditado: R\$ 65.252,14 (sessenta e cinco mil duzentos e cinqüenta e dois reais e quatorze centavos).
Vigência: Início: 25/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 004/2014 - TP
Objeto: FICA PACTUADO O ACRÉSCIMO E ADITAMENTO DOS SEGUIN-TES ITENS: 3.2.1, 3.2.2, 3.2.3, 3.2.4, 3.2.5, 3.2.6, 3.2.7, 3.2.8, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 5.2, 7.1, 7.3, 7.6, NO LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) VISANDO ATENDER AS NOVAS DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME REVISÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO.

Jacinto Machado – SC, 25 de Setembro de 2015.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Vigência: Início: 30/09/2015 Término: 30/11/2015
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 005/2014 - TP
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/11/2015.

Jacinto Machado – SC, 30 de Setembro de 2015.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.833 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.833 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - COTRAN, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a representatividade do 26º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR junto ao CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - COTRAN, instituído pela Lei nº 4.183 de 14 de novembro de 2011, de que trata o Decreto 4.308/2013, conforme segue:

REPRESENTANTE DO 26º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR
Titular: Tenente Coronel PM LUCIMAR SAVARIS
Suplente: Oficial ARNO SENEN

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 05 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

DECRETO Nº 4.835 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.835 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, I DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 422.000,00 (quatrocentos e vinte e dois mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo indicadas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos próprios do PLASS:

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS
UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV PÚBL.-PLASS
Proj./Ativ.: 2.007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLASS
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0201.0
Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS
UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV PÚBL.-PLASS
Proj./Ativ.: 2.007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLASS
Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.201.0
Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS
UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV

PÚBL.-PLASS

Proj./Ativ.: 2.008 – ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.201.0

Valor: R\$ 400.000,00

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV PÚBL.-PLASS

Proj./Ativ.: 0.007 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP - PLASS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.201.0

Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 07 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

DECRETO Nº 4.836 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.836 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 356.622,72 (Trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA (60) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0038
Valor: R\$ 339.196,16

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.015 – BLINV – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS (61) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0088
Valor: R\$ 763,55

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.014 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ESF - FMS (62) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0038
Valor: R\$ 16.663,01

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

EXTRATO PL 85/2015/PMJ - CC 2/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 2/2015/PMJ

Objeto: Permissão para o transporte individual de passageiros, no Município de Joaçaba, em veículos de aluguel providos de taxímetro, em conformidade com o disposto nas Leis Complementares Municipais nº 125/2006, nº 148/2007 e nº 170/2008, e as demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. Tipo: Maior oferta por item. Forma de Julgamento: Maior oferta. Data da abertura: Dia 10/11/2015, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 10/11/2015 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 06 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lages

PREFEITURA

CREENCIAMENTO 03-2015 PML

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

A Prefeitura do Município de Lages, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se disponível o Edital de Credenciamento de cadastramento de entidades para recebimento de bens inservíveis do município de Lages nº.03/2015.

O prazo para inscrições ao credenciamento será do dia 13 a 27 de outubro de 2015.

A íntegra do Edital encontra-se disponível pelo site: www.lages.sc.gov.br

Lages, 07 de outubro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 31/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 31/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: MBC SERVIÇOS DE SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 15.357.495/0001-88, com sede a Rua Vergílio Godinho, 496 – Bairro Brusque, CEP 88503-010 – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 15/2015, correlato a Tomada de Preços nº 03/2015, aberto em 25/03/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia com Fornecimento de Material para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Bairro Promorar, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

2.3 De Execução, FICA PRORROGADO ATÉ 31/12/2015

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 07 de outubro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 400/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 400/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA REUNIDAS TURISMO S/A inscrita no CNPJ sob n.º 04.176.082/0001-80, com endereço a Rua Herculano Coelho de Souza, 555 – Reunidas – CEP 89.500-00 – Caçador/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 221/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 100/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte de Passageiros, Delegações de Atletas, Professores, e outros, à localidades que se fizerem necessárias, em nível Estadual e Interestadual, em conformidade com as especificações prescritas no

Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviços será(ão) feita(a)s mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria da Fazenda, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é por quilometro rodado, sendo:

REUNIDAS TURISMO S.A. (6838)

1 Ônibus Convencional KM 1, 3,90

2 Micro Ônibus KM 1, - 3,05

3 Van KM 1,- 1,55

4 Ônibus Leito KM 1, - 4,50

Total do Fornecedor: 13,00

Total Geral: 13,00

Lages, 10 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 401/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 401/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS DOM PEDRO II inscrita no CNPJ n.º 08.824.026/0001-66, com sede a Avenida Dom Pedro II, 1131ª –Bairro São Cristóvão – CEP 88509-000 – Lages/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 235/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 110/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Lubrificantes e Filtros para uso dos Veículos do Corpo de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante deste Edital

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), o(s) produto(s) deverá(ao) ser entregue(s) conforme necessidade e solicitação(ões), no Corpo de Bombeiros de Lages, à Rua Mato Grosso nº 171, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, no horário das 13:00 às 19:00 horas.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 12.037,10 (doze mil e trinta e sete reais e dez centavos)

Lages, 24 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 402/2015PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 402/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DA FAZENDA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: FISCALE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA - ME inscrita no CNPJ n.º 13.368.110/0001-52, com sede a Rua Minas Gerais, 162 1º andar, - Centro – CEP 85.700-000 – Barracão/PR.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 226/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 105/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Consultoria e Auditoria para a Secretaria da Fazenda do Município de Lages, objetivando a recuperação de valores pagos indevidos ou a maior que devidos, relativo às contribuições previdenciárias do regime Geral da Previdência Social, sob a rubrica de “1/3 de Férias e Licença para tratamento da Saúde”, nos últimos cinco anos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, em até 03 (três) dias a contar da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 04 (quatro) meses a contar da data da assinatura do Contrato, decorrente.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 42.450,00 (quarenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais)

Lages, 06 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 66/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 66/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: COESTER AUTOMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 88.000.955/0001-90, com sede a Rua Jacy Porto, 1157 – Vicentina – São Leopoldo/RS – CEP 93.025-120

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 46/2015, correlato o Pregão Presencial 27/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição e Instalação de Atuadores Elétricos On/Off e Modulante, para ETA (Estação de Tratamento de Água) conforme memorial descritivo em anexo, parte integrante do edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 70 (setenta) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular posteriormente agendada a data para instalação;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 297.999,98 (duzentos e noventa e sete mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Lages, 02 de setembro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

PP 121-2015 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 121-2015 PML

Objeto: Aquisição de Papel Toalha

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 28/10/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 34.920,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 07 de outubro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 111/2015

DECRETO Nº 111/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 24

4.4.90.00.00.1180 - Aplicação Direta R\$ 36.000,00

Total: R\$ 36.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 18

3.3.90.00.00.1180 - Aplicação Direta R\$ 36.000,00

Total: R\$ 36.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 112/2015

DECRETO Nº 112/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.029 - Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

DOTAÇÃO 81

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Total: R\$ 30.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.029 - Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

DOTAÇÃO 82

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Total: R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 113/2015

DECRETO Nº 113/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.03 - Departamento de Desporto

2.040 - Gerenciamento e Manutenção da Coordenadoria de Esportes

DOTAÇÃO 68

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total: R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES
04.03 - Departamento de Desporto
2.040 - Gerenciamento e Manutenção da Coordenadoria de Esportes
DOTAÇÃO 70
3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00
Total: R\$ 10.000,00
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE OUTUBRO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 114/2015

DECRETO Nº 114/2015.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES
04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico
2.022 - Manutenção do Ensino Infantil
DOTAÇÃO 50
3.1.90.00.00.0117 - Aplicação Direta R\$ 70.000,00
Total: R\$ 70.000,00
Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES
04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico
2.022 - Manutenção do Ensino Infantil
DOTAÇÃO 53
3.3.90.00.00.0117 - Aplicação Direta R\$ 70.000,00
Total: R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE OUTUBRO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Finanças e Planej.

EXTRATO DE ADITIVO DE QUANTIDADE 001/2015 CONTRATO 85/2014 FMS

EXTRATO DE ADITIVO DE QUANTIDADE 001/2015 CONTRATO 85/2014 FMS
Contrato 85/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 44/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para contratação de empresas do ramo pertinente para ampliação Unidade Básica de Saúde ESF do Barro Branco, no Município de Lauro Muller/SC
Contratado: LATINA CONTRUÇÕES LTDA EPP
Vigência : 1/09/2015 a 31/12/2015
Fabricio Kusmin Alves
Prefeito Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2015 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2015 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2015

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item. Objeto à contratação de SEGUROS para veículos pertencentes às Secretarias de Educação e Saúde com vigência prevista para 12 meses contada da emissão da apólice, conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos. Recebimento das propostas: a partir das 08:00 horas do dia 08/10/2015 até as 12:00 horas do dia 21/10/2015 no site www.bll.org.br. Abertura das propostas as 13:15 horas do dia 21/10/2015 e início da sessão as 13:30 horas do mesmo dia, no site www.bll.org.br. Obtenção do Edital e maiores informações pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou no e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br, ou pelo Telefone (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 06 de outubro de 2015.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que o referido Edital sofreu retificações no ANEXO 01 TERMO DE REFERÊNCIA (descrição do objeto) consequentemente alterando a data de recebimento das propostas para até as 08:00 horas do dia 21/10/2015 no site www.bll.org.br. Abertura das propostas as 9:00 horas do dia 21/10/2015 e início da sessão de disputa as 09:20 horas do mesmo dia no site www.bll.org.br. Obtenção do Edital e maiores informações pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou no e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br, ou pelo Telefone (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 06 de outubro de 2015.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro

EDITAL Nº 001/2015

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 001/2015

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 02/2015, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Lebon Régis, realizada no dia 04 de outubro de 2015.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	CAMILA OLIVEIRA DE LIMA CAMPOS	182
2º	ROSANE APARECIDA DA SILVA PAHL	179
3º	MARCIO FERNANDES DE PAULA	152
4º	ADEMIR BATISTA COSTA	144
5º	ANGELA MARIA FARIAS DA COSTA	139
Classificação Suplentes	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	JOSUENI RAUEN XAVIER	121
2º	ANGELITA RIBEIRO SCHEFFMACHER PERETTI	67
3º	ROBERTO CAETANO MORAES	60
4º	GRACIELA DE JESUS FERNANDES	49
5º	JUCELE APARECIDA ORTIZ	47
6º	SABRINA SIQUEIRA	47
7º	STEFANI CARDOSO PEREIRA	45
8º	LARESSA GABRIELA WEBBER	37
9º	LUCIANO DE SOUZA BAUER	30
10º	VANESSA GOES DE OLIVEIRA	28
11º	EVERTON LUIZ CAETANO	9

Fica aberto o prazo de 24 horas, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 3.8.2 do Edital 001/2015.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Lebon Régis, 04 de outubro de 2015

Coordenador da Comissão Especial Eleitoral

HOMOLOGAÇÃO CONCURSO EDITAL Nº 001/2015.

HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS REFERENTE AO

CONCURSO PÚBLICO DO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, OBJETO DO EDITAL Nº 001/2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO, Presidente do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, autarquia do município de Lebon Régis(SC), no uso de suas atribuições legais torna público, pelo presente Edital, a relação de classificação final dos candidatos aprovados com média final igual ou superior a cinco (5,) referente a realização de CONCURSO PÚBLICO em caráter efetivo do Quadro Permanente de Pessoal da autarquia Municipal.

RECEPCIONISTA							
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Class.
1876	INGRYD APARECIDA THIBES DE MORAES	3,33	2,88	1,55	1,24	9,00	1º
1698	JULIANA THIBES FLORIANO	2,59	2,24	0,93	1,55	7,31	2º
1730	LAÍSA GABRIELLA PRADO LIMA	2,96	1,92	0,93	1,24	7,05	3º
1703	ANDERSON LUIZ PRESTES	2,96	1,60	0,93	1,55	7,04	4º
1820	LILIAN LENZ	3,33	1,60	0,93	0,93	6,79	5º
1699	SAMARA DA SILVA CORREIA	2,96	2,24	0,62	0,93	6,75	6º
1809	VERA MARCIA ANTUNES	2,96	1,92	1,24	0,62	6,74	7º
1695	LUANA GOMES DA CONCEIÇÃO	2,59	2,24	0,62	0,93	6,38	8º
1688	JEAN CARLOS TELES DE SOUZA	2,22	1,92	0,31	1,24	5,69	9º
1702	EVELIN ALANA ALVES VIEIRA	2,22	1,60	0,93	0,93	5,68	10º
1835	MARIELI DOS SANTOS	2,59	1,92	0,31	0,62	5,44	11º
1814	EDINEI DROSDA PADILHA	2,59	1,60	0,93	0,31	5,43	12º
1816	CAMILA MORASKI	2,59	1,60	0,93	0,31	5,43	13º
1826	JANETE APARECIDA GRANEMANN	2,96	0,96	0,62	0,62	5,16	14º

TECNICO EM RAO-X							
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Class.
1722	ALEXANDRE CEMIN	2,96	3,20	0,93	1,24	8,33	1º
1691	EDSON ROBERTO SCHMIDT	3,33	2,24	0,93	1,24	7,74	2º
1710	ANDERSON CELSO LOPES FRANCO	2,22	2,88	1,55	0,93	7,58	3º
1771	DALVANA SOARES DE ALMEIDA	3,33	2,56	0,93	0,62	7,44	4º
1687	CLAUDIUS VINICIUS DELFINO GRALEWSKI	3,33	1,92	1,55	0,62	7,42	5º
1885	DIEGO BITENCOURT	2,59	2,24	1,55	0,93	7,31	6º
1894	DIEGO ALISSON ROSA	3,33	2,24	0,93	0,62	7,12	7º
1724	SOLANGE SCHADE	3,33	1,60	0,93	0,93	6,79	8º
1783	MARCUS VINICIUS DA ROSA	2,96	1,92	0,93	0,62	6,43	9º
1887	KARICE REGINA DE SOUZA	2,59	2,56	0,93	0,31	6,39	10º
1749	FELIPE AUGUSTO MARTINS	2,59	2,24	0,93	0,62	6,38	11º
1892	NELSON ANTONIO FANIN	2,22	2,56	0,93	0,62	6,33	12º
1797	ADILSON PEREIRA	2,59	1,28	1,24	0,93	6,04	13º
1847	ROBERTA LUDWIG	1,85	2,56	0,62	0,93	5,96	14º
1728	ALINE NOVAES DOS SANTOS DE SOUZA	2,22	0,96	1,24	0,93	5,35	15º
1729	FATIMA VERTUOSO DE LIZ CIPRIANO	1,85	1,60	0,62	0,93	5,00	16º

ENFERMEIRO							
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Class.
1745	JACQUELINE ZVETCH DOS ANJOS	2,96	2,24	0,62	0,93	6,75	1º
1810	ADAIR DAS GRAÇAS MARTINS CARDOSO	2,96	1,60	1,24	0,93	6,73	2º

SERVENTE							
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Class.
1733	ELIANE APARECIDA GRANEMANN	3,70	3,20	1,24	1,24	9,38	1º
1765	JANICE APARECIDA GUEDES	3,33	2,56	0,93	1,24	8,06	2º

1704	SANDRA PAES DE LIMA	3,70	2,24	0,31	0,93	7,18	3º
1802	ANGELICA FERREIRA	3,33	1,92	0,31	0,93	6,49	4º
1694	EDNA FERREIRA DE PAULA DE SOUZA	2,59	1,60	0,62	1,24	6,05	5º

TECNICO ENFERMAGEM							
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Class.
1737	LUZIA LUCIMAR LEFFER	2,22	2,24	0,93	1,24	6,63	1º
1697	ALBERT HEINE CARLIN BARRETO	2,22	2,56	0,31	1,24	6,33	2º
1778	JOAO CARLOS TOMACHESKI JUNIOR	2,22	1,92	0,62	1,55	6,31	3º
1813	ODAIR GUEDES DA SILVA	2,22	2,24	0,62	0,93	6,01	4º
1873	IDINEI JOSÉ GUEDES	2,22	1,28	0,93	1,55	5,98	5º
1685	VERONICE RAMOS DOS SANTOS	1,85	1,60	0,62	1,55	5,62	6º
1692	SOELI ALVES DOS SANTOS MINSKI	2,22	1,28	0,62	1,24	5,36	7º
1957	ROSANA APARECIDA PEPES	1,85	1,92	0,62	0,93	5,32	8º
1867	SILVIA MARNES SOUZA DE LIZ	1,85	1,92	0,62	0,62	5,01	9º

Publica-se e registra-se

APRENDER.COM

Joaçaba(SC) – 08 de Setembro de 2015.

PORTARIA N° 520/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA N°. 0520/2015 de 16 de Setembro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Regimento Interno da Autarquia.

RESOLVE:

ART. 1º - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público de que trata o EDITAL DE CONCURSO no. 1/2015 de 20 de Agosto de 2015 do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio.

ART. 4º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 16 de Setembro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PREGÃO N° PR21/2015_RP0743/2015

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão N° PR21/2015_RP0743/2015

OBJETO: A presente licitação visa a elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de SERVIÇOS FUNERÁRIOS INCLUINDO PREPARAÇÃO DO CORPO, URNAS MORTUÁRIAS E ATENDIMENTO DE TRASLADO PARA AUXÍLIO FUNERAL A PESSOAS CA-RENTES, conforme autorizado pela Lei Municipal n. 805 de 20 de junho de 1995 e especificações técnica descritas no Anexo I - Termo de Referência, com validade de 1 (um) ano. Data de Homologação: 17/09/2015Licitantes Homologados: CARLOS ALBERTO MARQUES E CIA LTDA ME. CNPJ:02.731.074/0004-76. Valor total Homologado: R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais)

Lebon Regis, 17/09/2015

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI N.º 1.186/2015

LEI N.º 1.186, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Leoberto Leal, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento do Município de Leoberto Leal, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – As metas fiscais;

II – As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2016;

III – A estrutura dos orçamentos;

IV – As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – As disposições sobre dívida pública municipal;

VI – As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – As disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, e que contera ainda:

I - Demonstrativo II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício 2014;

II - Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;

III - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;

IV - Memória de Cálculo das Metas Fiscais das Despesas;

V - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Memória de Cálculo das Metas fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

IX - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

X - Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

XI - Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XII - Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesa Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIII - Demonstrativo IX – Prioridades e Metas;

XIV - Demonstrativo X – Demonstrativo dos Riscos fiscais;

XV - Demonstrativo XI – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e conservação do Patrimônio Público.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são aquelas definidas e apresentadas nos Demonstrativos de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o

Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo IX, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Legislação Federal vigente.

§ 2º. A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Município.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e

modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016. (Art. 5º, III)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

§ 1º. O Orçamento da Autarquia e dos Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º. O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária

de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá: I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,001% da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPRELL será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11. Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 12. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pela Prefeitura Municipal, podendo por manifestação formal da Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos

oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas; III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo X desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18. Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,001% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo X. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20. A Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo

de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade ou em arquivo próprio. Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF) Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo XI desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo

Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional

interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – Eliminação das despesas com horas extras.

III – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Leoberto Leal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015 § 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º. Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato da Chefe do Poder Executivo.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 47. O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e extrajudiciais..

Art. 48. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Leoberto Leal, 07 de outubro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em / /2016 de acordo com o Decreto nº. 074/2011.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO INTERNO Nº 01/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Edital de Concurso Público Interno Nº 01/2015

Pedro Ari Parizotto – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Concurso Público Interno para Ampliação de Carga horária para professores efetivos na rede municipal em caráter definitivo. A prova será realizada, no dia 25 de outubro de 2015, início às 14:00 horas, no Núcleo Ottaviano Nicolao, Bairro da Amizade- SC. O edital pode ser obtido na íntegra pelo site www.amauc.sc.gov.br, e www.lindoiadosul.sc.gov.br, demais informações pelo telefone (0XX 49 3446 1115) e (0xx49) 3442 1034.

Lindóia do Sul - SC, 02 de outubro de 2015

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 083/2015 - PP 054/2015 - PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS OTORRINOLARINGOLOGIA - FMS

MUNICÍPIO DE LUZERNA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 083/2015 - FMS

Pregão Presencial nº 054/2015 - FMS

O Gestor do FMS, WALMOR SILVESTRE DRECH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 083/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação empresa para prestação de serviços médicos destinados a execução completa de procedimentos cirúrgicos de otorrinolaringologia de média complexidade específico para adenoidectomia e amidalectomia, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, de acordo com o termo de referência do Anexo I do Edital.

Proponente(s) Vencedora(s):

* INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL

- Valor total: R\$ 19.200,00

Luzerna (SC), 07 de outubro de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRECH NETO STROHER

Gestor do FMS

Macieira

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - CMDCA

RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 004/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Macieira/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme o Edital Nº 001/2015, RE-SOLVE:

I- Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Macieira, para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I- Total de eleitores: 755

II- Total de votos válidos: 729

III- Total de votos em branco: 09

IV- Total de votos nulos: 17

Art.2º Total de votos por candidato:

NOME DO CANDIDATO	Nº DE VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
Andréia Aparecida Santos Zimmer	132	2º
Angela Castilho da Silva	72	4º
Angela Margarida Trindade Antunes	63	6º
Esther Barichello Tasca	63	5º
Josiane Vittorazzi Favarin	48	7º
Leidimara Recalcatti	124	3º
Luciane Aparecida de Oliveira	35	9º
Luciane Eloy de Andrade	05	10º
Solange dos Santos	37	8º
Sueli de Oliveira	150	1º

Art.3º Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

1º	Sueli de Oliveira	150
2º	Andréia Ap.dos Santos Zimmer	132
3º	Leidimara Recalcatti	124
4º	Angela Castilho da Silva	72
5º	Esther Barrichello Tasca	63

Art.4º Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

6º	Angela Margarida Trindade Antunes	63
7º	Josiane Vitorazzi Favarin	48
8º	Solange dos Santos	37
9º	Luciane Aparecida de Oliveira	35
10º	Luciane Eloy de Andrade	05

Art.5º A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2016, na cidade de Macieira.

Art.6º Local e horário serão anunciados próximos à data da posse.

Art. 7º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Macieira, 07 de outubro de 2015.

Rejane Spanholo Abraão

Secretária do CMDCA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ ATA DE RP N° 0028/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0040/2015.

Pregão Presencial n° 0026/2015.

Registro de Preços n° 0015/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 28/2015

Fornecedor: MECANICA FARENZENA LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras, com pedidos parcelados, visando à contratação de empresa com profissional qualificado para os serviços (mão de obra) de revisão e reparos da parte elétrica dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal, de acordo com as especificações do anexo I do edital.

LOTE 01 – VEÍCULOS LEVES – (GOL, VOYAGE, SAVEIRO, HYUNDAI HB20, HONDA CIVIC, CORSA CLASSIC, FORD TRANSIT, FIAT DOBLO E FIAT DUCATTO)

Subitem	Descrição	UN	Quantidade estimada	Valor registrado (R\$)
1.1	Prestação de serviços de mão de obra para revisão e reparos na parte elétrica dos veículos leves pertencentes à frota municipal.	Hora trabalhada	01	52,34
1.2	Deslocamento para atendimentos de emergências	Km rodado	01	1,19

LOTE 02 – VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – (ONIBUS E MICRO ONIBUS)

Subitem	Descrição	UN	Quantidade estimada	Valor registrado (R\$)
2.1	Prestação de serviços de mão de obra para revisão e reparos na parte elétrica dos veículos de transporte escolar pertencentes à frota municipal.	Hora trabalhada	01	52,09
2.2	Deslocamento para atendimentos de emergências	Km rodado	01	1,19

LOTE 03 – MÁQUINAS LEVES – (TRATOR DE PNEUS)

Subitem	Descrição	UN	Quantidade estimada	Valor registrado (R\$)
3.1	Prestação de serviços de mão de obra para revisão e reparos na parte elétrica de máquinas leves pertencentes à frota municipal.	Hora trabalhada	01	68,13
3.2	Deslocamento para atendimentos de emergências	Km rodado	01	1,19

LOTE 04 – MÁQUINAS PESADAS – (TRATOR DE ESTEIRAS, RETROESCAVADEIRA, MOTONIVELADORA E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA)

Subitem	Descrição	UN	Quantidade estimada	Valor registrado (R\$)
4.1	Prestação de serviços de mão de obra para revisão e reparos na parte elétrica de máquinas pesadas pertencentes à frota municipal.	Hora trabalhada	01	74,24
4.2	Deslocamento para atendimentos de emergências	Km rodado	01	1,19

Vigência: Até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogada.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a entrega do produto e emissão de Nota Fiscal.

Macieira, 18 de setembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0008/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0007/2015.

Pregão Presencial nº 0005/2015.

Contrato Administrativo nº 0008/2015.

Objeto: Contratação de empresa para confecção de camisetas manga curta, adultas destinadas às campanhas contra a Dengue, Peso Saudável e Outubro Rosa e Novembro Azul, com personalização, conforme especificações e quantitativos do anexo I do Edital.

Contratada: SUPERA UNIFORMES INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA - ME.

Vigência do Contrato: Até 31 de dezembro de 2015.

Valor Global: R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais).

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 02 de outubro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para realizar Transporte de Atletas e Grupos Artísticos, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 23/10/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 07 de outubro de 2015.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

1º ADITIVO DE VALOR - ATA 03/2015 - PMM 02/2015

PRIMEIRO ADITIVO DE VALOR – equilíbrio economico-financeiro - DIESEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2015 - MULTIENTIDADE

registro de preço

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de 2015, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob nº 664.790/539-15 e Cédula de Identidade nº 19/R-1589858, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, e o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05 e pela Sra. SUZANE E. F. REINKE, brasileira, casada, CPF nº. 468.882.339-87 e RG nº 1.131.963-1, doravante denominados simplesmente de CONTRATANTES, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº 2/2015 - Pregão Presencial Nº 2/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Fornecimento de combustíveis "óleo diesel e gasolina comum" para abastecimento da frota do serviço público municipal para suprir as necessidades da Prefeitura de Massaranduba e do Fundo Municipal da Saúde de Massaranduba.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO

2.1. Segue abaixo o realinhamento de preços, conforme solicitação e manifestação do pregoeiro, anexos a esta ata.

DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário litro
01	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	Óleo Diesel S500	Ipiranga e Petrobrás	R\$ 2,65
02	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	Óleo Diesel S10	Ipiranga e Petrobrás	R\$ 2,76

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário litro com reajuste
01	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	Óleo Diesel S500	Ipiranga e Petrobrás	R\$ 2,726
02	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	Óleo Diesel S10	Ipiranga e Petrobrás	R\$ 2,8360

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

4.2 Integram esta Ata, o Edital de Processo Licitatório Nº 2/2015 - Pregão Presencial Nº 2/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

4.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

4.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 01 de outubro de 2015.

ARMINDO SESAR TASSI	SUZANE E. F. REINKE
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	FUNDO MUN DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
Contratante	Gestora

DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

LUIZ ANTONIO BOGO

CPF: 487.445.309-00

CA 45/3 - PMM 53/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO (45/3) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 45/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA E A A.R.G. INDUSTRIAL LTDA.

Pelo presente contrato, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, Município de Massaranduba (SC), inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob nº 664.790/539-15 e Cédula de Identidade nº 19/R-1589858, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, com sede na Rodovia SC 302, 1860, B. Barragem Oeste, Município de Taió, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 04.415.095/0001-65, Inscrição Estadual nº. 251.207.596, neste ato representado pelo Sr. PAULO JOSE DA SILVA JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº. 785.801.889-20 e RG nº. 660.814, emitida pela SESP/SC, doravante denominado simplesmente de PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2014, TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 06/2014 – PMM, homologado em 04-09-2014, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Federal 8666/93, as partes de comum acordo tem justo e acordado as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a construção de quadra coberta com vestiários, em conformidade com o projeto, memorial descritivo e orçamento quantitativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – SUPRESSÃO DE VALOR

2.1. Fica suprimida do objeto supracitado, a importância de R\$ 3.231,40 (três mil, duzentos e trinta e um reais e seis centavos), conforme parecer técnico anexo a este.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1. Vincula-se o presente contrato às disposições da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, e o Tomada de Preço para Compras e Serviços de Engenharia nº 06/2014, à proposta da CONTRATADA e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e com prova de assim haverem, entre si, ajudando e contratado é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela CONTRATANTE, pela CONTRATADA e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Massaranduba – SC,	02	de	outubro	de	2015
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA		A.R.G. INDUSTRIAL LTDA			
ARMINDO SESAR TASSI		PAULO JOSE DA SILVA JUNIOR			
Contratante		Contratada			

Testemunhas:

FABIANO SPÉZIA CPF: 950.720.129-72		EDUARDO HENDGES DO NASCIMENTO CPF: 47.038.899-43
---------------------------------------	--	---

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 368-2015

PORTARIA nº 368/2015

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 176/2013, do Senhor ARCANGELO JOÃO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 08/10/2015.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 369-2015

PORTARIA nº 369/2015

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PSICÓLOGA PARA O CRAS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1637/2014, de 26 de março de 2014, e Lei nº 1640/2014, de 03 de Abril de 2014, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 137/2014, da Senhorita MARILÉIA VITORINO, ocupante do cargo de Psicóloga, exercendo suas atividades no Cras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/10/2015.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2015

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2015

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 30/setembro/2015 até as 12:45 horas do dia 14/outubro/2015. Abertura da sessão no dia 14/outubro/2015 às 13:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR LOTE, As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

ONDE SE LER:

6.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar.

LEIA-SE:

6.4 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, com prazo máximo de até 10 (dez) dias, sob pena e sanções editalícias.

Monte Carlo 07 de Outubro de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO

Navegantes

PREFEITURA

ATA CONC.79/2015 PMN - ABERTURA PROPOSTA PREÇO - CLASSIF. FINAL

ATA CONCORRÊNCIA 79/2015 PMN

ABERTURA DE PROPOSTAS PREÇOS

EM 07 DE OUTUBRO DE 2015, ABERTO O CERTAME - CONCORRÊNCIA Nº 79/2015 PMN - COM A PRESENÇA DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO (JAN ULLRICH, ROBERTO MIGUEL, FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO, DOUGLAS LEMOS E MARIA BENEDITA CORRÊA) E A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS SC FUNERÁRIA E FUNERÁRIA SILVAAGUIAR EIRELI, MOMENTO EM QUE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇO DAS EMPRESAS F.AROLDI LTDA, FUNERÁRIA SILVAAGUIAR EIRELI E SC FUNERÁRIA.

A EMPRESA SC FUNERÁRIA APRESENTOU A PROPOSTA COMERCIAL COM VALOR DE OUTORGA DE R\$ 80.100,00 (OITENTA MIL E CEM REAIS). A EMPRESA SILVAGUIAR APRESENTOU A PROPOSTA COM VALOR DE OUTORGA DE R\$ 80.050,00 (OITENTA MIL E CINQUENTA REAIS). E A EMPRESA F.AROLDI APRESENTOU A PROPOSTA COMERCIAL COM VALOR DE OUTORGA DE R\$ 80.010,00 (OITENTA MIL E DEZ REAIS). TODAS AS PROPOSTAS ATENDERAM AO SOLICITADO NO EDITAL. OS VALORES SERÃO PAGOS EM 20 (VINTE) VEZES MENSIS E SUCESSIVOS. A CONTA CORRENTE PARA RECEBIMENTO DOS VALORES SERÁ INFORMADA NA ASSINATURA DO CONTRATO.

COM APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO, A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ATRIBUI AS NOTAS REFERENTES À TABELA DE PONTOS DAS PROPOSTAS DE PREÇOS. TODAS AS LICITANTES OBTIVERAM NOTA MÁXIMA CORRESPONDENTE À 10 (DEZ) NO QUESITO TABELA DE PONTOS REFERENTE À PROPOSTA. APÓS FOI CALCULADO A NOTA TÉCNICA DO PREÇO (10 X 0,6), ONDE TODAS ALCANÇARAM 06 (SEIS) PONTOS.

LOGO EM SEGUIDA, FOI CALCULADA A PONTUAÇÃO FINAL DE TODOS OS LICITANTES, SENDO QUE: SC FUNERÁRIA OBTVEU A PONTUAÇÃO DE 65,60 PONTOS, SILVAGUIAR OBTVEU A PONTUAÇÃO DE 65,60 PONTOS E A EMPRESA F.AROLDI OBTVEU A PONTUAÇÃO DE 57,60 PONTOS.

DESTA FORMA, AS EMPRESAS SC FUNERÁRIA E SILVAGUIAR FORAM VENCEDORAS DA CONCORRÊNCIA Nº 079/2015. MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE PARA POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 11/2015 FUMREBOM

ATA PREGÃO 11/2015 Fumrebom

AO(S) 06 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - E (12039).

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DO LICITANTE SERMEDICALL ARP DEVIDAMENTE CREDENCIADO, APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS, PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, E EM SEGUIDA FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, QUANTO A HABILITAÇÃO O LICITANTE NÃO APRESENTOU A AFE DOS FABRICANTES DE

SEUS ITENS VENCIDOS (ITEM 5.5.2.1) SENDO INABILITADO, ENTRETANTO O PREGOEIRO ABRIU O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR CONFORME A LEI 8666/93 ART 48 § 3º (QUANDO TODOS OS LICITANTES FOREM INABILITADOS OU TODAS AS PROPOSTAS FOREM DESCLASSIFICADAS, A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ FIXAR AOS LICITANTES O PRAZO DE OITO DIAS ÚTEIS PARA A APRESENTAÇÃO DE NOVA DOCUMENTAÇÃO) DESTA FORMA O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR EM ENVELOPE LACRADO ATÉ O DIA 22/09/2015 AS AFES MENCIONADAS SENDO QUE O ENVELOPE SERÁ ABERTO EM SESSÃO PÚBLICA NO DIA 23/09/2015 AS 9:30, MOMENTO EM QUE ENCERRA A PRESENTE. .

MARIA BENEDITA CORREA - PREGOEIRA

PEDRO PAULO DA COSTA - EQUIPE DE APOIO

FRANCIELE JUSTINO-EQUIPE DE APOIO

NAVEGANTES SC, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 123/2015 PMN (RETIFICADO II)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA Nº 123/2015 PMN

---retificado II---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE UNIDADE ESCOLAR PADRÃO FNDE EM ALVENARIA COM PAVIMENTOE ÁREA TOTAL DE 3.328,08 M², ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 32619/2014. Data da entrega dos envelopes: 10/11/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 10/11/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 7 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 08/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO E A MANUTENÇÃO DA SEDE DO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 21/10/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 21/10/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 7 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECISÃO - PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS-INDEFERIMENTO EMPRESA: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS-INDEFERIMENTO
EMPRESA: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.
CNPJ: 81.706.251/0001-98

Aos 07 (sete) dias, do mês de outubro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.60/2014 Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE indeferir o pedido de reequilíbrio do presente registro de preços, tendo em vista que o pedido foi protocolado formalmente em 28/09/2015, porém sem os devidos documentos comprobatórios. Indeferimos também o cancelamento do item 146, e caso não haja fornecimento do Item, a licitante poderá sofrer PROCESSO ADMINISTRATIVO, E SER IMPEDIDA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÕES.

Josezite dos Santos
Depto de Compras

Corroborando

Silva M.Francisco
Secretária de Administração

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS-INDEFERIMENTO 2º VEZ EMPRESA: SIM COMERCIO E SERVIÇO LTDA EPP

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS-INDEFERIMENTO
2º vez
EMPRESA: SIM COMERCIO E SERVIÇO LTDA EPP
CNPJ: 08.160.936/0001-91

Aos 05 (cinco) dias, do mês de outubro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas na Concorrência nº.113/2014 Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, a COMISSÃO RESOLVE : INDEFERIR o pedido de reequilíbrio do presente contrato 002/2015, tendo em vista que o pedido foi protocolado formalmente em 10/08/2015 com o valor a ser reequilibrado, contudo possuem algumas divergências tais como:

1 - Foi pedido Reequilíbrio para o valor total do contrato, no entanto no contrato original, na cláusula 5 – 5.3, fala-se na recomposição dos preços UNITÁRIOS.

2 - Não tem que se falar em CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, pois mesma já é do conhecimento da Licitante, pois trata-se de uma convenção anual, ora, a empresa já sabia do feito, tendo em vista que a licitante já deveria prever o aumento em sua folha de pagamento, uma vez que o certame aconteceu em janeiro de 2015, deveria cotar os valores com essa previsão.

PEDIDO INDEFERIDO

Publique-se

Douglas Lemos
Presidente

Equipe de Apoio:

Fernanda Hassmann

Leila Mengarda

Raul Couto Neto

Josezite Dos Santos

Corroborando

Silvana Maria M. Francisco
Secretária de Administração

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 50/2015
ANÁLISE DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DA
DECISÃO**

Procedimento Administrativo nº 50/2015
Análise do Pedido de Reconsideração da Decisão

1. Do Pedido

A empresa BELGA EMPREITEIRA LTDA - inscrita no CNPJ 81.537.672/0001-32, protocolou pedido de reconsideração da Decisão Administrativa, no dia 11 de setembro de 2015 às 15:00 horas. Cabe a esta Administração, a análise da petição. Que é a seguinte:

2. Da Decisão

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a este encarregado para deliberação, decide esta Administração que:

2.1 É INDEFERIDO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, pois o mesmo, não apresenta no pedido, fato novo, que faça esta Administração mudar sua Decisão Administrativa, quanto a Decisão proferida no processo PA nº 50/2015, publicado no DOM/SC – Edição nº 1814 do dia 26/08/2015 pg. 275.

2.2 Ficou apurado pelas Secretarias e pela Administração Pública que a empresa Belga, cumpriu todas as cláusulas contratuais e editalícias, visto que foi solicitado pela secretaria que a empresa viesse a pavimentar todas as ruas, conforme Contrato PMN nº 090/2012, sendo assim todas as pavimentações foram medidas e liquidadas em tempo hábil, cumprindo os prazos para pagamento, não restando saldo pendente do presente contrato firmado entre este Ente público e a Empresa Belga, através do contrato nº 090/2012, da Concorrência nº 71/2012 do programa (PAC 2).

2.3 Diante do exposto RATIFICAMOS a Decisão Administrativa, já recebida pela empresa Belga Empreiteira Ltda., pois os relatórios, planilhas e Ofício nº 18/2015 da Secretaria de Obras é referente a um trecho da Rua Francisco José Baron, conforme comprovado nos autos, MANTEMOS, a referida Decisão do PA nº 50/2015, com a devida publicação e parecer jurídico nº 330/2015.

Eis que, esgotadas as prerrogativas administrativas, seja encerrado e arquivado definitivamente o presente procedimento administrativo, PA nº 50/2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito de Navegantes

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO
Secretária de Administração e Logística

Douglas Lemos
Presidente da Comissão Permanente Licitação

Josezite dos Santos	Raul Couto Neto
Membro da Comissão	Membro da Comissão

Fernanda Hassmann Constâncio	Leila Mengarda
Membro da Comissão	Membro da Comissão

Anna Claudia Gaya Costa
Encarregada Processo Administrativo

Navegantes, 01 de Outubro de 2015.

Nova Trento

PREFEITURA

RESULTADO LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 104/2015

A Prefeitura de Nova Trento/SC por meio de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 067/2015, tendo por objeto: Permissão Onerosa de Uso de Bem Público, relativo ao imóvel localizado na Praça Getúlio Vargas (Quiosque), destinado à exploração de Bar e Lanchonete, obedecendo as normas, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I, teve sua sessão realizada em 07/10/2015, com abertura iniciada às 10:00 horas e encerrada às 10:10, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Outras informações podem ser obtidas na Prefeitura de Nova Trento, sito à Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, ou pelos fones: 48 3267-3213/3267-3211.

Nova Trento/SC, 10 de outubro de 2015.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

egoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL IPAM Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 003/2015
Contratante.: IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE
Contratada.....: COPPINI & CIA LTDA - ME
Valor : 1.900,00 (um mil e novecentos reais)
Vigência : Início: 07/10/2015 Término: 07/10/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 19.030,78
Objeto : AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO ANUAL DE SISTEMA PARA CÁLCULOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SICAP WEB NO SITE <http://www.sicapweb.infoprev.com.br>, no período de DE 08/10/2015 A 07/10/2016.
Contratada....: COPPINI & CIA LTDA – ME
Vigência : Início: 07/10/2015 Término: 07/10/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 19.030,78

Novo Horizonte/SC, em 07 de Outubro de 2015-Leandro Martins d'Ávila – Diretor/Presidente do IPAM

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 048/2015 - PR Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DIA: 06/10/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE
CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 924,00 (Novecentos e vinte e quatro reais)
CONTRATADO: COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.008,00 (Dois mil e oito reais)
DATA: 06/10/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 051/2015 - PR Nº 023/2015

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 06/10/2015
CONTRATADO: BRIDI & FABRO LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (TINTAS) PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.470,00 (Um mil quatrocentos e setenta reais)
DATA: 06/10/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PL Nº 055/2015-PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 055/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM
Objeto: A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO GERAL, UTENSÍLIOS DE COZINHA, EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS PARA MELHORIA DA ESTRUTURA FÍSICA DO CRAS E MATERIAIS DIVERSOS PARA UTILIZAÇÃO NAS OFICINAS DOS CURSOS OFERECIDOS PELO CRAS DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.
-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 22/10/2015, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.
-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.
Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 08 de Outubro de 2015. ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Ouro

PREFEITURA

TERMO ADITIVO N. 03/2015 AO PROCESSO LICITATÓRIO N. 21/2014

TERMO ADITIVO N. 03/2015 AO CONTRATO Nº 021/2014

Processo Licitatório nº. 0096/2013

Modalidade de Tomada de Preço para Obras e Serviços nº. 0003/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

OBJETO: O presente termo aditivo tem sua prorrogação

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n. 8.666.

VIGÊNCIA: 01/10/2015 até 31/12/2015

VALOR TOTAL DO ADITIVO: O valor do presente aditivo se da na importância de R\$ 86.549,43 (oitenta seis mil quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos).

VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 651.274,19 (seiscentos e cinquenta e um mil duzentos e setenta e quatro reais e dezenove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/09/2015.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015 – DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 003/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURO

CONTRATADA: RAQUEL CRISTINA BARETTA

OBJETO: Contratação de um Profissional da área de Design de Interiores para elaboração do Projeto com detalhamentos dos móveis sob medida, eletrodomésticos eletrônicos e equipamentos de informática do novo plenário com auditório, copa e sanitários no subsolo da Câmara de Vereadores de Ouro.

VALOR: de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 02/10/2015 à 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de outubro de 2015.

Ouro (SC), em 02 de outubro de 2015.

Paulo Bedin

Presidente

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2668

DECRETO Nº. 2668/2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0132 – Transferências de Convênios – União/Educação E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde - SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Mun. 919/2014, 02 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 241.500,00 (Duzentos e quarenta e um mil e quinhentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

04.01 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
12 – Educação		
361 – Ensino Fundamental		
1201 – Educação para Todos		
2.17 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental		
Fonte – 0132 – Transferências de Convênios – União/Educação		
Despesa – 137		
44900000 – Aplicações Diretas	R\$	241.500,00
TOTAL GERAL	R\$	241.500,00

Art. 2º - Para suplementação de que trata a presente, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso - 0132 – Transferências de Convênios – União/Educação – Referente ao TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 9710, firmado entre o Município de Ouro Verde e o Ministério da Educação, através do FNDE pelo Programa - Plano de Ações Articuladas – Processo 23400011041201266.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de Setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário Mun. de Administração e Gestão

DECRETO Nº2669

DECRETO Nº. 2669/2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0135 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde - SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Mun. 919/2014, 02 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 23.878,67 (Vinte e três mil, oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e sete centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

12001 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OURO VERDE		
8 – Assistência Social		
244 – Assistência Comunitária		
804 – Assistência Comunitária Geral		
2.59 – Manutenção dos Programas do Fundo de Assistência Social		
Fonte – 0135 Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União		
Despesa – 134		
33900000 – Aplicações Diretas	R\$	23.878,67
TOTAL GERAL	R\$	23.878,67

Art. 2º - Para suplementação de que trata a presente, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso - 0135 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União, apuradas até o presente momento, conforme Balancete da Receita.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de Setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário Mun. de Administração e Gestão

DECRETO Nº2670

DECRETO Nº. 2670/2015

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotação e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 938/2015 de 06 de outubro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

7001 – SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
17-512-1702-1.38 – Construção de Obras de Saneamento Básico		
45.90.00.00 Aplicação Direta – Despesa 89 – Fonte 0100	R\$	70.000,00
Total	R\$	70.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados/anulado parcial ou total as seguintes dotações orçamentárias:

2001 – GABINETE DA PREFEITA E VICE-PREFEITO		
4-122-401-2.65 – Desenvolvimento das Ações do Orçamento Participativo		
33.50.00.00 Transf Instituições Privadas/Fins Lucrat – Despesa 9 – Fonte 0100	R\$	35.000,00
33.90.00.00 Aplicações Diretas – Despesa 10 – Fonte 0100	R\$	35.000,00
Total	R\$	70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Ouro Verde (SC), em 05 de Outubro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

EXTRATO CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0076/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: CARINE PEREIRA DUARTE GIRELI 03066011925

Objeto: Prestação de Serviço de confecções de roupas para apresentações em comemoração o dia da criança e apresentações de final de ano do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e oficinas do município de Ouro Verde/SC. valor certo e ajustado de R\$:1.898,00 (Hum mil oitocentos e noventa e oito reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 24 de setembro de 2015. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

LEI Nº938

LEI Nº. 938/2015

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotação e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

7001 – SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
17-512-1702-1.38 – Construção de Obras de Saneamento Básico		
45.90.00.00 Aplicação Direta – Despesa 89 – Fonte 0100	R\$	70.000,00
Total	R\$	70.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados/anulado parcial ou total as seguintes dotações orçamentárias:

2001 – GABINETE DA PREFEITA E VICE-PREFEITO		
4-122-401-2.65 – Desenvolvimento das Ações do Orçamento Participativo		
33.50.00.00 Transf Instituições Privadas/Fins Lucrat – Despesa 9 – Fonte 0100	R\$	35.000,00
33.90.00.00 Aplicações Diretas – Despesa 10 – Fonte 0100	R\$	35.000,00
Total	R\$	70.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de Outubro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi publicada e registrada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

PORTARIA Nº0112

PORTARIA N.º 0112/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. GILMAR DOS SANTOS LARA, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/01/2013 a 31/12/2013, que serão gozadas no período de 01/10/2015 a 30/10/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 31/10/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de outubro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0113

PORTARIA N.º 0113/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARGARETE BONADIMAN LARA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 02/08/2013 a 01/08/2014, que serão gozadas no período de 01/10/2015 a 30/10/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 31/10/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de outubro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0114
PORTARIA N.º 0114/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Conselheira Tutelar Senhora Janesca Ribeiro de Freitas, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014, que serão gozadas no período de 01/10/2015 a 30/10/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 31/10/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de outubro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

Palhoça

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 063/2015

PORTARIA Nº 063/2015

Revoga a Portaria nº 043/2009, que havia retificado as Portarias nº 1216/1995 e 3245/1999, relativo ao ato de aposentadoria do servidor EVARISTO BERNARDINO FERREIRA, após decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, e reestabelece os efeitos das Portarias nº 1216/1995 e 3245/1999.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 043/2009, por força da decisão judicial proferida na apelação civil nº 2013.031876-3, para que os efeitos das Portarias nº 1216/1995 e 3245/1999 se reestabeleçam integralmente a partir de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 01 de outubro de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Palmitos

PREFEITURA

1º ADENDO AO PROCESSO 36/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
1º ADENDO

O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Independência, nº 100, centro, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que houve ALTERAÇÕES no EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015 – MODALIDADE DE PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2015. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura e no site do município. Palmitos, 07 de outubro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

1º ADENDO AO PROCESSO 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
1º ADENDO

O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Independência, nº 100, centro, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que houve ALTERAÇÕES no EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2015 – MODALIDADE DE PREGÃO ELETRONICO Nº 06/2015. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura e no site do município. Palmitos, 07 de outubro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 047/2015

CONTRATO Nº 047/2015

Que entre si fazem o Município de Papanduva -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72, de ora em diante denominada de contratante e de outro lado a empresa NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 18.398.197/0001-24, com sede na Rua Beija Flor, 1002, sala 01 - Bairro Bombas - Bombinhas/SC, neste ato representado pela Sra. Grace Jennifer Trautmann Ratzmann, residente e domiciliada em Bombinhas/SC, inscrita no CPF sob Nº 636.640.203-59, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 - Este contrato tem origem no Edital de Pregão nº 068/2015, no qual a contratada se compromete com a realização de Concurso Público e Processo Seletivo Público objeto do Edital nº 068/2015, conforme Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2 - O objeto adjudicado deverá ser realizado no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada todas as despesas referente a aplicação do mesmo, inclusive as despesas com espaço físico, fiscais, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta projeto atividade nº 2.019 - Manutenção do Ensino Fundamental - Elemento de Despesa 33.90.00 - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 - Os recursos financeiros serão próprios do município.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais);

5.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s), em até 30 (trinta) dias após a realização dos serviços, acompanhada da respectiva nota fiscal.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 - A contagem do prazo deste contrato se dará a partir da data de assinatura do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2015, ou até a entrega final dos serviços prestados, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da execução,

causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

8.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

9.2 - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

10 - Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 068/2015, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1 - Caso a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

11.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12 - Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13 - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e

fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

14.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato e no Edital, por parte da Contratada, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira;

14.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução do objeto licitado;

II) execução do objeto fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, assim como as de seus superiores;

V) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII) a dissolução da empresa;

VIII) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a Contratada e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e X) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

14.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VINCULAÇÃO

15 – Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 068/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

16 – Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

17 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 15 de setembro de 2015.

Dario Schicovski Grace

Jennifer Trautmann Ratzmann

Pela Contratante

Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisniewski Ricardo Zenfe

Matrícula: 50 Matrículas: 2675

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 044/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 044/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E WILSON BORLIN

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado WILSON BORLIN, brasileiro, Engenheiro Civil, inscrito no CREA/SC sob a matrícula 18020-6, portador do CPF nº 419.613.279-20, RG 985.934/SSP SC, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, 110 – centro – Biguaçu/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 044/2015, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 044/2015, datado de 08 de setembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 044/2015 cujo objeto visa elaborar perícia no prédio da Escola de Educação Infantil Elídia Verônica Gmach Mikalovicz, tendo em vista a recomendação da Comissão Especial de Tomada de Contas, constituída pelo Decreto nº 2547 de 31/07/2015, com fornecimento de laudos e pareceres; Considerando a complexidade do objeto gerando assim a necessidade de mais tempo para a conclusão dos trabalhos; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 22 de outubro de 2015, ou a conclusão dos trabalhos, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso § 1º da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecerão vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando

seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 07 de outubro de 2015

Dario Schicovski

Wilson Borlin

PELA CONTRATANTE

PELO CONTRATADO

Testemunhas :

Ricardo Zenfe

Marcio Wisnievski

Matricula: 2675

Matricula: 50

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira

Assessor Jurídico

OAB/SC 14035B

Passo de Torres

PREFEITURA

PORTARIA 187/2015

PORTARIA Nº 187, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, GENUINO CARDOSO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, Genuino Cardoso da Silva, referente ao período aquisitivo de: 18/03/2007 à 17/03/2012.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 01/10/2015 e com término em 29/12/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 188/2015

ESTADO DE SANTA CARTARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 188 DE, 01 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, RENATA HENRIQUE EBSSEN BORBA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença- maternidade a partir de 20/09/2015, por 180 (cento e oitenta) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Gestação à servidora Publica Municipal, Renata Henrique Ebsen Borba, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 20/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 20/09/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 189/2015

ESTADO DE SANTA CARTARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 189 DE, 01 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EM CARÁTER COMISSIONADO, ADRIELI MENDES CARDOSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença- maternidade a partir de 01/10/2015, por 180 (cento e oitenta) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Gestação à servidora Publica Municipal, Adrieli MendeS Cardoso, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 190/2015

PORTARIA Nº 190, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, JOSEANE TEIXEIRA MACIEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Joseane Teixeira Maciel, referente ao período aquisitivo de 15/08/2008 à 14/01/2014.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 05/10/2015 e com término em 02/01/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 05 de outubro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 05 de outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

RESOLUÇÃO Nº 005/2015 CMDCA

RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Passo de Torres, SC, após análise de recursos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal Complementar nº 028/2014, de 25 de Junho de 2014. RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II - Tornar público o resultado final.

III - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Passo de Torres, SC, para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I - Total de eleitores: 859.

II - Total de votos válidos: 2729.

III - Total de votos em branco: 00.

IV - Total de votos nulos: 00.

Art. 2º: Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº. de Votos	Classificação
Joana Hespanhol de Souza Joaquim	440	1º
Tania Pereira Cravo	420	2º
Terezinha Dornelles Medeiros	388	3º
Talia W. Marcos Dias	273	4º
Loreci Joaquim Scheffer	262	5º
Sergio Batista da Silva	253	6º
Dinorá Elisabeth Marques	234	7º
Alessandra da Rosa da Silva Bueno	203	8º
Jacqueline Ataídes da Silva	129	9º
Gédson Goudinho Hespanhol	126	10º

Art. 3º: Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- Joana Hespanhol de Souza Joaquim

II- Tania Pereira Cravo

III- Terezinha Dornelles Medeiros

IV- Talia W. Marcos Dias

V- Loreci Joaquim Scheffer (Considerando o Art. 15º da Resolução nº 170/2014 de 10 de Dezembro de 2014 – CONANDA, e no caso em tela, onde a primeira colocada no Pleito Eleitoral se enquadra no parentesco de linha colateral em segundo grau, com a quinta candidata classificada; automaticamente a quinta vaga é transferida para o primeiro suplente).

Art. 4º: Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- Sergio Batista da Silva

II- Dinorá Elisabeth Marques

III- Alessandra da Rosa da Silva Bueno

IV- Jacqueline Ataídes da Silva

V- Gédson Goudinho Espanhol

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes dar-se-á no dia 10/01/2016, às 10h00min horas, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, situada à Rua Antônio José Scheffer, nº 32 – Sala1.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, SC, 07 de Outubro de 2015.

Elizandra da Silva Martins

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Passos Maia

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N. 0092/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0092/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0055/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 0013/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: EXPLOESTE REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE EXPLOSIVOS LTDA - EPP

Objeto: Prestação de materiais e mão de obra para serviços de perfurações e detonações de rochas.

Valor: Para os serviços a serem feitos a CONTRATANTE pagara a CONTRATADA a quantia de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, SC, 07 de outubro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

LEI Nº 759, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 759, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015.

INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a recuperação de créditos da Fazenda Pública Municipal e a regularização fiscal dos contribuintes que se encontram em situação de inadimplência.

Art. 2º. O REFIS consiste na consolidação de todos os débitos das pessoas físicas e jurídicas, independentemente de sua origem, vencidos até a data da publicação desta Lei, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado e o saldo de parcelamentos anteriores.

Art. 3º. O ingresso ao Programa REFIS dar-se-á através da livre opção do sujeito passivo e possibilitará regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais Municipais, na forma definida na tabela abaixo:

Percentual de Desconto		
Forma de Pagamento	Juros	Multa
À Vista	100%	100%
Em 06 parcelas	50%	50%
Em 12 parcelas	25%	25%

§ 1º. O valor mínimo da parcela será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R\$ 100,00 (cem Reais) para pessoa Jurídica.

§ 2º. Os contribuintes com débitos tributários já parcelados, em REFIS anteriores, poderão aderir ao REFIS 2015, deduzindo-se do número máximo fixado no caput deste artigo, o número de parcelas vencidas até a data de adesão.

§ 3º. A primeira parcela deverá ser paga no ato do parcelamento.

§ 4º. A opção pelo REFIS - 2015 importa na manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias

prestadas nas ações de execução fiscal.

§ 5º. O sujeito passivo deverá, por ocasião da opção, relacionar todos os débitos tributários ainda não confessados ou autuados.

§ 6º. Os débitos existentes em nome do optante, bem como aqueles relacionados na opção, serão consolidados tendo por base a data do pedido de ingresso no Programa REFIS.

§ 7º. A consolidação abrangerá todos os tributos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, juros moratórios, correção monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, os parcelamentos em curso e os débitos inscritos em dívida ativa, qualquer que seja a fase de cobrança.

§ 8º. Tratando-se de débitos tributários inscritos em dívida ativa, objeto de ação executiva, o pedido de parcelamento deverá ser instruído com o comprovante de pagamento das custas judiciais, suspendendo-se a execução até a quitação do parcelamento.

§ 9º. A pessoa jurídica que suceder a outra e for responsável por tributos devidos pela sucedida, na hipótese dos artigos 132 e 133 do Código Tributário Nacional, deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

Art. 4º. A opção pelo REFIS sujeita o optante a:

I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados;
II – expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos incluídos no pedido;

III – autorização de acesso irrestrito aos fiscais e agentes municipais, às informações relativas à movimentação financeira, ocorrida a partir da data da opção, respeitada a legislação aplicável;

IV – pagamento regular de todas as parcelas de débitos não incluídos na consolidação, bem assim aqueles decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente.

V – na ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes.

VI – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas.

VII – no compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente;

VIII – não atraso no pagamento de parcelas de REFIS de exercícios anteriores;

Art. 5º. O REFIS será administrado pela Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, à qual caberá:

I – elaborar formulário especial sob o título TERMO DE OPÇÃO/REFIS, contendo, além da opção, campos próprios destinados à apuração, consolidação e confissão de débitos;

II – receber e processar os termos de opção;

III – conferir as informações e, no caso de dúvidas, poderá diligenciar junto ao requerente, quer requisitando sua escrituração contábil, livro caixa, talonários de notas fiscais, declaração de rendimentos para Receita Federal, contratos e outros documentos idôneos que entender necessários, quer investigando diretamente onde se encontrarem tais documentos.

Art. 6º. O sujeito passivo, optante pelo REFIS, será dele excluído nas seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas nesta Lei;

II – constatação, caracterizada por lançamento de ofício de débito não incluído na confissão, desde que configurado o dolo do contribuinte, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do lançamento ou decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

III – declaração de insolvência ou decretação de falência ou, ainda,

extinção por liquidação da pessoa jurídica;

IV – prática de qualquer procedimento tendente a ocultar operações ou prestações tributáveis.

V - o atraso no pagamento de duas parcelas consecutivas ou quatro parcelas alternadas, relativas ao parcelamento efetuado.

VI – o descumprimento dos termos da presente Lei ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento.

VII – a cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecerem estabelecidas no Município e assumirem a responsabilidade solidária ou não do REFIS;

VIII - a prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante.

§1º. A exclusão das pessoas físicas e jurídicas do Refis Municipal implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da dívida já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 2º. Da decisão que excluir o optante do REFIS caberá recurso para o Chefe do Executivo Municipal.

Art. 7º. Considera-se ínfimo, para efeitos de cancelamento na forma prevista no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal n. 101/2000, os débitos cujo valor por exercício financeiro seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 8º. Ficam remidos todos os créditos, inscritos ou a inscrever em dívida ativa, relativos ao mesmo contribuinte, declarados ou devidos por estimativa, até a data da publicação desta Lei, desde que o somatório dos seus valores, seja igual ou inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Parágrafo único: A remissão de que trata o caput deste artigo estende-se aos créditos tributários que já estão sendo cobrados judicialmente, ficando autorizado o requerimento de extinção do processo, com base no art. 794, II, do CPC.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 7 de outubro de 2015.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2015- FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2015 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 - FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2015 – FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA SER UTILIZADO NAS DEPENDÊNCIAS DO PRONTO ATENDIMENTO 24H; P.A E NO NÚCLEO DE ATENÇÃO A MULHER DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

ASSINATURA DA ATA: 07/10/2015.

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

EMPRESA: AUTO MECANICA E PEÇAS GE LTDA ME

VALOR DE R\$ 100.200,00 (CEM MIL E DUZENTOS REAIS)

A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO MUNICIPAL

CONVÊNIO 01/2015 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 01/2015 – FMAS

CONVENIADA: CASA DA AMIZADE DE PENHA

OBJETO: a execução de forma descentralizada do(s) Programa(s) de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV no Atendimento à Pessoa Idosa nos termos da Lei Municipal nº 2784/2015

VIGÊNCIA: 07/10/2016

Penha, 07 de outubro de 2015.

Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

CONVÊNIO 08/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 08/2015 - PMP

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E ESPORTIVA SÃO NICOLAU

OBJETO: repasse financeiro para auxiliar nas despesas do pagamento de taxas, inscrições, alvarás junto a LID e pagamento dos uniformes esportivos que serão usados no Campeonato amador da LIGA ITAJAIENSE DE DESPORTOS – LID

VIGÊNCIA: 31/12/2015

Penha, 07 de outubro de 2015.

Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

RESULTADO FINAL EDITAL 03/2015 - COMCAD

C O M C A D

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha / SC

EDITAL Nº 004/2015 – COMCAD PENHA

DIVULGA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES, HOMOLOGA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE PENHA – GESTÃO 2016/2019 E CONVOCA PARA A POSSE DOS TITULARES.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha – COMCAD, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Legislação vigente e no EDITAL Nº003/2015 – COMCAD PENHA, demais Editais do mesmo Processo e ATA do Pleito Eleitoral, divulga os resultados das eleições e homologa o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares para Gestão 2016/2019.

1. Não foram impetrados pedidos de impugnação contra os Candidatos no dia das eleições, no prazo estabelecido no EDITAL Nº003/2015 – COMCAD PENHA e conforme os procedimentos adotados.
2. O Resultado das Eleições realizadas em 04/10/2015 está contido no ANEXO I deste Edital.
3. Ficam convocados os 5 primeiros classificados, sendo estes Titulares à função de Conselheiro Tutelar para o ato de posse a ser realizado

no dia 10 de janeiro de 2016 em local e horário a ser informado posteriormente pelo COMCAD.

3.1. Caso algum dos 5 primeiros classificados estejam impedidos de assumir, deverão comunicar por escrito ao COMCAD até a data de 10 de dezembro de 2015, para que seja convocado o próximo classificado.

3.2. No impedimento do candidato em assumir no dia da posse, por motivos da legislação eleitoral brasileira ou outro motivo qualquer, fica ele, automaticamente, redirecionado para última classificação da relação final de candidatos eleitos, conforme ANEXO I deste Edital.

3.3. Todos os Conselheiros Eleitos como Suplentes, devem manter seus endereços residenciais, de email e telefones atualizados junto ao COMCAD e ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Penha para que possam ser convocados a assumir possível vacância de Conselheiro Tutelar Titular durante o mandato, seja por tempo determinado ou definitivo.

4. Tendo em vista que foram superadas todas as etapas e nada mais consta a fazer, homologa o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Penha – Gestão 2016/2019.

Penha (SC), 05 de outubro de 2015.

Misael Cordeiro

Presidente do COMCAD

ANEXO I

Resultado das Eleições Realizadas em 04/10/2015

CLASSIFICAÇÃO	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	Nº DE VOTOS
1º	012	Eduardo Mauro Vicente	513
2º	001	Luciana Maria da Silva	423
3º	005	Rita Antônia de Cássia Laudário	324
4º	004	Wilson Mistura	317
5º	006	Matheus Marcondes Romeiro Sobrinho	291
6º	002	Antônio Carlos Siqueira da Silva	264
7º	017	Carmen Lúcia Amaro	252
8º	018	Ricardo Silva Baptista	187
9º	016	Mari Neusa da Silva Steinhoff	137
10º	009	Vivian Lane Felício	82

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE ENCERRAMENTO DO CONVITE Nº 01/2015

Ata da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA, aos sete dias do mês de outubro do ano de 2015, as 11:00 horas na sede do poder legislativo municipal, onde reuniram-se os membros desta comissão para abertura do processo licitatório n 008/2015 – convite 01/2015, tendo objeto contratação de assessoria jurídica para revisão da lei orgânica município e reforma do regimento interno da Câmara de Vereadores de Penha, segundo diretrizes do anexo I – termo de referencia, para o qual foram convidados: EMMEL, SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ: 19.236.037-37, JOSÉ FERNANDO DA ROCHA SAIKOSKI, OAB: 24.139, JOEL ELISEU GALLI, OAB 22.853, GILBERTO OTAVIO BAZEN RIGO, OAB 39.447, INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL – IBAM, INSTUTUO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO PUBLICA, e retirou o convite ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 05.389.834/0001-54. Apresentaram-se para o certame as empresas: ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 05.389.834/0001-54 e EMMEL, SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ: 19.236.037-37. De acordo com o artigo 22, parágrafo 7 da lei 8666/1993, sumula 248 do TCU e Pré Julgado 1850 do tribunal de contas do Estado de Santa Catarina, o certame deu-se fracassado.

A empresa EMMEL, SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ: 19.236.037-37 manifesta contraria decisão da comissão em razão de que a Câmara de vereadores do Município de penha cumpriu todas as formalidades estabelecidas na lei de licitações ser prejudicada com a realização de um novo processo de licitação com base no princípio da economicidade. Os envelopes foram devolvidos as empresas licitantes. Nada mais havendo a tratar, encerramos a reunião e lavramos a presente ata.

TATIANE DA SILVA WILLEM
Presidente

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
Membro

IVANA DA COSTA
Membro

Peritiba

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO 04/2015

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Edital de Notificação nº 04/2015

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais do Município e demais interessados, que a Prefeitura Municipal de Peritiba, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/09/2015 a 30/09/2015

Rúbrica	Descrição	Valor
417213300000001	Transferências SUS - PAB Fixo-Piso de Atenção Básica	R\$ 6.396,00
417213300000003	Transferências SUS – PSF-Programa Saúde da Família	R\$ 7.130,00
417213300000004	Transferências SUS – PACS- Agentes Com. de Saúde	R\$ 7.098,00
417213300000005	Transferências SUS – FAR - Farmácia Básica	R\$ 4.614,37
417213300000006	Transferências SUS – E.C.D. Vig. Epidemiológica	R\$ 3.333,32
417213300000007	Transferências SUS – VS- Vig. Sanitária	R\$ 2.000,00
417213300000008	Transferências SUS – PSB - Saúde Bucal	R\$ 2.230,00
417213300000009	Transferências SUS – MAC- Média e Alta Complexidade	R\$ 3.128,42
417213300000010	Transferências SUS – PMAQ-Prog. Melhoria no Acesso e Qualidade	R\$ 13.200,00
417213300000011	Transferências SUS – NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família	R\$ 8.000,00
417213300000014	Transferências SUS – CEO – Centro de Especialidade Odontológicas	R\$ 4.950,00
417213300000015	Transferências SUS – BSOR-SM	R\$ 7.500,00
417213400000002	Transferências FNAS – IGD/BF	R\$ 687,50
417213400000003	Transferências FNAS – PSB-Proteção Social Básica	R\$ 6.000,00
417213414000000	Transferências FNAS – IGD – Suas	R\$ 0,00
417213415000000	Transf. FNAS – SCFV Serviço de Fortalecimento de Vínculos	R\$ 0,00
417213501000000	Transferências do Salário Educação	R\$ 9.959,27
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Ensino Fundamental	R\$ 1.008,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Pré Escola	R\$ 830,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Creche	R\$ 1.720,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-AEE	R\$ 0,00
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Médio	R\$ 620,55
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Fundamental	R\$ 1.778,91
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Infantil	R\$ 165,48
424210200000001	Transf. diretas FNDE-Infraestrutura Escolar Equipamento (Convênio)	R\$ 22.320,00
424720500000001	Receita Pavimentação Rua Albino Zilioto (Convênio)	R\$ 30.000,00

Total dos Recursos Recebidos no Período R\$ 144.669,82 (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos)

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal de Peritiba, situada na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, ou pelo telefone (49) 3453-1122.

PERITIBA(SC), em 06 de Outubro 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita de Peritiba

Pinheiro Preto

PREFEITURA

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO-TERMO 001/2015

TERMO 001/2015

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS NÃO DECORRENTES DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.

O Município de Pinheiro Preto, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Marechal Costa e Silva inscrito no CNPJ sob o nº. 82.827.148/0001-69, doravante denominado DEVEDOR, representado neste termo pelo Sr. Euzebio Calisto Viecei, prefeito, portador do CPF nº 219.837.479-04 e do RG nº 580.604- SSP/SC, residente e domiciliado na rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, nº 111, e o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - IPREPI, situado na Av. Marechal Costa e Silva, bairro centro CEP 89.570-000, neste Município, instituído em 12/11/1999, pela Lei Complementar Municipal nº 81, de 12 de novembro de 1999, neste ato representado pelo Sr. Hadriel Dalmolin, presidente, CPF nº 034.481.409-29 e RG nº 3887626 - SSP/SC, doravante denominado CREDOR, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 225, de 29 de setembro de 2015, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA CONFISSÃO DE DÍVIDA

1.1 O Município de Pinheiro Preto, através do presente instrumento, e na forma da Lei Complementar Municipal nº 225, de 29 de setembro de 2015, CONFESSA ser devedor ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - IPREPI da quantia de R\$ 235.995,36 (duzentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos), referente contribuição do passivo atuarial descoberto de custo suplementar, legalmente instituída na forma da Lei Complementar Municipal nº 169, de 09 de novembro de 2010, e não repassada à unidade gestora do RPPS, competências 01/2011 a 08/2014, na forma de relatório apresentado pela auditoria da Previdência Social, Processo Administrativo Previdenciário PAP nº 192/2014, perfectibilizado na planilha constante do anexo ao presente termo.

1.2 O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PAGAMENTO

2.1 Os valores originais e atualizados da dívida, referente ao débito do Município descrito e quantificado na cláusula primeira, estão discriminados planilha anexa ao presente termo.

2.2 O montante devido e confessado da dívida R\$ 235.995,36 (duzentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos), será pago pelo Município em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela no dia 15 (quinze) de novembro de 2015, e as demais sempre na mesma data.

Parágrafo único. As parcelas serão atualizadas monetariamente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM da FGV, e juros simples de 1% a.m, índice e taxa de juros previstos no art. 11, § único, e art. 98, § 2º, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 422, de 05 de dezembro de 1985 (Código Tributário Municipal), com redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 05 de dezembro de 2006, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Portaria MPS/GM 402/2008.

2.3 Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, incidirá, além de atualização monetária, juros de 1 % (um por cento) ao mês.

2.4 O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento do débito.

2.5 A dívida, objeto do parcelamento constante deste instrumento, é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices.

2.6 Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESCISÃO

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.

CLÁUSULA QUARTA: DA IRRETRATABILIDADE

O presente termo importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando

ainda, confissão extrajudicial.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 3 (três) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Pinheiro Preto – SC, 01 de outubro de 2015.

Euzébio Calisto Vieceli
Prefeito Municipal

Hadriel Dalmolin
Presidente do IPREPI

Testemunhas:

ANGELA PERDONCINI	NELIZE SCHLOSSER
CPF Nº 081.996.789-09	CPF: 091.776.879-57

ANEXO TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS NÃO DECORRENTES DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.

TABELA DOS VALORES CONFESSIONADOS

ANEXO

TABELA DO VALOR DEVIDO

Comp.	Báse Cálculo	Alíquota Contrib. Corrente	Alíquota Contrib. Suplementar	Alíquota Total	Contribuição Devida	Contribuição recolhida	Diferença Valor
01/11	115.969,35	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 22.857,56	R\$ 20.572,96	R\$ 2.284,60
02/11	116.572,59	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 22.976,46	R\$ 20.681,33	R\$ 2.295,13
03/11	115.768,82	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 22.818,03	R\$ 20.537,35	R\$ 2.280,68
04/11	116.601,43	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 22.982,14	R\$ 20.685,08	R\$ 2.297,06
05/11	135.174,51	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 26.642,90	R\$ 23.979,96	R\$ 2.662,94
06/11	126.611,23	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 24.955,07	R\$ 22.460,84	R\$ 2.494,23
07/11	125.170,63	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 24.671,13	R\$ 22.205,26	R\$ 2.465,87
08/11	129.885,92	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 25.600,51	R\$ 23.041,76	R\$ 2.558,75
09/11	127.103,41	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 25.052,08	R\$ 22.548,14	R\$ 2.503,94
10/11	128.999,67	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 25.425,83	R\$ 22.885,07	R\$ 2.540,76
11/11	127.755,85	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 25.180,68	R\$ 22.663,87	R\$ 2.516,81
12/11	254.300,91	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 50.122,71	R\$ 45.112,98	R\$ 5.009,73

TOTAL DEVIDO					R\$ 319.285,11	R\$ 287.374,60	R\$ 31.910,51
--------------	--	--	--	--	----------------	----------------	---------------

Comp.	Báse Cálculo	Alíquota Contrib. Corrente	Alíquota Contrib. Suplementar	Alíquota Total	Contribuição Devida	Contribuição recolhida	Diferença Valor
01/12	141.862,30	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 31.337,38	R\$ 25.762,17	R\$ 5.575,21
02/12	158.999,12	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 35.122,91	R\$ 28.874,36	R\$ 6.248,55
03/12	158.009,19	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.904,23	R\$ 28.694,45	R\$ 6.209,78
04/12	159.129,93	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 35.151,80	R\$ 28.897,98	R\$ 6.253,82
05/12	156.514,04	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.573,95	R\$ 28.422,92	R\$ 6.151,03
06/12	157.827,57	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.864,11	R\$ 28.661,47	R\$ 6.202,64

07/12	158.258,18	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.959,23	R\$ 28.739,11	R\$ 6.220,12
08/12	159.141,76	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 35.154,41	R\$ 28.900,11	R\$ 6.254,30
09/12	158.390,58	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.988,48	R\$ 28.763,69	R\$ 6.224,79
10/12	156.621,39	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.597,67	R\$ 28.442,42	R\$ 6.155,25
11/12	157.554,47	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.803,78	R\$ 28.611,86	R\$ 6.191,92
12/12	306.612,20	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 67.730,63	R\$ 56.172,46	R\$ 11.558,17

TOTAL DEVIDO					R\$ 448.188,59	R\$ 368.943,00	R\$ 79.245,59

Comp.	Báse Cálculo	Alíquota Con- trib Corrente	Alíqota Contrib. Suplementar	Alíquota Total	Contribuição Devida	Contribuição recolhida	Diferença Valor
01/13	145.606,35	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 35.629,87	R\$ 27.068,22	R\$ 8.561,65
02/13	145.081,86	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 35.501,53	R\$ 26.970,73	R\$ 8.530,80
03/13	152.621,39	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 37.346,45	R\$ 28.372,30	R\$ 8.974,15
04/13	161.230,31	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 39.453,06	R\$ 29.972,73	R\$ 9.480,33
05/13	159.074,52	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 38.925,54	R\$ 29.755,50	R\$ 9.170,04
06/13	159.476,62	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 39.023,93	R\$ 29.646,70	R\$ 9.377,23
07/13	161.057,82	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 39.410,85	R\$ 29.949,27	R\$ 9.461,58
08/13	160.419,74	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 39.254,71	R\$ 29.822,03	R\$ 9.432,68
09/13	158.636,16	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 38.818,27	R\$ 29.490,46	R\$ 9.327,81
10/13	154.716,09	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 37.859,03	R\$ 28.761,71	R\$ 9.097,32
11/13	157.841,70	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 38.623,86	R\$ 29.342,77	R\$ 9.281,09
12/13	317.237,26	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 77.627,96	R\$ 58.974,03	R\$ 18.653,93

TOTAL DEVIDO					R\$ 497.475,06	R\$ 378.126,45	R\$ 119.348,61
--------------	--	--	--	--	----------------	----------------	----------------

Comp.	Báse Cálculo	Alíquota Con- trib Corrente	Alíqota Contrib. Suplementar	Alíquota Total	Contribuição Devida	Contribuição recolhida	Diferença Valor
01/14	166.289,83	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 44.648,82	R\$ 43.983,65	R\$ 665,17
02/14	152.744,93	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 41.012,01	R\$ 40.401,03	R\$ 610,98
03/14	162.496,19	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 43.630,23	R\$ 42.980,24	R\$ 649,99
04/14	171.408,00	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 46.023,05	R\$ 45.337,39	R\$ 685,66
05/14	179.544,18	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 48.207,61	R\$ 47.489,44	R\$ 718,17
06/14	179.086,80	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 48.084,81	R\$ 47.368,45	R\$ 716,36
07/14	179.749,84	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 48.262,83	R\$ 47.538,79	R\$ 724,04
08/14	180.070,70	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 48.348,98	R\$ 47.628,70	R\$ 720,28

TOTAL DEVIDO					R\$ 368.218,34	R\$ 362.727,69	R\$ 5.490,65
--------------	--	--	--	--	----------------	----------------	--------------

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.991 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.991 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE E POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III e o Art. 12º da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 1.290,00 (um mil duzentos e noventa reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Unidade Orçamentária: 06.001 – Secretaria de Administração e Fazenda

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2006 – Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 038900000 – Alinação de Bens de Outros Progr. R\$ 1.290,00

TOTAL R\$ 1.290,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 73.400,00 (setenta e três mil, quatrocentos reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manut. do Gabinete do Prefeito

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 04.000 – SECRETARIA DE GOVERNO

Unidade Orçamentária: 04.001 – Secretaria de Governo

Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Governo

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 37.500,00

ÓRGÃO: 10.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 10.001- Secretaria de Desenvolvimento Economico

Projeto/Atividade: 22.661.0150.2029 – Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 21.900,00

TOTAL R\$ 73.400,00

Art 3º - Os valores resultantes das transposições do Art. 2º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manut. do Gabinete do Prefeito

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 04.000 – SECRETARIA DE GOVERNO

Unidade Orçamentária: 04.001 – Secretaria de Governo

Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Governo

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec. Oper. entre Órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 37.500,00

ÓRGÃO: 10.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 10.001- Secretaria de Desenvolvimento Economico

Projeto/Atividade: 22.661.0150.2029 – Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 21.900,00

TOTAL R\$ 73.400,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Fica suplementado na importância de R\$ 180.000,00

(cento e oitenta mil reais) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01120000 – Convênio de Trânsito - Prefeitura R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01360000 – Salário Educação R\$ 115.000,00

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01360000 – Salário Educação R\$ 40.000,00
TOTAL R\$ 180.000,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 5º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 3.658,00 (três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais) do Orçamento em vigor, do Fundo Municipal da Saúde de Pomerode por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380101 – Samu R\$ 2.170,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 – Núcleo Apoio Saúde Família NASF R\$ 1.488,00

TOTAL R\$ 3.658,00

Art 6º - Os valores resultantes das transposições do Art. 5º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380101 – Samu R\$ 2.170,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 – Núcleo Apoio Saúde Família NASF R\$ 1.488,00

TOTAL R\$ 3.658,00

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 30 de setembro de 2015.

ROLF NICLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 046 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS - SEOB

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 046 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 087 / 2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE DESLIZANTES, LÂMINAS 13 FUIROS, ESCOVAS E CABOS DE AÇO PARA AS MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 22/10/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 22/10/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 07 de Outubro de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Porto Belo

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 005/2015 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Concorrência Pública – 005/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor Valor Global;

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reurbanização, pavimentação e iluminação da praça da bandeira localizada no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital” (convênio ministério do turismo).

Recebimento das Propostas: Até 13:00 horas do dia 09/11/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 13:01 horas do dia 09/11/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitação@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 02 de outubro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

LEI 2625

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2625/2015 de 07/10/2015

Autoriza a alienar, através de Leilão bens móveis em desuso, de propriedade desta Prefeitura e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na LEI ORGÂNICA do Município, e na Lei 8.666/93, de 21.06.93, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, através de Leilão, bens móveis, em desuso, de propriedade da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, conforme discriminação que segue:

LOTE 01: 01 Automóvel FIAT/SIENA 1.4 TETRAFUEL, ano 2008, modelo 2009, Placas MEU 0985, RENAVAL 978302982, cor branca, Álcool/Gasolina/GNV. LANCE INICIAL R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);

LOTE 02: 01 Automóvel FIAT/PALIO YOUNG, ano 2000, modelo 2001, Placas IJT 7838, RENAVAL 748451005, cor verde, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);

LOTE 03: 01 Automóvel FIAT/UNO MILLE FIRE, ano 2001, modelo 2002, Placas AAY 7131, RENAVAL 769211801, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais);

LOTE 04: 01 Automóvel FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX, ano 2006, modelo 2007, Placas MER 4838, RENAVAL 902377051, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais);

LOTE 05: 01 Automóvel VW/QUANTUM, ano/modelo 2001, Placas MBE 0853, RENAVAL 759017166, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais);

LOTE 06: 01 CAMIONETE GM/S10 2.4 S, ano/modelo 2002, Placas HPO 6377, RENAVAL 797462279, cor cinza, Gasolina/GNV. LANCE INICIAL R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais);

LOTE 07: 01 CAMINHÃO BASCULANTE M.BENZ/LK 1113, ano 1979, modelo 1980, Placas LWR 9086, RENAVAL 551387866, cor vermelha, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais);

LOTE 08: 01 CAMINHÃO BASCULANTE M.BENZ/L 1113, ano/modelo 1981, Placas MAZ 2077, RENAVAL 550513604, cor vermelha, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais);

LOTE 09: 01 CAMINHÃO BASCULANTE M.BENZ/L 708 E, ano/modelo 1987, Placas MEA 0580, RENAVAL 52585007, cor vermelha, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais);

LOTE 10: 01 TRATOR FORD 4610, ano 1989, cor azul. LANCE

INICIAL R\$ 9.000,00 (nove mil reais);

LOTE 11: 01 PÁ CARREGADEIRA CLARK/MIGHIGAN, ano 1980, cor amarela. LANCE INICIAL R\$ 14.000,00 (catorze mil reais);

LOTE 12: 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO, ano 2002. LANCE INICIAL R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

LOTE 13: 01 MOTONIVELADORA HWB, ano 1982. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00 (três mil reais);

LOTE 14: LOTE de PORTAS e JANELAS de Madeira e Ferro. LANCE INICIAL R\$ 50,00 (cinquenta reais);

LOTE 15: 800 LITROS DE ÓLEO QUEIMADO. LANCE INICIAL R\$ 100,00 (cem reais);

LOTE 16: SUCATAS DE FERRO VELHO. LANCE INICIAL R\$ 90,00 (noventa reais);

LOTE 17: SUCATA de INFORMÁTICA, contendo computadores, mouses, Gabinetes e outros. LANCE INICIAL R\$ 80,00 (oitenta reais);

LOTE 18: SUCATAS DE PNEUS. LANCE INICIAL R\$ 80,00 (oitenta reais).

Art. 2º - Todos os veículos e demais itens, objetos da alienação serão entregues no estado em que se encontram no momento da venda.

Art. 3º - Após o apregoamento normal, repassado duas vezes pelo Leiloeiro, havendo lances inferiores ao mínimo do valor avaliado, estes poderão ser analisados, mas a venda somente será aprovada com concordância da Comissão de Avaliação que estará presente ao leilão e poderá fazer a aprovação na hora do Leilão.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de outubro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

LEI 2626

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2626/2015 de 07/10/2015.

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal do Idoso – FMI do Município do Pouso Redondo, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o

funcionamento das ações na área do idoso.

Art. 2º Constituirão receitas do Fundo Municipal do Idoso – FMI:

I – recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual do Idoso;

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal do Idoso – FMI terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor;

VI – produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII – doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pelo idoso, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal do Idoso – FMI, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o Fundo serão depositado nos Bancos credenciados, em conta especial sob a denominação – Fundo Municipal do Idoso – FMI.

Art. 3º O Fundo Municipal do Idoso – FMI será gerido pela SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO sob orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso.

§ 1º A proposta orçamentária do Fundo Municipal do Idoso – FMI constará na LDO Leis das Diretrizes Orçamentárias, no exercício seguinte a sua criação.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal do Idoso – FMI integrará o orçamento da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO.

Art. 4º Os recursos do Fundo Municipal do Idoso – FMI serão aplicados em:

I – Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços para os idosos, desenvolvidos pela SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, responsável pela execução da Política do Idoso ou por órgãos conveniados;

II – Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução de programas e projetos específicos do setor do idoso;

III – Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos;

IV – Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços para o idoso;

V – Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações para o idoso;

VI – Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área do idoso;

Art. 5º O repasse de recursos para as entidades e organizações do idoso, devidamente registradas no Conselho Municipal do Idoso, será efetivado por intermédio do Fundo Municipal do Idoso – FMI, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Idoso CMI.

Parágrafo Único – As transferências de recursos diretos para organizações governamentais e não governamentais do idoso se processarão mediante convênios e contratos atendendo aos dispositivos legais.

Art. 6º As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal do Idoso – FMI serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal do Idoso CMI, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 7º Para atender ao disposto nesta Lei, será utilizada rubrica orçamentária específica.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 07 de outubro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 162/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 162/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2015

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos quatorze (14) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP inscrita com o CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede a Rua Xanxerê, 250, Letra E, Bairro Lider, Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP 89.805-270, por seu representante legal, Srª Renata Raquel Ahlf dos Santos, portadora do RG nº 4.256.445, inscrita no CPF sob o nº 005.351.199-92, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 084/2015, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de cestas básicas para atender as programa do PEAD na Secretaria Municipal de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 436771 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Cestas básicas, contendo: 05 kg. Açúcar refinado, 05 kg. Arroz parboilizado tipo 1, 01 pç. óleo de soja refinado, 900 ml. 01 pct. café à vácuo 500 gr. com selo de pureza da ABIC., 05 kg. Farinha de trigo especial de 1ª linha, 1 kg. Sal refinado iodado, 01 kg. Fubá grosso mimoso, 01 kg. Feijão preto, 01 kg. massa com ovos tipo parafuso, 01 kg. Farinha de mandioca, 01 pct. Biscoito sortido com 800 gr. e 01 pote margarina 500 gr.	U	AP OESTE	300	R\$67,50	R\$20.250,00
Total do Fornecedor:						R\$20.250,00
Total Geral dos Itens:						R\$20.250,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP

Procurador

DECRETO Nº 4921, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4921, de 29 de setembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 093/2015 - SMO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 093/2015 - SMO, de 02.09.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- GUSTAVO RAHMEIER;
- PNEU BOM LTDA EPP;

- LUDA PNEUS LTDA ME;
- IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
29 de setembro de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

CARISO SAVIO GIACOMINI
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4921/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 093/2015 de 02.09.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARA DE AR E PROTETORES PARA REPOSIÇÃO NA FROTA RODOVOÁRIA. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Participantes:

- GUSTAVO RAHMEIER;
- PNEU BOM LTDA EPP;
- LUDA PNEUS LTDA ME;
- IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- GUSTAVO RAHMEIER;
- PNEU BOM LTDA EPP;
- LUDA PNEUS LTDA ME;
- IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME.

DECRETO Nº 4924, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4924, de 30 de setembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.
DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 065/2015, de 04.09.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTO HOSPITALARES;
- RAFAEL COSTA BELARMINO DA SILVA – EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
30 de setembro de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul.

ANEXO AO DECRETO Nº 4924/2015

Pregão Presencial nº 065/2015 – 04.09.2015.

Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS EM

ENCHENTES. CORPO DE BOMBEIROS.

Participantes:

- SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTO HOSPITALARES;
- RAFAEL COSTA BELARMINO DA SILVA – EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedores os licitantes:

- SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTO HOSPITALARES;
- RAFAEL COSTA BELARMINO DA SILVA – EPP.

DECRETO Nº 4925, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4925, de 01 de outubro de 2015.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11 da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.099	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos	R\$	80.000,00
	TOTAL	R\$	80.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.099	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários	R\$	80.000,00
	TOTAL	R\$	80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4926, 01 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4926, de 01 de outubro de 2015.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11 da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	150.000,00
	TOTAL	R\$	150.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01010000	Recursos Educação	R\$	150.000,00
	TOTAL	R\$	150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
01 de outubro de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/15

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Inge Brito	xxx.041.809-xx	155243
Mara Denise Kurth Beckert	xxx.978.819-xx	153028
Pedro de Jesus	xxx.798.249-xx	152969
Vitrolla Rock Bar Ltda ME	xx.049.509/0001-78	155301

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2015
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO
Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA 0767/RH

PORTARIA Nº 0767/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 06/10/2015 a 02/02/2016 a TIARA CAROLINA KOERICH, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0768/RH

PORTARIA Nº 0768/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 25/09/2015 a 22/01/2016 a KETRIN BOSCO, ocupante da função de Professor (ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0769/RH

PORTARIA Nº 0769/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no que dispõe o Art. 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 03/11/2015 a 01/01/2016, a servidora municipal RUDINEI DA CUNHA ocupante da função de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino (ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0770/RH

PORTARIA Nº 0770/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no que dispõe o Art. 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 26/10/2015 a 24/12/2015, a servidora municipal SUSANA MARIA FERREIRA ocupante da função de Professor(ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0771/RH

PORTARIA Nº 0771/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 27/09/2015 a 24/01/2016, a CIMARA BATISTA DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.408 DE 6 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.408, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015.

Outorga Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Isomar Amorim.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de "Cidadão Rio-sulense" ao senhor Isomar Amorim pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos da Resolução nº 81 de 28 de dezembro de 1.967.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 6 de outubro de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

RESOLUÇÃO Nº 826, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 826, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza pagamento de uma diária e indenização de transporte a servidor.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de uma diária ao servidor Fernando Guedes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador da Câmara Municipal, no valor de R\$ 237,75 (duzentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), para participar da Capacitação promovida pelo Tribunal de Contas do Estado "TCE Virtual: Debates e Inovações para 2016" a ser realizado no dia 27 de outubro do corrente ano, nas dependências do Tribunal de Contas do Estado-SC.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 7 de outubro de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA	ZELI DA SILVA
Presidente da Mesa	Vice-Presidente

DIONÍSIO MAÇANEIRO	MÁRIO MIGUEL
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 827, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 827, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza pagamento de 3 e ½ (três e meia) diárias e indenização de transporte a vereador.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 3 e ½ (três e meia) diárias ao vereador José Thome, no valor de R\$ 1.625,53 (um mil seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e três centavos) para acompanhar o Sr. Rodrigo Duarte, Secretário Municipal de Saúde em viagem à Brasília, nos próximos dias 20, 21 e 22 de outubro, com a finalidade de consolidar a vinda de duas emendas parlamentares de autoria do deputado federal Marco Tebaldi – PSDB/SC, para a área da saúde do Município de Rio do Sul.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive passagens aéreas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 7 de outubro de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA	ZELI DA SILVA
Presidente da Mesa	Vice-Presidente

DIONÍSIO MAÇANEIRO	MÁRIO MIGUEL
1º Secretário	2º Secretário

RESUMO DO CONTRATO Nº 2/2015 - REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2015

RESUMO DO CONTRATO Nº 02/2015.

REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015.

Aos 15 dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Jeferson Alexandre Vieira, resolve firmar o Contrato nº 2/2015 com a empresa M. Móvel Eireli - ME, neste ato representada pelo seu Procurador, Sr. Luiz Amarildo Mueller. O presente contrato tem por objeto o fornecimento e instalação de móveis sob medida para atender as necessidades do Poder Legislativo de Rio do Sul, conforme os itens e valores abaixo discriminados:

LOTE ÚNICO – MÓVEIS SOB MEDIDA

MÓVEIS SOB MEDIDA					
LOTE	ITEM	QTDE. TOTAL	PRODUTO	VALOR MÁXIMO POR ITEM	VALOR MÁXIMO TOTAL
1	1	01	Armário 1 - Cozinha Material: Estrutura em MDF branco ou cinza de 25 mm. (medidas do móvel conforme projeto anexo ao presente contrato). Profundidade do móvel: 60 cm. Fundo: MDF branco ou cinza de 6 mm. Portas: 2 portas de correr em MDF branco ou cinza de 18 mm, medindo 75 cm de largura, equipadas com trilho de alumínio com final de curso com amortecedor e roldanas de nylon com altura ajustável. Puxadores: alumínio anodizado.	R\$ 820,00	R\$ 820,00
1	2	01	Armário 2 - Cozinha Material: Estrutura em MDF branco ou cinza de 25 mm. (medidas do móvel conforme projeto anexo ao presente contrato) Profundidade do móvel: 60 cm. Fundo: MDF branco ou cinza de 6 mm. Portas: 2 portas de correr em MDF branco ou cinza de 18 mm, medindo 50 cm de largura, equipadas com trilho de alumínio com final de curso com amortecedor e roldanas de nylon com altura ajustável. Puxadores: alumínio anodizado.	R\$ 1.030,00	R\$ 1.030,00
1	3	01	Armário 3 - Cozinha Material: Estrutura em MDF branco ou cinza de 25 mm. (medidas do móvel conforme projeto anexo ao presente contrato) Profundidade do móvel: 50 cm. Fundo: MDF branco ou cinza de 6 mm. Portas: 2 portas de correr em MDF branco ou cinza de 18 mm, medindo 50 cm de largura, equipadas com trilho de alumínio com final de curso com amortecedor e roldanas de nylon com altura ajustável. Puxadores: alumínio anodizado.	R\$ 930,00	R\$ 930,00
1	4	01	Armário 4 - Cozinha Material: Estrutura em MDF branco ou cinza de 25 mm. (medidas do móvel conforme projeto anexo ao presente contrato) Profundidade do móvel: 50 cm. Fundo: MDF branco ou cinza de 6 mm. Portas: 2 portas de correr em MDF branco ou cinza de 18 mm, medindo 75 cm de largura, equipadas com trilho de alumínio com final de curso com amortecedor e roldanas de nylon com altura ajustável. Puxadores: alumínio anodizado.	R\$ 1.066,00	R\$ 1.066,00
1	5	02	Armário 1 - Secretaria Legislativa Material: Estrutura em MDF branco ou cinza de 25 mm. (medidas do móvel conforme projeto anexo ao presente contrato). Profundidade do móvel: 70 cm. Fundo: MDF branco ou cinza de 6 mm. Portas: 2 portas de correr em MDF branco ou cinza de 18 mm, medindo 53 cm de largura, equipadas com trilho de alumínio com final de curso com amortecedor e roldanas de nylon com altura ajustável. Puxadores: alumínio anodizado.	R\$ 920,00	R\$ 1.840,00

MÓVEIS SOB MEDIDA

LOTE	ITEM	QTDE. TOTAL	PRODUTO	VALOR MÁXIMO POR ITEM	VALOR MÁXIMO TOTAL
1	6	01	Armário 2 – Secretaria Legislativa Material: Estrutura em MDF branco ou cinza de 25 mm. (medidas do móvel conforme projeto anexo ao presente contrato). Profundidade do móvel: 70 cm. Fundo: MDF branco ou cinza de 6 mm. Portas: 2 portas de correr em MDF branco ou cinza de 18 mm, medindo 48 cm de largura, equipadas com trilho de alumínio com final de curso com amortecedor e roldanas de nylon com altura ajustável. Puxadores: alumínio anodizado.	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	7	01	Gaveteiro 1 – Secretaria Legislativa Material: Estrutura em MDF branco ou cinza de 25 mm. (medidas do móvel conforme projeto anexo ao presente contrato) Profundidade do móvel: 70 cm. Fundo: MDF branco ou cinza de 6 mm. Gavetas: 3 gavetas tipo arquivo, equipada com trilho telescópico com final de curso com amortecedor e suporte para pastas suspensas. Porta superior: porta de abrir em MDF branco ou cinza de 18 mm, equipada com dobradiça com amortecedor e puxador de alumínio embutido. Puxadores: alumínio anodizado.	R\$ 770,00	R\$ 770,00
VALOR TOTAL					R\$ 6.951,00

A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações. O pagamento pelos materiais/móveis sob medida efetivamente entregues e instalados será feito pela Contratante uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, e ocorrerá até o décimo dia útil após a data do recebimento definitivo, consistente no atesto da competente nota fiscal ou fatura apresentada

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente da Câmara

LUIZ AMARILDO MUELLER.

M. Móbile Eireli - ME

RESUMO DO CONTRATO Nº 3/2015 - REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015

RESUMO DO CONTRATO Nº 3/2015 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015.

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.

Contratada: Br Live Telecomunicações Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para efetuar o fornecimento, instalação, manutenção e suporte de 02 (dois) links de acesso à internet, sendo o primeiro com velocidade de 10 mbps, e o segundo com velocidade de 15 mbps dedicado (full), para atender as necessidades do poder legislativo de Rio do Sul.

Vigência: A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei 8.666/93 com suas alterações.

Valor: Para a execução do presente contrato será pago à Contratada o valor total de R\$ 9.909,96 (nove mil novecentos e nove reais e noventa e seis centavos, em doze parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$ 825,83 (oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e três centavos) cada. O pagamento pelo objeto licitado efetivamente fornecido será feito pela Contratante, creditado em nome do Contratado, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente ou por cheque nominal ou por pagamento por código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste contrato, e ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil após a data do recebimento definitivo, consistente no atesto da competente nota fiscal ou fatura apresentada, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa ou juros moratórios por demora de até 3 (três) dias úteis que ultrapassar a data de vencimento, após a data da referida Ordem bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente.

Rio do Sul, 5 de outubro de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal

EROLF SCHOTTEN
Br Live Telecomunicações Ltda.

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO Nº 092, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 092, DE 07 de OUTUBRO de 2015.

Homologa resolução 04/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a resolução nº 04/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que dispõe sobre "o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Salto Veloso."

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 25 de setembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Salto Veloso.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme com o Edital nº 001/2015, RESOLVE:

I - Tornar público o resultado final da Eleição Unificada do Conselho Tutelar do município de Salto Veloso.

II - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015:

I - Total de eleitores: 527

II - Total de votos válidos: 517

III - Total de votos em branco: 01

IV - Total de votos nulos: 9

Art. 2º: Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº. de Votos	Classificação
Jani Carlos Conte	117	1º
Meryeli Donadel	113	2º
Marli Angélica Borges	80	3º
Martina Celzlein	57	4º
Andréia Schwantz	50	5º
Paulo Ricardo Da Fonseca	49	6º
Sandra Mara de Moura Ribas	46	7º
Giovana Ariati Zaccaron	5	8º

Art. 3º: Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por

ordem de votação:

I- Jani Carlos Conte

II- Meryeli Donadel

III- Marli Angélica Borges

IV- Martina Celzlein

V- Andréia Schwantz

Art. 4º: Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- Paulo Ricardo Da Fonseca

II- Sandra Mara de Moura Ribas

III- Giovana Ariati Zaccaron

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2015, às 8 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Salto Veloso, situada à Travessa das Flores, nº 58, Centro de Salto Veloso.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 07 de outubro de 2015.

Andréia Leite Godoy Vitti

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salto Veloso

PORTARIA N. 013, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA N. 013, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

NOMEIA A AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis;

RESOLVE

Art. 1º. Nomear o servidor CAMILO DORNELLES, como responsável pelo ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO DE SALTO VELOSO - ORTSVEL, sendo que para todos efeitos a autoridade municipal de trânsito.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 18 de setembro de 2015.

Claudemir Cesca

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 291/2015

PORTARIA Nº. 291/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 29 de Setembro de 2015 a 27 de Dezembro de 2015, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor LUIZ NEZI, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Carpinteiro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 29 de Setembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 293/2015

PORTARIA Nº. 293/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Nº 1516 de 10/10/2014.

Resolve:

Artigo 1º. Admitir a Sra. CÁTIA DE MORAIS para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Auxiliar de Limpeza, 40 horas semanais.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 06 de outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 294/2015

PORTARIA Nº. 294/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Nº 1516 de 10/10/2014.

Resolve:

Artigo 1º. Admitir a Sra. REGINA LÚCIA TELEGEM para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 06 de Outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 295/2015

PORTARIA Nº. 295/2015

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. EVANDRO MARCELO SONDA, pelo período de 05/10/2015 a 05/12/2015, correspondente a 62 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 06 de outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 296/2015

PORTARIA Nº. 296/2015

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. ROSANA DE BORTOLI GAIO, pelo período de 29/09/2015 a 29/11/2015, correspondente a 62 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 06 de outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA-SC

Processo Licitatório nº 012/2015 - FMS

Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015

Contratado: "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –APAE"

Objeto: Contratação de Unidade Prestadora de Serviços de Assistência a Saúde, na área ambulatorial, para atendimento da demanda do Município de Santa Cecília, de pacientes do SUS.

Valor: R\$ 182.387,52 (Cento e Oitenta e Dois Mil, Trezentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta e Dois Centavos), período de contratação de 09/10/2015 a 09/10/2016 em 12 parcelas mensais de R\$ 15.198,96, após a respectiva transferência financeira do Fundo Nacional de Saúde-FNS.

Fund. Legal: Art. 25 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Santa Cecília-SC, 07 de outubro de 2015

Domingos Scariot Junior

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 083/2015 - CONCORRENCIA PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 83/2015–Concorrência Pública nº 83/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para a execução das etapas de drenagem, terraplenagem, pavimentação asfáltica e sinalização, na continuação da estrada Municipal que liga a cidade de Santa Rosa do Sul ao IFC Instituto Federal Catarinense - campus Santa Rosa do Sul, entre as estacas 00 e 110, com extensão de 2,2km, tudo em conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico-financeiro. Com recebimento da documentação e proposta até às 13h:45min do dia 09/11/2015, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14:00horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.

Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 07 de outubro de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2015

Mandato 10/01/2016 a 09/01/2020

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Nº INSCR	LISTA DE CANDIDATOS	TOTAL DE VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
001	ROSA ENI FRAGA	372	1º Conselheiro
002	ELISANDRA BITENCOURT DE SOUZA	293	2º Conselheiro
003	VANDA ANA DE SOUZA DA SIVA	276	4º Conselheiro
004	RITA DE CÁSSIA DA SILVA	254	1º Suplente
005	VOLNEI DE ASSIS BITENCOURT	268	5º Conselheiro
006	JAILSON DE JESUS GALDINO	127	5º Suplente
007	GISLAINE DE JESUS GALDINO	113	
008	CARLA DANIELA AZEVEDO	15	
009	ALINE PIRES SOARES	17	
010	MAUZA RAOS DA CUNHA	282	3º Conselheiro
011	FABIANA FREITAS DE SOUZA	227	2º Suplente
012	DAIANE MARTINS PEREIRA	163	4º Suplente
013	ROSINEIA TREVISOL GENEROSO	164	3º Suplente
014	ADRIANA RAUPP DOS SANTOS FERNANDES	102	
016	JOSÉ LUIZ DE ÁVILA	28	

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 165/2015 INTERROMPE LICENÇA TRATAMEMTO DE SAUDE

PORTARIA Nº 165/2015

INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica interrompida licença para tratamento de saúde na data de 07/10/2015 da Servidora Municipal, Senhora IVONE PEROTTI KALLER, matrícula nº 8141/01, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais. Em conformidade com a lei complementar nº 10 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com efeitos retrativo de 07 de Outubro de 2015.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 07 de Outubro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº164/2015 REVOGA PORTARIA

PORTARIA Nº 164/2015

REVOGA PORTARIA 106/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a portaria n. 106/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 07 de outubro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 100/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 118/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 100/2015.
Objeto: Aquisição de material elétrico e mão de obra para a instalação das luzes natalinas na Praça Municipal localizada na Rua Humberto de Alencar Castelo Branco e Praça localizada na Avenida João Corso, conforme autorizado pela Lei Municipal Nº. 796/2015 de 02 de outubro de 2015.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 04 de novembro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 04 de novembro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 06 de outubro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 101/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 119/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 101/2015.
Objeto: Aquisição de balas mastigáveis para ser distribuído para as crianças do Município de 0 à 12 anos em virtude das comemorações das festividades natalinas, que acontecerá no dia 13 de dezembro de 2015, conforme autorizado pela Lei Municipal Nº. 796/2015 de 02 de outubro de 2015.
Entrega dos Envelopes: 10:30 horas do dia 04 de novembro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 10:30 horas do dia 04 de novembro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 06 de outubro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 218/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 218/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 22 de outubro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA A POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 97/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 23 de outubro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

DECRETO Nº 1094/2015

DECRETO Nº 1094, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(443) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrig. Tributárias e Contributivas....
.....R\$ 1.600,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(437) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo....
.....R\$ 1.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1095/2015

DECRETO Nº 1095, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTABELECE MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE DESPESAS E DE AJUSTE FISCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FERNANDO TURECK, Prefeito Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, legislação em vigor; e

Considerando as disposições constantes na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e da Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei Municipal nº 3.429, de 06 de outubro de 2014;

Considerando que o somatório da arrecadação municipal não está atendendo as metas fiscais estabelecidas nas leis orçamentárias;

Considerando a queda da receita do Município que vem se acenuando mês a mês, especialmente no repasse do FPM – Fundo de Participação dos Municípios;

Considerando a necessidade de redução de despesas, de limitação de empenhos e movimentação financeira com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro vigente;

Considerando que a receita da administração direta municipal, no ano de 2015 atingiu os R\$ 115.752.005,75, comparando-se ao mesmo período em 2014, que foi de R\$ 114.713.877,46 – janeiro a setembro – apresentou uma correção na ordem de 0,90% (zero vírgula noventa por cento) e as despesas continuadas, água, luz, telefone e combustíveis apresentaram uma correção em seus valores muito superior, algumas atingindo até 30% (trinta por cento)

como foi o caso da energia elétrica;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas as medidas administrativas e de restrições orçamentárias para o efetivo controle da despesa pública, sem prejuízos de outras análogas, conforme segue:

I – Ficam suspensos de forma temporária:

- a) Novas nomeações de servidores efetivos e cargos em comissão, contratações, convocações para regime especial e contratações de estagiários, ressalvadas as situações de: necessidade excepcional para substituição de pessoal nas áreas de saúde e educação; caráter emergencial; atendimento da decisão judicial relativa às creches; cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta em vigor (abrigo de menores, centro do autista e cargos comissionados).
- b) Concessão de diárias, exceto aos motoristas lotados na Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em nomeações para substituição;
- d) Concessão de novas gratificações;
- e) Pagamento de licença prêmio remunerada;
- f) Novos afastamentos ou cedência de servidores, com ônus para o Município, para órgãos Federais, Estaduais ou Municipais.

Art. 2º Suspensão da execução de horas extras, exceto as absolutamente necessárias, desde que previamente autorizadas pelo Prefeito Municipal, ou por quem ele delegar, com base em análise de justificativa apresentada pelo solicitante.

Art. 3º Suspensão e/ou revisão de despesas correntes, tais como dos contratos de prestação de serviços e convênios que não são considerados imprescindíveis para o atendimento das atividades da administração.

Art. 4º Redução das despesas com manutenção de automóveis, ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos, sendo que a aquisição de materiais ou serviços destinados a este fim, deverão ser previamente autorizados pelo Secretário Municipal de Finanças e homologados pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º As Secretarias Municipais de Educação e Saúde, deverão fazer uma avaliação sobre o índice de gastos de suas Secretarias limitando-se suas despesas ao cumprimento dos dispositivos da LDB e dispositivos constitucionais.

Art. 6º Fica expressamente proibida, a utilização de veículos e máquinas da Prefeitura fora do horário de expediente, exceto em caráter emergencial, mediante autorização expressa do Prefeito Municipal.

Art. 7º Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais e Presidentes de autarquias e fundações a estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, ficando a seu cargo a adoção de medidas necessárias à sua implementação.

Parágrafo Único Ficará sob a responsabilidade pessoal dos Secretários Municipais e dos Presidentes de autarquias e fundações a prática ou autorização de ato ou despesa em desacordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 009/2015

RESULTADO

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 009/2015

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, em exercício, homologa e torna público a lista de candidatos deferidos e indeferidos do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 009/2015.

Informa ainda que conforme dispõe o Edital, o prazo para recursos será de 02 (dois) dias a partir da data de publicação.

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – ESTRADA RIO NATAL – RIO NATAL

Classif.	Insc.	Nome do Candidato	Escolaridade	Tempo Serviço	Pontuação
1º	005	VALDEMIRO LUDWINSKY	1,0	-	1,0

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – ESTRADA DOS PORCOS - RIO NATAL

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Escolaridade	Tempo Serviço	Pontuação
1º	004	OSÓRIO AUGUSTINHO JANCZKOWSKI	1,0	-	1,0

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – ESTRADA SARAIVA – RIO NATAL

Classif.	Insc.	Nome do Candidato	Escolaridade	Tempo Serviço	Pontuação
1º	003	FELÍCIO URBAINSKI	1,0	2,5	3,5

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – CENTRO

Classif.	Insc.	Nome do Candidato	Escolaridade	Tempo Serviço	Pontuação
1º	021	LUIS CARLOS FERREIRA	3,0	2,5	5,5
2º	028	JOSÉ RENATO JULIANI NUNES	3,0	-	3,0
3º	008	ORLANDO LIETZ	3,0	-	3,0
4º	017	JORGE ANTONIO RODRIGUES FRANÇA	-	2,5	2,5
5º	019	CLOVIS GONSALVES DOS SANTOS	-	2,5	2,5
6º	029	AIRTON SIMÃO PIRES	2	-	2,0
7º	024	MAICON NOVACK	2	-	2,0
8º	012	OSVALDO DA ROCHA	1	-	1,0

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES**

Inscrição	Nome do Candidato	
006	ALEXSANDRO RODRIGUES L. SILVA	REQUISITOS INCOMPATÍVEIS COM EDITAL
007	SANITO WEDDERHOFF	REQUISITOS INCOMPATÍVEIS COM EDITAL
011	SANDRO GONÇALVES DA LUZ	REQUISITOS INCOMPATÍVEIS COM EDITAL

CARGO: PSICÓLOGO

Classif.	Insc.	Nome do Candidato	Escolaridade	Tempo Serviço	Pontuação
018	1º	ANDREIA FABIANE BERTOLI	4,0	5,0	9,0
014	2º	DEBORA CRISTINA CASSIAS PEREIRA	5,0	2,5	7,5
015	3º	SANDRA MARA WEIGMANN LOPES	5,0	2,5	7,5
002	4º	GEREMIAS ALVES	5,0	2,5	7,5
009	5º	FERNANDA C. NEIDERT BATISTA	5,0	2,5	7,5
025	6º	ELIS REGINA DA ROSA	4,0	2,5	6,5
020	7º	CASSIO HEIDEN MAOSKI	4,0	2,5	6,5
010	8º	CLEIDINEIA DE MOURA	5,0	-	5,0
023	9º	ROSANGELA DA SILVA	4,0	-	4,0
027	10º	ELENICE INES PILAT LIETZ	4,0	-	4,0
016	11º	IDELAIDE FORTESCKI	4,0	-	4,0
026	12º	CARLA QUELI MELCHIOR	4,0	-	4,0
022	14º	GABRIELA DE LIMA	4,00	-	4,0
013	15º	FRANCIELE RODRIGUES DA SILVA	4,0		4,0

INSCRIÇÃO INDEFERIDA**CARGO: PSICÓLOGA**

Inscrição	Nome do Candidato	
001	ELAINE MAGALHAES	REQUISITOS INCOMPATÍVEIS COM EDITAL

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2015

Arildo Gesser

Prefeito em exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2015 FMD

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2015 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento parcelado de 1.080 Passagens (Vale Transporte) para os Servidores Públicos da Fundação Municipal de Desportos, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 012/2015, de 22 de setembro de 2015.

DO VALOR: R\$ 3.564,00 – Valor Total

DA VIGÊNCIA: 9 (nove) meses, a contar de 01 de outubro de 2015 e a terminar em 30 de junho de 2016.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.

NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, como Contratada.

LISTAGEM PORTARIAS Nº 10/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 10148, de 05 de outubro de 2015. Revoga, a partir de 02 de outubro de 2015, a Portaria nº 10047/2015, que nomeou Raphael Ayres de Assis Barbosa, no cargo de Médico Oftalmologista, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria nº 10149, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de agosto de 2015. Orovilda de Fátima Martins Correa Muckenberger, Professor Educação Infantil – Especialização, Nível II, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 10150, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 06 de agosto de 2015. Elisete Goede Kindler, Auxiliar de Enfermagem – em extinção, Grupo Ocupacional 03, Nível II, da Classe F para Classe G. SEMUS.

Portaria nº 10151, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 19 de agosto de 2015. Elvira de Quadra, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, da Classe E para Classe F. SEMED.

Portaria nº 10152, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 03 de setembro de 2015. Alina Del Carmen Cowen de Pinto, Médico Generalista - ESF, Grupo Ocupacional 08, Nível I, da Classe A para Classe B. SEMUS.

Portaria nº 10153, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 03 de setembro de 2015. Dalcides Conceição da Silva, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível IV, da Classe D para Classe E. SEMED.

Portaria nº 10154, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 11 de setembro de 2015. Daniele Maria Wedderhoff, Professor Educação Infantil – Especialização, Nível II, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 10155, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 13 de setembro de 2015. Jaime Mokwa, Psicólogo, Grupo Ocupacional 05, Nível I, da Classe C para Classe D. SEMUS.

Portaria nº 10156, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 16 de setembro de 2015. Zeonilda Fernandes Martins, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, da Classe A para Classe B. SEMED.

Portaria nº 10157, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 19 de setembro de 2015. Juraci Claudio Rosseto, Fiscal de Obras, Grupo Ocupacional 04, Nível I, da Classe F para Classe G. SEPLU.

Portaria nº 10158, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 20 de setembro de 2015. Karina Thiemann de Abreu, Farmacêutica, Grupo Ocupacional 05, Nível II, da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 10159, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 22 de setembro de 2015. Janaina Boeira da Silva, Odontólogo - ESF, Grupo Ocupacional 07, Nível I, da Classe A para Classe B. SEMUS.

Portaria nº 10160, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 24 de setembro de 2015. Marcia Cristiane Pereira Langanke, Enfermeiro, Grupo Ocupacional 05, Nível I, da Classe A para Classe B. SEMUS.

Portaria nº 10161, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 25 de setembro de 2015. Rosane Kosmala, Professor Educação Infantil – Magistério, Nível II, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 10162, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 26 de setembro de 2015. Vanilza dos Santos, Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível III, da Classe C para Classe D. SEMUS.

Portaria nº 10163, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público, a partir de 17 de agosto de 2015. Matilde Sueli Vidal dos Santos, Secretária de Escola, Grupo Ocupacional 04, Nível I, da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 10164, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público, a partir de 19 de setembro de 2015. Daniele Nogueira Gonçalves, Professor Anos Iniciais - Especialização, Nível II, da Classe D para Classe E. SEMED.

Portaria nº 10165, de 05 de outubro de 2015. Promove Servidor Público, a partir de 25 de setembro de 2015. Adriana Botapoff Ruda, Professor Anos Iniciais - Especialização, Nível II, da Classe E para Classe F. SEMED.

Portaria nº 10166, de 06 de outubro de 2015. Revoga Portaria nº 10129/2015, que admitiu em caráter temporário a servidora Claudete Marli Pereira Ferreira, no cargo de Atendente Educativo, por desistência espontânea em 01 de setembro de 2015.

São Bento do Sul, 08 de outubro de 2015.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 10146/2015

PORTARIA Nº 10146, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

Cede Servidor Público

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o contido no memorando interno nº 253/2015/FCS-BS no qual a Fundação Cultural solicita a cedência de um Auxiliar de Serviços,

Considerando que no memorando interno nº 465/2015 – RH, consta que a cedência se faz necessária devido a inexistência de concurso público para suprir a vaga,

RESOLVE:

Art. 1º Ceder, a partir de 05 de outubro de 2015, a servidora MARIA APARECIDA ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, para prestar serviços junto à Fundação Cultural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10147/2015PORTARIA Nº 10147, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora KATIA BEATRIZ DA SILVA, ocupante do cargo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Corsa, placa LZS 2583
- GM/Corsa, placa MBI 0423
- GM/Corsa, placa MHW 3336
- GM/Celta, placa MMK 1823
- GM/Celta, placa MMJ 8823
- Fiat/Doblo, placa MFF 1106
- Fiat/Doblo, placa MFN 6248
- Ford/Fiesta, placa OKF 3715
- Ford/Fiesta, placa OKF 3645
- VW/Gol, placa MBL 6765
- VW/Gol, placa MFQ 9645
- VW/Gol, placa MFT 3739
- VW/Gol, placa MJS 2989
- GM/Montana, placa MJC 4066
- Fiat/Palio, placa MGX 5834
- Peugeot, placa MJZ 8342
- Fiat/Uno, placa MCG 4284
- Fiat/Uno, placa MFN 8302
- Fiat/Uno, placa MFN 8322

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10169/2015

PORTARIA Nº 10169, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

REVOGA PORTARIA Nº 9989/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 06 de outubro de 2015, a Portaria nº 9989/2015 que designou MARILIA CRISPI DE MORAES, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Comunicação Social, no Gabinete do Prefeito, para responder, interinamente, pelo cargo de Presidente da Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 06 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10170/2015

PORTARIA Nº 10170, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 06 de outubro de 2015, ROBSON RODRIGUES DA SILVA, do cargo de Diretor do Departamento de Cultura, na Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 06 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10171/2015

PORTARIA Nº 10171, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Retira Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

RETIRAR, a partir de 06 de outubro de 2015, a gratificação de função - FG 5 concedida à servidora MARLA HUEBL KEISER, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 06 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10172/2015

PORTARIA Nº 10172, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Presidente

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 06 de outubro de 2015, ROBSON RODRIGUES DA SILVA, no cargo de Presidente da Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 06 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10173/2015

PORTARIA Nº 10173, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 06 de outubro de 2015, MARLA HUEBL KEISER, no cargo de Diretora do Departamento de Cultura, na Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 06 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10174/2015

PORTARIA Nº 10174, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Contábil

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

A partir de 19 de agosto de 2015, conceder à servidora SILVIA CRISTIANE HOMECHEN DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Contador, na Secretaria Municipal de Saúde, a Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Contábil, vinculada a assinatura e responsabilização pelas atividades desenvolvidas, mediante pagamento de gratificação pecuniária de R\$ 1.000,00.

São Bento do Sul, 06 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10175/2015

PORTARIA Nº 10175, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede Gratificação de Função

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, e nos termos da Lei nº 701/2003,

RESOLVE:

CONCEDER, a partir de 01 de outubro de 2015, Gratificação de Função FG 1 – Agente de Serviços de Responsabilidades Alheias ao Cargo Efetivo – coleta de material para realização de exames de DNA, à servidora SIMONE SCHLUCUBIER, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 06 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

POR 1849 DE 07 10 15 DESIGNA ANDRESSA LORENZON RESPONSÁVEL SETOR DE ENGENHARIA

PORTARIA Nº 1849, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa servidora pública municipal como Responsável Técnica pelo Setor de Engenharia do Município e dá outras providências. O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; pelo inciso I, do artigo 40 da Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada; e:

- Considerando o Decreto nº 1981, de 20 de maio de 2015, que trata da nomeação da servidora municipal Andressa Lorenzon;
- Considerando que não há servidor nomeado para o cargo de engenheiro do Município;
- Considerando que a servidora Andressa Lorenzon possui registro junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia de Santa Catarina, sob o nº 126668-0;
- Considerando a demanda de serviços no Setor de Engenharia do Município;
- Considerando a necessidade de designar Responsável Técnico por este setor;
- Considerando que a servidora Andressa Lorenzon vem exercendo esta função desde a sua nomeação;
- Considerando que a servidora é responsável também pela fiscalização, acompanhamento e emissão dos Laudos de Medição das obras realizadas no Município, bem como pelos Termos de Recebimento das mesmas;
- Considerando o grande número de obras que estão sendo executadas pelo Município;
- Considerando ainda, que a servidora é responsável pela elaboração de projetos, emissão de ARTs e demais documentações técnicas pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Andressa Lorenzon, registrada junto ao CREA/SC sob o nº 126668-0, ocupante do cargo de Consultor Técnico, para atuar como responsável técnica pelo Setor de Engenharia deste Município; pela fiscalização, acompanhamento e emissão dos Laudos de Medição das obras, bem como pelos Termos de Recebimento das mesmas e; elaboração de projetos, emissão de ARTs. e demais documentações técnicas e atividades pertinentes ao setor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 031/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 031/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 009/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 20 de outubro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventual futura AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, LEITES DIVERSOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 05 de outubro de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro Oficial.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 099/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 099/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 035/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 21 de outubro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: São Domingos, SC, 05 de outubro de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro Oficial.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 100/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 100/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 036/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 22 de outubro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventual futura AQUISIÇÃO DE PAVER DESCLASSIFICADO E INTEIRO PARA FABRICAÇÃO DE CAIXAS COLETORAS. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: São Domingos, SC, 05 de outubro de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro Oficial.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 101/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 101/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 037/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 14:00 horas do dia 22 de outubro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventual futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONserto DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:

São Domingos, SC, 05 de outubro de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro Oficial.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 006/2015

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 006/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Clínica Odontológica Soder - Ltda

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação 005/2014

OBJETO: "Confecção de Prótese Total (PT) Acrilizada: confeccionada em acrílico termo- polarizável".

São João do Oeste – 01 de outubro de 2015

Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO APOSTILAMENTO Nº 02/2015 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO APOSTILAMENTO nº 02/2015 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015.

PARTES: Município de São João do Oeste e Comércio de Bebidas Grasel Ltda.

ORIGEM: Processo Licitatório nº 03/2015

OBJETO: "Apostilamento de valor ao contrato de fornecimento de Gás GLP – P45 e GLP- P13".

Valor do Reajuste: 790,00

VIGÊNCIA: 23.09.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 23 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO DISTRATO AO CONTRATO Nº 005/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO DISTRATO AO CONTRATO Nº 005/2015, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE E A EMPRESA ALEXANDRE CAMPOS CAMARGO- MEI.

PARTES: Município de São João do Oeste e Alexandre Campos Camargo- Mei

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2015

OBJETO: "Distrato contrato para de realização de Oficinas de Dança urbana e capoeira, destinadas aos inscritos no CRAS do Município de São João do Oeste".

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO 24/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO 24/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Esequiel Rodrigo Pasinato - Mei

ORIGEM: Pregão Presencial nº 20/2015

OBJETO: "O presente termo aditivo tem por objeto a supressão de 25% do Contrato nº 24/2015, referente a divulgação de eventos municipais de acordo com art. 65, I, 'b', e II, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

VALOR TOTAL: R\$ 300,00

VIGÊNCIA: 28.09.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 23/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 23/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Rádio Oeste Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 20/2015

OBJETO: "O presente termo aditivo tem por objeto a supressão de 25% do Contrato nº 23/2015, referente a informes do município de São João do Oeste de acordo com art. 65, I, 'b', e II, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 1.125,00

VIGÊNCIA: 28.09.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 23/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 23/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Rádio Oeste Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 20/2015

OBJETO: "O presente termo aditivo tem por objeto a supressão de 25% do Contrato nº 23/2015, referente a informes do município de São João do Oeste de acordo com art. 65, I, 'b', e II, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 1.125,00

VIGÊNCIA: 28.09.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 03/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 03/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e CTO Cursos De Informática Ltda-Me.

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 02/2015

OBJETO: "Supressão de 50% do contrato de realização de oficinas de Confecção de artesanatos e peças decorativas em tecidos, com recursos do PAIF".

VALOR TOTAL: R\$ 1.350,00

VIGÊNCIA: 01.10.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 04/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 04/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e CTO Cursos De Informática Ltda-Me.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 05/2015

OBJETO: "Supressão de 50% do contrato de realização de oficinas de Confecção de artesanatos e peças decorativas em tecidos, com

recursos do SCFV".

VALOR TOTAL: R\$ 1.950

VIGÊNCIA: 01.10.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 09/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 09/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e CTO Cursos De Informática Ltda-Me.

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 17/2015

OBJETO: "Supressão de 50% do contrato de realização de oficinas de Confecção de artesanatos e peças decorativas em tecidos, com recursos do PAIF".

VALOR TOTAL: R\$ 2.250,00

VIGÊNCIA: 01.10.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2014.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2014.

PARTES: Município de São João do Oeste e Empresa Jornalística Jornal Expressão Ltda.

ORIGEM: Carta Convite nº 15/2014

OBJETO: "O presente termo aditivo tem por objeto a supressão de 25% do valor remanescente do Contrato nº 32/2014, de acordo com art. 65, I, 'b', e II, § 1º, da Lei nº 8.666/93 referente a publicações municipais."

VALOR TOTAL: R\$ 1.091,58

VIGÊNCIA: 28.09.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2014.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2014.

PARTES: Município de São João do Oeste e Empresa Jornalística Oestenews Ltda Me.

ORIGEM: Carta Convite 03/2014

OBJETO: "O presente termo aditivo tem por objeto a supressão de 25% do valor remanescente do Contrato nº 34/2014, referente a serviços de publicações dos informes das atividades do município, de acordo com art. 65, I, 'b', e II, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

VALOR TOTAL: R\$ 1.169,58

VIGÊNCIA: 28.09.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2015.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2015.

PARTES: Município de São João do Oeste e Empresa Jornalística Oestenews Ltda Me.

ORIGEM: Carta Convite 03/2014

OBJETO: "O presente termo aditivo tem por objeto a supressão de 25% do valor remanescente do Contrato nº 37/2015, referente a serviços de publicações municipais de acordo com art. 65, I, 'b', e II, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

VALOR TOTAL: R\$ 1.049,25

VIGÊNCIA: 28.09.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2014.

PARTES: Município de São João do Oeste e Empresa Jornal Força D'oeste Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 16/2015

OBJETO: "O presente termo aditivo tem por objeto a supressão de 25% do valor remanescente do Contrato nº 38/2014, referente a publicações municipais de acordo com art. 65, I, 'b', e II, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

VALOR TOTAL: R\$ 1.176,06

VIGÊNCIA: 28.09.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 24/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 24/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Rádio Itapiranga-Ltda

ORIGEM: Carta Convite nº 06/2014

OBJETO: "O presente termo aditivo tem por objeto a supressão de 25% do Contrato nº 24/2014, de acordo com art. 65, I, 'b', e II, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

VALOR TOTAL: R\$ 3.508,80

VIGÊNCIA: 28.09.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 26/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 26/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Rádio Porto Feliz- Ltda

ORIGEM: Carta Convite nº 06/2014

OBJETO: "O presente termo aditivo tem por objeto a supressão de 25% do Contrato nº 26/2014, de acordo com art. 65, I, 'b', e II, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

VALOR TOTAL: R\$ 471,75

VIGÊNCIA: 28.09.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2015 AO CONTRATO Nº 03/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO nº 02/2015 AO CONTRATO Nº 03/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Auto Posto DDM Ltda

ORIGEM: Processo Licitatório nº 03/2015

OBJETO: "Apostilamento de valor ao contrato de aquisição de óleo Diesel Combustível".

Valor do Reajuste: 4.624,98

VIGÊNCIA: 05.10.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 05 de Outubro de 2015

Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2015 DO CONTRATO Nº 08/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO nº 02/2015 DO CONTRATO Nº 08/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Reunidas Turismo S.A

ORIGEM: Processo Licitatório nº 03/2015

OBJETO: "Apostilamento de valor ao contrato de aquisição de passagens intermunicipais para transporte de pacientes".

Valor do Reajuste: 1.811,00

VIGÊNCIA: 05.10.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 05 de outubro de 2015

Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/201

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2014.

PARTES: Município de São João do Oeste e Empresa Klagenberg e Klagenberg Ltda

ORIGEM: Carta Convite nº 15/2014

OBJETO: "O presente termo aditivo tem por objeto a supressão de 25% do valor remanescente do Contrato nº 39/2014, referente a publicações municipais de acordo com art. 65, I, 'b', e II, § 1º, da Lei nº 8.666/93."

VALOR TOTAL: R\$ 431,25

VIGÊNCIA: 28.09.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 28 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 37/2014

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do Contrato até 03/02/2016. Fica acrescido ao prazo de execução da obra 90 (noventa) dias.

CONTRATADO: CAMILO & GHISI LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Licitação 006/2014 – Concorrência Pública Nº 001/2014, de 07/01/2014, Processo Administrativo nº 006/2014 de 07/01/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 05 de Outubro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 37/2014

OBJETO: Acréscimo de quantitativos, elencados em planilha específica, totalizando o valor de R\$ 150.269,94 (cento e cinquenta mil duzentos e sessenta e nove reais noventa e quatro centavos), de acordo com justificativa da Contratada e aceite parcial do fiscal da obra.

CONTRATADO: CAMILO & GHISI LTDA

VALOR: R\$ 150.269,94 - TOTAL

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Licitação 006/2014 – Concorrência Pública Nº 001/2014, de 07/01/2014, Processo Administrativo nº 006/2014 de 07/01/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 0501 – 12.361.0128.1030 – 4.4.90.51.98.00.00.00.0098.

São João do Sul, 05 de Outubro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2015 - Processo nº 141/2015. Fornecedor: MILENIUM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME e SEMINA PRODUTOS EDUCATIVOS E SERVIÇOS LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS EDUCATIVOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA VIGILÂNCIA EM SAÚDE, SAÚDE DA MULHER E SAÚDE BUCAL ATRAVÉS DO CEO, ATENÇÃO BÁSICA, SAMU E OUTROS PROGRAMAS VINCULADOS A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. Valor Total: R\$ 168.053,60 – cento e sessenta e oito mil, cinqüenta e três reais e sessenta centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO 2. TERMO ADITIVO KHRONOS

EXTRATO DO 2º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2013

PROCESSO Nº 038/2013 – PR N.º 017/13
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ – SC

CONTRATADA: EMPRESA KHRONOS TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviço de vigilância eletrônica e monitoramento eletrônico 24 horas para a Câmara Municipal de São José/SC

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00 (52)

TERMO ADITIVO: Fica alterada a Cláusula Quinta - Da Vigência, pois prorrogado pois mais 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste Termo Aditivo, conforme permissão do inciso II do art. 57 da Lei de Licitações e Contratos n.º 8.666/1993.

PORTARIA N.165 DE 2015

PORTARIA Nº 165/2015

ALTERA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 157/2015, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, a, art. 74, II, 1, da Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 254, de 19 de agosto de 2009 c/c Lei nº 4.696/2008, alterada pela Lei nº 5.489, de 30 de junho de 2015, e o disposto no art. 51 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º. O artigo 1º, da Portaria nº 157/2015, de 31 de agosto de 2015, que nomeia os integrantes da Comissão Permanente de Licitações e Contratos e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. O inciso I, da Portaria nº 143/2015, de 27 de julho de 2015, que nomeia os integrantes da Comissão Permanente de Licitações e Contratos e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – Nomear a Comissão Permanente de Licitações e Contratos, que será composta pelos seguintes servidores:

PRESIDENTE - KAREN EDLÉIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA

PREGOEIRO - GABRIEL NIENCHOTTER

MEMBRO - ROMEU ERCKMANN

MEMBRO – GILMAR CORREA

1º SUPLENTE - BRUNO GABRIEL MACHADO

2º SUPLENTE - DENISE ALEXANDRINA DE LIMA”

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José, SC, 07 de outubro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____.
Publicada em ____/____/____.

RESOLUÇÃO N.444

RESOLUÇÃO Nº. 444, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ENTREGA DE BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONSTANTES NO ART. 74, INCISO II, ALÍNEA 'a', 1, DO REGIMENTO INTERNO, ESTABELECE A SEGUINTE RESOLUÇÃO NOS TERMOS DO ART. 4º. DA RESOLUÇÃO Nº. 243, DE 25 DE MARÇO DE 2009.

Art. 1º. - Fica autorizado o repasse ao Poder Executivo Municipal de bens móveis e equipamentos de informática inservíveis do patrimônio da Câmara Municipal de São José descrito no anexo II, desta Resolução.

Art. 2º. - O termo de entrega – Anexo I – e a Relação de bens móveis e de informática inservíveis do patrimônio da Câmara Municipal de São José – Anexo II – integram a presente Resolução.

Art. 3º. - O servidor responsável pelo Patrimônio efetuará a baixa dos bens móveis inservíveis supra relacionados, e o Diretor Contábil - Financeiro realizará as medidas cabíveis de acordo com a Lei Federal 4.320/64.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 30 de setembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 444, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

ANEXO I**TERMO DE ENTREGA**

A Câmara Municipal de São José/SC, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº. 83.708.248/0001-39, Praça Arnaldo de Souza nº. 38, Centro, São José/SC, CEP nº. 88.103-005, telefone nº. 3029-1321, neste ato representada pelo seu Presidente, Orvino Coelho de Ávila, brasileiro, inscrito no CPF nº. 096.425.529-49, RG nº. 1/R 263.870, efetua a entrega de bens móveis e de informática inservíveis do patrimônio da Câmara Municipal de São José, que constam de relação anexa ao presente "Termo de Entrega", sendo assinada pelos mesmos signatários deste documento.

Ao aderir ao presente, o Município de São José, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº. 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº. 38, Centro - São José/SC – CEP 88.103-005, neste ato representado pela Prefeita, Adeliana Dal Pont, atesta o recebimento dos bens relacionados.

E por estarem de acordo, firmam este documento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das pessoas abaixo relacionadas, para que produza seus efeitos legais

Câmara Municipal de São José, 30 de setembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Presidente

ADELIANA DAL PONT
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
Prefeita

TESTEMUNHA
CPF nº.

TESTEMUNHA
CPF nº.

RESOLUÇÃO Nº. 444, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

ANEXO II

ITEM	NÚMERO PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO DO BEM MÓVEL INSERVÍVEL	
1	43	TELEVISOR 26' LG	Inservível
2	274	VIDEO CASSETE SAMSUNG	Inservível
3	314	CPU NOVADATA	Inservível

4	315	SUORTE CPU TABACO,	Inservível
5	316	ESTABILIZADOR	Inservível
6	363	TRANFORMADOR DE IMPRESSORA	Inservível
7	393	ESTABILIZADOR	Inservível
8	420	SUORTE CPU	Inservível
9	426	ESTABILIZADOR	Inservível
10	445	ARMÁRIO 2 PORTAS MARFIM	Inservível
11	447	IMPRESSORA HP 3845	Inservível
12	474	ESTABILIZADOR	Inservível
13	550	TRANFORMADOR	Inservível
14	565	TELEVISOR 26' LG	Inservível
15	575	ESTABILIZADOR	Inservível
16	581	ARMÁRIO 2 PORTAS TABACO/BRANCO	Inservível
17	602	MESA ESTAÇÃO DE TRABALHO	Inservível
18	663	ESTABILIZADOR	Inservível
19	675	ESTABILIZADOR	Inservível
20	710	ARMÁRIO ESTANTE 2 PORTAS	Inservível
21	714	ESTABILIZADOR	Inservível
22	763	MESA COM 3 GAVETAS	Inservível
23	769	ESTABILIZADOR	Inservível
24	832	ESTABILIZADOR	Inservível
25	855	ESTABILIZADOR	Inservível
26	866	MONITOR LG 15' LCD	Inservível
27	869	ESTABILIZADOR	Inservível
28	881	ESTABILIZADOR	Inservível
29	892	TELEVISOR 26' LG	Inservível
30	939	ESTABILIZADOR	Inservível
31	981	ESTABILIZADOR	Inservível
32	1007	ESTABILIZADOR	Inservível
33	1050	ESTABILIZADOR	Inservível
34	1105	ESTABILIZADOR	Inservível
35	1137	BALCÃO BAIXO MOGNO	Inservível
36	1201	MONITOR SANSUNG 17'	Inservível
37	1213	ESTABILIZADOR	Inservível

38	1241	SWITCH	Inservível
39	1249	ESTABILIZADOR	Inservível
40	1271	POLTRONA GIRATORIA	Inservível
41	1284	ESTABILIZADOR	Inservível
42	1288	ESTABILIZADOR	Inservível
43	1319	GAVETEIRO 3 GAVETAS	Inservível
44	1348	MESA MARFIM	Inservível
45	1434	CADEIRA GIRATÓRIA	Inservível
46	1485	ESTABILIZADOR	Inservível
47	1486	TELEVISOR 14' PHILCO	Inservível
48	1488	ESTABILIZADOR	Inservível
49	1491	ROTEADOR	Inservível
50	1508	TELEVISÃO SANSUNG 26'	Inservível
51	1517	MICRO COMPUTADOR COMPLETO COM MUNITOR SANSUNG	Inservível
52	1526	ESTABILIZADOR	Inservível
53	1530	ESTABILIZADOR	Inservível
54	1534	ESTABILIZADOR	Inservível
55	1535	ESTABILIZADOR	Inservível
56	1605	ESTABILIZADOR	Inservível
57	1606	ESTABILIZADOR	Inservível
58	1607	ESTABILIZADOR	Inservível
59	1612	ESTABILIZADOR	Inservível
60	1617	FOGÃO DE MESA ELÉTRICO FISCHER	Inservível
61	1692	CADEIRA	Inservível
62	1715	ESTABILIZADOR	Inservível
63	1726	FOGÃO DE MESA ELÉTRICO FISCHER	Inservível
64	1876	ESTABILIZADOR	Inservível
65	1877	ESTABILIZADOR	Inservível
66	1878	ESTABILIZADOR	Inservível
67	1879	ESTABILIZADOR	Inservível
67	1880	ESTABILIZADOR	Inservível
68	1881	ESTABILIZADOR	Inservível

RESOLUÇÃO N.445

RESOLUÇÃO Nº. 445, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR ADRIANO DE BRITO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 42, IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO c/c ART. 74, INCISO II, "5", e ART. 87, III, § 3º, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedido licença ao Vereador ADRIANO DE BRITO, para tratar de interesse particular pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme memorando 042/15 (doc. anexo), contados a partir do dia 05 de outubro de 2015, nos termos do artigo 37, III, §3º da Lei Orgânica c/c o artigo 87, inciso III, §3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de São José/SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 06 de outubro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2015
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 131/2015 – Pregão Presencial Nº 084/2015.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA DA 5ª EFAISLO - EXPOSIÇÃO E FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CONFORME DESCRITO EM ANEXO E PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 14716/2015 CADASTRADA NO SISTEMA SIGEF DO GOVERNO ESTADUAL, JUNTO AO FUNTURISMO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.
FORNECEDOR: NEON VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA – ME - CNPJ: 16.962.928/0001-97.
VALOR: R\$ 32.100,00 (trinta e dois mil e cem reais).
TOTAL: R\$ 32.100,00 (trinta e dois mil e cem reais).
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2015.
VIGÊNCIA: 01/10/2015 à 31/12/2015.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2015
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 132/2015 – Pregão Presencial Nº 085/2015.
OBJETO: LOCAÇÃO COM MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM DE EQUIPAMENTO DE SONORIZAÇÃO PARA RÁDIO FEIRA DA 5ª EFAISLO - EXPOSIÇÃO E FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CONFORME DESCRITO EM ANEXO E PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 14716/2015 CADASTRADA NO SISTEMA SIGEF DO GOVERNO ESTADUAL, JUNTO AO FUNTURISMO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.
FORNECEDOR: P A SONORIZAÇÕES E ESTOFARIA LTDA ME - CNPJ: 10.621.526/0001-42.
VALOR: R\$ 11.450,00 (onze mil, quatrocentos e cinquenta reais).
TOTAL: R\$ 11.450,00 (onze mil, quatrocentos e cinquenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2015.
VIGÊNCIA: 01/10/2015 à 31/12/2015.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2015
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 133/2015 – Pregão Presencial Nº 086/2015.
OBJETO: LOCAÇÃO COM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO INCLUIDA DE CLIMATIZADORES E BANHEIROS QUÍMICOS, A SEREM UTILIZADOS NA 5ª EFAISLO - EXPOSIÇÃO E FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CONFORME DESCRITO EM ANEXO E PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 14716/2015 CADASTRADA NO SISTEMA SIGEF DO GOVERNO ESTADUAL, JUNTO AO FUNTURISMO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: ALENKAR CALGAROTTO – ME - CNPJ: 03.286.287/0001-56.
VALOR: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).
FORNECEDOR: BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA – ME - CNPJ: 07.341.479/0001-79.
VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
TOTAL: R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2015.
VIGÊNCIA: 01/10/2015 à 31/12/2015.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

LEI Nº 2.245, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 2.245, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.
Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 1.408.160,00 (um milhão, quatrocentos e oito mil e cento e sessenta reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 16 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.361.4505.2.012.3.1.90.00.00.00.00.01.0001 48 Aplicação Direta R\$ 150.000,00

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.01.0019 55 Aplicação Direta R\$ 400.000,00

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 61 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 85 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

09.00 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU
09.01 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 101 Aplicação Direta R\$ 258.160,00

10.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA
10.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA
10.01.20.606.4507.2.025.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 129 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

10.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA
10.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA
10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 131 Aplicação Direta R\$ 200.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
03.01 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
03.01.02.062.4513.2.004.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 05 Aplicação Direta R\$ 160.000,00

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
04.01.04.124.4512.2.025.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 08 Aplicação Direta R\$ 110.000,00

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
04.01.04.124.4512.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 09 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
04.01.04.124.4512.2.025.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 10 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

05.00 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
05.01.04.122.4514.2.010.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 11 Aplicação Direta R\$ 60.000,00

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01.27.813.4503.2.003.3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 33 Aplicação Direta R\$ 21.000,00

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 34 Aplicação Direta R\$ 102.160,00

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.361.4505.2.012.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0019 49 Aplicação Direta R\$ 400.000,00

09.00 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU
09.01 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU
09.01.15.452.4511.2.052.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 108 Aplicação Direta R\$ 150.000,00

09.00 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU
09.01 SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU
09.01.25.752.4511.2.057.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 111 Aplicação Direta R\$ 150.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01.28.846.0000.0.001.3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000 170 Aplicação Direta R\$ 60.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01.28.846.0000.0.001.4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000 171 Aplicação Direta R\$ 180.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.435/2015- FIXA DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL-PDM, A SER REALIZADA NESTE MUNICÍPIO NO MÊS DE NOVEMBRO DO CORRENTE EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.435/2015

Fixa data e horário da Audiência Pública, PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL-PDM, a ser realizada neste Município no mês de novembro do corrente exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e art. 40, parágrafo 4º, I, da lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e Lei Federal nº 11.445/07 e 12.305/10:

DECRETA

Art. 1º Fica fixada a data de 04 de novembro do corrente exercício financeiro de 2015, no horário das 19h00min, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marcilio Dias nº 1199, Centro, no Município de São Miguel do Oeste – SC, para realização da Audiência Pública, para revisão do Plano Diretor Municipal - PDM.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste ato, correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em, 06 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

MARLI DA ROSA

Secretária de Planejamento

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO 108/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO 108/2015

RESTABELECE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Dezembro 2015
1.2 – Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Dezembro 2015
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	Dezembro 2015
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Dezembro 2015
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Dezembro 2015
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Dezembro 2015
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Dezembro 2015
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Dezembro 2015
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Dezembro 2015

5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Dezembro 2015
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Dezembro 2015
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Dezembro 2015
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Dezembro 2015
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Dezembro 2015
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Dezembro 2015
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Dezembro 2015
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Dezembro 2015
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Dezembro 2015
8.2 – Implementação de controle de estoque/almojarifado.	Dezembro 2015

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 de outubro de 2015.
JUCELIO KREMER
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2015

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2015

A Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a chamada pública para seleção de MÉDICO(A) PEDIATRA, para o período de 31/12/2015.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido a necessidade da contratação de um(a) profissional médico(a) pediatra, devido à necessidade de tal profissional nas Unidades de Saúdes Centro II Maria R. Junkes e Raulino José Zimmermann.

Art. 2º - Os profissionais da área interessados (as) em participar, deverão comparecer a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 20 de outubro de 2015, às

9h, portando a seguinte documentação:

I - Xerox Identidade;

II - Xerox CPF;

III - Xerox PIS PASEP/ Carteira Trabalho;

IV - Xerox Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral;

V - Xerox Certificado de Reservista;

VI - Xerox Títulos Escolares (autenticado);

VII - Xerox Certidão de Casamento;

VIII - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos;

IX - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);

X - 01 Foto 3 x 4 atual;

XI - Comprovante de Residência;

XII - Declaração de bens;

XIII - Declaração de Acumulação;

XIV - Conta Banco Brasil;

XV - Declaração Penalidades;

XVI - Folha Corrida Judicial.

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 8h as 12h ou através do telefone (48) 32770122 r:221.

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 3º - A vaga ofertada, tem como pré-requisito o título de Médico Pediatra e o candidato deverá possuir registro CRM com duração de no mínimo de 01 (um) de ano.

§ 1º - No momento da escolha o candidato deverá apresentar cópia autenticada do certificado de conclusão do curso de medicina e certificado de conclusão de especialização em pediatria, bem como documento original comprobatório do registro no CRM;

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 4º - O (a) Médico (a) Pediatra, irá assumir uma carga horária de 20 horas semanais.

§ 1º - Devendo desempenhar tarefas quanto aos atendimentos e quanto aos cuidados com pacientes. Efetuar registros e relatórios de ocorrências. Trabalhar em conformidade com as boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;

§ 2º - O profissional, deverá exercer as atividades que constam na descrição do cargo da Lei Municipal nº 128/99, ou outras atividades relevantes na área da saúde, determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 5º - A escolha será realizada em forma de assembléia, sendo exposta a vaga, havendo a manifestação de interesse no momento em que for anunciada a vaga.

§ 1º - Havendo mais de um candidato (a) interessado pela mesma vaga, será adotado os seguintes critérios de desempate:

I – Título em medicina e especialização em pediatria; havendo empate;

II – Tempo de serviço na função de especialidade Pediatra; havendo empate;

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Art. 6º - Após a escolha da vaga, o(a) médico pediatra, irá assinar a declaração de ciência da vaga e de suas atribuições, conforme o

ANEXO 1, do presente edital.

São Pedro de Alcântara, 06 de outubro de 2015.

TATIANA CORDEIRO DA SILVA

Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____
, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____

_____, servidor (a) aprovado (a) na Chamada Pública n.º 03/2015, da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo Médico Pediatra, declaro que escolhi tal vaga, e tenho ciência das atribuições do cargo prevista na Lei Municipal nº 128/99 e que poderei vir a desempenhar outras funções não descritas no cargo, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

São Pedro de Alcântara, XX de outubro de 2015.

Nome:

PORTARIA N.º 318/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 318/2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR ELCIO LUIZ PERING.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 10 da Lei nº. 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder Progressão Funcional ao servidor abaixo mencionado, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

· ELCIO LUIZ PERING – OPERADOR DE MÁQUINA I – LETRA G.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 307/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 307/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 198/2015 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 104/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RM COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.153.403/0001-57, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco 50, Bairro Centro, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de serviço de conserto, montagem, geometria, balanceamento e aquisição de câmaras para máquinas, caminhões, micro ônibus e linha leve para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Serviço de socorro - kilometro rodado	250	Km	1,95	487,50
2	Conserto pneu veículo e micro ônibus - aro 13 a 18	50	Unidade	32,95	1.647,50
3	Conserto pneu caminhão - Aro 20	90	Unidade	74,95	6.745,50
4	Conserto pneu tratores agrícolas	20	Unidade	164,95	3.299,00
5	Conserto pneu carregadeira	10	Unidade	189,95	1.899,50
6	Conserto pneu moto niveladora	15	Unidade	164,95	2.474,25
7	Conserto pneu retroescavadeira	15	Unidade	164,95	2.474,25
8	Montagem pneu veículo - aro 13 a 18	60	Unidade	29,95	1.797,00
9	Montagem pneu veículo, micro - onibus	15	Unidade	37,95	569,25
10	Montagem pneu caminhão - Aro 20	90	Unidade	69,95	6.295,50
11	Montagem pneu tratores agrícolas	15	Unidade	149,95	2.249,25
12	Montagem pneu carregadeira	10	Unidade	169,95	1.699,50
13	Montagem pneu moto niveladora e retroescavadeira	50	Unidade	149,95	7.497,50
14	Serviço de balanceamento - aro 13 à 19 (RODA)	60	Unidade	24,95	1.497,00
15	Serviço de Geometria - aro 13 à 19 (RODA)	60	Unidade	29,95	1.797,00
16	Serviço de Geometria - Microônibus (RODA)	20	Unidade	104,95	2.099,00
17	Serviço de balanceamento - Microônibus (RODA)	10	Unidade	89,95	899,50

18	Câmara de ar 1000 X 20	80	Unidade	129,95	10.396,00
TOTAL R\$					55.824,00

Valor do contrato: R\$ 55.824,00 (cinquenta e cinco mil oitocentos e vinte e quatro reais)

Data da Assinatura: 07/10/2015 – Vigência: 07/10/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 308/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 308/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 98/2015-PMS - Processo nº. 230/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ZANDONÁ & PIVA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.456.804/0001-50, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3246, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de máquina de lavar 15kg para o centro de educação infantil Ezelia Correia Lombardi da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Lavadora de roupa 15kg ltd15 220v Altura (mm) 1020 Largura (mm) 660 Profundidade (mm) 730 Altura do produto embalado (mm) 1055 Largura do produto embalado (mm) 700 Profundidade do produto embalado (mm) 785 Cor Branco Capacidade (Kg) 15 Tensão elétrica (V) 127V / 220V Peso líquido (kg) 48 Peso bruto (kg) 50	01	Unidade	1.890,00	1.890,00
TOTAL R\$					1.890,00

Valor do contrato: R\$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais)

Data da Assinatura: 07/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.129/2015

LEI Nº2.129/2015

DISPÕE sobre A reestruturação do conselho municipal do meio ambiente, e dá outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reestruturado o Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Schroeder nos assuntos referentes à proteção e à preservação ambiental no âmbito do Município.

Parágrafo Único. O Conselho de que trata este artigo integra a estrutura organizacional da Prefeitura como órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal de Schroeder.

Art. 2º São competências do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA:

I - contribuir para a formação, a atualização e o aperfeiçoamento de políticas e programas municipais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;

II - promover, no âmbito de sua competência, a regulamentação da legislação para implementação da política municipal de meio ambiente;
III - deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ecologicamente equilibrado e essencial à qualidade de vida;

IV - assessorar, estudar e propor a instâncias superiores do Executivo Municipal, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais.

V - estudar e propor a política ambiental do município, colaborando nos programas interssetoriais e interinstitucionais de proteção e recuperação do meio ambiente, observada à legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, bem assim os acordos internacionais vigentes sobre a matéria;

VI - propor normas e padrões para a conservação e a melhoria do meio ambiente no Município, com vistas à elevação da qualidade de vida de seus habitantes;

VII - propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes;

XIII - colaborar nos planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, mediante recomendações referentes à proteção ambiental;

IX - propor e participar da elaboração de campanhas educativas relativas a problemas de saneamento básico, despoluição das águas, do ar e do solo, combate a vetores e proteção da fauna e da flora;

X - propor medidas que visem à integração com a Microrregião da AMVALI com vistas a soluções integradas para os problemas ambientais comuns.

XI - avaliar, sugerir e decidir sobre a implementação da política ambiental do Município;

XII - receber denúncias, promover apuração dos fatos e tomar as providências cabíveis;

XIII - criar comissões de assuntos técnicos, temporárias ou definitivas, para atuação específica das ações do COMDEMA, conforme estabelecido no regimento interno;

Art. 3º O Conselho Municipal do Meio Ambiente compor-se-á dos seguintes membros, indicados pelos respectivos órgãos ou entidades de origem e designados por ato do Prefeito Municipal:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças;
- c) um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo;
- d) um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
- e) um representante da Diretoria Municipal da Defesa Civil;
- f) um representante da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu;
- g) um representante da Associação Empresarial de Schroeder – ACIAS;
- h) um representante da Associação dos Bananicultores de Schroeder - ABS;
- i) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Schroeder;
- j) um representante do Conselho Municipal de Agricultura;
- k) um representante da Associação Municipal de Microbacias;
- l) um representante do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL;

Parágrafo único. Para cada membro titular será previamente indicado um suplente.

Art. 4º O Conselho Municipal do Meio Ambiente terá um Presidente e 1 um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros, por maioria qualificada, e um Secretário Executivo escolhido pelo Conselho e designado pelo Prefeito Municipal, conforme estabelecido no Regimento Interno.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se maioria qualificada o voto da metade mais um da totalidade dos membros do Conselho.

Art. 5º O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, podendo ser reeleitos por igual período, uma única vez.

Art. 6º O exercício das funções de membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 7º O Conselho Municipal do Meio Ambiente poderá manter intercâmbio com os órgãos de outras Administrações Municipais, bem como com as esferas Estadual e Federal, nos assuntos concernentes ao seu âmbito de competência, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para a defesa e recuperação do Meio Ambiente no Município.

Art. 8º O Conselho Municipal do Meio Ambiente sempre que cientificado de ações degradadoras do Meio Ambiente, proporá providências cabíveis à sua recuperação.

Art. 9º O prazo para a instalação do Conselho Municipal do Meio Ambiente será de 45 (quarenta e cinco) a partir da publicação da presente Lei.

Art. 10. No prazo de 30 (trinta) dias após sua instalação o Conselho Municipal do Meio Ambiente elaborará e aprovará o seu Regimento Interno, que será homologado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. Revoga-se a Lei Municipal nº. 1344/2003.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 7 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.130/2015

LEI Nº2.130/2015

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica reestruturado o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Schroeder, que, integrando-se ao esforço nacional de combate às drogas, dedicar-se-á ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas.

Art. 2º O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Schroeder está diretamente vinculado as Secretaria de Saúde e de Assistência Social

§ 1º Ao COMAD caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais, responsáveis pelo desenvolvimento das ações supramencionadas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.

§ 2º O COMAD, como coordenador das atividades mencionadas no parágrafo anterior, deverá integrar-se ao que trata o Sistema Nacional Antidrogas-SISNAD.

Art.3º São objetivos do COMAD:

I - instituir e desenvolver o Programa Municipal Antidrogas - PRO-MAD, destinado ao desenvolvimento das ações de redução da

demanda de drogas;

II - coordenar, desenvolver e estimular ações de prevenção da disseminação de tráfico e do uso indevido e abuso de drogas;

III - acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União; e

IV - avaliar periodicamente a conjuntura municipal, quanto ao resultado de suas ações.

Art. 4º O COMAD de Schroeder será integrado pelos seguintes membros, nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo um representante titular e um suplente, dos seguintes órgãos e segmentos:

I - um representante da Secretaria de Saúde;

II - um representante da Secretaria de Assistência Social;

III - um representante da Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

IV - um representante da Unidade Educacional do Estado no Município;

V - um representante do Conselho Tutelar;

VI - um representante da Polícia Militar;

VII- um representante das Entidades sem fins lucrativos, legalmente Constituídas.

Parágrafo único. O segmento Entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas terá dois titulares e dois suplentes, cuja escolha das representações se dará através de Fórum próprio.

Art. 5º Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 6º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas de relevante serviço público.

Art. 7º O Conselho Municipal Antidrogas terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros, por maioria qualificada, e um Secretário Executivo escolhido pelo Conselho e designado pelo Prefeito Municipal, conforme estabelecido no Regimento Interno.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se maioria qualificada o voto da metade mais um da totalidade dos membros do Conselho.

Art. 8º No prazo de 30 (trinta) dias após sua instalação o COMAD elaborará e aprovará o seu Regimento Interno, que será homologado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Revoga-se a Lei Municipal nº. 1220/2000.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 8 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 104/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 73/2015

Número do Registro de Preços: 73/2015 Data do Registro: 07/10/2015 Válido até: 07/10/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de serviço de conserto, montagem, geometria, balanceamento e aquisição de câmaras para máquinas, caminhões, micro ônibus e linha leve para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de socorro - kilometro rodado	KM	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	1,9500	1
2	Conserto pneu veículo e micro ônibus - aro 13 a 18	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	32,9500	1
3	Conserto pneu caminhão - Aro 20	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	74,9500	1
4	Conserto pneu tratores agrícolas	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	164,9500	1
5	CONserto PNEU CARREGADEIRA	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	189,9500	1
6	CONserto PNEU MOTO NIVELADORA	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	164,9500	1
7	CONserto PNEU RETROSCAVADEIRA	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	164,9500	1
8	Montagem pneu veículo - aro 13 a 18	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	29,9500	1
9	Montagem pneu veículo, micro - ônibus	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	37,9500	1
10	Montagem pneu caminhão - Aro 20	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	69,9500	1
11	Montagem pneu tratores agrícolas	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	149,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 73/2015

Número do Registro de Preços: 73/2015 Data do Registro: 07/10/2015 Válido até: 07/10/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de serviço de conserto, montagem, geometria, balanceamento e aquisição de câmaras para máquinas, caminhões, micro ônibus e linha leve para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Montagem pneu carregadeira	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	169,9500	1
13	Montagem pneu moto niveladora e retroscavadeira	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	149,9500	1
14	Serviço de balanceamento - aro 13 à 19 (RODA)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	24,9900	1
15	Serviço de Geometria - aro 13 à 19 (RODA)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	29,9900	1
16	Serviço de Geometria - microônibus (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	104,9900	1
17	Serviço de balanceamento - Microônibus (RODA)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. -ME (9801)		0	89,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 73/2015

Número do Registro de Preços: 73/2015

Data do Registro: 07/10/2015

Válido até: 07/10/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de serviço de conserto, montagem, geometria, balanceamento e aquisição de câmaras para máquinas, caminhões, micro ônibus e linha leve para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricult

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Câmara de ar 1000 X 20	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (8811)		0	129,6900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 73/2015

Número do Registro de Preços: 73/2015 Data do Registro: 07/10/2015 Válido até: 07/10/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de serviço de conserto, montagem, geometria, balanceamento e aquisição de câmaras para máquinas, caminhões, micro ônibus e linha leve para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricult

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 73/2015****PROCESSO N° 198/2015**

(9801) - FM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME

Schroeder, 7 de Outubro de 2015.

DISPENSA 98/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 98/2015 - DL
	Processo Nr.: 230/2015 Data: 07/10/2015
Folha: 1/2	

Fornecedor: ZANDONÁ & PIVA LTDA - ME Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3246 Cidade: Schroeder - SC CNPJ: 04.456.804/0001-50	Código: 9363 Inscrição Estadual: 254.226.027
Objeto da Compra: Aquisição de máquina de lavar 15kg para o centro de educação infantil Ezelia Correia Lombardi da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	"Lavadora de roupa 15kg Itd15 220v Altura (mm) 1020 Largura (mm) 660 Profundidade (mm) 730 Altura do produto embalado (mm) 1055 Largura do produto embalado (mm) 700 Profundidade do produto embalado (mm) 785 Cor Branco Capacidade (Kg) 15 Tensão elétrica (V) 127V / 220V Peso líquido (kg) 48 Peso bruto (kg) 50	UN	1.890,00	1.890,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Aquisição Faz-se necessária para atendimento da demanda do C.E.I.M. para substituir em caráter de Urgência a que está quebrada e sem conserto no centro de educação infantil Ezelia Correia Lombardi.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 98/2015 - DL
	Processo Nr.: 230/2015 Data: 07/10/2015
Folha: 2/2	

06/10/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Outubro de 2015

Valor da Despesa: 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 154/2015

DECRETO Nº 154/2015 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

"Dispõe sobre Lotação de Veículos equipamentos rodoviários, e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

DECRETA:

Art. 1º. Os veículos e equipamentos rodoviários de propriedade da Prefeitura Municipal de Serra Alta-SC, ficam lotados nas Secretarias, conforme relação a seguir:

1. GABINETE DO PREFEITO.

VEÍCULO CITROEN C4 PALLAS20EXA
PLACA EBI0342
CHASSI 8BCLDRFJ28G557091
RENAVAN 971253536
ANO 2008
MODELO 2008
COMBUSTÍVEL GASOLINA
COR PRATA
PATRIMONIAL 2980

2. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

VEÍCULO FIAT/SIENA
PLACA MDB9057
CHASSI 9BD197163F3219354
RENAVAN 1205054330
ANO 2014
MODELO 2015
COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4595

VEÍCULO PALIO FIRE
PLACA MLP4637
CHASSI 9BD17102LF5967017
RENAVAN 152449
ANO 2014
MODELO 2015
COMBUSTÍVEL GASOLINA/ALCOOL
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4596

VEÍCULO VW/GOL 1.6 POWER
PLACA MHB6151
CHASSI 9BWCB05W88T180476
RENAVAN 953938611
ANO 2008
MODELO 2008
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 118

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

VEÍCULO CELTA 4P SPIRIT
PLACA MFY1102

CHASSI 9BGRX48907G110495
RENAVAN 882679015
ANO 2006
MODELO 2007
COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 1614

VEÍCULO ÔNIBUS
PLACA QHE5965
CHASSI 93ZL68C01E8456326
RENAVAN 1027566720
ANO 2013
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AMARELA
PATRIMONIAL

VEÍCULO ÔNIBUS
PLACA MLF6377
CHASSI 93ZL68C01D8445948
RENAVAN 505908638
ANO 2012
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AMARELA
PATRIMONIAL 4071

VEÍCULO ÔNIBUS
PLACA MLF9107
CHASSI 93ZL68C01D8446323
RENAVAN 509077897
ANO 2012
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AMARELA
PATRIMONIAL 4072

VEÍCULO ÔNIBUS
PLACA MLF9097
CHASSI 93ZL68C01D8446149
RENAVAN 509072976
ANO 2012
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AMARELA
PATRIMONIAL 407
VEÍCULO FIESTA HATCH FLEX
PLACA MKN 0274
CHASSI 9BFZF55P5E8015407
RENAVAN 544324315
ANO 2013
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA
COR BRANCO ARTICO
PATRIMONIAL 4101

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VEÍCULO FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX
PLACA MJZ8154
CHASSI 9BFZF54P4D8372786

RENAVAN 474410080
ANO 2012
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 3442

VEÍCULO CAMINHONETE/ AMBULÂNCIA
PLACA MKJ9443
CHASSI 93W245H34D2094913
RENAVAN 470089490
ANO 2012
MODELO 2013
COMBUSTIVEL DIESEL
COR BRANCO
PATRIMONIAL 3441

VEÍCULO MICROONIBUS
PLACA MIB0278
CHASSI 93W245H34B2061022
RENAVAN 257614389
ANO 2010
MODELO 2011
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR PRATA
PATRIMONIAL 2454

VEÍCULO SPIN LTZ
PLACA MLL9242
CHASSI 9BGJC75ZOE224132
RENAVAN 1000246229
ANO 2013
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL FLEX/ ALCOOL E GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4468

VEÍCULO UNO MILLE ECONOMY
PLACA MLM5813
CHASSI 9BD15822AD6862895
RENAVAN 1001039952
ANO 2013
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL FLEX/ ALCOOL E GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4552

5. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VEÍCULO CORSA/CHEVROLET-CLASSIC-LS
PLACA MLL1426
CHASSI 9BGSU19FOEB195914
RENAVAN 586883347
ANO 2013
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL FLEX-ALCO/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4598
OBS: CEDÊNCIA

CONSELHO TUTELAR

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE WAY ECON
PLACA MGL9827
CHASSI 9BD15844AA6365318
RENAVAN 178650129
ANO 2009
MODELO 2010
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA

COR BRANCA
PATRIMONIAL 2724
6. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO 1719
PLACA EM REGISTRO
CHASSI 9BFYEAGB2EBS71614
RENAVAN 337903
ANO 2014
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL OLEO S10
COR BRANCO ARTICO

VEÍCULO HONDA/CG 125 FAN ESD
PLACA MLM5863
CHASSI 9C2JC4160ER020645
RENAVAN 1001044948
ANO 2014
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL GASOLINA
COR VERMELHA
PATRIMONIAL 4547

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO 2622
PLACA MEV2294
CHASSI 9BFZC9V88BB12029
RENAVAN 966346491
ANO 2008
MODELO 2008
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR BRANCA
PATRIMONIAL 2374

VEÍCULO MOTONETA C100 BIZ ES
PLACA MEO792
CHASSI 9C2HA07104R021335
RENAVAN 824055861
ANO 2004
MODELO 2004
COMBUSTÍVEL GASOLINA
COR AZUL
PATRIMONIAL 2221

EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR DINAPAC CA-15
ANO 1991
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 2259

EQUIPAMENTO TRATOR DE RODAS VALMET 68
ANO 1992
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 2255

EQUIPAMENTO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU
ANO 2012
MODELO 2012
CHASSI KMTPC202K51B10018
COMBUSTÍVEL DIESEL 97HP
PATRIMONIAL 3290
COR AMARELA

VEÍCULO CAMINHÃO/BASCULANTE
PLACA MKM0161
CHASSI 9BFZEA6V6CBS94424
RENAVAN 457812664
ANO 2011
MODELO 2012
COMBUSTÍVEL DIESEL

COR BRANCA
PATRIMONIAL 3333

EQUIPAMENTO TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU- D51E
ANO 2013
MODELO 2013
CHASSI KMT0D080E51B13677
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4469
COR AMARELA

EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA CASE 845B
ANO 2013
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4703
COR CASTANHO
CHASSIS HBZN0845LEAF03402
MOTOR 1204951

EQUIPAMENTO MINI CARREGADEIRA GEHL
ANO 2014
COMBUSTÍVEL DIESEL
MODELO 4240E
COR AMARELA
MOTOR DIESELDE 46 HP2.600RPM
CHASSI GHL04240F0000645-K3505
PATRIMONIAL 4554

VEÍCULO PA CARREGADEIRA DE RODAS WA200
CHASSI KMTWA052H51B12374
ANO 2013
MODELO 2013 WA200-5
COR AMARELA
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4546
VEÍCULO CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL
ANO 2008
MODELO 2008
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMÔNIO 2247

EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406
ANO 2014
MODELO 2014
CHASSI 9AD406AELE0005785
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AMARELA
PATRIMONIAL 4590

VEÍCULO CAMINHONETE/AB/C.DUPL
PLACA JVL3448
CHASSI 9BG138HJ08C416673
RENAVAN 940014815
ANO 2007
MODELO 2008
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR PRATA
PATRIMONIAL 4593

VEÍCULO CAMINHÃO MERCEDES BENZ
PLACA QHB8885
CHASSI 9BM693388EB962917
RENAVAN 1013557830
ANO 2014
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4594

EQUIPAMENTO RETRO ESCAVADEIRA CAT 416 E
CHASSI CAT0416ECMF08509
ANO 2013
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4419
COR AMARELA

7. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EQUIPAMENTO TRATOR DE PNEUS MAHINDRA
CHASSI B539CNM015080
ANO 2015
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4802
COR VERMELHO
MODELO 9200 4WD

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE ECONOMY
PLACA MGH6715
CHASSI 9BD15822AA6276800
RENAVAN 152685510
ANO 2009
MODELO 2010
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 2418

EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110
ANO 2011
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 2258

EQUIPAMENTO TRATOR DE RODAS NEW HOLLAND 7630
ANO 2008
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 997

VEÍCULO TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND 7630
CHASSI ZDCA02565
ANO 2013
MODELO 7630 4X4
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AZUL
PATRIMONIAL 4074

EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR SEM 8218 S 220
CHASSI N A1303002
ANO 2013
MODELO SEM 8218
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4373

VEÍCULO TRATOR AGRICOLA MASSEY FERGUSON 4275
CHASSI AAAT0003UDC021273
ANO 2013
MODELO 4275 / 4
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR VERMELHA
OBS: CEDÊNCIA
PATRIMONIO 4599

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE ECONOMY
PLACA MKC1620
CHASSI 9BD15822AD6900187
RENAVAN 597511640
ANO 2013
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA

COR BRANCA
PATRIMONIAL 4573
OBS: CEDÊNCIA

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO
PLACA MML6622
CHASSI 9BFZEAMD5EBS62920
RENAVAN 1085182999
ANO 2014
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4531

EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555-3
ANO 2014
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4597
COR AMARELA

VEÍCULO CAMINHÃO BASCULANTE
PLACA QHI2671
CHASSI 9BFZEAMD7FBS72074
RENAVAN 1039530505
ANO 2014
MODELO 2015
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4776

8. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando o Decreto N.º DECRETO Nº 090/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Outubro de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 1.041/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1.041, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.
"DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. É considerada Área do Perímetro Urbano da cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, o espaço definido entre os marcos de Coordenadas UTM DATUM SIRGAS 2000.

M-01 (N=7043475,253 e E=296144,420), deste segue com azimuth 89º58'09" e distância de 1.000,00 metros até o M-02 (N=7043475,790 e E=297144,320), deste segue com azimuth 170º47'00" e distância de 684,63 metros até o M-03 (N=7042800,000 e E=297264,974), deste segue com azimuth 170º46'54" e distância de 363,26 metros até o M-04 (N =7042441,429 e E=297323,168), deste segue com azimuth 228º21'15" e distância de 177,86 metros até o M-05 (N=7042323,237 e E=297190,260), deste segue com azimuth 135º16'27" e distância de 1.834,58 metros até o M-06 (N=7041019801 e E=298481,282), deste segue com azimuth 225º16'27" e distância de 1.161,92 metros até o M-07 (N=7040202,139 e E=297655,758), deste segue com azimuth 315º16'27" e distância de 2.146,32 metros até M-08 (N=7041727,061 e E=296145,359), deste segue com azimuth 359º58'09" e distância de 1.748,19 metros até o M-01 (N=7043475,253 e E=296144,420), ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º. Passa a constituir parte integrante desta Lei, o mapa do Perímetro Urbano, na escala 1:6000, em anexo.

Art. 3º. Fica aprovada a Ampliação do Perímetro Urbano do município de Serra Alta, conforme as coordenadas e medidas expressas na descrição do Art. 1º da presente Lei, e a extensão da Zona de Interesse Social até o novo limite do Perímetro Urbano.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, de 22 de maio de 2013.

Art. 5º. Fica revogada a Lei Municipal nº 938/2012, de 13 de novembro de 2012, e demais disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 07 de outubro 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 178

DECRETO Nº 178, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais). nas seguintes dotações orçamentárias:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**2.020 - Atendimento de Saúde Básica**

3.3.90.00.00.00.00.00.0030 – Aplicações Diretas
R\$ 16.000,00

2022 - Serviço de Combate a Epidemiologia

3.3.90.00.00.00.00.00.0036 – Aplicações Diretas
R\$ 24.000,00

2.023 - Serviço de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00.0038 – Aplicações Diretas
R\$ 3.500,00

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das seguintes fontes de recursos: 30, 36 e 38

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 179

DECRETO Nº 179, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA**2.030 - Pagamento de Estagiarios**

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$
44.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 177/2015

PORTARIA Nº. 177/2015.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O PREFEITO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Prefeito Municipal RUDIMAR FRANCISCO GUTH, adiantamento do equivalente a 06 (seis) diárias, no valor R\$ 1.513,84 cada, totalizando o valor de R\$ 9.083,04 (nove mil e oitenta três reais e quatro centavos), para sua viagem á Florianópolis, no período de 12 a 17 de Outubro de 2015, com objetivo de Participar Diálogo Municipalista – Encontro Regional Sul, participar do Seminário sobre Probidade Administrativa, buscar recursos com o Governador do Estado e os Deputados, fazer entregas de Ofícios e viabilizar liberação dos recursos solicitando para o Município de Tigrinhos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em sete de outubro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 178/2015

PORTARIA Nº. 178/2015.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIA PARA A CONTADORA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Contadora, LILIAN SANTIN, adiantamento do equivalente a 01 (uma) diária, no valor de R\$ 958,04 (novecentos e cinquenta oito reais e quatro centavos), para sua viagem á Florianópolis/SC, no período de 13 a 14 de Outubro de 2015, com objetivos de participar de curso no TCE VIRTUAL – DEBATES E INOVAÇÕES PARA 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em sete de outubro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 179/2015

PORTARIA Nº. 179/2015.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIA PARA O CONTROLE INTERNO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Controle Interno, LUCIANE PISSATTO, adiantamento do equivalente a 01 (uma) diária, no valor de R\$ 493,99 (quatrocentos e noventa três reais e noventa nove centavos), para sua viagem á Florianópolis/SC, no período de 13 a 14 de Outubro de 2015, com objetivos de participar de curso no TCE VIRTUAL – DEBATES E INOVAÇÕES PARA 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em sete de outubro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 180/2015

PORTARIA Nº 180/2015 CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDORA MUNICIPAL EFETIVA SRA. LAINE TEREZINHA BOTTEGA MANFRIN POR MOTIVO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde em pessoa da família a Servidora Pública Municipal Efetiva Sra. LAINE TEREZINHA BOTTEGA MANFRIN, cadastrada sob matrícula nº 383/02, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 07 de Outubro de 2015, nos termos dos arts. 106, II e 115, da Lei Municipal nº 012/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado e deferido.

Lei Municipal nº 012/1997

Art. 106. É concedido ao servidor licença:

[...]

II – Por motivo de doença de pessoa da família;

[...]

Art. 115. Ao servidor que, por motivo de doença de cônjuge, filhos, ou de pessoa que viva sob sua dependência econômica, esteja impossibilitado de exercer o cargo, face a impossibilidade de sua assistência pessoal, será concedido licença de até 120 (cento e vinte) dias sucessivos e improrrogáveis, desde que comprove ser indispensável a sua assistência pessoal e que esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em sete de outubro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de

Administração e Fazenda

Timbé do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 1.774/2015

LEI Nº 1.774, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.691 DE 26/09/2013

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei;

Art. 1º. Fica alterado o Parágrafo Único do Art. 1º da Lei Municipal Nº 1691 de 26 de setembro de 2013, passando a vigorar conforme segue:

“Parágrafo Único – a alíquota para a CIP – Contribuição para Custeio de Iluminação Pública para a Classe Rural é de 2% (dois por cento) sobre o valor do consumo medido em kW/h, limitando o valor máximo de contribuição em R\$ 10,00 (dez reais) para cada unidade consumidora”.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 06 de outubro de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA TOMADA DE PREÇO Nº 75 2015 - PMT - CONVOCAÇÃO ENVELOPES PROPOSTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA – TOMADA DE PREÇO Nº. 75/2015 – PMT (SEMED)

Às dez horas, do sétimo dia, do mês de outubro de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015 e Portaria nº 1707/2015), sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço 75/2015 – PMT (SEMED), que tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) das seguintes obras: - reforma de muro na Escola Municipal Erwin Prade; - Reforma e ampliação do prédio utilizado pela UPE Beija Flor, ambas localizadas neste Município, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação, conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto e demais anexos ao Edital.

Tendo em vista a decisão do recurso administrativo interposto pela empresa CONSTRUTORA F&F LTDA ME, a Comissão de Licitação, leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços das empresas habilitadas, se realizará no dia 09 de outubro de 2015, às 14h 30min na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

PRISCILA MACEDO
Membro

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO 84 2015 PMT - TRATOR AGRÍCOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão ELETRÔNICO Nº 84/2015 - PMT

OBJETO: fornecimento, garantia e assistência técnica de 01 (um) trator de mecanização agrícola novo, especificado no Anexo I do edital, relacionado ao contrato de repasse n.º 807340/2014, processo n.º 2622.1 019860-06/2014, firmado com a União Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRO-NAT, representado pela Caixa Econômica Federal. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 8h00min do dia 08/10/2015 às 13h00min do dia 22/10/2015. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h30min às 08h00min do dia 23/10/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h05min do dia 23/10/2015. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br e www.bll.org.br.

TIMBO (SC), 07/10/2015
MARCIA DA ROCHA
Secretária de Desenvolvimento Econômico

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 58 2015 PMT - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS DIVERSOS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preço destinado à aquisição de materiais gráficos diversos (convite, folder, flyer, informativo, pasta com bolsa, banner, adesivo, faixa) utilizados pela Assessoria Institucional de Comunicação Social nas atividades de comunicação com a comunidade e servidores públicos municipais.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Gráfica Guaramirim Ltda; Araquari Impressões Ltda Me; Business Editora e Publicações Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 36.598,15 (trinta e seis mil, quinhentos e noventa e oito reais e quinze centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 06/07/2016

Timbó, 07/07/2015
JAIME JOEL AVENDANO JARA
Assessor Institucional de Comunicação Social

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 24 2015 PMT - FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de gás liquefeito de petróleo (13kg – P13 e 45kg – P45) para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: Ivete Dadam ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 60.491,40 (sessenta mil quatrocentos e noventa e um reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 07/04/2016

Timbó, 08/04/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal de Fazenda e Administração

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2015

Vigência: 26/08/2015 ATÉ 25/08/2018

Processo Licitatório nº 064/2015

Pregão Presencial nº 055/2015

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Três Barras – SC – CNPJ nº 11.563.356/0001-50

Contratado: Superauto SC Distribuidora Ltda - CNPJ nº. 17.895.893/0002-64.

Objeto: Aquisição de 01(um) veículo automotor novo, tipo sedan, zero km, ano e modelo 2015, cor lisa branca para manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Assistência Social de Três Barras – SC.

Valor: R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais).

ALINOR LESCOVITZ

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 07 de outubro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2015

Procedimento Licitatório nº 87/2015

Tomada de Preços nº 11/2015

Vigência: 17/09/2015 até 16/05/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35

Contratado: Jofema Construções e Serviços Ltda – CNPJ nº. 78.606.332/0001-01.

Objeto: Contratação de mão de obra e fornecimento de materiais para construção de um pavilhão garagem com 227,12m², conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Composições, Cronograma Físico Financeiro e Projetos.

Valor: R\$ 147.004,62 (cento e quarenta e sete mil e quatro reais e sessenta e dois centavos).

ALINOR LESCOVITZ

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 07 de outubro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2015

Vigência: 26/08/2015 ATÉ 25/08/2018

Processo Licitatório nº 064/2015

Pregão Presencial nº 055/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – SC – CNPJ nº 11.491.075/0001-39.

Contratado: Superauto Motor Ltda - CNPJ nº.72.297.468/0004-43.

Objeto: Aquisição de 01(um) veículo automotor novo, zero km, ano e modelo 2015, cor lisa branca, capacidade para 07 (sete) pessoas, para manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – SC.

Valor: R\$ 66.950,00 (sessenta e seis mil e novecentos e cinquenta reais).

ALINOR LESCOVITZ

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 07 de outubro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2015

Procedimento Licitatório nº 80/2015

Tomada de Preços nº 69/2015

Vigência: 08/09/2015 até 07/03/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Oficina e Borracharia Moretti Ltda – CNPJ nº. 82.771.924/0001-56.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças de reposição e serviços mecânicos destinados à manutenção do Veículo Tipo Ônibus Volkswagen 17-210, Placas MAQ-7840.

Valor: R\$ 22.435,00 (vinte e dois mil e quatrocentos e trinta e cinco reais).

ALINOR LESCOVITZ

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 07 de outubro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2015

Vigência: 08/09/2015 até 31/12/2015

Processo Licitatório nº 072/2015

Pregão Presencial nº 061/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – SC – CNPJ nº 11.491.075/0001-39.

Contratado: Makrosys Tecnologia da Informação Ltda - ME - CNPJ nº 15.654.914/0001-43.

Objeto: Contratação de Software de Gestão e Monitoramento para Agentes Comunitários de Saúde do município de Três Barras - SC, conforme Termo de Referência anexo ao Procedimento Licitatório nº 072/2015.

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

ALINOR LESCOVITZ

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 07 de outubro de 2015.

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2075

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DA RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Mauro Dresch, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a conclusão dos serviços de operacionalização e execução das fases do Processo Seletivo Público nº 001/2015 e a regularidade formal dos procedimentos adotados e regradados no Edital e daqueles que compõem o processo relativo ao Processo Seletivo Público nº 001/2015;

Considerando que todo o processo do Processo seletivo Público obedeceu-se às vinculações ao Edital e às normas de Direito aplicáveis à matéria, tanto na defesa do interesse público, quanto na defesa dos interesses dos concorrentes;

Considerando que em todas as fases do Processo Seletivo Público houve o respeito à garantia do direito de defesa e do contraditório das decisões adotadas e estas mereceram ampla publicidade;

Considerando o término do prazo para a interposição de recursos em face dos resultados das provas, do resultado final e da classificação;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final e a classificação do Processo Seletivo Público nº 001/2011, cujos candidatos aprovados com a ordem de classificação discriminados nos anexos I, parte integrante deste Decreto no total de 08 (oito) páginas numeradas por ordem crescente de classificação para cada cargo do Processo Seletivo Público:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
em 01 de outubro de 2015
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2076

DECRETO Nº 2.076/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TREZE TÍLIAS NO VALOR DE R\$ 50.000,00 OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Suplementa:

10 – Secretaria de Assistência Social

03 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.407

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00 R\$ 50.000,0

Anula:

Atividade: 2.407

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.52 R\$ 50.000,00

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
29 de setembro de 2015.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2077

DECRETO Nº 2.077/2015

ALTERA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO DAS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º- Fica estabelecido o seguinte Horário de funcionamento das Repartições Públicas Municipais, para o atendimento ao Público, que passa a vigorar a partir de 19 de outubro de 2015 conforme escala abaixo:

TURNO ÚNICO – das 07h00min às 13h00min, para todos os órgãos Municipais, com exceção das Unidades abaixo relacionadas, que permanecem com o horário normal de atendimento,

- 1- Secretaria de Saúde e Saneamento (Posto de Saúde)
- 2- Secretaria da Educação (Escolas e Creche Municipal)

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
07 de outubro de 2015
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2078

DECRETO Nº 2.078/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO, no dia 28 de outubro de 2015 em todas as Repartições Públicas do Município de Treze Tílias, em virtude da comemoração do dia do SERVIDOR PÚBLICO.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias em 07 de outubro de 2015.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Trombudo Central

PREFEITURA

013/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 013/2015

ABRE INSCRIÇÕES PARA CONCESSÃO DE PROMOÇÃO FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO EFETIVOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HANELORE HEDLER, Prefeita em exercício do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, comunica que estarão abertas as inscrições para a Concessão de Promoção Funcional de Professores efetivos 7º parag. 6º da Lei nº 1250 de 7 de julho de 2000, regulamentado através do Decreto nº159/14 de 28 de novembro de 2014.

1- DA INSCRIÇÃO

1.1 A inscrição acontecerá no período de 14/10/2015 a 23/10/2015 na Secretaria Municipal de Educação, no horário das 8h às 12h e das 13h e 30min às 17h e 30min.

1.2 Na oportunidade o profissional interessado preencherá formulário próprio, instruído por funcionários que prestam serviço na Secretaria Municipal de Educação, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Diploma de pedagogia ou de especialização (pós graduação) devidamente registrado.

b) Atestado de tempo de serviço expresso em anos, meses e dias, expedido pela Prefeitura Municipal de Trombudo Central até 30/09/2015.

1.3 Somente terá direito a promoção

A) O profissional em efetivo exercício que tenha sido aprovado em estágio probatório;

B) Promoção para o nível 2 ou 3 conforme a solicitação e comprovação documental

2- DAS VAGAS

2.1 Todos os profissionais da Rede Pública Municipal que apresentarem documentação deferida pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, terão direito a promoção.

3- DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Não serão aceitas inscrições que não atendam as especificações do presente edital.

3.2 A Secretaria Municipal de Educação publicará os resultados no dia 26/10/2015.

3.3 Caberá recurso até 2(dois) dias depois da publicação o Educação e encaminhado os resultados.

3.4 O presente edital será publicado no mural da Prefeitura Municipal de Trombudo Central e encaminhado as unidades de Ensino que integram a rede Municipal.

Trombudo Central, 06 de outubro de 2015.

HANELORE HEDLER

Prefeita Municipal em Exercício

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária Municipal de Educação e Esporte

089/2015

DECRETO 089/15 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL 012/2015, CONTRATATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO PROFESSOR DE CIENCIA.

HANELORE HEDLER, Prefeita do Município de Trombudo Central em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação final do processo seletivo 012/2015, para atuar nos Projetos especiais transitórios no cargo de Professor de Ciências – anos finais do Ensino Fundamental.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
NAIARA DE SOUZA	36,2	1º

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de outubro de 2015.
HANELORE HEDLER
Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

090/2015

DECRETO 090/2015 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.
DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

HANELORE HEDLER, Prefeita do município de Trombudo Central em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º- Decreta ponto facultativo no dia 13 de Outubro de 2015, na Secretaria da Educação e do Esporte, e a todos servidores públicos dispostos na referida Secretaria, face a passagem em comemoração ao dia do Professor aliado ao dia do servidor público, no dia 15 de Outubro de 2015.

Artigo 2º- Fica Decretado ponto facultativo no dia 30 de Outubro de 2015 na Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria do Planejamento Urbano, Secretaria da Assistência Social e Habitação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Cultura e do Turismo, Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, face a passagem pela comemoração do dia do servidor público no dia 28 de Outubro de 2015.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de Outubro de 2015.
HANELORE HEDLER
Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária de Administração e Finanças Interina

Tunápolis

PREFEITURA

TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014 3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. ENOÍ SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, 429, bairro Progresso, neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a ata de registro de preços do pregão presencial 95/2014.

Considerando a ata de registro de preços do Pregão Presencial nº 94/2014 da PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, celebrado em 02 de janeiro 2015, proveniente do Processo Licitatório nº 131/2014, em que consta como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde).

Considerando que o valor do preço unitário do óleo diesel comum sofreu reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao fornecedor, conforme edital do processo de licitação nº 131/2014.

Considerando que o fornecedor apresentou as notas fiscais da compra do óleo diesel comprovando desta forma alteração no preço do mesmo.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição do óleo diesel fornecido pela ata de registro de preços celebrado com a empresa AUTO POSTO CANARINHO LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO VALOR

A presente ata de registro de preços fica acrescido o valor de R\$ 0,09(nove centavos) no óleo diesel S-500, considerando que houve aumento conforme documentos fiscais anexos comprovando o aumento.

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Óleo diesel S500	2,76	2,85

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 06 de outubro de 2015

Enoi Scherer

Auto Posto Canarinho Ltda

Prefeito Municipal.

Contratada

Testemunhas:

Karine Epping

CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 08/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA FLACH & VOGT LTDA -ME

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 08/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA FLACH & VOGT LTDA -ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/SC, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198-0001-52, sediado na Rua João Castilho nº 111, centro, no Município de Tunapolis/SC, aqui representado pelo Sr. ENOI SCHERER Prefeito Municipal, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, e de outro lado a empresa FLACH E VOGT LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.920.043/0001-83, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 08/2015.

Considerando o contrato administrativo nº 08/2015 – Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 09 de janeiro de 2015, proveniente do Processo Licitatório nº 139/2014 e Pregão Presencial nº 101/2014, em que consta como objeto contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa FLACH & VOGT LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO REAJUSTE, VALOR

Ao presente contrato fica acrescido o reajuste de 7,42% (sete reais e quarenta e dois centavos), no Km rodado de acordo com o quadro abaixo especificando os valores por km reajustados, e conforme requerimento baseado na Resolução nº 08/2015 do Departamento de Transportes e Terminais –DETER,SC (Rodoviário II).

Item	Quant	Und.	Especificação	Valor atual	Valor reajustado
1	21.850,00	Km	Saindo da unidade escolar de Linha Pitangueira pela Estrada Geral de linha Pitangueira, Linha Bonita e Águas Frias. Km diários 95. Veículo ano/2003 com 16 lugares.	1,89	2,03

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 06 de outubro de 2015.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Flach & Vogt Ltda –ME
Contratado

Testemunhas: _____

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 08/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TRANSPORTES E SERVIÇOS RURAIS STAUB LTDA ME

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 08/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TRANSPORTES E SERVIÇOS RURAIS STAUB LTDA ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/SC, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198-0001-52, sediado na Rua João Castilho nº 111, centro, no Município de Tunapolis/SC, aqui representado pelo Sr. ENOI SCHERER Prefeito Municipal, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, e de outro lado a empresa TRANSPORTES E SERVIÇOS RURAIS STAUB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.490.574/0001-01, estabelecida na Est. Linha Cantina-Interior do Município de Santa Helena, SC, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador o Sr. Valdir Staub, inscrito no CPF nº 034.472.139-65 aditar o contrato administrativo nº 09/2015.

Considerando o contrato administrativo nº 09/2015 – Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 09 de janeiro de 2015, proveniente do Processo Licitatório nº 139/2014 e Pregão Presencial nº 101/2014, em que consta como objeto contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa TRANSPORTES E SERVIÇOS RURAIS STAUB LTDA ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO

ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO REAJUSTE, VALOR

Ao presente contrato fica acrescido o reajuste de 7,42% (sete reais e quarenta e dois centavos), no Km rodado de acordo com o quadro abaixo especificando os valores por km reajustados, e conforme requerimento baseado na Resolução nº 08/2015 do Departamento de Transportes e Terminais –DETER,SC (Rodoviário II).

Item	Quant	Und.	Especificação	Valor atual	Valor reajustado
1	21.850,00	Km	Saindo da unidade escolar do Pe. Balduino Rambo via estrada geral de São Pedro, São José, São Jorge, Linha Canaleta via mecânica agrícola Baumgratz, asfalto até o ponto de saída. 48 Km diários. Veículo ano/2003 com 16 lugares.	2,07	2,22

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 06 de outubro de 2015.

Enoi Scherer Transportes e Serviços Rurais Staub Ltda
Prefeito Municipal Contratado

Testemunhas: _____

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 18/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA POINT INFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 18/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA POINT INFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/SC, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198-0001-52, sediado na Rua João Castilho nº 111, centro, no Município de Tunapolis/SC, aqui representado pelo Sr. ENOI SCHERER Prefeito Municipal, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, e de outro lado a empresa POINT INFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o número 01.442.024/0001-63, estabelecida na Avenida Brasília, 403, Centro, no Município de Santa Helena-SC, neste ato representado pelo Sr. Arcindo Francescon, resolvem aditar o contrato administrativo nº 18/2015.

Considerando o contrato administrativo nº 18/2015 – Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 19 de maio de 2015, proveniente do Processo Licitatório nº 32/2015 e Pregão Presencial nº 27/2015, em que consta como objeto contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa POINT INFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO REAJUSTE, VALOR

Ao presente contrato fica acrescido o reajuste de 7,42% (sete reais e quarenta e dois centavos), no Km rodado de acordo com o quadro abaixo especificando os valores por km reajustados, e conforme requerimento baseado na Resolução nº 08/2015 do Departamento de Transportes e Terminais –DETER,SC (Rodoviário II).

Item	Quant	Und.	Especificação	Valor atual	Valor reajustado
1	6.400,00	Km	Saindo da unidade escolar do Pe. Balduino Rambo via saída para Linha Raigão seguindo pela Linha Spies, Raigão Alto, Raigão Baixo, Linha Bonita até o ponto de saída da Sede do Município. Perfazendo um total de 32 km diários com previsão anual de 6.400 km. Veículo ano/modelo 1.995 com 16 lugares.	3,15	3,38

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 06 de outubro de 2015.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

POINT INFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA
Contratado

Testemunhas:

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 29/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA POINT INFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 29/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA POINT INFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/SC, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198-0001-52, sediado na Rua João Castilho nº 111, centro, no Município de Tunapolis/SC, aqui representado pelo Sr. ENOI SCHERER Prefeito Municipal, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, e de outro lado a empresa POINT INFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o número 01.442.024/0001-63, estabelecida na Avenida Brasília, 403, Centro, no Município de Santa Helena-SC, neste ato representado pelo Sr. Arcindo Francescon, resolvem aditar o contrato administrativo nº 29/2015.

Considerando o contrato administrativo nº 29/2015 – Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 15 de maio de 2015, proveniente do Processo Licitatório nº 51/2015 e Pregão Presencial nº 41/2015, em que consta como objeto contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa POINT INFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO REAJUSTE, VALOR

Ao presente contrato fica acrescido o reajuste de 7,42% (sete reais e quarenta e dois centavos), no Km rodado de acordo com o quadro abaixo especificando os valores por km reajustados, e conforme requerimento baseado na Resolução nº 08/2015 do Departamento de Transportes e Terminais –DETER,SC (Rodoviário II).

Item	Quant	Und.	Especificação	Valor atual	Valor reajustado
1	9.184,00	Km	Trajetos escolares: Ao meio dia saindo da Linha Canaleta passando propriedade de Nestor Stuab Clovis Wutschik saindo pela Fazenda Sehn passando em São Jorge pela volta Klein e pela volta do Pedro Scherer retornando até a sede de Canaleta. No final do dia, saindo da sede do município, subindo pela linha Spies via Marmoraria entrada de canaleta granja de Ivo Spies Linha Canaleta passando propriedade de Nestor Stuab Clovis Wutschik saindo pela Fazenda Sehn passando em São Jorge pela volta Klein e pela volta do Pedro Scherer retornando até a sede do município. Perfazendo um total de 56 km diários num período de 200 dias letivos para 2015. Veículo com 16 lugares ano e modelo não inferior 1.995.Veículo ano/2003 com 16 lugares.	2,65	2,84

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 06 de outubro de 2015.

Enoi Scherer POINT INFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA
Prefeito Municipal Contratado

Testemunhas: _____

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 02/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME.

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL DE PREÇO Nº 27/2014.

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 02/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Padre Balduino Rambo, 123, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município e do outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda- ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Santa Maria, 157, na cidade de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a ata de registro de preços através do pregão presencial nº 27/2014.

Considerando a ata de registro de preços através do pregão presencial nº 27/2014 -Fundo Municipal da Saúde, celebrado em 02 de janeiro 2015, proveniente do Processo Licitatório nº 30/2014 e Pregão Presencial nº 27/2014 em que consta como objeto a aquisição de Combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos, pertencentes ao Fundo Municipal Saúde, ao longo de 12 (doze) meses.

Considerando que o valor do preço unitário do óleo diesel sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao fornecedor, conforme edital do processo de licitação nº 30/2014.

Considerando que o fornecedor apresentou as notas fiscais da compra dos combustíveis comprovando desta forma alteração nos preços dos itens supra mencionados.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pela ata de registro de preços celebrado com a empresa ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO VALOR

A presente ata de registro de preços fica acrescido o valor de 0,04(quatro centavos) no óleo diesel comum, considerando que houve aumento conforme documentos fiscais anexos comprovando o aumento.

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Óleo diesel comum	2,76	2,80

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 02 de outubro de 2015

Bruno José Heberle ABAST. DE COMBUS. TUNÁPOLIS LTDA ME
Gestor do Fundo Contratado

Testemunhas: _____

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 10/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE FAIXAS, ADESIVOS, PLACAS, BANNERS E DEMAIS MATERIAIS DESTINADOS, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 01 dias do mês de Outubro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 109/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para CONFECÇÃO DE FAIXAS, ADESIVOS, PLACAS, BANNERS E DEMAIS MATERIAIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para CONFECÇÃO DE FAIXAS, ADESIVOS, PLACAS, BANNERS E DEMAIS MATERIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 109/2015, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – Fabio Lindomar Franzon-ME, estabelecido na Rua: Cristovão Colombo, Centro, no Município de Santa Helena – SC, inscrito no CNPJ.10.197.113/0001-82.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	VALOR Máximo R\$
1	Confecção de banner 1,25x0,90 cm, em lona, impressão digital, 4 cores, acabamento em bastão com ponteiros	12	80,00	960,00
2	Confecção de banner 1,00x0,80 cm, em lona, impressão digital, 4 cores, acabamento em bastão com ponteiros.	10	67,00	670,00
3	Confecção de adesivo em impressão digital material plastificado, refletivo - 4 cores - 2,00x 1,20	25	180,00	4.500,00
4	Confecção de faixa 3x0,70cm, em lona com impressão digital, 4 cores	20	70,00	1.400,00
5	Serviço de impressão e colocação de outdoor. Outdoor - 3x9 m - colorido 4/0 de papel,(impressão e fixação). A empresa deve afixar a arte em placa indicada pelo município.	2	350,00	700,00
6	Confecção de placa em chapa galvanizada 26mm com estrutura em madeira, medindo 1mx2m	6	170,00	1.020,00
	Total Geral			9.250,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 109/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 85/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos itens deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Castilho n. 111, Centro no Município de Tunápolis sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2015, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 109/2015, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento, ou no nome do Fundo Municipal da Saúde, sob o CNPJ 12.273.240.0001-49.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC,. 01 de outubro de 2015.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Sheila Inês Bieger
Pregoeira

Fabio Lindomar Franzon-ME
FORNECEDOR

LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO 86.2015 CESTAS BÁSICAS

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pelo Decreto nº 1691/2015, através das atribuições legais, torna público que foi deserto o certame denominado como PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2015, referente ao Processo administrativo 110/2015, tem por objeto a consiste na aquisição de "Cestas Básicas" para concessão de Benefícios Eventuais. Ressalta-se que a data de abertura do dia 02/10/2015 as 13h30min, não houve nenhum interessado, motivo pelo qual esse Pregão foi declarada Deserto e depois de revista será lançada em data posterior.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 116/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 116/2015

Edital de Pregão Presencial nº 90/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega parcelada que tem por objeto a aquisição de SÊMEN BOVINO utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis.

Entrega das propostas até às 14h do dia 23/10/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 07 de outubro de 2015

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2013 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 14/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA FLACH & VOGT LTDA -ME

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2013

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 14/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA FLACH & VOGT LTDA -ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/SC, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198-0001-52, sediado na Rua João Castilho nº 111, centro, no Município de Tunapolis/SC, aqui representado pelo Sr. ENOI SCHERER Prefeito Municipal, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, e de outro lado a empresa FLACH E VOGT LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.920.043/0001-83, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 14/2013.

Considerando o contrato administrativo nº 14/2013 – Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 08 de fevereiro de 2013, proveniente do Processo Licitatório nº 11/2013 e Pregão Presencial nº 09/2013, em que consta como objeto contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a 200 (duzentos) dias letivos.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa FLACH & VOGT LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO REAJUSTE, VALOR

Ao presente contrato fica acrescido o reajuste de 7,42% (sete reais e quarenta e dois centavos), no Km rodado de acordo com o quadro abaixo especificando os valores por km reajustados e conforme requerimento baseado na Resolução nº 08/2015 do Departamento de Transportes e Terminais –DETER,SC (Rodoviário II).

Item	Quant	Und.	Especificação	Valor atual	Valor reajustado
3	22.500,00	Km	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 08 passageiros. Saindo da escola passando pela estrada geral entrando na Linha, Pauli e Deters até a propriedade de Ivo Spies. Retornando até a escola. Saindo da escola passando pela volta Corinthias, Schorr até a escola. Perfazendo aproximadamente um total de 105 Km diários	2,46	2,64
6	6.400,00	Km	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 08 passageiros. Saindo do centro passando pela estrada geral de Pitangueira até a propriedade de Ernani Staub, até a propriedade de Elton Junges fazendo a volta por Sete Tombos pela propriedade de Ricardo Pradela voltando até Tunápolis. Perfazendo aproximadamente um total de 27,5 Km diários.	2,43	2,61

CLÁUSULA SEGUNDA RESCISÃO PARCIAL DO CONTRATO: O item n.01 do presente contrato n. 14/2013 não será mais aditivado, de comum acordo entre o Município e a empresa supramencionada, uma vez que houve alteração e mudança do trajeto devido as novas matrículas de alunos, sendo assim necessário novo Processo de Licitação, motivo pelo qual esse Município resolve rescindir o contrato de forma parcial, sem ônus e com anuência da empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA:

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 06 de outubro de 2015.

Enoi Scherer Flach & Vogt Ltda –ME
 Prefeito Municipal Contratado

Testemunhas: _____

Karine Epping
 CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
 CPF: 020.226.259-60

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2013 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 16/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TUNÁPOLIS TUR LTDA-ME

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2013

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 16/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TUNÁPOLIS TUR LTDA-ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34 e de outro lado a empresa TUNAPOLIS TUR LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.303.910.0001-67, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 16/2013.

Considerando o contrato administrativo nº 16/2013 – Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 08 de fevereiro de 2013, proveniente do Processo Licitatório nº 11/2013 e Pregão Presencial nº 09/2013, em que consta como objeto contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a 200 (duzentos) dias letivos.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa TUNÁPOLIS TUR LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO REAJUSTE, VALOR

Ao presente contrato fica acrescido o reajuste de 6,70% (seis, virgula setenta por cento) passando o valor por Km rodado à R\$ 3,83 (três reais e oitenta e três centavos) conforme requerimento baseado na Resolução nº 011/2014 do Departamento de Transportes e Terminais –DETER,SC (Rodoviário II).

Descrição valor R\$
 Atual Valor R\$

Item	Quant	Und.	Especificação	Valor atual R\$	Valor reajustado
7	16.500,00	Km	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 40 passageiros. Saída em Tunápolis passando por Linha Canaleta, São Jorge, Fátima via Ponte Alta subindo pela Laticínios Coomilp, descendo pelo asfalto a Tunápolis. Percurso total ida e volta nos três períodos aproximado do Trajeto: 77 Km diários.	3,59	3,83

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 06 de fevereiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch TUNÁPOLIS TUR LTDA-ME
 Prefeito Municipal em exercício Contratada(o)

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
 Cleverson Inácio Kerkoff Sheila Inês Bieger
 CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2013 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 16/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TUNÁPOLIS TUR LTDA-ME
 QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2013

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 14/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA FLACH & VOGT LTDA -ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/SC, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198-0001-52, sediado na Rua João Castilho nº 111, centro, no Município de Tunapolis/SC, aqui representado pelo Sr. ENOI SCHERER Prefeito Municipal, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, e de outro lado a empresa FLACH E VOGT LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.920.043/0001-83, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 14/2013.

Considerando o contrato administrativo nº 14/2013 – Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 08 de fevereiro de 2013, proveniente do Processo Licitatório nº 11/2013 e Pregão Presencial nº 09/2013, em que consta como objeto contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a 200 (duzentos) dias letivos.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa FLACH & VOGT LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO REAJUSTE, VALOR

Ao presente contrato fica acrescido o reajuste de 7,42% (sete reais e quarenta e dois centavos), no Km rodado de acordo com o quadro abaixo especificando os valores por km reajustados e conforme requerimento baseado na Resolução nº 08/2015 do Departamento de Transportes e Terminais –DETER,SC (Rodoviário II).

Item	Quant	Und.	Especificação	Valor atual	Valor reajustado
3	22.500,00	Km	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 08 passageiros. Saindo da escola passando pela estrada geral entrando na Linha, Pauli e Deters até a propriedade de Ivo Spies. Retornando até a escola. Saindo da escola passando pela volta Corinthias, Schorr até a escola. Perfazendo aproximadamente um total de 105 Km diários	2,46	2,64
6	6.400,00	Km	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 08 passageiros. Saindo do centro passando pela estrada geral de Pitangueira até a propriedade de Ernani Staub, até a propriedade de Elton Junges fazendo a volta por Sete Tombos pela propriedade de Ricardo Pradela voltando até Tunápolis. Perfazendo aproximadamente um total de 27,5 Km diários.	2,43	2,61

CLÁUSULA SEGUNDA RESCISÃO PARCIAL DO CONTRATO: O item n.01 do presente contrato n. 14/2013 não será mais aditivado, de comum acordo entre o Município e a empresa supramencionada, uma vez que houve alteração e mudança do trajeto devido as novas matrículas de alunos, sendo assim necessário novo Processo de Licitação, motivo pelo qual esse Município resolve rescindir o contrato de forma parcial, sem ônus e com anuência da empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA:

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 06 de outubro de 2015.

Enoi Scherer Flach & Vogt Ltda –ME
Prefeito Municipal Contratado

Testemunhas: _____
Karine Epping Sheila Inês Bieger
CPF: 009.815.549-03 CPF: 020.226.259-60

União do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N 011/2015

PORTARIA Nº. 011/2015 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALGEMIRO ALVES MACIEL, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Complementar nº 93, de 21 de setembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder férias regulamentares, por 20 (vinte) dias, com abono pecuniário de 10 (dez) a servidora municipal Sra. KATIA PRESCILA ANTUNES Matrícula nº. 28 ocupante do cargo de CONTADORA, de provimento efetivo, do Poder Legislativo Municipal, do dia 06 ao dia 25 de outubro de 2015, referente ao período de 01/10/2014 a 30/10/2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

Art. 2º. – As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

União do Oeste, 05 de outubro de 2015.

ALGEMIRO ALVES MACIEL

Presidente

Registrada e Publicada em data supra.

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/2015

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Contratação de empresa para EVENTUAL fornecimento de peças de 1ª linha de montagem e mão de obra para reposição no Veículo ônibus LYC 3843 e Recuperação Para-choque dianteiro, mão de obra e pintura Citroen jumper MKF 5058 .

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 62/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:30 hrs do dia 21 de outubro de 2015.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 08:30 hrs do dia 21 de outubro de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 07 de outubro de 2015.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

ANULAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015-FMAS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que o edital da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015-FMAS, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO EM ALVENARIA COM GRADIL SUPERIOR NO CENTRO DO BEM ESTAR DO MENOR, UNIDADE VILA VERDE, CONFORME MEMORIAL, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXAS. foi anulado. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 07 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.413/15

DECRETO N.º 12.413/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta dos Processos Administrativos nº 06605/2002, 19.526/13 e 16.767/14, tendo por objeto pedido de desmembramento de área, formulado por Mecânica Coltrin e outros;

Considerando que os pedidos dos requerentes, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

Considerando que o Desmembramento aprovado em 30 de setembro de 2014, através do Decreto nº 11.282/14; resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invalidade;

Considerando a Comunicação Interna nº 112/2015, da Secretaria Municipal de Planejamento solicitando a renovação do respectivo desmembramento, conforme Processo Administrativo nº 17.037/15;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento da área de 1.092,00 m² (um mil e noventa e dois metros quadrados) e da área de 334,27 m² (trezentos e trinta e quatro metros e vinte e sete decímetros quadrados), integrantes de uma área total com 5.018,40 m² (cinco mil e dezoito metros e quarenta decímetros quadrados), de propriedade de MECÂNICA COLTRIN LTDA, constante da matrícula nº 15.090 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 06605/2002.

Parágrafo Único - Fica, ainda, autorizado o desmembramento da área de 172,07 m² (cento e setenta e dois metros e sete decímetros quadrados), parte integrante do imóvel matriculado sob o nº

15.090, devendo a mesma ser destinada à área verde.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.438/15

DECRETO Nº 12.438/15, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Antecipa para o dia 13 de outubro o Ponto Facultativo em comemoração ao "Dia do Professor".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 3º, do Decreto nº 11.489/15,

DECRETA

Art. 1º Fica antecipado, para o dia 13 de outubro de 2015, o ponto facultativo referente ao "Dia do Professor", exclusivo para o magistério público municipal e demais órgãos da Secretaria Municipal de Educação, conforme art. 313 do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Videira – Lei Complementar nº 130/12.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.439/15

DECRETO Nº 12.439/15, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Posterga para o dia 30 de outubro o Ponto Facultativo em comemoração ao "Dia do Servidor Público".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 3º, do Decreto nº 11.489/15,

DECRETA

Art. 1º Fica postergado, para o dia 30 de outubro de 2015, o ponto facultativo referente ao "Dia do Servidor Público", exceto para o magistério público municipal e demais órgãos da Secretaria Municipal de Educação, conforme art. 313 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Complementar nº 129/12.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 143/2015-EMPRESA RSUL LTDA

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
KIT BÁSICO PARA LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa RSUL LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.814.016. /0001-87 apresentou amostra físicas das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 35/2015 – PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
5	MICROSCÓPIO BINOCULAR AUMENTO 1000 VEZES: Microscópio Biológico Binocular com Aumento de 40x até 1000x, Objetiva Planacromática Infinita e LED. Aumento: 40X a 1000X ou até 1500x (opcional). Tubo binocular campo 20 Siedentopf com ajuste interpupilar 48mm ~ 75mm, ajuste de dioptria +/- 5, inclinado 30º, rotação 360º com pino de trava, tubo ergonômico com giro conjunto prismático 360º. Ocular focalizável: WF 10X de grande campo (20mm). Ocular focalizável: WF 15X campo (16mm) (opcional). OBJETIVA INF. PLANA: PL 4X, PL 10X, PL 20X, PL 40X (R), PL 100X (R) OIL. Revolver reverso porta cinco objetivas com movimento giratório por rolamento e parada precisa. Platina mecânica com grande área 188x150 mm com revestimento em cerâmica, movimentos X=78mm e Y= 54mm, em botões conjugados a direita, escala Vernier. Presilha com mola e suporte duplo para lâmina. Condensador Abbe 1.25 NA com íris diafragma, porta filtro, dispositivo de centralização e movimento por pinhão e cremalheira. Estativa design moderno e ergonômico. Focalização: Macrométrico como movimento por engrenagens e cremalheiras em metal. Micrométrico com curso de 0,002mm por divisão. Macro e Micro conjugado, micro em botões bilaterais, ajuste de tensão e para automática. Iluminação: Totalmente incorporado na base provida de diafragma de campo para iluminação segundo Koehler. Iluminação por sistema LED 5W com ajuste de intensidade luminosa. Tensão de entrada 90VAC ~ 240VAC 60HZ. Sistema de polarização. Embalagem: Caixa de papelão e maleta de alumínio para transporte. Manual de instruções em português.	BM	APROVADA

Em atendimento ao EDITAL 143/2015 ao:

Item 1.3 do – As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS FÍSICAS, COM FICHAS TÉCNICAS, DE TODOS OS ITENS, devidamente identificado (com razão social e CNPJ), bem como deve estar impresso, em cada embalagem, descrição sucinta do conteúdo, identificação nas embalagens da empresa e do fabricante do produto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Antônio Pinto, nº 249, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, excepcionalmente.

A empresa RSUL LTDA, que obteve 1º proposta melhor classificada para o ITEM 05 na etapa de lances, encaminhou tempestivamente as amostras físicas e ficha técnica com informações que permitiram a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela Aprovação da amostra física e ficha técnica apresentados pela empresa RSUL LTDA.

Videira, 23 de setembro de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 143/2015-EMPRESA VIDELIVROS COM. LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
KIT BÁSICO PARA LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa VIDE LIVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.449.998.0001/67, apresentou os laudos técnicos das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 143/2015 – PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
01	KIT BÁSICO PARA LABORATÓRIO COM 46 PEÇAS: Conjunto composto por: Termômetros químicos, lamparina de vidro, estante para tubos de ensaio, escova para lavagem de vidraria, pinça para condensar com mufa, placa de petri, frasco erlenmeyer, pipeta graduada, lâmina para microscopia, lamínulas para microscopia, tela de amianto, tripé de ferro, bico de bunsen, anel de ferro com bureta graduada, condensador de bola sem junta, papel azul tornassol, papel vermelho tornassol, funil analítico, mangueira de látex, mangueira para gás, balão de destilação, papel filtro qualitativo, bastões de vidro, pérolas de vidro, vidro relógio, pipetador de 3 vias, pisseta sem graduação, espátula tipo colher, suporte para bureta, copo de griffin, rolha de cortiça, pinça inox, pinça para bureta, proveta graduada, (condicionado em caixa de papelão).	Interglas	Aprovada
03	CONJUNTO DE REAGENTES COM 80 TIPOS: Composto por 80 tipos diferentes de reagentes sólidos e líquidos, sendo: 40 em embalagem plásticas (sólidas)- zinco em pó, uréia, sulfato de sódio, soda cáustica, carvão ativo, brometo de potássio, ácido cítrico, cloreto amônio etc. E 40 em embalagem de vidro (líquidos) –acetona ácido clorídrico concentrado, álcool etílico, benzina comercial, vaselina líquida, xilol, hipoclorito de sódio etc. Acondicionado em caixa de papelão.	Interglas	Aprovada

Em atendimento ao EDITAL 143/2015 ao:

Item 1.3 do– As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS FÍSICAS, COM FICHAS TÉCNICAS, DE TODOS OS ITENS, devidamente identificado (com razão social e CNPJ), bem como deve estar impresso, em cada embalagem, descrição sucinta do conteúdo, identificação nas embalagens da empresa e do fabricante do produto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Antônio Pinto, nº 249, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, excepcionalmente.

A empresa VIDELIVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS LTDA, que obteve 1º propostas melhor classificadas para os ITENS 01 e 03 na etapa de lances, encaminhou tempestivamente as amostras físicas e ficha técnica com informações que permitiram a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela Aprovação da amostra física e ficha técnica apresentados pela empresaVIDE LIVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS LTDA.

Videira/SC, 23 de setembro de 2015.

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação
Maria R.S. Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 143/2015-EMPRESA KALBRINQ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS

LAUDO DE NÃOACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
KIT BÁSICO PARA LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS, inscrita no CNPJ nº 03.843.541/0001-70, nãoapresentouas amostras físicas e laudos técnicos das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 143/2015 – PMV, conforme segue:

Item	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	MARCA	SITUAÇÃO
02	CONJUNTO DE VIDRARIA COM 156 PEÇAS: Kit de vidraria para laboratório, composto de: 10 copos de Becker 250ml, 10 copos de becker 600 ml, 2 frascos de erlenmeyer 250ml, 7 provetas de vidro 100ml, 7 pipetas graduadas 10ml, 50 tubos de ensaio 16x150mm, 20 tubos de ensaio 20x200mm, 20 placas de petri de 100x200mm, 10 balões de vidro 6x300mm e 20 conta gotas de vidro com chupeta de borracha. Acondicionada em caixa de papelão.	Brink Mobil	Não apresentou
04	CONJUNTO SÓLIDOS GEOMÉTRICOS EM ACRÍLICO: Composto por pirâmide de base quadrada (obliqua), prisma reto triangular regular, pirâmide de base quadrada, prisma de base hexagonal, cone reto, prisma de base trapezoidal, pirâmide de base hexagonal, cilindro oblíquo, pirâmide de base triangulo equilátero, prisma de base quadrado (obliqua), esfera, tronco de cone, tronco de pirâmide quadrangular, cilindro reto equilátero, tetraedro regular, ortoedro ou paralelepípedo, icosaedro regular, cubo ou hexaedro regular, octaedro regular, dodecaedro regular.	Abranage	Não apresentou

Em atendimento ao EDITAL Nº 143/2015 ao:

Item 1.3 do- As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS FÍSICAS, COM FICHAS TÉCNICAS, DE TODOS OS ITENS, devidamente identificado (com razão social e CNPJ), bem como deve estar impresso, em cada embalagem, descrição sucinta do conteúdo, identificação nas embalagens da empresa e do fabricante do produto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Antônio Pinto, nº 249, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, excepcionalmente.

Item 1.3.3 – Nenhuma amostra será recebida fora do local, horário e/ou período estipulados no item 1.3.

A empresa KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS, que obteve a proposta melhor classificada para os itens 02 e 04 na etapa de lances, não encaminhou tempestivamente as amostras e ficha técnica, com informações que permitiam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela reprovação das amostras físicas e fichas técnicas não apresentados pela empresa KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS tempestivamente.

Videira, 23 de setembro de 2015.

Roberta Aparecida Martinez

Secretária Municipal de Educação

Maria R.S. Marques

Diretora de Educação

PORTARIA Nº 0729/15

PORTARIA nº 0729/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 17.344/2015;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pelo Lions Clube Videira Centro, nos dias 10 e 31 de outubro e 07 de novembro do corrente ano, das 08h00min às 17h00min, a fim de realizar a divulgação do BINGÃO DA VISÃO

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

Art. 2º Autorizar a colocação e exibição de uma faixa do evento no Largo da Estação Ferroviária, pelo Lions Clube Videira Centro, com 15 (quinze) dias de antecedência das datas mencionadas.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o texto e/ou imagens da referida faixa, ficando o Lions Clube Videira Centro inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09,

Videira, 06 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 161/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE VIDEIRA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA E INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA) 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 21/10/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 07 de Outubro 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 108/2015

Termo Aditivo nº 108/2015

Contrato/Ata nº: CT nº 191/2013

Processo: PR nº 95/2013- PMV

Contratado: CHILENO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA. - ME.

Objeto: Alterar o nome da empresa Furckel e Manenti Serviços de Transportes Ltda. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 82.887.597/0001-00, passando a ser denominada "Chileno Transportes e Serviços Ltda. – ME", bem como para alterar o endereço da sociedade, da Rua Severino José Pasqual, nº 598, apto. 202, Bairro Cidade Alta, na cidade de Videira/SC, para a "Rua Sônia Kroeff Antunes, nº 232, Bairro Vila Verde, também na cidade de Videira/SC", conforme alteração contratual apresentada.

Data: 07/10/2015.

TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2015 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO NOTURNA DA PISTA DO AEROPORTO MUNICIPAL ÂNGELO PONZONI CONFORME NORMA DA AVIAÇÃO CIVIL VIGENTE, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA CONFORME PROJETOS BÁSICOS, EXECUTIVOS E DESCRITIVOS, PELA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA. As propostas e documentos serão recebidos até as 13h00min do dia 26 de outubro de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Alvorada, no horário das 12h30min às 18h30min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9032.

Videira/SC, 07 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA PRAZO PR 0072/2015

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está reabrindo o prazo de abertura do Pregão Presencial nº 0072/2015, tendo como objeto a Aquisição de Um Filtro a Terra para produção de vinho artesanal, em virtude de nenhuma empresa ter protocolado envelopes. O recebimento as propostas será até às 13:45h, do dia 22 de outubro de 2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 07 de outubro de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

ERRATA EXTRATO 10º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0111/2012

ERRATA

Extrato 10º Aditivo ao Contrato nº 0111/2012

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, retifica a publicação realizada no dia 23/09/2015, no Diário Oficial dos Municípios, página nº 759, acrescentando o texto: Os valores constantes do contrato originário ficam reajustados em 7,5538% (IGPM acumulado nos últimos 12 meses). O preço mensal da Locação dos programas passa a ser de R\$ 28.878,57 vigorando a partir de 24/09/2015.

Xanxerê-SC, 23 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH AJG 217/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 217/2015

REVOGAR A DIREÇÃO DE ESCOLA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a função de Diretora na da Servidora Publica Sra. DILCEIA REIS DE PAULA, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 2.074.416 e CPF nº 796.629.869-87, nomeada conforme Decreto nº AM 064/06 e JB 64/95, ambos no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 06 de Outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 218/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 218/2015

ATRIBUIR FUNÇÃO DE DIRETORA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NO EMEB SÃO JORGE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3375/2011, art 29.

RESOLVE

ATRIBUIR função a partir de 06.10.2015 de Diretora na EMEB São Jorge a Sra. JULIANA ANDREIA ARGENTON, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 3.473.654 e CPF nº 022.627.319-93, nomeada conforme Decreto nº AM 121/2002 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 06 de Outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 093/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE XAXIM – SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 183/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 093/2015 - SRP

LICITAÇÃO COM TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS NA LC 123/2006 e 147/2014.

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preço para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de produtos de higiene e limpeza para atender as necessidades do Abrigo Municipal através do Fundo Municipal de Assistência Social. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h: 00min do dia 21 de outubro de 2015, procedendo à abertura às 13h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 07 de outubro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Consórcios

ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº 45/2015

Pregão Presencial nº 02/2015

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr, Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 21 de outubro de 2015, às 14:30h, licitação na modalidade pregão, forma presencial, com a finalidade de selecionar propostas para FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO (CADEIRAS), MONTAGEM E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 13:30h do dia 21/10/2015.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 14h15min do dia 21/10/2015.
- Abertura da sessão pública do pregão: 14:30h do dia 21/10/2015.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 29 de setembro de 2015.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº 46/2015

Pregão Presencial nº 03/2015

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr, Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 22 de outubro de 2015, às 14:30h, licitação na modalidade pregão, forma presencial, com a finalidade de selecionar propostas para FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO (MÓVEIS CORPORATIVOS), MONTAGEM E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 13:30h do dia 22/10/2015.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 14h15min do dia 22/10/2015.
- Abertura da sessão pública do pregão: 14:30h do dia 22/10/2015.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 29 de setembro de 2015.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2015 - DISPENSA Nº 24/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 047/2015

PROCESSO DE DISPENSA Nº 024/2015

OBJETO: Dispensa de Licitação para a contratação de empresa para compra e instalação de Cortina Horizontal Rollô para a nova sede da ARIS com localização na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, Estreito, cidade de Florianópolis/SC.

CONTRATADO: RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA ME

CNPJ: 14.220.183/0001-65

VALOR: R\$ 15.942,62 (quinze mil novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos)

Florianópolis, 02 de outubro de 2015.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 04/2015

Processo Licitatório nº 49/2015

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr, Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 27 de outubro de 2015, às 15:00h, licitação na modalidade pregão, forma presencial, com a finalidade de selecionar propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 14h30min do dia 27/10/2015.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 14h55min do dia 27/10/2015.
- Abertura da sessão pública do pregão: 15h do dia 27/10/2015.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis 05/10/2015.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIMCATARINA**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0015/2015 - PNEUS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0015/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3431.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 29.09.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0019/2015. Pregão Eletrônico nº: 0015. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 05 de outubro de 2015.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS NORDESTE

EXTRATOS DE ADITIVOS ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 002CISNORDESTE (Nº ATA) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015

EXTRATOS DE ADITIVOS ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 002CISNORDESTE (Nº ATA) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015

PA	Ata	Sequencia	Lote	Medicamento	Fornecedor	Órgão	Data Aditivo	Valor Registro	Valor Aditivo	Objeto	Saldo Remanescente
3.17-C	243	Terceiro	42	Alopurinol 300 mg	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	Jaraguá do Sul	02/09/2015	R\$ 0,1060	R\$ -	Cancelamento	80.000
3.17-C	246	Segundo	42	Alopurinol 300 mg	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	Rio Negrinho	02/09/2015	R\$ 0,1060	R\$ -	Cancelamento	19.000
3.17-C	303	Terceiro	42	Alopurinol 300 mg	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	Jaraguá do Sul	02/09/2015	R\$ -	R\$ 0,1230	Inclusão	80.000
3.17-C	306	Terceiro	42	Alopurinol 300 mg	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	Rio Negrinho	02/09/2015	R\$ -	R\$ 0,1230	Inclusão	19.000
3.8-C	109	Terceiro	85	Azitromicina 500 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Rio Negrinho	02/09/2015	R\$ 0,3370	R\$ -	Cancelamento	10.000
3.8-C	125	Terceiro	85	Azitromicina 500 mg	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Rio Negrinho	02/09/2015	R\$ -	R\$ 0,4130	Inclusão	10.000
3.1-B	121	Segundo	140	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Itapoá	08/09/2015	R\$ 2,9699	R\$ -	Cancelamento	300
3.1-B	122	Primeiro	140	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Jaraguá do Sul	08/09/2015	R\$ 2,9699	R\$ -	Cancelamento	2.550
3.1-B	128	Segundo	140	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	São João do Itaperiú	08/09/2015	R\$ 2,9699	R\$ -	Cancelamento	500
3.1-B	129	Primeiro	140	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Schroeder	08/09/2015	R\$ 2,9699	R\$ -	Cancelamento	700
3.1-B	120	Primeiro	140	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Guaramirim	08/09/2015	R\$ 2,9699	R\$ -	Cancelamento	1.700
3.8-C	98	Terceiro	172	Cinazina 75 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Hospital Municipal São José	11/09/2015	R\$ 0,0990	R\$ -	Cancelamento	100
3.8-C	99	Terceiro	172	Cinazina 75 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Balneário Barra do Sul	11/09/2015	R\$ 0,0990	R\$ -	Cancelamento	15.000
3.8-C	101	Quarto	172	Cinazina 75 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Campo Alegre	11/09/2015	R\$ 0,0990	R\$ -	Cancelamento	20.000
3.8-C	102	Terceiro	172	Cinazina 75 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Corupá	11/09/2015	R\$ 0,0990	R\$ -	Cancelamento	20.000

3.8-C	103	Terceiro	172	Cinazina 75 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Garuva	11/09/2015	R\$ 0,0990	R\$ -	Cancelamento	20.000
3.8-C	104	Terceiro	172	Cinazina 75 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Guaramirim	11/09/2015	R\$ 0,0990	R\$ -	Cancelamento	45.000
3.8-C	105	Terceiro	172	Cinazina 75 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Itapoá	11/09/2015	R\$ 0,0990	R\$ -	Cancelamento	20.000
3.8-C	106	Terceiro	172	Cinazina 75 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Jaraguá do Sul	11/09/2015	R\$ 0,0990	R\$ -	Cancelamento	80.000
3.8-C	111	Segundo	172	Cinazina 75 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	São Francisco do Sul	11/09/2015	R\$ 0,0990	R\$ -	Cancelamento	6.500
3.8-C	112	Terceiro	172	Cinazina 75 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	São João do Itaperiú	11/09/2015	R\$ 0,0990	R\$ -	Cancelamento	5.000
3.8-C	98	Segundo	318	Brometo de N-Butilscopolamina 10 mg/ml	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Hospital Municipal São José	08/09/2015	R\$ 2,9000	R\$ -	Cancelamento	200
3.8-C	101	Terceiro	318	Brometo de N-Butilscopolamina 10 mg/ml	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Campo Alegre	08/09/2015	R\$ 2,9000	R\$ -	Cancelamento	2.000
3.2-B	33	Terceiro	93	Benzilpenicilina Postássica 5.000.000Ui	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA EPP	Hospital Municipal São José	21/09/2015	R\$ 10,0000	R\$ -	Cancelamento	800
3.2-B	39	Segundo	93	Benzilpenicilina Postássica 5.000.000Ui	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA EPP	Itapoá	21/09/2015	R\$ 10,0000	R\$ -	Cancelamento	100
3.2-B	41	Segundo	93	Benzilpenicilina Postássica 5.000.000Ui	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA EPP	Joinville	21/09/2015	R\$ 10,0000	R\$ -	Cancelamento	300
3.5-B	79	Segundo	613	Pancreatina 25.000Ui 300 mg	Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda	Hospital Municipal São José	23/09/2015	R\$ 2,3000	R\$ 1,7320	Reequilíbrio	200
3.8-D	102	Quarto	697	Sinvastatina 10 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Corupá	23/09/2015	R\$ 0,0660	R\$ -	Cancelamento	50.000
3.8-D	105	Quarto	697	Sinvastatina 10 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Itapoá	23/09/2015	R\$ 0,0660	R\$ -	Cancelamento	1.000
3.8-D	106	Quarto	697	Sinvastatina 10 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Jaraguá do Sul	23/09/2015	R\$ 0,0660	R\$ -	Cancelamento	100.000
3.8-D	107	Terceiro	697	Sinvastatina 10 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Joinville	23/09/2015	R\$ 0,0660	R\$ -	Cancelamento	18.000
3.8-D	108	Terceiro	697	Sinvastatina 10 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Massaranduba	23/09/2015	R\$ 0,0660	R\$ -	Cancelamento	38.000
3.8-D	110	Terceiro	697	Sinvastatina 10 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	São Bento do Sul	23/09/2015	R\$ 0,0660	R\$ -	Cancelamento	500
3.8-D	113	Terceiro	697	Sinvastatina 10 mg	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Schroeder	23/09/2015	R\$ 0,0660	R\$ -	Cancelamento	15.000

3.8-D	67	Segundo	697	Sinvastatina 10 mg	CENTERMEDI - COM.DE PROD. HOSP. LTDA	Corupá	23/09/2015	R\$ -	R\$ 0,0660	Inclusão	50.000
3.8-D	70	Segundo	697	Sinvastatina 10 mg	CENTERMEDI - COM.DE PROD. HOSP. LTDA	Itapoa	23/09/2015	R\$ -	R\$ 0,0660	Inclusão	1.000
3.8-D	71	Segundo	697	Sinvastatina 10 mg	CENTERMEDI - COM.DE PROD. HOSP. LTDA	Jaraguá do Sul	23/09/2015	R\$ -	R\$ 0,0660	Inclusão	100.000
3.8-D	72	Segundo	697	Sinvastatina 10 mg	CENTERMEDI - COM.DE PROD. HOSP. LTDA	Joinville	23/09/2015	R\$ -	R\$ 0,0660	Inclusão	18.000
3.8-D	73	Segundo	697	Sinvastatina 10 mg	CENTERMEDI - COM.DE PROD. HOSP. LTDA	Massaranduba	23/09/2015	R\$ -	R\$ 0,0660	Inclusão	38.000
3.8-D	75	Primeiro	697	Sinvastatina 10 mg	CENTERMEDI - COM.DE PROD. HOSP. LTDA	São Bento do Sul	23/09/2015	R\$ -	R\$ 0,0660	Inclusão	500
3.8-D	78	Primeiro	697	Sinvastatina 10 mg	CENTERMEDI - COM.DE PROD. HOSP. LTDA	Schroeder	23/09/2015	R\$ -	R\$ 0,0660	Inclusão	15.000
Req. HMSJ	192	Segundo	45	ALTEPLASE (ATIVADOR TISSULAR DO PLASMINOGÊNIO)20MG	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Hospital Municipal São José	24/09/2015	R\$ 634,5300	R\$ 334,0000	Redução de Valor	100
Req. HMSJ	192	Terceiro	46	ALTEPLASE (ATIVADOR TISSULAR DO PLASMINOGÊNIO) 50MG	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Hospital Municipal São José	24/09/2015	R\$ 1.665,6400	R\$ 835,0000	Redução de Valor	100
3.12-A	160	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Hospital Municipal São José	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	20.000
3.12-A	161	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Balneário Barra do Sul	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	50.000
3.12-A	162	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Barra Velha	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	500.000
3.12-A	163	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Campo Alegre	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	230.000

3.12-A	164	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Corupá	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	150.000
3.12-A	165	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Garuva	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	42.500
3.12-A	168	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Jaraguá do Sul	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	1.500.000
3.12-A	169	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Joinville	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	3.300.000
3.12-A	170	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Massaranduba	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	35.000
3.12-A	171	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Rio Negrinho	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	100.000
3.12-A	172	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	São Bento do Sul	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	100.000
3.12-A	173	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	São Francisco do Sul	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	30.000

3.12-A	174	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	São João do Itaperiú	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	30.000
3.12-A	175	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Schroeder	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	150.000
3.12-A	166	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Guaramirim	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	600.000
3.12-A	167	Primeiro	620	Parecetamol 500 mg	Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda	Itapoá	06/10/2015	R\$ 0,0499	R\$ 0,0499	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	90.000
3.15-A	218	Primeiro	2	Acebrofilina 25 mg/5ml frasco 120 ml	Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda	Massaranduba	06/10/2015	R\$ 2,3300	R\$ 2,3300	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	800
3.15-A	219	Primeiro	2	Acebrofilina 25 mg/5ml frasco 120 ml	Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda	Rio Negrinho	06/10/2015	R\$ 2,3300	R\$ 2,3300	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	4.000
3.15-A	220	Primeiro	2	Acebrofilina 25 mg/5ml frasco 120 ml	Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda	São Bento do Sul	06/10/2015	R\$ 2,3300	R\$ 2,3300	Troca de Marca e prorrogação vigência para 31/12/2015	2.000
			1	Acebrofilina 50 mg/5ml frasco 120 ml				R\$ 2,9900	R\$ -		2.000

RE-RATIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

**RE-RATIFICAÇÃO DO
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2015**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. José Chaves, Prefeito do Município de Garuva, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **"PREGÃO ELETRÔNICO"** visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventuais contratações futuras do objeto abaixo indicado, de forma parcelada pelos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**: Municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Schroeder, Hospital Municipal Santo Antônio (autarquia integrante da administração indireta do Município de Guaramirim) e Hospital Municipal São José (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville).

TIPO: Menor preço - **POR ITEM**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00 do dia 08/10/2015 até às 09h00 do dia 22/10/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09h01min às 12h00 do dia 22/10/2015

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30 min do dia 22/10/2015

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: www.bjl.org.br "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: pregoeiro@cisamunesc.org.br **Site:** www.cisamunesc.org.br

Telefone: (47) 3422-9838 **Fax:** (47) 3422-9838

O certame será regido pelas condições estatuídas neste Edital, bem como pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução CISNORDESTE/SC nº 02, de 10 de janeiro de 2014 e nº 17, de 02 de outubro de 2015,, Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que for aplicável.

1 DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC: **MUNICÍPIOS DE ARAQUARI, BALNEÁRIO BARRA DO SUL, BARRA VELHA, CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, GARUVA, GUARAMIRIM, ITAPOÁ, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MASSARANDUBA, RIO NEGRINHO, SÃO BENTO DO SUL, SÃO FRANCISCO DO SUL, SCHROEDER, HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO (autarquia integrante da administração indireta do Município de Guaramirim) E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville)**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

1.1.1 Elenco padronizado de medicamentos da **Farmácia Básica**:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA
1	Acebrofilina 5mg/ml, xarope pediátrico, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120ml
2	Acebrofilina xarope adulto 10mg/ml, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120ml
3	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blister com 15 cp
4	Aciclovir 400mg	Comprimido	
5	Aciclovir 50mg creme, bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g
6	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
7	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp
8	Ácido fólico 15 mg (folinato de calcio)	Comprimido	
9	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido	
10	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

11	Ácido valproíco 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsula	Frasco com 50
12	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp
13	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
14	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp
15	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp
16	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
17	Ambroxol (cloridrato) 30mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml
18	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
19	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp
20	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
21	Amitripilina (cloridrato) 75mg	Comprimido	
22	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/	Frasco	Frasco com 75ml
23	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml
24	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
25	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp
26	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21
27	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp
28	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido	
29	Atenolol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
30	Atenolol 25mg	Comprimido	
31	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp
32	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600
33	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp
34	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola
35	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco	Frasco	Frasco Ampola
36	Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluente	Frasco	Frasco Ampola
37	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp
38	Bromazepan 6 mg	Comprimido	
39	Budesonida aerossol nasal 32mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120
40	Budesonida aerossol nasal 50mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120
41	Budesonida aerossol nasal 64mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120
42	Bupropiona 150mg	Comprimido	
43	Captopril 25 mg	Comprimido	
44	Captopril 50mg	Comprimido	
45	Carbamazepina 2% suspensão Oral frasco com 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml
46	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp
47	Carbamazepina 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp
48	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500mg de Ca++ +	Comprimido	Frasco com 60 cp
49	Carbonato de Cálcio 1250mg (equivalente a 500mg de Ca++)	Comprimido	
50	Carbonato de Cálcio 1500 mg (equivalente a 600mg de Ca++ +	Comprimido	
51	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido	
52	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp
53	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp
54	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp
55	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp
56	Castanha da india composta (Aesculus hippocastanum 10 mg +	Comprimido	
57	Castanha da india - Aesculus hippocastanum	Comprimido	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

58	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml
59	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
60	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g
61	Cetoconazol 2% xampu frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml
62	Cetoconazol 200 mg	Comprimido	
63	Cilostazol 100mg	Comprimido	Blister com 20 cp
64	Cinarizina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp
65	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp
66	Citalopram 20mg	Comprimido	
67	Clarithromicina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
68	Clindamicina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
69	Clomipramina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp
70	Clomipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 20 cp
71	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido	
72	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp
73	Clonazepam 0,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
74	Clonazepam 2,5mg/ml Solução Oral frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml
75	Clopidogrel 75mg	Comprimido	
76	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal gotas frasco 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml
77	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
78	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
79	Clorpromazina 40mg/ml solução Oral	Frasco	Frasco com 20 ml
80	Codeína (fosfato) 30mg	Comprimido	Blister com 10 cp
81	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g Pomada 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g
82	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp
83	Deltametrina 0,2 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml
84	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g
85	Dexametasona 4mg	Comprimido	Blister com 10 cp
86	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml
87	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp
88	Diazepam 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp
89	Diazepam 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
90	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp
91	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
92	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido	
93	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
94	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml
95	Dipropionato de Beclometasona – aerossol 250ui/dose frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200
96	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Nasal frasco	Tubo	Frasco com 200
97	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Oral frasco	Tubo	Frasco com 200
98	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido	
99	Doxazosina (mesilato) 4mg	Comprimido	
100	Doxiciclina (cloridrato) 100mg	Comprimido	
101	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido	
102	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido	
103	Enalapril (maleato) 5mg	Comprimido	
104	Eritromicina (estearato) 50mg/ml suspensão oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

105	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
106	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp
107	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + Dipirona Sódica 250mg	Comprimido	
108	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp
109	Espironolactona 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
110	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
111	Estriol 1mg/ml Creme Vaginal	Bisnaga	
112	Estrogênios conjugados 0,3mg	Comprimido	
113	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágea	Blister com 28 cp
114	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
115	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
116	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml
117	Fenofibrato 250mg	Comprimido	
118	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulização	Frasco	Frasco com 20 ml
119	Finasterida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
120	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp
121	Flunarizina (dicloridrato) 10mg	Comprimido	
122	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/ Capsula	Blister com 10 cp
123	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp
124	Garra do Diabo (extrato seco) 500mg comprimido revestido de	Capsula	
125	Gentamicina (sulfato) 5mg/ml, solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5 ml
126	Glibenclâmida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
127	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido	
128	Glicazida 60mg MR	Comprimido	Blister com 15 cp
129	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp
130	Haloperidol 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp
131	Haloperidol 2mg/ml Gotas 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml
132	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
133	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
134	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido	
135	Hidroclorotiazida 50mg	Comprimido	
136	Hidrocortisona 1% creme 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30 g
137	Hidróxido de alumínio 61,5 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml
138	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp
139	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 35,6+37mg Suspensão Oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml
140	Ibuprofeno 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
141	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml
142	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp
143	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
144	Imipramina (pamoato) 75mg	Comprimido	
145	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução inalante 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml
146	Isoflavona 150mg	Comprimido	
147	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp
148	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp
149	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
150	Isossorbida (monitrato) 40mg	Comprimido	Blister com 15 cp

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

151	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
152	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp
153	Lactulose 667mg/ml solução Oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml
154	Levodopa 100mg + Benserazida 25mg Comprimido Dispersível	Comprimido	Frasco com 30 cp
155	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	Comprimido	Frasco com 30 cp
156	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
157	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (BD)	Comprimido	Frasco com 30 cp
158	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (HBS)	Cápsula HBS	Frasco com 30 cp
159	Levomepromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
160	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
161	Levomepromazina (maleato) 40mg/ml 20ml gotas	Frasco	Frasco com 20 ml
162	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drágea	Blister c/ 21 drg
163	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp
164	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp
165	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp
166	Levotiroxina sodica 75mcg	Comprimido	
167	Lidocaina 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr
168	Loperamida 2mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp
169	Loratadina 10mg	Comprimido	Blister com 12 cp
170	Loratadina 1mg/ml Xarope 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml
171	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp
172	Maytenos Ilícifolia , 380 mg	Cápsula	
173	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml
174	Medroxiprogesterona (acetato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp
175	Medroxiprogesterona (acetato) 2,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
176	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
177	Metadona 5mg	Comprimido	
178	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
179	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp
180	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp
181	Metildopa 500 mg	Comprimido	
182	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp
183	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
184	Metoprolol (succinato) 100mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10
185	Metoprolol (succinato) 25mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10
186	Metoprolol (succinato) 50mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10
187	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal	Bisnaga	Bisnaga com 50 g
188	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp
189	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp
190	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml
191	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme dermatologico	Bisnaga	
192	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no minimo 10	Bisnaga	Bisnaga com 80 g
193	Mikania glomerata spreng. xarope e solução oral 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml
194	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp
195	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatologica	Bisnaga	Bisnaga com 10g
196	Nifedipina 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp
197	Nifedipina 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

198	Nifedipina 20mg (retard)	Comprimido	Blister com 10 cp
199	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp
200	Nimesulide 50mg Solução Oral 15 ml	Frasco	Frasco com 15 ml
201	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 60 gr
202	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml
203	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
204	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola	Ampola	Ampola com 1 ml
205	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp
206	Norfloxacina 400mg blister 7 cp	Comprimido	Blister com 7 cp
207	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp
208	Nortriptilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
209	Nortriptilina (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp
210	Nortriptilina (cloridrato) 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp
211	Óleo Mineral 100% frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml
212	Omeprazol 10mg	Comprimido	
213	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14
214	Omeprazol magnésio 20mg	Comprimido	
215	Ondansetrona (cloridrato) 4mg	Comprimido	
216	Ondansetrona (cloridrato) 8mg	Comprimido	Blister com 10 cp
217	Oxcarbazepina 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
218	Oxcarbazepina 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp
219	Oxcarbazepina 60mg/ml suspensão oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml
220	Oxido zinco + vitamina A + D pomada 45 gr	Bisnaga	Bisnaga com 45 g
221	Palmitato de Retinol (Vitamina A) 3.000ui + Colecalciferol (Vitamina D3)	Frasco	10ml
222	Paracetamol 200mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
223	Paracetamol 500 mg + Codeína 30 mg	Comprimido	
224	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
225	Paracetamol 750mg	Comprimido	
226	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
227	Permetrina 50mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
228	Pirimitamina 25mg	Comprimido	Frasco com 100 cp
229	Plantago Ovata 3,5g pó efervescente sem açúcar	Sachê	
230	Polivitaminico composto de vitaminas e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI colecalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg	Comprimido	Blister com 14 ou 28 comp
231	Prednisolona (fosfato sódico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
232	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp
233	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
234	Prometazina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
235	Propafenona (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
236	Propatilnitrato 10mg	Comprimido	Blister com 25 cp
237	Propiltiouracil 100 mg	Comprimido	
238	Propranolol (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

239	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp
240	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp
241	Retinol (acetato) 50.000ui + colecalciferol 10.000ui frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
242	Risperidona 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp
243	Risperidona 2 mg	Comprimido	Blister com 10 cp
244	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g
245	Salbutamol 100mcg Aerosol com 200 doses	Frasco	Tubo com 200
246	Salbutamol 2mg/5ml Xarope 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml
247	Secnidazol 1000 mg	Comprimido	
248	Sertralina (cloridrato) 50 mg	Comprimido	Blister com 10 cp
249	Simeticona 75mg/ml frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
250	Sinvastatina 10mg	Comprimido	
251	Sinvastatina 20mg	Comprimido	
252	Sinvastatina 40mg	Comprimido	
253	Sinvastatina 80mg	Comprimido	
254	Sulfadiazina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
255	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnaga	Bisnaga com 50 g
256	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensão oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml
257	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp
258	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml
259	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp
260	Teofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
261	Teofilina 200 mg	Comprimido	
262	Tetraciclina 500mg	Cápsula	
263	Tiamina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
264	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml
265	Tioridazida (cloridrato) 50 mg	Comprimido	
266	Topiramato 50mg	Comprimido	
267	Tramadol (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp
268	Trazodona 50mg	Comprimido	
269	Triametazidina 35mg	Comprimido	
270	Varfarina Sódica 2,5 mg	Comprimido	
271	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
272	Verapamil (cloridrato) 120mg	Comprimido	Blister com 10 cp
273	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp
274	Vitaminas + Sais minerais sendo, ácido fólico 500mcg, vitamina B1 30mg, vitamina B2 10mg, vitamina B6 10 mg, vitamina B12 25mcg, vitamina E 45UI, vitamina C 600mg, nicotinamida 100 mg, pantotenato de cálcio 25mg, cobre 3mg, zinco 23,9mg, zinco 23,9mg registro no MS	Comprimido	

1.1.2. Elenco padronizado de medicamentos para **Pronto Atendimento e Hospitais**:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA
275	Acetazolamida 250mg	Comprimido	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

276	Acetilcisteína 10% 300mg/ml IV	Ampola	
277	Aciclovir 250mg/10ml	F/A	
278	Ácido fólico 50mg	F/A	
279	Ácido tranexâmico 250mg , ampola com 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL
280	Adenosina 6mg/ml , ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml
281	Água destilada ampola plástica 20ml	Ampola	Ampola com 20 ml
282	Água destilada , ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
283	Albumina humana 20% (50ml)	F/A	
284	Alfentanila 0,5mg/ml, ampola com 5ml	Ampola	Ampola 5 ml
285	Alprazolam 0,5 mg cp	Comprimido	
286	Alprostadil 20mcg IV	Ampola	
287	Alteplase (ativador tissular do plasminogênio) 20mg	F/A	
288	Alteplase (ativador tissular do plasminogênio) 50mg	F/A	
289	Amicacina (sulfato) 500mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
290	Amicacina (sulfato) 50mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
291	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
292	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml injetável , ampola com 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml
293	Ampicilina 1g + sulbactam 0,5g	F/A	
294	Ampicilina 1g injetável	Frasco-ampola	
295	Ampicilina 2g + sulbactam 1g	F/A	
296	Anagrelida 0,5mg	Cápsula	
297	Anastrozol 1mg	Comprimido	
298	Anfotericina B 50mg/10ml	F/A	
299	Atracúrio (besilato) 10mg/ml, ampola 2,5ml	Ampola	
300	Atropina (sulfato) 0,50mg/ml, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
301	Atropina (sulfato) 1% colírio 3ml	Frasco	
302	Azitromicina 500mg EV	F/A	
303	Baclofeno 10 mg	Comprimido	
304	Basiliximab 20mg/5ml	Frasco	
305	Benzidamida 1,5mg/ml, frasco 150ml	Frasco	Frasco 150 ml
306	Benzilpenicilina potássica 5.000.000 UI + Diluente	Frasco	Frasco Ampola
307	Bicalutamida 50mg	Comprimido	
308	Bicarbonato de Sódio 8,4% - ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
309	Biperideno (lactato) 5mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
310	Bisacodil 5mg	Comprimido	
311	Bleomicina 15u	F/A	
312	Bromoprida 4mg/mL gotas frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20mL
313	Bromoprida 5mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL
314	Bupivacaína + glicose 0,5% (ampola 4ml)	Ampola	
315	Bupivacaína + isobárica 0,5% (ampola 4ml) com invólucro externo estéril	Ampola	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

316	Bupivacaína 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A	
317	Bupivacaína + epinefrina 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A	
318	Calcitriol (vitamina D3) 0,25mcg	Cápsula	
319	Capecitabina 500mg	Comprimido	
320	Carboplatina 150mg/15ml	F/A	
321	Cefazolina sódica 1G	Frasco	Frasco Ampola
322	Cefepime 1g	F/A	
323	Cefepime 2g	F/A	
324	Cefoxitina sódica 1g	F/A	
325	Ceftazidima 1g	F/A	
326	Ceftriaxona 1000mg/ml EV	Frasco-Ampola	
327	Cetoprofeno 100mg/ml EV Pó liofilo injetável	Frasco-Ampola	
328	Cetoprofeno 100mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
329	Cetoprofeno comprimido 100mg	Comprimido	
330	Cetoprofeno 50mg	Cápsula	
331	Cianocobalamina (vitamina B12/hidroxocobalamina) 5000mcg/2ml	Ampola	
332	Ciclofosfamida 1000mg	F/A	
333	Ciclofosfamida 50mg	Drágea	
334	Ciclopentolato 1% solução oftalmológica frasco 5 ml	Frasco	Frasco 5 ml
335	Ciclosporina 100mg	Cápsula	
336	Ciclosporina 25mg	Cápsula	
337	Ciclosporina 50mg	Cápsula	
338	Ciprofloxacino 200mg/100ml	F/A	
339	Ciproterona (acetato) 50mg	Comprimido	
340	Cisatracúrio (besilato) 2mg/ml (10ml)	Ampola	
341	Cisplatina 50mg	F/A	
342	Citarabina 100mg	F/A	
343	Citarabina 500mg	F/A	
344	Clindamicina 150mg/ml (4ml)	Ampola	
345	Clobazam 20mg	Comprimido	
346	Clobetasol (propionato) 0,5mg/g pomada 30 gr	Bisnaga	Bisnaga 30 g
347	Clonidina cloridrato 0,1 mg	Comprimido	
348	Clonidina cloridrato 0,15 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
349	Clorambucila 2mg	Comprimido	
350	Cloranfenicol 5mg + Acetato de Retinol 10.000UI + Aminoácidos 25mg + Metionina 5mg Pomada oftálmica 3,5 g	Bisnaga	Bisnaga 3,5 g
351	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
352	Cloreto de potássio xarope 6% 100ml	Frasco	
353	Cloreto de potássio.. 600mg (8meq de K+)	Drágea	
354	Cloreto de Sódio 20% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
355	Clorpromazina 5mg solução Injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
356	Colagenase 0,6 1,2 Ui/g (30g)	Tubo	



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

357	Colchicina 0,5mg	Comprimido	Blister com 20 cp
358	Colestiramina 4g	Sachê	
359	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
360	Complexo coloidal de Sacarato de Hidróxido de Ferro III 2500 mg* Água bidestilada q.s.p. 5 ml * equivalente a 100 mg de ferro (III) – EV ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
361	Complexo protrombínico 500 Ui (20ml)	F/A	
362	Dacarbazina 200mg	F/A	
363	Dantrolene 20mg	F/A	
364	Daunorrubicina 20mg	F/A	
365	Deslanosídeo 0,4mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
366	Desmopressina (acetato) solução nasal 0,1mg/ml (frasco 2,5ml)	Frasco	
367	Desmopressina. (acetato) 4mcg/ml (ampola 1ml)	Ampola	
368	Desonida 0,5mg/g (tubo 30g) creme	Tubo	
369	Destilbenol (dietilestilbestrol) 1ml	Comprimido	
370	Dexametasona (fosfato dissódico) 2mg/ml injetável ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
371	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml
372	Dexametasona. + neomicina + polimixina B suspensão oftálmica 5ml	Frasco	
373	Dexmedetomidina (cloridrato) 118mcg/ml (ampola 2ml)	F/A	
374	Dextroetamina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola	
375	Dextroetamina 50mg/ml (frasco 10ml)	F/A	
376	Diazepan 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
377	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml
378	Difenidramina 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	
379	Diltiazem 60mg	Comprimido	Blister com 10 cp
380	Dimenidrato + Piridoxina + Glicose + Frutose, 3mg+5mg+100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
381	Dimenidrato associado com piridoxina, cloridrato 50 mg + 50 mg/ml - ampola 1ml	Ampola	Ampola com 1 ml
382	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
383	Dipropionato de betametasona 5mg + fosfato dissódico de betametasona 2mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml
384	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml
385	Docetaxel 20mg	F/A	
386	Docetaxel 80mg	F/A	
387	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml
388	Doxorrubicina 50mg	F/A	
389	Droperidol 2,5mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	
390	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
391	Epirubicina 50mg	F/A	
392	Eritropoetina humana 4000 u/ml	F/A	
393	Ertapenem 1g	F/A	
394	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

395	Escopolamina (butilbrometo) associada a dipirona sodica (4 mg + 500mg/ml) ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
396	Escopolamina (butilbrometo) associada a dipirona sodica 20 ml gotas	Frasco	Frasco 20 ml
397	Etilefrina cloridrato 10 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
398	Etomidato 2mg/ml (ampola 10ml)	Ampola	
399	Etoposido 50mg	Cápsula	
400	Exemestano 25mg	Drágea	
401	Extrato metanólico de BCG (imuno BCG) 40mcg	F/A	
402	Fenilefrina (cloridrato) 10% solução oftálmica frasco 5 ml	Frasco	Frasco com 5ml
403	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
404	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
405	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
406	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
407	Fexofenadina 60mg	Comprimido	
408	Fibrinogênio humano	Frasco	
409	Filgrastima 300mcg/1ml	F/A	
410	Fitomenadiona 10mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml
411	Fluconazol 2mg/ml (100ml)	F/A	
412	Fludarabina 50mg	F/A	
413	Flumazenil 0,1mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL
414	Fluocortolona + cinchocaína + clemizol pomada 10g	Tubo	
415	Fluoresceína 10 mg/ml solução oftálmica frasco 3 ml	Frasco	Frasco com 3 ml
416	Fluorouracila 2500mg/50ml	F/A	
417	Fosfato Sódio, Enema, Fosfato Monobásico 16% + Fosfato Dibásico 6% frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml
418	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
419	Gabapentina 300 mg	Comprimido	
420	Ganciclovir 500mg	fr/bolsa	
421	Gemcitabina 1000mg	F/A	
422	Gentamicina (sulfato) 80mg/2ml (ampola 2 ml)	Ampola	Ampola com 2 ml
423	Glicose 25% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
424	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
425	Gluconato de Cálcio 10% 100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
426	Goserelina (acetato) 10,8mg	Seringa preenchida	
427	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
428	Heparina sódica 25.000 UI/5ml injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml
429	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml
430	Hidralazina 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
431	Hidralazina 25mg	Comprimido	
432	Hidralazina 50mg	Comprimido	
433	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

434	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola
435	Hidroxycarbamida 500mg (hidroxiureia)	Cápsula	
436	Hipromelose 0,3% solução oftálmica 15 ml	Frasco	Frasco com 15 ml
437	Ifosfamida 1000mg	F/A	
438	Imipenem 500mg + cilastatina 500mg	F/A	
439	Imunoglobulina. 5g	F/A	
440	Insulina humana nph 100 U/ml (10ml)	F/A	
441	Insulina humana regular 100 U/ml (10ml)	F/A	
442	Interferon 10 milhões alfa 2b	F/A	
443	Interferon 3 milhões alfa 2b	F/A	
444	Ipratropio + fenoterol aerosol 15ml	Frasco	
445	Isoflurano 240ml	Frasco	
446	Isossorbida (monitrato) 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
447	Letrozol 2,5mg	Comprimido	
448	Levofloxacina 5mg/ml (100ml)	F/A	
449	Levofloxacino 500mg	comprimido	
450	Lidocaina (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml
451	Lidocaina + epinefrina 2% (20mg/ml) frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml
452	Lidocaina 2% + Epinefrina 1:100.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml
453	Lidocaina cloridrato 10% 50 ml spray	Frasco	frasco 50 ml
454	Lorazepam 1mg	Comprimido	
455	Losartan 25mg	Comprimido	
456	Manitol 20% sistema fechado solução injetável 250 ml	Frasco	Frasco com 250ml
457	Megestrol 160mg	Comprimido	
458	Melfalano 2mg	Comprimido	
459	Mepivacaina 2% + Epinefrina 1:100.000 sol injetável 1,8ml	Ampola	Ampola 1,8 ml
460	Mepivacaina 3% sol injetável 1,8 ml	Ampola	Ampola 1,8 ml
461	Mercaptopurina 50mg	Comprimido	
462	Meropenem iv 1g	F/A	
463	Mesalazina 400mg	Comprimido	
464	Mesna 400mg/4ml	Ampola	Ampola 4 ml
465	Metadona 10mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	Ampola 1 ml
466	Metaraminol (bitartarato) 10mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	Ampola 1 ml
467	Metilergometrina maleato 0,2 mg/ml ampola 1ml	Ampola	Ampola 1 ml
468	Metilprednisolona. (acetato) 40mg/ml (2ml) intramuscular	F/A	Ampola 2 ml
469	Metilprednisolona.. (succinato) 125mg/2ml	F/A	Ampola 2 ml
470	Metilprednisolona... (succinato) 500mg/8ml	F/A	Ampola 8 ml
471	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml
472	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospital ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml
473	Metotrexato 2,5 mg	Comprimido	
474	Metotrexato 500mg	F/A	
475	Metotrexato 50mg	F/A	
476	Metronidazol 500mg/100ml EV	F/A	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

477	Micafungina sódica 100mg	F/A	
478	Micofenolato de sódio 180mg	Cápsula	
479	Micofenolato de sódio 360mg	Cápsula	
480	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml
481	Midazolam 1mg/ml injetável 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml
482	Midazolam 5 mg/ml injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
483	Mitoxantrona 2mg/ml (10ml)	F/A	
484	Morfina (sulfato) 1mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
485	Morfina 0,2mg/ml (1ml)	Ampola	
486	Morfina 10 mg	Comprimido	
487	Morfina 10 mg/ml solução oral	Frasco	
488	Moxifloxacina 400mg/250ml	Bolsa	
489	Mupirocina pomada 20mg/g (15g)	Tubo	
490	Nalbufina cloridrato 10 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	ampola 1 ml
491	Neostigmina 0,5mg/1ml	Ampola	ampola 1 ml
492	Nimodipino 30mg	Comprimido	
493	Nistatina + óxido de zinco	Bisnaga	
494	Nitroglicerina 5 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
495	Nitroprussiato de sódio 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	Ampola com 1 ml
496	Norepinefrina 8mg/4ml (4mg de norepinefrina base)	Ampola	Ampola com 4 ml
497	Ocitocina 5UI/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
498	Octreotida 100mcg (0,1mg/ml)	Ampola	
499	Octreotida 500mcg (0,5mg/ml)	Ampola	
500	Omeprazol 40mg solução injetável	Ampola	
501	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
502	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml
503	Oxacilina 500mg	F/A	
504	Oxaliplatina 100mg	F/A	
505	Oxaliplatina 50mg	F/A	
506	Paclitaxel. 300mg/50ml	F/A	
507	Pamidronato dissódico 90mg/10ml	F/A	
508	Pancreatina 25.000 U	Cápsula	
509	Pancurônio (brometo) 2mg/ml (2ml)	Ampola	
510	Papaverina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola	
511	Penicilina cristalina. potássica 1.000.000 Ui	F/A	
512	Pentoxifilina 400mg	Comprimido	
513	Petidina 50mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
514	Pilocarpina (cloridrato) 2% solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
515	Piperacilina + tazobactam 4,5g	F/A	
516	Poliestirenosulfonato de cálcio 900mg/g (30g)	Envelope	
517	Polimixina 500.000 Ui	F/A	
518	Prilocaina 25 mg/ml com lidocaina 25 mg/gr bisnaga+ bandagem oclusiva	bisnaga	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

519	Prilocaina 3% + Felipressina 0,03 UI/ml sol inj 1,8 ml	ampola	Ampola com 1,8ml
520	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml
521	Propofol 10mg/ml (20ml) emulsão injetável	Ampola	
522	Propofol 10mg/ml (50ml) emulsão injetável	F/A	
523	Protamina 50mg/5ml 1000 Ui/ml (5ml)	Ampola	
524	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
525	Remifentanil (cloridrato) 2mg	Ampola	
526	Retinol (vitamina A) 1ml	Ampola	
527	Rifamicina 10 mg/ml 20 ml spray	Frasco	Frasco com 20 ml
528	Rifampicina 300mg	Cápsula	
529	Solução de ringer lactato frasco 500 ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml
530	Rocurônio (brometo) 50mg/5ml	F/A	
531	Ropivacaína 0,2% (2mg/ml) 20ml	Ampola	
532	Ropivacaína 1% 10mg/ml (20ml)	Ampola	
533	Sevoflurano 250ml	Frasco	
534	Simeticona 40mg	Comprimido	
535	Sirolimus 1mg	Drágea	
536	Solução salina balanceada 500ml	Frasco	
537	soro fisiológico (cloreto de sódio 0,9%) 10 ml solucao injetavel ampola	ampola	ampola 10 ml
538	soro fisiológico (cloreto de sódio 0,9%) frasco 100 ml sistema fechado	Frasco	Frasco 100 ml
539	soro fisiológico (cloreto de sódio 0,9%) frasco 250 ml sistema fechado	Frasco	Frasco 250 ml
540	soro fisiológico (cloreto de sódio 0,9%) frasco 500 ml sistema fechado	Frasco	Frasco 500 ml
541	soro glicosado (glicose 5%) frasco 250 ml sistema fechado	Frasco	Frasco 250 ml
542	soro glicosado (glicose 5%) frasco 500 ml sistema fechado	Frasco	Frasco 500 ml
543	soro glicosofisiológico (glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9%) frasco 250 ml sistema fechado	Frasco	Frasco 250 ml
544	soro glicosofisiológico (glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9%) frasco 500 ml sistema fechado	Frasco	Frasco 500 ml
545	Sufentanila 50mcg/ml (1ml) IV	Ampola	
546	Sufentanila 5mcg/ml (2ml)	Ampola	
547	Sugamadex sódico 100mg/ml (2ml)	Ampola	
548	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg EV 5ml	Ampola	
549	Sulfato de bário 1g/ml (150ml) suspensão oral	Frasco	
550	Sulfato de efedrina 50mg/1ml	Ampola	
551	Sulfato de Magnésio 10% injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
552	Supositorio de glicerina (glicerol 95%) infantil caixa com 12 unidades	Caixa	caixa com 12 unidades
553	Suxametônio (cloreto) 500 mg/ml Ampola 10 ml	Frasco-Ampola	Ampola com 10 ml
554	Tacrolimus 1mg	Comprimido	
555	Tacrolimus 5mg	Ampola	
556	Tamoxifeno 20mg	Ampola	
557	Teicoplanina 400mg	Ampola	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

558	Tenoxicam 20mg pó liófilo	Ampola	Frasco Ampola
559	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
560	Terlipressina (acetato) 1mg/5ml IV	Ampola	
561	Tetracaina (cloridrato) associado com Fenilefrina (cloridrato) + Acido Bórico solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
562	Tigeciclina 50mg	Ampola	
563	Timoglobulina imunoglobulina antilinfócitos (coelho) 25mg/5ml	Ampola	
564	Tiopental sódico 1g	Ampola	
565	Tirofibano 0,25mg/ml (50ml)	Ampola	
566	Tobramicina 3mg colírio 5 ml	Frasco	Frasco com 5ml
567	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml
568	Tramadol cloridrato 100 mg	Comprimido	
569	Tretinoína 10mg (ácido transretinoico)	Ampola	
570	Trometamina (cetorolaco) 30mg/1ml	Ampola	
571	Tropicamida 1% solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5ml
572	Valganciclovir 450mg	Comprimido	
573	Vancomicina 500mg	Ampola	
574	Varfarina 2,5mg	Comprimido	
575	Vasopressina 20 U/ml (1ml)	Ampola	
576	Vimblastina 10mg	Ampola	
577	Vincristina 1mg/ml (1ml)	Ampola	
578	Vinorelbina 50mg	Ampola	
579	Vitamina A + D + B2 + C + niacinamida + B6 + Pantenol + vitamina E 5ml	Ampola	
580	Vitamina B1 + B6 + B12 5.000 U/3ml intramuscular exclusivo	Ampola	
581	Vitamina C (ácido ascorbico) 100 mg/ml 5 ml sol inj	Ampola	Ampola com 5mL
582	Xilometazolina (oximetazolina) 1% gotas 15ml	Ampola	

- 1.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2016**.
1.3 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, não podendo superar a 1 (um) ano, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

2 DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

- 2.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 2.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato.
- 2.1.2 Será atribuído um login e senha aos fornecedores registrados para acesso a sistema informatizado de controle de processos administrativos, disponível *online*, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedidos de Medicamentos lançadas pelos Órgãos Participantes diretamente neste sistema.
- 2.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato, que serão emitidas através do sistema informatizado e enviadas por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor, conforme dados informados de acordo com o Anexo X.
- 2.1.4 O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.
- 2.1.4.1 Caso o Fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo Fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

- 2.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 2.1.4.1, caso haja alteração de dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo X, compete exclusivamente ao Fornecedor requerer a atualização dos seus dados de acesso ao sistema de Controle de Processos Administrativos Licitatórios.
- 2.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), o Fornecedor, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se-lhe qualquer sanção;
- 2.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado, sendo liberado acesso ao fornecedor, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 2.1.2.
- 2.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf", bem como o arquivo XML correspondente.
- 2.1.8 O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da Autorização de Fornecimento, conforme dados de faturamento e locais indicado pelo Órgão Participante (Anexo IX), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.
- 2.2 A data de validade dos materiais a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados apartir da data de recebimento dos mesmos pelo solicitante.
- 2.3 **Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do fornecedor.**
- 2.4 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 2.5 A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos, o **Certificado de Controle de Qualidade do lote** de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.
- 2.6 O Fornecedor deverá apresentar também, no ato da entrega dos medicamentos, o **Certificado de Registro de Produto** de cada medicamento, que poderá ser emitido via internet, no site da ANVISA, dentro do prazo de validade.
- 2.7 Os Órgãos Participantes observarão, para efeito de quantificação do pedido, a quantidade mínima da embalagem primária, nos casos de impossibilidade de fracionamento.
- 2.7.1 A fracionabilidade será regulada pelas disposições contidas no Decreto nº 5.775/2006, Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77 e RDC nº 80/2006.
- 2.7.2 Para os lotes cuja Embalagem Primária esteja definida no quadro descritivo do objeto – item 1.1 -, esta será a adotada. Entretanto, para aqueles lotes em que não haja tal informação, o licitante, ao elaborar sua proposta, deverá informar a quantidade da embalagem primária para o medicamento cotado.
- 2.8 O fornecedor deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 54/2013, referente à implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos.

3 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 3.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo para cada Órgão Participante é constante nos quadros abaixo:

- 3.1.1 Elenco padronizado de medicamentos da **Farmácia Básica**:

- 3.1.1.1 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE ARAQUARI**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 08.345.495/0001-00, com sede na Av. Coronel Almeida, nº 60, Centro, CEP 89.245-000, na cidade de Araquari, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. João Pedro Woitexem:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
5	100	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G
6	300.000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	50.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
9	10.000	COMPRIMIDO/ CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG
10	500	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

12	3.000	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	1.000	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	4.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
15	3.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100MG
16	3.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300MG
20	70.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
22	2.000	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
24	3.000	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML
25	10.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	50.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
28	30.000	COMPRIMIDO	ANLÓDIPINO (BESILATO) 5MG
30	10.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 25MG
31	90.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	500	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	5.000	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	200	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	400	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE
36	100	FRASCO	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE
37	100	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
39	200	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 32MCG FRASCO COM 120 DOSES
40	200	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 50MCG FRASCO COM 120 DOSES
43	300.000	COMPRIMIDO	CAPTÓPRIL 25 MG
45	100	FRASCO	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML
46	20.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
52	10.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
58	600	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	20.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
63	100	COMPRIMIDO	CILOSTAZOL 100MG
64	6.000	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
74	1.000	FRASCO	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
75	10.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
77	5.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
78	5.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG
80	3.000	COMPRIMIDO	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG
85	400	COMPRIMIDO	DEXAMETASONA 4MG
86	300	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
110	15.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
113	5.000	DRÁGEA	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG
114	5.000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	10.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
118	50	FRASCO	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZAÇÃO
122	60.000	CÁPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

125	50	FRASCO	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML
127	10.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
131	50	FRASCO	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML
132	10.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
133	200	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
134	100.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
136	500	BISNAGA	HIDROCORTISONA 1% CREME 30 G
138	3.000	COMPRIMIDO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 200MG
139	500	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML
140	15.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 300MG
141	500	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	5.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG
145	100	FRASCO	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML
147	5.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG
150	5.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 40MG
153	100	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML
156	1.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
161	100	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML GOTAS
163	10.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
164	10.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	5.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
178	200.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
180	20.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
185	3.000	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
186	3.000	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
188	10.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
189	5.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 400MG
192	100	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
195	200	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
201	50	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
207	300	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 10MG
208	300	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG
213	100.000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
231	500	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	3.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	3.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	3.000	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
239	40.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
240	10.000	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG
245	490	FRASCO	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES
250	20.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 10MG
251	60.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

252	60.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 40MG
256	200	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	5.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
259	200	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
264	40	FRASCO	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML
271	5.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 5MG
274	200	COMPRIMIDO	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO

3.1.1.2 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 95.945.509/0001-80, com sede na Av. Amandio Cabral, nº 457, Centro, CEP 89.247-000, na cidade de Balneário Barra do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ademir Henrique Borges:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
1	150	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO COM 120 ML
2	200	FRASCO	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 10MG/ML, FRASCO COM 120 ML
3	1.000	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 200MG
5	50	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G
6	100.000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	5.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
9	1.500	COMPRIMIDO/ CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG
11	6.000	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	300	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	300	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	50	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
15	1.500	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100MG
16	600	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300MG
17	200	FRASCO	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30MG/5ML XAROPE , FRASCO COM 120 ML
18	2.000	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG
19	2.500	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
20	20.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
21	1.500	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 75MG
22	150	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
23	200	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML
24	200	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML
25	1.500	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	5.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
27	6.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 10 MG
28	25.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG
30	40.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 25MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

31	47.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	500	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	200	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	300	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	200	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000UI PÓ FRASCO + DILUENTE
36	500	FRASCO	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE
37	5.000	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
42	300	COMPRIMIDO	BUPROPIONA 150MG
43	55.000	COMPRIMIDO	CAPTAPRIL 25 MG
44	15.000	COMPRIMIDO	CAPTAPRIL 50MG
46	20.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
50	20.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1500 MG (EQUIVALENTE A 600MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI)
51	1.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
52	10.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
53	5.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 25MG
54	8.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 3,125MG
55	8.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG
58	300	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	8.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
60	100	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G
62	1.000	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL 200 MG
64	15.000	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
65	6.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
74	10	FRASCO	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
75	200	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
76	500	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS FRASCO 30 ML
77	5.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
78	3.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG
81	50	BISNAGA	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01 G POMADA 30 G
82	1.500	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
83	300	FRASCO	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML FRASCO 100 ML
84	1.000	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
86	300	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	3.000	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
88	20.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
89	5.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 5MG
90	20.000	COMPRIMIDO	DICLOFENACO SÓDICO 50MG
91	1.500	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
93	10.000	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
94	1.000	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
98	4.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG
99	1.800	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

100	600	COMPRIMIDO	DOXICICLINA (CLORIDRATO) 100MG
101	50.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
102	50.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG
106	3.000	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG
107	2.000	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DAPIRONA SÓDICA 250MG
109	500	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 100MG
110	12.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
113	3.000	DRÁGEA	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG
114	10.000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	8.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
118	50	FRASCO	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZACAO
120	500	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
122	40.000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	25.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
124	1.000	CAPSULA	GARRA DO DIABO (EXTRATO SECO) 500MG COMPRIMIDO REVESTIDO DE HARPAGOPHYTUM PROCUMBES NO MINIMO DE 12 MG E MAXIMO DE 24 MG DE HARPAGOSIDEIO POR COMPRIMIDO
126	65.000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
127	4.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
128	4.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 60MG MR
132	5.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
133	10	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
134	100.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
135	1.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG
137	150	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML FRASCO 100 ML
140	15.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 300MG
141	800	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	15.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG
143	1.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
145	100	FRASCO	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML
146	3.000	COMPRIMIDO	ISOFLAVONA 150MG
147	8.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG
148	15.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	3.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
156	500	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
157	500	COMPRIMIDOS BIRRHURADOS	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (BD)
158	900	CAPSULA HBS	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (HBS)
159	1.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG
160	4.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 25MG
162	3.000	DRÁGEA	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS
163	8.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
164	9.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	9.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

166	5.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 75MCG
167	300	BISNAGA	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G
168	300	COMPRIMIDO	LOPERAMIDA 2MG BLISTER 4 CP
169	1.000	COMPRIMIDO	LORATADINA 10MG
170	200	FRASCO	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100 ML
171	130.000	COMPRIMIDO	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG
172	2.000	CAPSULA	MAYTENOS ILICIFOLIA , 380 MG
173	50	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML
176	50	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML AMPOLA 1 ML
178	50.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	70.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
180	4.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
181	3.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 500 MG
182	3.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	300	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
185	300	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
187	100	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G
188	3.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
190	50	FRASCO	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML
191	300	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME DERMATOLOGICO
192	200	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
193	500	FRASCO	MIKANIA GLOMERATA SPRENGE XAROPE E SOLUÇÃO ORAL 120 ML
195	1.000	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
198	20.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG (RETARD)
199	10.000	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG
200	150	FRASCO	NIMESULIDE 50MG SOLUÇÃO ORAL 15 ML
201	200	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	100	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
203	1.000	COMPRIMIDO	NITROFURANTOÍNA 100MG
204	150	AMPOLA	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA
205	1.000	COMPRIMIDO	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER 35 CP
206	4.000	COMPRIMIDO	NORFLOXACINO 400MG BLISTER 7 CP
211	100	FRASCO	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML
213	120.000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
220	200	BISNAGA	OXIDO ZINCO + VITAMINA A + D POMADA 45 GR
221	100	FRASCO	PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A) 3.000UI + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800UI SOL. ORAL 10 ML
222	1.000	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
223	10.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG
224	30.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
226	50	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

230	3.500	COMPRIMIDO	Polivitamínico composto de vitaminas e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI colecalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg
231	300	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	15.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	10.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
239	45.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
240	6.000	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG
241	50	FRASCO	RETINOL (ACETATO) 50.000UI + COLECALCIFEROL 10.000UI FRASCO 10 ML
244	800	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SÓDIO 3,5G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + GLICOSE 20G)
245	300	FRASCO	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES
246	100	FRASCO	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE 100 ML
247	100	COMPRIMIDO	SECNIDAZOL 1000 MG
251	50.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
252	22.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 40MG
255	100	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA
256	100	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	1.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
259	5.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
264	50	FRASCO	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML
267	15.000	COMPRIMIDO	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG
271	5.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 5MG
273	3.000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG
274	3.000	COMPRIMIDO	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO

3.1.1.3 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.830/0001-57, com sede na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, CEP 88.390-000, na cidade de Barra Velha, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Claudemir Matias Francisco:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
1	1.000	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO COM 120 ML
2	820	FRASCO	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 10MG/ML, FRASCO COM 120 ML
3	1.800	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 200MG
5	1.000	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G
6	160.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	15.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
8	3.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FOLÍNICO 15 MG (FOLINATO DE CÁLCIO)
9	80.000	COMPRIMIDO/ CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

10	800	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
11	140.000	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	2.500	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	1.200	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	80.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
18	20.000	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG
19	12.000	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
20	160.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
22	1.800	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
23	2.000	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML
25	12.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	60.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
27	25.000	COMPRIMIDO	ANLÓDIPINO (BESILATO) 10 MG
28	10.000	COMPRIMIDO	ANLÓDIPINO (BESILATO) 5MG
30	90.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 25MG
31	80.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	2.000	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	6.000	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	3.000	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	6.000	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000UI PÓ FRASCO + DILUENTE
37	120.000	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
38	80.000	COMPRIMIDO	BROMAZEPAN 6 MG
43	85.000	COMPRIMIDO	CAPTÓPRIL 25 MG
44	20.000	COMPRIMIDO	CAPTÓPRIL 50MG
45	250	FRASCO	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML
46	140.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
50	80.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1500 MG (EQUIVALENTE A 600MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI)
51	40.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍTIU 300MG
52	30.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
53	30.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 25MG
54	25.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 3,125MG
55	25.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG
58	2.000	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	15.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
60	2.000	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G
61	400	FRASCO	CETOCONAZOL 2% XAMPU FRASCO 100 ML
62	2.000	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL 200 MG
64	80.000	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
65	20.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
66	60.000	COMPRIMIDO	CITALOPRAM 20MG
67	2.000	COMPRIMIDO	CLARITROMICINA 500MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

68	2.000	COMPRIMIDO	CLINDAMICINA (CLORIDRATO) 300MG
72	120.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
75	2.500	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
77	80.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
78	80.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG
80	2.000	COMPRIMIDO	CODÉINA (FOSFATO) 30MG
81	300	BISNAGA	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01 G POMADA 30 G
82	60.000	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
83	1.000	FRASCO	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML FRASCO 100 ML
84	2.800	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
86	4.000	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	40.000	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
88	60.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
91	10.000	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
92	120.000	COMPRIMIDO	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG
93	30.000	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
94	1.200	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
99	6.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG
100	12.000	COMPRIMIDO	DOXICICLINA (CLORIDRATO) 100MG
101	80.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
102	80.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG
104	400	FRASCO	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML
105	1.000	COMPRIMIDO	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG
107	40.000	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG
108	3.000	COMPRIMIDO	ESPIRAMICINA 1,5 MUI
110	60.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
111	1.000	BISNAGA	ESTRIOL 1MG/ML CREME VAGINAL
114	120.000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	120.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
118	250	FRASCO	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZACAO
120	4.800	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
122	180.000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	80.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
126	60.000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
127	40.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
132	80.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
133	250	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
134	80.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
135	45.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG
139	600	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML
141	2.000	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	80.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

143	60.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
145	300	FRASCO	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML
147	20.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG
148	20.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	10.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
151	3.000	COMPRIMIDO	ITRACONAZOL 100MG
152	2.000	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP
155	1.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG
156	6.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
159	60.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG
160	60.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 25MG
161	250	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML GOTAS
163	35.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
164	40.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	40.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
167	400	BISNAGA	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G
171	80.000	COMPRIMIDO	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG
173	600	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML
178	30.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	70.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
180	10.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
181	8.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 500 MG
182	5.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	1.000	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
185	45.000	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
187	600	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G
189	2.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 400MG
192	1.000	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
194	200	COMPRIMIDO	MORFINA (SULFATO) 30 MG
195	800	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
196	12.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 10MG
197	12.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG
199	80.000	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG
200	1.000	FRASCO	NIMESULIDE 50MG SOLUÇÃO ORAL 15 ML
201	1.000	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	200	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
209	30.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 50MG
213	180.000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
215	300	COMPRIMIDO	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 4MG
220	2.000	BISNAGA	OXIDO ZINCO + VITAMINA A + D POMADA 45 GR
221	100	FRASCO	PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A) 3.000UI + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800UI SOL. ORAL 10 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

222	3.000	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
223	1.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG
224	120.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
226	600	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML
228	3.000	COMPRIMIDO	PIRIMITAMINA 25MG
231	1.000	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	20.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	20.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
236	3.000	COMPRIMIDO	PROPATILNITRATO 10MG
239	60.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
243	60.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 2 MG
244	1.000	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SODIO 3,5G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G + CITRATO DE SODIO 2,9G + GLICOSE 20G)
248	100.000	COMPRIMIDO	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG
249	1.000	FRASCO	SIMETICONA 75MG/ML FRASCO 10 ML
251	120.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
254	3.000	COMPRIMIDO	SULFADIAZINA 500MG
255	600	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA
256	400	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	3.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
258	1.000	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML
259	80.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
262	1.000	CÁPSULA	TETRACICLINA 500MG
267	30.000	COMPRIMIDO	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG
274	12.000	COMPRIMIDO	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO

3.1.1.4 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, na cidade de Campo Alegre, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rubens Blaszkowski:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
6	110.000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	15.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
10	400	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
11	300	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	500	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	500	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	10.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
17	2.000	FRASCO	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30MG/5ML XAROPE , FRASCO COM 120 ML
18	10.000	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

19	8.000	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
20	40.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
21	1.500	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 75MG
24	2.000	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML
26	25.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
28	30.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG
31	120.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
33	1.500	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	500	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	1.000	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE
36	500	FRASCO	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE
37	5.000	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
43	200.000	COMPRIMIDO	CAPTAPRIL 25 MG
46	30.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
50	35.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1500 MG (EQUIVALENTE A 600MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI)
51	5.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
58	1.500	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	30.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
60	800	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G
62	5.000	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL 200 MG
64	10.000	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
65	15.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
70	1.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
71	1.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 75MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA
72	1.500	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
75	8.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
76	1.000	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS FRASCO 30 ML
77	1.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
78	1.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG
82	25.000	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
84	3.000	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
85	2.000	COMPRIMIDO	DEXAMETASONA 4MG
86	5.000	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
88	10.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
90	100.000	COMPRIMIDO	DICLOFENACO SÓDICO 50MG
91	20.000	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
92	96.000	COMPRIMIDO	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG
94	5.000	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
98	5.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG
101	180.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
104	200	FRASCO	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML
106	30.000	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

107	50.000	COMPRIMIDO	ESCOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG
109	3.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 100MG
110	10.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
114	5.000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	5.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
116	150	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
118	100	FRASCO	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZACAO
119	5.000	COMPRIMIDO	FINASTERIDA 5MG
122	15.000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	25.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
125	500	FRASCO	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML
126	50.000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
132	5.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
134	150.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
135	15.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG
137	2.000	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML FRASCO 100 ML
140	50.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 300MG
141	1.000	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
143	5.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
145	100	FRASCO	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML
148	7.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	8.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
159	1.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG
160	1.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 25MG
162	21.000	DRÁGEA	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS
163	15.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
165	25.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
167	100	BISNAGA	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G
169	2.000	COMPRIMIDO	LORATADINA 10MG
173	150	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML
176	100	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML AMPOLA 1 ML
178	30.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	60.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
181	20.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 500 MG
182	10.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	1.500	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
187	800	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G
188	2.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
195	3.000	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
196	30.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 10MG
198	20.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG (RETARD)
199	1.200	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

201	800	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	500	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
204	100	AMPOLA	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA
208	3.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG
213	150.000	CÁPSULA	OMEPAZOL 20MG
221	200	FRASCO	PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A) 3.000UI + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800UI SOL. ORAL 10 ML
222	3.000	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
224	130.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
231	500	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	15.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	10.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	8.000	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
239	5.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
240	5.000	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG
242	500	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 1MG
243	5.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 2 MG
244	2.000	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SÓDIO 3,5G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + GLICOSE 20G)
246	3.000	FRASCO	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE 100 ML
248	10.000	COMPRIMIDO	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG
251	80.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
256	400	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	10.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
258	500	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML
259	20.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
265	500	COMPRIMIDO	TIORIDAZIDA (CLORIDRATO) 50 MG
271	3.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 5MG
273	3.000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG
274	12.000	COMPRIMIDO	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO

3.1.1.5 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE CORUPÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.467/0001-70, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 443 na cidade de Corupá, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Tamanini:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
1	100	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO COM 120 ML
2	100	FRASCO	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 10MG/ML, FRASCO COM 120 ML
3	3.000	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 200MG
5	100	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G
6	100.000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

7	15.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
9	3.000	COMPRIMIDO/ CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG
10	200	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
11	8.000	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	1.000	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	500	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	3.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
15	8.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100MG
16	8.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300MG
17	200	FRASCO	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30MG/5ML XAROPE , FRASCO COM 120 ML
18	5.000	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG
19	10.000	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
20	50.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
22	300	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
23	200	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML
24	500	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML
25	5.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	10.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
27	10.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 10 MG
28	20.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG
29	10.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 100MG
30	30.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 25MG
31	30.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	200	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	3.000	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	100	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	200	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000UI PÓ FRASCO + DILUENTE
36	100	FRASCO	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE
37	10.000	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
38	5.000	COMPRIMIDO	BROMAZEPAN 6 MG
39	100	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 32MCG FRASCO COM 120 DOSES
40	100	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 50MCG FRASCO COM 120 DOSES
41	100	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 64MCG FRASCO COM 120 DOSES
42	1.000	COMPRIMIDO	BUPROPIONA 150MG
43	100.000	COMPRIMIDO	CAPTAPRIL 25 MG
45	200	FRASCO	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML
46	20.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
47	5.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 400MG
48	30.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP
49	10.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++)
51	5.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

52	5.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
53	10.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 25MG
54	5.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 3,125MG
55	5.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG
58	300	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	15.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
60	100	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G
61	100	FRASCO	CETOCONAZOL 2% XAMPU FRASCO 100 ML
62	2.000	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL 200 MG
64	5.000	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
65	10.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
67	1.000	COMPRIMIDO	CLARITROMICINA 500MG
68	1.000	COMPRIMIDO	CLINDAMICINA (CLORIDRATO) 300MG
70	1.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
72	10.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
73	5.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 0,5MG
74	200	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
75	14.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
76	100	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS FRASCO 30 ML
77	5.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
78	5.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG
79	20	FRASCO	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL
80	6.000	COMPRIMIDO	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG
81	100	BISNAGA	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01 G POMADA 30 G
82	10.000	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
83	50	FRASCO	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML FRASCO 100 ML
84	800	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
85	300	COMPRIMIDO	DEXAMETASONA 4MG
86	300	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	5.000	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
88	20.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
89	5.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 5MG
90	15.000	COMPRIMIDO	DICLOFENACO SÓDICO 50MG
91	10.000	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
93	15.000	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
94	300	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
95	100	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSOL 250UI/DOSE FRASCO 200 DOSES
96	100	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSOL 50UI/DOSE – USO NASAL FRASCO 200 DOSES
97	100	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSOL 50UI/DOSE – USO ORAL FRASCO 200 DOSES
98	9.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG
99	3.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

100	1.000	COMPRIMIDO	DOXICICLINA (CLORIDRATO) 100MG
101	100.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
102	100.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG
103	30.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG
104	100	FRASCO	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML
105	1.200	COMPRIMIDO	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG
106	10.000	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG
108	1.000	COMPRIMIDO	ESPIRAMICINA 1,5 MUI
109	2.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 100MG
110	20.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
111	30	BISNAGA	ESTRIOL 1MG/ML CREME VAGINAL
112	280	COMPRIMIDO	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,3MG
113	280	DRÁGEA	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG
114	6.000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	10.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
116	30	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
118	50	FRASCO	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZACAO
119	10.000	COMPRIMIDO	FINASTERIDA 5MG
120	1.000	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
122	60.000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	30.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
126	60.000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
127	15.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
128	9.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 60MG MR
129	3.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 80MG
131	30	FRASCO	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML
132	5.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
133	100	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
134	180.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
135	15.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG
136	50	BISNAGA	HIDROCORTISONA 1% CREME 30 G
137	100	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML FRASCO 100 ML
138	1.000	COMPRIMIDO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 200MG
139	100	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML
140	15.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 300MG
141	300	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	30.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG
143	5.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
145	100	FRASCO	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML
147	10.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG
148	3.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	1.200	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
151	3.000	COMPRIMIDO	ITRACONAZOL 100MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

152	200	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP
155	3.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 200MG + BENZERAZIDA 50MG
156	2.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
157	4.000	COMPRIMIDOS BIRRHURADOS	LEVODOPA ASSOCIADO A BENZERAZIDA 100MG + 25MG (BD)
159	1.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 100MG
160	2.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 25MG
161	20	FRASCO	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML GOTAS
162	15.000	DRÁGEA	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS
163	12.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
164	12.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	15.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
166	3.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 75MCG
167	100	BISNAGA	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G
169	10.000	COMPRIMIDO	LORATADINA 10MG
170	200	FRASCO	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100 ML
171	150.000	COMPRIMIDO	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG
173	100	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML
176	150	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML AMPOLA 1 ML
178	60.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	80.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
180	15.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
181	20.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 500 MG
182	5.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	200	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
188	5.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
189	3.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 400MG
190	100	FRASCO	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML
191	200	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME DERMATOLOGICO
192	100	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
195	300	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
196	3.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 10MG
197	6.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG
199	30.000	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG
201	200	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	100	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
203	3.000	COMPRIMIDO	NITROFURANTOÍNA 100MG
204	100	AMPOLA	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA
205	350	COMPRIMIDO	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER 35 CP
206	2.000	COMPRIMIDO	NORFLOXACINO 400MG BLISTER 7 CP
208	3.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG
211	100	FRASCO	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

213	150.000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
215	1.000	COMPRIMIDO	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 4MG
216	1.000	COMPRIMIDO	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 8MG
220	100	BISNAGA	OXIDO ZINCO + VITAMINA A + D POMADA 45 GR
222	500	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
224	30.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
226	50	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML
227	50	FRASCO	PERMETRINA 50MG/ML LOÇÃO 60 ML
228	1.200	COMPRIMIDO	PIRIMITAMINA 25MG
230	300	COMPRIMIDO	Polivitaminico composto de vitaminas e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI colecalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg
231	300	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	5.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	5.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	1.000	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
236	15.000	COMPRIMIDO	PROPATILNITRATO 10MG
239	60.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
240	15.000	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG
242	3.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 1MG
244	300	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SODIO 3,5G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G + CITRATO DE SODIO 2,9G + GLICOSE 20G)
245	200	FRASCO	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES
246	100	FRASCO	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE 100 ML
247	200	COMPRIMIDO	SECNIDAZOL 1000 MG
248	2.000	COMPRIMIDO	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG
250	10.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 10MG
251	100.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
252	30.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 40MG
254	2.000	COMPRIMIDO	SULFADIAZINA 500MG
255	100	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA
256	100	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	5.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
258	200	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML
259	30.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
260	1.200	COMPRIMIDO	TEOFILINA 100MG
263	3.000	COMPRIMIDO	TIAMINA (CLORIDRATO) 300MG
264	20	FRASCO	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML
266	1.200	COMPRIMIDO	TOPIRAMATO 50MG
267	5.000	COMPRIMIDO	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG
271	3.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 5MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

273	5.000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG
274	300	COMPRIMIDO	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO

3.1.1.6 Órgão Participante: **MUNICIPIO DE GARUVA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.848/0001-59, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1.614, Centro, CEP 89.248-000, na cidade de Garuva, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Chaves:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
4	800	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 400MG
5	100	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G
6	75000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	7500	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
9	2000	COMPRIMIDO/ CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG
10	250	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
11	4500	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	3000	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	1250	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	2000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
15	3000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100MG
16	3000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300MG
17	900	FRASCO	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30MG/5ML XAROPE , FRASCO COM 120 ML
18	7500	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG
19	2000	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
20	36000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
22	400	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
23	700	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML
24	800	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML
25	3250	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	17500	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
27	11000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 10 MG
28	15000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG
30	50000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 25MG
31	32500	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	625	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	4000	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	650	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	800	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE
36	50	FRASCO	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE
37	10000	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

39	100	TUBO	BUDESONIDA AEROSSOL NASAL 32MCG FRASCO COM 120 DOSES
40	225	TUBO	BUDESONIDA AEROSSOL NASAL 50MCG FRASCO COM 120 DOSES
42	12500	COMPRIMIDO	BUPROPIONA 150MG
43	100000	COMPRIMIDO	CAPTOPRIL 25 MG
44	27500	COMPRIMIDO	CAPTOPRIL 50MG
45	50	FRASCO	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML
46	22500	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
50	10000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1500 MG (EQUIVALENTE A 600MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI)
51	7500	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
52	5000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
53	3500	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 25MG
54	5000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 3,125MG
55	5000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG
58	650	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	22500	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
60	200	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G
61	70	FRASCO	CETOCONAZOL 2% XAMPU FRASCO 100 ML
62	3500	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL 200 MG
63	4500	COMPRIMIDO	CILOSTAZOL 100MG
64	20000	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
65	6000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
66	9000	COMPRIMIDO	CITALOPRAM 20MG
67	2500	COMPRIMIDO	CLARITROMICINA 500MG
70	2000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
74	300	FRASCO	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
75	8000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
76	500	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS FRASCO 30 ML
77	7500	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
79	30	FRASCO	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL
80	9000	COMPRIMIDO	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG
81	80	BISNAGA	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01 G POMADA 30 G
82	5000	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
84	1100	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
86	800	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	7000	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
88	18000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
89	5000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 5MG
90	37500	COMPRIMIDO	DICLOFENACO SÓDICO 50MG
91	10000	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
92	48000	COMPRIMIDO	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG
93	17500	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
94	1300	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

98	5000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG
101	50000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
102	22500	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG
104	50	FRASCO	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML
105	840	COMPRIMIDO	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG
106	6000	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG
107	14000	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG
108	1080	COMPRIMIDO	ESPIRAMICINA 1,5 MUI
110	15000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
111	50	BISNAGA	ESTRIOL 1MG/ML CREME VAGINAL
112	6000	COMPRIMIDO	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,3MG
114	6000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	9000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
116	50	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
118	70	FRASCO	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZACAO
119	1500	COMPRIMIDO	FINASTERIDA 5MG
120	3500	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
122	29000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	27500	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
124	9000	CAPSULA	GARRA DO DIABO (EXTRATO SECO) 500MG COMPRIMIDO REVESTIDO DE HARPAGOPHYTUM PROCUMBES NO MINIMO DE 12 MG E MAXIMO DE 24 MG DE HARPAGOSIDEO POR COMPRIMIDO
125	200	FRASCO	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML
126	35000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
127	10000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
130	1400	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 1MG
131	25	FRASCO	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML
132	7000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
133	30	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
134	62500	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
135	10000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG
136	125	BISNAGA	HIDROCORTISONA 1% CREME 30 G
141	2000	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	20000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG
143	4000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
145	130	FRASCO	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML
146	6000	COMPRIMIDO	ISOFLAVONA 150MG
147	4000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG
148	3600	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	800	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
150	1000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 40MG
151	500	COMPRIMIDO	ITRACONAZOL 100MG
152	1000	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

153	150	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML
154	3000	COMPRIMIDOS BIRRHURADOS	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL
155	3000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG
156	2500	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
157	3000	COMPRIMIDOS BIRRHURADOS	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (BD)
160	5000	COMPRIMIDO	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 25MG
161	50	FRASCO	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML GOTAS
162	17325	DRÁGEA	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS
163	9000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
164	18000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	18000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
167	80	BISNAGA	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G
169	4500	COMPRIMIDO	LORATADINA 10MG
170	500	FRASCO	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100 ML
171	65000	COMPRIMIDO	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG
173	250	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML
174	1000	COMPRIMIDO	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 10MG
176	200	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 150 MG/ML AMPOLA 1 ML
178	35000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	50000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
180	5000	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
181	6000	COMPRIMIDO	METILDOPA 500 MG
182	9000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	500	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
185	2000	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
186	6000	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
187	250	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G
188	4000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
189	2000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 400MG
190	50	FRASCO	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML
191	250	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME DERMATOLOGICO
192	300	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
195	1200	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
197	22500	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG
199	10000	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG
200	600	FRASCO	NIMESULIDE 50MG SOLUÇÃO ORAL 15 ML
201	400	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	100	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
203	2500	COMPRIMIDO	NITROFURANTOÍNA 100MG
204	250	AMPOLA	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

205	2730	COMPRIMIDO	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER 35 CP
206	5000	COMPRIMIDO	NORFLOXACINO 400MG BLISTER 7 CP
211	100	FRASCO	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML
213	140000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
215	250	COMPRIMIDO	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 4MG
216	750	COMPRIMIDO	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 8MG
222	2800	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
224	42500	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
225	42500	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 750MG
226	100	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML
227	200	FRASCO	PERMETRINA 50MG/ML LOÇÃO 60 ML
228	1000	COMPRIMIDO	PIRIMITAMINA 25MG
230	5000	COMPRIMIDO	Polivitamínico composto de vitaminas e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI colecalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg
231	550	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	10000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	8000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	2500	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
239	40000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
240	15000	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG
241	400	FRASCO	RETINOL (ACETATO) 50.000UI + COLECALCIFEROL 10.000UI FRASCO 10 ML
242	5000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 1MG
243	1500	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 2 MG
244	1000	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SÓDIO 3,5G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + GLICOSE 20G)
245	500	FRASCO	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES
248	25000	COMPRIMIDO	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG
249	700	FRASCO	SIMETICONA 75MG/ML FRASCO 10 ML
251	105000	COMPRIMIDO	SINSTATINA 20MG
254	1000	COMPRIMIDO	SULFADIAZINA 500MG
255	500	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA
256	250	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	6000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
258	400	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML
259	22500	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
263	2500	COMPRIMIDO	TIAMINA (CLORIDRATO) 300MG
264	30	FRASCO	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML
269	8000	COMPRIMIDO	TRIAMETAZIDINA 35MG
271	3000	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 5MG
273	5000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

3.1.1.7 Órgão Participante: **MUNICIPIO DE GUARAMIRIM**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Vinte e Oito de Agosto, nº 2.043, Centro, CEP 89.270-000, na cidade de Guaramirim, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Lauro Frohlich:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
3	5.000	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 200MG
5	200	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G
6	150.000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	20.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
9	30.000	COMPRIMIDO/ CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG
10	300	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
11	25.000	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	3.000	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	3.000	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	5.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
15	20.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100MG
16	10.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300MG
18	15.000	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG
19	10.000	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
20	80.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
22	1.000	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
24	3.000	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML
25	15.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	30.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
27	15.000	COMPRIMIDO	ANLÓDIPINO (BESILATO) 10 MG
28	60.000	COMPRIMIDO	ANLÓDIPINO (BESILATO) 5MG
29	15.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 100MG
31	120.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	2.000	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	10.000	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	300	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	1.000	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000UI PÓ FRASCO + DILUENTE
36	100	FRASCO	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE
37	10.000	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
39	200	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 32MCG FRASCO COM 120 DOSES
40	500	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 50MCG FRASCO COM 120 DOSES
41	200	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 64MCG FRASCO COM 120 DOSES
42	30.000	COMPRIMIDO	BUPROPIONA 150MG
43	150.000	COMPRIMIDO	CAPTÓPRIL 25 MG
45	200	FRASCO	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML
46	50.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
47	4.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 400MG



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

48	150.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP
50	150.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1500 MG (EQUIVALENTE A 600MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI)
51	15.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
52	15.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
53	10.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 25MG
54	12.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 3,125MG
55	25.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG
58	1.000	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	30.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
60	500	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G
61	200	FRASCO	CETOCONAZOL 2% XAMPU FRASCO 100 ML
62	3.000	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL 200 MG
63	1.500	COMPRIMIDO	CILOSTAZOL 100MG
64	25.000	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
65	20.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
66	1.200	COMPRIMIDO	CITALOPRAM 20MG
67	1.000	COMPRIMIDO	CLARITROMICINA 500MG
70	10.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
71	5.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 75MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA
72	30.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
73	10.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAN 0,5MG
74	300	FRASCO	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
75	25.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
76	500	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS FRASCO 30 ML
77	5.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
78	4.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG
79	100	FRASCO	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL
80	30.000	COMPRIMIDO	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG
84	2.000	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
85	2.000	COMPRIMIDO	DEXAMETASONA 4MG
86	2.000	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	15.000	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
88	20.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
89	10.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 5MG
91	10.000	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
92	800	COMPRIMIDO	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG
93	80.000	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
94	3.000	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
95	300	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSOL 250UI/DOSE FRASCO 200 DOSES
97	100	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSOL 50UI/DOSE – USO ORAL FRASCO 200 DOSES
98	20.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

99	20.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG
100	10.000	COMPRIMIDO	DOXICICLINA (CLORIDRATO) 100MG
101	250.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
102	250.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG
103	40.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG
104	200	FRASCO	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML
105	1.000	COMPRIMIDO	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG
106	15.000	COMPRIMIDO	ESCOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG
108	2.000	COMPRIMIDO	ESPIRAMICINA 1,5 MUI
109	30.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 100MG
110	45.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
111	1.000	BISNAGA	ESTRIOL 1MG/ML CREME VAGINAL
113	7.000	DRÁGEA	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG
114	12.000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	15.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
116	200	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
119	20.000	COMPRIMIDO	FINASTERIDA 5MG
120	5.000	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
122	150.000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	40.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
124	2.000	CAPSULA	GARRA DO DIABO (EXTRATO SECO) 500MG COMPRIMIDO REVESTIDO DE HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS NO MINIMO DE 12 MG E MAXIMO DE 24 MG DE HARPAGOSIDEIO POR COMPRIMIDO
125	50	FRASCO	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML
126	150.000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
127	10.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
128	15.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 60MG MR
129	1.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 80MG
130	3.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 1MG
131	100	FRASCO	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML
132	15.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
133	30	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
134	300.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
136	100	BISNAGA	HIDROCORTISONA 1% CREME 30 G
139	500	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML
140	30.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 300MG
141	2.000	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	90.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG
143	25.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
144	3.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (PAMOATO) 75MG
146	5.000	COMPRIMIDO	ISOFLAVONA 150MG
147	5.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG
149	2.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

150	3.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 40MG
151	10.000	COMPRIMIDO	ITRACONAZOL 100MG
152	1.000	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP
154	3.000	COMPRIMIDOS BIRRHURADOS	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL
155	3.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG
156	3.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
157	5.000	COMPRIMIDOS BIRRHURADOS	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (BD)
158	2.000	CAPSULA HBS	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (HBS)
159	5.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG
161	200	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML GOTAS
162	45.000	DRÁGEA	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS
163	30.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
164	60.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	60.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
167	500	BISNAGA	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G
168	1.000	COMPRIMIDO	LOPERAMIDA 2MG BLISTER 4 CP
169	20.000	COMPRIMIDO	LORATADINA 10MG
170	300	FRASCO	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100 ML
171	200.000	COMPRIMIDO	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG
174	200	COMPRIMIDO	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 10MG
176	1.000	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 150 MG/ML AMPOLA 1 ML
178	75.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	150.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
180	60.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
182	15.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	300	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
184	5.000	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 100MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
185	5.000	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
186	8.000	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
187	400	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G
188	6.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
189	2.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 400MG
190	100	FRASCO	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML
191	300	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME DERMATOLOGICO
192	300	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
193	1.000	FRASCO	MIKANIA GLOMERATA SPRENGE XAROPE E SOLUÇÃO ORAL 120 ML
195	1.000	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
199	60.000	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

201	300	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	150	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
203	5.000	COMPRIMIDO	NITROFURANTOÍNA 100MG
204	600	AMPOLA	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA
205	7.000	COMPRIMIDO	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER 35 CP
207	2.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 10MG
208	5.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG
209	3.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 50MG
211	500	FRASCO	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML
213	350.000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
215	5.000	COMPRIMIDO	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 4MG
216	5.000	COMPRIMIDO	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 8MG
217	600	COMPRIMIDO	OXCARBAZEPINA 300MG
218	1.200	COMPRIMIDO	OXCARBAZEPINA 600MG
219	100	FRASCO	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML
222	1.500	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
223	15.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG
224	200.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
226	1.000	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML
231	1.000	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SÓDICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	15.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	10.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	6.000	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
235	300	COMPRIMIDO	PROPAFENONA (CLORIDRATO) 300MG
236	20.000	COMPRIMIDO	PROPATILNITRATO 10MG
238	300	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 10MG
239	60.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
240	12.000	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG
242	10.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 1MG
243	10.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 2 MG
244	1.000	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SÓDIO 3,5G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + GLICOSE 20G)
245	1.500	FRASCO	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES
247	1.000	COMPRIMIDO	SECNIDAZOL 1000 MG
248	50.000	COMPRIMIDO	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG
251	250.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
252	45.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 40MG
254	1.500	COMPRIMIDO	SULFADIAZINA 500MG
255	200	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA
256	300	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	8.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
258	300	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

259	60.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
262	500	CÁPSULA	TETRACICLINA 500MG
264	100	FRASCO	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML
267	10.000	COMPRIMIDO	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG
268	600	COMPRIMIDO	TRAZODONA 50MG
269	600	COMPRIMIDO	TRIAMETAZIDINA 35MG
271	8.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 5MG
273	2.000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG
274	12.000	COMPRIMIDO	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO

3.1.1.8 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 81.140.303/0001-00, com sede na Rua Mariana Michel Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000, na cidade de Itapoá, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sérgio Ferreira de Aguiar:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
4	7.500	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 400MG
6	230.000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	35.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
8	3.500	COMPRIMIDO	ÁCIDO FOLÍNICO 15 MG (FOLINATO DE CÁLCIO)
9	12.000	COMPRIMIDO/ CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG
10	300	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
11	8.000	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	2.500	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	250	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	7.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
18	15.000	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG
19	7.500	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
20	80.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
22	500	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
24	2.500	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML
25	6.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	30.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
27	1.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 10 MG
28	150.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG
31	5.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	500	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	3.000	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	800	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	5.000	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

36	600	FRASCO	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE
37	17.500	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
43	200.000	COMPRIMIDO	CAPTAPRIL 25 MG
45	100	FRASCO	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML
46	40.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
47	10.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 400MG
48	25.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP
49	25.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++)
51	15.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
54	13.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 3,125MG
58	750	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	30.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
60	750	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G
62	6.000	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL 200 MG
64	20.000	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
65	15.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
70	15.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
72	30.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
73	30.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAN 0,5MG
75	15.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
77	15.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
78	7.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG
79	5	FRASCO	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL
82	20.000	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
83	800	FRASCO	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML FRASCO 100 ML
84	1.600	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
86	1.750	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	20.000	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
88	30.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
89	700	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 5MG
90	90.000	COMPRIMIDO	DICLOFENACO SÓDICO 50MG
91	12.000	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
92	50.000	COMPRIMIDO	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG
93	40.000	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
94	1.200	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
95	60	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSOL 250UI/DOSE FRASCO 200 DOSES
96	60	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AEROSOL 50UI/DOSE – USO NASAL FRASCO 200 DOSES
98	25.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG
99	15.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG
101	5.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
102	2.500	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

104	100	FRASCO	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML
105	6.000	COMPRIMIDO	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG
106	7.500	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG
108	7.500	COMPRIMIDO	ESPIRAMICINA 1,5 MUI
110	30.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
113	3.500	DRÁGEA	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG
114	13.500	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	17.500	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
116	150	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
118	125	FRASCO	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZACAO
120	6.000	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
122	150.000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	60.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
126	40.000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
127	20.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
129	20.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 80MG
131	5	FRASCO	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML
132	25.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
133	210	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
134	120.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
136	250	BISNAGA	HIDROCORTISONA 1% CREME 30 G
137	800	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML FRASCO 100 ML
141	800	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	75.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG
143	20.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
144	1.500	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (PAMOATO) 75MG
145	200	FRASCO	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML
148	3.500	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	3.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
150	1.200	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 40MG
152	3.000	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP
153	120	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML
155	7.500	COMPRIMIDO	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG
156	6.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
157	6.000	COMPRIMIDOS BIRRHURADOS	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (BD)
159	6.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG
160	15.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 25MG
162	73.500	DRÁGEA	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS
163	55.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
164	30.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	25.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

166	36.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 75MCG
167	100	BISNAGA	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G
173	900	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML
174	1.000	COMPRIMIDO	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 10MG
176	200	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML AMPOLA 1 ML
178	25.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	80.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
182	14.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	500	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
184	360	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 100MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
187	600	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G
189	15.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 400MG
190	150	FRASCO	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML
192	600	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
194	1.000	COMPRIMIDO	MORFINA (SULFATO) 30 MG
195	2.000	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
197	50.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG
199	65.000	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG
200	300	FRASCO	NIMESULIDE 50MG SOLUÇÃO ORAL 15 ML
201	700	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	160	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
204	350	AMPOLA	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA
205	8.750	COMPRIMIDO	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER 35 CP
206	4.725	COMPRIMIDO	NORFLOXACINO 400MG BLISTER 7 CP
211	150	FRASCO	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML
213	400.000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
222	2.000	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
223	6.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG
224	90.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
228	15.000	COMPRIMIDO	PIRIMITAMINA 25MG
230	15.000	COMPRIMIDO	Polivitaminico composto de vitaminas e minerias de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI coledalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg
232	15.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	15.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
239	40.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
240	20.000	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

243	2.500	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 2 MG
244	1.300	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SÓDIO 3,5G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + GLICOSE 20G)
245	90	FRASCO	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES
246	750	FRASCO	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE 100 ML
250	1.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 10MG
251	300.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
252	1.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 40MG
254	5.000	COMPRIMIDO	SULFADIAZINA 500MG
255	250	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA
256	500	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	13.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
258	130	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML
259	50.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
260	21.000	COMPRIMIDO	TEOFILINA 100MG
264	70	FRASCO	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML
265	2.500	COMPRIMIDO	TIORIDAZIDA (CLORIDRATO) 50 MG
266	1.000	COMPRIMIDO	TOPIRAMATO 50MG
271	10.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 5MG

3.1.1.9 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.459/0001-23, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 1.111, na cidade de Jaraguá do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Dieter Janssen:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
1	1.000	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO COM 120 ML
2	1.000	FRASCO	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 10MG/ML, FRASCO COM 120 ML
3	20.000	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 200MG
5	600	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG CREME, BISNAGA COM 10G
6	800.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	150.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
9	80.000	COMPRIMIDO/ CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG
10	2.000	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
11	90.000	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	5.000	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	6.000	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 10 ML
14	60.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
15	80.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100MG
16	80.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300MG
18	80.000	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG
19	70.000	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
20	400.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
22	1.500	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

23	3.000	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML
25	80.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	150.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
27	80.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 10 MG
28	400.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG
29	80.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 100MG
31	600.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	4.000	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	40.000	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	500	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	4.000	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000UI PÓ FRASCO + DILUENTE
36	300	FRASCO	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE
37	80.000	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
39	1.000	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 32MCG FRASCO COM 120 DOSES
40	1.000	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 50MCG FRASCO COM 120 DOSES
41	600	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 64MCG FRASCO COM 120 DOSES
43	350.000	COMPRIMIDO	CAPTAPRIL 25 MG
45	600	FRASCO	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML
46	400.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
48	500.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP
49	30.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++)
51	90.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
52	100.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
53	80.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 25MG
54	50.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 3,125MG
55	150.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG
58	3.000	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	120.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
61	500	FRASCO	CETOCONAZOL 2% XAMPU FRASCO 100 ML
64	90.000	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
65	80.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
67	30.000	COMPRIMIDO	CLARITROMICINA 500MG
68	30.000	COMPRIMIDO	CLINDAMICINA (CLORIDRATO) 300MG
69	5.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 10MG
70	100.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
72	150.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
73	50.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAN 0,5MG
74	2.000	FRASCO	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
75	170.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
76	1.000	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS FRASCO 30 ML
77	40.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
78	30.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

79	300	FRASCO	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL
80	180.000	COMPRIMIDO	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG
81	3.000	BISNAGA	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01 G POMADA 30 G
82	120.000	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
84	5.000	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
85	10.000	COMPRIMIDO	DEXAMETASONA 4MG
86	4.000	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	30.000	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
88	50.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
89	90.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 5MG
90	300.000	COMPRIMIDO	DICLOFENACO SÓDICO 50MG
91	60.000	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
93	300.000	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
94	6.000	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
95	1.000	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSOL 250UI/DOSE FRASCO 200 DOSES
96	200	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AEROSOL 50UI/DOSE – USO NASAL FRASCO 200 DOSES
97	200	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AEROSOL 50UI/DOSE – USO ORAL FRASCO 200 DOSES
98	80.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG
99	30.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG
100	15.000	COMPRIMIDO	DOXICICLINA (CLORIDRATO) 100MG
101	1.500.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
102	1.000.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG
103	200.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG
104	500	FRASCO	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML
105	5.000	COMPRIMIDO	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG
106	120.000	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG
108	9.600	COMPRIMIDO	ESPIRAMICINA 1,5 MUI
110	180.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
111	200	BISNAGA	ESTRIOL 1MG/ML CREME VAGINAL
113	50.400	DRÁGEA	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG
114	80.000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	100.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
116	500	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
119	60.000	COMPRIMIDO	FINASTERIDA 5MG
120	30.000	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
122	1.200.000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	250.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
126	300.000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
127	300.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
128	90.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 60MG MR
129	20.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 80MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

130	10.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 1MG
131	200	FRASCO	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML
132	50.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
133	3.000	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
134	2.000.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
138	10.000	COMPRIMIDO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 200MG
139	2.000	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML
140	100.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 300MG
141	3.000	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	600.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG
143	100.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
147	40.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG
148	50.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	5.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
151	15.000	COMPRIMIDO	ITRACONAZOL 100MG
152	2.000	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP
153	4.000	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML
154	30.000	COMPRIMIDOS BIRRHURADOS	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL
155	60.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG
156	30.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
157	30.000	COMPRIMIDO BIRRHURADO	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (BD)
158	30.000	CAPSULA HBS	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (HBS)
159	30.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG
160	40.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 25MG
163	200.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
164	400.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	400.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
168	8.000	COMPRIMIDO	LOPERAMIDA 2MG BLISTER 4 CP
169	120.000	COMPRIMIDO	LORATADINA 10MG
170	2.000	FRASCO	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100 ML
171	2.000.000	COMPRIMIDO	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG
173	2.000	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML
174	30.000	COMPRIMIDO	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 10MG
175	30.000	COMPRIMIDO	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 2,5MG
176	500	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML AMPOLA 1 ML
178	600.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	1.000.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
180	500.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
182	50.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	1.000	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
184	30.000	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 100MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

185	80.000	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
186	60.000	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
187	1.500	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G
188	40.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
189	10.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 400MG
190	3.000	FRASCO	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML
191	2.000	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME DERMATOLOGICO
192	2.000	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
194	3.000	COMPRIMIDO	MORFINA (SULFATO) 30 MG
195	5.000	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
196	80.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 10MG
197	40.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG
198	20.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG (RETARD)
199	700.000	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG
200	2.000	FRASCO	NIMESULIDE 50MG SOLUÇÃO ORAL 15 ML
201	1.000	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	1.000	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
203	50.000	COMPRIMIDO	NITROFURANTOÍNA 100MG
207	5.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 10MG
208	80.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG
209	60.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 50MG
210	30.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 75MG
211	1.000	FRASCO	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML
213	2.000.000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
216	3.000	COMPRIMIDO	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 8MG
217	40.000	COMPRIMIDO	OXCARBAZEPINA 300MG
218	50.000	COMPRIMIDO	OXCARBAZEPINA 600MG
219	2.000	FRASCO	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSAO ORAL 100 ML
222	6.000	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
224	1.500.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
226	2.000	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML
227	2.000	FRASCO	PERMETRINA 50MG/ML LOÇÃO 60 ML
228	3.000	COMPRIMIDO	PIRIMITAMINA 25MG
231	4.000	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	80.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	120.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	50.000	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
235	20.000	COMPRIMIDO	PROPAFENONA (CLORIDRATO) 300MG
236	150.000	COMPRIMIDO	PROPATILNITRATO 10MG
238	10.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 10MG
239	200.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

240	50.000	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG
242	80.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 1MG
243	50.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 2 MG
244	3.000	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SÓDIO 3,5G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + GLICOSE 20G)
245	3.000	FRASCO	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES
249	1.000	FRASCO	SIMETICONA 75MG/ML FRASCO 10 ML
250	100.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 10MG
251	1.000.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
252	600.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 40MG
254	10.000	COMPRIMIDO	SULFADIAZINA 500MG
255	3.000	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA
256	1.000	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	40.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
258	3.000	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML
259	300.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
260	40.000	COMPRIMIDO	TEOFILINA 100MG
261	20.000	COMPRIMIDO	TEOFILINA 200 MG
263	20.000	COMPRIMIDO	TIAMINA (CLORIDRATO) 300MG
264	200	FRASCO	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML
267	100.000	COMPRIMIDO	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG
271	60.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 5MG
272	4.000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 120MG
273	20.000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG

3.1.1.10 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE JOINVILLE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.169.623/0001-10, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, CEP 89.201-910, na cidade de Joinville, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Udo Döhler:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
3	20.000	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 200MG
6	3.000.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	250.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
8	5.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FOLÍNICO 15 MG (FOLINATO DE CÁLCIO)
9	35.000	COMPRIMIDO/ CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG
10	3.500	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
11	400.000	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	10.000	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	15.000	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	70.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
15	120.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100MG
16	75.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300MG
19	75.000	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

20	1.850.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
22	12.000	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
23	12.000	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML
26	400.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
28	1.800.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG
31	2.300.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	6.000	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	110.000	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	5.000	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	3.000	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE
36	150	FRASCO	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE
37	350.000	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
43	2.800.000	COMPRIMIDO	CAPTOPRIL 25 MG
45	450	FRASCO	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML
46	1.300.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
48	1.300.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP
51	250.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
55	1.450.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG
58	7.000	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	350.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
62	40.000	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL 200 MG
63	110.000	COMPRIMIDO	CILOSTAZOL 100MG
64	150.000	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
65	50.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
72	2.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
75	130.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
76	10.000	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS FRASCO 30 ML
77	300.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
78	5.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG
79	100	FRASCO	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL
80	700.000	COMPRIMIDO	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG
83	5.000	FRASCO	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML FRASCO 100 ML
84	25.000	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
85	2.000	COMPRIMIDO	DEXAMETASONA 4MG
86	25.000	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
88	60.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
90	1.200.000	COMPRIMIDO	DICLOFENACO SÓDICO 50MG
91	100.000	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
92	1.200.000	COMPRIMIDO	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG
94	40.000	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
95	3.500	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSOL 250UI/DOSE FRASCO 200 DOSES



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

97	1.500	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA-- AEROSSOL 50UI/DOSE – USO ORAL FRASCO 200 DOSES
99	20.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG
102	3.000.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG
104	1.500	FRASCO	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML
105	20.000	COMPRIMIDO	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG
108	15.000	COMPRIMIDO	ESPIRAMICINA 1,5 MUI
110	600.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
111	2.500	BISNAGA	ESTRIOL 1MG/ML CREME VAGINAL
113	4.500	DRÁGEA	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG
114	300.000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	250.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
116	900	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
118	2.000	FRASCO	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZACAO
119	10.000	COMPRIMIDO	FINASTERIDA 5MG
120	60.000	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
122	1.900.000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	800.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
125	500	FRASCO	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML
126	900.000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
127	1.000.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
131	100	FRASCO	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML
132	350.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
133	3.500	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
134	4.500.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
139	10.000	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML
141	12.000	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	1.600.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG
143	450.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
145	2.500	FRASCO	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML
148	120.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	75.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
150	20.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 40MG
152	100	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP
154	3.000	COMPRIMIDOS BIRRHANURADOS	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL
156	70.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
157	200.000	COMPRIMIDOS BIRRHANURADOS	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (BD)
158	40.000	CAPSULA HBS	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (HBS)
159	50.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG
160	400.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 25MG
163	800.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

164	1.000.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	1.200.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
167	4.500	BISNAGA	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G
169	250.000	COMPRIMIDO	LORATADINA 10MG
170	10.000	FRASCO	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100 ML
171	4.200.000	COMPRIMIDO	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG
172	35.000	CAPSULA	MAYTENOS ILICIFOLIA , 380 MG
174	6.000	COMPRIMIDO	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 10MG
176	5.000	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML AMPOLA 1 ML
177	100.000	COMPRIMIDO	METADONA 5MG
178	2.000.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	2.600.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
180	350.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
183	12.000	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
184	600	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 100MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
187	5.000	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G
188	130.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
190	1.200	FRASCO	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML
192	18.000	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
193	5.000	FRASCO	MIKANIA GLOMERATA SPRENGE XAROPE E SOLUÇÃO ORAL 120 ML
195	15.000	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
202	2.500	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
203	15.000	COMPRIMIDO	NITROFURANTOÍNA 100MG
205	150.000	COMPRIMIDO	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER 35 CP
211	300	FRASCO	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML
213	3.200.000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
214	3.360	COMPRIMIDO	OMEPRAZOL MAGNESIO 20MG
222	30.000	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
224	2.500.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
228	6.000	COMPRIMIDO	PIRIMITAMINA 25MG
230	300.000	COMPRIMIDO	Polivitaminico composto de vitaminas e minerias de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI coledalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg
231	12.000	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	250.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	160.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	75.000	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
235	360	COMPRIMIDO	PROPAFENONA (CLORIDRATO) 300MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

236	350.000	COMPRIMIDO	PROPATILNITRATO 10MG
237	20.000	COMPRIMIDO	PROPILOTIURACIL 100 MG
239	1.400.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
241	10.000	FRASCO	RETINOL (ACETATO) 50.000UI + COLECALCIFEROL 10.000UI FRASCO 10 ML
244	20.000	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SÓDIO 3,5G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + GLICOSE 20G)
245	20.000	FRASCO	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES
250	50.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 10MG
251	5.000.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
252	1.200.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 40MG
253	25.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 80MG
255	6.500	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA
256	2.500	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	180.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
258	5.500	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML
259	700.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
260	70.000	COMPRIMIDO	TEOFILINA 100MG
262	15.000	CÁPSULA	TETRACICLINA 500MG
264	2.500	FRASCO	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML
270	250.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 2,5 MG
273	85.000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG
274	300.000	COMPRIMIDO	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO

3.1.1.11 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua Onze de Novembro, nº 2.765, Centro, CEP 89.108-000, na cidade de Massaranduba, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Mário Fernando Reinke:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
1	900	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO COM 120 ML
6	150.000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	10.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
9	1.000	COMPRIMIDO/ CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG
10	30	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
11	3.000	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	3.500	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	2.000	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	4.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
15	25.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100MG
16	15.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300MG
18	5.000	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG
19	17.000	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

20	50.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
22	400	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
24	900	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML
25	4.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	10.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
28	43.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG
30	80.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 25MG
31	75.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	600	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	2.500	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
37	3.500	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
38	2.500	COMPRIMIDO	BROMAZEPAN 6 MG
43	75.000	COMPRIMIDO	CAPTOPRIL 25 MG
46	45.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
47	1.100	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 400MG
48	12.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP
51	3.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
52	400	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
53	17.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 25MG
55	400	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG
58	550	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	28.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
62	2.500	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL 200 MG
63	500	COMPRIMIDO	CILOSTAZOL 100MG
65	7.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
66	50.000	COMPRIMIDO	CITALOPRAM 20MG
72	35.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
73	10.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAN 0,5MG
74	80	FRASCO	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
75	17.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
80	1.100	COMPRIMIDO	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG
82	25.000	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
84	700	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
86	300	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	12.000	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
90	18.000	COMPRIMIDO	DICLOFENACO SÓDICO 50MG
91	12.000	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
92	650	COMPRIMIDO	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG
93	60.000	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
94	300	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
98	650	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG
101	85.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

102	70.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG
103	25.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG
105	1.500	COMPRIMIDO	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG
107	23.000	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG
109	1.500	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 100MG
110	28.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
113	4.000	DRÁGEA	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG
115	20.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
116	80	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
119	15.000	COMPRIMIDO	FINASTERIDA 5MG
120	3.000	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
122	80.000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	28.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
126	40.000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
132	3.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
134	160.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
135	5.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG
137	120	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML FRASCO 100 ML
141	900	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	60.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG
143	4.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
147	2.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG
148	5.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	800	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
155	3.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG
156	4.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
163	30.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
164	30.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	30.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
166	30.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 75MCG
170	200	FRASCO	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100 ML
171	70.000	COMPRIMIDO	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG
173	100	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML
176	50	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 150 MG/ML AMPOLA 1 ML
178	75.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	80.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
180	18.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
181	28.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 500 MG
182	15.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	120	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
185	250	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
186	1.750	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
187	120	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

			50G
188	2.500	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
189	1.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 400MG
190	50	FRASCO	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML
191	300	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME DERMATOLOGICO
192	150	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
194	500	COMPRIMIDO	MORFINA (SULFATO) 30 MG
195	450	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
197	6.500	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG
199	62.000	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG
200	150	FRASCO	NIMESULIDE 50MG SOLUÇÃO ORAL 15 ML
201	120	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	60	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
203	2.500	COMPRIMIDO	NITROFURANTOÍNA 100MG
204	70	AMPOLA	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA
213	250.000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
214	250	COMPRIMIDO	OMEPRAZOL MAGNESIO 20MG
216	200	COMPRIMIDO	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 8MG
217	3.500	COMPRIMIDO	OXCARBAZEPINA 300MG
218	3.000	COMPRIMIDO	OXCARBAZEPINA 600MG
222	600	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
223	900	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG
224	35.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
225	135.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 750MG
231	500	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	10.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	12.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	7.000	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
239	35.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
240	10.000	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG
241	150	FRASCO	RETINOL (ACETATO) 50.000UI + COLECALCIFEROL 10.000UI FRASCO 10 ML
242	800	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 1MG
243	5.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 2 MG
244	400	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SODIO 3,5G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G + CITRATO DE SODIO 2,9G + GLICOSE 20G)
246	120	FRASCO	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE 100 ML
247	400	COMPRIMIDO	SECNIDAZOL 1000 MG
248	1.200	COMPRIMIDO	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG
250	40.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 10MG
251	130.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
252	130.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 40MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

255	50	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA
256	300	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	3.500	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
258	80	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML
259	18.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
261	4.000	COMPRIMIDO	TEOFILINA 200 MG
267	700	COMPRIMIDO	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG
268	200	COMPRIMIDO	TRAZODONA 50MG
269	1.500	COMPRIMIDO	TRIAMETAZIDINA 35MG
273	8.000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG
274	200	COMPRIMIDO	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO

3.1.1.12 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, Centro, CEP 89.295-000, na cidade de Rio Negrinho, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Alcides Grohskopf:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
1	5.000	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO COM 120 ML
6	280.000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	25.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
10	500	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
11	23.000	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	2.100	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	5.000	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	8.400	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
16	21.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300MG
19	5.000	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
20	160.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
22	700	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
23	2.100	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML
25	14.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	45.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
30	31.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 25MG
32	2.500	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	25.000	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	1.000	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	2.500	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE
37	21.000	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
38	21.000	COMPRIMIDO	BROMAZEPAN 6 MG
43	15.000	COMPRIMIDO	CAPTAPRIL 25 MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

44	100.000	COMPRIMIDO	CAPTOPRIL 50MG
45	100	FRASCO	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML
46	100.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
48	140.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP
51	35.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
52	50.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
55	50.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG
58	1.500	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	35.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
65	35.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
71	11.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 75MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA
72	140.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
75	25.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
77	20.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
84	5.000	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
86	4.500	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
88	45.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
91	30.000	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
93	200.000	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
98	15.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG
101	15.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
102	175.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG
106	50.000	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG
110	60.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
113	15.000	DRÁGEA	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG
114	35.000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	42.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
116	150	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
117	20.000	COMPRIMIDO	FENOFIBRATO 250MG
120	5.000	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
121	45.000	COMPRIMIDO	FLUNARIZINA (DICLORIDRATO) 10MG
122	225.000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	140.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
125	500	FRASCO	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML
127	175.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
132	35.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
133	1.000	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
134	35.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
139	3.000	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML
141	3.500	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
143	25.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
148	11.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

152	700	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP
156	12.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
159	25.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG
161	500	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML GOTAS
162	30.000	DRÁGEA	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS
164	70.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	220.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
176	100	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML AMPOLA 1 ML
179	25.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
181	60.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 500 MG
182	20.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	1.000	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
187	600	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G
189	7.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 400MG
190	700	FRASCO	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML
192	1.400	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
195	2.100	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
198	140.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG (RETARD)
199	210.000	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG
201	1.500	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	1.000	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
203	9.000	COMPRIMIDO	NITROFURANTOÍNA 100MG
204	300	AMPOLA	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA
205	9.100	COMPRIMIDO	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER 35 CP
208	25.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG
213	525.000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
220	2.000	BISNAGA	OXIDO ZINCO + VITAMINA A + D POMADA 45 GR
222	4.200	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
223	55.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG
224	100.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
226	350	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML
231	2.500	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	15.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	21.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
236	25.000	COMPRIMIDO	PROPATILNITRATO 10MG
239	5.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
241	1.500	FRASCO	RETINOL (ACETATO) 50.000UI + COLECALCIFEROL 10.000UI FRASCO 10 ML
244	2.100	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SODIO 3,5G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G + CITRATO DE SODIO 2,9G + GLICOSE 20G)
251	385.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
256	2.000	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

			ORAL 50 ML
257	21.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
258	700	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML
259	50.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
273	45.000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG

3.1.1.13 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 08.281.643/0001-62, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, CEP 89.280-902, na cidade de São Bento do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Fernando Tureck:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
1	12.000	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO COM 120 ML
2	12.000	FRASCO	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 10MG/ML, FRASCO COM 120 ML
3	90.000	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 200MG
6	900.000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	90.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
9	30.000	COMPRIMIDO/ CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG
10	6.000	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
11	120.000	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	9.000	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	12.000	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	30.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
15	60.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100MG
16	60.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300MG
18	60.000	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG
19	30.000	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
20	300.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
22	600	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
23	6.000	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML
25	12.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	120.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
28	180.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG
31	600.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	3.000	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	30.000	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
35	1.800	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE
37	60.000	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
43	1.200.000	COMPRIMIDO	CAPTAPRIL 25 MG
45	600	FRASCO	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML
46	180.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
47	90.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 400MG
48	240.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

51	90.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
52	60.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
55	60.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG
58	6.000	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	90.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
60	1.800	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G
63	60.000	COMPRIMIDO	CILOSTAZOL 100MG
65	60.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
67	6.000	COMPRIMIDO	CLARITROMICINA 500MG
69	6.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 10MG
70	60.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
72	120.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
74	3.000	FRASCO	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
75	90.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
76	3.000	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS FRASCO 30 ML
77	30.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
78	12.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG
79	300	FRASCO	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL
80	120.000	COMPRIMIDO	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG
82	120.000	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
84	9.000	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
86	12.000	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	90.000	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
89	120.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 5MG
91	120.000	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
92	180.000	COMPRIMIDO	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG
93	180.000	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
94	1.200	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
98	180.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG
101	900.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
102	720.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG
106	90.000	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG
108	12.000	COMPRIMIDO	ESPIRAMICINA 1,5 MUI
110	90.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
114	120.000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	120.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
116	300	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
118	1.200	FRASCO	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZACAO
120	9.000	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
122	300.000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	420.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
125	3.000	FRASCO	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML
126	300.000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

127	420.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
130	12.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 1MG
131	300	FRASCO	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML
132	30.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
133	600	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
134	1.200.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
136	3.000	BISNAGA	HIDROCORTISONA 1% CREME 30 G
141	15.000	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	300.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG
143	120.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
145	1.200	FRASCO	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML
148	60.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	1.200	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
152	3.000	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP
157	120.000	COMPRIMIDOS BIRRHURADOS	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (BD)
159	30.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG
160	18.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 25MG
162	180.000	DRÁGEA	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS
163	240.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
164	300.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	420.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
171	720.000	COMPRIMIDO	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG
176	3.000	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML AMPOLA 1 ML
178	480.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	720.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
180	300.000	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
182	90.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	1.500	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
187	1.500	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G
188	30.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
192	1.800	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
194	3.000	COMPRIMIDO	MORFINA (SULFATO) 30 MG
195	6.000	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
198	300.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG (RETARD)
199	900.000	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG
202	900	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
204	1.800	AMPOLA	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA
205	30.000	COMPRIMIDO	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER 35 CP
206	30.000	COMPRIMIDO	NORFLOXACINO 400MG BLISTER 7 CP
213	1.200.000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

219	300	FRASCO	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML
220	3.000	BISNAGA	OXIDO ZINCO + VITAMINA A + D POMADA 45 GR
222	15.000	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
224	600.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
227	3.000	FRASCO	PERMETRINA 50MG/ML LOÇÃO 60 ML
231	3.000	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	120.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	120.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	180.000	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
239	300.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
240	90.000	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG
242	72.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 1MG
244	6.000	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SODIO 3,5G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G + CITRATO DE SODIO 2,9G + GLICOSE 20G)
248	180.000	COMPRIMIDO	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG
249	4.800	FRASCO	SIMETICONA 75MG/ML FRASCO 10 ML
251	999.999	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
256	1.500	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	30.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
259	120.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
264	300	FRASCO	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML
271	60.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 5MG
273	240.000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG

3.1.1.14 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.269/0001-06, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, CEP 89.240-000, na cidade de São Bento do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Roberto de Oliveira:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
5	10	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G
6	92020	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	12000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
11	5049	CAPSULAS	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	1670	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	115	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	280	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
17	1560	FRASCO	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30MG/5ML XAROPE , FRASCO COM 120 ML
18	17520	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG
20	18380	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
24	3000	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML
26	26754	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
27	10020	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 10 MG
31	104020	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
33	5865	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

34	600	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	600	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE
37	3668	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
43	249980	COMPRIMIDO	CAPTOPRIL 25 MG
44	249420	COMPRIMIDO	CAPTOPRIL 50MG
51	22949	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
58	200	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	26600	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
60	920	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G
64	41700	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
65	1200	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
72	15403	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
75	14012	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
77	1620	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
81	230	BISNAGAS	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01 G POMADA 30 G
82	9580	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
84	2890	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
86	2136	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	9900	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
88	8571	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
90	87500	COMPRIMIDO	DICLOFENACO SÓDICO 50MG
92	52000	COMPRIMIDO	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG
93	87710	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
94	1663	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
101	28200	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
106	4820	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG
107	188	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG
110	32000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
113	6966	DRÁGEAS	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG
114	16800	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
116	54	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
118	221	FRASCO	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZAÇÃO
122	26393	CAPSULAS	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	50340	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
126	63000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
132	4240	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
135	20200	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG
139	700	FRASCOS	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML
140	103230	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 300MG
143	6890	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
145	50	FRASCOS	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

148	42270	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	5700	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
152	1680	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP
156	1620	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
163	5370	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
164	3270	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	4890	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
167	416	BISNAGA	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G
178	23280	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
181	7500	COMPRIMIDO	METILDOPA 500 MG
183	624	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
187	676	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G
188	16500	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
189	208	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 400MG
192	390	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
195	3182	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
197	2640	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG
202	234	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
206	15600	COMPRIMIDO	NORFLOXACINO 400MG BLISTER 7 CP
213	48292	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
222	2190	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
224	119610	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
226	900	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML
231	300	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
233	13500	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	3640	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
239	60000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
244	684	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SODIO 3,5G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G + CITRATO DE SODIO 2,9G + GLICOSE 20G)
251	183360	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
257	14680	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
259	55830	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
264	22	FRASCO	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML
271	1350	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 5MG
273	3750	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG

3.1.1.15 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.491/0001-09, com sede na Rua Mal. Castelo Branco, nº 3.201, Centro, CEP 89.275-000, na cidade de Schroeder, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Osvaldo Jurck:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
9	5.000	COMPRIMIDO/ CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

11	6.000	CAPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
13	500	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	7.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
15	7.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100MG
22	300	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
23	300	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML
32	300	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
39	150	TUBO	BUDESONIDA AEROSSOL NASAL 32MCG FRASCO COM 120 DOSES
45	200	FRASCO	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML
48	150.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP
52	20.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
59	10.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
66	30.000	COMPRIMIDO	CITALOPRAM 20MG
74	1.000	FRASCO	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
93	40.000	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
95	100	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSSOL 250UI/DOSE FRASCO 200 DOSES
96	100	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AEROSSOL 50UI/DOSE – USO NASAL FRASCO 200 DOSES
103	30.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG
106	15.000	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG
116	30	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
127	20.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
131	30	FRASCO	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML
133	150	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
137	300	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML FRASCO 100 ML
141	500	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	30.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG
144	3.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (PAMOATO) 75MG
146	2.000	COMPRIMIDO	ISOFLAVONA 150MG
151	1.500	COMPRIMIDO	ITRACONAZOL 100MG
154	3.000	COMPRIMIDOS BIRRANHURADOS	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL
155	3.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG
156	3.000	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
159	3.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG
165	40.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
169	5.000	COMPRIMIDO	LORATADINA 10MG
170	300	FRASCO	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100 ML
173	300	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML
178	6.000	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
192	300	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
193	200	FRASCO	MIKANIA GLOMERATA SPRENGE XAROPE E SOLUÇÃO ORAL 120 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

195	500	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
199	30.000	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG
200	200	FRASCO	NIMESULIDE 50MG SOLUÇÃO ORAL 15 ML
208	10.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG
218	6.000	COMPRIMIDO	OXCARBAZEPINA 600MG
219	50	FRASCO	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML
226	300	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML
231	300	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
241	200	FRASCO	RETINOL (ACETATO) 50.000UI + COLECALCIFEROL 10.000UI FRASCO 10 ML
244	2.000	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SODIO 3,5G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CITRATO DE SODIO 2,9G + GLICOSE 20G)
250	10.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 10MG
252	30.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 40MG
258	100	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML
267	1.500	COMPRIMIDO	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG

3.1.1.16 Órgão Participante: **HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO**, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, integrante da administração indireta do Município de Guaramirim, CNPJ nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, nº 05, Centro, CEP 89.270-000, na cidade de Guaramirim, SC, representado por sua Gestora, Sra. Márcia Adriana Pruesse:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
3	500	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 200MG
5	50	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G
6	1000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	500	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
12	100	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	50	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
18	1500	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG
19	500	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
23	30	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML
25	500	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	500	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
28	500	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG
31	800	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	50	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	200	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	3000	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	3000	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE
38	200	COMPRIMIDO	BROMAZEPAN 6 MG
43	5000	COMPRIMIDO	CAPTOPRIL 25 MG
46	200	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
52	600	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
55	1000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

58	50	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	500	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
60	60	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G
61	30	FRASCO	CETOCONAZOL 2% XAMPU FRASCO 100 ML
62	50	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL 200 MG
65	1000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
67	5000	COMPRIMIDO	CLARITROMICINA 500MG
74	30	FRASCO	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
75	1000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
78	100	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG
79	10	FRASCO	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL
81	100	BISNAGA	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01 G POMADA 30 G
82	400	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
83	50	FRASCO	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML FRASCO 100 ML
85	300	COMPRIMIDO	DEXAMETASONA 4MG
86	30	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	300	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
88	2000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
90	500	COMPRIMIDO	DICLOFENACO SÓDICO 50MG
91	500	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
93	600	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
94	60	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
99	100	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG
101	2000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
104	20	FRASCO	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML
105	100	COMPRIMIDO	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG
107	500	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG
109	800	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 100MG
110	800	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
114	200	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	200	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
116	20	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
120	300	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
121	500	COMPRIMIDO	FLUNARIZINA (DICLORIDRATO) 10MG
123	500	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
126	300	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
131	20	FRASCO	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML
134	200	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
137	100	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML FRASCO 100 ML
139	100	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML
141	200	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
145	1000	FRASCO	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

147	300	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG
149	500	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
152	100	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP
161	30	FRASCO	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML GOTAS
162	60	DRÁGEA	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS
167	300	BISNAGA	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G
173	30	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML
178	600	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	600	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
180	300	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
181	600	COMPRIMIDO	METILDOPA 500 MG
184	300	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 100MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
188	50	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
190	50	FRASCO	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML
195	60	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
196	200	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 10MG
201	50	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	50	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
203	200	COMPRIMIDO	NITROFURANTOÍNA 100MG
211	200	FRASCO	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML
213	5000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
222	300	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
225	4000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 750MG
231	100	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	500	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	500	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	300	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
237	300	COMPRIMIDO	PROPILTIOURACIL 100 MG
239	300	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
240	500	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG
243	100	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 2 MG
245	200	FRASCO	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES
246	20	FRASCO	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE 100 ML
251	500	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
255	200	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA
256	30	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSAO ORAL 50 ML
257	600	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
258	30	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML

3.1.1.17 Órgão Participante: **HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ**, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, integrante da administração indireta do Município de Joinville, CNPJ nº 84.703.248/0001-09,

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 238, Centro, CEP 89.202-000, na cidade de Joinville, SC,
representado por seu Diretor Presidente, Sr. Paulo Manoel de Souza:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
3	900	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 200MG
5	20	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G
6	10.000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	3.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
8	200	COMPRIMIDO	ÁCIDO FOLÍNICO 15 MG (FOLINATO DE CÁLCIO)
10	150	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
12	900	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
16	2.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300MG
17	30	FRASCO	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30MG/5ML XAROPE , FRASCO COM 120 ML
19	600	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
20	6.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
25	300	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	300	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS
27	9.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 10 MG
28	20.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG
31	6.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
33	210	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	60	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	60	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE
37	300	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
38	200	COMPRIMIDO	BROMAZEPAN 6 MG
43	30.000	COMPRIMIDO	CAPTOPRIL 25 MG
46	2.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
49	2.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++)
51	200	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
55	6.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG
58	30	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	500	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
60	30	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G
62	60	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL 200 MG
63	300	COMPRIMIDO	CILOSTAZOL 100MG
64	200	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
65	800	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
68	300	COMPRIMIDO	CLINDAMICINA (CLORIDRATO) 300MG
72	3.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
73	5.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAN 0,5MG
74	10	FRASCO	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
75	5.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
78	1.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG
79	20	FRASCO	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

80	10.000	COMPRIMIDO	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG
82	2.000	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
83	20	FRASCO	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML FRASCO 100 ML
84	50	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
85	3.500	COMPRIMIDO	DEXAMETASONA 4MG
86	70	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	5.000	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
88	5.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
89	9.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 5MG
90	200	COMPRIMIDO	DICLOFENACO SÓDICO 50MG
91	500	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
94	1.200	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
98	800	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG
100	200	COMPRIMIDO	DOXICICLINA (CLORIDRATO) 100MG
101	7.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
105	120	COMPRIMIDO	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG
106	200	COMPRIMIDO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG
109	2.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 100MG
110	4.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
114	7.000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115	1.500	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG
118	200	FRASCO	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZACAO
119	250	COMPRIMIDO	FINASTERIDA 5MG
120	900	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
122	5.000	CAPSULA	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	6.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
125	20	FRASCO	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML
126	300	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
130	400	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 1MG
132	600	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
134	5.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
139	70	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML
145	500	FRASCO	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML
147	1.200	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG
148	1.200	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	300	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
152	240	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP
153	700	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML
160	200	COMPRIMIDO	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 25MG
161	20	FRASCO	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML GOTAS
164	5.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG
167	2.000	BISNAGA	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

168	200	COMPRIMIDO	LOPERAMIDA 2MG BLISTER 4 CP
177	6.000	COMPRIMIDO	METADONA 5MG
179	2.500	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
180	1.500	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
182	1.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	200	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
185	300	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
186	900	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
188	1.200	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
194	1.000	COMPRIMIDO	MORFINA (SULFATO) 30 MG
197	2.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG
201	60	BISNAGA	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	500	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
203	60	COMPRIMIDO	NITROFURANTOÍNA 100MG
206	140	COMPRIMIDO	NORFLOXACINO 400MG BLISTER 7 CP
211	1.000	FRASCO	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML
213	30.000	CÁPSULA	OMEPRAZOL 20MG
222	600	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
224	12.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
228	700	COMPRIMIDO	PIRIMITAMINA 25MG
232	8.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	7.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	2.000	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
236	600	COMPRIMIDO	PROPATILNITRATO 10MG
237	60	COMPRIMIDO	PROPILOTIOURACIL 100 MG
239	3.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
240	15.000	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG
242	3.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 1MG
245	120	FRASCO	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES
246	20	FRASCO	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE 100 ML
248	1.200	COMPRIMIDO	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG
249	1.800	FRASCO	SIMETICONA 75MG/ML FRASCO 10 ML
251	14.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
254	2.000	COMPRIMIDO	SULFADIAZINA 500MG
255	500	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA
256	20	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	5.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
259	2.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
261	200	COMPRIMIDO	TEOFILINA 200 MG
263	300	COMPRIMIDO	TIAMINA (CLORIDRATO) 300MG
264	10	FRASCO	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

265	300	COMPRIMIDO	TIORIDAZIDA (CLORIDRATO) 50 MG
270	1.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 2,5 MG
271	1.500	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 5MG
273	300	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG

3.1.2 Elenco padronizado de medicamentos para **Pronto Atendimento e Hospitais**:

3.1.2.1 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 95.945.509/0001-80, com sede na Av. Amandio Cabral, nº 457, Centro, CEP 89.247-000, na cidade de Balneário Barra do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ademair Henrique Borges:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
276	15	AMPOLA	ACETILCISTEÍNA 10% 300MG/ML IV
279	40	AMPOLA	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG , AMPOLA COM 5 ML
280	50	AMPOLA	ADENOSINA 6MG/ML , AMPOLA COM 2 ML
282	300	AMPOLA	AGUA DESTILADA , AMPOLA COM 10 ML
291	60	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML
292	180	AMPOLA	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML
293	200	F/A	AMPICILINA 1G + SULBACTAM 0,5G
294	400	FRASCO-AMPOLA	AMPICILINA 1G INJETÁVEL
300	50	AMPOLA	ATROPINA (SULFATO) 0,50MG/ML, AMPOLA 1 ML
308	50	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - AMPOLA 10 ML
309	30	AMPOLA	BIPERIDENO (LACTATO) 5MG/ML AMPOLA 1 ML
310	500	COMPRIMIDO	BISACODIL 5MG
313	250	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2 ML
321	150	FRASCO	CEFAZOLINA SÓDICA 1G
326	100	FRASCO AMPOLA	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV
327	400	FRASCO-AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETAVEL
328	1.500	AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML
350	10	BISNAGA	CLORANFENICOL 5MG + ACETATO DE RETINOL 10.000UI + AMINOÁCIDOS 25MG + METIONINA 5MG POMADA OFTÁLMICA 3,5 G
351	25	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% AMPOLA 10 ML
356	50	TUBO	COLAGENASE 0,6 1,2 UI/G (30G)
359	200	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
365	20	AMPOLA	DESLANOSÍDEO 0,4MG/ML AMPOLA 2 ML
371	450	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML
376	250	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
377	1.500	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
379	4.000	COMPRIMIDO	DILTIAZEM 60MG
380	400	AMPOLA	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML AMPOLA 10 ML
381	200	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO 50 MG + 50 MG/ML - AMPOLA 1ML
382	1.000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

387	30	AMPOLA	DOPAMINA (CLORIDRATO) 5 MG/ML AMPOLA 10 ML
390	400	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML
394	350	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML
395	1.500	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML
396	200	FRASCO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA 20 ML GOTAS
403	50	AMPOLA	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML AMPOLA 5 ML
404	30	AMPOLA	FENOBARBITAL 200 MG/ML AMPOLA 1 ML
405	15	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML
406	30	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
410	25	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG AMPOLA 1 ML
418	500	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
422	300	AMPOLA	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)
423	150	AMPOLA	GLICOSE 25% AMPOLA 10 ML
424	150	AMPOLA	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML
425	10	AMPOLA	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 100MG/ML AMPOLA 10 ML
427	50	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML
428	15	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 25.000 UI/5ML INJETAVEL AMPOLA 5 ML
429	10	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML
430	80	AMPOLA	HIDRALAZINA 20 MG/ML AMPOLA 1 ML
433	400	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
434	600	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
446	50	AMPOLA	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 10MG/ML AMPOLA 1 ML
448	100	F/A	LEVOFLOXACINA 5MG/ML (100ML)
450	100	FRASCO	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML
453	2	FRASCO	LIDOCAINA CLORIDRATO 10% 50 ML SPRAY
471	1.500	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML
480	100	AMPOLA	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML
484	250	AMPOLA	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML
495	10	AMPOLA	NITROPRUSSATO DE SÓDIO 50MG/ML (AMPOLA 1ML)
500	40	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG SOLUÇÃO INJETÁVEL
502	150	AMPOLA	ONDANSETRONA 8MG/ML AMPOLA 4 ML
513	100	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML AMPOLA 2 ML
520	300	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML
524	600	AMPOLA	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML
548	500	AMPOLA	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400/80MG EV 5ML
553	10	FRASCO-AMPOLA	SUXAMETÔNIO (CLORETO) 500 MG/ML AMPOLA 10 ML
559	150	AMPOLA	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML
561	20	FRASCO	TETRACAÍNA (CLORIDRATO) ASSOCIADO COM FENILEFRINA (CLORIDRATO) + ACIDO BÓRICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML
566	100	FRASCO	TOBRAMICINA 3MG COLIRIO 5 ML
567	1.000	AMPOLA	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

581	50	AMPOLA	VITAMINA C (ACIDO ASCORBICO) 100 MG/ML 5 ML SOL INJ
-----	----	--------	---

3.1.2.2 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.830/0001-57, com sede na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, CEP 88.390-000, na cidade de Barra Velha, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Claudemir Matias Francisco:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
276	50	AMPOLA	ACETILCISTEÍNA 10% 300MG/ML IV
279	50	AMPOLA	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG , AMPOLA COM 5 ML
280	500	AMPOLA	ADENOSINA 6MG/ML , AMPOLA COM 2 ML
282	3.000	AMPOLA	AGUA DESTILADA , AMPOLA COM 10 ML
289	300	AMPOLA	AMICACINA (SULFATO) 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML
291	600	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML
292	400	AMPOLA	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML
300	400	AMPOLA	ATROPINA (SULFATO) 0,50MG/ML, AMPOLA 1 ML
306	600	FRASCO	BENZILPENICILINA POTASSICA 5.000.000 UI + DILUENTE
308	100	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - AMPOLA 10 ML
312	2.000	FRASCO	BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
313	1.800	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2 ML
326	1.800	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV
327	800	FRASCO-AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETAVEL
328	2.400	AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML
350	30	BISNAGA	CLORANFENICOL 5MG + ACETATO DE RETINOL 10.000UI + AMINOÁCIDOS 25MG + METIONINA 5MG POMADA OFTÁLMICA 3,5 G
351	100	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% AMPOLA 10 ML
354	100	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% AMPOLA 10 ML
355	400	AMPOLA	CLORPROMAZINA 5MG SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5 ML
359	1.200	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
365	300	AMPOLA	DESLANOSÍDEO 0,4MG/ML AMPOLA 2 ML
370	800	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 2MG/ML INJETAVEL AMPOLA 1 ML
371	1.200	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML
376	1.600	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
377	4.000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
378	500	AMPOLA	DIFENIDRAMINA 50MG/ML (AMPOLA 1ML)
380	600	AMPOLA	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML AMPOLA 10 ML
381	600	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO 50 MG + 50 MG/ML - AMPOLA 1ML
382	4.000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
387	200	AMPOLA	DOPAMINA (CLORIDRATO) 5 MG/ML AMPOLA 10 ML
390	600	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML
394	3.000	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML
395	4.000	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SÓDICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML
396	2.000	FRASCO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SÓDICA 20 ML GOTAS

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

397	400	AMPOLA	ETILEFRINA (CLORIDRATO) 10 MG/ML AMPOLA 1 ML
398	200	AMPOLA	ETOMIDATO 2MG/ML (AMPOLA 10ML)
403	600	AMPOLA	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML AMPOLA 5 ML
404	600	AMPOLA	FENOBARBITAL 200 MG/ML AMPOLA 1 ML
405	200	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML
406	200	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
410	200	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG AMPOLA 1 ML
413	200	AMPOLA	FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA 5 ML
417	60	FRASCO	FOSFATO SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6% FRASCO 120 ML
418	1.200	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
419	1.000	COMPRIMIDO	GABAPENTINA 300 MG
422	300	AMPOLA	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)
423	600	AMPOLA	GLICOSE 25% AMPOLA 10 ML
424	600	AMPOLA	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML
425	200	AMPOLA	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 100MG/ML AMPOLA 10 ML
427	400	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML
428	200	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 25.000 UI/5ML INJETAVEL AMPOLA 5 ML
429	200	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML
430	300	AMPOLA	HIDRALAZINA 20 MG/ML AMPOLA 1 ML
433	800	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
434	1.200	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
446	100	AMPOLA	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 10MG/ML AMPOLA 1 ML
449	1.000	COMPRIMIDO	LEVOFLOXACINO 500MG
450	2.000	FRASCO	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML
455	120.000	COMPRIMIDO	LOSARTAN 25MG
456	60	FRASCO	MANITOL 20% SISTEMA FECHADO SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML
467	200	AMPOLA	METILERGOMETRINA, MALEATO 0,2 MG/ML AMPOLA 1 ML
471	6.000	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML
472	60	AMPOLA	METOPROLOL (TARTARATO) 1 MG/ML USO HOSPITAR AMPOLA 5 ML
480	400	AMPOLA	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML
481	400	AMPOLA	MIDAZOLAM 1MG/ML INJETÁVEL 5 ML
484	600	AMPOLA	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML
485	200	AMPOLA	MORFINA 0,2MG/ML (1ML)
493	3.000	BISNAGA	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO
494	20	AMPOLA	NITROGLICERINA 5 MG/ML AMPOLA 5 ML
495	20	AMPOLA	NITROPRUSSATO DE SÓDIO 50MG/ML (AMPOLA 1ML)
496	250	AMPOLA	NOREPINEFRINA 8MG/4ML (4MG DE NOREPINEFRINA BASE)
497	100	AMPOLA	OCITOCINA 5UI/ML AMPOLA 1 ML
501	60	AMPOLA	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 2MG/ML AMPOLA 2 ML
503	600	F/A	OXACILINA 500MG
513	500	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML AMPOLA 2 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

520	1.200	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML
528	3.000	CÁPSULA	RIFAMPICINA 300MG
529	200	FRASCO	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO DE SÓDIO SISTEMA FECHADO COM 500 ML
538	10.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 100ML SISTEMA FECHADO
539	10.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
540	2.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
541	3.000	FRASCO	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
542	5.000	FRASCO	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
544	600	FRASCO	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
550	200	AMPOLA	SULFATO DE EFEDRINA 50MG/1ML
551	200	AMPOLA	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJETÁVEL 10 ML
559	400	AMPOLA	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML
561	60	FRASCO	TETRACAÍNA (CLORIDRATO) ASSOCIADO COM FENILEFRINA (CLORIDRATO) + ÁCIDO BÓRICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML
567	5.000	AMPOLA	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML

3.1.2.3 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, na cidade de Campo Alegre, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rubens Blaszowski:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
282	1500	AMPOLA	ÁGUA DESTILADA, AMPOLA COM 10 ML
291	400	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML
327	2000	FRASCO-AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETÁVEL
328	2500	AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML
370	1000	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 2MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 1 ML
371	800	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML
377	500	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
382	1000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
383	1200	AMPOLA	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML AMPOLA 1 ML
395	800	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SÓDICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML
418	300	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
422	300	AMPOLA	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)
424	500	AMPOLA	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML
433	300	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL
434	500	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL
450	300	FRASCO	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML
459	1500	AMPOLA	MEPIVACAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 SOL INJETÁVEL 1,8ML
460	700	AMPOLA	MEPIVACAÍNA 3% SOL INJETÁVEL 1,8 ML
471	800	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML
493	300	BISNAGA	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

520	200	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML
539	1500	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
540	700	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
541	800	FRASCO	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
542	500	FRASCO	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO

3.1.2.4 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE GARUVA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.848/0001-59, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1.614, Centro, CEP 89.248-000, na cidade de Garuva, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Chaves:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
279	30	AMPOLA	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG , AMPOLA COM 5 ML
280	50	AMPOLA	ADENOSINA 6MG/ML , AMPOLA COM 2 ML
281	200	AMPOLA	ÁGUA DESTILADA AMPOLA PLÁSTICA 20ML
282	200	AMPOLA	AGUA DESTILADA , AMPOLA COM 10 ML
291	100	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML
292	100	AMPOLA	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML
300	100	AMPOLA	ATROPINA (SULFATO) 0,50MG/ML, AMPOLA 1 ML
308	15	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - AMPOLA 10 ML
312	350	FRASCO	BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
313	250	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2 ML
326	300	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV
327	1000	FRASCO-AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETAVEL
328	2000	AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML
331	150	AMPOLA	CIANOCOBALAMINA (VITAMINA B12/HIDROXICOBALAMINA) 5000MCG/2ML
338	70	F/A	CIPROFLOXACINO 200MG/100ML
346	180	BISNAGA	CLOBETASOL (PROPIONATO) 0,5MG/G POMADA 30 GR
350	15	BISNAGA	CLORANFENICOL 5MG + ACETATO DE RETINOL 10.000UI + AMINOÁCIDOS 25MG + METIONINA 5MG POMADA OFTÁLMICA 3,5 G
351	50	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% AMPOLA 10 ML
355	50	AMPOLA	CLORPROMAZINA 5MG SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5 ML
359	750	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
360	50	AMPOLA	COMPLEXO COLOIDAL DE SACARATO DE HIDRÓXIDO DE FERRO III 2500 MG* ÁGUA BIDESTILADA Q.S.P. 5 ML * EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO (III) – NORIPURUM EV AMPOLA 5 ML
365	50	AMPOLA	DESLANOSÍDEO 0,4MG/ML AMPOLA 2 ML
371	600	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML
376	300	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
377	1500	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
380	200	AMPOLA	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML AMPOLA 10 ML
381	400	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO 50 MG + 50 MG/ML - AMPOLA 1ML
382	1800	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
383	200	AMPOLA	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML AMPOLA 1 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

384	10	AMPOLA	DOBUTAMINA (CLORIDRATO) 12,5MG/ML AMPOLA 20 ML
387	50	AMPOLA	DOPAMINA (CLORIDRATO) 5 MG/ML AMPOLA 10 ML
390	100	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML
394	800	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML
395	1250	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML
396	700	FRASCO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA 20 ML GOTAS
397	25	AMPOLA	ETILEFRINA (CLORIDRATO) 10 MG/ML AMPOLA 1 ML
403	50	AMPOLA	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML AMPOLA 5 ML
404	50	AMPOLA	FENOBARBITAL 200 MG/ML AMPOLA 1 ML
405	20	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML
406	50	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
410	50	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG AMPOLA 1 ML
413	25	AMPOLA	FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA 5 ML
417	30	FRASCO	FOSFATO SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6% FRASCO 120 ML
418	300	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
422	200	AMPOLA	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)
423	200	AMPOLA	GLICOSE 25% AMPOLA 10 ML
424	200	AMPOLA	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML
425	50	AMPOLA	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 100MG/ML AMPOLA 10 ML
427	50	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML
429	50	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML
430	50	AMPOLA	HIDRALAZINA 20 MG/ML AMPOLA 1 ML
431	5000	COMPRIMIDO	HIDRALAZINA 25MG
432	2000	COMPRIMIDO	HIDRALAZINA 50MG
433	300	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL
434	400	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL
436	30	FRASCO	HIPROMELOSE 0,3% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 15 ML
450	250	FRASCO	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML
451	30	FRASCO	LIDOCAÍNA + EPINEFRINA 2% (20MG/ML) FRASCO 20 ML
453	5	FRASCO	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 10% 50 ML SPRAY
456	50	FRASCO	MANITOL 20% SISTEMA FECHADO SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML
480	50	AMPOLA	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML
481	50	AMPOLA	MIDAZOLAM 1MG/ML INJETÁVEL 5 ML
482	50	AMPOLA	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL 10 ML
484	200	AMPOLA	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML
486	3600	COMPRIMIDO	MORFINA 10 MG
494	20	AMPOLA	NITROGLICERINA 5 MG/ML AMPOLA 5 ML
495	10	AMPOLA	NITROPRUSSATO DE SÓDIO 50MG/ML (AMPOLA 1ML)
496	100	AMPOLA	NOREPINEFRINA 8MG/4ML (4MG DE NOREPINEFRINA BASE)
500	100	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG SOLUÇÃO INJETÁVEL
501	200	AMPOLA	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 2MG/ML AMPOLA 2 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

513	50	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML AMPOLA 2 ML
520	250	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML
523	50	AMPOLA	PROTAMINA 50MG/5ML 1000 UI/ML (5ML)
524	900	AMPOLA	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML
527	50	FRASCO	RIFAMICINA 10 MG/ML 20 ML SPRAY
529	50	FRASCO	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO DE SÓDIO SISTEMA FECHADO COM 500 ML
534	5000	COMPRIMIDO	SIMETICONA 40MG
537	1000	AMPOLA	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA
538	2200	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 100ML SISTEMA FECHADO
539	3300	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
540	2300	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
541	300	FRASCO	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
542	300	FRASCO	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
543	200	FRASCO	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
544	200	FRASCO	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
551	20	AMPOLA	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJETÁVEL 10 ML
552	100	SUPOSITÓRIO	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA (GLICEROL 95%) INFANTIL CAIXA COM 12 UNIDADES
553	30	FRASCO AMPOLA	SUXAMETÔNIO (CLORETO) 500 MG/ML AMPOLA 10 ML
566	100	FRASCO	TOBRAMICINA 3MG COLIRIO 5 ML
567	500	AMPOLA	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML

3.1.2.5 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Vinte e Oito de Agosto, nº 2.043, Centro, CEP 89.270-000, na cidade de Guaramirim, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Lauro Frohlich:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
275	1.000	COMPRIMIDO	ACETAZOLAMIDA 250MG
297	200	COMPRIMIDO	ANASTROZOL 1MG
303	1.000	COMPRIMIDO	BACLOFENO 10 MG
345	500	COMPRIMIDO	CLOBAZAM 20MG
376	200	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
380	100	AMPOLA	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML AMPOLA 10 ML
382	200	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
390	300	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML
419	1.000	COMPRIMIDO	GABAPENTINA 300 MG
426	5	SERINGA PREENCHIDA	GOSERELINA (ACETATO) 10,8MG
433	300	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL
434	300	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL
471	200	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

493	100	BISNAGA	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO
558	300	AMPOLA	TENOXICAM 20MG PÓ LIÓFILO
559	200	AMPOLA	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML
567	200	AMPOLA	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML

3.1.2.6 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 81.140.303/0001-00, com sede na Rua Mariana Michel Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000, na cidade de Itapoá, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sérgio Ferreira de Aguiar:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
280	100	AMPOLA	ADENOSINA 6MG/ML , AMPOLA COM 2 ML
282	6.000	AMPOLA	AGUA DESTILADA , AMPOLA COM 10 ML
285	10.000	COMPRIMIDO	ALPRAZOLAM 0,5 MG CP
288	30	F/A	ALTEPLASE (ATIVADOR TISSULAR DO PLASMINOGÊNIO) 50MG
291	350	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML
292	250	AMPOLA	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML
300	300	AMPOLA	ATROPINA (SULFATO) 0,50MG/ML, AMPOLA 1 ML
306	100	FRASCO	BENZILPENICILINA POTASSICA 5.000.000 UI + DILUENTE
308	75	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - AMPOLA 10 ML
321	600	FRASCO	CEFAZOLINA SÓDICA 1G
326	800	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV
327	1.000	FRASCO-AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETAVEL
328	2.100	AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML
347	500	COMPRIMIDO	CLONIDINA CLORIDRATO 0,1 MG
348	100	AMPOLA	CLONIDINA CLORIDRATO 0,15 MG/ML AMPOLA 1 ML
350	25	BISNAGA	CLORANFENICOL 5MG + ACETATO DE RETINOL 10.000UI + AMINOÁCIDOS 25MG + METIONINA 5MG POMADA OFTÁLMICA 3,5 G
351	150	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% AMPOLA 10 ML
354	120	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% AMPOLA 10 ML
355	150	AMPOLA	CLORPROMAZINA 5MG SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5 ML
359	1.500	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
365	50	AMPOLA	DESLANOSÍDEO 0,4MG/ML AMPOLA 2 ML
370	1.000	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 2MG/ML INJETAVEL AMPOLA 1 ML
371	2.000	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML
376	400	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
377	2.600	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
380	50	AMPOLA	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML AMPOLA 10 ML
381	500	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO 50 MG + 50 MG/ML - AMPOLA 1ML
382	3.000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
384	300	AMPOLA	DOBUTAMINA (CLORIDRATO) 12,5MG/ML AMPOLA 20 ML
387	400	AMPOLA	DOPAMINA (CLORIDRATO) 5 MG/ML AMPOLA 10 ML
390	500	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

394	700	AMPOLA	ESCOLPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML
395	2.000	AMPOLA	ESCOLPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML
396	250	FRASCO	ESCOLPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA 20 ML GOTAS
397	120	AMPOLA	ETILEFRINA (CLORIDRATO) 10 MG/ML AMPOLA 1 ML
403	100	AMPOLA	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML AMPOLA 5 ML
404	150	AMPOLA	FENOBARBITAL 200 MG/ML AMPOLA 1 ML
405	300	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML
406	150	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
410	150	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG AMPOLA 1 ML
417	75	FRASCO	FOSFATO SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6% FRASCO 120 ML
418	800	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
422	400	AMPOLA	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)
423	300	AMPOLA	GLICOSE 25% AMPOLA 10 ML
424	400	AMPOLA	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML
425	250	AMPOLA	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 100MG/ML AMPOLA 10 ML
427	200	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML
429	250	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML
430	500	AMPOLA	HIDRALAZINA 20 MG/ML AMPOLA 1 ML
433	580	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
434	750	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
450	500	FRASCO	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML
451	150	FRASCO	LIDOCAÍNA + EPINEFRINA 2% (20MG/ML) FRASCO 20 ML
452	350	AMPOLA	LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 TUBETE 1,8 ML
453	15	FRASCO	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 10% 50 ML SPRAY
456	25	FRASCO	MANITOL 20% SISTEMA FECHADO SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML
466	150	AMPOLA	METILERGOMETRINA, MALEATO 0,2 MG/ML AMPOLA 1 ML
471	4.500	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML
472	400	AMPOLA	METOPROLOL (TARTARATO) 1 MG/ML USO HOSPITAL AMPOLA 5 ML
480	500	AMPOLA	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML
482	300	AMPOLA	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL 10 ML
484	1.000	AMPOLA	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML
494	200	AMPOLA	NITROGLICERINA 5 MG/ML AMPOLA 5 ML
496	150	AMPOLA	NOREPINEFRINA 8MG/4ML (4MG DE NOREPINEFRINA BASE)
497	100	AMPOLA	OCITOCINA 5UI/ML AMPOLA 1 ML
500	2.000	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG SOLUÇÃO INJETÁVEL
501	1.000	AMPOLA	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 2MG/ML AMPOLA 2 ML
513	200	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML AMPOLA 2 ML
520	600	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML
524	1.500	AMPOLA	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML
527	150	FRASCO	RIFAMICINA 10 MG/ML 20 ML SPRAY
529	150	FRASCO	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO DE SÓDIO SISTEMA FECHADO COM 500 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

537	500	AMPOLA	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA
538	3.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 100ML SISTEMA FECHADO
539	3.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
540	3.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
541	500	FRASCO	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
542	500	FRASCO	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
543	300	FRASCO	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
544	300	FRASCO	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
551	125	AMPOLA	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJETÁVEL 10 ML
552	240	SUPPOSITÓRIO	SUPPOSITÓRIO DE GLICERINA (GLICEROL 95%) INFANTIL CAIXA COM 12 UNIDADES
553	30	FRASCO AMPOLA	SUXAMETÔNIO (CLORETO) 500 MG/ML AMPOLA 10 ML
559	150	AMPOLA	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML
561	25	FRASCO	TETRACAÍNA (CLORIDRATO) ASSOCIADO COM FENILEFRINA (CLORIDRATO) + ÁCIDO BÓRICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML
566	150	FRASCO	TOBRAMICINA 3MG COLÍRIO 5 ML
567	2.500	AMPOLA	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML
568	3.000	COMPRIMIDO	TRAMADOL (CLORIDRATO) 100MG
581	500	AMPOLA	VITAMINA C (ÁCIDO ASCORBICO) 100 MG/ML 5 ML SOL INJ

3.1.2.7 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.459/0001-23, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 1.111, na cidade de Jaraguá do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Dieter Janssen:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
280	600	AMPOLA	ADENOSINA 6MG/ML , AMPOLA COM 2 ML
291	800	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML
292	500	AMPOLA	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML
300	500	AMPOLA	ATROPINA (SULFATO) 0,50MG/ML, AMPOLA 1 ML
303	2.000	COMPRIMIDO	BACLOFENO 10 MG
313	1.000	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2 ML
328	1.000	AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML
354	1.000	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% AMPOLA 10 ML
357	10.000	COMPRIMIDO	COLCHICINA 0,5MG
370	600	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 2MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 1 ML
371	600	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML
376	1.000	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
377	5.000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
382	4.000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
390	2.000	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML
394	2.000	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

395	2.000	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML
396	500	FRASCO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA 20 ML GOTAS
403	600	AMPOLA	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML AMPOLA 5 ML
404	500	AMPOLA	FENOBARBITAL 200 MG/ML AMPOLA 1 ML
418	1.000	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
419	2.000	COMPRIMIDO	GABAPENTINA 300 MG
424	3.000	AMPOLA	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML
427	1.000	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML
433	1.000	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
434	1.000	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
444	300	FRASCO	IPRATROPIO + FENOTEROL AEROSOL 15ML
446	600	AMPOLA	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 10MG/ML AMPOLA 1 ML
482	600	AMPOLA	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL 10 ML
496	2.000	AMPOLA	NOREPINEFRINA 8MG/4ML (4MG DE NOREPINEFRINA BASE)
520	3.000	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML
524	300	AMPOLA	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML
567	2.000	AMPOLA	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML
574	5.000	AMPOLA	VARFARINA 2,5MG

3.1.2.8 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE JOINVILLE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.169.623/0001-10, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, CEP 89.201-910, na cidade de Joinville, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Udo Döhler:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
280	200	AMPOLA	ADENOSINA 6MG/ML , AMPOLA COM 2 ML
290	250	AMPOLA	AMICACINA (SULFATO) 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML
291	500	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML
292	400	AMPOLA	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML
294	200	FRASCO-AMPOLA	AMPICILINA 1G INJETÁVEL
300	1.000	AMPOLA	ATROPINA (SULFATO) 0,50MG/ML, AMPOLA 1 ML
306	50	FRASCO	BENZILPENICILINA POTASSICA 5.000.000 UI + DILUENTE
308	250	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - AMPOLA 10 ML
309	150	AMPOLA	BIPERIDENO (LACTATO) 5MG/ML AMPOLA 1 ML
326	3.000	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV
327	20.000	FRASCO-AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETAVEL
334	30	FRASCO	CICLOPENTOLATO 1% SOLUÇÃO OFTALMOLOGICA FRASCO 5 ML
350	60	BISNAGA	CLORANFENICOL 5MG + ACETATO DE RETINOL 10.000UI + AMINOÁCIDOS 25MG + METIONINA 5MG POMADA OFTÁLMICA 3,5 G
351	300	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% AMPOLA 10 ML
355	150	AMPOLA	CLORPROMAZINA 5MG SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5 ML
358	240	SACHÊ	COLESTIRAMINA 4G
359	6.000	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
365	100	AMPOLA	DESLANOSÍDEO 0,4MG/ML AMPOLA 2 ML
370	800	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 2MG/ML INJETAVEL AMPOLA 1 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

371	4.000	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML
376	1.000	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
377	12.000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
380	4.600	AMPOLA	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML AMPOLA 10 ML
381	500	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO 50 MG + 50 MG/ML - AMPOLA 1ML
382	22.000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
383	4.500	AMPOLA	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML AMPOLA 1 ML
384	150	AMPOLA	DOBUTAMINA (CLORIDRATO) 12,5MG/ML AMPOLA 20 ML
387	350	AMPOLA	DOPAMINA (CLORIDRATO) 5 MG/ML AMPOLA 10 ML
390	1.600	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML
394	1.800	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML
395	12.000	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML
396	80	FRASCO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA 20 ML GOTAS
402	20	FRASCO	FENILEFRINA (CLORIDRATO) 10% SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML
403	600	AMPOLA	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML AMPOLA 5 ML
404	300	AMPOLA	FENOBARBITAL 200 MG/ML AMPOLA 1 ML
406	600	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
410	200	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG AMPOLA 1 ML
413	50	AMPOLA	FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA 5 ML
415	40	FRASCO	FLUORESCINA 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 3 ML
417	450	FRASCO	FOSFATO SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6% FRASCO 120 ML
418	4.000	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
422	200	AMPOLA	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)
424	1.400	AMPOLA	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML
425	400	AMPOLA	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 100MG/ML AMPOLA 10 ML
427	350	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML
428	250	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 25.000 UI/5ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML
429	250	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML
433	3.000	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL
434	5.000	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL
450	500	FRASCO	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML
451	1.200	FRASCO	LIDOCAÍNA + EPINEFRINA 2% (20MG/ML) FRASCO 20 ML
452	6.000	AMPOLA	LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 TUBETE 1,8 ML
453	15	FRASCO	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 10% 50 ML SPRAY
459	10.000	AMPOLA	MEPIVACAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 SOL INJETÁVEL 1,8ML
460	2.000	AMPOLA	MEPIVACAÍNA 3% SOL INJETÁVEL 1,8 ML
471	12.000	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML
472	100	AMPOLA	METOPROLOL (TARTARATO) 1 MG/ML USO HOSPITAL AMPOLA 5 ML
480	350	AMPOLA	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

481	350	AMPOLA	MIDAZOLAM 1MG/ML INJETÁVEL 5 ML
484	3.500	AMPOLA	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML
487	120	FRASCO	MORFINA (SULFATO) 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL
490	1.000	AMPOLA	NALBUFINA CLORIDRATO 10MG/ML AMPOLA 1 ML
513	500	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML AMPOLA 2 ML
514	10	FRASCO	PILOCARPINA (CLORIDRATO) 2% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML
518	10	BISNAGA	PRILOCAINA 25MG/G COM LIDOCAINA 25 MG/GR – BISNAGA + BANDAGEM OCLUSIVA
519	7.000	AMPOLA	PRILOCAINA 3% + FELIPRESSINA 0,03 UI/ML SOL INJ 1,8 ML
520	2.300	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML
524	8.000	AMPOLA	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML
551	400	AMPOLA	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJETÁVEL 10 ML
553	50	FRASCO-AMPOLA	SUXAMETÔNIO (CLORETO) 500 MG/ML AMPOLA 10 ML
558	200	AMPOLA	TENOXICAM 20MG PÓ LIÓFILO
559	800	AMPOLA	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML
561	30	FRASCO	TETRACAINA (CLORIDRATO) ASSOCIADO COM FENILEFRINA (CLORIDRATO) + ÁCIDO BÓRICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML
567	1.200	AMPOLA	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML
571	10	FRASCO	TROPICAMIDA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML

3.1.2.9 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº83.102.756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, Centro, CEP 89.295-000, na cidade de Rio Negrinho, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Alcides Grohskopf:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
313	1.000	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2 ML
376	100	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
377	4.500	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
382	1.500	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
383	3.500	AMPOLA	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML AMPOLA 1 ML
390	50	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML
394	1.000	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML
418	200	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
423	100	AMPOLA	GLICOSE 25% AMPOLA 10 ML
424	100	AMPOLA	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML
433	100	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL
434	100	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL
471	1.500	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML
487	150	FRASCO	MORFINA (SULFATO) 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL
500	250	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG SOLUÇÃO INJETÁVEL
520	150	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

3.1.2.10 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 08.281.643/0001-62, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, CEP 89.280-902, na cidade de São Bento do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Fernando Tureck:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
282	3.000	AMPOLA	AGUA DESTILADA, AMPOLA COM 10 ML
291	600	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML
292	600	AMPOLA	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML
326	600	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV
327	600	FRASCO-AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETAVEL
328	600	AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML
355	300	AMPOLA	CLORPROMAZINA 5MG SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5 ML
359	1.200	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
371	600	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML
376	300	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
377	6.000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
380	300	AMPOLA	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML AMPOLA 10 ML
382	1.200	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
390	120	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML
394	600	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML
395	900	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML
396	10	FRASCO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA 20 ML GOTAS
403	300	AMPOLA	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML AMPOLA 5 ML
405	120	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML
410	300	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG AMPOLA 1 ML
418	600	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
423	600	AMPOLA	GLICOSE 25% AMPOLA 10 ML
424	600	AMPOLA	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML
427	300	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML
429	300	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML
433	600	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
434	600	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
436	300	FRASCO	HIPROMELOSE 0,3% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 15 ML
446	300	AMPOLA	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 10MG/ML AMPOLA 1 ML
456	600	FRASCO	MANITOL 20% SISTEMA FECHADO SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML
471	1.500	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML
480	300	AMPOLA	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML
484	120	AMPOLA	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML
487	300	FRASCO	MORFINA (SULFATO) 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL
502	300	AMPOLA	ONDANSETRONA 8MG/ML AMPOLA 4 ML
520	600	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

524	600	AMPOLA	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML
558	300	AMPOLA	TENOXICAM 20MG PÓ LIÓFILO
559	300	AMPOLA	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML
567	300	AMPOLA	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML

3.1.2.11 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.491/0001-09, com sede na Rua Mal. Castelo Branco, nº 3.201, Centro, CEP 89.275-000, na cidade de Schroeder, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Osvaldo Jurck:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
291	50	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML
292	50	AMPOLA	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML
309	30	AMPOLA	BIPERIDENO (LACTATO) 5MG/ML AMPOLA 1 ML
359	100	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
371	500	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML
376	50	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
377	1.000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
380	500	AMPOLA	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML AMPOLA 10 ML
382	1.000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
390	150	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML
394	500	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML
395	200	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML
418	150	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
427	50	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML
429	20	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML
433	300	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
434	300	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
471	1.000	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML
480	50	AMPOLA	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML
484	20	AMPOLA	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML
520	300	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML
524	300	AMPOLA	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML
559	50	AMPOLA	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML
566	1.000	FRASCO	TOBRAMICINA 3MG COLIRIO 5 ML
567	500	AMPOLA	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML

3.1.2.12 Órgão Participante: **HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO**, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, integrante da administração indireta do Município de Guaramirim, CNPJ nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, nº 05, Centro, CEP 89.270-000, na cidade de Guaramirim, SC, representado por sua Gestora, Sra. Márcia Adriana Priesse:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
276	500	AMPOLA	ACETILCISTEÍNA 10% 300MG/ML IV
277	1.000	F/A	ACICLOVIR 250MG/10ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

279	200	AMPOLA	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG , AMPOLA COM 5 ML
280	200	AMPOLA	ADENOSINA 6MG/ML , AMPOLA COM 2 ML
282	20.000	AMPOLA	ÁGUA DESTILADA , AMPOLA COM 10 ML
283	100	F/A	ALBUMINA HUMANA 20% (50ML)
284	100	AMPOLA	ALFENTANIL 0,5MG/ML, AMPOLA COM 5ML
288	80	F/A	ALTEPLASE (ATIVADOR TISSULAR DO PLASMINOGÊNIO) 50MG
289	500	AMPOLA	AMICACINA (SULFATO) 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML
291	2.000	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML
292	600	AMPOLA	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML
293	1.000	F/A	AMPICILINA 1G + SULBACTAM 0,5G
294	1.000	FRASCO-AMPOLA	AMPICILINA 1G INJETÁVEL
299	100	AMPOLA	ATRACÚRIO (BESILATO) 10MG/ML, AMPOLA 2,5ML
301	50	FRASCO	ATROPINA (SULFATO) 1% COLÍRIO 3ML
306	3.000	FRASCO	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UI + DILUENTE
308	500	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - AMPOLA 10 ML
309	100	AMPOLA	BIPERIDENO (LACTATO) 5MG/ML AMPOLA 1 ML
310	1.000	COMPRIMIDO	BISACODIL 5MG
312	50	FRASCO	BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
313	5.000	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2 ML
314	200	AMPOLA	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 0,5% (AMPOLA 4ML)
316	100	F/A	BUPIVACAÍNA 0,5% (20ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL
317	100	F/A	BUPIVACAÍNA + EPINEFRINA 0,5% (20ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL
321	1.000	FRASCO	CEFALOTINA SÓDICA 1G
322	200	F/A	CEFEPIME 1G
325	500	F/A	CEFTAZIDIMA 1G
326	25.000	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV
327	15.000	FRASCO-AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETÁVEL
328	6.000	AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML
338	2.000	F/A	CIPROFLOXACINA 200MG/100ML
344	3.000	AMPOLA	CLINDAMICINA 150MG/ML (4ML)
345	100	COMPRIMIDO	CLOBAZAM 20MG
348	200	AMPOLA	CLONIDINA CLORIDRATO 0,15 MG/ML AMPOLA 1 ML
350	100	BISNAGA	CLORANFENICOL 5MG + ACETATO DE RETINOL 10.000UI + AMINOÁCIDOS 25MG + METIONINA 5MG POMADA OFTÁLMICA 3,5 G
351	1.000	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% AMPOLA 10 ML
353	800	DRÁGEA	CLORETO DE POTÁSSIO.. 600MG (8MEQ DE K+)
354	1.000	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% AMPOLA 10 ML
355	200	AMPOLA	CLORPROMAZINA 5MG SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML
356	100	TUBO	COLAGENASE 0,6 1,2 UI/G (30G)
359	2.000	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
360	500	AMPOLA	COMPLEXO COLOIDAL DE SACARATO DE HIDRÓXIDO DE FERRO III 2500 MG* ÁGUA BIDEISTILADA Q.S.P. 5 ML * EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO (III) – NORIPURUM EV AMPOLA 5 ML
365	500	AMPOLA	DESLANOSÍDEO 0,4MG/ML AMPOLA 2 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

371	8.000	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML
375	200	F/A	DEXTROCETAMINA 50MG/ML (FRASCO 10ML)
376	2.000	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
377	6.000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
380	5.000	AMPOLA	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML AMPOLA 10 ML
382	30.000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
383	500	AMPOLA	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML AMPOLA 1 ML
384	300	AMPOLA	DOBUTAMINA (CLORIDRATO) 12,5MG/ML AMPOLA 20 ML
387	300	AMPOLA	DOPAMINA (CLORIDRATO) 5 MG/ML AMPOLA 10 ML
390	600	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML
394	6.000	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML
398	100	AMPOLA	ETOMIDATO 2MG/ML (AMPOLA 10ML)
403	400	AMPOLA	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML AMPOLA 5 ML
404	300	AMPOLA	FENOBARBITAL 200 MG/ML AMPOLA 1 ML
405	600	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML
406	300	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
410	300	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG AMPOLA 1 ML
413	50	AMPOLA	FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA 5 ML
417	600	FRASCO	FOSFATO SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6% FRASCO 120 ML
418	8.000	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
422	500	AMPOLA	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)
423	500	AMPOLA	GLICOSE 25% AMPOLA 10 ML
424	500	AMPOLA	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML
425	500	AMPOLA	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 100MG/ML AMPOLA 10 ML
427	500	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML
429	300	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML
430	200	AMPOLA	HIDRALAZINA 20 MG/ML AMPOLA 1 ML
433	1.000	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL
434	5.000	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL
438	300	F/A	IMIPENEM 500MG + CILASTATINA 500MG
440	50	F/A	INSULINA HUMANA NPH 100 U/ML (10ML)
441	50	F/A	INSULINA HUMANA REGULAR 100 U/ML (10ML)
445	100	FRASCO	ISOFLURANO 240ML
446	200	AMPOLA	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 10MG/ML AMPOLA 1 ML
450	500	FRASCO	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML
451	200	FRASCO	LIDOCAÍNA + EPINEFRINA 2% (20MG/ML) FRASCO 20 ML
452	100	AMPOLA	LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 TUBETE 1,8 ML
456	500	FRASCO	MANITOL 20% SISTEMA FECHADO SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML
466	150	AMPOLA	METARAMINOL (BITARTARATO) 10MG/ML (AMPOLA 1ML)
471	10.000	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

472	100	AMPOLA	METOPROLOL (TARTARATO) 1 MG/ML USO HOSPITAL AMPOLA 5 ML
476	800	F/A	METRONIDAZOL 500MG/100ML EV
480	600	AMPOLA	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML
481	200	AMPOLA	MIDAZOLAM 1MG/ML INJETÁVEL 5 ML
482	200	AMPOLA	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL 10 ML
484	2.000	AMPOLA	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML
485	2.000	AMPOLA	MORFINA 0,2MG/ML (1ML)
491	200	AMPOLA	NEOSTIGMINA 0,5MG/1ML
494	100	AMPOLA	NITROGLICERINA 5 MG/ML AMPOLA 5 ML
495	200	AMPOLA	NITROPRUSSATO DE SÓDIO 50MG/ML (AMPOLA 1ML)
496	400	AMPOLA	NOREPINEFRINA 8MG/4ML (4MG DE NOREPINEFRINA BASE)
500	6.000	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG SOLUÇÃO INJETÁVEL
501	1.000	AMPOLA	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 2MG/ML AMPOLA 2 ML
503	8.000	F/A	OXACILINA 500MG
509	100	AMPOLA	PANCURÔNIO (BROMETO) 2MG/ML (2ML)
513	200	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML AMPOLA 2 ML
515	300	F/A	PIPERACILINA + TAZOBACTAM 4,5G
516	100	ENVELOPE	POLISTIRENOSSULFONATO DE CÁLCIO 900MG/G (30G)
520	1.000	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML
521	200	AMPOLA	PROPOFOL 10MG/ML (20ML) EMULSÃO INJETÁVEL
523	100	AMPOLA	PROTAMINA 50MG/5ML 1000 UI/ML (5ML)
524	4.000	AMPOLA	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML
526	200	AMPOLA	RETINOL (VITAMINA A) 1ML
527	50	FRASCO	RIFAMICINA 10 MG/ML 20 ML SPRAY
530	100	F/A	ROCURÔNIO (BROMETO) 50MG/5ML
532	100	AMPOLA	ROPIVACAÍNA 1% 10MG/ML (20ML)
533	1.000	FRASCO	SEVOFLURANO 250ML
545	200	AMPOLA	SUFENTANILA 50MCG/ML (1ML) IV
548	600	AMPOLA	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400/80MG EV 5ML
550	500	AMPOLA	SULFATO DE EFEDRINA 50MG/1ML
551	500	AMPOLA	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJETÁVEL 10 ML
553	200	FRASCO AMPOLA	SUXAMETÔNIO (CLORETO) 500 MG/ML AMPOLA 10 ML
558	300	AMPOLA	TENOXICAM 20MG PÓ LIÓFILO
559	1.000	AMPOLA	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML
561	150	FRASCO	TETRACAÍNA (CLORIDRATO) ASSOCIADO COM FENILEFRINA (CLORIDRATO) + ÁCIDO BÓRICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML
567	10.000	AMPOLA	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML
573	300	AMPOLA	VANCOMICINA 500MG

3.1.2.13 Órgão Participante: **HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ**, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, integrante da administração indireta do Município de Joinville, CNPJ nº 84.703.248/0001-09, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 238, Centro, CEP 89.202-000, na cidade de Joinville, SC, representado por seu Diretor Presidente, Sr. Paulo Manoel de Souza:

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
275	1.000	COMPRIMIDO	ACETAZOLAMIDA 250MG
276	250	AMPOLA	ACETILCISTEÍNA 10% 300MG/ML IV
277	3.000	F/A	ACICLOVIR 250MG/10ML
278	2.500	F/A	ÁCIDO FOLÍNICO 50MG
279	1.000	AMPOLA	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG , AMPOLA COM 5 ML
280	100	AMPOLA	ADENOSINA 6MG/ML , AMPOLA COM 2 ML
281	15.000	AMPOLA	ÁGUA DESTILADA AMPOLA PLÁSTICA 20ML
282	35.000	AMPOLA	AGUA DESTILADA , AMPOLA COM 10 ML
283	1.000	F/A	ALBUMINA HUMANA 20% (50ML)
284	400	AMPOLA	ALFENTANILA 0,5MG/ML, AMPOLA COM 5ML
285	600	COMPRIMIDO	ALPRAZOLAM 0,5 MG CP
286	300	AMPOLA	ALPROSTADIL 20MCG IV
287	100	F/A	ALTEPLASE (ATIVADOR TISSULAR DO PLASMINOGÊNIO) 20MG
288	100	F/A	ALTEPLASE (ATIVADOR TISSULAR DO PLASMINOGÊNIO) 50MG
289	2.000	AMPOLA	AMICACINA (SULFATO) 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML
291	100	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML
292	1.200	AMPOLA	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML
294	1.200	FRASCO-AMPOLA	AMPICILINA 1G INJETÁVEL
295	15.000	F/A	AMPICILINA 2G + SULBACTAM 1G
296	7.000	CÁPSULA	ANAGRELIDA 0,5MG
297	50.000	COMPRIMIDO	ANASTROZOL 1MG
298	800	F/A	ANFOTERICINA B 50MG/10ML
299	400	AMPOLA	ATRACÚRIO (BESILATO) 10MG/ML, AMPOLA 2,5ML
300	2.500	AMPOLA	ATROPINA (SULFATO) 0,50MG/ML, AMPOLA 1 ML
301	100	FRASCO	ATROPINA (SULFATO) 1% COLÍRIO 3ML
302	200	F/A	AZITROMICINA 500MG EV
303	1.000	COMPRIMIDO	BACLOFENO 10 MG
304	120	FRASCO	BASILIXIMAB 20MG/5ML
305	200	FRASCO	BENZIDAMIDA 1,5MG/ML, FRASCO 150ML
306	500	FRASCO	BENZILPENICILINA POTASSICA 5.000.000 UI + DILUENTE
307	6.000	COMPRIMIDO	BICALUTAMIDA 50MG
308	600	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - AMPOLA 10 ML
309	50	AMPOLA	BIPERIDENO (LACTATO) 5MG/ML AMPOLA 1 ML
310	2.500	COMPRIMIDO	BISACODIL 5MG
311	150	F/A	BLEOMICINA 15U
312	120	FRASCO	BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
313	5.000	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2 ML
314	1.200	AMPOLA	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 0,5% (AMPOLA 4ML)
315	200	AMPOLA	BUPIVACAÍNA + ISOBÁRICA 0,5% (AMPOLA 4ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL
316	100	F/A	BUPIVACAÍNA 0,5% (20ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL
317	100	F/A	BUPIVACAÍNA + EPINEFRINA 0,5% (20ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

318	600	CÁPSULA	CALCITRIOL (VITAMINA D3) 0,25MCG
319	15.327	COMPRIMIDO	CAPECITABINA 500MG
320	600	F/A	CARBOPLATINA 150MG/15ML
321	9.000	FRASCO	CEFAZOLINA SÓDICA 1G
322	600	F/A	CEFEPIME 1G
323	2.500	F/A	CEFEPIME 2G
324	300	F/A	CEFOXITINA SÓDICA 1G
325	800	F/A	CEFTAZIDIMA 1G
326	1.500	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV
327	30.000	FRASCO-AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETAVEL
328	2.000	AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML
329	1.000	COMPRIMIDO	CETOPROFENO COMPRIMIDO 100MG
330	1.500	CÁPSULA	CETOPROFENO 50MG
331	150	AMPOLA	CIANOCOBALAMINA (VITAMINA B12/HIDROXICOBALAMINA) 5000MCG/2ML
332	700	F/A	CICLOFOSFAMIDA 1000MG
333	1.000	DRÁGEA	CICLOFOSFAMIDA 50MG
334	50	FRASCO	CICLOPENTOLATO 1% SOLUÇÃO OFTALMOLOGICA FRASCO 5 ML
335	600	CÁPSULA	CICLOSPORINA 100MG
336	1.200	CÁPSULA	CICLOSPORINA 25MG
337	1.000	CÁPSULA	CICLOSPORINA 50MG
338	5.000	F/A	CIPROFLOXACINO 200MG/100ML
339	12.000	COMPRIMIDO	CIPROTERONA (ACETATO) 50MG
340	500	AMPOLA	CISATRACÚRIO (BESILATO) 2MG/ML (10ML)
341	600	F/A	CISPLATINA 50MG
342	150	F/A	CITARABINA 100MG
343	1.000	F/A	CITARABINA 500MG
344	4.000	AMPOLA	CLINDAMICINA 150MG/ML (4ML)
345	120	COMPRIMIDO	CLOBAZAM 20MG
346	50	BISNAGA	CLOBETASOL (PROPIONATO) 0,5MG/G POMADA 30 GR
347	6.000	COMPRIMIDO	CLONIDINA CLORIDRATO 0,1 MG
348	6.000	AMPOLA	CLONIDINA CLORIDRATO 0,15 MG/ML AMPOLA 1 ML
349	2.000	COMPRIMIDO	CLORAMBUCILA 2MG
350	600	BISNAGA	CLORANFENICOL 5MG + ACETATO DE RETINOL 10.000UI + AMINOÁCIDOS 25MG + METIONINA 5MG POMADA OFTÁLMICA 3,5 G
351	6.000	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% AMPOLA 10 ML
352	600	FRASCO	CLORETO DE POTÁSSIO XAROPE 6% 100ML
353	300	DRÁGEA	CLORETO DE POTÁSSIO.. 600MG (8MEQ DE K+)
354	6.000	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% AMPOLA 10 ML
355	300	AMPOLA	CLORPROMAZINA 5MG SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5 ML
356	1.000	TUBO	COLAGENASE 0,6 1,2 UI/G (30G)
357	120	COMPRIMIDO	COLCHICINA 0,5MG
358	400	SACHES	COLESTIRAMINA 4G
359	15.000	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

360	200	AMPOLA	COMPLEXO COLOIDAL DE SACARATO DE HIDRÓXIDO DE FERRO III 2500 MG* ÁGUA BIDESTILADA Q.S.P. 5 ML * EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO (III) – NORIPURUM EV AMPOLA 5 ML
361	30	F/A	COMPLEXO PROTROMBÍNICO 500 UI (20ML)
362	300	F/A	DACARBAZINA 200MG
363	24	F/A	DANTROLENE 20MG
364	200	F/A	DAUNORRUBICINA 20MG
365	300	AMPOLA	DESLANOSÍDEO 0,4MG/ML AMPOLA 2 ML
366	50	FRASCO	DESMOPRESSINA (ACETATO) SOLUÇÃO NASAL 0,1MG/ML (FRASCO 2,5ML)
367	50	AMPOLA	DESMOPRESSINA. (ACETATO) 4MCG/ML (AMPOLA 1ML)
368	50	TUBO	DESONIDA 0,5MG/G (TUBO 30G) CREME
369	2.500	COMPRIMIDO	DESTILBENOL (DIETILESTILBESTROL) 1ML
370	10.000	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 2MG/ML INJETAVEL AMPOLA 1 ML
371	10.000	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML
372	50	FRASCO	DEXAMETASONA. + NEOMICINA + POLIMIXINA B SUSPENSÃO OFTÁLMICA 5ML
373	200	F/A	DEXMEDETOMIDINA (CLORIDRATO) 118MCG/ML (AMPOLA 2ML)
374	1.000	AMPOLA	DEXTROCETAMINA 50MG/ML (AMPOLA 2ML)
375	600	F/A	DEXTROCETAMINA 50MG/ML (FRASCO 10ML)
376	2.000	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
377	2.000	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
378	1.000	AMPOLA	DIFENIDRAMINA 50MG/ML (AMPOLA 1ML)
379	600	COMPRIMIDO	DILTIAZEM 60MG
380	6.000	AMPOLA	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML AMPOLA 10 ML
382	65.000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
383	50	AMPOLA	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML AMPOLA 1 ML
384	200	AMPOLA	DOBUTAMINA (CLORIDRATO) 12,5MG/ML AMPOLA 20 ML
385	300	F/A	DOCETAXEL 20MG
386	200	F/A	DOCETAXEL 80MG
387	600	AMPOLA	DOPAMINA (CLORIDRATO) 5 MG/ML AMPOLA 10 ML
388	800	F/A	DOXORRUBICINA 50MG
389	50	AMPOLA	DROPERIDOL 2,5MG/ML (AMPOLA 1ML)
390	2.500	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML
391	120	F/A	EPIRRUBICINA 50MG
392	1.500	F/A	ERITROPOETINA HUMANA 4000 U/ML
393	500	F/A	ERTAPENEM 1G
394	6.000	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML
398	400	AMPOLA	ETOMIDATO 2MG/ML (AMPOLA 10ML)
399	400	CÁPSULA	ETOPOSIDO 50MG
400	2.000	DRÁGEA	EXEMESTANO 25MG
401	250	F/A	EXTRATO METANÓLICO DE BCG (IMUNO BCG) 40MCG
402	50	FRASCO	FENILEFRINA (CLORIDRATO) 10% SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML
403	12.000	AMPOLA	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML AMPOLA 5 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

404	200	AMPOLA	FENOBARBITAL 200 MG/ML AMPOLA 1 ML
405	30.000	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML
406	10.000	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
407	600	COMPRIMIDO	FEXOFENADINA 60MG
408	12	FRASCO	FIBRINOGENIO HUMANO
409	1.500	F/A	FILGRASTIMA 300MCG/1ML
410	1.000	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG AMPOLA 1 ML
411	1.200	F/A	FLUCONAZOL 2MG/ML (100ML)
412	100	F/A	FLUDARABINA 50MG
413	100	AMPOLA	FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA 5 ML
414	50	TUBO	FLUCORTOLONA + CINCHOCAÍNA + CLEMIZOL POMADA 10G
415	50	FRASCO	FLUORESCINA 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 3 ML
416	1.000	F/A	FLUOROURACILA 2500MG/50ML
417	1.000	FRASCO	FOSFATO SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6% FRASCO 120 ML
418	10.000	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
419	2.500	COMPRIMIDO	GABAPENTINA 300 MG
420	2.500	BOLSA	GANCICLOVIR 500MG
421	600	F/A	GEMCITABINA 1000MG
422	1.500	AMPOLA	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)
424	7.000	AMPOLA	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML
425	2.000	AMPOLA	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 100MG/ML AMPOLA 10 ML
426	400	SERINGA PREENCHIDA	GOSERELINA (ACETATO) 10,8MG
427	4.000	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML
428	2.500	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 25.000 UI/5ML INJETAVEL AMPOLA 5 ML
429	60.000	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML
430	600	AMPOLA	HIDRALAZINA 20 MG/ML AMPOLA 1 ML
431	4.000	COMPRIMIDO	HIDRALAZINA 25MG
432	5.000	COMPRIMIDO	HIDRALAZINA 50MG
433	6.000	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
434	2.000	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
435	35.000	CÁPSULA	HIDROXICARBAMIDA 500MG (HIDROXIUREIA)
436	50	FRASCO	HIPROMELOSE 0,3% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 15 ML
437	1.000	F/A	IFOSFAMIDA 1000MG
438	2.000	F/A	IMIPENEM 500MG + CILASTATINA 500MG
439	500	F/A	IMUNOGLOBULINA. 5G
440	500	F/A	INSULINA HUMANA NPH 100 U/ML (10ML)
441	500	F/A	INSULINA HUMANA REGULAR 100 U/ML (10ML)
442	1.500	F/A	INTERFERON 10 MILHÕES ALFA 2B
443	2.000	F/A	INTERFERON 3 MILHÕES ALFA 2B
444	500	FRASCO	IPRATROPIO + FENOTEROL AEROSOL 15ML
445	50	FRASCO	ISOFLURANO 240ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

446	50	AMPOLA	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 10MG/ML AMPOLA 1 ML
447	5.000	COMPRIMIDO	LETROZOL 2,5MG
448	1.000	F/A	LEVOFLOXACINA 5MG/ML (100ML)
449	120	COMPRIMIDO	LEVOFLOXACINO 500MG
450	2.000	FRASCO	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML
451	2.500	FRASCO	LIDOCAÍNA + EPINEFRINA 2% (20MG/ML) FRASCO 20 ML
452	200	AMPOLA	LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 TUBETE 1,8 ML
453	120	FRASCO	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 10% 50 ML SPRAY
454	3.000	COMPRIMIDO	LORAZEPAM 1MG
455	3.000	COMPRIMIDO	LOSARTAN 25MG
456	2.000	FRASCO	MANITOL 20% SISTEMA FECHADO SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML
457	1.200	COMPRIMIDO	MEGESTROL 160MG
458	2.000	COMPRIMIDO	MELFALANO 2MG
461	2.000	COMPRIMIDO	MERCAPTOPURINA 50MG
462	8.000	F/A	MEROPENEM IV 1G
463	300	COMPRIMIDO	MESALAZINA 400MG
464	1.000	AMPOLA	MESNA 400MG/4ML
465	1.000	AMPOLA	METADONA 10MG/ML (AMPOLA 1ML)
466	1.000	AMPOLA	METARAMINOL (BITARTARATO) 10MG/ML (AMPOLA 1ML)
468	120	F/A	METILPREDNISOLONA. (ACETATO) 40MG/ML (2ML) INTRAMUSCULAR
469	200	F/A	METILPREDNISOLONA.. (SUCCINATO) 125MG/2ML
470	1.000	F/A	METILPREDNISOLONA... (SUCCINATO) 500MG/8ML
471	30.000	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML
472	1.000	AMPOLA	METOPROLOL (TARTARATO) 1 MG/ML USO HOSPITAL AMPOLA 5 ML
473	1.200	COMPRIMIDO	METOTREXATO 2,5 MG
474	200	F/A	METOTREXATO 500MG
475	100	F/A	METOTREXATO 50MG
476	4.000	F/A	METRONIDAZOL 500MG/100ML EV
477	200	F/A	MICAFUNGINA SÓDICA 100MG
478	2.000	CÁPSULA	MICOFENOLATO DE SÓDIO 180MG
479	15.000	CÁPSULA	MICOFENOLATO DE SÓDIO 360MG
480	10.000	AMPOLA	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML
481	4.000	AMPOLA	MIDAZOLAM 1MG/ML INJETÁVEL 5 ML
482	6.000	AMPOLA	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL 10 ML
483	100	F/A	MITOXANTRONA 2MG/ML (10ML)
484	10.000	AMPOLA	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML
485	1.000	AMPOLA	MORFINA 0,2MG/ML (1ML)
486	30.000	COMPRIMIDO	MORFINA 10 MG
487	120	FRASCO	MORFINA (SULFATO) 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL
488	200	BOLSA	MOXIFLOXACINA 400MG/250ML
489	200	TUBO	MUPIROCINA POMADA 20MG/G (15G)
491	3.000	AMPOLA	NEOSTIGMINA 0,5MG/1ML
492	10.000	COMPRIMIDO	NIMODIPINO 30MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

493	500	BISNAGA	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO
494	200	AMPOLA	NITROGLICERINA 5 MG/ML AMPOLA 5 ML
495	1.000	AMPOLA	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 50MG/ML (AMPOLA 1ML)
496	15.000	AMPOLA	NOREPINEFRINA 8MG/4ML (4MG DE NOREPINEFRINA BASE)
498	300	AMPOLA	OCTREOTIDA 100MCG (0,1MG/ML)
499	100	AMPOLA	OCTREOTIDA 500MCG (0,5MG/ML)
500	12.000	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG SOLUÇÃO INJETÁVEL
501	5.000	AMPOLA	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 2MG/ML AMPOLA 2 ML
502	15.000	AMPOLA	ONDANSETRONA 8MG/ML AMPOLA 4 ML
503	30.000	F/A	OXACILINA 500MG
504	300	F/A	OXALIPLATINA 100MG
505	200	F/A	OXALIPLATINA 50MG
506	600	F/A	PACLITAXEL. 300MG/50ML
507	500	F/A	PAMIDRONATO DISSÓDICO 90MG/10ML
508	120	CÁPSULA	PANCREATINA 25.000 U
509	100	AMPOLA	PANCURÔNIO (BROMETO) 2MG/ML (2ML)
510	50	AMPOLA	PAPAVÉRINA 50MG/ML (AMPOLA 2ML)
511	200	F/A	PENICILINA CRISTALINA. POTÁSSICA 1.000.000 UI
512	300	COMPRIMIDO	PENTOXIFILINA 400MG
513	1.000	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML AMPOLA 2 ML
514	50	FRASCO	PILOCARPINA (CLORIDRATO) 2% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML
515	20.000	F/A	PIPERACILINA + TAZOBACTAM 4,5G
516	2.000	ENVELOPE	POLIESTIRENOSSULFONATO DE CÁLCIO 900MG/G (30G)
517	3.000	F/A	POLIMIXINA 500.000 UI
520	500	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML
521	5.000	AMPOLA	PROPOFOL 10MG/ML (20ML) EMULSÃO INJETÁVEL
522	500	F/A	PROPOFOL 10MG/ML (50ML) EMULSÃO INJETÁVEL
523	200	AMPOLA	PROTAMINA 50MG/5ML 1000 UI/ML (5ML)
524	30.000	AMPOLA	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML
525	600	AMPOLA	REMIFENTANIL (CLORIDRATO) 2MG
526	50	AMPOLA	RETINOL (VITAMINA A) 1ML
528	300	CÁPSULA	RIFAMPICINA 300MG
529	6.000	FRASCO	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO DE SÓDIO SISTEMA FECHADO COM 500 ML
530	5.000	F/A	ROCURÔNIO (BROMETO) 50MG/5ML
531	500	AMPOLA	ROPIVACAÍNA 0,2% (2MG/ML) 20ML
532	1.500	AMPOLA	ROPIVACAÍNA 1% 10MG/ML (20ML)
533	250	FRASCO	SEVOFLURANO 250ML
534	4.500	COMPRIMIDO	SIMETICONA 40MG
535	120	DRÁGEA	SIROLIMUS 1MG
536	500	FRASCO	SOLUÇÃO SALINA BALANCEADA 500ML
537	15.000	AMPOLA	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA
538	150.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 100ML SISTEMA



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

			FECHADO
539	75.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
540	70.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
541	10.000	FRASCO	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
542	60.000	FRASCO	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
544	600	FRASCO	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
545	1.000	AMPOLA	SUFENTANILA 50MCG/ML (1ML) IV
546	200	AMPOLA	SUFENTANILA 5MCG/ML (2ML)
547	200	AMPOLA	SUGAMADEX SÓDICO 100MG/ML (2ML)
548	6.000	AMPOLA	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400/80MG EV 5ML
549	100	FRASCO	SULFATO DE BÁRIO 1G/ML (150ML) SUSPENSÃO ORAL
550	2.000	AMPOLA	SULFATO DE EFEDRINA 50MG/1ML
551	3.000	AMPOLA	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJETÁVEL 10 ML
553	300	FRASCO-AMPOLA	SUXAMETÔNIO (CLORETO) 500 MG/ML AMPOLA 10 ML
554	20.000	COMPRIMIDO	TACROLIMUS 1MG
555	2.000	AMPOLA	TACROLIMUS 5MG
556	70.000	AMPOLA	TAMOXIFENO 20MG
557	2.000	AMPOLA	TEICOPLANINA 400MG
558	15.000	AMPOLA	TENOXICAM 20MG PÓ LIÓFILO
559	1.500	AMPOLA	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML
560	100	AMPOLA	TERLIPRESSINA (ACETATO) 1MG/5ML IV
561	50	FRASCO	TETRACAÍNA (CLORIDRATO) ASSOCIADO COM FENILEFRINA (CLORIDRATO) + ÁCIDO BÓRICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML
562	500	AMPOLA	TIGECICLINA 50MG
563	600	AMPOLA	TIMOGLOBULINA IMUNOGLOBULINA ANTILINFÓCITOS (COELHO) 25MG/5ML
564	120	AMPOLA	TIOPIENTAL SÓDICO 1G
565	10	AMPOLA	TIROFIBANO 0,25MG/ML (50ML)
566	50	FRASCO	TOBRAMICINA 3MG COLÍRIO 5 ML
567	25.000	AMPOLA	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML
569	2.000	AMPOLA	TRETINOÍNA 10MG (ÁCIDO TRANSRETINOICO)
570	200	AMPOLA	TROMETAMINA (CETOROLACO) 30MG/1ML
571	50	FRASCO	TROPICAMIDA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML
572	2.000	COMPRIMIDO	VALGANCICLOVIR 450MG
573	5.000	AMPOLA	VANCOMICINA 500MG
574	2.000	AMPOLA	VARFARINA 2,5MG
575	200	AMPOLA	VASOPRESSINA 20 U/ML (1ML)
576	120	AMPOLA	VIMBLASTINA 10MG
577	300	AMPOLA	VINCISTINA 1MG/ML (1ML)
578	100	AMPOLA	VINORELBINA 50MG
579	600	AMPOLA	VITAMINA A + D + B2 + C + NIACINAMIDA + B6 + PANTENOL + VITAMINA E 5ML
580	300	AMPOLA	VITAMINA B1 + B6 + B12 5.000 U/3ML INTRAMUSCULAR EXCLUSIVO
582	50	AMPOLA	XILOMETAZOLINA (OXIMETAZOLINA) 1% GOTAS 15ML



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

3.2 Total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes:

3.2.1 Elenco padronizado de medicamentos da **Farmácia Básica**:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
1	20.150	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO COM 120 ML
2	14.120	FRASCO	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 10MG/ML, FRASCO COM 120 ML
3	142.200	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 200MG
4	8.300	COMPRIMIDO	ACICLOVIR 400MG
5	2.230	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G
6	6.458.020	COMPRIMIDO	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG
7	703.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5MG
8	11.700	COMPRIMIDO	ÁCIDO FOLÍNICO 15 MG (FOLINATO DE CÁLCIO)
9	289.500	COMPRIMIDO/CAPS	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG
10	14.930	FRASCOS	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML
11	838.849	CAPSULAS	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS
12	48.070	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP
13	48.665	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML
14	290.730	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG
15	327.500	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100MG
16	277.600	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 300MG
17	4.890	FRASCO	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30MG/5ML XAROPE , FRASCO COM 120 ML
18	238.520	COMPRIMIDO	AMINOFILINA 100MG
19	250.100	COMPRIMIDO	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG
20	3.320.380	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG
21	3.000	COMPRIMIDO	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 75MG
22	21.650	FRASCO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML
23	26.530	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML
24	15.900	FRASCO	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML
25	163.550	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG
26	980.054	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

27	167.020	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 10 MG
28	2.783.500	COMPRIMIDO	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG
29	105.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 100MG
30	331.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 25MG
31	4.210.320	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG
32	22.775	FRASCO	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG
33	246.475	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP
34	16.010	AMPOLA	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE
35	29.560	FRASCO	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000UI PÓ FRASCO + DILUENTE
36	2.400	FRASCO	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE
37	696.068	COMPRIMIDO	BIPERIDENO 2MG
38	108.900	COMPRIMIDO	BROMAZEPAN 6 MG
39	1.750	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 32MCG FRASCO COM 120 DOSES
40	2.025	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 50MCG FRASCO COM 120 DOSES
41	900	TUBO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 64MCG FRASCO COM 120 DOSES
42	43.800	COMPRIMIDO	BUPROPIONA 150MG
43	5.914.980	COMPRIMIDO	CAPTOPRIL 25 MG
44	411.920	COMPRIMIDO	CAPTOPRIL 50MG
45	2.850	FRASCOS	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML
46	2.369.700	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 200MG
47	110.100	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA 400MG
48	2.547.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP
49	67.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++)
50	295.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO 1500 MG (EQUIVALENTE A 600MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI)
51	579.649	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍCIO 300MG
52	306.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 12,5MG
53	155.500	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 25MG
54	118.000	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 3,125MG
55	1.785.400	COMPRIMIDO	CARVEDILOL 6,25MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunes.org.br

56	-	COMPRIMIDO	Castanha da india composta (Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)
57	-	COMPRIMIDO	Castanha da india - Aesculus hippocastanum
58	25.430	FRASCO	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
59	831.100	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500MG
60	7.160	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G
61	1.400	FRASCOS	CETOCONAZOL 2% XAMPU FRASCO 100 ML
62	65.110	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL 200 MG
63	176.900	COMPRIMIDO	CILOSTAZOL 100MG
64	462.900	COMPRIMIDO	CINARIZINA 75MG
65	327.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG
66	150.200	COMPRIMIDO	CITALOPRAM 20MG
67	47.500	COMPRIMIDO	CLARITROMICINA 500MG
68	33.300	COMPRIMIDO	CLINDAMICINA (CLORIDRATO) 300MG
69	11.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 10MG
70	189.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG
71	17.000	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 75MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA
72	656.903	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM 2MG
73	110.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAN 0,5MG
74	7.930	FRASCOS	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
75	534.712	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL 75MG
76	16.600	FRASCOS	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS FRASCO 30 ML
77	515.120	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 100MG
78	153.100	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG
79	885	FRASCOS	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL
80	1.061.100	COMPRIMIDO	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG
81	3.860	BISNAGAS	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01 G POMADA 30 G
82	398.480	COMPRIMIDO	COMPLEXO B POLIVITAMINICO
83	7.220	FRASCO	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML FRASCO 100 ML
84	53.940	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G
85	26.500	COMPRIMIDO	DEXAMETASONA 4MG



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

86	62.486	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML
87	237.200	COMPRIMIDO	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG
88	348.571	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 10MG
89	244.700	COMPRIMIDO	DIAZEPAN 5MG
90	1.878.700	COMPRIMIDO	DICLOFENACO SÓDICO 50MG
91	387.300	COMPRIMIDO	DIGOXINA 0,25MG
92	1.826.650	COMPRIMIDO	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG
93	980.810	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500MG
94	63.423	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
95	5.060	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSOL 250UI/DOSE FRASCO 200 DOSES
96	460	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AEROSOL 50UI/DOSE – USO NASAL FRASCO 200 DOSES
97	1.900	TUBO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AEROSOL 50UI/DOSE – USO ORAL FRASCO 200 DOSES
98	344.450	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG
99	95.900	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG
100	38.800	COMPRIMIDO	DOXICICLINA (CLORIDRATO) 100MG
101	3.252.200	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG
102	5.470.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG
103	325.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG
104	3.070	FRASCO	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML
105	36.760	COMPRIMIDO	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG
106	351.520	COMPRIMIDO	ESCOLPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG
107	129.688	COMPRIMIDO	ESCOLPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG
108	51.180	COMPRIMIDO	ESPIRAMICINA 1,5 MUI
109	39.800	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 100MG
110	1.201.800	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA 25MG
111	4.780	BISNAGAS	ESTRIOL 1MG/ML CREME VAGINAL
112	6.280	COMPRIMIDO	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,3MG
113	99.646	DRÁGEAS	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG
114	736.500	COMPRIMIDO	FENITOÍNA 100MG
115		COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100MG



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

	728.200		
116	2.614	FRASCO	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML
117	20.000	COMPRIMIDO	FENOFIBRATO 250MG
118	4.316	FRASCO	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZACAO
119	121.750	COMPRIMIDO	FINASTERIDA 5MG
120	129.000	COMPRIMIDO	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP
121	45.500	COMPRIMIDO	FLUNARIZINA (DICLORIDRATO) 10MG
122	4.420.393	CAPSULAS	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG
123	1.982.340	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA 40MG
124	12.000	CAPSULAS	GARRA DO DIABO (EXTRATO SECO) 500MG COMPRIMIDO REVESTIDO DE HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS NO MINIMO DE 12 MG E MAXIMO DE 24 MG DE HARPAGOSIDEO POR COMPRIMIDO
125	4.820	FRASCO	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML
126	2.063.600	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA 5MG
127	2.024.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
128	118.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 60MG MR
129	44.000	COMPRIMIDO	GLICAZIDA 80MG
130	26.800	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 1MG
131	860	FRASCOS	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML
132	624.840	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL 5MG
133	9.080	AMPOLA	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML
134	8.992.700	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG
135	111.200	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG
136	4.025	BISNAGA	HIDROCORTISONA 1% CREME 30 G
137	3.570	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML FRASCO 100 ML
138	14.000	COMPRIMIDO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 200MG
139	17.570	FRASCOS	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML
140	328.230	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 300MG
141	1.632.500	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML
142	1.305.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 600MG
143	825.890	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

144	7.500	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA (PAMOATO) 75MG
145	6.280	FRASCOS	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML
146	16.000	COMPRIMIDO	ISOFLAVONA 150MG
147	95.500	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG
148	341.570	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG
149	116.500	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG
150	30.200	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 40MG
151	33.000	COMPRIMIDO	ITRACONAZOL 100MG
152	15.020	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP
153	5.070	FRASCOS	LACTULOSE 667MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML
154	42.000	COMPRIMIDOS BIR	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL
155	83.500	COMPRIMIDO	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG
156	141.620	COMPRIMIDO	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG
157	368.500	COMPRIMIDOS BIR	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (BD)
158	72.900	CAPSULAS HBS	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (HBS)
159	212.000	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG
160	545.200	COMPRIMIDO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 25MG
161	1.170	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML GOTAS
162	384.885	DRÁGEAS	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS
163	1.449.370	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG
164	1.987.270	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG
165	2.511.890	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG
166	74.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA 75MCG
167	8.796	BISNAGA	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G
168	9.500	COMPRIMIDO	LOPERAMIDA 2MG BLISTER 4 CP
169	412.500	COMPRIMIDO	LORATADINA 10MG
170	13.700	FRASCOS	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100 ML
171	7.615.000	COMPRIMIDO	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG
172	37.000	CAPSULAS	MAYTENOS ILICIFOLIA , 380 MG
173	4.480	FRASCOS	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

174	38.200	COMPRIMIDO	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 10MG
175	30.000	COMPRIMIDO	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 2,5MG
176	10.350	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML AMPOLA 1 ML
177	131.000	COMPRIMIDO	METADONA 5MG
178	3.744.880	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG
179	4.908.100	COMPRIMIDO	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG
180	1.283.800	COMPRIMIDO	METILDOPA 250 MG
181	153.100	COMPRIMIDO	METILDOPA 500 MG
182	237.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA 10MG
183	20.744	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML
184	36.260	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 100MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
185	135.850	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
186	80.250	COMPRIMIDO	METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)
187	13.546	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G
188	250.250	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 250MG
189	47.208	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL 400MG
190	5.450	FRASCO	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML
191	3.350	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME DERMATOLOGICO
192	26.640	BISNAGA	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES
193	6.900	FRASCO	MIKANIA GLOMERATA SPRENGE XAROPE E SOLUÇÃO ORAL 120 ML
194	8.700	COMPRIMIDO	MORFINA (SULFATO) 30 MG
195	41.592	BISNAGA	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G
196	125.200	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 10MG
197	141.640	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG
198	500.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 20MG (RETARD)
199	2.158.200	COMPRIMIDO	NIMESULIDE 100MG
200	4.400	FRASCOS	NIMESULIDE 50MG SOLUÇÃO ORAL 15 ML
201	6.380	BISNAGAS	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES
202	7.554	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML
203		COMPRIMIDO	NITROFURANTOÍNA 100MG



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

	88.260		
204	3.720	AMPOLA	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA
205	208.930	COMPRIMIDO	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER 35 CP
206	61.465	COMPRIMIDO	NORFLOXACINO 400MG BLISTER 7 CP
207	7.300	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 10MG
208	126.300	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG
209	93.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 50MG
210	30.000	COMPRIMIDO	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 75MG
211	3.450	FRASCOS	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML
212	-	COMPRIMIDO	Omeprazol 10mg
213	8.848.292	CÁPSULA	OMEPAZOL 20MG
214	3.610	COMPRIMIDO	OMEPAZOL MAGNESIO 20MG
215	6.550	COMPRIMIDO	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 4MG
216	9.950	COMPRIMIDO	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 8MG
217	44.100	COMPRIMIDO	OXCARBAZEPINA 300MG
218	60.200	COMPRIMIDO	OXCARBAZEPINA 600MG
219	2.450	FRASCO	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSAO ORAL 100 ML
220	7.300	BISNAGA	OXIDO ZINCO + VITAMINA A + D POMADA 45 GR
221	400	FRASCO	PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A) 3.000UI + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800UI SOL. ORAL 10 ML
222	72.690	FRASCO	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML
223	2.587.900	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG
224	3.009.110	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG
225	182.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 750MG
226	20.350	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML
227	5.250	FRASCOS	PERMETRINA 50MG/ML LOÇÃO 60 ML
228	29.900	COMPRIMIDO	PIRIMITAMINA 25MG
229	-	COMPRIMIDO	Plantago Ovata 3,5g pó efervescente sem açúcar
230	323.800	COMPRIMIDO/ CÁPSULA	Polivitaminico composto de vitaminas e minerias de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI coilecalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

			zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg
231	26.350	FRASCO	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML
232	566.500	COMPRIMIDO	PREDNISONA 20MG
233	535.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA 5MG
234	338.440	COMPRIMIDO	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG
235	20.660	COMPRIMIDO	PROPAFENONA (CLORIDRATO) 300MG
236	563.600	COMPRIMIDO	PROPATILNITRATO 10MG
237	20.360	COMPRIMIDO	PROPILTIOURACIL 100 MG
238	10.300	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 10MG
239	2.353.300	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG
240	248.500	COMPRIMIDO	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG
241	12.300	FRASCO	RETINOL (ACETATO) 50.000UI + COLECALCIFEROL 10.000UI FRASCO 10 ML
242	174.300	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 1MG
243	134.100	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 2 MG
244	41.584	ENVELOPE	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SODIO 3,5G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G + CITRATO DE SODIO 2,9G + GLICOSE 20G)
245	26.400	FRASCOS	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES
246	4.110	FRASCOS	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE 100 ML
247	1.700	COMPRIMIDO	SECNIDAZOL 1000 MG
248	369.400	COMPRIMIDO	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG
249	9.300	FRASCO	SIMETICONA 75MG/ML FRASCO 10 ML
250	231.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 10MG
251	8.777.859	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG
252	2.118.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 40MG
253	25.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 80MG
254	24.500	COMPRIMIDO	SULFADIAZINA 500MG
255	12.000	BISNAGAS	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA
256	9.600	FRASCO	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
257	345.780	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG
258	11.940	FRASCOS	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

259	1.513.530	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40MG FE++
260	132.200	COMPRIMIDO	TEOFILINA 100MG
261	24.200	COMPRIMIDO	TEOFILINA 200 MG
262	36.500	CÁPSULA	TETRACICLINA 500MG
263	6.000	COMPRIMIDO	TIAMINA (CLORIDRATO) 300MG
264	3.142	FRASCO	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML
265	3.300	COMPRIMIDO	TIORIDAZIDA (CLORIDRATO) 50 MG
266	2.200	COMPRIMIDO	TOPIRAMATO 50MG
267	162.200	COMPRIMIDO	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG
268	800	COMPRIMIDO	TRAZODONA 50MG
269	10.100	COMPRIMIDO	TRIAMETAZIDINA 35MG
270	251.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 2,5 MG
271	159.850	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA 5MG
272	4.000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 120MG
273	420.050	COMPRIMIDO	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG
274	339.700	COMPRIMIDO	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO

3.2.2 Elenco padronizado de medicamentos para **Pronto Atendimento e Hospitais**:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO
275	2.000	COMPRIMIDO	ACETAZOLAMIDA 250MG
276	815	AMPOLA	ACETILCISTEÍNA 10% 300MG/ML IV
277	4.000	F/A	ACICLOVIR 250MG/10ML
278	2.500	F/A	ÁCIDO FOLÍNICO 50MG
279	1.320	AMPOLA	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG , AMPOLA COM 5 ML
280	1.800	AMPOLA	ADENOSINA 6MG/ML , AMPOLA COM 2 ML
281	15.200	AMPOLA	ÁGUA DESTILADA AMPOLA PLÁSTICA 20ML
282	69.000	AMPOLA	ÁGUA DESTILADA , AMPOLA COM 10 ML
283	1.100	F/A	ALBUMINA HUMANA 20% (50ML)
284	500	AMPOLA	ALFENTANILA 0,5MG/ML, AMPOLA COM 5ML
285	10.600	COMPRIMIDO	ALPRAZOLAM 0,5 MG CP
286	300	AMPOLA	ALPROSTADIL 20MCG IV
287	100	F/A	ALTEPLASE (ATIVADOR TISSULAR DO PLASMINOGÊNIO) 20MG
288	210	F/A	ALTEPLASE (ATIVADOR TISSULAR DO PLASMINOGÊNIO) 50MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

289	2.800	AMPOLA	AMICACINA (SULFATO) 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML
290	250	AMPOLA	AMICACINA (SULFATO) 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML
291	5.560	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML
292	4.280	AMPOLA	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML
293	1.200	F/A	AMPICILINA 1G + SULBACTAM 0,5G
294	2.800	FRASCOAMPOLA	AMPICILINA 1G INJETÁVEL
295	15.000	F/A	AMPICILINA 2G + SULBACTAM 1G
296	7.000	CÁPSULA	ANAGRELIDA 0,5MG
297	50.200	COMPRIMIDO	ANASTROZOL 1MG
298	800	F/A	ANFOTERICINA B 50MG/10ML
299	500	AMPOLA	ATRACÚRIO (BESILATO) 10MG/ML, AMPOLA 2,5ML
300	4.850	AMPOLA	ATROPINA (SULFATO) 0,50MG/ML, AMPOLA 1 ML
301	150	FRASCO	ATROPINA (SULFATO) 1% COLÍRIO 3ML
302	200	F/A	AZITROMICINA 500MG EV
303	4.000	COMPRIMIDO	BACLOFENO 10 MG
304	120	FRASCO	BASILIXIMAB 20MG/5ML
305	200	FRASCO	BENZIDAMIDA 1,5MG/ML, FRASCO 150ML
306	4.250	FRASCO	BENZILPENICILINA POTASSICA 5.000.000 UI + DILUENTE
307	6.000	COMPRIMIDO	BICALUTAMIDA 50MG
308	1.590	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - AMPOLA 10 ML
309	360	AMPOLA	BIPERIDENO (LACTATO) 5MG/ML AMPOLA 1 ML
310	4.000	COMPRIMIDO	BISACODIL 5MG
311	150	F/A	BLEOMICINA 15U
312	2.520	FRASCO	BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML
313	14.300	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2 ML
314	1.400	AMPOLA	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 0,5% (AMPOLA 4ML)
315	200	AMPOLA	BUPIVACAÍNA + ISOBÁRICA 0,5% (AMPOLA 4ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL
316	200	F/A	BUPIVACAÍNA 0,5% (20ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL
317	200	F/A	BUPIVACAÍNA + EPINEFRINA 0,5% (20ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL
318	600	CÁPSULA	CALCITRIOL (VITAMINA D3) 0,25MCG
319	15.327	COMPRIMIDO	CAPECITABINA 500MG
320	600	F/A	CARBOPLATINA 150MG/15ML
321	10.750	FRASCO	CEFAZOLINA SÓDICA 1G
322	800	F/A	CEFEPIME 1G
323	2.500	F/A	CEFEPIME 2G
324	300	F/A	CEFOXITINA SÓDICA 1G
325	1.300	F/A	CEFTAZIDIMA 1G
326	33.100	FRASCO AMPOLA	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV
327	70.800	FRASCO-AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETAVEL
328	20.100	AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

329	1.000	COMPRIMIDO	CETOPROFENO COMPRIMIDO 100MG
330	1.500	CÁPSULA	CETOPROFENO 50MG
331	300	AMPOLA	CIANOCOBALAMINA (VITAMINA B12/HIDROXICOBALAMINA) 5000MCG/2ML
332	700	F/A	CICLOFOSFAMIDA 1000MG
333	1.000	DRÁGEA	CICLOFOSFAMIDA 50MG
334	80	FRASCOS	CICLOPENTOLATO 1% SOLUÇÃO OFTALMOLOGICA FRASCO 5 ML
335	600	CÁPSULA	CICLOSPORINA 100MG
336	1.200	CÁPSULA	CICLOSPORINA 25MG
337	1.000	CÁPSULA	CICLOSPORINA 50MG
338	7.070	F/A	CIPROFLOXACINO 200MG/100ML
339	12.000	COMPRIMIDO	CIPROTERONA (ACETATO) 50MG
340	500	AMPOLA	CISATRACÚRIO (BESILATO) 2MG/ML (10ML)
341	600	F/A	CISPLATINA 50MG
342	150	F/A	CITARABINA 100MG
343	1.000	F/A	CITARABINA 500MG
344	7.000	AMPOLA	CLINDAMICINA 150MG/ML (4ML)
345	720	COMPRIMIDO	CLOBAZAM 20MG
346	230	BISNAGA	CLOBETASOL (PROPIONATO) 0,5MG/G POMADA 30 GR
347	6.500	COMPRIMIDO	CLONIDINA CLORIDRATO 0,1 MG
348	6.300	AMPOLA	CLONIDINA CLORIDRATO 0,15 MG/ML AMPOLA 1 ML
349	2.000	COMPRIMIDO	CLORAMBUCILA 2MG
350	840	BISNAGA	CLORANFENICOL 5MG + ACETATO DE RETINOL 10.000UI + AMINOÁCIDOS 25MG + METIONINA 5MG POMADA OFTÁLMICA 3,5 G
351	7.625	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% AMPOLA 10 ML
352	600	FRASCO	CLORETO DE POTÁSSIO XAROPE 6% 100ML
353	1.100	DRÁGEA	CLORETO DE POTÁSSIO.. 600MG (8MEQ DE K+)
354	8.220	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% AMPOLA 10 ML
355	1.550	AMPOLA	CLORPROMAZINA 5MG SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5 ML
356	1.150	TUBO	COLAGENASE 0,6 1,2 UI/G (30G)
357	10.120	COMPRIMIDO	COLCHICINA 0,5MG
358	640	SACHES	COLESTIRAMINA 4G
359	27.950	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
360	750	AMPOLA	COMPLEXO COLOIDAL DE SACARATO DE HIDRÓXIDO DE FERRO III 2500 MG* ÁGUA BIDESEILADA Q.S.P. 5 ML * EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO (III) – NORIPURUM EV AMPOLA 5 ML
361	30	F/A	COMPLEXO PROTROMBÍNICO 500 UI (20ML)
362	300	F/A	DACARBAZINA 200MG
363	24	F/A	DANTROLENE 20MG
364	200	F/A	DAUNORRUBICINA 20MG
365	1.320	AMPOLA	DESLANOSÍDEO 0,4MG/ML AMPOLA 2 ML
366	50	FRASCO	DESMOPRESSINA (ACETATO) SOLUÇÃO NASAL 0,1MG/ML (FRASCO 2,5ML)
367	50	AMPOLA	DESMOPRESSINA. (ACETATO) 4MCG/ML (AMPOLA 1ML)
368	50	TUBO	DESONIDA 0,5MG/G (TUBO 30G) CREME

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

369	2.500	COMPRIMIDO	DESTILBENOL (DIETILESTILBESTROL) 1ML
370	14.200	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 2MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 1 ML
371	28.750	AMPOLA	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML
372	50	FRASCO	DEXAMETASONA. + NEOMICINA + POLIMIXINA B SUSPENSÃO OFTÁLMICA 5ML
373	200	F/A	DEXMEDETOMIDINA (CLORIDRATO) 118MCG/ML (AMPOLA 2ML)
374	1.000	AMPOLA	DEXTROCETAMINA 50MG/ML (AMPOLA 2ML)
375	800	F/A	DEXTROCETAMINA 50MG/ML (FRASCO 10ML)
376	9.200	AMPOLA	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
377	46.600	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML
378	1.500	AMPOLA	DIFENIDRAMINA 50MG/ML (AMPOLA 1ML)
379	4.600	COMPRIMIDO	DILTIAZEM 60MG
380	17.750	AMPOLA	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML AMPOLA 10 ML
381	2.200	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO 50 MG + 50 MG/ML - AMPOLA 1ML
382	135.700	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
383	9.950	AMPOLA	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML AMPOLA 1 ML
384	960	AMPOLA	DOBUTAMINA (CLORIDRATO) 12,5MG/ML AMPOLA 20 ML
385	300	F/A	DOCETAXEL 20MG
386	200	F/A	DOCETAXEL 80MG
387	1.930	AMPOLA	DOPAMINA (CLORIDRATO) 5 MG/ML AMPOLA 10 ML
388	800	F/A	DOXORRUBICINA 50MG
389	50	AMPOLA	DROPERIDOL 2,5MG/ML (AMPOLA 1ML)
390	8.920	AMPOLA	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML
391	120	F/A	EPIRRUBICINA 50MG
392	1.500	F/A	ERITROPOETINA HUMANA 4000 U/ML
393	500	F/A	ERTAPENEM 1G
394	22.750	AMPOLA	ESCOLPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML
395	24.650	AMPOLA	ESCOLPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SÓDICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML
396	3.740	FRASCO	ESCOLPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SÓDICA 20 ML GOTAS
397	545	AMPOLA	ETILEFRINA (CLORIDRATO) 10 MG/ML AMPOLA 1 ML
398	700	AMPOLA	ETOMIDATO 2MG/ML (AMPOLA 10ML)
399	400	CÁPSULA	ETOPOSIDO 50MG
400	2.000	DRÁGEA	EXEMESTANO 25MG
401	250	F/A	EXTRATO METANÓLICO DE BCG (IMUNO BCG) 40MCG
402	70	FRASCOS	FENILEFRINA (CLORIDRATO) 10% SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML
403	14.700	AMPOLA	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML AMPOLA 5 ML
404	2.130	AMPOLA	FENOBARBITAL 200 MG/ML AMPOLA 1 ML
405	31.255	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

406	11.330	AMPOLA	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
407	600	COMPRIMIDO	FEXOFENADINA 60MG
408	12	FRASCO	FIBRINOGENIO HUMANO
409	1.500	F/A	FILGRASTIMA 300MCG/1ML
410	2.225	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG AMPOLA 1 ML
411	1.200	F/A	FLUCONAZOL 2MG/ML (100ML)
412	100	F/A	FLUDARABINA 50MG
413	425	AMPOLA	FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA 5 ML
414	50	TUBO	FLUCORTOLONA + CINCHOCAÍNA + CLEMIZOL POMADA 10G
415	90	FRASCOS	FLUORESCINA 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 3 ML
416	1.000	F/A	FLUOROURACILA 2500MG/50ML
417	2.215	FRASCO	FOSFATO SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6% FRASCO 120 ML
418	27.050	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML
419	6.500	COMPRIMIDO	GABAPENTINA 300 MG
420	2.500	BOLSA	GANCICLOVIR 500MG
421	600	F/A	GEMCITABINA 1000MG
422	3.700	AMPOLA	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)
423	2.450	AMPOLA	GLICOSE 25% AMPOLA 10 ML
424	14.450	AMPOLA	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML
425	3.410	AMPOLA	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 100MG/ML AMPOLA 10 ML
426	405	SERINGA PREENCHIDA	GOSERELINA (ACETATO) 10,8MG
427	6.900	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML
428	2.965	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 25.000 UI/5ML INJETAVEL AMPOLA 5 ML
429	61.380	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML
430	1.730	AMPOLA	HIDRALAZINA 20 MG/ML AMPOLA 1 ML
431	9.000	COMPRIMIDO	HIDRALAZINA 25MG
432	7.000	COMPRIMIDO	HIDRALAZINA 50MG
433	14.280	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
434	17.550	AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL
435	35.600	CÁPSULA	HIDROXICARBAMIDA 500MG (HIDROXIUREIA)
436	380	FRASCO	HIPROMELOSE 0,3% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 15 ML
437	1.000	F/A	IFOSFAMIDA 1000MG
438	2.300	F/A	IMIPENEM 500MG + CILASTATINA 500MG
439	500	F/A	IMUNOGLOBULINA. 5G
440	550	F/A	INSULINA HUMANA NPH 100 U/ML (10ML)
441	550	F/A	INSULINA HUMANA REGULAR 100 U/ML (10ML)
442	1.500	F/A	INTERFERON 10 MILHÕES ALFA 2B
443	2.000	F/A	INTERFERON 3 MILHÕES ALFA 2B
444	800	FRASCO	IPRATROPIO + FENOTEROL AEROSOL 15ML
445	150	FRASCO	ISOFLURANO 240ML

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

446	1.300	AMPOLA	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 10MG/ML AMPOLA 1 ML
447	5.000	COMPRIMIDO	LETROZOL 2,5MG
448	1.100	F/A	LEVOFLOXACINA 5MG/ML (100ML)
449	1.120	COMPRIMIDO	LEVOFLOXACINO 500MG
450	6.150	FRASCO	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML
451	4.080	FRASCO	LIDOCAÍNA + EPINEFRINA 2% (20MG/ML) FRASCO 20 ML
452	6.650	AMPOLA	LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 TUBETE 1,8 ML
453	157	FRASCO	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 10% 50 ML SPRAY
454	3.000	COMPRIMIDO	LORAZEPAM 1MG
455	123.000	COMPRIMIDO	LOSARTAN 25MG
456	3.235	FRASCO	MANITOL 20% SISTEMA FECHADO SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML
457	1.200	COMPRIMIDO	MEGESTROL 160MG
458	2.000	COMPRIMIDO	MELFALANO 2MG
459	11.500	AMPOLA	MEPIVACAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 SOL INJETAVEL 1,8ML
460	2.700	AMPOLA	MEPIVACAÍNA 3% SOL INJETAVEL 1,8 ML
461	2.000	COMPRIMIDO	MERCAPTOPYRINA 50MG
462	8.000	F/A	MEROPENEM IV 1G
463	300	COMPRIMIDO	MESALAZINA 400MG
464	1.000	AMPOLA	MESNA 400MG/4ML
465	1.000	AMPOLA	METADONA 10MG/ML (AMPOLA 1ML)
466	1.300	AMPOLA	METARAMINOL (BITARTARATO) 10MG/ML (AMPOLA 1ML)
467	200	AMPOLA	METILERGOMETRINA, MALEATO 0,2 MG/ML AMPOLA 1 ML
468	120	F/A	METILPREDNISOLONA. (ACETATO) 40MG/ML (2ML) INTRAMUSCULAR
469	200	F/A	METILPREDNISOLONA.. (SUCCINATO) 125MG/2ML
470	1.000	F/A	METILPREDNISOLONA... (SUCCINATO) 500MG/8ML
471	69.000	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML
472	1.660	AMPOLA	METOPROLOL (TARTARATO) 1 MG/ML USO HOSPITAL AMPOLA 5 ML
473	1.200	COMPRIMIDO	METOTREXATO 2,5 MG
474	200	F/A	METOTREXATO 500MG
475	100	F/A	METOTREXATO 50MG
476	4.800	F/A	METRONIDAZOL 500MG/100ML EV
477	200	F/A	MICAFUNGINA SÓDICA 100MG
478	2.000	CÁPSULA	MICOFENOLATO DE SÓDIO 180MG
479	15.000	CÁPSULA	MICOFENOLATO DE SÓDIO 360MG
480	12.350	AMPOLA	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML
481	5.000	AMPOLA	MIDAZOLAM 1MG/ML INJETÁVEL 5 ML
482	7.150	AMPOLA	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL 10 ML
483	100	F/A	MITOXANTRONA 2MG/ML (10ML)
484	17.690	AMPOLA	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML
485	3.200	AMPOLA	MORFINA 0,2MG/ML (1ML)
486	33.600	COMPRIMIDO	MORFINA 10 MG

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

487	690	FRASCO	MORFINA (SULFATO) 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL
488	200	BOLSA	MOXIFLOXACINA 400MG/250ML
489	200	TUBO	MUPIROCINA POMADA 20MG/G (15G)
490	1.000	AMPOLA	NALBUFINA CLORIDRATO 10MG/ML AMPOLA 1 ML
491	3.200	AMPOLA	NEOSTIGMINA 0,5MG/1ML
492	10.000	COMPRIMIDO	NIMODIPINO 30MG
493	3.900	BISNAGA	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO
494	540	AMPOLA	NITROGLICERINA 5 MG/ML AMPOLA 5 ML
495	1.240	AMPOLA	NITROPRUSSATO DE SÓDIO 50MG/ML (AMPOLA 1ML)
496	17.900	AMPOLA	NOREPINEFRINA 8MG/4ML (4MG DE NOREPINEFRINA BASE)
497	200	AMPOLA	OCITOCINA 5UI/ML AMPOLA 1 ML
498	300	AMPOLA	OCTEOTIDA 100MCG (0,1MG/ML)
499	100	AMPOLA	OCTEOTIDA 500MCG (0,5MG/ML)
500	20.390	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG SOLUÇÃO INJETÁVEL
501	7.260	AMPOLA	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 2MG/ML AMPOLA 2 ML
502	15.450	AMPOLA	ONDANSETRONA 8MG/ML AMPOLA 4 ML
503	38.600	F/A	OXACILINA 500MG
504	300	F/A	OXALIPLATINA 100MG
505	200	F/A	OXALIPLATINA 50MG
506	600	F/A	PACLITAXEL. 300MG/50ML
507	500	F/A	PAMIDRONATO DISSÓDICO 90MG/10ML
508	120	CÁPSULA	PANCREATINA 25.000 U
509	200	AMPOLA	PANCURÔNIO (BROMETO) 2MG/ML (2ML)
510	50	AMPOLA	PAPAVERINA 50MG/ML (AMPOLA 2ML)
511	200	F/A	PENICILINA CRISTALINA. POTÁSSICA 1.000.000 UI
512	300	COMPRIMIDO	PENTOXIFILINA 400MG
513	2.550	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML AMPOLA 2 ML
514	60	FRASCOS	PILOCARPINA (CLORIDRATO) 2% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML
515	20.300	F/A	PIPERACILINA + TAZOBACTAM 4,5G
516	2.100	ENVELOPE	POLIESTIRENOSSULFONATO DE CÁLCIO 900MG/G (30G)
517	3.000	F/A	POLIMIXINA 500.000 UI
518	10	BISNAGAS	PRILOCAINA 25MG/G COM LIDOCAINA 25 MG/GR – BISNAGA + BANDAGEM OCLUSIVA
519	7.000	AMPOLA	PRILOCAINA 3% + FELIPRESSINA 0,03 UI/ML SOL INJ 1,8 ML
520	10.400	AMPOLA	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML
521	5.200	AMPOLA	PROPOFOL 10MG/ML (20ML) EMULSÃO INJETÁVEL
522	500	F/A	PROPOFOL 10MG/ML (50ML) EMULSÃO INJETÁVEL
523	350	AMPOLA	PROTAMINA 50MG/5ML 1000 UI/ML (5ML)
524	46.200	AMPOLA	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML
525	600	AMPOLA	REMIFENTANIL (CLORIDRATO) 2MG
526	250	AMPOLA	RETINOL (VITAMINA A) 1ML
527	250	FRASCO	RIFAMICINA 10 MG/ML 20 ML SPRAY
528	3.300	CÁPSULA	RIFAMPICINA 300MG



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

529	6.400	FRASCO	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO DE SÓDIO SISTEMA FECHADO COM 500 ML
530	5.100	F/A	ROCURÔNIO (BROMETO) 50MG/5ML
531	500	AMPOLA	ROPIVACAÍNA 0,2% (2MG/ML) 20ML
532	1.600	AMPOLA	ROPIVACAÍNA 1% 10MG/ML (20ML)
533	1.250	FRASCO	SEVOFLURANO 250ML
534	9.500	COMPRIMIDO	SIMETICONA 40MG
535	120	DRÁGEA	SIROLIMUS 1MG
536	500	FRASCO	SOLUÇÃO SALINA BALANCEADA 500ML
537	16.500	AMPOLA	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA
538	165.200	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 100ML SISTEMA FECHADO
539	92.800	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
540	78.000	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
541	14.600	FRASCO	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
542	66.300	FRASCO	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
543	500	FRASCO	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO
544	1.700	FRASCO	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO
545	1.200	AMPOLA	SUFENTANILA 50MCG/ML (1ML) IV
546	200	AMPOLA	SUFENTANILA 5MCG/ML (2ML)
547	200	AMPOLA	SUGAMADEX SÓDICO 100MG/ML (2ML)
548	7.100	AMPOLA	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400/80MG EV 5ML
549	100	FRASCO	SULFATO DE BÁRIO 1G/ML (150ML) SUSPENSÃO ORAL
550	2.700	AMPOLA	SULFATO DE EFEDRINA 50MG/1ML
551	4.245	AMPOLA	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJETÁVEL 10 ML
552	340	SUPPOSITÓRIO	SUPPOSITÓRIO DE GLICERINA (GLICEROL 95%) INFANTIL CAIXA COM 12 UNIDADES
553	620	FRASCO AMPOLA	SUXAMETÔNIO (CLORETO) 500 MG/ML AMPOLA 10 ML
554	20.000	COMPRIMIDO	TACROLIMUS 1MG
555	2.000	AMPOLA	TACROLIMUS 5MG
556	70.000	AMPOLA	TAMOXIFENO 20MG
557	2.000	AMPOLA	TEICOPLANINA 400MG
558	16.100	AMPOLA	TENOXICAM 20MG PÓ LIÓFILO
559	4.550	AMPOLA	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML
560	100	AMPOLA	TERLIPRESSINA (ACETATO) 1MG/5ML IV
561	335	FRASCO	TETRACAÍNA (CLORIDRATO) ASSOCIADO COM FENILEFRINA (CLORIDRATO) + ACIDO BÓRICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML
562	500	AMPOLA	TIGECICLINA 50MG
563	600	AMPOLA	TIMOGLOBULINA IMUNOGLOBULINA ANTILINFÓCITOS (COELHO) 25MG/5ML
564	120	AMPOLA	TIOPENTAL SÓDICO 1G



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

565	10	AMPOLA	TIROFIBANO 0,25MG/ML (50ML)
566	1.400	FRASCOS	TOBRAMICINA 3MG COLIRIO 5 ML
567	48.200	AMPOLA	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML
568	3.000	COMPRIMIDO	TRAMADOL (CLORIDRATO) 100MG
569	2.000	AMPOLA	TRETINOÍNA 10MG (ÁCIDO TRANSRETINOICO)
570	200	AMPOLA	TROMETAMINA (CETOROLACO) 30MG/1ML
571	60	FRASCO	TROPICAMIDA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML
572	2.000	COMPRIMIDO	VALGANCICLOVIR 450MG
573	5.300	AMPOLA	VANCOMICINA 500MG
574	7.000	AMPOLA	VARFARINA 2,5MG
575	200	AMPOLA	VASOPRESSINA 20 U/ML (1ML)
576	120	AMPOLA	VIMBLASTINA 10MG
577	300	AMPOLA	VINCISTINA 1MG/ML (1ML)
578	100	AMPOLA	VINORELBINA 50MG
579	600	AMPOLA	VITAMINA A + D + B2 + C + NIACINAMIDA + B6 + PANTENOL + VITAMINA E 5ML
580	300	AMPOLA	VITAMINA B1 + B6 + B12 5.000 U/3ML INTRAMUSCULAR EXCLUSIVO
581	550	AMPOLA	VITAMINA C (ACIDO ASCORBICO) 100 MG/ML 5 ML SOL INJ
582	50	AMPOLA	XILOMETAZOLINA (OXIMETAZOLINA) 1% GOTAS 15ML

3.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelos Órgãos Participantes e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

3.3.1 Fica ressalvada a possibilidade de remanejamento de quantidades entre os Órgãos Participantes, nos termos da Resolução CISNORDESTE/SC nº 17/2015.

4 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões**.

4.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, denominado Órgão Gerenciador, através de seu Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões** (www.bll.org.br).

5 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1 O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a recebimento e abertura da proposta, conforme consta no preâmbulo, atentando também para a data e horário para início da disputa.

5.2 As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para a recebimento das propostas.

5.3 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.

5.4 A proposta deverá conter FABRICANTE, MARCA E/OU NOME COMERCIAL do produto cotado, sendo permitida a apresentação de apenas uma marca por item cotado.

5.5 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas, no campo próprio, as **ESPECIFICAÇÕES, MARCAS, PREÇOS UNITÁRIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS** ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto. Deverá, ainda, ser informada a embalagem primária do lote, se aplicável, em atendimento ao item 2.7.2 deste Edital. A não inserção destas informações implicará na **DECLASSIFICAÇÃO IMEDIATA** da licitante, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

5.6 Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresa), carimbos, telefones, nomes, etc. O descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da licitante.

5.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto,



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos arts. 44 e 45 da mesma lei.

- 5.8 As propostas deverão ser formuladas em formato texto(Word), planilha(Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000. As propostas cadastradas sem anexo ou que não puderem ser “abertas”, lidas e analisadas com a utilização do Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000 e versões posteriores serão desclassificadas.

6 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, bem como legislação aplicável.
- 6.1.1 Empresas em consórcio poderão participar da presente licitação, observados os critérios, requisitos, restrições e impedimentos estabelecidos pelo art. 33 da Lei nº 8.666/93.
- 6.2 Para participar desta licitação, o interessado deverá realizar previamente seu cadastramento junto à **Bolsa de Licitações e Leilões**.
- 6.3 Estarão impedidos de participar do processo licitatório aqueles que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:
- a) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pelo Órgão Gerenciador ou qualquer dos Órgãos Participantes;
 - b) sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, em qualquer esfera;
 - c) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
 - d) enquadrem-se às hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
 - e) apresentem irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, ressalvado o disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e item 11.2, alínea c.1 deste Edital.
 - f) **encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo Órgão Gerenciador ou Órgãos Participantes em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso.**
- 6.4 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo **uma hora antes do horário limite fixado neste Edital para o recebimento das propostas.**

7 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - b) responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
 - c) abrir as propostas de preços;
 - d) analisar a aceitabilidade das propostas;
 - e) desclassificar propostas, indicando os motivos;
 - f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - h) declarar o vencedor;
 - i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos relativos ao certame;
 - j) elaborar a ata da sessão;
 - k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar o registro dos preços;
 - l) instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

- 7.2 A participação do interessado na licitação se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, devendo manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 7.3 Os participantes que desejem operar por meio de empresa associada à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, conforme modelo do Anexo VII, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.
- 7.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 7.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

- 7.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

- 7.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 7.9 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da **Bolsa de Licitações e Leilões** ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 8.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 8.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.
- 8.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.6 **Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.**
- 8.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 8.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 8.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra aleatório. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo entre 01 (um) segundo e 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.
- 8.10 Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 8.11 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.
- 8.12 Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 8.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 8.14 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.
- 8.15 Os documentos exigidos no presente edital deverão ser anexados através de upload de documentos na plataforma BLL, sob pena de desclassificação.
- 8.16 **POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 05**

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

(CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA CONFORME SEU ÚLTIMO LANCE, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: pregoeiro@cisamunesc.org.br

Telefone/fax: (47) 34229838

- 8.17 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 8.16.
- 8.18 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.8, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.
- 8.19 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 8.20 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 8.21 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.
- 8.22 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos ou estando eles já decididos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço por item.

9 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

- 9.1 A licitante vencedora, deverá enviar Órgão Gerenciador, no prazo estipulado no item 8.16, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação. Os documentos não deverão conter emendas, rasuras ou entrelinhas.
- 9.2 A proposta escrita deverá conter:
 - a) o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
 - b) folhas datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
 - c) declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
 - d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura das propostas virtuais;
 - e) discriminados, em moeda corrente nacional, os **preços dos itens** limitados a **04 (quatro)** casas decimais para os centavos;
 - f) discriminado, o prazo de validade da Ata de **01 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2016**;
 - g) o prazo de entrega dos itens **de até 10 (dez) dias** do recebimento da Autorização de Fornecimento **exclusivamente emitida pelo Órgão Participante**;
 - h) as especificação, marca completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, **totalmente e estritamente** conformes descrito no **item 1.1**, deste Edital;
 - i) o valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
 - j) os dados Bancários conforme **ANEXO II**;
 - k) a descrição da Embalagem Primária para o lote, sendo o caso, conforme item 2.7.2.
- 9.3 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM**.
- 9.4 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

10 GARANTIA

- 10.1 As licitantes vencedoras deverão, respeitadas as particularidades e exigências de cada item, fornecer o objeto com validade/garantia igual ou superior a 12 (doze) meses contados do recebimento do objeto, a cada Autorização de Fornecimento.

11 DA HABILITAÇÃO

- 11.1 **TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 8.16, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)**

11.2 Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; No caso de consórcio de empresas, além do ato constitutivo das empresas consorciadas, documentos referidos no art. 33 da Lei nº 8.666/93.
- b) caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgado.
- c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo **(ANEXO III)**.
c.1) Sendo a licitante a ser habilitada Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando a regularização da restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- d) a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar a seguinte documentação:
 - d.1) comprovante de opção pelo Simples Nacional, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal - <http://www.receita.fazenda.gov.br/>;
 - d.2) declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo **(ANEXO V)**.
 - d.3) os documentos relacionados nos subitens **d.1** e **d.2** poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O.U. do dia 22/05/2007.
- e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
- g) prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- h) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- i) prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.
- k) cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento, distribuição ou comercialização de medicamentos (art. 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998).
- l) cópia da Autorização de Funcionamento da empresa ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União, no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial (art. 2º da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde).
- m) as distribuidoras de medicamentos deverão atender ao contido no art. 23, §§ 7º e 8º da Lei nº 9.782/99. Caso a renovação da autorização de funcionamento e/ou autorização de funcionamento especial ainda não tenha sido publicada pela ANVISA, será aceita cópia do protocolo de renovação, juntamente com autorização do funcionamento publicada no Diário Oficial da União do ano anterior.
- n) No caso da empresa detentora da marca terceirizar a produção do produto cotado para outra empresa, a licitante deverá apresentar o contrato de terceirização, contendo os produtos a serem terceirizados.
- o) cópia do Certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (art. 5º da Portaria Ministerial nº 2.814, de 29 de maio de 1998 alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998), devendo este ser identificado com o número do item a que se refere.
- p) Dados cadastrais do fornecedor, conforme modelo do Anexo X.

11.3 **As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal.** Todavia, apresentada eventual restrição, esta poderá ser sanada no prazo de **5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período**, na forma do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

11.3.1 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, facultando ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

- 11.4 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais na sede do Órgão Gerenciador, para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. **Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX), tampouco documentos ilegíveis.**
- 11.4.1 Os documentos cuja autenticidade possa ser atestada através da *internet*, mediante livre e gratuito acesso, não precisarão ser autenticados.
- 11.5 Em hipótese alguma serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.
- 11.5.1 Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por **4 (quatro) meses** após a sua expedição.

12 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1 Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, constando na embalagem do produto a observação **"PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO"**;
- apresentação do Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;
- apresentação de Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- fornecer os medicamentos dentro do prazo de validade exigido no item 10.1;
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos medicamentos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- enviar por e-mail o arquivo *XML* oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador indicados na autorização de fornecimento;
- lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf e em *XML*, no sistema informatizado de controle de execução das Atas de Registro de Preços, *online*, disponibilizado pelo Órgão Gerenciador, conforme item 2.1.2;
- acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao Órgão Gerenciador, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto.**

13 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- 13.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM**, desde que atendidas as exigências deste Edital.

14 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 14.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.
- 14.1.1 *Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada, instruída com documentos, junto ao CISNORDESTE/SC.*
- 14.2 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.
- 14.3 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

- 15.1 As obrigações decorrentes das futuras aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados e suas autarquias), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de **01 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2016**.
- 15.1.1 Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, e, assim, sucessivamente, até o total de Órgãos Participantes que tenham previsão de consumo para cada lote.
- 15.2 O fornecedor classificado em primeiro lugar nos lances realizados no certame será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital) no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após a homologação, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

- 15.2.1 Havendo viabilidade técnica, poderá ser utilizada a assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.
- 15.3 O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, aplicando-se-lhe a sanção prevista no item 17.8 deste Edital.
- 15.4 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.
- 15.5 Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, os Órgãos Participantes poderão firmar Atas de Registro de Preços ou Aditivos com mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.
- 15.6 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

- 16.1 Os preços não serão reajustados durante a validade das Atas de Registro de Preços.

17 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que manifeste sua intenção, imediatamente, através do sistema eletrônico, dentro dos 15 (quinze) minutos subsequentes ao término da sessão de lances, no período aberto a recursos. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, devendo juntar memoriais com as razões detalhadas, no prazo de 3 (três) dias, na sede do CISONORDESTE/SC. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo para apresentação de contrarrazões, será facultada vistas dos autos aos interessados.
 - 17.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso, bem como a falta de apresentação das razões de recurso, por memoriais, na forma do item 17.1 acarretará na mesma consequência.
 - 17.1.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante no momento oportuno, definido no item 17.1.
 - 17.1.3 Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, tampouco serão recebidas as razões ou contrarrazões apresentadas fora do prazo e/ou assinadas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC.
 - 17.1.3.1 Os memoriais de recurso deverão ter todas as páginas rubricadas, sendo assinado, com firma reconhecida, na última página, pelo representante legal da Recorrente. Deverá, ainda, ser apresentada cópia autenticada do documento de identidade do signatário, acompanhado de cópia autenticada do ato constitutivo da pessoa jurídica recorrente, sob pena de não ser conhecido.
 - 17.1.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.2 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item/lote, sendo submetido este resultado ao Presidente do CISONORDESTE/SC para homologação.
- 17.3 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do CISONORDESTE/SC, devidamente instruído(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.
 - 17.3.1 O(s) recurso(s) não conhecido(s) não serão submetidos à apreciação pelo Presidente do CISONORDESTE/SC.
- 17.4 Decido(s) o(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será o resultado da licitação submetido ao Presidente do CISONORDESTE/SC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).
- 17.5 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.
- 17.6 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
 - 17.6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

- a) advertência;
 - b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
 - c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;
 - d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
 - e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.
 - f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>
- 17.7 A multa moratória prevista na alínea c do item 17.6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 17.7.1 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea e do item 17.6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote **após ter se esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.**
- 17.7.2 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos, ou, no máximo, **dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto**, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea d do item 17.6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea e do item 17.6.1, caso o mesmo não seja aceito.
- 17.7.3 O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea d por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.
- 17.8 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos Órgãos Participantes, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.9 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 17.9.1 Os processos administrativos decorrentes da inadimplências para com o Município de Joinville/SC, serão conduzidos diretamente pelo Órgão Participante.
- 17.10 Das decisões que cominarem penalidades, ressalvado o procedimento adotado pelo Órgão Participante, no caso do item 17.9.1, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.
- 17.11 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.
- 17.12 No caso do item 17.11, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.
- 17.13 As multas eventualmente aplicadas, exceto as aplicadas pelo Órgão Participante, conforme item 17.9.1 deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

18 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

- 18.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o item 3.3 deste Edital e obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 18.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 18.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 18.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
- consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.
 - obtido-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e
 - poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.
- 18.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este ou o próprio Órgão Participante, as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 18.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do Fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

19 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

- 19.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - tiver presentes razões de interesse público;
 - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
 - não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Órgão Gerenciador na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
- 19.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador.
- 19.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou antes de esgotado o prazo de fornecimento da Autorização de Fornecimento.

20 DA DOTAÇÃO

**NORDESTE/SC****CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

20.1 As despesas decorrentes das aquisições dos medicamentos, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante.

20.1.1 O Órgão Participante, quando da contratação/empenhamento, especificará a classificação orçamentária pertinente.

21 DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito diretamente pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

21.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML**.

21.1.2 **Fica ressalvado ao Órgão Participante o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.**

21.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

21.4 Por ocasião do pagamento, o Órgão Participante poderá consultar a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

22.2 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

22.3 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

22.3.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2 Caberá ao Fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

22.3.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, considerando o somatório de todos os Órgãos Participantes.

22.3.4 Os quantitativos decorrentes das adesões, não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para os Órgãos Participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, logo após sua homologação.

22.6 Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7 O Presidente do CISNORDESTE/SC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como responderão às dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através do telefone (47) 3422 9838, ou pessoalmente (Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville/SC).



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

- 22.9 Não cabe à **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo Fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 22.10 O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeadas através da Resolução nº 02, de 21 de janeiro de 2015 e nº 10 de 30 de junho de 2015.
- 22.11 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:
- a) ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
 - b) ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
 - c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
 - d) ANEXO IV – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
 - e) ANEXO V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
 - f) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;
 - g) ANEXO VII – Termo de Adesão Bolsa de Licitações e Leilões;
 - h) ANEXO VIII – Modelo de Proposta Eletrônica.
 - i) ANEXO IX – Endereços para entrega dos medicamentos e Dados para Faturamento
 - j) ANEXO X – Dados Cadastrais do Fornecedor

Joinville (SC), 05 de outubro de 2015.

JOSÉ CHAVES

Presidente do CISONORDESTE/SC



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO I**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 006/2015 – CISNORDESTE/SC, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE e CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA (conforme ANEXO II)

2 – PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 04 (quatro) casas decimais.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser conforme descrito no item 10.1, deste Edital.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Item 2.1.3 e 2.1.8, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, **60 (sessenta)** dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 1.2 do Edital: de **01 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2016**.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

4 - OBJETO DA PROPOSTA (MODELO):

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO	MARCA/ MODELO	EMBALAGEM PRIMÁRIA *	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	40.600	Frasco	Acebrofilina 5mg/ml, xarope pediátrico		Frasco com 120ml		
28	200	Comprimido	Anlodipino (besilato) 5mg				
			CONTINUA ...				



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

*** informar Embalagem Primária, caso não conste nas tabelas do Edital**

Local e Data

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do Representante



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO II**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****1. DADOS BANCÁRIOS**

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesoc.org.br

ANEXO III

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)_____, CNPJ nº _____, sediada em
_____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002,
que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório (**Pregão Eletrônico
nº 006/2015-CISNORDESTE/SC**).

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

____<CIDADE>____ (UF), ____< DATA>____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO IV**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****RELAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC	Rua Max Colin, nº 1843, América	03.222.337/0001-31	José Chaves

**RELAÇÃO DOS
ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Município de Araquari	Rua Coronel Almeida, nº 60, Centro, CEP 89.245-000	83.102.2281/0001-10	João Pedro Woitexem
Município de Balneário Barra do Sul	Av. Amandio Cabral, nº 457, Centro, CEP 89.247-000	95.945.509/0001-80	Ademar Henrique Borges
Município de Barra Velha	Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, CEP 88.390-000	83.102.830/0001-57	Claudemir Matias Francisco
Município de Campo Alegre	Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, CEP 89.294-000	83.102.749/0001-77	Rubens Blaszkowski
Município de Corupá	Av. Getúlio Vargas, nº 443, Centro, CEP 89.278-000	83.102.467/0001-70	Luís Carlos Tamanini
Município de Garuva	Av. Celso Ramos, nº 1.614, Centro, CEP 89.248-000	83.102.848/0001-59	José Chaves
Município de Guaramirim	Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Centro, CEP 89.270-000	83.102.475/0001-16	Lauro Frohlich
Município de Itapoá	Rua Mariana Michel Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000	81.140.303/0001-00	Sérgio Ferreira de Aguiar
Município Jaraguá do Sul	Rua Walter Marquardt, nº 1.111, Bairro Barra do Rio Molha, CEP 89.259-700	83.102.459/0001-23	Dieter Janssen
Município de Joinville	Av. Hermann August Lepper, nº 10, Centro, CEP 89.201-910	83.169.623/0001-10	Udo Döhler
Município de Massaranduba	Rua 11 de Novembro, nº 2.765, Centro, CEP 89.108-000	83.102.483/0001-62	Mário Fernando Reinke
Município de Rio Negrinho	Av. Richard S. de Albuquerque, nº 200, Centro, CEP 89.295-000	83.102.756/0001-79	Alcides Grohskopf
Município de São Bento do Sul	Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, CEP 89.280-902	86.051.398/0001-00	Fernando Tureck
Município de São Francisco do Sul	Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, CEP 89.240-000	83.102.269/0001-06	Luiz Roberto de Oliveira
Município de Schroeder	Rua Mal. Castelo Branco, nº 3.201, Centro, CEP 89.275-000	83.102.491/0001-09	Osvaldo Jurck
Hospital Municipal Santo Antônio de Guaramirim	Rua João Butschardt, nº 5, Centro, CEP 89.270-000	84.092.709/0001-54	Márcia Adriana Pruesse
Hospital Municipal São José de Joinville	Avenida Getúlio Vargas, nº 238, Centro, CEP: 89202-000	84.703.248/0001-09	Paulo Manoel de Souza



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO V**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (**microempresa ou empresa de pequeno porte**). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura e carimbo
Representante da empresa

Carimbo do CNPJ:

--



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO VI

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2015-CISNORDESTE/SC

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2015

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e, presentes de um lado, o **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA –CISNORDESTE/SC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, América, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, José Chaves, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e o **MUNICÍPIO DE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua, inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. doravante denominado **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resoluções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC nº 02, de 10 de janeiro de 2014 e nº 17, de 02 de outubro de 2015 e no Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2015-CISNORDESTE/SC, e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, de medicamentos, para uso do Órgão Participante:, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços: **01 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2016**, conforme Tabela da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a Tabela da Cláusula Décima Quarta.
- 2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelo Órgão Participante e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 2.2.1 Fica ressalvada a possibilidade de remanejamento de quantidades entre os Órgãos Participantes, nos termos da Resolução CISNORDESTE/SC nº 17/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS

- 3.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 3.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato.
- 3.1.2 Neste ato, é atribuído um login e senha ao FORNECEDOR para acesso *online* ao sistema de controle de Processos Administrativos Licitatórios, disponível em <http://.....>, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedido de Medicamentos lançadas pelos Órgãos Participantes diretamente neste sistema.
- 3.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato, que serão geradas através do sistema e enviada por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor.
- 3.1.4 O FORNECEDOR deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.
- 3.1.4.1 Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento no prazo mencionado no item 3.1.4, o próprio sistema fará a confirmação, sendo considerada válida para todos os efeitos.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

- 3.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 3.1.4.1, caso haja alteração dos dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo X do Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2015-CISNORDESTE/SC, compete exclusivamente ao FORNECEDOR requerer a atualização dos seus dados de acesso.
- 3.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta Reais), o FORNECEDOR, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se-lhe qualquer sanção.
- 3.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado de Controle de Processos Administrativos Licitatórios, conforme item 3.1.2.
- 3.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o FORNECEDOR deverá registrar o evento no sistema informatizado, anexando os arquivos referentes à Nota Fiscal Eletrônica respectiva.
- 3.1.8 O FORNECEDOR deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão Participante (Anexo IX), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.
- 3.2 A data de validade dos materiais a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento dos mesmos pelo solicitante.
- 3.3 **Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do FORNECEDOR.**
- 3.3.1 Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.4 O FORNECEDOR deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos:
- 3.4.1 o **Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle** por linha de produção/produto emitida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, dentro do prazo de validade, ou o protocolo do pedido de renovação, caso este esteja vencido;
- 3.4.2 o **Certificado de Controle de Qualidade do lote** de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.
- 3.4.3 o **Certificado de Registro de Produto** de cada medicamento, que poderá ser emitido via internet, no site da ANVISA, dentro do prazo de validade.
- 3.5 Os Órgãos Participantes observarão, para efeito de quantificação do pedido, a quantidade mínima da embalagem primária, nos casos de impossibilidade de fracionamento. Caso o FORNECEDOR receba Autorização de Fornecimento com quantidade incompatível com a possibilidade de fracionamento, deverá imediatamente informar ao Órgão Participante a situação, requerendo a revisão do empenho e, ainda, o cancelamento da quantidade remanescente no sistema informatizado.
- 3.6 A fracionabilidade será regulada pelas disposições contidas no Decreto nº 5.775/2006, Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77 e RDC nº 80/2006.
- 3.7 O FORNECEDOR deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 54/2013, referente à implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos
- 3.8 Para fins desta Ata de Registro de Preços, são considerados sinônimos os termos Autorização de Fornecimento e Pedido de Medicamentos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

- 4.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente Ata de Registro de Preços, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 4.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML**.
- 4.1.2 Fica ressalvado ao Órgão Participante o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida.
- 4.1.3 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 4.2 Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.3 Por ocasião do pagamento, o Órgão Participante consultará a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.
- 4.4 Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer o objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2015 – CISONORDESTE/SC, com a observação **"PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO"**, impressa na embalagem;
- b) apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle da produção/produto, ou o protocolo do pedido de renovação, se vencido;
- c) apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;
- d) apresentar o Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;
- e) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- f) fornecer os medicamentos dentro do prazo de validade exigido no item 3.2;
- g) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos medicamentos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- h) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador indicados na Autorização de Fornecimento;
- i) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- j) **lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal no sistema informatizado, online, disponibilizado pelo Órgão Gerenciador;**
- k) **havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao Órgão Gerenciador, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento ou, no máximo, dentro do prazo estipulado para fornecimento, sem tolerância.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
 - b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
 - c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;
 - d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
 - e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.
 - f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta_seam
 - g) o FORNECEDOR ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea d por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.
- 6.2 A multa moratória prevista na alínea c do item 6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 6.3 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea e do item 6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter sido emitida a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos pelo Órgão Participante.
- 6.4 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos enviado pelo Órgão Participante ou, no máximo, **dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto**, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea d do item 6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea e do item 6.1, caso o mesmo não seja aceito.
- 6.5 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o FORNECEDOR que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, que ensejarem o retardamento da execução do contrato, não mantiver a proposta,



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

- falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.6 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (*email*) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 6.6.1 Os processos administrativos decorrentes da inadimplência para com o Município de Joinville/SC, serão conduzidos diretamente pelo Órgão Participante.
- 6.7 Das decisões que cominarem penalidades, exceto no caso do item 6.6.1, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.
- 6.8 Ficarão suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração torná-las exigíveis no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite. Entretanto, sendo o fato punível com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.
- 6.9 As multas eventualmente aplicadas, ressalvado os processos administrativos mencionados no item 6.6.1, deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 7.1 Os contratos decorrentes da presente Ata poderão ser rescindidos, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o caso definido no item 2.2 e obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR.
- 8.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e
 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 8.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
- consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo FORNECEDOR ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.
 - obtido-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e
 - poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.
- 8.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do FORNECEDOR, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

- 9.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:
- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - IV. tiver presentes razões de interesse público;
 - V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - VI. for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
 - VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
- 9.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- 9.3 O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016.
- 10.1.1 O Órgão Participante quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

- 11.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 035/2015-CISONORDESTE/SC, Pregão Eletrônico nº 006/2015-CISONORDESTE/SC, REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISONORDESTE/SC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISONORDESTE/SC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

- 12.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2016**.
- 12.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, observado o máximo de 1 (um) ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador ou para os Órgãos Participantes, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da estimativa de consumo indicada na Cláusula Segunda e Décima Quarta, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 13.2 Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2015 – CISONORDESTE/SC e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.
- 13.3 O FORNECEDOR signatário, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.
- 13.4 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e conforme condições estabelecidas no item 22.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2015-CISONORDESTE/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE CONSUMO



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO	MARCA/ MODELO	EMBALAGEM PRIMÁRIA *	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
...				
			CONTINUA ...				

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 É competente o foro da Comarca de Joinville, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Joinville (SC), ... de de 2015.

JOSÉ CHAVES
Presidente do CISONORDESTE/SC
Órgão Gerenciador

Fornecedor Registrado

Órgão Participante

Assessoria Jurídica:

Testemunhas:

1ª – _____

2ª – _____



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO VII**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIACÃO DE OPERAÇÕES**

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 – São responsabilidades do Licitante:

2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha participar;

2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declarar ter pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO I;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5 – **(cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

5.2 – apresentar lance de preço;

5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;

5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;

5.6 – apresentar e retirar documentos;

5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;

5.8 – assinar documentos relativos às propostas;

5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;

5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6 – O presente Termo de Adesão é válido até __/__/__, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: _____
(reconhecer firma em cartório)

**Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações
da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)
Indicação de Usuário do Sistema**

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

O

Licitante reconhece que:

- a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo do titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;
- d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;
- e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável: _____

Assinatura: _____
(reconhecer firma em cartório)



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO VIII**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****MODELO DE PROPOSTA ELETRÔNICA**

Ficha Técnica Descritiva do Objeto
Número do Item do edital:
Órgão comprador:
Marca/Modelo do produto:
Especificação do produto:
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):
Quantidade do Item:
Preço inicial para o item (em R\$):
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 . [Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)]
Data:



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO IX**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA ENTREGA DOS MEDICAMENTOS E DADOS PARA FATURAMENTO**

ÓRGÃO PARTICIPANTE	DADOS PARA FATURAMENTO	ENDEREÇO DE ENTREGA
Araquari	Fundo Municipal de Saúde de Araquari CNPJ 08.345.495/0001-00 Rua Coronel Almeida, nº 60, Centro Araquari/SC - Telefone: (47) 3447-7777 Contato: gabinetesauda@bol.com.br comprasarg@hotmail.com	Unidade Sanitária Central Rua Padre Horacio Rebelo, nº 100, Centro - Araquari/SC CEP 89.245-000
Balneário Barra do Sul	Fundo Municipal de Saúde de Baln. Barra do Sul CNPJ: 11.228.769/0001-88 Rua Amâncio Cabral, nº 457, Centro Balneário Barra do Sul/SC Telefone: (47) 3448-1043 Contato: saude@balneariobarradosul.sc.gov.br	Complexo de Saúde - Farmácia Rua Francisco José Peixer, nº 329, Centro - Balneário Barra do Sul/SC. CEP: 88247-000
Barra Velha	Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha CNPJ: 01.877.528/0001-06 Av. Gov. Celso Ramos, nº 200, Centro - Barra Velha/SC - CEP: 88390-00 - Telefone (47) 3456- 1067 - Contato: farmacjabarravelha@hotmail.com	Rua Miranda Coutinho, nº 49, Centro - Barra Velha/SC CEP: 88390-00
Campo Alegre	Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre CNPJ 01.941.360/0001-50 Av. Getúlio Vargas, nº 467, Centro Campo Alegre/SC - Telefone: (47) 3632-1621 Contato: saude@campoalegre.sc.gov.br	Rua Irmã Amália Gheller, nº 22 Centro - Campo Alegre/SC
Corupá	Fundo Municipal de Saúde de Corupá CNPJ 11.269.752/0001-79 Av. Getúlio Vargas, nº 443, Centro CEP 89.278-000 Corupá/SC Telefone: (47) 3375-1234 Contato: saude@corupa.sc.gov.br farmacia@corupa.sc.gov.br	Rua Nereu Ramos, nº 312 Centro - Corupá/SC
Garuva	Fundo Municipal de Saúde de Garuva CNPJ 11.303.923/0001-39 Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro Garuva/SC - Telefone: (47) 3445-4018 Contato: thiagobackes@hotmail.com	Rua Juarez Távora, nº 106 Centro - Garuva/SC
Guaramirim	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim CNPJ 11.293.409/0001-60 Rua Henrique Friedmann, nº 415, Centro CEP 89.270-000 Guaramirim/SC Telefone: (47) 3373-6255 Contato: almoxarifadomed@guaramirim.sc.gov.br	Rua Henrique Friedmann, nº 415 Centro - Guaramirim/SC
Itapoá	Fundo municipal de Saúde de Itapoá Rua: Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte - Itapoá/SC. CNPJ: 11.485.410/0001-96 Telefone: (47) 3443-0617 Contato: saudecompras@itapoa.sc.gov.br farmacia@itapoa.sc.gov.br	Av: Zilda Arns Neumann, nº 557 - Itapema do Norte - Itapoá/SC de segunda a sexta-feira das 8:00hs as 14:00hs, sem fechar para o almoço.
Jaraguá do Sul	Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul CNPJ 14.007.211/0001-60 Rua Isidoro Pedri, nº 120, Jaraguá do Sul/SC - Telefone: (47) 2106-8400 Contato: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br	Rua Isidoro Pedri, nº 120 Bairro Barra do Rio Molha Jaraguá do Sul/SC
Joinville	Fundo Municipal de Saúde de Joinville CNPJ 08.184.821/0001-37 Rua Araranguá, nº 397, Bairro América Joinville/SC - Telefone: (47) 3481-5105 Contato: cafjoinville@googlegroups.com	Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF Rua Monsenhor Gercino, nº 1055 Bairro Itaum - Joinville/SC CEP 89.210-146
Massaranduba	Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba CNPJ 11.231.203/0001-05 Rua 11 de Novembro, nº 3.025, Centro	Unidade Sanitária Centro Rua 11 de novembro, S/N - Centro CEP 89108-000- Massaranduba/SC



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

	CEP 89.108-000 – Massaranduba/SC Telefone: 47 3379-1568 Contato: adrianavasei@hotmail.com	
Rio Negrinho	Fundo Municipal de Saúde de Rio Negrinho CNPJ 10.377.912/0001-30 Av. Richard S. Albuquerque, nº 40, Centro Cívico, Rio Negrinho/SC - Telefone: (47) 3644-2122 Contato: farmacia.saude@rionegrinho.sc.gov.br	Av. Richard S. Albuquerque, nº 40, Centro Cívico, Rio Negrinho/SC
São Bento do Sul	Fundo Municipal de São Bento do Sul CNPJ 08.281.643/0001-62 Rua Largo Hugo Fischer, nº 25 São Bento do Sul/SC - Telefone: (47) 3631-0400 Contato: comprassaude@saobentodosul.sc.gov.br	Central de Medicamentos Rua Henrique Schwartz, nº 61 – sala 11B – São Bento do Sul/SC Telefone: (47) 3635-1602
São Francisco do Sul	Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul Rua Manoel Bueno, nº 387, Rocio Grande, São Francisco do Sul/SC – CEP: 89240-000 Telefone: (47) 3444-6190 – 3444-2458 – 3444-2033 – financeirosaude@saofranciscodosul.sc.gov.br	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde Rua: Aldo Possamai, s/nº (subida Hospital da Caridade) - Centro – São Francisco do Sul/SC Telefone: (47) 3444-5202
Schroeder	Município de Schroeder CNPJ 83.102.491/0001-09 Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201 – Centro CEP 89.275-000 - Schroeder/SC Telefone: (47) 3374-6500 Contato: saude.farmacia@schroeder.sc.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde Rua Paulo Jahn, nº 147 – Sala 26 Centro - Schroeder/SC A/C Roseane Finta Telefone: (47) 3374-6405
Hospital Municipal Santo Antônio	Hospital Municipal Santo Antônio CNPJ 84.092.709/0001-54 Rua João Butschardt, nº 05 – Centro CEP 89.270-000 – Guaramirim/SC Telefone: (47) 3376-9400 / 3376-9432 Contato: marcelo.garcia@guaramirim.sc.gov.br	Rua João Butschardt, nº 05 – Centro CEP 89.270-000 – Guaramirim/SC Telefone: (47) 3376-9400 / (47) 3376-9432
Hospital Municipal São José	Hospital Municipal São José CNPJ 84.703.248/0001-09 Av. Getúlio Vargas, nº 238 – Centro Joinville/SC - Telefone: (47) 3441-6634 Contato: ana.leopold@joinville.sc.gov.br joapaulo.hmsj@gmail.com	Hospital Municipal São José Serviço de Farmácia Av. Getúlio Vargas, nº 238 – Centro Joinville/SC Acesso pela Rua São José Segunda a Sexta, das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 16h00.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO X**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC****DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR****RAZÃO SOCIAL:****CNPJ:****INSCRIÇÃO ESTADUAL:****ENDEREÇO (rua, nº, Complemento, CEP, Cidade, Estado):****DADOS BANCÁRIOS:****CONTATO(S):**

SETOR	RESPONSÁVEL	TELEFONE(S)	EMAIL(S)
Licitação (Documentação)			
Autorizações de Fornecimento			
Faturamento/entregas			
Notificações			

CIS/AMARP**ATA 2ª ASSEMBLEIA GERAL CISAMARP**

ATA 02/2015 – ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP. Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, no Auditório da AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, sito à Rua Manoel Roque, noventa e nove, Bairro Alvorada, no município de Videira/SC, reuniram-se os prefeitos dos municípios consorciados em Assembléia Geral. O Diretor Executivo do CISAMARP Sr. Marcelo José Borsatti cumprimentou os presentes e deu início a segunda Assembléia Geral Extraordinária do CISAMARP, convidando para compor a mesa, o Presidente do CISAMARP, Excelentíssimo Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito do Município de Caçador, o Vice-Presidente do CISAMARP, Excelentíssimo Sr. Ivo Biazolo, Prefeito do município de Fraiburgo, Excelentíssimo Sr. Luciano Paganini, 2º Vice-Presidente, Prefeito do município de Iomerê, Excelentíssima Sra. Ivone Mazutti De Geroni, 1º Secretária, Prefeita do município de Calmon, Excelentíssimo Sr. Emerson Zanella, 2º Secretário, Prefeito do Município de Macieira, ausente a Sra. Ivone Mazutti De Geroni. Posteriormente, passou a palavra ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Amaro Comazzetto Presidente do CISAMARP, para dar continuidade aos trabalhos, o Sr. Gilberto cumprimentou a mesa e a plenária e os Prefeitos dos municípios consorciados e proferiu comentários sobre a importância dos Consórcios de Saúde para os municípios, a seguir o Presidente convidou o Diretor Executivo, para leitura e apresentação da Pauta, o Sr. Marcelo José Borsatti cumprimentou a mesa, dizendo que estão em pauta os seguintes itens: ITEM I – Aprovação do Orçamento para o ano de 2016; ITEM II – Pagamentos em atraso ao CISAMARP; Iniciando a apresentação do orçamento para o ano de 2016, o Sr. Marcelo falou aos prefeitos que em função da crise financeira que se instala no Brasil, o valor do recurso fixo que os municípios repassam ao CISAMARP não será reajustado para o ano de 2016, ficando em R\$ 1.550,00 (hum mil, quinhentos e cinquenta reais), o valor mensal, dividindo-se em modalidade de aplicação: 3.1.90.00 R\$ 1.250,00 e 3.3.90.00 R\$ 300,00 sendo aceito por todos os presentes. Seguindo apresentou o valor do recurso anual variável para o ano de 2016 o qual cada município definiu da seguinte forma, Arroio Trinta R\$ 108.000,00. Caçador R\$ 420.000,00. Calmon R\$ 84.000,00. Fraiburgo R\$ 360.000,00. Ibiã R\$ 123.400,00. Iomerê R\$ 54.000,00. Lebon Régis R\$ 300.000,00. Macieira R\$ 60.000,00. Matos Costa R\$ 35.000,00. Pinheiro Preto R\$ 96.000,00. Rio das Antas R\$ 144.000,00. Salto Veloso R\$ 94.000,00. Videira R\$ 1.272.000,00, todos na modalidade de aplicação 3.3.90.00, após a apresentação e concordância de todos os presentes ficou aprovado o orçamento para o ano de 2016. Seguindo a pauta foi solicitado que os Srs(as). Prefeitos(as), cobrem junto ao setor responsável pelos pagamentos ao CISAMARP, que os mesmos sejam realizados em dia, justificando o Sr. Marcelo disse que estamos tendo dificuldades em pagar os prestadores no dia especificado em contrato que é o dia 20 de cada mês, o que gera muitas reclamações por parte dos prestadores, os quais argumentam que atendem por um valor bem abaixo do praticado no particular e ainda não recebem em dia, ameaçando parar de prestar serviços e não mais retornar, o que caso aconteça prejudicará todos os municípios consorciados. Na data de hoje dia 23/09/2015 o número de prestadores que ainda não receberam pagamento é de oito. Pedindo um aparte o Exmo. Sr. Alcir Bodanese Prefeito do município de Rio das Antas, comentou que o consórcio é de extrema importância aos municípios consorciados, que não vê forma de administrar a saúde sem o consórcio e que não é justo que os municípios que pagam em dia os seus deveres sejam prejudicados pelos que passam dificuldades financeiras, sugere que para o próximo ano seja avaliada uma forma de cobrança de um valor de caução dos municípios para cobrir esses eventuais problemas e não inviabilizar o consórcio, ficando o Sr.

Marcelo de consultar o jurídico da AMARP para saber da legalidade desse procedimento e apresentá-lo aos prefeitos posteriormente. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a Assembléia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP. Eu, Marcelo José Borsatti, lavrei a presente ata que será por mim e pelos demais presentes assinada.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO	ALCIR JOSÉ BODANESE
PREFEITO DE CAÇADOR	PREFEITO DE RIO DAS ANTAS
ALCIDIR FELCHILCHER	EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO DE ARROIO TRINTA	PREFEITO DE PINHEIRO PRETO
IVONE MAZUTTI DE GERONI	IVO BIAZZOLO
PREFEITO DE CALMON	PREFEITO DE FRAIBURGO
CLOVIS JOSÉ BUSATTO	LUCIANO PAGANINI
PREFEITO DE IBIAM	PREFEITO DE IOMERÊ
LUDOVINO LABAS	RAUL RIBAS NETO
PREFEITO DE LEBON RÉGIS	PREFEITO DE MATOS COSTA
EMERSON ZANELLA	CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO DE MACIEIRA	PREFEITO DE SALTO VELOSO
WILMAR CARELLI	MARCELO JOSÉ BORSATTI
PREFEITO DE VIDEIRA	DIRETOR EXECUTIVO CISAMARP

EXTRATO DE CONTRATO 84 2015 HSDS**EXTRATO DE CONTRATO 84/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 86.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Eletivas Especializadas e mutirão de cirurgias eletivas nas especialidades de Otorrinolaringologia EDITAL 02/2015.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 84/2015.

Prazos: inicia-se em 09 de Outubro de 2015, encerrando-se em 31 de dezembro de 2015.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 09/10/2015

Signatários: Prefeito Gilberto Amaro Comazzetto contratante e Flamarion da Silva Lucas contratado.

RESOLUÇÃO 35 2015

Resolução nº 35/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de Cirurgias Eletivas de Otorrinolaringologia, a seguir:

INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL – HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 86.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, em conformidade com o edital 02/2015, Termo de credenciamento 84/2015.

Procedimentos	CÓDIGO	Valor
ADENOIDECTOMIA	0404010016	280,00
AMIGDALECTOMIA	0404010024	280,00
Consulta Pré-cirúrgica	90336	60,00
Consulta Pré-anestésica	90360	60,00

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 05 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Presidente CIS-AMARP

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO 02/2015 - TREZE DE MAIO

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 02/2015

Município: Treze de Maio

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: A definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma de repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, para realização das despesas do Consórcio Público, inclusive as despesas a serem realizadas com os serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 23/09/2015.

Assinantes: Clésio Bardini de Biasi e Gedson Gislon pelo Município, e Jorge Leonardo Nesi pelo Consórcio.

CISAM

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 07/2015

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

“Nomeia Empregado Público para o quadro funcional do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo nº 056/2015 e as deliberações da Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. Felipe Brum Seganfredo, nascido em 15/04/1991, para exercer o emprego público de Contador, Nível 137, do quadro de pessoal do CISAM Meio Oeste, conforme Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental e suas alterações, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 07 de outubro de 2015.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

CPIMMOC**EXTRATO EDITAL DE LICITAÇÃO 05/2015**

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE E CONTESTADO – CPIMMOC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria nas áreas de Contabilidade, Jurídica e Licitações, Compras e Contratos, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações aplicáveis.

Tipo: Menor preço por item.

Entrega Documentos e Proposta de Preços: Até 09:00 (nove) horas do dia 26 de Outubro de 2015.

Abertura e Julgamento do Processo: A partir das 10:00 (dez) horas do dia 26 de Outubro de 2015.

Informações: CPIMMOC, situada à Rua Roberto Trompowiski, nº 68, 2º andar, Centro – Joaçaba – SC, de segunda a sexta feira, das 08:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

E-mail: cpimmoc@cpimmoc.sc.gov.br, fone: 3541-2800.

Joaçaba, 08 de Outubro de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente